



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG



**REVISÃO
DO
PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DE
ARACAJU**



**PRODUTO 01:
DIAGNÓSTICO MUNICIPAL**

JULHO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

JOÃO ALVES FILHO

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS MACHADO

Vice- Prefeito

MARLENE ALVES CALUMBY

Secretaria Municipal de Governo

IGOR LEONARDO MORAES ALBUQUERQUE

Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão

MARIA DO SOCORRO BARROS ANDRADE CACHO

Empresa Municipal de Obras e Urbanização

EDUARDO LIMA DE MATOS

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

GEORLIZE OLIVEIRA COSTA TELES

Superintendência Municipal da Defesa Social e da Cidadania

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

Marianna Martins Albuquerque

Arquiteta e Urbanista

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente

CORPO TÉCNICO

Ana Lucy Cantanhede Neri

Arquiteta e urbanista

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Especialista em Geoprocessamento e Planejamento urbano

Carla Zoaid Alves dos Santos

Engenheira Florestal

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Edilio José Soares Lima

Arquiteto e Urbanista

Éderson Zucolotto

Arquiteto e Urbanista

Hertha Pedrosa Dantas Alves

Arquiteta e urbanista

Humberto Rollemberg Fontes Filho

Advogado

Especialista em Direito Tributário

Ilmara Kelli Rocha de Oliveira

Advogada

Especialista em Direito de Estado

José Conde Sobral

Arquiteto e urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Planejamento urbano

Lucíola Alves Maia Paixão

Arquiteta e urbanista

Especialista em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades

Mateus de Oliveira Santos

Arquiteto e urbanista

Ricardo Soares Mascarello

Arquiteto e Urbanista

Mestre em Engenharia Civil de Edificações e Comunidades Sustentáveis

Sarah Lúcia Alves França

Arquiteta e Urbanista

Mestra em Arquitetura e Urbanismo

Especialista em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades

Shirley de Araújo Barboza Martins

Arquiteta e Urbanista

Especialista em Gestão Ambiental e Planejamento Urbano

ESTAGIÁRIOS

Breno Sávio Andrade da Silva

Estagiário de Arquitetura e urbanismo

Stefany Souza Argolo

Estagiária de Arquitetura e urbanismo

APRESENTAÇÃO

O presente documento contextualiza a **Leitura Participativa Municipal**, primeira etapa referente ao processo de **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju**. Como resultado, apresenta-se aqui o 1º Produto oriundo desta: o **DIAGNÓSTICO MUNICIPAL**.

A **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju** tem por objetivo definir novas diretrizes que contribuirão para a ocupação e o desenvolvimento do seu território, a partir do entendimento dos aspectos físicos, políticos, sociais, econômicos, administrativos, financeiros, turísticos e ambientais, que determinam sua evolução desde a implantação da legislação vigente (Lei Complementar Nº42 de 20 de Outubro de 2000) até a projeção no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Esta primeira etapa trata da atualização do Diagnóstico da Cidade, o qual foi elaborado pela última vez em 1995, embora o atual Plano seja datado de 2000. Neste referido, a configuração espacial, social e populacional encontra-se divergente da época. A Lei Orgânica estabelece para o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) um horizonte de 10 (dez) anos, desta forma, o enfoque das Leituras transcorreu sobre a projeção de qual a Aracaju que as pessoas gostariam de ter após a promulgação da Lei.

Devendo estabelecer, a partir do conhecimento do potencial do Município, revelado por meio de sua **Leitura Participativa**, objetivos e diretrizes estratégicas que orientarão a adoção de providências concretas, para se atingir os resultados pretendidos.

Assim, a **Leitura Participativa Municipal** consiste na identificação e no entendimento da situação e realidade de todo o município mostrando os problemas, conflitos e potencialidades.

Neste processo, foram realizados dois tipos de leitura:

Leitura Técnica: Visando o estudo analítico de sistematização de dados, mapas e informações disponíveis sobre o Município referente aos aspectos sociais,

econômicos, ambientais, culturais, espaciais e de infraestrutura, levantado pela equipe profissional da Prefeitura e seus consultores, pontuando os problemas existentes e os mecanismos de desenvolvimento local.

Leitura Comunitária: Visando reunir e organizar aspirações, expectativas, desejos e sentimentos da sociedade em relação ao Município em diferentes quadros de acordo com os segmentos da população em Audiências Públicas Setoriais.

A setorização desses segmentos dá-se por: Gestores, Administradores Públicos e Legislativos: Federal, Estadual e Municipal; Movimento Social e Populares; Empresários ligados à Produção e ao Financiamento do Desenvolvimento Urbano; Trabalhadores através de suas Entidades Sindicais; Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; Ong's com atuação na área; Conselhos; Enfim por toda a sociedade.

As Audiências Públicas Setoriais também foram abertas a população em geral que quisesse e pudesse comparecer, onde foi proposto o seguinte questionamento a respeito da cidade: “Qual é a Aracaju que você quer?”, e essa construção de visões e idéias está organizada em duas etapas. A primeira etapa, no dinamismo da Elaboração do Mapa Mental, concebida no sentido de dar liberdade de expressão as pessoas ao participarem, de forma que sejam elas as condutoras do trabalho a fim de captar os pontos na cidade da ótica dos participantes. E a segunda na análise de pontos positivos e negativos das respectivas temáticas: Aspectos Socioeconômicos; Meio Ambiente; Serviços Públicos e Infraestrutura; Uso e Ocupação do Solo; Turismo e Patrimônio Cultural; Construções e Obras; Aspectos Administrativos e Legais do Município.

Para a concretização dessas atividades, estão sendo utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, em particular as observações relevantes e as audições dos cidadãos, que são integradas às atividades de operacionalização do processo de participação no planejamento.

Como metodologia de elaboração desse relatório, partiu-se da necessidade de rever as diretrizes implementada no desenvolvimento da cidade, para um posterior aprofundamento técnico de análise mediante a confirmação da realidade. Assim, os contatos com lideranças e as reuniões para discussão do Plano Diretor estão sendo considerados momentos privilegiados para se pesquisar as visões da comunidade com relação a seus problemas e suas aspirações.

Para mobilização da população a Prefeitura utilizou-se de mecanismos de divulgação nos diversos meios de comunicação, sonoro através do rádio, escrita com publicação no Diário Oficial e envio de ofícios/convites a representatividades da população de Aracaju com no mínimo 15 dias de antecedência, audiovisual com entrevistas concedidas pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Igor Leonardo Moraes Albuquerque, a exemplo do Programa Bom Dia Sergipe na TV Sergipe, e multimídia com postagens na internet nos sites da Infonet, G1 e PMA, disponibilizando inclusive o e-mail plano.diretor@aracaju.se.gov.br como canal aberto de comunicação direta.

Todo esse processo tem uma dimensão de amadurecimento, no sentido de proporcionar à população oportunidade de opinar sobre o desenvolvimento do Município, isto é, desenvolver uma sistemática de compreensão sobre o lugar onde mora, dada sua evolução, organização espacial, patrimônio ambiental e cultural, população, identidade e etc.

Vale destacar que o presente relatório é parte integrante do Diagnóstico Municipal que será objeto norteador dessa Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. Pretende-se que, a partir deste documento, a ser discutido mais uma vez com a população através de uma nova rodada de Audiências Públicas em julho, sejam complementadas e/ou alteradas informações, e aprofundadas as análises, conforme a necessidade. Os dados cartográficos, assim como os mapas temáticos, também serão consolidados e detalhados.

A seguir, será apresentada a **Leitura Comunitária**, que foi realizada mediante 07 (sete) Audiências Públicas Setoriais, contando com um público médio de 80 participantes, onde a quinta audiência chegou a atingir 148 participantes (com base na lista de presença anexada).

Ressalta-se que a Leitura Comunitária e a **Leitura Técnica**, foram separadas por motivos didáticos e metodologia, mas são interdependentes. Posteriormente a segunda leitura será alimentada pela primeira, que subsidia as análises da equipe técnica sobre o que é realmente relevante e prioritário.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE
ARACAJU

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

VOLUME I: LEITURA COMUNITÁRIA



LEITURA COMUNITÁRIA



SUMÁRIO

I – RELATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS	7
a. Audiência Pública Setorial I - Gestores, Administradores Públicos e Legislativos: Federal, Estadual e Municipal	7
b. Audiência Pública Setorial II – Movimentos Sociais e Populares	8
c. Audiência Pública Setorial III - Empresários ligados a produção e ao financiamento do Desenvolvimento Urbano	9
d. Audiência Pública Setorial IV - Trabalhadores Através de suas Entidades Sindicais	17
e. Audiência Pública Setorial V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	23
f. Audiência Pública Setorial VI - Ong's Com Atuação na Área	35
g. Audiência Pública Setorial VII – Conselhos	41
h. Conclusão	46
Anexo I – Relatório das Audiências	49
Anexo II – Lista De Convidados	108
Anexo III – Lista Presença	112



No processo de conhecimento da realidade municipal, assume especial relevância a visão dos protagonistas do desenvolvimento municipal, ou seja, daqueles cuja experiência e interesses pessoais, profissionais e coletivos os vinculam estreitamente aos destinos do Município. Daí porque a visão dessas pessoas tem suma importância para a elaboração desta leitura.

Nessa perspectiva, dentro da Primeira Etapa do processo de Revisão do PDDU, a chamada Leitura Participativa Municipal, destaca-se aqui a realização da **Leitura Comunitária** através da qual foram realizadas um total de **07 (sete) Audiências Públicas Setoriais**, que buscaram captar essa visão mais ampla e participativa da cidade através do olhar de sua população.

Tais audiências foram organizadas e conduzidas pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Urbano da Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG – e ocorreram na Sala de Reuniões Prefeito José Aloísio de Campos, localizada do Centro Administrativo da Prefeitura, obedecendo ao respectivo calendário abaixo contando com a participação dos diversos seguimentos convidados bem como da sociedade em geral:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS	DATA E HORA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – ETAPA 01
I – GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	14/05 15:00h	<u>1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>
II – MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES	19/05 15:00h	<u>2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>
III – EMPRESÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	22/05 08:30h	<u>3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>
IV – TRABALHADORES ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES SINDICAIS	26/05 15:00h	<u>4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>
V – ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA	28/05 15:00h	<u>5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>
VI – ONG's COM ATUAÇÃO NA ÁREA	02/06 15:00h	<u>6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>
VII – CONSELHOS	09/06 15:00h	<u>7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL</u>

Em todas as audiências foi apresentada a metodologia de trabalho tanto do processo de revisão como um todo bem como do momento que ali se desenvolvia. Por meio da apresentação de slides, abordaram-se diversos assuntos estruturantes relativos ao planejamento da cidade, tais



como: o que é o Plano Diretor, quais suas soluções, garantias e funções, quem participa da sua elaboração e revisão, como se aplica, qual a necessidade de revisá-lo e as etapas que transcorrerão durante o trabalho do presente objeto.

Na Fase 01, da 1ª Etapa, ocorreu a chamada Leitura Comunitária através de 7 Audiências Públicas Setoriais, e na Fase 02 desta mesma etapa, ocorreu a Leitura Técnica que já vem sendo realizada pela Equipe Técnica Municipal desde o ano de início da atual gestão.

Na 2ª Etapa, inicia-se a fase de discussão do Diagnóstico Municipal, por meio de 9 Audiências Públicas abertas à população. Posteriormente, na 3ª Etapa, serão elaboradas Discussões para pactuação de Propostas e Instrumentos a serem utilizados na lei em revisão, também com nova rodada de 9 Audiências Públicas abertas à população, onde esta poderá mais uma vez expor suas dúvidas e sugestões, que culminarão por fim, na 4ª Etapa, na elaboração da Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor, novamente discutida em mais 9 Audiências Públicas com a sociedade. Ao final desta última etapa, o Projeto de Lei deverá ser encaminhado à Câmara dos Vereadores para apreciação.

Desta forma, deu-se início a este amplo e rico processo de discussões com a população e seus diversos segmentos relativas à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, com a respectiva metodologia, registro fotográfico e os painéis resultantes. A lista de presença e a lista de convidados por setor encontram-se no anexo, bem como os relatórios individuais das Audiências.



I – RELATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS

a. Audiência Pública Setorial I - Gestores, Administradores Públicos e Legislativos: Federal, Estadual e Municipal

O Exmo. Sr. Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Igor Leonardo Moraes Albuquerque, participou da abertura desta ciclo de Audiências. Dentre o público presente, estava em sua maioria representantes do Poder Legislativo Municipal, inclusive o Presidente da Câmara de Aracaju, Vereador Vinícius Porto. Bastante participativos, após a apresentação introdutória, externaram de forma calorosas suas opiniões a respeito do tema abordado “Qual é a Aracaju que você quer?”.



Abertura da Audiência Setorial I

Fonte: SECOM Data: 14/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Apresentação da Metodologia na Audiência Setorial I

Fonte: SECOM Data: 14/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial I

Fonte: SECOM Data: 14/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial I

Fonte: SECOM Data: 14/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju

As colocações permearam inicialmente com críticas a metodologia e dinâmica adotada além das solicitações de esclarecimentos quanto à publicidade da mesma.



Alguns pontos de relevância a serem considerados para a revisão predominou dentre as falas do Vereador Iran Barbosa e do Procurador do Estado Pedro Dias, no que se refere a: não desconsiderar os dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável de 2010, aplicação do IPTU Progressivo para edifícios abandonados e vazios urbanos, integração dos Planos de Mobilidade, Transporte Metropolitano, Recursos Hídricos e de Saneamento, aprimoramento das exigências dos Estudos de Impactos de Vizinhança, Adensamento, Coeficiente e Gabarito, ampliação e padronização das calçadas, dentre outros.

b. Audiência Pública Setorial II – Movimentos Sociais e Populares

O Sr. Roberto Fontes de Goes, assessor para Assuntos Especiais, conduziu a abertura desta segunda Audiência Pública Setorial. O coro presente esteve em menor número comparado à audiência anterior, especialmente o setor convidado, contando apenas com os representantes dos Movimentos Sociais e Populares: MSTSE (Movimento Sem Teto de Sergipe), MOCESE (Movimento Comunitário do Estado de Sergipe) e FECS (Federação Estadual das Entidades Comunitárias).



Abertura da Audiência Setorial II

Fonte: SECOM Data: 19/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Apresentação da Metodologia na Audiência Setorial II

Fonte: SECOM Data: 19/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



	
<p>Público da Audiência Setorial II Fonte: SECOM Data: 19/05/2015 Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju</p>	<p>Público da Audiência Setorial II Fonte: SECOM Data: 19/05/2015 Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju</p>

O questionamento da dinâmica permaneceu a fim de estimular e sensibilizar a forma de pensar a cidade. Contudo, registraram a permanência das indagações relevantes a metodologia, dinâmica, e cronograma apresentado para este trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Aracaju.

O principal foco dessa seção a ser tratada inicialmente pelo Movimento Sem Teto de Sergipe através do Sr. Robinson foi à acessibilidade, com sugestões pertinentes as calçadas da cidade de Aracaju e sua padronização. Especialmente dada à participação do Vereador Lucas Aribé, reforçando o tema em discussão, sugerindo reforço na fiscalização, placas de sinalização acessíveis, utilização devida do piso tátil, concessão/desconto ou benefício no IPTU para aqueles que adequarem. E finalizou ressaltando que: *“A cidade deve ser aberta a adversidade, locomoção com autonomia, acessível em todos os aspectos”*.

c. Audiência Pública Setorial III - Empresários ligados a produção e ao financiamento do Desenvolvimento Urbano

Iniciada pelo Assessor para Assuntos Especiais visto o comparecimento de grande parte do grupo convocado, a exemplo dos representantes das empresas da construção civil, como: Celi, Tecnoconsult, Cosil, Santa Maria, Norcon Rossi, União, e outros. Além do segmento convocado compareceram outras pessoas, em especial do grupo acadêmico.

Essa terceira Audiência Pública Setorial incorporou novas ferramentas estruturantes de auxílio para a leitura da temática proposta inicial, com intenção de atender as indagações das reuniões anteriores.



A Coordenadora Geral de Desenvolvimento Urbano conduziu às atividades denominadas como Dinâmica 01, Dinâmica 02 até a abertura do debate, posterior a apresentação da introdução do planejamento realizado.



Abertura da Audiência Setorial III

Fonte: SECOM Data: 22/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Apresentação da Metodologia na Audiência Setorial III

Fonte: SECOM Data: 22/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial III

Fonte: SECOM Data: 22/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial III

Fonte: SECOM Data: 22/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju

Na dinâmica 01, Mapa Mental de Aracaju, os presentes responderam através de um esboço com as limitações territorial do município, a pergunta de: Qual imagem ou situação você lembra quando lhe perguntam sobre Aracaju? Neste, a construção dos participantes citou aspectos da mobilidade, transporte, construção civil, infraestrutura, meio ambiente, e patrimônio. Exemplificadas pelas problemáticas: calçadas inadequadas quanto ao dimensionamento e ruas projetadas sem destino final; sistema de transportes ineficiente necessitando implantação e ampliação de outros meios, bem como remodelagem da estrutura existente; avaliação do adensamento em paralelo a especulação imobiliária, especificamente nos “vazios urbanos”, e na zona de expansão da cidade; preservação do patrimônio público em detrimento a prática de invasão.



Na Dinâmica 02, a exposição dos aspectos positivos (cartão verde) e negativos (cartão azul) listados de acordo com a visão individual da cidade através de temas base, que poderão ser verificadas nos quadros abaixo:

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Tentativa da melhoria das condições de saúde da população Aracajuana;	Falta de valorização do servidor;
Muitas faculdades, inclusive de ensino a distância, que dão oportunidade a mais pessoas cursarem um ensino superior ou 3º grau;	A função social da propriedade não é cumprida propiciando novas moradias de interesse social; Melhorar tributação e distribuição; Falta de valorização da renda informal; Melhoria na qualidade do ensino e valorização dos professores;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Povo hospitaleiro;	Investimento redução fiscal;
Grande incentivo a preservação e promoção de ambientes históricos e turísticos;	Valorização dos guias de turismo;
Abertura de espaço aos artistas locais;	Falta de preservação das construções antigas que retrocedem a história da nossa cidade; Deficiência na divulgação do turismo; Não há incentivos à preservação do patrimônio; Melhor valorização da cultura local; Poucos atrativos turísticos; Falta de manutenção dos atrativos turísticos existentes;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Aracaju é cortada por vários rios;	Pouca arborização na cidade (citado 8 vezes);
Mais locais como o parque da Sementeira;	Preservar e melhorar;
Criação da SEMA;	Falta tratamento sanitário (citado 4 vezes);
Muitas praças bem cuidadas e arborizadas tornam a cidade cheia de vida;	Necessidade de estudar os impactos ambientais de maneira detalhada e elaborada; Canais de drenagem servindo para esgotamento sanitário;



	<p>Inexiste uma lei que impeça e puna o uso de sons potentes em carros ou caminhonetes tirando o sossego e a paz das áreas habitadas, depois das 22:00h;</p> <p>Muitas construções são agressivas ao meio ambiente, não pensando na preservação;</p> <p>Não há obrigatoriedade de energia solar nas casas populares;</p> <p>Invasão de áreas de preservação;</p> <p>Dificuldade na tramitação dos processos na ADEMA, devido à grande burocracia;</p> <p>Existência de conflito entre SEMA e ADEMA atrapalhando os processos;</p> <p>Falta de incentivo e planejamento sustentável;</p> <p>Melhoria na prática de preservação;</p> <p>Maior divulgação da importância de não jogar lixo nas ruas;</p>
--	---

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Possibilidade de implantar o “SIMUGA (Sistema integrado de mobilidade urbana da grande Aracaju)” moderado, de qualidade e eficiente para retirar das ruas os veículos de passeio particular durante os dias úteis;	Construções desorganizadas, ruas muito estreitas e que impossibilitam a mobilidade urbana. É preciso garantir moradia, mas acima de tudo garantir o acesso a elas através do transporte público;
Pavimentação contínua;	Melhorar a drenagem;
Mais investimentos no programa Academia da Cidade, com referência a infra-estruturas das praças;	Grande déficit de novas ciclovias, o que faz com que ciclistas sejam facilmente atingidos nessa grande falta de mobilidade;
Sistema integrado de transporte público;	Projetar melhor a expansão;
Estímulo ao uso de ciclovias;	Falta de transporte público de qualidade (citado 2 vezes);
Presença de ciclovias;	Existência de taxi lotação – transporte ilegal e clandestino;
Investimentos feitos em programas de saúde;	O problema dos canais por falta de planejamento dele e de mau uso também;
	A cidade não é preparada para as condições temporais como chuva e seca;
	Precisa de uma maior qualidade nos serviços públicos;
	Plano de execução contínua de manutenção da infraestrutura nos bens públicos;
	Pavimentação, rede de esgoto, água e energia são inexistentes ou deficientes em diversas regiões da cidade. É preciso investimento nestes itens para a cidade conseguir crescer de forma sustentável;



	Restringir não é a solução e sim investir;
	Falta iluminação pública;
	Faltam ruas asfaltadas;
	Unidades de policia em todas as áreas;
	Melhoria dos terminais de ônibus e permanentemente iluminados;
	Postos de saúde e mais construções com melhoria do atendimento;
	Construção de avenidas;
	Não atual na infraestrutura nem antes, nem durante e principalmente depois, nas novas vias públicas, que foram pagas pelas construtoras, e que depois quem arrecada são os órgãos públicos;
	Má gestão dos serviços públicos;
	Falta de incentivo para aquisição de microônibus pelos condomínios da zona de expansão;
	Atualmente o transporte público polui muito as cidades;
	Falta de uma política de investimento em áreas verdes, serviços de infra-estrutura e de creches, falta de saúde;
	Calçadas sem mobilidade (citado 5 vezes);
	Pouca taxa de permeabilidade nos empreendimentos;
	Falta integrar vários modais – VLT, BRT, táxi, microônibus, bicicleta, etc;
	Falta implantar transporte de massa movido com combustíveis sustentáveis;
	Pontos de ônibus permanentes: Onde houver um ponto de ônibus em local onde futuramente possa existir um grande empreendimento, esse ponto faça parte do projeto do edifício, que não fosse deslocar o ponto de local por causa desses empreendimentos;
	Faltam praças;
	Melhorar a mobilidade;
	Falta de infra-estrutura planejada;
	Melhoria nas escolas, transporte urbano e corredores viários;
	Falta de ciclovias;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Não restringir o uso residencial faz com que todas regiões da cidade tenham movimento tanto pela manhã quanto a noite. Mas ainda falta um pouco de incentivo em algumas regiões;	A restrição do número de pavimentos (Verticalização) incentiva que as edificações fiquem cada vez mais largas, o que prejudica a circulação dos ventos. O ideal é aumentar os recuos e permitir uma maior verticalização;



<p>Proibição de ocupação de grandes edificações na zona de expansão;</p>	<p>Minimizar o uso e ocupação do solo do bairro capucho onde esta se construindo empreendimentos públicos com grandes pólos geradores de veículos. Existentes: HUSE, Órgãos públicos (diversos) e em construção o hospital do câncer;</p>
	<p>Aumento do percentual de vagas de estacionamento para bancos e que não sejam dimensionados pela área quadrada ocupada e sim pelo uso;</p> <p>Ocupação desordenada através do lançamento de novos empreendimentos que nada propiciam para um melhor conforto, uma melhor segurança para a população que utiliza desses espaços;</p> <p>Uso de edificações nas praças para ocupação de bares e restaurantes, onde poderia existir locais para uso do bem estar e saúde da população;</p> <p>Recuos pequenos;</p> <p>Muita invasão em imóveis públicos e privados. Problemas que em longo prazo o município é chamado para resolver a fim de regularizar as famílias ocupantes.</p> <p>Indefinição na determinação do gabarito de altura das construções;</p> <p>É preciso definir onde estarão os prédios mais altos, pois há influencia direta na sensação térmica local. São diversas as conseqüências no que diz respeito ao conforto térmico da cidade. Sugestão: Escalonamento de altura à medida que o solo adentra o continente;</p> <p>Segregação sócio-espacial</p> <p>Definir o adensamento e não incentivar a construção de uma cidade dispersa;</p> <p>Falta de estímulo a um modo de se repovoar o centro sob forma diferenciado do comercial;</p> <p>Aracaju não tem outorga onerosa;</p> <p>Atender a taxas e ocupação por zona, permitir verticalização e iluminação continua para as especificações que o limite e distâncias entre edificações sejam proporcionais às áreas do terreno;</p> <p>Existência de vazios urbanos (citado 2 vezes);</p> <p>Definição de um raio construtivo limitando empreendimentos pela quantidade de garagem, por zona construtiva;</p>

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.



CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Manter o gabarito máximo de 16 pavimentos para uniformizar toda a cidade;	Planejar melhor;
	Caso haja um conjunto de construtoras em um determinado local, que essas construtoras possam dividir os custos para infraestrutura com a prefeitura pelo impacto gerado por seus empreendimentos;
	Desrespeito a legislação de acordo com interesses particulares em detrimento ao coletivo;
	Faltam escolas, hospitais, maternidades e creches;
	Falta drenagem, pavimentação e iluminação em ruas e praças;
	Quanto mais se verticaliza há menos custos na infraestrutura;
	Burocracia demasiada na regularização e construção;
	Fiscalização e cumprimento de normas NR18 entre outras;
	Licença para grandes empresas sem critério, inviabilizando outras pequenas já instaladas;
	Falta fiscalização adequada sem privilégios nas construções;
	Falta de fiscalização das condições infraestruturais de bairros e falta de ações que solucionem problemas encontrados;
	Legislação municipal muito antiga;
	Maior punição nas obras que não estejam de acordo com a legislação;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Falta fiscalização das construções e obras (citado 5 vezes);
	Falta um órgão de planejamento (citado 3 vezes);
	Falta segurança Jurídica (citado 5 vezes);
	Faz e desfaz o gestor que entra não aceita o que o anterior fez e quer mudar tudo;
	Não há controle do uso e ocupação do solo a partir do momento que a própria Prefeitura, através da secretaria de finanças, libera alvarás de funcionamento a qualquer novo estabelecimento que solicita, sem ao menos ser analisado pela EMURB;
	Falta código de obras e LUOS atualizados;
	Melhoria no código que rege e organiza;
	Definir adensamento e não a construção de uma cidade dispersa

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.



DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Melhoria na qualidade do ensino público;
	Insegurança;
	Falta de urbanização;
	Crescimento desordenado;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

Perante o que foi exposto, as potencialidades transcorreram nos investimentos das praças com instalação de equipamentos ligados a programas de melhorias da saúde comunitária, dos incentivos a preservação e promoção de ambientes históricos e turísticos, da configuração geográfica banhada por rios, das ofertas de parques, da possibilidade de inserir vários modais no sistema de transporte integrado (VLT, BRT, Táxi, Microônibus), dos estímulos a utilização das ciclovias, e dos usos mistos para a ocupação do solo no zoneamento.

Também demonstrado a insatisfação no planejamento ligado ao cumprimento da função social da propriedade, e também da ausência de investimentos em áreas verdes e serviços de infraestrutura como drenagem, esgotamento sanitário, sistema viário e calçadas, da pouca arborização, da pequena taxa de permeabilidade exigida, das ocupações “desordenadas” dos vazios urbanos, da má qualidade do transporte público coletivo, do conflito de diretrizes para a Zona de Expansão da cidade, da indefinição do gabarito de altura, da concentração do adensamento do uso e ocupação do solo, da aplicabilidade da outorga onerosa, da fiscalização das licenças e invasões de terrenos, áreas e prédios públicos, da revisão da legislação e códigos minimizando a insegurança jurídica e da criação de um Órgão de Planejamento.

Ao validar o ultimo trabalho assim como o encerramento do debate desta sessão, a palavra planejamento e seus sinônimos apareceram em todos os aspectos. A base apresentada no inicio como foco de solução para os incômodos existentes no desenvolvimento da revisão do Plano Diretor.

Concluiu-se por tanto que para este setor, o planejamento, percorre sobre a legislação a exemplo da sugestão de criação de um órgão específico e da revisão dos respectivos itens: Adensamento, Gabarito, Outorga Onerosa, Permeabilidade, Uso e Ocupação do Solo, Coeficiente, Fiscalização, Transporte Público aliado ao Sistema Viário, Diretrizes da ZEU (Zona de Expansão Urbana), dentre outros, a fim de eliminar a insegurança jurídica existente e crescimento



desordenado do município diante da especulação imobiliária de determinadas regiões da malha urbana.

d. Audiência Pública Setorial IV - Trabalhadores Através de suas Entidades Sindicais

Essa quarta Audiência Pública Setorial ficou marcada por ter apenas um representante dentre as entidades sindicais convocadas, sendo esta o SENGE (Sindicato dos Engenheiros de Sergipe) através do Sr. Rosivaldo Ribeiro, Presidente do Sindicato.

Coordenada por Marianna Albuquerque a audição destacou a presença recorrente dos Vereadores Iran Barbosa, Lucas Aribé, Dr. Emerson Costa e nesta especificamente do Vereador Emanuel Nascimento.

Da mesma forma que a anterior, a audiência foi iniciada com uma apresentação inicial seguida das duas dinâmicas já definidas anteriormente.



Abertura da Audiência Setorial IV

Fonte: SECOM Data: 26/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Apresentação da Metodologia na Audiência Setorial IV

Fonte: SECOM Data: 26/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial IV

Fonte: SECOM Data: 26/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial IV

Fonte: SECOM Data: 26/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Na primeira atividade, o potencial turístico e patrimonial se destacou na elaboração do Mapa Mental da Dinâmica 01. Apontou a Orla, o Mercado Municipal, os Rios, o Centro, os Parques, os Faróis, como maior representatividade do município, devendo ser preservados e inseridos no planejamento das políticas públicas, sendo que mais uma vez a Zona de Expansão não foi lembrada como integrante do município.

A segunda dinâmica abrangeu e colheu os respectivos dados abaixo:

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Existência de uma economia informal muito forte;	Falta de programas para a geração de emprego para jovens menor aprendiz 1º emprego (recém – formados);
	Crise financeira está corroendo nosso salário;
	A crise financeira que não vai bem;
	Nosso poder aquisitivo está diminuindo a cada dia;
	As perspectivas para emprego não são boas;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Existe a Ponte Aracaju / Barra;	Falta divulgação da cidade em outros estados;
Orla do bairro industrial;	Falta de revitalização do centro da cidade;
Existência do parque dos cajueiros;	Insegurança;
Existência do parque da cidade;	Falta de conservação pela população dos nossos patrimônios;
Tem espaço em datas festivas para o cristão expressar sua fé;	Faltam investimentos por parte do poder público para o turismo;
A utilização de espaços públicos para expressão cultural e religiosa;	Aracaju não tem imóveis tombados, pelo tombamento municipal;
Existe a Orla pôr do sol;	Ausência de turismo adaptado;
Cidade bonita e aconchegante;	Litoral mal aproveitado devido ao isolamento e abandono como é o caso da praia Sarney;
Belas referências culturais;	Criação do centro cultural com obra que contam a história de Aracaju;
Divulgação dos pontos turísticos;	
Receptividade;	
Hospedagem de qualidade;	



Manutenção dos nossos patrimônios;	
Cidade da qualidade de vida;	
Esculturas espalhadas pela cidade;	

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
O grande número de praças e avenidas arborizadas e parques trazendo um ambiente limpo para a cidade;	Pouca arborização (citado 4 vezes);
Políticas voltadas para a proteção do meio ambiente, fazendo assim o equilíbrio entre o avanço imobiliário e a natureza;	Impressionou a imagem de jacarés bem próximos a edifícios no conjunto Santa Lucia neste ultimo fim de semana, quando a cidade ficou muito alagada com as chuvas, fazendo pensar o quanto que a cidade esta próxima invadindo o meio ambiente, pois esta tudo muito misturado. Necessário fazer delimitações com zonas de proteção ao meio ambiente.
Parques bem cuidados para o lazer, como por exemplo: Parque dos Cajueiros e Sementeira;	Poluição sonora produzida por carros e seus sons em volume alto, contribuindo para a desordem do silêncio;
Preservação dos parques ecológicos e áreas verdes;	Degradação do mangue e invasões (citado 5 vezes);
Preservação das áreas de lagoa e dunas;	Construção desordenada;
O município de Aracaju é banhado por extensos rios, a exemplo do Rio Poxim e Sergipe;	Poluição dos canais e recursos hídricos devido à falta de tratamento de esgoto (citado 10 vezes);
Orla marítima ainda não adensada;	Entupimento dos esgotos;
Remanescentes de mangue com potencial de criação de parques;	Falta um maior uso da nossa malha de rios;
Grande parte da Zona de Expansão ainda conserva áreas de drenagem, importante aspecto que precisa ser considerado;	Criar uma solução para evitar ou controlar os alagamentos, enchentes (citado 2 vezes);
	Alto índice de praças públicas deterioradas;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.



SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Integração do sistema transporte coletivo;	Falta mais cuidado e segurança nas praças para as pessoas passear e mais segurança;
Boa administração e limpeza do parque da sementeira;	Falta de transparência da prefeitura;
A atual gestão do Prefeito está bastante atenta e atuante no aspecto da melhoria da infraestrutura da cidade, diagnosticando, planejando e executando vários serviços públicos neste sentido;	O transporte público em Aracaju é de qualidade mediana para o valor a ser pago nos dias atuais. A demora dos ônibus nos terminais é sem justificativas para o tamanho da cidade. Levando em consideração o péssimo policiamento da guarda municipal no período da noite nos terminais, esses ficam parados aos montes em uma das entradas;
Recuperação das vidas urbanas;	Sucateamento das escolas;
Existência de praças de lazer;	Degradação e não funcionamento do SUS;
	Tarifa de ônibus cara;
	Falta de respeito aos usuários do transporte;
	O efetivo policial em cada bairro do município além de patrulhas, unidades moveis com plantão noturno;
	As pistas muito ruim em alguns locais;
	Dificuldade para regularizar imóveis e os valores;
	Precisa melhorar a segurança pública;
	Abrigos e terminais de ônibus sem acessibilidade;
	Falta de acessibilidade nos espaços públicos;
	Utilização inadequada dos pisos táteis nas calçadas e nos locais de uso coletivo;
	Poucos semáforos sonoros instalados na capital;
	Melhorar o transporte público renovando a frota, pois ainda existem ônibus em péssimo estado de conservação, reformar os terminais e disponibilizar mais linhas;
	Falta de segurança em todos os setores da sociedade;
	Trânsito caótico em horário de pico;
	Malha viária deficiente;
	Saúde de mal a pior;
	Transporte público sucateado;
	Obras viárias mal planejadas que não trazem



	mobilidade, desperdiçando recurso, a exemplo do viaduto do DETRAN;
--	---

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Aracaju tem o plano de regularização fundiária como é o caso do Coqueiral;	Praça Dom José Tomaz do Siqueira Campos precisa ser renovada;
	As ruas precisam ser mais cuidadas,
	Falta de regularização fundiária;
	Invasão em áreas de preservação;
	Existência de Loteamentos clandestinos;
	O macrozoneamento e o zoneamento apresentados no PDDU estão diferentes nos dias atuais;
	Ocupação sem um devido estudo preliminar e ocupação indevida;
	Áreas 100% impermeabilizadas (Residências e praças);
	Prédios muito altos, tornando a cidade muito quente;
	Conter o avanço desordenado dos imóveis;
	Índice de permeabilidade muito pequeno;
	Muito adensamento em áreas com pouca infraestrutura;
	Perfis do sistema viário inadequado a necessidade para promover uma política de mobilidade que favoreça o transporte público;
	Existência de prédios abandonados;
	Faltam projetos de moradia popular;
	Não tem áreas de interesse social nas regiões centrais (ZEIS);

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Sistema viário da Av. Tancredo Neves;	Existe a especulação imobiliária;
A cidade pode ser considerada um canteiro de obras; Construção de viadutos	Edificações construídas de forma desordenada, deixando feia a paisagem e



e vias com grandes avenidas;	gerando uma poluição visual;
Construção de equipamentos sociais como unidades escolas e postos de saúde;	Área de lazer na Coroa do Meio, nas margens do rio;
Abertura de canais para escoamento das águas fluviais;	Com relação à regularização de imóveis (difícil) ou conseguir uma documentação;

ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Nossa legislação deveria além de ser cumprida pelo povo (cidadão) haveria de ser cobrada pelos órgãos competentes mais respeito à regularidade;
	Falta fiscalização;
	Secretarias muito separadas para dar entrada em processos;
	Melhorar a fiscalização das obras de pequeno como de grande porte;
	Falta de critérios bem definidos a respeito da utilização das áreas;
	Acompanhamento efetivo das obras de âmbito privado ou público, seja casa (moradia popular), seja prédio (comercial ou público) na construção dos mesmos;
	Melhorar a fiscalização das obras de pequeno e grande porte;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Ausência de climatização na biblioteca pública Clodomir Silva;
	Falta acessibilidade ao Mirante da 13 de Julho;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

Na leitura dos dados, os aspectos positivos, transcorreram sobre o potencial turístico, patrimonial, cultural, ambiental, e construtivo, da conservação de lagoas de drenagem na



Zona de Expansão, da recuperação e manutenção de vias urbanas, do sistema integrado no transporte público e do plano de regularização fundiária aplicado recentemente em uma área da região norte.

Verificou-se que os aspectos negativos que competem a Revisão do Plano, embasaram os seguintes temas: No Turismo e Patrimônio Cultural, ampliar a divulgação do turismo com investimentos na conservação e tombamento de edifícios históricos aliados a revitalização da zona central; No Meio Ambiente, conter a degradação, invasões e poluição dos rios, manguezais, canais e APP (Área de Preservação Permanente); Nos Serviços Públicos e de Infraestrutura, ampliação e melhorias na estrutura do sistema viária; No Uso e Ocupação do Solo, revisar o macrozoneamento, o índice de permeabilidade, o adensamento, o gabarito, a regularização de áreas; Nas Construções e Obras, acompanhamento efetivo da fiscalização municipal em todo o território; Nos Administrativos e Legais do Município, uma política de conscientização das leis que regem em especial a regularização de imóveis e de áreas; E nas Demais Temáticas, pontuada a ausência de acessibilidade em ponto turísticos da cidade.

Regularização foi à palavra chave da Dinâmica 02 (ver abaixo) e de posterior discussão no debate. Apareceu nos dois aspectos, no negativo, como solicitação de aperfeiçoamento da atividade, das problemáticas existentes e do estímulo à sociedade de realizá-la, e no positivo, a citação de um trabalho de regularização fundiária desenvolvida no Coqueiral pela Prefeitura Municipal de Aracaju, tido como um modelo a ser seguido. Todo este processo de melhorias atrelado a uma fiscalização eficiente, com a estruturação de um corpo técnico que atenda a demanda da capital, de forma igualitária inerente aos interesses de particulares.

e. Audiência Pública Setorial V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

Bastante produtiva essa quinta Audiência Pública contou com o comparecimento unânime do setor convidado, caracterizado por um público jovem, com destaque a presença de representantes da INFRAERO, além da participação da população em geral.

Dada a abertura, foi explanado o conteúdo da Revisão do Plano Diretor bem como as



respectivas atividades que advinham.



Abertura da Audiência Setorial V

Fonte: SECOM Data: 28/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



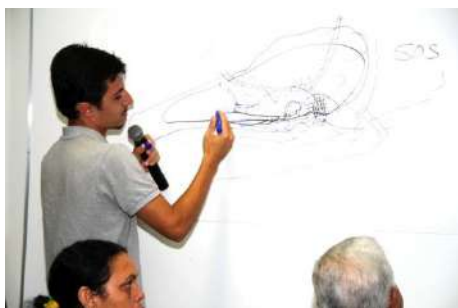
Público da Audiência Setorial V

Fonte: SECOM Data: 28/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju

A composição do Mapa Mental (Dinâmica 01) se deu através de ilustrações e citações de elo entre o passado e o presente da realidade urbana e social da cidade.

Nos aspectos pertinentes a história pontuou a configuração inicial planejada com o Quadrilátero de Pirro (localizado no centro) e do crescimento “desordenado” no entorno; a geografia pouco valorizada visto o potencial do relevo plano e margeado por mares e rios; a especulação imobiliária que avança em paralelo ao crescimento da cidade sem planejamento prévio, especialmente os vazios urbanos anteriormente existentes hoje ocupados de acordo com os interesses individuais; o patrimônio diluído com o passar dos anos com as reformas e demolição de prédios antigos, exemplares da arquitetura; o transporte enaltecido por sua implantação, por meio da linha férrea, como divisor das regiões norte e sul, socialmente por separar as classes, e atualmente por continuar distinguindo através da valorização do automóvel e defasagem do transporte público, para este, o SIMUCA é um projeto integrador que vem sendo apresentada como solução em todas as reuniões pelo Sr. Anselmo Cardoso, Perito Aposentado, Presidente do Instituto Águia; a acessibilidade com a preservação de calçadas estreitas, má conservação e ineficiência fiscal; e por fim a zona de expansão urbana tida como área a ser preservada e hoje pólo de exploração urbana.



Mapa Mental da Audiência Setorial V

Fonte: SECOM Data: 28/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Mapa Mental da Audiência Setorial V

Fonte: SECOM Data: 28/05/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju

Concluída essa fase, iniciou o preenchimento dos quadros temáticos abaixo da Dinâmica 02.

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Cidade média, tamanho ideal para intervir e gerir (dirigir) o crescimento;	Setorização de fluxos na cidade comércio / residência/ indústria;
Receptividade;	Segregação social e econômica;
Economia equilibrada;	Falta de uma coordenação municipal com relação à implantação, assistência técnica as unidades empresariais de estrutura produtiva;
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Orla de Atalaia;	Turista chega a Aracaju e vê uma cidade extremamente vertical que não respeita e não preserva sua área verde, seus lagos, mangues e usam desses lugares de forma cruel e brutal para crescer ainda mais verticalmente. O único atrativo turístico de Aracaju é a praia e a orla, que apesar de ser uma das mais bonitas, não da tanta segurança para quem visita. Falando do patrimônio histórico e cultural, o descaso com as casas do centro que são demolidas para a construção de estacionamentos e galerias ou qualquer outra coisa é revoltante! Enquanto poderiam usar uma arquitetura bonita, valorizando a nossa história estão acabando com ela por “nada”;
Orla do Bairro Industrial;	A descaracterização constante das fachadas do



	centro histórico (citado 6 vezes)
Parque da cidade;	Melhorar a infraestrutura dos parques e praças (citado 4 vezes);
Parque da Sementeira;	Desvalorização dos rios e da cultura;
Orla Pôr do Sol;	Desvalorização e destruição dos patrimônios (citado 5 vezes);
Com todos esses problemas de gestão e da população, fomenta o crescimento de ações revolucionárias, a cena underground cresce, e a cultura toma novos rumos e travam batalhas em prol do povo e do equilíbrio;	Descaso com o patrimônio cultural para construção de edificações inúteis (citado 2 vezes);
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	Monumentos que não representam nossa cultura;
Revitalização de importantes centros históricos, transformando-os em centros culturais, preservando ao máximo sua arquitetura original;	Desvalorização da história da cidade e demolição de edificações antigas (Citado 7 vezes);
Autonomia financeira;	Falta de interesse na preservação de parte do patrimônio histórico, devido a falta de incentivos para a preservação;
Disponibilidade de empregos;	Faltam muitas leis para melhorar a fiscalização aos destruidores de patrimônio histórico (citado 5 vezes);
História da cidade notória em construções;	Faltam atividades turísticas para a família aracajuana;
Valorização dos costumes do município;	Aproveitamento da ferrovia como forma de transforma - lá em ponto turístico;
	Desprotegido e ameaçado;
	Falta de incentivo e valorização das manifestações culturais locais (citado 2 vezes);
	Afastamento de atividades noturnas no centro;
	Retratar um patrimônio natural (caranguejo) em um monumento na passarela do caranguejo representando o mesmo de forma cozida;
	Domínio do roteiro turístico com os grandes empresários, a cidade acaba perdendo pontos em potencial com relação ao turismo;
	Ausência de políticas pública direcionada ao turismo;
	Desvalorização dos artistas locais, especialmente no que tange aos cachês em eventos realizados pelo município / administração municipal;
	Priorização de ambientes fechados e climatizados (shopping);

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Dunas e manguezais ainda preservados apesar da pressão imobiliária;	Desmatamento (citado 2 vezes);



Presença de rios e lagoas nas cidades;	Falta de delimitação das áreas de preservação (citado 2 vezes);
O rio Sergipe ainda possui um aspecto visual muito bom, porém a PMA precisa intervir em projetos de longo prazo para a sua despoluição e dragagem, antes que vire um Rio Tietê;	Falta arborização na cidade e preservação das existentes (citado 14 vezes);
A cidade é limpa (Na maioria das áreas);	Falta de preservação das áreas públicas, a exemplo da sementeira e parque da cidade (citado 2 vezes);
Rios, córregos, mar, praias, parque da cidade, parque da sementeira, mangues. Deveríamos aproveitar esses recursos naturais;	Descarte irregular de esgoto em canais que acabam desaguando sem tratamento adequado em rios, mangues e no oceano (citado 5 vezes);
Os parques que ainda estão “intocados”, exemplo: Parque dos Cajueiros, parque da Cidade, Parque da Sementeira;	Invasão de construções em áreas verdes da cidade que estão incluídas como áreas de preservação (citado 8 vezes);
Ar puro, cidade limpa;	Melhorar o sistema de esgoto (citado 3 vezes);
Fiscalização dos resíduos sólidos descartados de forma indevida (multa / processo para os que não respeitam o correto descarte);	Destruição das áreas de preservação a exemplo do Parque Tramanday e dos manguezais (citado 2 vezes);
Investimento em ciclovias;	Falta de educação ambiental;
Proteger a cidade com sombra das árvores;	Ausência de fiscalização dos mangues da 13 de Julho e da cidade em geral (citado 2 vezes);
Preservar a fauna e a flora;	Taxa de permeabilidade muito baixa (citada 8 vezes);
Deixa o ar mais puro e o ambiente mais agradável;	Péssima conservação dos nossos recursos hídricos – invasão, poluição, ocupação (citado 3 vezes);
	Aprovação de construções na zona de adensamento restrito (Aruana, Mosqueiro, Robálo);
	Crescente o numero de impactos ambientais;
	Cada vez mais os rios e lagoas presentes em vários pontos da cidade estão sumindo, pois os mesmos estão sendo aterrados;
	Construção de poucos parques e praças;
	Sem consideração com a separação do esgoto com águas pluviais;
	Meio ambiente está sendo destruído pela ocupação desordenada;
	Não é dada uma devida importância ao tema, fazendo assim, com que a preservação ambiental seja deixada de lado;
	Controle incipiente da ocupação ilegal de áreas de interesse ambiental;
	Falta de fiscalização no pagamento das RIV's que incluem o plantio de mudas;
	Plantar nas zonas de influencia direta e indireta;
	Poucas reservas ambientais e parques com áreas verdes;
	Melhor distribuição da infraestrutura, atendendo também a bairros que são economicamente menos visados;
	Bairro Jandins fica totalmente alagado, juntamente com o centro em períodos de chuva;



	Praças arborizadas;
	Desrespeito aos recursos mínimos;
	Uma quantidade demasiada de praças com falta de manutenção gerando mau uso, pouca iluminação ou nenhuma;
	Acumulação de resto de material é prejudicial ao meio ambiente;
	Avanço desnecessário em áreas naturais;
	A grande demanda por construções acabam destruindo a área verde da cidade;
	Diminuição das áreas verdes;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Limpeza urbana boa (citado 2 vezes);	Existem poucas ciclovias, são inseguras e desconectadas (citado 11 vezes);
Serviços públicos de boa qualidade;	Vias em péssimo estado (citado 2 vezes);
O recolhimento de lixo é satisfatório;	Drenagem das águas das chuvas e seu devido reaproveitamento (citado 3 vezes);
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	Existe a priorização do carro particular (citado 4 vezes);
Há segurança pública adequada;	Falta de saneamento básico em algumas áreas da cidade (citado 2 vezes);
Existência de ciclovias, porém com a ressalva de que são desconexas, estão abandonadas e em pouca quantidade (citado 4 vezes);	Péssimo serviço principalmente na mobilidade urbana, saúde e educação;
Existência de coleta seletiva;	Transporte público deficiente e sem acessibilidade (citado 10 vezes);
O trabalho do SAMU;	Pavimentação precária (citada 3 vezes);
O fechamento de esgotos no conj. Augusto Franco que influenciam positivamente tanto na paisagem quanto nas relações sociais;	Acessibilidade: -rampas com inclinações corretas, executadas corretamente; -execução correta do piso tátil (para deficientes visuais) -Calçadas estreitas, deterioradas e intransitáveis e não sombreadas (citado 18 vezes);
Há hospitais;	Falta uma lei normativa – para conceder habite-se só as edificações e empreendimentos com caçadas niveladas com as guias do meio-fio e sinalizadas com acessibilidade para deficientes;
Há Praças;	Sinalização de trânsito precária;
Há Escolas;	Equipamentos públicos deteriorados e falta de manutenção (citado 2 vezes);



Há postos de saúde;	Fiscalização de obras privadas, especialmente calçadas;
	Ausência de um plano de calamidade urbana;
	Serviços públicos de informação ao turista;
	Instalação de semáforo sonoro para os deficientes visuais (citado 2 vezes);
	Acessibilidade precária;
	Serviços de saúde precários;
	Poucas obras de infraestrutura p/ acompanhar o crescimento da cidade;
	Não possui estrutura viária para os carros existentes e nem um planejamento de ampliação das vias (Citado 5 vezes);
	Má organização e planejamento das obras da área de expansão;
	Não pontualidade nos horários dos ônibus;
	Insegurança na cidade;
	Não integração das várias possibilidades dos sistemas de transportes;
	Faltam de lixeiras na cidade;
	Ruas e avenidas da periferia apresentam diversos problemas de manutenção e conservação. Problemas de falta de sinalização, não atendem o público, não possuem capacidade de suporte para estacionamento e sentido de fluxo;'
	Má execução de reformas de recapeamento;
	Euclides Figueiredo (Santos Dumont), Av. Carlos Marques (Soledade) Semáforo e saneamento básico;
	Falta de engenharia e arquitetura pública;
	Melhoria nos acabamentos das obras;
	Corredor exclusivo de ônibus;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Uso misto do solo;	Propor usos e volumetrias equilibradas para a cidade, organizando-a morfologicamente;
	Alto adensamento;
	Aumentar o valor exigido do recuo em edifícios altos;
	Diminuir o valor mínimo adotado para uma Gleba;
	Diminuir a taxa de ocupação (citado 7 vezes);
	Aumentar a taxa de permeabilidade (citado 9 vezes);
	-Sugestão: 30%
	Não permitir um gabarito alto na Orla de Atalaia;
	Uso misto de edificações em locais muito adensados;
	Coefficiente de aproveitamento alto (citado 9 vezes);
	Índices urbanísticos que permitem a ocupação de áreas sem infraestrutura como zona de Expansão e



	<p>Jabotiana;</p>
	<p>Periferização da moradia popular em áreas distantes dos pontos de trabalho e sem infraestrutura;</p>
	<p>Ausência de fiscalização quanto à impermeabilização total dos grandes centros, contribuindo com enchentes;</p>
	<p>Gabaritos homogeneizados afetam o conforto ambiental;</p>
	<p>Ocupação não ordenada no entorno do Aeroporto, não observando os zoneamentos de ruído e de proteção. Exemplo: escolas sem tratamento acústico em área de ruído, residências sem tratamento acústico em área de ruído;</p>
	<p>Coefficiente de aproveitamento necessita de revisão, pois permite adensar em qualquer lugar da cidade;</p>
	<p>As áreas destinadas à união devem pertencer mais à União e menos aos interesses da prefeitura;</p>
	<p>Não-aplicação do IPTU progressivo e inércia sobre terrenos vazios para especulação imobiliária;</p>
	<p>Necessidade de ordenamento compatível do uso do solo no entorno do Aeroporto visando à integração daquele equipamento urbano com as demais atividades implantadas em seu entorno;</p>
	<p>Verticalização da cidade devido o alto gabarito (citado duas vezes);</p>
	<p>Uso de áreas ambientais com finalidade de construções imobiliárias;</p>
	<p>Códigos e PDDU incompatíveis;</p>
	<p>Elementos que delimitam o uso e ocupação do solo em Aracaju;</p>
	<p>Pouco espaçamento;</p>
	<p>Máxima ocupação;</p>
	<p>Calçadas e recuos mínimos;</p>
	<p>Existência de especulação imobiliária;</p>
	<p>Falta de fiscalização no uso e ocupação do solo e gabarito de altura;</p>
	<p>Priorizar a recuperação do centro, onde já possui infraestrutura ao invés de expandir a cidade para o Mosqueiro.</p>
	<p>Cidade zoneada – áreas ociosas;</p>
	<p>Implantar o instrumento urbanístico de desapropriação urbanística;</p>
	<p>Diminuir tamanhos de Glebas de 40.000 m² → 20.000 m²;</p>
	<p>Melhor adequar à realidade nacional os valores e parâmetros da ocupação do solo, que em Aracaju é dos maiores/o maior do país;</p>
	<p>Recuos de calçada muito curtos na maioria das ruas e avenidas;</p>
	<p>Gabarito de altura irregular;</p>
	<p>Baixo retorno das construtoras para a infra da cidade na liberação da licença dos empreendimentos;</p>



	Deve haver um planejamento urbano, que pense mais nas condições de acessibilidade e infraestrutura, que minimizam a segurança, tornando a localidade mais insegura dentro da cidade;
	Parâmetros construtivos praticamente iguais para toda cidade;
	Gleba de 40.000 m ² ! Poucas áreas verdes e públicas para o futuro;
	RIV's muitos superficiais;
	Recuos mínimos para obras gigantes;
	O crescimento desordenado da Zona de Expansão sem nenhum plano estrutural ou ambiental;
	Gabarito e coeficiente de aproveitamento indevido,
	Incentivo ao uso misto das construções;
	Alinhamento do mobiliário urbano;
	Sensação de "sufocamento" e insegurança para o indivíduo que esteja do lado de fora do prédio;

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
As construções favorecem a geração de empregos (citado 3 vezes);	Legislação permissível a construções absurdas (12 torres na Atalaia);
As obras tornam a cidade um cartão postal e turístico (citado 2 vezes);	Prédios moldados num mesmo padrão pela legislação (2 pavimentos de garagem, "x" andares de apartamento);
Favorece o fluxo do trânsito;	Regularização das ocupações de estabelecimentos comerciais dentro das praças;
Melhoria na habitação;	Construtoras no comando, a prefeitura "autoriza" a construção com creches em legislações;
Desenvolvimento social;	Desmistificar a construção civil como único gerador de emprego e de lindas paisagens na cidade;
Colégio Jaime Araujo (Soledade);	Empreiteiras entre políticos e construtoras que resultam em prédios fora da legislação e sem nenhuma referência arquitetônica;
Viadutos;	Faltam estabelecimentos de cultura;
Casas populares;	Elevado gabarito de altura na orla de Atalaia e Zona de Expansão;
Terminais de integração;	Possibilitar segurança nas construções sem colocar muros altos;



Melhoria dos padrões da construção;	Falta de divulgação do código de obras;
	Menos áreas verdes;
	Conjuntos habitacionais de baixa qualidade para a classe menos favorecida;
	Os novos prédios prejudicarão o meio ambiente e a paisagem;
	Obras estão sendo executadas em locais inapropriados, visando apenas lucro e não se preocupando com a segurança das edificações;
	Forma e distribuição dos empreendimentos inadequados;
	A não fiscalização devida nas obras;
	Falta de compatibilização de projeto / infraestrutura;
	Diversas construções feitas sem a menor preocupação com conforto das áreas vizinhas;
	Parques, praças, espaços de lazer de péssima qualidade, falta de preocupação com durabilidade, qualidade dos materiais usados e personalidade cultural;
	Obras desordenadas;
	Fiscalização;
	Políticos fortemente envolvidos nos interesses das empreiteiras;
	Técnicas construtivas ultrapassadas;
	Utilização de carroças para transporte de material;
	Depósito de material de construção nas calçadas;
	Irregularidades em relação ao conforto ambiental;
	Viaduto não são positivos, portanto, fica como aspecto catalisador da quantidade de carros no trânsito sergipano (citado 2 vezes);
	DIA segue extremamente violento;
	Incentivo ao uso de edificações sem muros (mais livres);
	Construções em locais impróprios;
	A ocupação de vazios urbanos localizados entre a Av. Paulo VI (Inácio Barbosa) e Av. Adel Nunes (Farolândia) torna-se preocupante em relação ao futuro, ao ser adensado, provocando a retirada das áreas verdes e o trânsito engarrafado;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVO
Trabalho da GMA;	Faltam arquitetos e urbanistas para trabalhar no planejamento urbano da cidade (citado 3 vezes);
	Fragilidade das leis municipais que estão permitindo construções fora do gabarito e que prejudicam o próprio ordenamento da cidade;
	Instrumentos previstos no PDDU que não se aplicam;
	Falta de pessoal (Quadros próprios) e de estrutura



	para o planejamento urbano;
	Falta de compromisso da maioria dos vereadores quando aprovaram o aumento do IPTU;
	Local específico (órgão / instância) para efetivação do planejamento urbano;
	Não regulamentação e implementação da lei de desapropriação, presente no estatuto da cidade;
	Muitos terrenos e edificações abandonadas a mais de 10 anos e nada é feito;
	Necessidade de incorporação de orientações adequadas de uso e ocupação do solo nas áreas de influencia dos planos de proteção das operações aeroportuárias (Plano de zoneamento de ruído, plano de proteção das operações, área de segurança);
	Revisão do código de obras de Aracaju, é muito antigo e não atende a realidade atual, lei 13/66 (citado 2 vezes);
	Favorecimento às empresas privadas na área da construção civil que prejudicam a cidade com suas obras absurdas;
	Mais criação de áreas destinadas ao desenvolvimento social;
	Falta de regulamentação e/ou fiscalização da maioria das leis municipais;
	Exigir das construtoras o estudo do impacto de vizinhança (citado 2 vezes);
	Mais mobilidade;
	Falta de planejamento na zona de expansão;
	Secretarias muito distantes uma das outras;
	Falta de investimento público em bairros menos abastados;
	Cidade alagada após qualquer período de chuva;
	Desordem na coleta de lixo em muitas partes da cidade;
	As calçadas devem ser de responsabilidade da administração pública e não do proprietário do lote;
	Inexistência de políticas públicas para requalificação do centro;
	Melhorar a legislação acerca de RIV;
	Descumprimento da lei de publicidade 4422/12;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

No quadro “demais temáticas” não houve manifestações.

Na leitura, constatou-se que o público jovem preservou as colocações de forma mais aprofundada relacionada à primeira atividade e tem uma visão crítica de aspirações de melhorias para a cidade, sem desvincular os aspectos positivos e de gestão pública do município.

A maior característica listada no aspecto positivo que condiciona todo o resto foi o porte da cidade, aliado a planejamento e gestão a fim de conter problemas futuros, evidenciando as



melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Listaram também no Turismo e Patrimônio Cultural, algumas referências (Orlas e Parques) que preservam seus atributos, porém não vêem o centro histórico com a mesma perspectiva de valorização. O Meio Ambiente, foi enaltecido pelo aproveitamento dos recursos naturais e pela preservação ainda da maior parte das riquezas, como: dunas, mangues, lagoas e rios, porém, visualizam a necessidade de interceder urgentemente à poluição do Rio Sergipe diante dos canais que desembocam no mesmo. Nos Serviços Públicos e de Infraestrutura, os investimentos nas ciclovias e no sistema viário são benéficos a mobilidade, porém devem ser contínuos; e nas Construções e Obras, existe a necessidade de expandir o programa de moradias populares já existentes, com análise da localização desmistificando a inserção em zonas periféricas.

Uma curiosidade no resumo dos dados positivos listado foi da repetição em vários aspectos da ampliação do aeroporto como uma obra atual importante que movimentará a economia local, contudo, externaram preocupações pertinentes ao impacto que trará para o entorno, em contrapartida ao crescimento demasiado da região. Dentre as vantagens, o turismo ganhará um aliado com o aumento da capacidade e conforto nas instalações, bem como da geração de empregos e das aplicações que percorrem o período de execução até a fase posterior da implantação. Nesse raciocínio de benefícios com nas Construções e Obras, nos Serviços de Públicos de Infraestrutura, outro projeto foi citado, a obra de fechamento do canal em uma das principais avenidas no Conjunto Augusto Franco que mudou a paisagem local, agregando sociabilidade a uma área antes inóspita com a colocação de equipamentos comunitários e iluminação adequada para uso.

Como aspectos negativos, a extensão destes transcorreu com críticas no âmbito Socioeconômico, dada a setorização dos usos na malha urbana (residencial, comercial, industrial) causador da segregação; No Turismo e Patrimônio Cultural, da necessidade de aplicar com rigor, punições, aqueles que destroem a história da cidade através da demolição e descaracterização de edificações antigas; No Meio Ambiente, realizar uma política de conscientização da importância de preservar e ampliar essas áreas de preservação aliando o aumento da arborização, da taxa de permeabilidade, e das qualidades dos espaços públicos como as praças; No Serviço Público e de Infraestrutura, planejar o sistema viário municipal devendo caminhar em paralelo a acessibilidade, no transporte público, nas calçadas, na continuidade das ciclovias, e nos equipamentos urbanos a exemplo da instalação de semáforos sonoros; No Uso e Ocupação do Solo, revisão das taxas de ocupação e permeabilidade, do coeficiente de aproveitamento, do gabarito, do zoneamento, dos recuos, das larguras de calçadas e vias, da aplicação do IPTU progressivo, da revisão dos sódigos, dos critérios do RIV em virtude do cenário atual apresentado na cidade, diante do adensamento, da



ocupação desordenada, da ausência de infraestrutura de algumas áreas atingidas pela especulação imobiliária; Nas Construções e Obras, o incomodo gerado pela ocupação recente dos vazios urbanos sem planejamento prévio das condições indispensáveis de uma organização espacial e da inserção a infraestrutura existente; e, por conseguinte, no Administrativo e Legal do Município, a inexistência de um órgão de planejamento urbano que previna e estabeleça projetos e legislação menos permissível de aplicabilidade futura diante da manutenção de um diagnostica efetivo da cidade, condicionando resoluções aos problemas hoje existentes citados nos âmbitos anteriores.

Fomentaram o debate final, representantes da Infraero diante dos questionamentos da ampliação do Aeroporto, mesmo referido positivamente em três aspectos Socioeconômicos, Turismo e Patrimônio Cultural, Serviço Público e de Infraestrutura. Uma vez que, quando implantado não havia ocupação no seu entorno, que diverge da realidade atual. Assim, cabendo a legislação garantia de integração com o tecido urbano, assegurar as restrições quanto ao uso e ocupação do solo da região, aliar-se a política pública de resíduos e mobilidade, elevando o funcionamento pleno das operações e a preservação do relacionamento com a comunidade.

f. Audiência Pública Setorial VI - Ong's Com Atuação na Área

Conforme estabelecido em Audiências anteriores, esta quinta Audiência Pública Setorial, contou com a participação de uma Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, visando atender a solicitação do Vereador Lucas Aribé com o objetivo de proporcionar amplitude da participação dos deficientes auditivos, se estendendo até a última sessão desta Revisão do Plano Diretor.



Abertura da Audiência Setorial VI

Fonte: SECOM Data: 02/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Abertura da Audiência Setorial VI

Fonte: SECOM Data: 02/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial VI

Fonte: SECOM Data: 02/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial VI

Fonte: SECOM Data: 02/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju

Notado o pequeno comparecimento dos cidadãos e Ong's, aplicou-se apenas uma das atividades que vinham sendo exercitadas, a Dinâmica 2, dos aspectos positivos e negativos, de como se vê a cidade.

Os aspectos negativos ressaltaram as problemáticas contidas respectivamente em cada tópico (conforme quadro temático abaixo):

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Expulsão dos menos favorecidos para áreas periféricas via movimento especulativo;
	Falta de iniciativas que desenvolva a área de ciência e tecnologia com vistas à criação de pólos industriais e de serviços;
	Ênfase econômica no comércio e em serviços primários, de baixo valor agregado;
	Falta de definição das áreas de interesse social, ex: Ao longo da Av. (Inácio Barbosa);
	Ausência de estudos de viabilidade do Dia para fins residenciais;
	Esquecimento de investimento na educação e saúde, por exemplo;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Ênfase turística em obras e equipamentos públicos em detrimento do elemento humano;
	Inexistência de política de preservação e



	disseminação das manifestações folclóricas;
	Inexistência de política séria de tombamento;
	Necessidade e recuperação de prédios públicos do município (tanto os históricos como os atuais);
	Regulamentação da circulação de veículos no centro histórico;
	Nenhuma preservação do patrimônio de Aracaju, como destruição de casas ecléticas do centro da cidade;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	O tipo de arborização utilizada não é nativa da nossa região;
	Não há uma arborização adequada (citado 5 vezes)
	Centro de esterilização nunca debatido em Aracaju, importante para equilibrar este descontrole de animais no município;
	Falta de políticas e estímulo para o correto manejo dos resíduos sólidos (citado 2 vezes);
	Existência insuficiente de reserva de área verde pública externa em condomínios fechados;
	A invasão de áreas verdes que deveriam ser preservadas ao invés de ocupadas por construtoras. Ex.: A região da ponte que liga Augusto Franco ao Inácio Barbosa;
	Galeria de águas pluviais utilizadas irregularmente como esgotos com a permissão ou complacência do município;
	Permissividade do uso e ocupação quanto à área de margens de rios e estuários, contribuindo para o aquecimento da cidade;
	Ausência de plano de aproveitamento da água da chuva;
	Poucas áreas verdes e áreas de preservação (citado 2 vezes);
	Negligência com a preservação da permeabilidade;
	Taxa de permeabilidade mínima muito baixa na cidade (citado 3 vezes), Sugestão de aumento para 30%;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Os projetos intermodais de transporte público integrado não utilizam o solo e os rios com veículos modernos e confortáveis para serem utilizados pelo



	<p>público em geral, pesquisadores e turistas;</p> <p>Faltam: manutenção das ciclovias, bicicletários, construção de novas ciclovias, ciclofaixas, ligação entre as ciclovias existentes; (citado 9 vezes);</p> <p>Melhorar a sinalização nas ruas, calçadas e ciclovias;</p> <p>Tempo de resposta demorado quando se é feito um protocolo solicitando reparo de algo;</p> <p>Falta de ação com a saúde pública;</p> <p>Nos projetos de mobilidade urbana e outros tenham a participação de empresas locais, sendo escolhidas através de concorrências públicas;</p> <p>Caso seja viável dar prioridade a projetos elaborados por especialistas do estado;</p> <p>Péssima qualidade do transporte público (citado 4 vezes);</p> <p>Elaborar projeto para conceder tarifa única para usuários do sistema integrado;</p> <p>Calçadas precárias;</p> <p>Acessibilidade para o idoso, crianças e pessoas que apresentam dificuldades para locomoção;</p> <p>Cidade despreparada para expansão (largura de ruas, canteiros, calçadas etc.);</p> <p>Ênfase no uso do carro;</p> <p>Ausência de serviço de coleta seletiva de massa;</p> <p>Ordenamento semafórico totalmente desarticulado (citado 2 vezes);</p> <p>Falta de planejamento para o saneamento básico (citado 3 vezes);</p> <p>Grave problema de continuidade de obras e ausência de foco na manutenção de bens e serviços;</p> <p>Construções de viadutos com solução para aliviar o tráfego dos transportes pela cidade. Viadutos não é solução;</p> <p>Ausência de espaços de lazer e recreação com equipamentos como campos de futebol e quadras;</p>
--	--

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Cidade média, tamanho ideal para intervir e gerir (dirigir) o crescimento;	Falta de fiscalização nas obras;
Receptividade;	Necessidade de revisão do valor de recuos;
Economia equilibrada;	Necessidade de revisão do valor do gabarito de altura (citado 3 vezes);
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	A falta de consciência para a função social do lote;
	Lotes e terrenos sem uso, especulação imobiliária (citado 3 vezes);
	Falta de transparência nos processos de licenciamento de empreendimentos impactantes;
	Política que incentiva a especulação imobiliária;



	Coeficiente de aproveitamento desrespeitoso;
	Construção de prédios acima de seis andares na orla, isso não era permitido;
	Falta de disciplina para recuos e calçadas;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Cidade média, tamanho ideal para intervir e gerir (dirigir) o crescimento;	A falta de qualidade dos materiais usados nas obras da cidade;
Receptividade;	Obras de grande impacto sendo liberadas levando em consideração apenas o fator econômico sem o estudo de impacto social e ambiental (citado 3 vezes);
Economia equilibrada;	Fiscalização ineficiente das obras de Aracaju por parte da EMURB;
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	Falta de transparência e de envolvimento das comunidades afetadas pelas obras;
	Regulamentação que vise a adaptação arquitetônica de fachadas, muros, recepção e estacionamento das pousadas e hotéis;
	Necessidade de um gabarito que vise limitar a quatro pavimentos nas margens de rios e canais, bem como em toda orla marítima;
	Não há bicicletários externos em novos empreendimentos;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	O CONDURB deve analisar as propostas PPA, LDO e LOA antes de encaminhar ao poder legislativo;
	O CONDURB deve ser composto por 1/3 comunidade civil, 1/3 comunidade técnica e científica, 1/3 órgãos municipais;
	Encaminhar à câmara os projetos de lei dos códigos complementares;
	Revisão do PDDU a cada 5 anos;
	Revisão da planta de valores imobiliários a cada 4 anos;
	Instituição do grupo provisório de infraestrutura (GPI) e do grupo de estudo ambiental (GEA);
	Submissão de todos os projetos de urbanização e parcelamento aprovados e não executados ao CONDURB;
	Revisão dos limites dos bairros;
	Manobra ilegal que culminou na LCM Nº132/2014;
	Total falta de transparência e prestação de contas



	quanto as outorgas onerosas;
	“Controle” das licenças na ficha de papel;
	Legislação tributária que tenta corrigir distorções de valor venal dos imóveis em função da valorização especulativa estimulada pelo próprio município;
	Inexistência do IPTU progressivo;
	Pouca divulgação com as ONG’S. A comprovação deste fato está na baixa participação desta reunião;
	As reais demandas dificilmente serão colocadas nesta reunião, qual foi o critério de seleção para convocação dessas ONG’S?;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Divulgação não realizada do principal alvo a ser atingido (ONGS);
	A divulgação dessas reuniões deve ser feita na tv aberta. Os meios utilizados não atingem satisfatoriamente a população interessada;
	Baixa participação dos vereadores, estes deveriam participar mais para entender de fato as demandas da população, pois ler um relatório nunca vai dar a eles a real necessidade das comunidades e organizações;

No Socioeconômico, clareza nos critérios de definição e ampliação das áreas destinadas de interesse social; No Turismo e Patrimônio Cultural, preservação dos prédios públicos e históricos; No Meio Ambiente, aumentar a arborização e recuperar as áreas de preservação que estão decadentes; Nos Serviços Públicos e de Infraestrutura, melhorias nas ciclovias e implantação de intermodais para o transporte público coletivo; No Uso e Ocupação do Solo, revisão dos coeficientes de aproveitamento e permeabilidade, com enfoque na efetiva função social da propriedade; Nas Construções e Obras, revê as exigências das licenças de obras de grande impacto que afetam diretamente a sociedade e meio ambiente; Nos Administrativos e Legais do Município, ampliação da atuação do CONDURB e demonstração da falta de conhecimento da legislação e da realidade; Nos Demais Aspectos, as expressões não foram focadas na incorporação do conteúdo a ser discutido, e sim, no processo de divulgação, participação e responsabilidades do trabalho elaborado pela PMA (Prefeitura Municipal de Aracaju), relacionando a ausência do setor e o as necessidades sociais vistas pelos Vereadores .

Uma característica importante a ser pautada na conclusão do diagnóstico dessa atividade foi à ausência de citações nos aspectos positivos, sendo este um ponto relevante na construção do



debate posterior e motivo de questionamento se realmente não há nada útil que deva permanecer ou ser ampliado.

No debate, as discussões percorreram por melhorias na acessibilidade, no transporte público, no planejamento dos vazios urbanos, e da revisão urgente das leis que regem a construção urbanística da cidade, reforçando a necessidade de mudança, comprovada na dinâmica aplicada e no histórico das audiências que antecederam.

g. Audiência Pública Setorial VII – Conselhos

Sétima e última Audiência Pública, desta vez, com as presenças dos respectivos: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe (CAU/SE), Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe (OAB/SE), Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência (CMPD) e Conselho Estadual de Pessoas Portadoras de Deficiência (CEPPD). Em virtude do notado comparecimento dos membros, em especial, portadores de deficiência auditiva, a presença da intérprete fez-se imprescindível, facilitando a inclusão e a participação de todos nas discussões e nas tarefas.

Após a apresentação e conscientização do trabalho que norteia a necessidade da Revisão do Plano de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, iniciou a captação das ideias e opiniões, com a dinâmica do preenchimento das fichas nos aspectos negativos e positivo de acordo com os assuntos abordados e de livre escolha.



Abertura da Audiência Setorial VII

Fonte: SECOM Data: 09/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Abertura da Audiência Setorial VII

Fonte: SECOM Data: 09/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial VII

Fonte: SECOM Data: 09/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju



Público da Audiência Setorial VII

Fonte: SECOM Data: 09/06/2015

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Aracaju

A tarefa colheu os seguintes dados abaixo listados:

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVO	NEGATIVO
Desenvolvimento da cidade economicamente;	Desenvolvimento desordenado;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVO	NEGATIVO
Potencial turístico da cidade;	Falta de investimento e fiscalização dos prédios históricos;
Considerável número de prédios Históricos;	Falta de conservação e manutenção do patrimônio público existente;
Beleza Natural;	Não há turismo acessível em Aracaju, constata-se nos prédios históricos;
Utilidade de equipamentos Públicos de turismo;	

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

MEIO AMBIENTE	
POSITIVO	NEGATIVO
Potencialidade dos parques e espaços Públicos existentes;	Mau aproveitamento dos recursos naturais, como a água das chuvas;
Potencialidade de construção de novos parques e espaços Públicos às margens dos rios que cortam a cidade;	Degradação das áreas de preservação permanentes;
	Falta de arborização na cidade em relação às áreas construídas;
	Falta de rigor na fiscalização e preservação. A exemplo do esgoto lançado em águas pluviais e mananciais;
	Falta de tratamento de esgoto e saneamento básico;
	Inacessibilidade às áreas naturais em nosso



	município e outras regiões adjacentes; Aterramento de mangues, comprometendo o escoamento fluvial;
--	---

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVO	NEGATIVO
A construção das Ciclovias;	Saúde: Postos de saúde, hospitais e clínicas;
Calçadas do centro;	Pouco Policiamento;
Incentivo de atividades esportivas e de lazer nos espaços Públicos;	Falta acessibilidade para surdos (citado 2 vezes);
Saneamento básico – índice de cobertura em crescimento;	Pavimentação das vias sendo executadas de modo errôneo, cobrindo buracos;
	Falta de incentivo de substituição do transporte particular pelo público;
	Falta de fluidez do trânsito (citado 2 vezes);
	Falta de infraestrutura na zona de expansão;
	Melhorar a iluminação da cidade e diminuir a violência;
	Aumentar o número dos profissionais das áreas de saúde nos postos;
	Falta de corredores urbanos para transporte público;
	Drenagem insatisfatória do Município;
	Esgotamento sanitário sendo despejado em canais de drenagem;
	Excesso de empreendimentos com pouca infraestrutura local;
	Sinalização inadequada nos passeios para deficientes visuais;
	Falta de semáforos sonoros para deficiente auditivo;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVO	NEGATIVO
Criação de novos bairros;	Uso e ocupação do solo acontecendo de forma desordenada;
Zona de expansão;	Baixa taxa de permeabilidade do solo;
Incentivo na criação de conjuntos habitacionais populares;	Ocupação das calçadas de forma irregular;
Facilidades para adequação regulamentar;	Alta densidade demográfica em alguns bairros e localidades; (citado 2 vezes)
	Alto coeficiente de construção nos terrenos, visto a implantação de grandes empreendimentos em áreas que não comportam; (citado 2 vezes)



Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVO	NEGATIVO
	Edificação desordenada;
	Recuos inadequados das construções;
	Ausência ou pouca fiscalização; (citado 2 vezes)
	Que as obras de arte sobre os canais e rios situados na área metropolitana, tenham um pé direito em relação ao nível da água, compatível para futura utilização como via de transporte público e lazer;
	Falta de padronização das calçadas;
	Falta de manutenção nas edificações;
	Densidade demográfica elevada sem infraestrutura suficiente no entorno, em alguns empreendimentos;
	Construção acontecendo sem obedecer aos limites mínimos para dar condições de acessibilidade das calçadas;
	Execução de obras sem o devido acompanhamento técnico para que as mesmas obtenham os critérios de acessibilidade;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVO	NEGATIVO
Tentativa de controle do crescimento desordenado;	Realização de concursos públicos, Convocação: acessibilidade ao quadro efetivo quase não cumprido (PCD);
	Falta de órgão responsável pela manutenção das obras públicas;
	Ausência de comunicação acessível nos espaços públicos, estabelecimentos e demais locais da cidade;
	Necessidade de veicular, propagandas institucionais na imprensa com áudio;
	Descrição e tradução na língua brasileira de sinais (Libras);
	Legislação anacrônica;
	Falta de revisão do plano diretor;
	Falta de regulamentação de muitas leis já sancionadas;
	Falta de compromisso com a acessibilidade, fato percebido na ausência de ações efetivas para a promoção da igualdade de oportunidades e direitos;
	Ausência de uma secretaria específica para



	aspectos concernentes a acessibilidade; Criar um órgão de planejamento urbano com cargos de direção com profissionais legalmente habilitados para o urbanismo; (citado 2 vezes)
--	--

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVO	NEGATIVO
Fomento das atividades esportivas, visando melhorar a integridade física do cidadão. Ex: Caju Bike, Calçadas construídos sobre os canais;	Inspeção no tocante às casas e prédios abandonados em Aracaju, para que tragédias sejam evitadas;
	Poucas rampas para cadeirantes nos passeios;
	Como os surdos chamam 192. (SAMU);
	Precisar interprete de libras em todos os órgãos, para atendimento (profissional);
	Escolas bilíngües (Português / Libras);
	Site da Prefeitura falta de acessibilidade de libras;
	Carteira para gratuidade de transporte ao deficiente sem vínculo obrigatório ao estudo;
	Reativação do Conselho Municipal de Cultura;
	Reativação da Lei Municipal de Incentivo à cultura;

Fonte: Audiência Pública, Prefeitura Municipal de Aracaju, Maio de 2015.

No tocante dos aspectos positivos apontados em todos os tópicos, foi descrito a cidade do incentivo: Incentivo à economia, ao potencial turístico da cidade diante dos parques e das áreas públicas já existentes e da capacidade de portar novos com integração às riquezas naturais, das atividades esportivas nos espaços como praças, a criação e ocupação de novos conjuntos habitacionais e áreas, a contenção do crescimento desordenado do território em questão, e às diversas atividades sociais e culturais.

Agora, os aspectos negativos em suma apontaram respectivamente insatisfações no que compete a cada tópico: No Socioeconômico, crítica ao desenvolvimento desordenado da cidade; No Turismo e Patrimônio Cultural, ausência de conservação e manutenção do patrimônio histórico e natural da cidade; No Meio Ambiente, visto o mau aproveitamento dos recursos naturais, com o aterro de manguezais e do lançamento do esgotamento sanitário; Nos Serviços Públicos e de Infraestrutura, insatisfação quanto ao sistema de transporte público e tudo que o engloba, com vias má pavimentadas, pouca fluidez, ausência de corredores, e sinalização e acessibilidade defasada; No Uso e Ocupação do Solo, altos



coeficientes de densidade e ocupação implicando diretamente no adensamento das novas áreas que surgem; Nas Construções e Obras, a ausência eficaz da fiscalização seja esta pública ou privada; Nos Administrativos e Legais do Município, ausência de comunicação acessível a qualquer portador de deficiência e da necessidade de criação de um Órgão de Planejamento Urbano que possa prevê e planejar ordenadamente o espaço urbano; E nas Demais Temáticas, como complemento dos anteriores, foi citado a importância de existir um profissional de libras para auxiliar no dialogo em todos os órgãos municipais, estendo as escolas, postos de saúde e etc.

Visto a conclusão da dinâmica, o debate deu continuidade focada nas colocações pertinentes à inclusão, uma vez que são conhecedores das deficiências municipais, fazendo assim um contra ponto com a cidade do incentivo (mencionada anteriormente).

Esse público almeja a inclusão de forma acessível com incentivos que permeiem a adequação/adaptação da comunicação, da sinalização, do transporte público, da infraestrutura urbana, dos equipamentos públicos, da legislação, dos órgãos, e especialmente da cultura, da forma como o enxergam em quaisquer processos sociais.

h. Conclusão

A **Leitura Participativa da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju** do notado ano de 2015 finalizou com a conclusão das **07 (sete) Audiências Públicas** Setor (previsto no calendário inicial), cujo objetivo foi alcançado, de conhecer a realidade municipal através dos seus protagonistas e daqueles que fazem o desenvolvimento e traduzem as aspirações da cidade auxiliando na definição de novas diretrizes a serem implementadas nas posturas dessa lei, assim como previsto pela **Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA)** através dos membros que compõem a equipe da Revisão do Plano de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e do **Exmo. Sr. Prefeito de Aracaju João Alves Filho**.

A **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju** alcançou informações que vão além de sua competência, com um diagnóstico abrangente sobre as potencialidades da cidade e suas problemáticas de cunho social, cultural, econômico, político, ambiental e espacial. Entre tanto, é pertinente afirmar que a visão crítica para



ocorrer mudanças emergenciais esteve mais presente, confirmando assim, a necessidade de revisão no plano urbanístico e aplicação real da função social da propriedade através de seus instrumentos.

Um dado importante que reforça esse argumento de Revisão, é que na última leitura municipal realizada em meados de 1995, há 20 anos, a população da cidade girava em torno de 425.726 mil habitantes, e hoje em 623.766 mil habitantes, assim, imaginemos que territorialmente as transformações são bem mais expressivas.

A Leitura Participativa filtrou como principal conteúdo a ser revisto e validado no Diagnóstico Municipal, o que segue:

- Aplicação do IPTU progressivo, especialmente para edifícios e terrenos abandonados;
- Aprimoramento das exigências dos Estudos de Impacto e Vizinhança;
- Planejamento prévio de infraestrutura dos Vazios Urbanos;
- Normas e Parâmetros de Acessibilidade na malha urbana como padronização das calçadas e melhorias na comunicação e sinalização áudio e visual;
- Integração dos Planos de Mobilidade, Transporte Metropolitano, Recursos Hídricos e de Saneamento;
- Planejamento e diretrizes para a Zona de Expansão, preservando a vasta riqueza natural da área;
- Rever o adensamento permitido na cidade, em virtude da especulação imobiliária de algumas zonas;
- Definição do gabarito de altura;
- Revisão dos altos Coeficientes e da baixa taxa da Permeabilidade;
- Aplicação da Outorga Onerosa;
- Controle efetivo da fiscalização;
- Restruturação do Transporte Público Coletivo e do sistema que o engloba;
- Conservação e Revitalização do Patrimônio Cultural, Social e Arquitetônico, especialmente da zona central;
- Conter a degradação, invasão e poluição das APP's e dos rios, mangues, dunas, e etc;
- Revisão dos Códigos complementares;
- Criação de um Órgão de Planejamento Urbano, conforme determina o PDDU vigente;



- Eliminação da insegurança jurídica;
- Revisar o macrozoneamento;
- Regularização de áreas e imóveis;
- Contenção do crescimento desordenado e da especulação imobiliária de algumas regiões;
- Expansão de áreas e moradias populares;
- Continuidade dos investimentos nas ciclovias;
- Urbanização de canais, com o fechamento superior, quando couber;
- Aumentar Arborização;

Numa perspectiva de que este Diagnostico Municipal será também revisado daqui há 10 anos como consta na legislação e que a configuração espacial e populacional de Aracaju se transformará, tem-se hoje a consolidação do trabalho, rebatendo as inúmeras falas em demérito à execução desse processo.



Anexo I – Relatório Audiências

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 14/05/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL I – GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS:
FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Data: 14/05/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

- A possibilidade das audiências públicas da Câmara serem integradas as da Revisão do Plano Diretor;

Bertulino, Vereador

-
- A apresentação de Diagnostico da Cidade, para melhor compreensão do que será proposto;
 - A alteração de mudança do horário das discussões das audiências, a fim de proporcionar maior amplitude da participação popular;

Dr. Emerson, Vereador

-
- Critica a revisão do PDDU/2010, negativamente, por não considerar os anseios da população;

Aberlado, Justiça Federal

-
- Esclarecimento (com base na lei) de que as audiências públicas de revisão para o Plano Diretor, realizadas pela Prefeitura, devem ser distinta das audiências da câmara;
 - Questionamento da divulgação das audiências públicas;
 - Critica ao ofício emitido para o presidente da câmara de vereadores, requisitando um representante;
 - Plano de Mobilidade, Transporte Metropolitano, Recursos Hídricos e de Saneamento,



entre outros, devem ser integrado à discussão da revisão do PDDU;

- Calendário apresentado insuficiente para debate do diagnóstico posterior as audiências;
- PDDU/2010, não pode ser desconsiderado seu conteúdo;
- Reformular o modelo de ação participativa;
- Esclarecimento dos mecanismos de publicidade para debate do plano, especialmente no que compete a leitura técnica;
- Discussão do Centro Histórico da Cidade;
- Discussão sobre a implantação de Loteamentos, e suas respectivas responsabilidades ao loteador para os impactos gerados;
- Utilizar ferramentas como IPTU progressivo para prédios abandonados, terrenos não utilizados (vazios urbanos);
- Diagnóstico do tratamento de esgoto, em conformidade com a demanda;

Iran Barbosa, Vereador

-
- Sugestão da presença do Prefeito no decorrer do processo;
 - Método de mobilização da população, ex: carro de som nos bairros, contato com as associações de moradores;

Flávio, "Movimento não Pago"

-
- Atenção na manutenção das ciclovias, tanto quanto a estrutura como segurança;

Renan(Estudante de Arquitetura e Estagiário do Cau)

-
- Parabeniza a iniciativa do convite para a discussão, e citou que antigamente as discussões se restringiam ao Condurb;

Vinicius Porto, Presidente da Câmara

-
- Aprimorar as exigências dos estudos de impactos de vizinhança;
 - Critica a valorização do automóvel na mobilidade ao invés do pedestre;
 - Preocupação com o adensamento e o gabarito (altura das edificações);
 - Pensar o plano diretor com edifícios de uso misto;



- Corredores exclusivos para o transporte público;
- Implantação do BRT, com calçadas largas, priorizando o pedestre e vias exclusivas;

Pedro, Procurador do Estado

-
- Modernização do sistema de gestão e licenciamento da Emurb.
 - Padronização das calçadas existentes, e previsão de calçadas largas para novas propostas;

Não Identificado

-
- Riacho do Cabral, após 15 anos, questionamento sobre ser área de APP.

Neide, moradora Loteamento Joel Nascimento

-
- Priorizar áreas para Habitação Popular em Aracaju;

Virgínia, Semfas

-
- Preocupação com os acessos as edificações localizadas atrás do Asilo Rio Branco (Bairro Luzia);

Manoel Paixão

-
- Critica a fiscalização das invasões quanto ao tempo de ocupação;
 - PDDU deve estabelecer ações para famílias que ocupam áreas irregulares há muitos anos;

Agnaldo, Vereador

-
- Conservação dos conjuntos arquitetônicos, e do centro histórico da cidade;
 - Enfatizar fiscalização e aplicar punições para os responsáveis pelos danos ao Patrimônio Histórico;

Josinaide Maciel, Arquiteta, CONDURB



- Sugestão de transmissão das audiências “on line”, através do site do plano diretor;

Não Identificado

-
- Proposta para o coeficiente de aproveitamento único, seja 1;

Não Identificado



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 19/05/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II- MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

Data: 19/05/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

- Teceu elogios a cidade, e sua história;
- Enfatizou o desejo de realmente tornar a cidade da qualidade de vida, cidade piloto para outras tantas capitas do nosso país;
- Falta de interesse no investimento da publicidade;
- Sugestão: Sistema gestão integrado para a grande Aracaju;

Anselmo Augusto, Presidente do Instituto Águia, Perito Aposentado

-
- Questionou a identificação dos limites de São Cristóvão com Aracaju;

Saraí, Advogada

-
- Mobilização sobre a divulgação das audiências, para não se tornar “faz de conta”, não apenas cumprir a Lei;
 - Sugestão das audiências à noite;
 - Citou custos com os contratos de Jaime Lerner, a apresentação de um diagnóstico da cidade, a disponibilidade das informações, a divulgação, o enriquecimento do processo, para a produção real desta revisão.
 - Informou que na OAB, esta havendo discussões a respeito da revisão do plano e que estaria tentando participar das mesmas;

Emerson, Vereador



- Dinamismo da reunião;
- Sugestão de mudança do horário;
- Aumentar a carga horária das audiências, visando melhor produtividade;
- Sugestão de mesas redondas, oficinas, temas específicos, pessoas conduzindo o debate a fim de torná-lo motivacional;
- Citou maior aceitação da participação dos movimentos com a gestão anterior;
- Acessibilidade é um dos pontos citados de melhorias, a exemplo das calçadas e do processo que o Prefeito de Salvador tem executado com a participação popular;
- Sugestão da padronização das calçadas;
- Existência dos projetos para melhorias nos cruzamentos nos trechos da Tancredo Neves e Heráclito Rolemberg;

Robinson, Movimento Sem Teto

-
- Apresentação e proposta de excelência das audiências;
 - Críticas necessárias para evolução do processo;
 - Contexto positivo ao que se esta iniciando, mas iniciar pautas relevantes constitucionalmente.

Ângela

-
- Perde-se o conteúdo, diante do método adotado para as audiências;
 - Ampla campanha publicitária em todos os meios de comunicação, incluindo divulgação da agenda para elaboração da revisão do plano, a fim de que todos os interessados de fato participem;
 - Acesso a memória do que esta sendo relatado;
 - A participação da segunda audiência inferior a primeira com coro pequeno, manifestações menores ainda, diferente da anterior, bastante produtiva e participativa o grupo convocado;
 - Questionou o prestígio dado a primeira com a presença dos Secretários, que se fizeram ausentes nesta;
 - Discutir política de estado, independente de partido político. Pensar coletivamente senão não será produzida a gestão democrática;



- Proposta de um grupo que discuta a metodologia para as reuniões, nomeando um representante de cada grupo. A exemplo das palestras que a UFS esta promovendo com temáticas interessantes, acerca das questões urbanas;

- Não nascem idéias a partir da espontaneidade exposta na prática das audiências;

Iran Barbosa, Vereador

-
- Qual indicador para discussão social e com quem discutir?

José Soares, Professor universitário e Padre

-
- Sentiu a ausência dos movimentos sociais na audiência;

- Divisão dos setores não torna objetivo o estudo do plano, pois necessita da presença de todos;

Rene, Movimento Sem Teto

-
- Intervenção para Temas.

Mariana, Coordenadora do COGEDUR

-
- Tema subjetivo e complexo, crítica a dinâmica;

- Direcionar o debate com dados e com cronograma de ações;

- Dinâmica das audiências muito subjetivas, debaterem a idéia do plano pré-concebido;

Luciano, Movimento Sem Teto

-
- Esclareceu o contexto da dinâmica adotada pela Prefeitura, com base na idéia de não limitar, e sim de expandir o conteúdo, atendendo a todos os setores da sociedade;

- Respondendo aos questionamentos de divulgação, ressaltou que foram realizadas através de ofícios, publicação no Diário Oficial, na internet a exemplo dos sites da Prefeitura Municipal de Aracaju, Infonet, e G1, bem como na entrevista concedida pelo secretário ao Programa Bom Dia Sergipe na Tv Sergipe.

Ana Neri



- Críticas a divulgação, constatação através do coro presente;
- Apresentação prévia do conteúdo da primeira audiência;
- Estimular a participação da população, através de um embasamento do plano;
- Material informativo para auxiliar nas discussões, site, estrutura própria para esses debates, a exemplo do Portal é Democracia da Câmara;
- Esta no senado uma proposta que todas as calçadas serão transferidas para o poder público, tornando-o único responsável. As atuais calçadas representam a parte “feia” de Aracaju e atrelado a fiscalização insuficiente;
- Inserir as exigências no plano: piso tátil, placas acessíveis;
- Ressaltou a implantação inadequada do piso tátil, sendo utilizado apenas o de alerta desconsiderando a composição com o direcional;
- Para as calçadas que não forem responsabilidade do poder público, realizar concessão/desconto/benefício no IPTU para aqueles que se adequarem;
- Comunicação em geral, incluindo os semáforos sonoros, terminais de ônibus precisam informar destinos e horários;
- A cidade que eu quero morar é uma Aracaju aberta à adversidade, locomoção com autonomia e acessível em todos os aspectos.

Lucas Aribé, Vereador

-
- Citação sobre a convocação de apenas uma pessoa através do ofício;

Jenilson, AFECS



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 22/05/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL III – EMPRESÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Data: 22/05/2015

Hora: 08:30h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

-
- Questionamento se existe um plano Diretor que seja referência para a elaboração do plano de Aracaju;

Não identificado

-
- Sugestão para as audiências serem aos sábados, sendo assim mais acessível à população;
 - Dúvida se alguma empresa esta realizando algum tipo de diagnóstico da cidade ou se já existe algum documento do tipo;

Não identificado

DINÂMICA 1
MAPA MENTAL DE ARACAJU

Qual imagem ou situação você lembra quando lhe perguntam sobre Aracaju?

- Desenhou os limites da cidade, fez menção a fragilidade ambiental, pontuando algumas áreas;

Otávio, Eng. Florestal

-
- Mobilidade, congestionamento, imóveis subutilizados na cidade e falta de política pública que penalize a situação;

Geilza



- As preocupações com infra-estrutura e drenagem só são evidenciadas em épocas de chuvas, quando os alagamentos são freqüentes;

Fernanda Barbosa

-
- Realizou uma indagação como Aracaju pode ser considerada a cidade da qualidade de vida, enquanto os canais abertos que deveriam ser de drenagem são de esgotamento sanitário;

Mário

-
- Preocupações quanto às questões:

Mobilidade - ruas sem continuidade, circulação de pedestres nas pistas de rolamento por conta da ausência de calçadas adequadas, calçadas muito pequenas (ex: 80cm de largura das calçadas existentes no Garcia), grandes empreendimentos com calçadas estreitas, não são criadas novas ruas;

Transporte - espaço para abrigo, oportunidade para outros meios de transporte além do automóvel (ex: ônibus, bicicleta);

Meio Ambiente - cidade muito quente por não possuir arborização, sugestão de ao retirar uma árvore plantar dez unidades;

Construção Civil - adensamento de prédios em paralelo a especulação imobiliária (ex: Jabotiana, Salgado Filho...), as obras geram resíduos que sujam seu entorno, danificam o meio fio, o tráfego de veículos pesados prejudicam as ruas deixando danos a essa estrutura viária e isso deve ser custeado por quem danifica e não pelo município;

Patrimônio - invasões aos terrenos públicos e ainda há indenização o que incentiva essa prática;

Navarro, SMTT

-
- Existe uma pressão grande para ocupação da Zona de Expansão Urbana de Aracaju, porém, deve ser estudada uma forma de ocupação ordenada;
 - Aspectos relevantes quanto à preservação, mobilidade e adensamento;
 - O município possui atualmente uma obrigação de proporcionar infra-estrutura para toda a cidade por conta de grandes empreendimentos espalhados, havendo uma necessidade de análise sobre a proximidade dos usos incômodos a fim de minimizar os custos de infra-estrutura, não necessariamente criar um zoneamento por usos;

Ana Neri



-
- Critica as construtoras sobre a especulação imobiliária que só visam lucro;
 - Convidou a participação dos construtores na dinâmica do mapa mental;

Victor, Estudante

-
- Falta de regras claras quanto à construção;
 - Defendeu que as construtoras gerem empregos diretos, atendem a demanda existente de novas moradias e que realizam apenas o que a legislação permite;

Marcus, Construtora Impacto

-
- Intervenção;

Mariana

-
- Planejamento de arruamento;
 - Meios para o poder público coibir através de punição os projetos sem regulamento e construções fora das normas, não só com multas;

Navarro, SMTT

-
- Preocupação com a integração da grande Aracaju no projeto do planejamento, e unir a este seus respectivos representantes;
 - Projeto de mobilidade urbana do transporte em massa;
 - Implantação do BRT e fim das linhas do ônibus convencionais, substituindo por microônibus nas ruas menores;
 - Sistema de transporte sobre água;

Anselmo Cardoso, Instituto Águia



DINÂMICA 2

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Tentativa da melhoria das condições de saúde da população Aracajuana;	Falta de valorização do servidor;
Muitas faculdades, inclusive de ensino a distância, que dão oportunidade a mais pessoas cursarem um ensino superior ou 3º grau;	A função social da propriedade não é cumprida propiciando novas moradias de interesse social;
	Melhorar tributação e distribuição;
	Falta de valorização da renda informal;
	Melhoria na qualidade do ensino e valorização dos professores;

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Povo hospitaleiro;	Investimento redução fiscal;
Grande incentivo a preservação e promoção de ambientes históricos e turísticos;	Valorização dos guias de turismo;
Abertura de espaço aos artistas locais;	Falta de preservação das construções antigas que retrocedem a história da nossa cidade;
	Deficiência na divulgação do turismo;
	Não há incentivos à preservação do patrimônio;
	Melhor valorização da cultura local;
	Poucos atrativos turísticos;
	Falta de manutenção dos atrativos turísticos existentes;

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Aracaju é cortada por vários rios;	Pouca arborização na cidade (citado 8 vezes);
Mais locais como o parque da Sementeira;	Preservar e melhorar;
Criação da SEMA;	Falta tratamento sanitário (citado 4 vezes);
Muitas praças bem cuidadas e arborizadas tornam a cidade cheia de vida;	Necessidade de estudar os impactos ambientais de maneira detalhada e elaborada;
	Canais de drenagem servindo para esgotamento sanitário;
	Inexiste uma lei que impeça e puna o uso de sons potentes em carros ou caminhonetes tirando o sossego e a paz das áreas habitadas, depois das 22:00h;
	Muitas construções são agressivas ao meio ambiente,



	não pensando na preservação;
	Não há obrigatoriedade de energia solar nas casas populares;
	Invasão de áreas de preservação;
	Dificuldade na tramitação dos processos na ADEMA, devido à grande burocracia;
	Existência de conflito entre SEMA e ADEMA atrapalhando os processos;
	Falta de incentivo e planejamento sustentável;
	Melhoria na prática de preservação;
	Maior divulgação da importância de não jogar lixo nas ruas;

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA

POSITIVOS	NEGATIVOS
Possibilidade de implantar o “SIMUGA (Sistema integrado de mobilidade urbana da grande Aracaju)” moderado, de qualidade e eficiente para retirar das ruas os veículos de passeio particular durante os dias úteis;	Construções desorganizadas, ruas muito estreitas e que impossibilitam a mobilidade urbana. É preciso garantir moradia, mas acima de tudo garantir o acesso a elas através do transporte público;
Pavimentação contínua;	Melhorar a drenagem;
Mais investimentos no programa Academia da Cidade, com referência a infra-estruturas das praças;	Grande déficit de novas ciclovias, o que faz com que ciclistas sejam facilmente atingidos nessa grande falta de mobilidade;
Sistema integrado de transporte público;	Projetar melhor a expansão;
Estímulo ao uso de ciclovias;	Falta de transporte público de qualidade (citado 2 vezes);
Presença de ciclovias;	Existência de taxi lotação – transporte ilegal e clandestino;
Investimentos feitos em programas de saúde;	O problema dos canais por falta de planejamento dele e de mau uso também; A cidade não é preparada para as condições temporais como chuva e seca; Precisa de uma maior qualidade nos serviços públicos; Plano de execução contínua de manutenção da infraestrutura nos bens públicos; Pavimentação, rede de esgoto, água e energia são inexistentes ou deficientes em diversas regiões da cidade. É preciso investimento nestes itens para a cidade conseguir crescer de forma sustentável;
	Restringir não é a solução e sim investir;
	Falta iluminação pública;
	Faltam ruas asfaltadas;
	Unidades de polícia em todas as áreas;
	Melhoria dos terminais de ônibus e permanentemente iluminados;



	Postos de saúde e mais construções com melhoria do atendimento;
	Construção de avenidas;
	Não atual na infraestrutura nem antes, nem durante e principalmente depois, nas novas vias públicas, que foram pagas pelas construtoras, e que depois quem arrecada são os órgãos públicos;
	Má gestão dos serviços públicos;
	Falta de incentivo para aquisição de microônibus pelos condomínios da zona de expansão;
	Atualmente o transporte público polui muito as cidades;
	Falta de uma política de investimento em áreas verdes, serviços de infra-estrutura e de creches, falta de saúde;
	Calçadas sem mobilidade (citado 5 vezes);
	Pouca taxa de permeabilidade nos empreendimentos;
	Falta integrar vários modais – VLT, BRT, táxi, microônibus, bicicleta, etc;
	Falta implantar transporte de massa movido com combustíveis sustentáveis;
	Pontos de ônibus permanentes: Onde houver um ponto de ônibus em local onde futuramente possa existir um grande empreendimento, esse ponto faça parte do projeto do edifício, que não fosse deslocar o ponto de local por causa desses empreendimentos;
	Faltam praças;
	Melhorar a mobilidade;
	Falta de infra-estrutura planejada;
	Melhoria nas escolas, transporte urbano e corredores viários;
	Falta de ciclovias;

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Não restringir o uso residencial faz com que todas regiões da cidade tenham movimento tanto pela manhã quanto a noite. Mas ainda falta um pouco de incentivo em algumas regiões;	A restrição do número de pavimentos (Verticalização) incentiva que as edificações fiquem cada vez mais largas, o que prejudica a circulação dos ventos. O ideal é aumentar os recuos e permitir uma maior verticalização;
Proibição de ocupação de grandes edificações na zona de expansão;	Minimizar o uso e ocupação do solo do bairro capucho onde esta se construindo empreendimentos públicos com grandes pólos geradores de veículos. Existentes: HUSE, Órgãos públicos (diversos) e em construção o hospital do câncer;
	Aumento do percentual de vagas de estacionamento para bancos e que não sejam dimensionados pela área quadrada ocupada e sim pelo uso;
	Ocupação desordenada através do lançamento de novos empreendimentos que nada propiciam para



	<p>um melhor conforto, uma melhor segurança para a população que utiliza desses espaços;</p>
	<p>Uso de edificações nas praças para ocupação de bares e restaurantes, onde poderia existir locais para uso do bem estar e saúde da população;</p>
	<p>Recuos pequenos;</p>
	<p>Muita invasão em imóveis públicos e privados. Problemas que em longo prazo o município é chamado para resolver a fim de regularizar as famílias ocupantes.</p>
	<p>Indefinição na determinação do gabarito de altura das construções;</p>
	<p>É preciso definir onde estarão os prédios mais altos, pois há influencia direta na sensação térmica local. São diversas as conseqüências no que diz respeito ao conforto térmico da cidade. Sugestão: Escalonamento de altura à medida que o solo adentra o continente;</p>
	<p>Segregação sócio-espacial</p>
	<p>Definir o adensamento e não incentivar a construção de uma cidade dispersa;</p>
	<p>Falta de estímulo a um modo de se repovoar o centro sob forma diferenciado do comercial;</p>
	<p>Aracaju não tem outorga onerosa;</p>
	<p>Atender a taxas e ocupação por zona, permitir verticalização e iluminação continua para as especificações que o limite e distâncias entre edificações sejam proporcionais às áreas do terreno;</p>
	<p>Existência de vazios urbanos (citado 2 vezes);</p>
	<p>Definição de um raio construtivo limitando empreendimentos pela quantidade de garagem, por zona construtiva;</p>

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<p>Manter o gabarito máximo de 16 pavimentos para uniformizar toda a cidade;</p>	<p>Planejar melhor;</p>
	<p>Caso haja um conjunto de construtoras em um determinado local, que essas construtoras possam dividir os custos para infraestrutura com a prefeitura pelo impacto gerado por seus empreendimentos;</p>
	<p>Desrespeito a legislação de acordo com interesses particulares em detrimento ao coletivo;</p>
	<p>Faltam escolas, hospitais, maternidades e creches;</p>
	<p>Falta drenagem, pavimentação e iluminação em ruas e praças;</p>
	<p>Quanto mais se verticaliza há menos custos na infraestrutura;</p>
	<p>Burocracia demasiada na regularização e construção;</p>
	<p>Fiscalização e cumprimento de normas NR18 entre</p>



	<p>outras;</p> <p>Licença para grandes empresas sem critério, inviabilizando outras pequenas já instaladas;</p> <p>Falta fiscalização adequada sem privilégios nas construções;</p> <p>Falta de fiscalização das condições infraestruturais de bairros e falta de ações que solucionem problemas encontrados;</p> <p>Legislação municipal muito antiga;</p> <p>Maior punição nas obras que não estejam de acordo com a legislação;</p>
--	--

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	<p>Falta fiscalização das construções e obras (citado 5 vezes);</p> <p>Falta um órgão de planejamento (citado 3 vezes);</p> <p>Falta segurança Jurídica (citado 5 vezes);</p> <p>Faz e desfaz o gestor que entra não aceita o que o anterior fez e quer mudar tudo;</p> <p>Não há controle do uso e ocupação do solo a partir do momento que a própria Prefeitura, através da secretaria de finanças, libera alvarás de funcionamento a qualquer novo estabelecimento que solicita, sem ao menos ser analisado pela EMURB;</p> <p>Falta código de obras e LUOS atualizados;</p> <p>Melhoria no código que rege e organiza;</p> <p>Definir adensamento e não a construção de uma cidade dispersa</p>

DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	<p>Melhoria na qualidade do ensino público;</p> <p>Insegurança;</p> <p>Falta de urbanização;</p> <p>Crescimento desordenado;</p>

- Criando a contribuição de melhorias, com a diminuição do IPTU;

Não Identificado

- A última revisão do plano atende em parte as necessidades dos construtores, sugeriu agendar reunião com os empresários daquilo que é diretamente ligado aos construtores;

Mário Luiz



- Ressaltou a importância da manifestação dos empresários diante dos aspectos que os incomodam, afim da criação de uma política que atenda tanto ao município quanto ao setor privado;
- Apresentação de um organograma que as empresas devem seguir a cada processo, para que o tramite ocorra de uma forma que todos tenham compreensão e seja mais evidente;

Navarro, SMTT



- Ressaltou o e-mail: plano.diretor@aracaju.se.gov.br para contato, sugestões, sendo este instrumento da extensão do que possa não ter sido pontuado nas audiências;
- Questionou o setor diante dos pontos negativos da temática anterior ser maioria, o que era importante mudar, e o que é importante continuar;
- A separação dos seguimentos é justamente para contribuição de todos;
- Prazo curto para a realização da revisão e da elaboração do diagnostica, este previsto para 18.06, a entrega da documentação deve ser realizada no mínimo até uma semana antes para que possa ser considerado;
- Aspectos administrativos que não cabem a revisão do Plano, mas a indicação é válida para que isso ocorra em algum momento;
- O foco é a conclusão do Plano, e a leitura disso é que seja mais enxuto, assim o Código de Obra deve levar em consideração aspectos mais urbanístico;
- Será dado um prazo para esse aspecto de transição na atualização dos códigos diante da adequação do plano;
- Assegurar que a principio o adensamento seja prioritário onde houver infra-estrutura existente;
- A revisão vem justamente para proporcionar uma segurança jurídica para os licenciamentos;
- Unificou toda a legislação existente, na lei 132, válida para todos. A idéia é justamente ter uma lei igual para todos.
- Quanto ao número de pavimentos, não é significativo, restringe a cidade ter movimento. É importante ter e avaliar a densidade demográfica, a mesma densidade em formas diferentes, e ter mais verde e espaços de ventilação do que ter o terreno todo ocupado;
- O plano de mobilidade vai hierarquizar o sistema viário;

Ana Neri

-
- Prazo de entrega da documentação das empresas para o que antecede o diagnostico;

Diana, Cosil

-
- Quando se da à elaboração dos códigos?

Não identificado



- O conflito entre a elaboração do Plano para o código;
- A ausência de um código especialmente para a zona de expansão;
- Assegurar a infra-estrutura, a exemplo dos canais e sua continuidade;

Ana, Construtora Celi

- O principal ponto é a segurança jurídica, sendo a mesma regra a todos, independente de ter ou não a outorga onerosa, que este conseqüentemente será repassado, facilita a adequação;

Marcus

- Avaliação do sistema viário adequando a área mais ou menos adensável;

Navarro, SMTT

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 26/05/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL IV – TRABALHADORES ATRAVÉS DAS ENTIDADES SINDICAIS

Data: 26/05/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

DINÂMICA 1
MAPA MENTAL DE ARACAJU

Qual imagem ou situação você lembra quando lhe perguntam sobre Aracaju?

- Potencial turístico é o marco principal de representatividade: os arcos da Orla, Catedral, Colina St^o Antônio (marco zero), Zoológico da zona norte (Parque da Cidade);
Não identificado

- Rios, regularização fundiária e alagamento;
Francisco

- Orla mais bonita do nordeste;
Leda

- Arena Batistão e Mercado;
Não identificado

- Ponte Aracaju – Barra;
Jadson

- Parque dos Cajueiros, Sementeira, Orla por do Sol, Shopping Rio Mar;
Não identificado



- Projeto para área das pedras que delimitam a beira mar da Coroa do Meio;
Não identificado

- Farol da Orla ser aberto ao público;
Lana

- Revitalização do centro da cidade;
Não identificado

DINÂMICA 2

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Existência de uma economia informal muito forte;	Falta de programas para a geração de emprego para jovens menor aprendiz 1º emprego (recém – formados);
	Crise financeira está corroendo nosso salário;
	A crise financeira que não vai bem;
	Nosso poder aquisitivo está diminuindo a cada dia;
	As perspectivas para emprego não são boas;

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Existe a Ponte Aracaju / Barra;	Falta divulgação da cidade em outros estados;
Orla do bairro industrial;	Falta de revitalização do centro da cidade;
Existência do parque dos cajueiros;	Insegurança;
Existência do parque da cidade;	Falta de conservação pela população dos nossos patrimônios;
Tem espaço em datas festivas para o cristão expressar sua fé;	Faltam investimentos por parte do poder público para o turismo;
A utilização de espaços públicos para expressão cultural e religiosa;	Aracaju não tem imóveis tombados, pelo tomo municipal;
Existe a Orla pôr do sol;	Ausência de turismo adaptado;
Cidade bonita e aconchegante;	Litoral mal aproveitado devido ao isolamento e abandono como é o caso da praia Sarney;
Belas referências culturais;	Criação do centro cultural com obra que contam a história de Aracaju;
Divulgação dos pontos turísticos;	
Receptividade;	



Hospedagem de qualidade;	
Manutenção dos nossos patrimônios;	
Cidade da qualidade de vida;	
Esculturas espalhadas pela cidade;	

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
O grande número de praças e avenidas arborizadas e parques trazendo um ambiente limpo para a cidade;	Pouca arborização (citado 4 vezes);
Políticas voltadas para a proteção do meio ambiente, fazendo assim o equilíbrio entre o avanço imobiliário e a natureza;	Impressionou a imagem de jacarés bem próximos a edifícios no conjunto Santa Lucia neste ultimo fim de semana, quando a cidade ficou muito alagada com as chuvas, fazendo pensar o quanto que a cidade esta próxima invadindo o meio ambiente, pois esta tudo muito misturado. Necessário fazer delimitações com zonas de proteção ao meio ambiente.
Parques bem cuidados para o lazer, como por exemplo: Parque dos Cajueiros e Sementeira;	Poluição sonora produzida por carros e seus sons em volume alto, contribuindo para a desordem do silêncio;
Preservação dos parques ecológicos e áreas verdes;	Degradação do mangue e invasões (citado 5 vezes);
Preservação das áreas de lagoa e dunas;	Construção desordenada;
O município de Aracaju é banhado por extensos rios, a exemplo do Rio Poxim e Sergipe;	Poluição dos canais e recursos hídricos devido à falta de tratamento de esgoto (citado 10 vezes);
Orla marítima ainda não adensada;	Entupimento dos esgotos;
Remanescentes de mangue com potencial de criação de parques;	Falta um maior uso da nossa malha de rios;
Grande parte da Zona de Expansão ainda conserva áreas de drenagem, importante aspecto que precisa ser considerado;	Criar uma solução para evitar ou controlar os alagamentos, enchentes (citado 2 vezes);
	Alto índice de praças públicas deterioradas;

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Integração do sistema transporte coletivo;	Falta mais cuidado e segurança nas praças para as pessoas passear e mais segurança;
Boa administração e limpeza do parque da sementeira;	Falta de transparência da prefeitura;
A atual gestão do Prefeito está bastante atenta e atuante no aspecto da melhoria da infraestrutura da cidade, diagnosticando, planejando e executando vários serviços públicos neste sentido;	O transporte público em Aracaju é de qualidade mediana para o valor a ser pago nos dias atuais. A demora dos ônibus nos terminais é sem justificativas para o tamanho da cidade. Levando em consideração o péssimo policiamento da guarda municipal no



	período da noite nos terminais, esses ficam parados aos montes em uma das entradas;
Recuperação das vidas urbanas;	Sucateamento das escolas;
Existência de praças de lazer;	Degradação e não funcionamento do SUS;
	Tarifa de ônibus cara;
	Falta de respeito aos usuários do transporte;
	O efetivo policial em cada bairro do município além de patrulhas, unidades moveis com plantão noturno;
	As pistas muitos ruim em alguns locais;
	Dificuldade para regularizar imóveis e os valores;
	Precisa melhorar a segurança pública;
	Abrigos e terminais de ônibus sem acessibilidade;
	Falta de acessibilidade nos espaços públicos;
	Utilização inadequada dos pisos táteis nas calçadas e nos locais de uso coletivo;
	Poucos semáforos sonoros instalados na capital;
	Melhorar o transporte público renovando a frota, pois ainda existem ônibus em péssimo estado de conservação, reformar os terminais e disponibilizar mais linhas;
	Falta de segurança em todos os setores da sociedade;
	Trânsito caótico em horário de pico;
	Malha viária deficiente;
	Saúde de mal a pior;
	Transporte público sucateado;
	Obras viárias mal planejadas que não trazem mobilidade, desperdiçando recurso, a exemplo do viaduto do DETRAN;

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Aracaju tem o plano de regularização fundiária como é o caso do Coqueiral;	Praça Dom José Tomaz do Siqueira Campos precisa ser renovada;
	As ruas precisam ser mais cuidadas,
	Falta de regularização fundiária;
	Invasão em áreas de preservação;
	Existência de Loteamentos clandestinos;
	O macrozoneamento e o zoneamento apresentados no PDDU estão diferentes nos dias atuais;
	Ocupação sem um devido estudo preliminar e ocupação indevida;
	Áreas 100% impermeabilizadas (Residências e praças);
	Prédios muito altos, tornando a cidade muito quente;
	Conter o avanço desordenado dos imóveis;



	Índice de permeabilidade muito pequeno;
	Muito adensamento em áreas com pouca infraestrutura;
	Perfis do sistema viário inadequado a necessidade para promover uma política de mobilidade que favoreça o transporte público;
	Existência de prédios abandonados;
	Faltam projetos de moradia popular;
	Não tem áreas de interesse social nas regiões centrais (ZEIS);

CONSTRUÇÕES E OBRAS

POSITIVOS	NEGATIVOS
Sistema viário da Av. Tancredo Neves;	Existe a especulação imobiliária;
A cidade pode ser considerada um canteiro de obras; Construção de viadutos e vias com grandes avenidas;	Edificações construídas de forma desordenada, deixando feia a paisagem e gerando uma poluição visual;
Construção de equipamentos sociais como unidades escolas e postos de saúde;	Área de lazer na Coroa do Meio, nas margens do rio;
Abertura de canais para escoamento das águas fluviais;	Com relação à regularização de imóveis (difícil) ou conseguir uma documentação;

ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO

POSITIVOS	NEGATIVOS
	Nossa legislação deveria além de ser cumprida pelo povo (cidadão) haveria de ser cobrada pelos órgãos competentes mais respeito à regularidade;
	Falta fiscalização;
	Secretarias muito separadas para dar entrada em processos;
	Melhorar a fiscalização das obras de pequeno como de grande porte;
	Falta de critérios bem definidos a respeito da utilização das áreas;
	Acompanhamento efetivo das obras de âmbito privado ou público, seja casa (moradia popular), seja prédio (comercial ou público) na construção dos mesmos;
	Melhorar a fiscalização das obras de pequeno e grande porte;



DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Ausência de climatização na biblioteca pública Clodomir Silva;
	Falta acessibilidade ao Mirante da 13 de Julho;

-
- Mapa não apresentou uma característica popular;
 - Ausência da representação do setor, enfatizando que dos sindicatos o único presente é o SENGGE;
 - Quando citada a arborização da cidade, enfatizou que as pessoas confundem os aspectos positivos atuais com o que elas querem ter;

Iran Barbosa, Vereador

-
- Entreviu, enfatizando o envio dos convites ao setor;

Mariana

-
- Sugestão temática: Acessibilidade;
 - Questionou se a Prefeitura dispõe de profissional que saiba libras, e se havia algum presente nas audiências, sugerindo a necessidade de ter;

Lucas Aribé, Vereador

-
- Ênfase para a participação popular, na revisão anterior houve 32 audiências e mesmo assim o MP questionou;
 - Realização de uma ampla Campanha de divulgação e esclarecimento do que é o Plano;
 - Cinco leis (Código de Obra, Conduta, Parcelamento do Solo, etc) importantes para a legislação urbanística que necessitam ser votadas além do Plano;

Emanuel Nascimento, Vereador

-
- Sugestão da participação dos vereadores que são representantes do povo, e entendem perfeitamente a necessidade e ainda continuam em pequena quantidade presente nas audiências;

Navarro

-
- Reforçou o convite a população através dos representantes da câmara;



- Comunicou que recebeu recentemente o Plano de Mobilidade, que é base não somente para a revisão do Plano como outros;
- Para o convite das audiências além do envio dos ofícios, esta sendo realizado o contato por telefone;
- O plano de 2000 e a revisão de 2010, esta fazendo parte da construção da nova proposta;
- Comprometeu-se em responder o questionamento do Vereador Lucas Aribé, na próxima audiência;
- Esclareceu o motivo da alteração de horário da audiência com o setor da Construção Civil;
- Informou o prazo de recebimento das sugestões escritas até o dia 08/06/15, a fim de inserir no diagnostico;

Mariana

-
- Incorporar aos debates o Plano de Mobilidade, Transportes e outros; Valorizar o que se tem para servir de ponto de partida;
 - Mapeamento mais preciso da cidade;
 - Complicado a cobrança diante do ofício que fora encaminhado a Câmara inicialmente, até porque não é papel dos vereadores;
 - Convidar é passivo, tem que haver uma mobilização e a cobrança de uma campanha publicitária;
 - Entende a divisão da responsabilidade, porém tem sido falha a participação do poder executivo;
 - Não houve contribuição do movimento sindical, e não é suficiente para legitimar uma audiência;
 - O horário continua sendo um problema;
 - Iran Barbosa, Vereador
 - Boa parte da equipe fiscalizadora do Plano de Mobilidade faz parte da equipe de Revisão do PDDU;

Mariana



- Informou que fez questionamentos na audiência anterior e não foi atendido (horário, participação popular);
- Se continuar com as mesmas características, realizara ações contra;
- Diz que não existe legitimidade nas audiências por não haver participação popular em massa;
- Cita que a Barra dos Coqueiros tiveram algumas ausências públicas nas comunidades, que mesmo ruim, houve participação do povo;

Fávio, Movimento Não Pago



- As 7 audiências são de sensibilização dos setores para as temáticas, para que todos possam vir participar, e conhecer. Já foram programadas e não terá como ser alterada, contudo as do diagnostico poderão se adequar;
- De acordo com as experiências próprias, as pessoas não têm interesse, nem intenção de participar;
- Informou que participou do PDDU da Barra dos Coqueiros, e não houve participação popular como citado, mesmo com panfletagem, divulgação carros de som, só se fizeram presentes quando souberam que ganhariam casas;
- As audiências têm essa característica, a fim de ter um papo informal, sem induções ou produto pronto, assim facilita no diagnostico o que cada um entende como prioridade;
- Antes de ter algo pronto, será discutido, e não há imposição;
- Os prédios estão sendo espalhados por toda a malha, o macrozoneamento é diferente da realidade atual, e isso trás insegurança jurídica;
- A lei 132 limitou o gabarito da zona de expansão, a fim de conduzir até a revisão do Plano;
- Outorga Onerosa é necessário implantar, para aquele que lucra mais com a cidade também traga benefícios a mesma;
- Surgimento de novas cidades dentro da própria cidade, a exemplo do Jabotiana, Santa Lúcia, Luzia, Garcia;
- O principio da lei tem que atender mais a função social da propriedade;
- No diagnostico será levantado os vazios urbanos, e estudo de implantação do IPTU Progressivo, entre outros;
- As idéias quanto aos instrumentos é a simulação, usar o banco de dados da prefeitura como ferramenta, e mapear;
- Implantar os instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Ênfase da importância do envio do documento até uma semana antes da finalização do diagnostico;

Ana Neri

-
- O extrato seria voltado para o foco principal, porém, com uma única representação inviabiliza;
 - Lamenta a não participação dos demais representantes deste setor;
 - As pessoas não estão voltadas para essa mobilização, e encaram como perda de tempo



desse momento inicial;

- Discutir o que é polemico, é mais fácil do que construir juntos, à exemplo da altura dos prédios;

Rosivaldo, Presidente do Sindicato



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 28/05/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL V – ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA

Data: 28/05/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

DINÂMICA 1
MAPA MENTAL DE ARACAJU

Qual imagem ou situação você lembra quando lhe perguntam sobre Aracaju?

- Delimitou os limites de Aracaju;
- Descreveu alguns pontos específicos: Praias, Ponte do Riomar, São José, 13 de Julho;
- A linha férrea delimitou a distinção de classes;
- Citou que está matando a história da cidade, a exemplo da construção do Shopoping na área do Bairro industrial, a memória industrial, e não por ser um passado recente que não é história;

Osmar, Estudante de Arquitetura da Unit

- Desenhou o quadrilátero de Pirro, que abrange St Antonio e Grageru, onde considera o “filé minion” da cidade;
- Cidade Legal e Cidade Ilegal, e vê duas cidades sendo toda demolida ao centro e uma configuração de construção da área do Jardins e Zona de expansão, só que entende como área de potencial preservação diante dos recursos;

Ana Liborio, Representando IAB



- Indignação com o interesse imobiliário na região da 13 de Julho e Atalaia;
- Enfatizou que com a especulação imobiliária as áreas verdes existentes na Atalaia e em seu entorno serão destruídas;

Renan, Estudante de Arquitetura da Unit

- Desenhou uma sugestão do meio de transporte, composta por a linha férrea existente VLT ou metro de superfície e no cinturão da cidade o BRT, complementado pelo que denomina de VLA (veículo leve sobre água) na encosta com o auxílio do microônibus na zona central;

Anselmo Cardoso, Perito

- Como seria um planejamento para a zona de expansão;

Carlos Henrique

- Desenhou a área do aeroporto;

Tânia Caldas, Infraero

- Desenhou as pedras da coroa do meio descrevendo como: “uma parte que a cidade perdeu uma relação com as águas”, e tem um potencial de desenvolvimento turístico, ambiental e etc;

Sávio, Estudante de Arquitetura da Unit

- Delinear o manancial aquífero, a cobertura verde por não ter uma boa descrição e não há uma cidade desenhada, existe uma destinação de organização, uma com maior atenção no que diz respeito às políticas públicas e outra parte carente dessa política.

- Um aspecto fundamental é como esta distribuída a política pública na qualidade de vida do povo. Esses são um ponto de humanização da cidade;

- Parabenizou a participação de todos os presentes;

Iran Barbosa, Vereador



- Não desenhou citando que não há como projetar a ampliação das calçadas, e a perda da história da cidade no centro;

Marisa, estudante de Arquitetura da Unit

DINÂMICA 2

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Cidade média, tamanho ideal para intervir e gerir (dirigir) o crescimento;	Setorização de fluxos na cidade comércio / residência/ indústria;
Receptividade;	Segregação social e econômica;
Economia equilibrada;	Falta de uma coordenação municipal com relação à implantação, assistência técnica as unidades empresariais de estrutura produtiva;
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Orla de Atalaia;	Turista chega a Aracaju e vê uma cidade extremamente vertical que não respeita e não preserva sua área verde, seus lagos, mangues e usam desses lugares de forma cruel e brutal para crescer ainda mais verticalmente. O único atrativo turístico de Aracaju é a praia e a orla, que apesar de ser uma das mais bonitas, não dá tanta segurança para quem visita. Falando do patrimônio histórico e cultural, o descaso com as casas do centro que são demolidas para a construção de estacionamentos e galerias ou qualquer outra coisa é revoltante! Enquanto poderiam usar uma arquitetura bonita, valorizando a nossa história estão acabando com ela por “nada”;
Orla do Bairro Industrial;	A descaracterização constante das fachadas do centro histórico (citado 6 vezes)
Parque da cidade;	Melhorar a infraestrutura dos parques e praças (citado 4 vezes);
Parque da Sementeira;	Desvalorização dos rios e da cultura;
Orla Pôr do Sol;	Desvalorização e destruição dos patrimônios (citado 5 vezes);
Com todos esses problemas de gestão e da população, fomenta o crescimento de ações revolucionárias, a cena underground cresce, e a	Descaso com o patrimônio cultural para construção de edificações inúteis (citado 2 vezes);



cultura toma novos rumos e travam batalhas em prol do povo e do equilíbrio;	
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	Monumentos que não representam nossa cultura;
Revitalização de importantes centros históricos, transformando-os em centros culturais, preservando ao máximo sua arquitetura original;	Desvalorização da história da cidade e demolição de edificações antigas (Citado 7 vezes);
Autonomia financeira;	Falta de interesse na preservação de parte do patrimônio histórico, devido a falta de incentivos para a preservação;
Disponibilidade de empregos;	Faltam muitas leis para melhorar a fiscalização aos destruidores de patrimônio histórico (citado 5 vezes);
História da cidade notória em construções;	Faltam atividades turísticas para a família aracajuana;
Valorização dos costumes do município;	Aproveitamento da ferrovia como forma de transforma - lá em ponto turístico;
	Desprotegido e ameaçado;
	Falta de incentivo e valorização das manifestações culturais locais (citado 2 vezes);
	Afastamento de atividades noturnas no centro;
	Retratar um patrimônio natural (caranguejo) em um monumento na passarela do caranguejo representando o mesmo de forma cozida;
	Domínio do roteiro turístico com os grandes empresários, a cidade acaba perdendo pontos em potencial com relação ao turismo;
	Ausência de políticas pública direcionada ao turismo;
	Desvalorização dos artistas locais, especialmente no que tange aos cachês em eventos realizados pelo município / administração municipal;
	Priorização de ambientes fechados e climatizados (shopping);

MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Dunas e manguezais ainda preservados apesar da pressão imobiliária;	Desmatamento (citado 2 vezes);
Presença de rios e lagoas nas cidades;	Falta de delimitação das áreas de preservação (citado 2 vezes);
O rio Sergipe ainda possui um aspecto visual muito bom, porém a PMA precisa intervir em projetos de longo prazo para a sua despoluição e dragagem, antes que vire um Rio Tietê;	Falta arborização na cidade e preservação das existentes (citado 14 vezes);
A cidade é limpa (Na maioria das áreas);	Falta de preservação das áreas públicas, a exemplo da sementeira e parque da cidade (citado 2 vezes);
Rios, córregos, mar, praias, parque da cidade, parque da sementeira, mangues. Deveríamos aproveitar esses recursos naturais;	Descarte irregular de esgoto em canais que acabam desaguando sem tratamento adequado em rios, mangues e no oceano (citado 5 vezes);



Os parques que ainda estão “intocados”, exemplo: Parque dos Cajueiros, parque da Cidade, Parque da Sementeira;	Invasão de construções em áreas verdes da cidade que estão incluídas como áreas de preservação (citado 8 vezes);
Ar puro, cidade limpa;	Melhorar o sistema de esgoto (citado 3 vezes);
Fiscalização dos resíduos sólidos descartados de forma indevida (multa / processo para os que não respeitam o correto descarte);	Destruição das áreas de preservação a exemplo do Parque Tramanday e dos manguezais (citado 2 vezes);
Investimento em ciclovias;	Falta de educação ambiental;
Proteger a cidade com sombra das árvores;	Ausência de fiscalização dos mangues da 13 de Julho e da cidade em geral (citado 2 vezes);
Preservar a fauna e a flora;	Taxa de permeabilidade muito baixa (citada 8 vezes);
Deixa o ar mais puro e o ambiente mais agradável;	Péssima conservação dos nossos recursos hídricos – invasão, poluição, ocupação (citado 3 vezes);
	Aprovação de construções na zona de adensamento restrito (Aruana, Mosqueiro, Robálo);
	Crescente o numero de impactos ambientais;
	Cada vez mais os rios e lagoas presentes em vários pontos da cidade estão sumindo, pois os mesmos estão sendo aterrados;
	Construção de poucos parques e praças;
	Sem consideração com a separação do esgoto com águas pluviais;
	Meio ambiente está sendo destruído pela ocupação desordenada;
	Não é dada uma devida importância ao tema, fazendo assim, com que a preservação ambiental seja deixada de lado;
	Controle incipiente da ocupação ilegal de áreas de interesse ambiental;
	Falta de fiscalização no pagamento das RIV's que incluem o plantio de mudas;
	Plantar nas zonas de influencia direta e indireta;
	Poucas reservas ambientais e parques com áreas verdes;
	Melhor distribuição da infraestrutura, atendendo também a bairros que são economicamente menos visados;
	Bairro Jandins fica totalmente alagado, juntamente com o centro em períodos de chuva;
	Praças arborizadas;
	Desrespeito aos recursos mínimos;
	Uma quantidade demasiada de praças com falta de manutenção gerando mau uso, pouca iluminação ou nenhuma;
	Acumulação de resto de material é prejudicial ao meio ambiente;
	Avanço desnecessário em áreas naturais;
	A grande demanda por construções acabam destruindo a área verde da cidade;



	Diminuição das áreas verdes;
--	------------------------------

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Limpeza urbana boa (citado 2 vezes);	Existem poucas ciclovias, são inseguras e desconectadas (citado 11 vezes);
Serviços públicos de boa qualidade;	Vias em péssimo estado (citado 2 vezes);
O recolhimento de lixo é satisfatório;	Drenagem das águas das chuvas e seu devido reaproveitamento (citado 3 vezes);
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	Existe a priorização do carro particular (citado 4 vezes);
Há segurança pública adequada;	Falta de saneamento básico em algumas áreas da cidade (citado 2 vezes);
Existência de ciclovias, porém com a ressalva de que são desconexas, estão abandonadas e em pouca quantidade (citado 4 vezes);	Péssimo serviço principalmente na mobilidade urbana, saúde e educação;
Existência de coleta seletiva;	Transporte público deficiente e sem acessibilidade (citado 10 vezes);
O trabalho do SAMU;	Pavimentação precária (citada 3 vezes);
O fechamento de esgotos no conj. Augusto Franco que influenciam positivamente tanto na paisagem quanto nas relações sociais;	Acessibilidade: -rampas com inclinações corretas, executadas corretamente; -execução correta do piso tátil (para deficientes visuais) -Calçadas estreitas, deterioradas e intransitáveis e não sombreadas (citado 18 vezes);
Há hospitais;	Falta uma lei normativa – para conceder habite-se só as edificações e empreendimentos com calçadas niveladas com as guias do meio-fio e sinalizadas com acessibilidade para deficientes;
Há Praças;	Sinalização de trânsito precária;
Há Escolas;	Equipamentos públicos deteriorados e falta de manutenção (citado 2 vezes);
Há postos de saúde;	Fiscalização de obras privadas, especialmente calçadas;
	Ausência de um plano de calamidade urbana;
	Serviços públicos de informação ao turista;
	Instalação de semáforo sonoro para os deficientes visuais (citado 2 vezes);
	Acessibilidade precária;
	Serviços de saúde precários;
	Poucas obras de infraestrutura p/ acompanhar o crescimento da cidade;
	Não possui estrutura viária para os carros existentes e nem um planejamento de ampliação das vias (Citado 5 vezes);



	Má organização e planejamento das obras da área de expansão;
	Não pontualidade nos horários dos ônibus;
	Insegurança na cidade;
	Não integração das várias possibilidades dos sistemas de transportes;
	Faltam de lixeiras na cidade;
	Ruas e avenidas da periferia apresentam diversos problemas de manutenção e conservação. Problemas de falta de sinalização, não atendem o público, não possuem capacidade de suporte para estacionamento e sentido de fluxo;'
	Má execução de reformas de recapeamento;
	Euclides Figueiredo (Santos Dumont), Av. Carlos Marques (Soledade) Semáforo e saneamento básico;
	Falta de engenharia e arquitetura pública;
	Melhoria nos acabamentos das obras;
	Corredor exclusivo de ônibus;

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
Uso misto do solo;	Propor usos e volumetrias equilibradas para a cidade, organizando-a morfologicamente;
	Alto adensamento;
	Aumentar o valor exigido do recuo em edifícios altos;
	Diminuir o valor mínimo adotado para uma Gleba;
	Diminuir a taxa de ocupação (citado 7 vezes);
	Aumentar a taxa de permeabilidade (citado 9 vezes); -Sugestão: 30%
	Não permitir um gabarito alto na Orla de Atalaia;
	Uso misto de edificações em locais muito adensados;
	Coeficiente de aproveitamento alto (citado 9 vezes);
	Índices urbanísticos que permitem a ocupação de áreas sem infraestrutura como zona de Expansão e Jabotiana;
	Periferização da moradia popular em áreas distantes dos pontos de trabalho e sem infraestrutura;
	Ausência de fiscalização quanto à impermeabilização total dos grandes centros, contribuindo com enchentes;
	Gabaritos homogeneizados afetam o conforto ambiental;
	Ocupação não ordenada no entorno do Aeroporto, não observando os zoneamentos de ruído e de proteção. Exemplo: escolas sem tratamento acústico em área de ruído, residências sem tratamento acústico em área de ruído;
	Coeficiente de aproveitamento necessita de revisão,



	<p>pois permite adensar em qualquer lugar da cidade;</p>
	<p>As áreas destinadas à união devem pertencer mais à União e menos aos interesses da prefeitura;</p>
	<p>Não-aplicação do IPTU progressivo e inércia sobre terrenos vazios para especulação imobiliária;</p>
	<p>Necessidade de ordenamento compatível do uso do solo no entorno do Aeroporto visando à integração daquele equipamento urbano com as demais atividades implantadas em seu entorno;</p>
	<p>Verticalização da cidade devido o alto gabarito (citado duas vezes);</p>
	<p>Uso de áreas ambientais com finalidade de construções imobiliárias;</p>
	<p>Códigos e PDDU incompatíveis;</p>
	<p>Elementos que delimitam o uso e ocupação do solo em Aracaju;</p>
	<p>Pouco espaçamento;</p>
	<p>Máxima ocupação;</p>
	<p>Calçadas e recuos mínimos;</p>
	<p>Existência de especulação imobiliária;</p>
	<p>Falta de fiscalização no uso e ocupação do solo e gabarito de altura;</p>
	<p>Priorizar a recuperação do centro, onde já possui infraestrutura ao invés de expandir a cidade para o Mosqueiro.</p>
	<p>Cidade zoneada – áreas ociosas;</p>
	<p>Implantar o instrumento urbanístico de desapropriação urbanística;</p>
	<p>Diminuir tamanhos de Glebas de 40.000 m² → 20.000 m²;</p>
	<p>Melhor adequar à realidade nacional os valores e parâmetros da ocupação do solo, que em Aracaju é dos maiores/o maior do país;</p>
	<p>Recuos de calçada muito curtos na maioria das ruas e avenidas;</p>
	<p>Gabarito de altura irregular;</p>
	<p>Baixo retorno das construtoras para a infra da cidade na liberação da licença dos empreendimentos;</p>
	<p>Deve haver um planejamento urbano, que pense mais nas condições de acessibilidade e infraestrutura, que minimizam a segurança, tornando a localidade mais insegura dentro da cidade;</p>
	<p>Parâmetros construtivos praticamente iguais para toda cidade;</p>
	<p>Gleba de 40.000 m²! Poucas áreas verdes e públicas para o futuro;</p>
	<p>RIV's muitos superficiais;</p>
	<p>Recuos mínimos para obras gigantes;</p>
	<p>O crescimento desordenado da Zona de Expansão</p>



	sem nenhum plano estrutural ou ambiental;
	Gabarito e coeficiente de aproveitamento indevido,
	Incentivo ao uso misto das construções;
	Alinhamento do mobiliário urbano;
	Sensação de “sufocamento” e insegurança para o indivíduo que esteja do lado de fora do prédio;

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
As construções favorecem a geração de empregos (citado 3 vezes);	Legislação permissível a construções absurdas (12 torres na Atalaia);
As obras tornam a cidade um cartão postal e turístico (citado 2 vezes);	Prédios moldados num mesmo padrão pela legislação (2 pavimentos de garagem, “x” andares de apartamento);
Favorece o fluxo do trânsito;	Regularização das ocupações de estabelecimentos comerciais dentro das praças;
Melhoria na habitação;	Construtoras no comando, a prefeitura “autoriza” a construção com creches em legislações;
Desenvolvimento social;	Desmistificar a construção civil como único gerador de emprego e de lindas paisagens na cidade;
Colégio Jaime Araujo (Soledade);	Empreiteiras entre políticos e construtoras que resultam em prédios fora da legislação e sem nenhuma referência arquitetônica;
Viadutos;	Faltam estabelecimentos de cultura;
Casas populares;	Elevado gabarito de altura na orla de Atalaia e Zona de Expansão;
Terminais de integração;	Possibilitar segurança nas construções sem colocar muros altos;
Melhoria dos padrões da construção;	Falta de divulgação do código de obras;
	Menos áreas verdes;
	Conjuntos habitacionais de baixa qualidade para a classe menos favorecida;
	Os novos prédios prejudicarão o meio ambiente e a paisagem;
	Obras estão sendo executadas em locais inapropriados, visando apenas lucro e não se preocupando com a segurança das edificações;
	Forma e distribuição dos empreendimentos inadequados;
	A não fiscalização devida nas obras;
	Falta de compatibilização de projeto / infraestrutura;
	Diversas construções feitas sem a menor preocupação com conforto das áreas vizinhas;
	Parques, praças, espaços de lazer de péssima qualidade, falta de preocupação com durabilidade, qualidade dos materiais usados e personalidade cultural;
	Obras desordenadas;



	<p>Fiscalização;</p> <p>Políticos fortemente envolvidos nos interesses das empreiteiras;</p> <p>Técnicas construtivas ultrapassadas;</p> <p>Utilização de carroças para transporte de material;</p> <p>Depósito de material de construção nas calçadas;</p> <p>Irregularidades em relação ao conforto ambiental;</p> <p>Viaduto não são positivos, portanto, fica como aspecto catalisador da quantidade de carros no trânsito sergipano (citado 2 vezes);</p> <p>DIA segue extremamente violento;</p> <p>Incentivo ao uso de edificações sem muros (mais livres);</p> <p>Construções em locais impróprios;</p> <p>A ocupação de vazios urbanos localizados entre a Av. Paulo VI (Inácio Barbosa) e Av. Adel Nunes (Farolândia) torna-se preocupante em relação ao futuro, ao ser adensado, provocando a retirada das áreas verdes e o trânsito engarrafado;</p>
--	--

ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVO
Trabalho da GMA;	Faltam arquitetos e urbanistas para trabalhar no planejamento urbano da cidade (citado 3 vezes);
	Fragilidade das leis municipais que estão permitindo construções fora do gabarito e que prejudicam o próprio ordenamento da cidade;
	Instrumentos previstos no PDDU que não se aplicam;
	Falta de pessoal (Quadros próprios) e de estrutura para o planejamento urbano;
	Falta de compromisso da maioria dos vereadores quando aprovaram o aumento do IPTU;
	Local específico (órgão / instância) para efetivação do planejamento urbano;
	Não regulamentação e implementação da lei de desapropriação, presente no estatuto da cidade;
	Muitos terrenos e edificações abandonadas a mais de 10 anos e nada é feito;
	Necessidade de incorporação de orientações adequadas de uso e ocupação do solo nas áreas de influencia dos planos de proteção das operações aeroportuárias (Plano de zoneamento de ruído, plano de proteção das operações, área de segurança);
	Revisão do código de obras de Aracaju, é muito antigo e não atende a realidade atual, lei 13/66 (citado 2 vezes);
	Favorecimento às empresas privadas na área da construção civil que prejudicam a cidade com suas obras absurdas;
	Mais criação de áreas destinadas ao desenvolvimento social;



	Falta de regulamentação e/ou fiscalização da maioria das leis municipais;
	Exigir das construtoras o estudo do impacto de vizinhança (citado 2 vezes);
	Mais mobilidade;
	Falta de planejamento na zona de expansão;
	Secretarias muito distantes uma das outras;
	Falta de investimento público em bairros menos abastados;
	Cidade alagada após qualquer período de chuva;
	Desordem na coleta de lixo em muitas partes da cidade;
	As calçadas devem ser de responsabilidade da administração pública e não do proprietário do lote;
	Inexistência de políticas públicas para requalificação do centro;
	Melhorar a legislação acerca de RIV;
	Descumprimento da lei de publicidade 4422/12;

- Reeducação, conscientização para os pedestres e para quem utiliza o automóvel, para respeitar a faixa de pedestres

Renan, Estudante de Arquitetura da Unit

- Ressaltou a preocupação notada sobre a questão da acessibilidade, e diante deste quadro, necessita-se reforçar, organizar e priorizar em todos os aspectos: comunicação, transportes, e na destruição do pré conceito; Por isso, não contempla uma política voltada para esse aspecto, mesmo diante da necessidade, esse é o grito do momento, é o clamor, e compartilhem dessa idéia;
- Parabenizou o espaço e a composição desta quinta audiência;
- Reforçou que o Plano tem que ter a cara do cidadão;

Lucas Aribé, Vereador



- Integração do Aeroporto com o tecido urbano, com a preservação do relacionamento com a comunidade e as atividades do seu entorno;
- Assegurar que a legislação de uso e ocupação do solo, leve a necessidade das operações, quanto à segurança, ruídos, proteção acústica, assim esse tipo de orientação deve esta registrada já que tem interface com os patrocinadores do desenvolvimento que ocorre em Aracaju;
- Acordo de cooperação com a Prefeitura, e faz-se presente para garantir a infra-estrutura;
- Preservação do Aeroporto com seu entorno;
- Restringe a possibilidade de funcionamento pleno;
- Foco importante quanto à política de resíduos e mobilidade;
- Substituição das residências, e são unidades tratadas os ruídos;
- Evitar o pior exemplo como Congonhas;
- Existe uma possibilidade de requalificação do entorno, trabalhar outras praticas e sanar a realidade existente;

Tânia Caldas

-
- Questionamento sobre as edificações locadas vizinhas ao aeroporto;
 - Esta dentro das regras aeronáuticas internacionais a implantação de postos em aeroportos;
 - Sugestão de mudança da localização do aeroporto;

Ana Libório

-
- Questionamento sobre implantação do posto de combustível no perímetro do Aeroporto;

Anselmo, Perito



- Quando deu a construção do aeroporto, não havia moradia em seu entorno, mas o município permitiu;
- O plano diretor é permissível, especialmente com relação ao coeficiente, uma vez que ele foi construído para construtores;
- Na apresentação do RIV da Celi em parceria com a FFB, deveria apresentar um impacto com relação à implantação de todos os futuros empreendimentos no local, e não de apenas um produto;
- O RIV deveria ser tratado pela prefeitura para não deixar a condução da cidade nas mãos dos que irão implantar;

Osmar, Estudante de Arquitetura da Unit

-
- Esclareceu que a legislação nº 132 copia diversas outras, a fim de minimizar, citou a questão do gabarito;
 - Os estudos datam da década de 90, e estão defasados num comparativo com a realidade;
 - Confirmou a participação do plano de mobilidade;

Mariana

-
- Ainda é muito permissível, diante das construções que continuam sendo executadas em nossa cidade;

Renan, Estudante de Arquitetura da Unit

-
- As grandes construtoras investem nas campanhas, e fazem com que seus interesses prevaleçam ao tratar a legislação;
 - A revisão esta sendo executada, diante da pressão da sociedade e de ser uma prerrogativa legal;
 - O plano de mobilidade esta pronto, mas quem o elaborou? O prefeito até citou ser o escritório de Jaime, mas com que legitimidade?
 - Satisfação sobre o que presenciou nessa audiência;
 - Necessidade de um sistema de fiscalização eficaz;

Iran Barbosa, Vereador



- Duas obras de impactos diretos, e os presentes silenciaram, tornando o povo refém da legislação;

Estudante de Arquitetura



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 02/06/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VI – ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA

Data: 02/06/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

DINÂMICA 2

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Expulsão dos menos favorecidos para áreas periféricas via movimento especulativo;
	Falta de iniciativas que desenvolva a área de ciência e tecnologia com vistas à criação de pólos industriais e de serviços;
	Ênfase econômica no comércio e em serviços primários, de baixo valor agregado;
	Falta de definição das áreas de interesse social, ex: Ao longo da Av. (Inácio Barbosa);
	Ausência de estudos de viabilidade do Dia para fins residenciais;
	Esquecimento de investimento na educação e saúde, por exemplo;

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Ênfase turística em obras e equipamentos públicos em detrimento do elemento humano;
	Inexistência de política de preservação e disseminação das manifestações folclóricas;
	Inexistência de política séria de tombamento;
	Necessidade e recuperação de prédios públicos do município (tanto os históricos como os atuais);
	Regulamentação da circulação de veículos no centro histórico;
	Nenhuma preservação do patrimônio de Aracaju, como destruição de casas ecléticas do centro da cidade;



MEIO AMBIENTE	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	<p>O tipo de arborização utilizada não é nativa da nossa região;</p> <p>Não há uma arborização adequada (citado 5 vezes)</p> <p>Centro de esterilização nunca debatido em Aracaju, importante para equilibrar este descontrole de animais no município;</p> <p>Falta de políticas e estímulo para o correto manejo dos resíduos sólidos (citado 2 vezes);</p> <p>Existência insuficiente de reserva de área verde pública externa em condomínios fechados;</p> <p>A invasão de áreas verdes que deveriam ser preservadas ao invés de ocupadas por construtoras. Ex.: A região da ponte que liga Augusto Franco ao Inácio Barbosa;</p> <p>Galeria de águas pluviais utilizadas irregularmente como esgotos com a permissão ou complacência do município;</p> <p>Permissividade do uso e ocupação quanto à área de margens de rios e estuários, contribuindo para o aquecimento da cidade;</p> <p>Ausência de plano de aproveitamento da água da chuva;</p> <p>Poucas áreas verdes e áreas de preservação (citado 2 vezes);</p> <p>Negligência com a preservação da permeabilidade;</p> <p>Taxa de permeabilidade mínima muito baixa na cidade (citado 3 vezes), Sugestão de aumento para 30%;</p>

SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	<p>Os projetos intermodais de transporte público integrado não utilizam o solo e os rios com veículos modernos e confortáveis para serem utilizados pelo público em geral, pesquisadores e turistas;</p> <p>Faltam: manutenção das ciclovias, bicicletários, construção de novas ciclovias, ciclofaixas, ligação entre as ciclovias existentes; (citado 9 vezes);</p> <p>Melhorar a sinalização nas ruas, calçadas e ciclovias;</p> <p>Tempo de resposta demorado quando se é feito um protocolo solicitando reparo de algo;</p> <p>Falta de ação com a saúde pública;</p> <p>Nos projetos de mobilidade urbana e outros tenham a participação de empresas locais, sendo escolhidas através de concorrências públicas;</p> <p>Caso seja viável dar prioridade a projetos elaborados por especialistas do estado;</p> <p>Péssima qualidade do transporte público (citado 4</p>



	vezes);
	Elaborar projeto para conceder tarifa única para usuários do sistema integrado;
	Calçadas precárias;
	Acessibilidade para o idoso, crianças e pessoas que apresentam dificuldades para locomoção;
	Cidade despreparada para expansão (largura de ruas, canteiros, calçadas etc.);
	Ênfase no uso do carro;
	Ausência de serviço de coleta seletiva de massa;
	Ordenamento semaforizado totalmente desarticulado (citado 2 vezes);
	Falta de planejamento para o saneamento básico (citado 3 vezes);
	Grave problema de continuidade de obras e ausência de foco na manutenção de bens e serviços;
	Construções de viadutos com solução para aliviar o tráfego dos transportes pela cidade. Viadutos não é solução;
	Ausência de espaços de lazer e recreação com equipamentos como campos de futebol e quadras;

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

POSITIVOS	NEGATIVOS
Cidade média, tamanho ideal para intervir e gerir (dirigir) o crescimento;	Falta de fiscalização nas obras;
Receptividade;	Necessidade de revisão do valor de recuos;
Economia equilibrada;	Necessidade de revisão do valor do gabarito de altura (citado 3 vezes);
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	A falta de consciência para a função social do lote;
	Lotes e terrenos sem uso, especulação imobiliária (citado 3 vezes);
	Falta de transparência nos processos de licenciamento de empreendimentos impactantes;
	Política que incentiva a especulação imobiliária;
	Coefficiente de aproveitamento desrespeitoso;
	Construção de prédios acima de seis andares na orla, isso não era permitido;
	Falta de disciplina para recuos e calçadas;

CONSTRUÇÕES E OBRAS

POSITIVOS	NEGATIVOS
Cidade média, tamanho ideal para intervir e gerir (dirigir) o crescimento;	A falta de qualidade dos materiais usados nas obras da cidade;
Receptividade;	Obras de grande impacto sendo liberadas levando em consideração apenas o fator econômico sem o estudo de impacto social e ambiental (citado 3 vezes);
Economia equilibrada;	Fiscalização ineficiente das obras de Aracaju por



	parte da EMURB;
Aeroporto em fase de ampliação de sua capacidade;	Falta de transparência e de envolvimento das comunidades afetadas pelas obras;
	Regulamentação que vise a adaptação arquitetônica de fachadas, muros, recepção e estacionamento das pousadas e hotéis;
	Necessidade de um gabarito que vise limitar a quatro pavimentos nas margens de rios e canais, bem como em toda orla marítima;
	Não há bicicletários externos em novos empreendimentos;

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	O CONDURB deve analisar as propostas PPA, LDO e LOA antes de encaminhar ao poder legislativo;
	O CONDURB deve ser composto por 1/3 comunidade civil, 1/3 comunidade técnica e científica, 1/3 órgãos municipais;
	Encaminhar à câmara os projetos de lei dos códigos complementares;
	Revisão do PDDU a cada 5 anos;
	Revisão da planta de valores imobiliários a cada 4 anos;
	Instituição do grupo provisório de infraestrutura (GPI) e do grupo de estudo ambiental (GEA);
	Submissão de todos os projetos de urbanização e parcelamento aprovados e não executados ao CONDURB;
	Revisão dos limites dos bairros;
	Manobra ilegal que culminou na LCM Nº132/2014;
	Total falta de transparência e prestação de contas quanto as outorgas onerosas;
	“Controle” das licenças na ficha de papel;
	Legislação tributária que tenta corrigir distorções de valor venal dos imóveis em função da valorização especulativa estimulada pelo próprio município;
	Inexistência do IPTU progressivo;
	Pouca divulgação com as ONG’S. A comprovação deste fato está na baixa participação desta reunião;
	As reais demandas dificilmente serão colocadas nesta reunião, qual foi o critério de seleção para convocação dessas ONG’S?;

DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
	Divulgação não realizada do principal alvo a ser atingido (ONGS);
	A divulgação dessas reuniões deve ser feita na tv



	<p>aberta. Os meios utilizados não atingem satisfatoriamente a população interessada;</p> <p>Baixa participação dos vereadores, estes deveriam participar mais para entender de fato as demandas da população, pois ler um relatório nunca vai dar a eles a real necessidade das comunidades e organizações;</p>
--	--

-
- Questionou se realmente não existem aspectos positivos em nossa cidade, que devem ser ampliados ou devem permanecer;
 - Comunicou a ocorrência da análise do Plano de Mobilidade desenvolvido por Jaime Lerner;

Mariana

-
- A criação da SEMA, não basta. Faz-se necessário a ampliação da estrutura, e melhorias das demandas de Aracaju;
 - Concurso para profissionais, afim de atender a demanda do município;
 - A importância de efetivar a fiscalização de Obra;

Não Identificado

-
- Critica ao poder público, para garantir o que esta bom na cidade;
 - O sentimento com relação à dinâmica, de esta todos os temas com placas azuis (aspectos negativos) e não verdes (aspectos positivos), é porque algo esta errado;
 - O relatório técnico que será entregue aos vereadores, será falho, pela ausência dos políticos, de um representante da prefeitura, e das Ong's;

Elaine, do IFS



- Ressalta o potencial de modais, diante da geografia e relevo da cidade, que é plana cortada por rios;
- O que tem de positivo nesta dinâmica é a ansiedade de mudança;
- Integração dos transportes, que Aracaju não tem aproveitado ainda, como sugestão: transporte hidroviário com BRT;
- A experiência da tentativa de revisão de 2010 esqueceu a lei orgânica que ia de confronto;

Firmo

-
- Enfatizou que a divulgação esta sendo realizada, porém é muito direcionada e talvez isso implique e inviabilize a abrangência;
 - Sobre a SEMA, discorda de sua criação, entende que apenas um órgão atenderia a todo o município, que sua função só serve como paliativo e viabilidade de projetos condenados pela ADEMA;
 - O BRT é um modal, que não soluciona a necessidade de Aracaju;
 - Explicou seu projeto como parte integrante das soluções quanto à questão dos transportes;
 - Exigir concorrência pública diante da contratação de Jaime Lerner, enquanto há profissionais no estado;

Anselmo, Perito

-
- Não é um plano de administração nem de política, e sim para a cidade;
 - A metodologia faz com que cada seguimento explore suas necessidades específicas, e sensibilizar a todos;
 - Nas seis próximas reuniões serão à noite, atendendo aos pedidos, e serão subdividas em regiões: sul, norte e zona de expansão;
 - A equipe esta sempre construindo, e se aliando aos que estão participando, a Aracaju não esta sendo construída para o prefeito e sim para todos, e essa Aracaju só é possível se todos derem as mãos;
 - Não há um conteúdo prévio sendo imposto, estamos construindo, pensando juntos;
 - A 132 é uma lei que solicitei a copilação em um único documento, e que seja regra para todo mundo, a exemplo da zona de expansão, restringir o numero de pavimentos, saindo de 12



pavimentos para 2 pavimentos;

- Na realidade a intenção era barrar os pedidos de licenciamento já existentes e que não atendia;
- A densidade demográfica de cada edificação diminui com essa lei, a exemplo das vagas de garagem; Para que os carros não fiquem na rua, foi ampliado maior numero de vagas de visitantes;
- Vê se dá tempo de revisar o Código de Obras, datado de 66, para os dias de hoje;
- A legislação que temos hoje, não fala de gabarito, é relativo, entendo como primordial o coeficiente de aproveitamento;
- O rebaixamento das calçadas implica na acessibilidade e nos equipamentos urbanos;
- Informou que hoje, houve a análise e revisão da Lei Orgânica a fim de alinhar com a revisão do PDDU, e serão citados no diagnostico, contudo, não é fácil a mudança, a exemplo do coeficiente que necessita de peblicito;
- O fundo de participação do município diminuiu muito e necessitamos aplicar de fato a Outorga Onerosa;
- Os vazios urbanos existem e estão sendo adensados hoje, mas deveriam ser planejados antes;
- Dr Berenice propôs uma cartilha de acessibilidade, e ela apresentava alguns defeitos, e estava equivocada ao colocar como obrigatoriedade o piso de alerta no lugar de direcional, assim, foi retirada a validade desta, porém foi acordado com os conselhos o uso do piso de alerta nos pontos críticos;
- Sugestão de campanha ampla de acessibilidade;
- Código de Infra Urbana, para evitar equívocos como em outras épocas;
- A fiação elétrica deveria ser subterrânea para evitar os postes no decorrer das calçadas, desde que verificado a viabilidade;
- A acessibilidade abrange o atendimento até a quem esta com uma dificuldade temporária;

Ana Neri

-
- Argumentou a necessidade de combinar os interesses das cidades com os interesses econômicos;
 - Citou debate com o empresário Luciano Barreto em momentos de discussões anteriores



com relação ao gabarito de altura;

- Há um ceticismo com relação ao processo, de que se sobreponha os interesses de meia dúzia de empresários, sem responsabilidade social;
- A frustração da revisão anterior pela não aceitação das propostas;

Aberlado, Perticipe Aju

-
- As pessoas estão vendo o gestor como o malandro, só que não tem legislação que limita;
 - O exemplo da implantação da Igreja Universal ao lado do Viaduto, que a legislação não exige a apresentação do RIV;
 - Nessa gestão há muita reclamação das construtoras, nas rádios, TVs, sites, mas as dificuldades impostas são positivas para a cidade, diferente do que estavam acostumados a realizar;
 - A problemática das vagas dos estabelecimentos comerciais, onde limita o uso apenas para os clientes, tirando vaga da população com as guias rebaixadas e sinalização de guincho impedindo o uso na via, é ilegal;
 - Cita o Jabotiana como um antigo vazio urbano não planejado, e que hoje já adensado, sofre com o escoamento de automóveis dos condomínios implantados;

Navarro

-
- A ausência dos cartões verdes (aspectos positivos) é assintomática;
 - Iniciar a fala no aspecto positivo vê um esforço de realizar a continuação desse projeto, e elogios a Ana Neri e seu profissionalismo;
 - O poder legislativo fará parte deste processo de mobilização da população;
 - Assessoria técnica para os vereadores avaliar os projetos entregues a Câmara;
 - Valorização da interprete, atendendo ao pedido realizado pelo vereador Lucas Aribé;
 - Não basta constatar que as pessoas não querem participar, elas não estão estimuladas a participar, que é diferente, tem que haver convencimento e sedução para participação;
 - A legislação não ajuda quando estabelece que o poder executivo possa alterá-la;

Iran Barbosa, Vereador

-
- Elogia a presença das interpretes;
 - Critica a praças reformadas foram aplicados apenas pisos tátil de alerta, postes no



direcionamento do piso, e outros agravantes;

- Solicita a obrigatoriedade das normas da ABNT 9050 no plano diretor;
- A lei 12587 não é contemplada;
- Cita os poucos presentes e questiona quais ONGs foram chamadas;
- Salvador “Eu Curto Meu Passeio”, o poder público reforma as de suas responsabilidades e os populares os seus;

Lucas Aribé, Vereador



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA DO DIA 09/06/2015
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VII – CONSELHOS

Data: 09/06/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos.

DINÂMICA 2

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

SOCIECONÔMICOS	
POSITIVO	NEGATIVO
Desenvolvimento da cidade economicamente;	Desenvolvimento desordenado;

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	
POSITIVO	NEGATIVO
Potencial turístico da cidade;	Falta de investimento e fiscalização dos prédios históricos;
Considerável número de prédios Históricos;	Falta de conservação e manutenção do patrimônio público existente;
Beleza Natural;	Não há turismo acessível em Aracaju, constata-se nos prédios históricos;
Utilidade de equipamentos Públicos de turismo;	

MEIO AMBIENTE	
POSITIVO	NEGATIVO
Potencialidade dos parques e espaços Públicos existentes;	Mau aproveitamento dos recursos naturais, como a água das chuvas;
Potencialidade de construção de novos parques e espaços Públicos às margens dos rios que cortam a cidade;	Degradação das áreas de preservação permanentes;
	Falta de arborização na cidade em relação às áreas construídas;
	Falta de rigor na fiscalização e preservação. A exemplo do esgoto lançado em águas pluviais e mananciais;
	Falta de tratamento de esgoto e saneamento básico;
	Inacessibilidade às áreas naturais em nosso município e outras regiões adjacentes;
	Aterramento de mangues, comprometendo o escoamento fluvial;



SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRAESTRUTURA	
POSITIVO	NEGATIVO
A construção das Ciclovias;	Saúde: Postos de saúde, hospitais e clínicas;
Calçadas do centro;	Pouco Policiamento;
Incentivo de atividades esportivas e de lazer nos espaços Públicos;	Falta acessibilidade para surdos (citado 2 vezes);
Saneamento básico – índice de cobertura em crescimento;	Pavimentação das vias sendo executadas de modo errôneo, cobrindo buracos;
	Falta de incentivo de substituição do transporte particular pelo público;
	Falta de fluidez do trânsito (citado 2 vezes);
	Falta de infraestrutura na zona de expansão;
	Melhorar a iluminação da cidade e diminuir a violência;
	Aumentar o número dos profissionais das áreas de saúde nos postos;
	Falta de corredores urbanos para transporte público;
	Drenagem insatisfatória do Município;
	Esgotamento sanitário sendo despejado em canais de drenagem;
	Excesso de empreendimentos com pouca infraestrutura local;
	Sinalização inadequada nos passeios para deficientes visuais;
	Falta de semáforos sonoros para deficiente auditivo;

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
POSITIVO	NEGATIVO
Criação de novos bairros;	Uso e ocupação do solo acontecendo de forma desordenada;
Zona de expansão;	Baixa taxa de permeabilidade do solo;
Incentivo na criação de conjuntos habitacionais populares;	Ocupação das calçadas de forma irregular;
Facilidades para adequação regulamentar;	Alta densidade demográfica em alguns bairros e localidades; (citado 2 vezes)
	Alto coeficiente de construção nos terrenos, visto a implantação de grandes empreendimentos em áreas que não comportam; (citado 2 vezes)

CONSTRUÇÕES E OBRAS	
POSITIVO	NEGATIVO
	Edificação desordenada;
	Recuos inadequados das construções;
	Ausência ou pouca fiscalização; (citado 2 vezes)
	Que as obras de arte sobre os canais e rios situados na área metropolitana, tenham um pé



	direito em relação ao nível da água, compatível para futura utilização como via de transporte público e lazer;
	Falta de padronização das calçadas;
	Falta de manutenção nas edificações;
	Densidade demográfica elevada sem infraestrutura suficiente no entorno, em alguns empreendimentos;
	Construção acontecendo sem obedecer aos limites mínimos para dar condições de acessibilidade das calçadas;
	Execução de obras sem o devido acompanhamento técnico para que as mesmas obtenham os critérios de acessibilidade;

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS DO MUNICÍPIO	
POSITIVO	NEGATIVO
Tentativa de controle do crescimento desordenado;	Realização de concursos públicos, Convocação: acessibilidade ao quadro efetivo quase não cumprido (PCD);
	Falta de órgão responsável pela manutenção das obras públicas;
	Ausência de comunicação acessível nos espaços públicos, estabelecimentos e demais locais da cidade;
	Necessidade de veicular, propagandas institucionais na imprensa com áudio;
	Descrição e tradução na língua brasileira de sinais (Libras);
	Legislação anacrônica;
	Falta de revisão do plano diretor;
	Falta de regulamentação de muitas leis já sancionadas;
	Falta de compromisso com a acessibilidade, fato percebido na ausência de ações efetivas para a promoção da igualdade de oportunidades e direitos;
	Ausência de uma secretaria específica para aspectos concernentes a acessibilidade;
	Criar um órgão de planejamento urbano com cargos de direção com profissionais legalmente habilitados para o urbanismo; (citado 2 vezes)

DEMAIS TEMÁTICAS	
POSITIVO	NEGATIVO
Fomento das atividades esportivas, visando melhorar a integridade física do cidadão. Ex: Caju Bike, Calçadas construídos sobre os canais;	Inspeção no tocante às casas e prédios abandonados em Aracaju, para que tragédias sejam evitadas;



	Poucas rampas para cadeirantes nos passeios;
	Como os surdos chamam 192. (SAMU);
	Precisar interprete de libras em todos os órgãos, para atendimento (profissional);
	Escolas bilíngües (Português / Libras);
	Site da Prefeitura falta de acessibilidade de libras;
	Carteira para gratuidade de transporte ao deficiente sem vínculo obrigatório ao estudo;
	Reativação do Conselho Municipal de Cultura;
	Reativação da Lei Municipal de Incentivo à cultura;

- Solicitou mais concursos públicos para pessoas com deficiência;
- Ausência de creches em alguns bairros;
- Adaptar os aparelhos de ginástica, existentes nas praças, para os cadeirantes e instalar em bairros que ainda não possuem;
- Sugestão de locais para as próximas audiências: Colégio Freitas Brandão no bairro Suiça e no Coqueiral;
- Asfaltar as ruas é uma medida simples que facilita a locomoção dos cadeirantes, substituindo os paralelepípedos;

Não se identificou

- Ensinar libras aos policiais e agentes de trânsito, ter um interprete ou uma central com interprete para poderem se comunicar com as pessoas surdas;

Não se identificou

- Incluir cursos de capacitação em libras para os policiais e agentes de trânsito e tornar obrigatório esse conhecimento;
- Propôs utilizar as rádios comunitárias para divulgação das próximas audiências;
- Crítica as invasões para especulação;
- Sugere que as pessoas que deixaram e-mail na lista de presença das audiências sejam comunicadas sobre as próximas;

Anselmo, Instituto Águia



- Solicita que os cursos de libras para interprete sejam avaliados e fiscalizados por uma associação capacitada, a exemplo da CESAJU;

Pablo, CESAJU

-
- Relata que a OAB esta disponível para auxílio jurídico aos surdos;

Não se identificou

-
- Agradeceu a prefeitura por ter atendido a solicitação dele para que as audiências tivessem interprete de libras;
 - Relata que Aracaju não é acessível atualmente, porém esta melhor em relação ao passado;
 - Solicita a Secretaria de Comunicação uma plena divulgação da Audiência Pública pelo fato da participação das pessoas com deficiência, enfatiza que é uma ação muito positiva;
 - Cita que a cidade que ele quer no futuro deverá ser acessível, aberta a diversidade humana, moderna e bonita;

Lucas Aribé, Vereador

-
- Questiona se a prefeitura poderia elaborar um aplicativo para melhorar a comunicação com os conselhos;
 - Pergunta se para realização das ações do plano diretor vai existir a aplicação de verba federal;

Não se identificou

-
- Solicitou que a prefeitura firma-se uma parceria com o CREA e o CAU para uma participação técnica dos profissionais de arquitetura e engenharia e também enviasse e-mail aos profissionais de cada conselho para divulgar e mobilizar as classes na revisão do Plano Diretor;

Elaine, IFS

-
- Esclarece que um grupo de trabalho já esta formado para discutir as formas de divulgação das próximas etapas da revisão;
 - Responde ao questionamento feito anteriormente referente à verba que existe um



esforço interno dos funcionários da prefeitura e algumas acessórias;

- Referente à acessibilidade, explana que será abordado nos códigos e que reunirá esforços para que ao menos os códigos de obra, uso e ocupação do solo e meio ambiente;
- Solicitou ajuda jurídica a OAB para as questões do PDDU;
- Explicou as etapas seguintes do plano;
- Lembra que o segmento que vive abaixo da linha de pobreza muitas vezes não tem representação nos debates e se faz necessário pensar na regularização fundiária;
- Lembra os problemas como loteamentos clandestinos e irregulares;

Ana Neri

-
- Deseja uma Aracaju onde todos possam usufruir, onde exista acessibilidade para deficientes e surdos;

Isabela, Engenheira civil da EMURB

-
- Citou a comissão de direito imobiliário, criada pela OAB;
 - Relata que os questionamentos da população são importantes porque geralmente não são técnicos e proporciona um novo ponto de vista;
 - Fala que a OAB esta disposta a contribuir com o Plano Diretor;
 - Solicita que a prefeitura reporte os impasses legais para que a OAB colabore com notas técnicas e pareceres;

Não se identificou

-
- Diz que a prefeitura esta a disposição para receber os pontos discutidos pela OAB, pelos conselhos, as pessoas com deficiência e a população em geral;

Marianna



Anexo II – Lista Convidados

CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 14/05/2015

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE

EMPRESA DE PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO Da FAZENDA

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SECRETARIA DE EST. DA MULHER, INCLUSÃO, ASSIS. SOCIAL, DO TRABALHO E DOS DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRÍCOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL E DA CIDADANIA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA COMERCIO E TURISMO

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO ESPORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DO ESPORTE E LAZER

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SUPERINTENDENCIA DO AEROPORTO EM SERGIPE-INFRAERO

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO



EMPRESA SERGIPE GÁS S/A - SERGÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 19/05/2015

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES – CMP
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS - FECS
MOVIMENTO INTERNACIONAL DA PAZ - MINPA
MOVIMENTO NACIONAL DA LUTA POR MORADIA - MNLM
MOVIMENTO COMUNITÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE - MOCESE
MOVIMENTO ORGANIZADO DOS TRABALHADORES URBANOS - MOTU
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA EM SERGIPE – MST/SE
MOVIMENTO DOS SEM TETO EM SERGIPE – MSTE/SE

CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 22/05/2015

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTE - ABRASEL
ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE EMPRESAS DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA DE SERGIPE – ADEMI/SE
ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DOS EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS E PRIVADAS - ASEOPP
CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE ARACAJU - CDL
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SERGIPE - SINDUSCON
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS

CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 26/05/2015

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES EM SERGIPE - CUT
FORÇA SINDICAL EM SERGIPE
SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO



CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 28/05/2015

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
FACULDADE PIO DÉCIMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
UNIVERSIDADE TIRADENTES

CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 02/06/2015

CICLO URBANO
FÓRUM EM DEFESA DA GRANDE ARACAJU
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO LOTEAMENTO SENHOR DO BONFIM
MOVIMENTO NÃO PAGO
MOVIMENTO COM BASE

CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU 09/06/2015

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SERGIPE
CONSELHO ESTADUAL DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-EM SERGIPE

CONVIDADOS PARA TODAS AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SETORIAIS – PDDU

VEREADOR VINICIUS PORTO PRESIDENTE DA CÂMARA
VEREADOR ADRIANO OLIVEIRA PEREIRA
VEREADOR AGAMENON SOBRAL FREITAS
VEREADOR EMMANUEL DA SILVA NASCIMENTO
VEREADOR ADELSON BARRETO SILVA



VEREADOR AGNALDO CELESTINO FEITOSA FILHO
VEREADOR ANDERSON SANTOS DA SILVA
VEREADOR BERTULINO JOSÉ LOPES DE MENEZES
VEREADORA DANIELA DOS SANTOS FORTES
VEREADOR EMERSON FERREIRA DA COSTA
VEREADOR JOSÉ IRAN BARBOSA FILHO
VEREADOR JAILTON SANTANA
VEREADOR ROBERTO MORAIS OLIVEIRA FILHO
VEREADOR MANUEL MARCOS DOS SANTOS
VEREADOR VALDIR SANTOS
VEREADOR LUCAS ARIBÉ ALVES
VEREADOR JOSÉ GONZAGA DE SANTANA
VEREADOR RENILSON CRUZ SILVA
VEREADOR CARLOS MAX PREJUÍZO
VEREADORA LUCIMARA DANTAS PASSOS
VEREADOR JOSÉ AUGUSTO DA SILVA
VEREADOR JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS SILVA (BIGODE)
VEREADOR JOSÉ IVALDO VASCONCELOS DE ANDRADE
VEREADOR JOSENITO VITALLE DE JESUS
CONSELHEIROS DO CONDURB



Anexo III – Lista Presença

VOLUME II: LEITURA TÉCNICA



CAPÍTULO I – ASPECTOS FISIOGRAFICOS



I – ASPECTOS FISOGRÁFICOS

Situado na porção leste do Estado de Sergipe, limitando-se ao norte com o município de Nossa Senhora do Socorro, a leste, com Barra dos Coqueiros, o Oceano Atlântico e Santo Amaro, ao sul com Itaporanga d’Ajuda, e ao oeste com São Cristóvão, Aracaju conta com uma área de 181,8 km² e abriga 623.766 habitantes, conforme estimativas da população do IBGE, referência em 2014 (Figura 1).

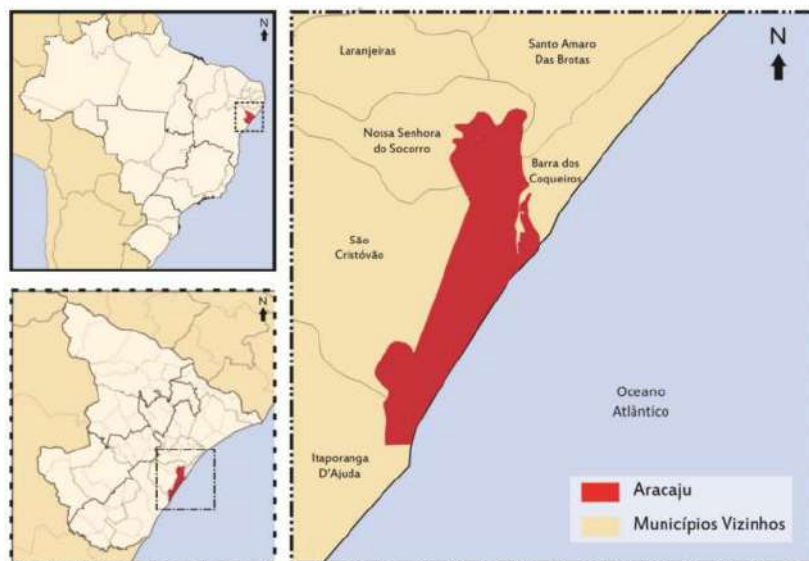


Figura 1: Localização do Estado de Sergipe no Brasil e do Município de Aracaju.

Fonte: França, 2011.

Sede da capital de Sergipe, Aracaju apresenta altitudes médias de 4 (quatro) metros acima do mar e está assentada sobre terrenos inconsolidados de Sedimentos Quaternários, da Planície Litorânea, e na sua parte oeste sobre terrenos do Terciário, com a Formação Barreiras, e, portanto, mais elevados.

O município é ainda conhecido como cidade das águas e é assim denominado por ser banhado ao Norte pelo Rio Sergipe e Rio do Sal, ao leste pelo Oceano Atlântico, ao Sul pelo Rio Vaza-Barris além de ser entrecortado pelo Rio Poxim.

Tais condições proporcionam assim presença de lagoas, riachos, restingas, dunas e manguezais presentes no município que, ao tempo em que da ocupação urbana acontecia, foram sendo pressionados por meio da execução de aterros, desmonte de dunas, canalização de riachos, entre outras ações.

Aracaju encontra-se situada na zona intertropical, apresenta clima quente, com presença de período seco na primavera/verão e de período chuvoso no outono/inverno, sendo beneficiada pelos ventos Alísios de Sudeste que amenizam o calor da cidade e tornam seu clima mais agradável (ARAUJO, et. al, 2006, p.16).

A cidade integra a área de influência da metrópole regional Salvador, com a qual mantém fortes conexões através dos fluxos de mercadorias, informações e de pessoas bem como fortes relações com outras cidades a exemplo de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Feira de Santana, Paulo Afonso, Arapiraca e Petrolina, Juazeiro, Ribeira do Pombal e Alagoinhas (IBGE, 2008) (Figura 2).

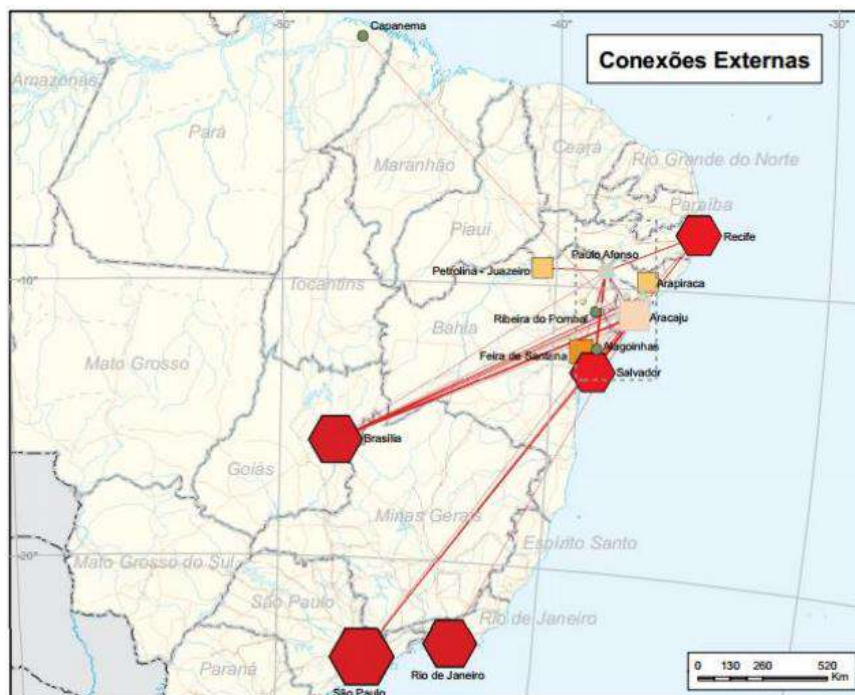


Figura 2: Aracaju, Conexões Externas, 2008

Fonte: IBGE, 2008.

A dimensão do território sergipano e a concentração de atividades econômicas na capital contribuíram para o fortalecimento da centralidade de Aracaju, que por sua



vez é reforçada por um sistema de rodovias estaduais que facilita as ligações com todas as sedes municipais sergipanas, avançando também com facilidade de acesso a municípios baianos nas proximidades do Estado bem como a ligação por rodovias pavimentadas de todas as sedes com a capital por meio de rodovias pavimentadas, reforçando que a cidade seja dotada de infraestrutura capaz de atender a um volume de pessoas bem maior do que sua população.

Ademais, a proximidade com os municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão dão a Aracaju características de uma grande metrópole, a chamada Grande Aracaju apresenta uma metropolização, por assim abarcar tais municípios além da capital do Estado e, desta forma, acaba por responder muitas vezes sobre diversas áreas carentes nestes, atuando assim como um grande pólo metropolitano amortecedor, fato este que sobrecarrega especialmente a saúde, educação, empregos, transporte, moradia, etc.

Acrescido a isto, seu crescimento tem se dado com grande incremento populacional nas direções oeste do município concentrando-se em bairros como Lamarão, Japãozinho, Soledade, Capucho, Jabotiana, São Conrado, Olaria, e na zona sul, nos bairros Farolândia, Atalaia, Coroa do Meio, Aeroporto, com a inserção de empreendimentos imobiliários que grande impacto urbano e ambiental além da Zona de Adensamento Restrito, também conhecida como Zona de Expansão Urbana, a exemplo da implantação do Bairro 17 de Março nas suas delimitações, como política habitacional da Prefeitura Municipal de Aracaju.

Nesse diapasão de expansão urbana acentuada, principalmente na direção oeste e sul, muitas vezes dispersa e desigual no tocante ao atendimento das necessidades de sua população, a problemática é generalizada nas diversas searas e por toda cidade, carecendo de um planejamento urbano e territorial eficaz para identificar os problemas existentes na atualidade, antever os futuros e assim solucioná-los da melhor forma.



CAPÍTULO II – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS





SUMÁRIO

II – ASPECTOS SÓCIOS-ECONÔMICOS	3
a. População	3
b. Densidade Demográfica	5
c. Níveis de renda da população.	8
d. Natalidade e Mortalidade	17
e. Educação	22
f. Saúde.....	27
g. Segurança.....	34
h. Conclusão.....	37



II – ASPECTOS SÓCIOS-ECONÔMICOS

Aracaju, fundada em 17 de março de 1855, é uma cidade que foi criada pelo governo provincial, para ser a capital em substituição a São Cristóvão. Capital do Estado de Sergipe, nota-se o crescimento da cidade entre 1991 até uma estimativa do IBGE em 2014, apresentando Aracaju com um número de 623.766 habitantes.

Essa cidade litorânea, situada ao leste do Estado, limita-se com o município de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, Barra dos Coqueiros e Itaporanga D’ajuda, com uma faixa territorial de 181, 857 km² e uma densidade demográfica de 3.140,65 hab/km² (Fonte: IBGE/2010).

A população do Município de Aracaju vem crescendo de forma rápida, gerando os mais diversos problemas sociais, tais como: uso de drogas, prostituição, maternidade antecipada, violência, desregularização fundiária, além da proliferação de habitações em áreas periféricas, sem estrutura sanitária, viária, com poucos equipamentos sociais.

a. População

TABELA II.1 – Evolução da população de Sergipe e Aracaju.

Anos	Sergipe (hab.)	Participação no Brasil %	Aracaju (hab.)	Participação em Sergipe %
1872	176.243	1,77	9.559	5,42
1890	310.926	2,17	16.336	5,25
1900	356.264	2,04	21.132	5,93
1920	477.064	1,56	37.440	7,85
1940	542.326	1,32	59.031	10,88
1950	644.361	1,24	78.364	12,16
1960	760.373	1,07	115.713	15,22
1970	911.251	0,96	186.838	20,50
1980	1.156.642	0,95	299.422	25,89
1991	1.491.867	1,02	401.676	26,92
2000	1.874.475	1,05	461.534	25,88
2007	1.939.313	1,05	520.303	26,82
2010	2.068.017	1,03	571.149	27,61

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Observa-se que nos últimos 50 anos, a evolução do Estado de Sergipe, e consequentemente, de Aracaju tem uma evolução significativa, conforme dados apresentados pelo Censo de 2010 do IBGE. Em 1970, por exemplo, o Município contava com um número de

186.838 habitantes. A cada década esse índice de habitantes cresce muito, contando em 2010 com 571.149 e uma estimativa apresentada pelo IBGE nos mostra que em 2014, Aracaju chega a 623.766 habitantes. Observa-se também que houve um acréscimo de população entre 2000 e 2010 de quase 20%, sem que a estrutura urbana acompanhe este incremento. Da mesma forma sua participação na composição de Aracaju vem crescendo constantemente.

A população vem se intensificando, tendo em vista a urbanização a que o país foi submetido, ocorrendo situação semelhante em todas as capitais dos Estados brasileiros. Há uma discrepância quando comparado o crescimento do Estado com o crescimento da capital, conforme se pode avistar na tabela acima. Vários são os fatores que geram essa realidade como: desemprego, industrialização, concentração de terra, políticas públicas habitacionais, dentre outros.

“A política habitacional implantada a partir da criação do Banco Nacional de Habitação – BNH e desenvolvida pela Companhia de Habitação Popular – COHAB através da construção de grandes conjuntos habitacionais também contribuiu de forma significativa para o crescimento urbano, acentuando a migração (FRANÇA, 1997). As estratégias utilizadas pelo poder público, no momento da distribuição das casas incentivaram a migração de uma população de baixa renda que migrou para a cidade na esperança de ganhar uma casa. Parte deste contingente que não foi contemplado passou a pressionar o poder público, ocupando o entorno dos conjuntos habitacionais ou mesmo áreas de fragilidade ambiental, a exemplo dos manguezais, das margens dos rios e das encostas das colinas, fazendo proliferar os assentamentos precários, dispersos, hoje, por todas as partes da cidade”. (FAPESE/PMA, 2010). (DIAGNÓSTICO DA CIDADE DE ARACAJU/SE, 2013).

A Administração Pública foi adotando políticas públicas habitacionais, contribuindo assim para a urbanização, ocupação em áreas carentes através de infraestrutura, regularização, reurbanização. Na cidade de Aracaju, essas políticas foram importantes para urbanização do assentamento do bairro Coroa do Meio, do Bairro Santa Maria, do Coqueiral, no Porto D´Antas, a regularização fundiária do São Carlos, dentre outras. Porém, é importante destacar que a maioria desses conjuntos habitacionais foram sendo construídos distantes da malha, em áreas distantes e isoladas, e essa infraestrutura que o Município está tentando regularizar, continua precária.

A implantação de abastecimento de água e redes de energia elétrica em diversas áreas da cidade foi primordial para o índice exclusivo de urbanização, não havendo índice de população na zona rural. Toda a população é considerada urbana; porém, carece de um serviço de drenagem efetivo para dirimir a grande problemática do Município. Essa

urbanização foi positiva para os proprietários fundiários, onde a valorização do mercado imobiliário foi clara e notória.

b- Densidade Demográfica

O último censo do IBGE em 2010 informa que a totalidade da população do Município de Aracaju, 63,3% é formada por naturais desta cidade; enquanto que, 36,62% correspondem aos nativos das cidades do Estado de Sergipe e ainda de outros Estados.

Houve essa migração de pessoas de outros Estados e de pessoas de todas as cidades de Sergipe para Aracaju em razão da implantação de novos empreendimentos, possibilidade de integração no mercado de trabalho, conforto, comodidade, qualidade de vida. Há ainda aqueles que, moram em Aracaju e trabalham em cidades vizinhas. Esse grande fluxo condizente a entrada e saída em Aracaju aumentaram desastrosamente o congestionamento de veículos, a violência também foi consideravelmente desfavorável, em função do movimento de pessoas de forma desordenada na cidade.

Estudar a evolução dos dados é importante no momento em que pode-se compreender as tendências e assim analisar o futuro. Foi escolhida a seqüência que representa diversos momentos relacionados à lei de Plano Diretor, e com disponibilidade de dados pelo IBGE.

Assim sendo tem-se a representação de diversos mapas dos anos de 1990, 2000 e 2010. O ano de 1990 foi escolhido por se tratar da época em que foi originalmente elaborado o diagnóstico, que deu origem à lei Complementar 42/00, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. O ano de 2000, 10 anos após, foi aquele em que a lei foi sancionada. Já o ano de 2010, mais 10 anos após o último, tenta-se aproximar dos dias atuais. Assim sendo tem-se uma seqüência de 20 anos.

A primeira seqüência refere-se a densidade demográfica, onde o verde mais forte é a menor densidade e o rosa a maior densidade. Observa-se que nos primeiros 10 anos houve um incremento de população em especial na porção centro oeste do município, mais objetivamente nos bairros Bugio, Jardim Centenário, Ponto Novo e Suíssa. Enquanto isso o Bairro Centro e o São José perderam população. No período 2000 a 2010 Observa-se uma diferença a maior nos bairros Cidade Nova, Jardins, Farolândia e Santa Maria. A perda de população ocorreu desta vez nos bairros José Conrado Araújo, América, Suíssa, Getúlio Vargas e agravou-se no São José.

Observando o intervalo de 20 anos, 1990 a 2010, vê-se a perda de população nos bairros Centro, Getúlio Vargas e São José. O problema que antes se restringia ao Centro da cidade começou a se espalhar indicando a necessidade de políticas que estimulem o uso residencial nestas áreas. Já o ganho de população complementa esse processo de periferização da população que se deslocou como que empurrada aos bairros Bugio, Jardim Centenário, Olaria, Cidade Nova, 13 de julho, ponto novo, Luzia e Grageru. Observa-se ainda que coincide com o aumento da verticalização o aumento da população nos bairros Coroa do Meio, Atalaia, Farolândia. Além desses os bairros São Conrado e Santa Maria também apresentam um cenário de maior população.

Figura II.1: Densidade Demográfica por Bairro.


Fonte: COGEPLAN/SEPLOG – Junho/2015

Estimativa Populacional Segundo Faixa Etária, Sexo e Razão entre os Sexos, Município de Aracaju, 2012.
TABELA II.2 - População segundo a faixa etária e sexo de Aracaju.

Faixa Etária	Sexo		Total	M/F	%
	M	F			
Menor 1 ano	4.261	4.043	8.304	1,05	1,4
1 a 4 anos	17.074	16.475	33.549	1,04	5,7
5 a 9 anos	21.101	20.513	41.614	1,03	7,1
10 a 14 anos	24.372	23.782	48.154	1,02	8,2
15 a 19 anos	24.533	25.920	50.453	0,95	8,6
20 a 29 anos	56.807	63.817	120.624	0,89	20,5
30 a 39 anos	45.450	54.361	99.811	0,84	17
40 a 49 anos	35.049	43.103	78.152	0,81	13,3
50 a 59 anos	23.663	29.986	53.649	0,79	9,1
60 a 69 anos	12.902	17.526	30.428	0,74	5,2
70 a 79 anos	5.567	9.441	15.008	0,59	2,6
80 anos e mais	2.398	5.557	7.955	0,43	1,4
Total	273.177	314.524	587.701	0,87	100

Fonte: Estimativa IBGE/DATASUS, 2012. (Plano Municipal de Saúde/2014)



Pela estimativa do IBGE (tabela II.2), a maior parte dos habitantes da cidade de Aracaju concentra-se numa faixa etária entre 20 a 29 anos, sendo o sexo feminino preponderante. Isso reflete numa população predominantemente jovem.

De acordo com a tabela, a faixa etária menor de 1 ano até os 14 anos, o sexo que prevalecia era o masculino. A partir dos 15 anos em diante, o sexo feminino passou a ser mais efetivo, isso acontece por conta da mortalidade mais acentuada na população do sexo masculino.

c- Níveis de Renda da População

Aracaju, apesar de ser considerada cidade da qualidade de vida, possui alguns desníveis quando o assunto é renda per capita. A maior porcentagem da população encontra-se sem rendimento, com 32,95%.

Pessoas que recebem mais de 3 e até 5 salários mínimos estão entre 6,25% dos habitantes desta cidade. E, um número também expressivo, de pessoas que recebem até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo contam com 19.835 habitantes.

Outra informação importante relacionada aos programas habitacionais que a tabela II.3 nos fornece é que 50,11% da população percebe até 3 salários mínimos, de 3 a 5 equivale a 6,25, de 5 a 10 6,16% e acima de 10 a 4,50%. Isso equivale a dizer que mais de 50% da população precisa de atenção especial, uma vez que na maioria das vezes não está integrada à cidade.

TABELA II.3 – Rendimento médio familiar x população por faixa de renda

Rendimento	Pessoas	%
Até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo	19.835	4,07
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo	15.391	3,14
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo	102.760	20,96
Mais de 1 a 2 salários mínimos	79.754	16,25
Mais de 2 a 3 salários mínimos	27.891	5,69

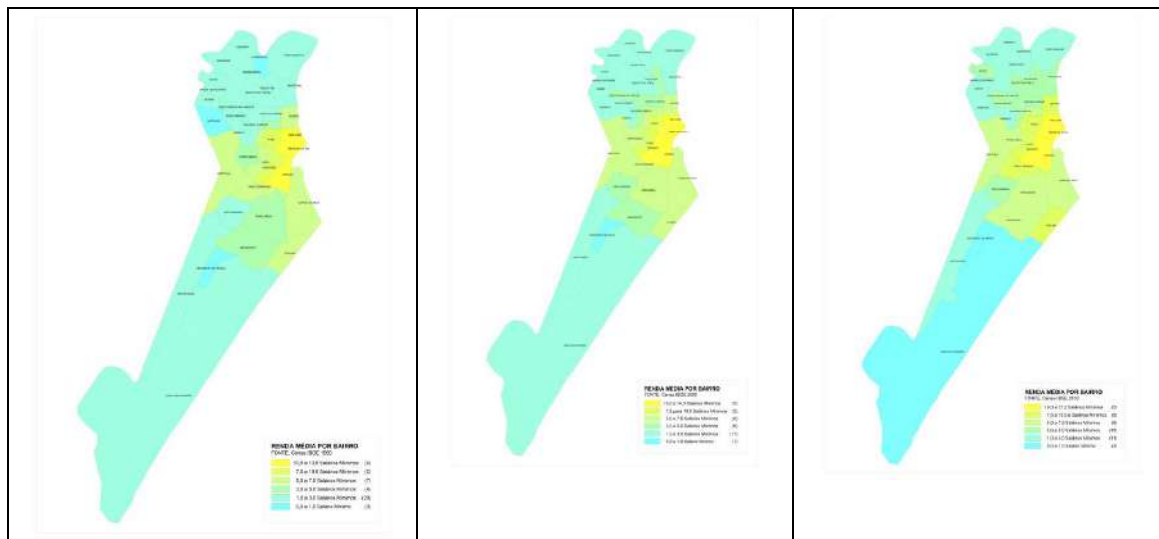


Mais de 3 a 5 salários mínimos	30.637	6,25
Mais de 5 a 10 salários mínimos	30.211	6,16
Mais de 10 a 15 salários mínimos	9.322	1,90
Mais de 15 a 20 salários mínimos	5.840	1,19
Mais de 20 a 30 salários mínimos	3.583	0,73
Mais de 30 salários mínimos	3.361	0,68
Sem rendimento	161.512	32,95
Total	490.097	

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (DIAGNÓSTICO DA CIDADE DE ARACAJU/SE, 2013).

Tomando os dados de rendimento médio mensal familiar constata-se uma melhoria nos valores tendo em vista que é comum numa família a participação de mais de uma pessoa na formação da renda. Assim, os Bairros Jardins, Treze de Julho e São José são os que apresentam melhor situação, enquanto em segunda posição estão Centro, Cirurgia, Suíssa, Salgado Filho, Luzia, Grageru, Inácio Barbosa, Jabotiana, Coroa do Meio, Atalaia, entre outros. Situados nas faixas norte e noroeste estão os bairros com menor renda familiar (Santos Dumont, América, Cidade Nova, Jardim Centenário, Olaria, Soledade, Lamarão e Porto Dantas, a exceção do Bairro Santa Maria, situado na faixa sudoeste). (DIAGNÓSTICO DA CIDADE DE ARACAJU/SE, 2013).

FIGURA II.2 – Rendimento médio familiar por Bairro



Fonte: COGEPLAN/SEPLUG – Junho/2015

A análise comparativa da renda no município de Aracaju se deu no mesmo intervalo de tempo da densidade demográfica, sendo que neste caso quanto mais azul menor renda e quanto mais amarelo menor renda. A porção do município mais a Norte e mais a sul são aquelas de menor renda, ou seja, entre 0 e 3 salários mínimos, e também aquela que necessita moradia subsidiada pelo governo.

Em 1990 os bairros 17 de março, Capucho e Japãozinho são os de menor renda, ou seja, entre 0 e 1 salário mínimo. Os que contêm a população mais abastada neste ano são: São José, Treze de Julho e Jardins.

Já no ano de 2000 a configuração se mantém em relação a 1990, havendo uma melhora significativa nos bairros Grageru e Farolândia.

No período 2000-2010 observa-se um encolhimento de renda na Zona de Expansão. Da mesma forma observa-se uma melhoria de renda nos Bairros Bugio, 18 do Forte, Industrial, Novo Paraíso, Inácio Barbosa e Atalaia.

A análise comparativa de 1990 e 2010 traduz uma melhora de renda nos bairros da periferia do Centro da Cidade equivalente ao deslocamento da população, como visto anteriormente e uma redução de renda na Zona de Expansão Urbana.

Índice de Gini

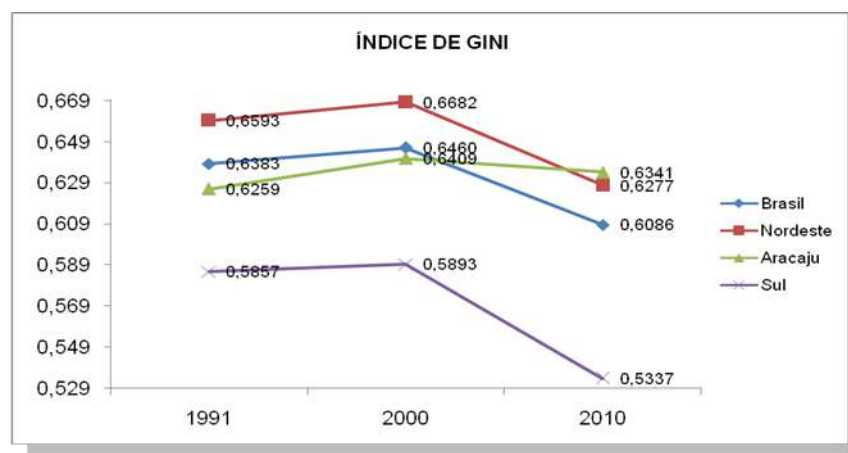


FIGURA II. 3 – Índice de GINI

Fonte: Plano Municipal de Saúde/2014

O índice de GINI (figura II.3) é usado para medir a desigualdade social. Apresenta dado entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). O índice de Gini Aracaju 0,62, o Estado de Sergipe 0,62 e o Brasil 0,60. (Plano Municipal de Saúde/2014)

Sendo assim, nota-se que Aracaju possui um quadro de desigualdade relativamente alto, com tendência a melhoria.

Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de ½ a 1 salário mínimo. Aracaju. 2010

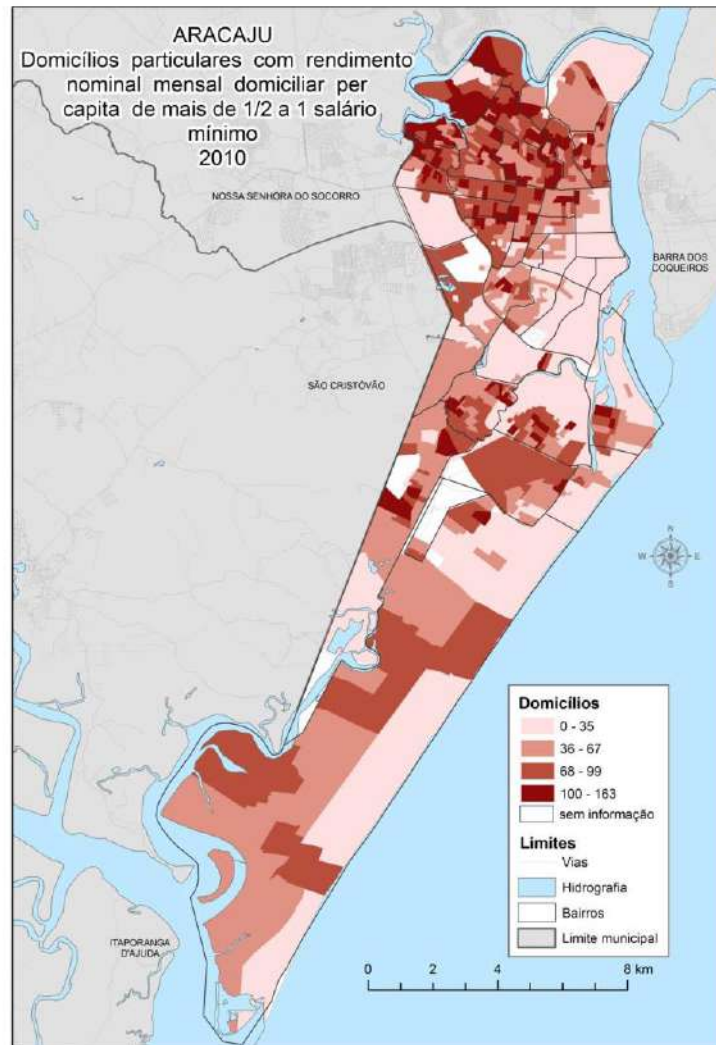


Figura II.4

Fonte: IBGE, 2010, Elaboração da consultoria.

A figura acima mostra que a maior incidência de rendimento mensal familiar entre ½ e 1 salários mínimos encontra-se na porção Norte de Aracaju, apesar de haver outros pontos com incidência significativa. Tais locais devem ter atenção específica quanto a equipamentos públicos e infraestrutura urbana, como também serem alvo do programa habitacional oficial.

Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos. Aracaju. 2010

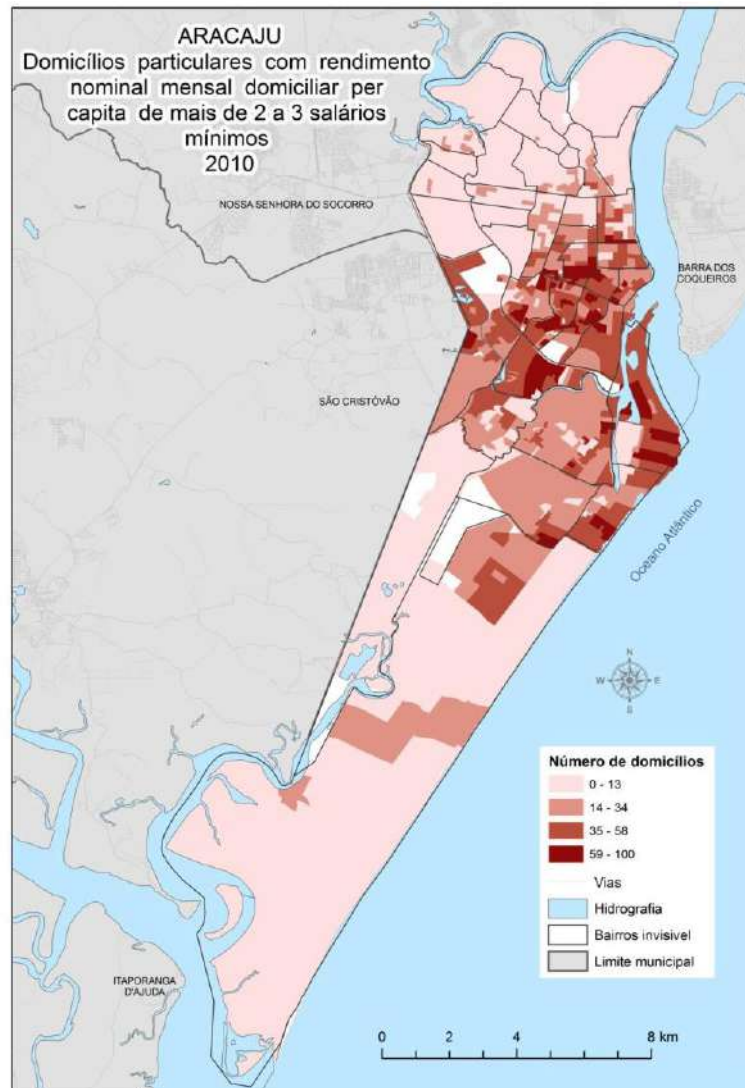


FIGURA II.5

Fonte: IBGE, 2010, Elaboração da consultoria.

O mapa de renda entre 2 e 3 salários mínimos permeia quase o restante de toda a zona de adensamento básico, corroborando com a informação que mais de 50% da população aracajuana percebe até 3 salários mínimos. Acrescente-se que além desses, 32,95% não tem rendimento.

Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos. Aracaju. 2010

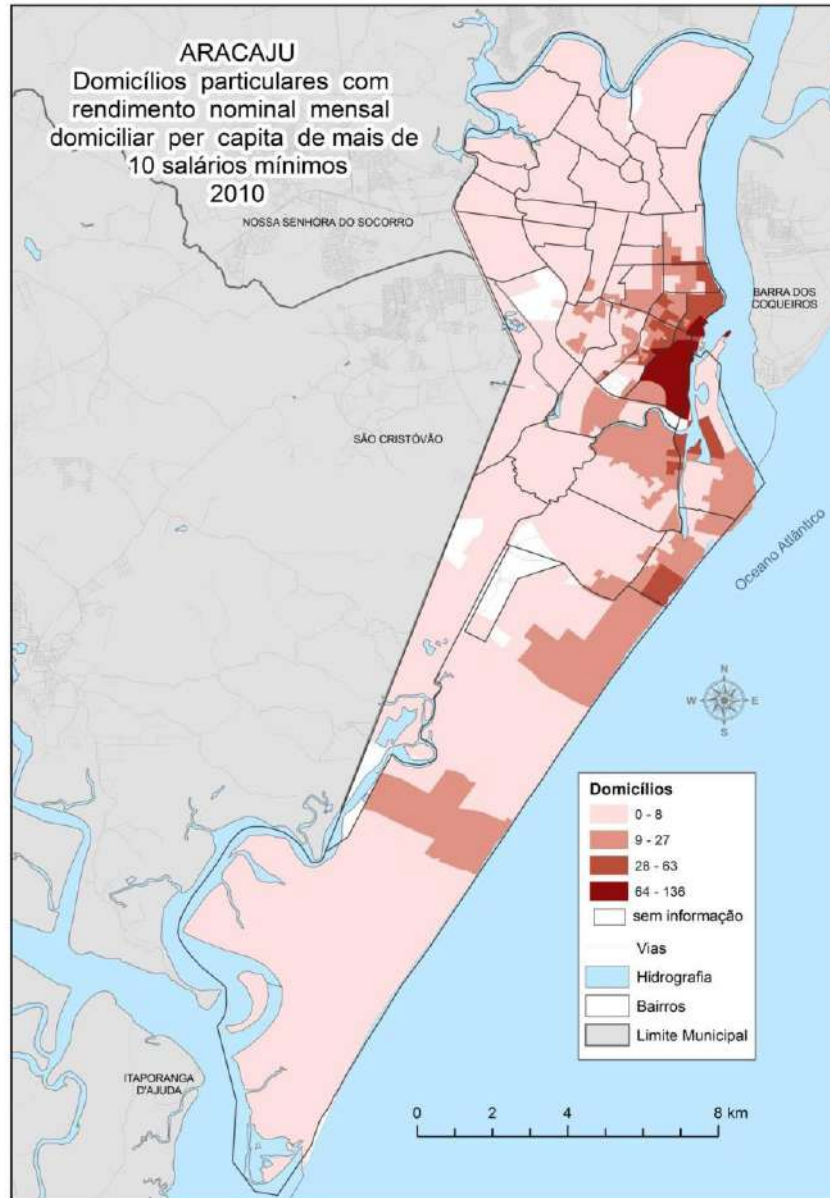


FIGURA II.6

Fonte: IBGE, 2010, Elaboração da consultoria.

Se analisarmos os locais onde incide a renda acima de 10 salários mínimos equivale aos bairros Jardins e 13 de Julho.

Renda média do Responsável. Aracaju. 2010

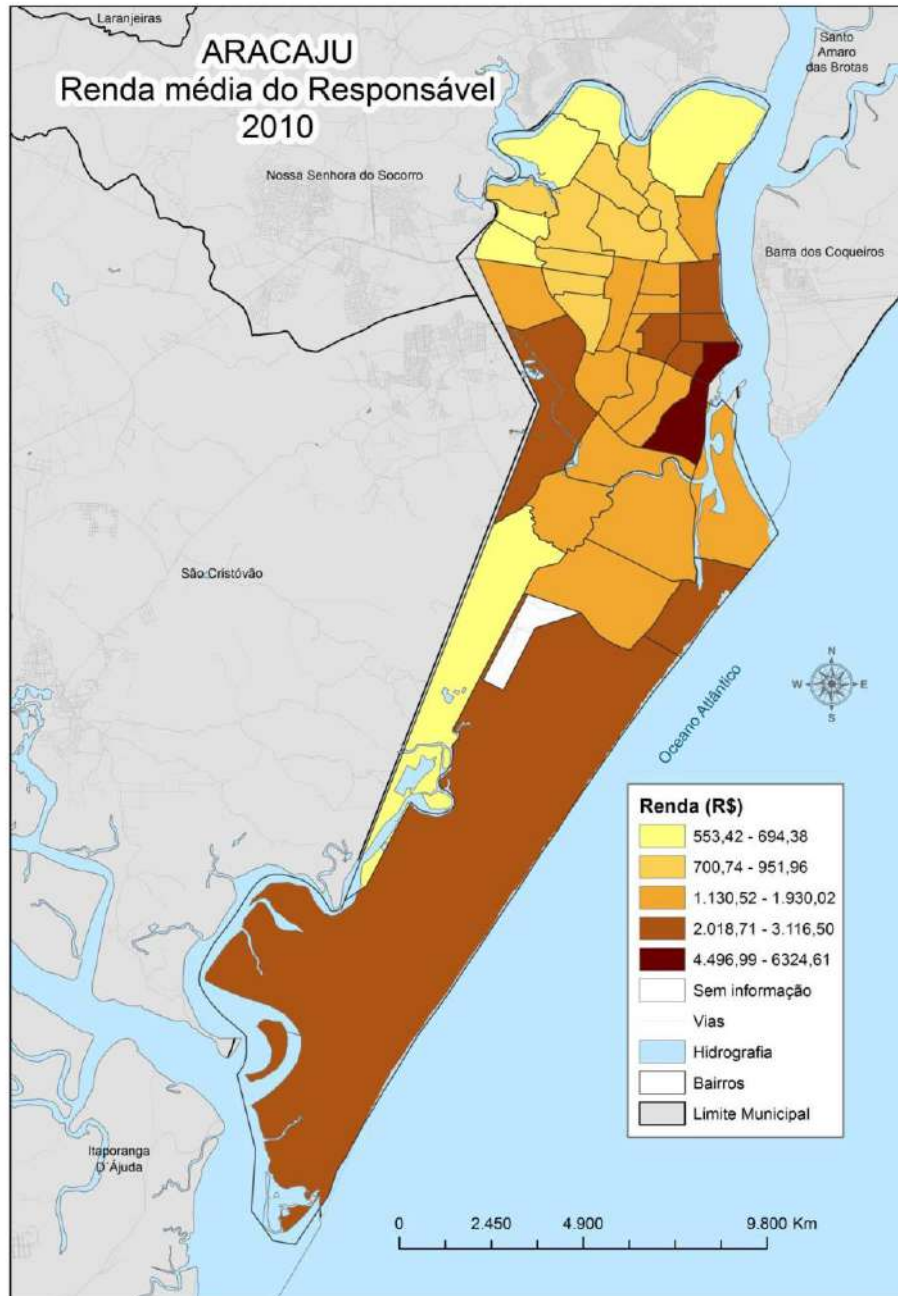


FIGURA II.7

Fonte: IBGE, 2010, Elaboração da consultoria.

Este mapa reforça a localização de maior renda, mas também demonstra um acréscimo de renda do responsável no Mosqueiro.

Renda média Familiar. Aracaju. 2010

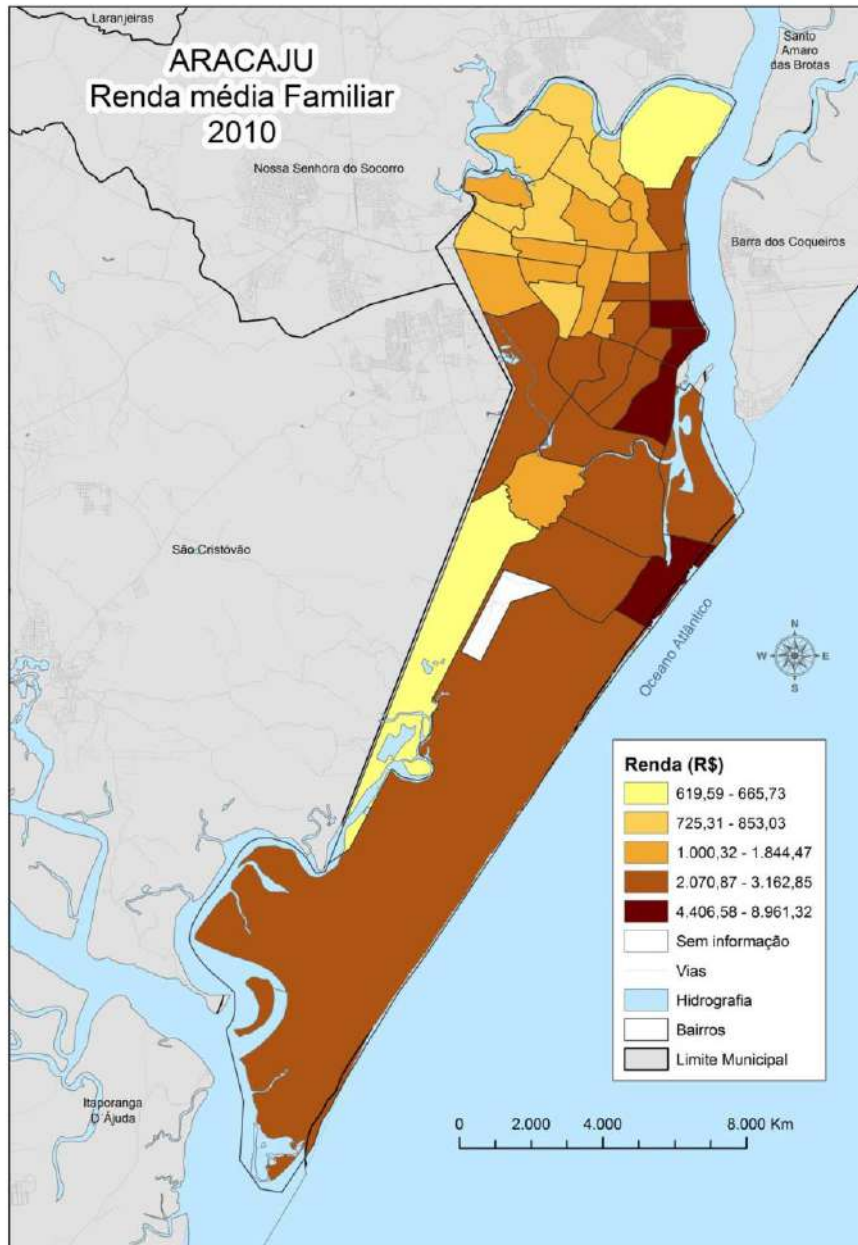


FIGURA II.8

Fonte: IBGE, 2010, Elaboração da consultoria.

Quando se trata da renda média familiar esta aumenta em diversos bairros mostrando que a participação da família na composição de renda é relevante, com exceção da porção mais à Norte.

d- Natalidade e Mortalidade

Taxa de natalidade é a percentagem de nascidos vivos em determinada população. É um indicativo decorrente da quantidade de nascimentos em determinado período pela população desse período.

Taxa de mortalidade, ao contrário da taxa de natalidade, é um índice que relaciona o número de mortos de uma população em determinado espaço de tempo.

Proporção de Nascidos Vivos de acordo com o Sexo, Peso ao Nascer, Apgar, Tipo de Parto, Idade da Mãe e Número de Consultas. Aracaju, 2012 e 2013

Pelos índices apresentados no Plano Municipal de Saúde/2014 colhidos do SINASC/SMS, observa-se que o número de mães jovens entre 15-19 anos ainda é alto, contando com uma média de 16% da proporção dos nascidos vivos. (tabela II.4)

Esse alto índice de gravidez na adolescência só vai diminuir em decorrência da conscientização do Poder Público em criar políticas públicas e medidas protetivas para os jovens. É uma atuação que deve ser feita em conjunto da Secretaria Municipal da Educação com a Secretaria Municipal da Saúde. Abordar temas sobre aborto, doenças sexualmente transmissíveis, consequências de gravidez precoce deve começar dentro das escolas, para que sirva como medida protetiva, uma vez que, é quase remota a possibilidade de um adolescente buscar uma unidade de saúde para receber orientações sexuais. Enquanto que a SMS deve buscar programas sociais para tentar sanar a gravidez em jovens adolescentes, muitas vezes dependentes dos pais, sem instrução escolar.

No tocante ao sexo, o número maior são os nascidos do sexo feminino, com 49,16% em 2013, esse índice cresceu em relação aos anos anteriores.

Tabela II.4- Tabela dos Nascidos vivos por ano

Nascidos Vivos / Ano		2012		2013	
Características		QTD	%	QTD	%
Total de Nascidos Vivos		9.281	100	9.540	100
Sexo	Masculino	4.784	51,55	4.850	50,84
	Feminino	4.495	48,43	4.690	49,16
	Ignorado	2	0,02	0	0
Peso ao Nascer	0 - 500	27	0,29	25	0,26
	500 - 2500	775	8,35	800	8,39
	2500 e mais	8.475	91,32	8.711	91,31
	Ignorado	4	0,04	4	0,04
Apgar 1º Minuto	N Informado	80	0,86	62	0,65
	0 a 3	149	1,61	182	1,91
	4 a 6	529	5,7	417	4,37
	7 a 10	8.523	91,83	8.879	93,07
Apgar 5º Minuto	N Inf	70	0,75	49	0,51
	0 a 3	46	0,5	71	0,74



	4 a 6	77	0,83	70	0,73
	7 a 10	9.088	97,92	9.350	98,01
Tipo de Parto	Vaginal	4.512	48,62	4.480	46,96
	Cesário	4.769	51,38	5.060	53,04
	Total	9.281	100	9.148	
Idade da Mãe	10-14	93	1	87	1
	15-19	1.447	16	1.432	16
	20-24	2.048	22	1.911	21
	25-29	2.331	25	2.302	25
	30-34	2.041	22	2.064	23
	35-39	1.046	11	1.097	12
	40-44	258	3	239	3
	45-49	13	1	14	1
	50-54	2	0	0	1
Duração Gestação	Ignorado	0	0	1	0,01
	Menos 22	14	0,15	12	0,13
	22 a 27	62	0,67	48	0,5
	28 a 31	97	1,05	101	1,06
	32 a 36	826	8,9	832	8,72
	37 a 41	8.130	87,6	8.435	88,42
	42 e +	147	1,58	104	1,09
	N Informado	5	0,05	7	0,07
Consulta Pré-Natal	Nenhuma	126	1,36	183	1,92
	1-3 vezes	940	10,13	971	10,18
	4-6 vezes	2.906	31,31	3.009	31,54
	7 e +	5.301	57,12	5.376	56,35
	Ignorado	8	0,09	1	0,01

Fonte: SINASC/SMS, 2013. (Plano Municipal de Saúde/2014).

Principais Coeficientes de Mortalidade Materna Infantil, Aracaju 2004 a 2013

O índice de mortalidade infantil exprime o risco de morte dos nascidos vivos até o seu primeiro ano de vida. Esse índice está intimamente ligado aos fatores sócio-econômicos, ambientais, estruturais; bem como, recursos disponíveis para a saúde da gestante e da criança.

Em Aracaju, esse índice de mortalidade vem decrescendo de 2004 até o ano de 2013, conforme tabela abaixo, isso em razão de programas sociais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde que ajudam a atuar em diagnósticos precoces; bem como, acompanhamento de bebês que apresentam risco de morte, como baixo peso, mães com HIV positivo, sífilis congênita, entre outros. Porém, os cuidados e a vigília devem continuar para que esse índice de morte não volte a crescer.

**TABELA II.5 – Tabela dos principais coeficientes de mortalidade materna infantil**

Coeficiente	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Neonatal										
Precoce (a)	13,5	12,7	10,9	9,0	10,0	9,7	10,4	8,6	9,7	8,2
Neonatal tardio (a)	4,3	5,0	4,6	3,3	2,8	4,0	2,6	2,0	2,6	2,5
Neonatal (a)	17,7	17,7	15,6	12,3	12,8	13,7	12,9	10,5	12,3	10,7
Pós-neonatal (a)	5,4	4,7	4,2	4,2	4,5	3,1	4,8	3,5	3,1	3,5
Infantil (a)	23,1	22,4	19,8	16,4	17,2	16,8	17,7	14,1	15,4	14,2
Perinatal (a)	25,9	25,2	22,4	20,8	22,3	22,1	21,8	19,4	22,1	18,1
Natimortalidade (a)	12,6	12,7	11,5	11,9	12,4	12,5	11,6	10,9	12,6	12,2
Materna* (b)	67,4	96,6	84,2	72,9	72,7	122,6	85,4	124,0	21,5	41,9

Fonte: SIM-SINASC/SMS – (a) Por 1000 nascidos vivos - (b) Por 100.000 nascidos vivos – (c) Por 1000 habitantes) Plano Municipal de Saúde/2014

Nº Absoluto das Causas de Morte em Adolescentes na Idade de 10 a 19 Anos. Aracaju (SE), 2012 e 2013

No município de Aracaju, os maiores coeficientes de causas de morte em adolescentes entre 10 e 19 anos são os acidentes de trânsito e os homicídios. (tabela II.6)

Os homicídios causados em jovens nessa faixa etária estão diretamente ligados ao contrabando de armas, ao consumo de drogas e ainda, em decorrência de brigas. Muitas vezes, o adolescente viciado não tem como pagar a droga consumida e é assassinado. O porte ilegal de armas, o contrabando é causa evidente do desencadeamento da violência.

Outro índice alto de causa de morte em adolescente de 10 a 19 anos é por acidente de transporte. A falta de conscientização e educação no trânsito gera a imprudência, fator crucial que leva a morte.

**TABELA II.6- Nº Absoluto das Causas de Morte em Adolescentes na Idade de 10 a 19 Anos**

Causas Determinantes	2012		2013	
	Nº	%	Nº	%
Septicemia	1	1,47	1	0,96
Leucemias	0	0,00	1	0,96
Anemias	0	0,00	1	0,96
Diabetes mellitus	0	0,00	1	0,96
Desnutrição	1	1,47	0	0,00
D. cerebrovasculares	1	1,47	0	0,00
Pneumonias	0	0,00	1	0,96
Bronquite, enfisema, asma	1	1,47	0	0,00
Doenças do apêndice	0	0,00	1	0,96
Anom congênitas coração e circ	0	0,00	1	0,96
Mal definidas	1	1,47	5	4,81
Acidentes de trânsito transporte	10	14,71	8	7,69
Quedas	0	0,00	0	0,00
Outros acidentes	3	4,41	7	6,73
Suicídios	2	2,94	6	5,77
Homicídios	37	54,41	57	54,81
Lesões intenc indeterminada	2	2,94	0	0,00
Demais causas de morte	9	13,24	14	13,46
Total	68	100,00	104	100,00

Fonte: SIM/SIMIS/SMS - Aracaju. (Plano Municipal de Saúde)

Mortalidade Proporcional por Faixa Etária de Óbitos Não Fetais em Residentes Aracaju (SE) 2012 e 2013.

Sergipe localiza-se numa faixa tropical, onde os índices pluviométricos são muito irregulares. Esses picos desregulados que geram altas precipitações de chuvas, são fatores propícios aos surtos de gripe na capital. As taxas de mortalidade por influenza na faixa etária acima dos 60 anos, ou seja, a faixa etária dos idosos mostra a necessidade do município investir em campanhas de vacinação. As vacinas, geralmente são aplicadas durante o período sazonal, sendo a eficácia reduzida.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Município de Aracaju recebeu em 2013 um total de 3.227 notificações de óbitos de residentes. A menor faixa etária está compreendida em crianças de 05 a 09 anos, com um percentual de 0,37%. Em contrapartida, o maior número de óbitos atinge a população a partir do 50 anos com 12,33%, entre 60 e 69 anos com 14,71%, até os 80 anos ou mais, com 26,12%. (tabela II.7)



TABELA II.7- Mortalidade Proporcional por Faixa Etária de Óbitos Não Fetais em Residentes Aracaju

Faixa Etária (13)	2012		2013	
	QTD	%	QTD	%
< 01ª	143	4,51	135	4,18
01-04ª	23	0,72	17	0,53
05-09ª	9	0,28	12	0,37
10-14ª	9	0,28	17	0,53
15-19ª	59	1,86	87	2,7
20-29ª	200	6,3	188	5,83
30-39ª	191	6,02	212	6,57
40-49ª	273	8,6	270	8,37
50-59ª	390	12,29	398	12,33
60-69ª	467	14,71	493	15,28
70-79ª	553	17,42	555	17,2
80 e+	856	26,97	843	26,12
Ign	1	0,03	0	0
Total	3.174	100	3.227	100

Fonte: SIM/SMS (Plano Municipal de Saúde/2014)

Taxa de Mortalidade (100 Mil) Pelas Principais Causas e Risco Relativo (M/F), na Idade de 20 a Menor de 60 Anos. Aracaju (SE), 2013.

Na tabela abaixo, com dados atualizados em 2013, observa-se que as maiores taxas de mortalidade em razão de doenças de aparelho circulatório, neoplasias e causas externas de morbidade e mortalidade, são do sexo masculino.

TABELA II.8 - Taxa de Mortalidade (100 Mil) Pelas Principais Causas e Risco Relativo (M/F), na Idade de 20 a Menor de 60 Anos.

Causa (Cap CID10)		Mas	Tx Mort*	Fem	Tx Mort*	RR (M/F)**
I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	45	16,47	19	6,04	2,05 (1,20-3,51)
II	Neoplasias (tumores)	83	30,38	92	29,25	0,78 (0,58-1,05)
III	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3	1,10	3	0,95	0,86 (0,17-4,30)
IV	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	34	12,45	19	6,04	1,55 (0,88-2,72)
V	Transtornos mentais e comportamentais	52	19,04	7	2,23	6,45 (2,93-14,20)
VI	Doenças do sistema nervoso	13	4,76	4	1,27	2,82 (0,92-8,65)
IX	Doenças do aparelho circulatório	93	34,04	67	21,30	1,20 (0,88-1,65)
X	Doenças do aparelho respiratório	26	9,52	16	5,09	1,41 (0,75-2,63)
XI	Doenças do aparelho digestivo	43	15,74	15	4,77	2,48 (1,38-4,48)
II	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0,00	2	0,64	-
XIII	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	3	1,10	3	0,95	0,86 (0,17-4,30)
XIV	Doenças do aparelho geniturinário	10	3,66	8	2,54	1,08 (0,42-2,75)
XVIII	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	28	10,25	15	4,77	1,62 (0,86-3,03)
XX	Causas externas de morbidade e mortalidade	318	116,41	39	12,40	7,08 (5,07-9,87)
Total		752	275,28	316	100,47	2,06 (1,81-2,35)

Fonte da Tabela 2.5: SIM/SMSAracaju (Plano Municipal de Saúde/2014)

** IC (95%) – Intervalo de confiança de 95% -População usada para o cálculo de 2012 disponível no DATASUS.

e- Educação

Para medir o acesso à educação, a taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso. Outro critério para avaliação da educação de uma população é o percentual de alfabetizados maiores de 15 anos.

Para efeito desse Plano, o que nos interessa são os dados referentes à rede municipal, tendo em vista os direcionamentos que serão tomados a partir desses dados pelo gestor, com o objetivo de proporcionar melhoria no IDH do município.

Alunos Matriculados na Rede Municipal por Etapa de Ensino

A rede pública de ensino na capital aracajuana atende uma média de 29.365 alunos, cálculo atualizado até o ano de 2013, dentre creches, pré-escola, Ensinos Fundamentais e EJA. (tabela II.9)

TABELA II.9 - Alunos Matriculados na Rede Municipal por Etapa de Ensino

Etapa de Ensino	Número de Alunos
Creche	1.559
Pré-Escola	4.798
EF Anos Iniciais	11.719
EF Anos Finais	5.993
Ensino Médio	0
Educação Profissional	0
EJA	5.296
Total	29.365

Fonte: Censo Escolar 2013/INEP(Diagnóstico da Estrutura da RedePública Municipal de Ensino)

Níveis de Instrução da População de Aracaju e Sergipe com 10 anos e mais. 2010

Aracaju, pelos índices apontados pelo IBGE em 2010 (tabela II.10), tem porcentagem alta de habitantes sem instrução e com ensino fundamental incompleto, com 37,73%. Depois, a maior porcentagem é de 31,88% de pessoas com ensino médio completo e superior incompleto, e 15,70% da população possui ensino fundamental completo e ensino médio incompleto.



Essa alta taxa de população não alfabetizada é um forte pilar para o crescimento da desigualdade social, gerando assim, os muitos problemas sociais que a cidade já está acometida. Em contrapartida, é importante destacar que um índice considerável está relacionado às pessoas já alfabetizadas, com ensino médio completo e superior incompleto.

Logo, mais da metade dos habitantes da capital do Estado de Sergipe encontram-se alfabetizados.

TABELA II.10- Níveis de Instrução da População de Aracaju e Sergipe com 10 anos e mais. 2010

Níveis de instrução	Aracaju	%
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	184.960	37,73
Ensino Fundamental completo e ensino Médio incompleto	76.983	15,70
Ensino médio completo e superior incompleto	156.285	31,88
Superior completo	69.402	14,16
Não determinado	2.467	0,50
Total	490.097	100

Fonte : IBGE. Censo Demográfico, 2010.

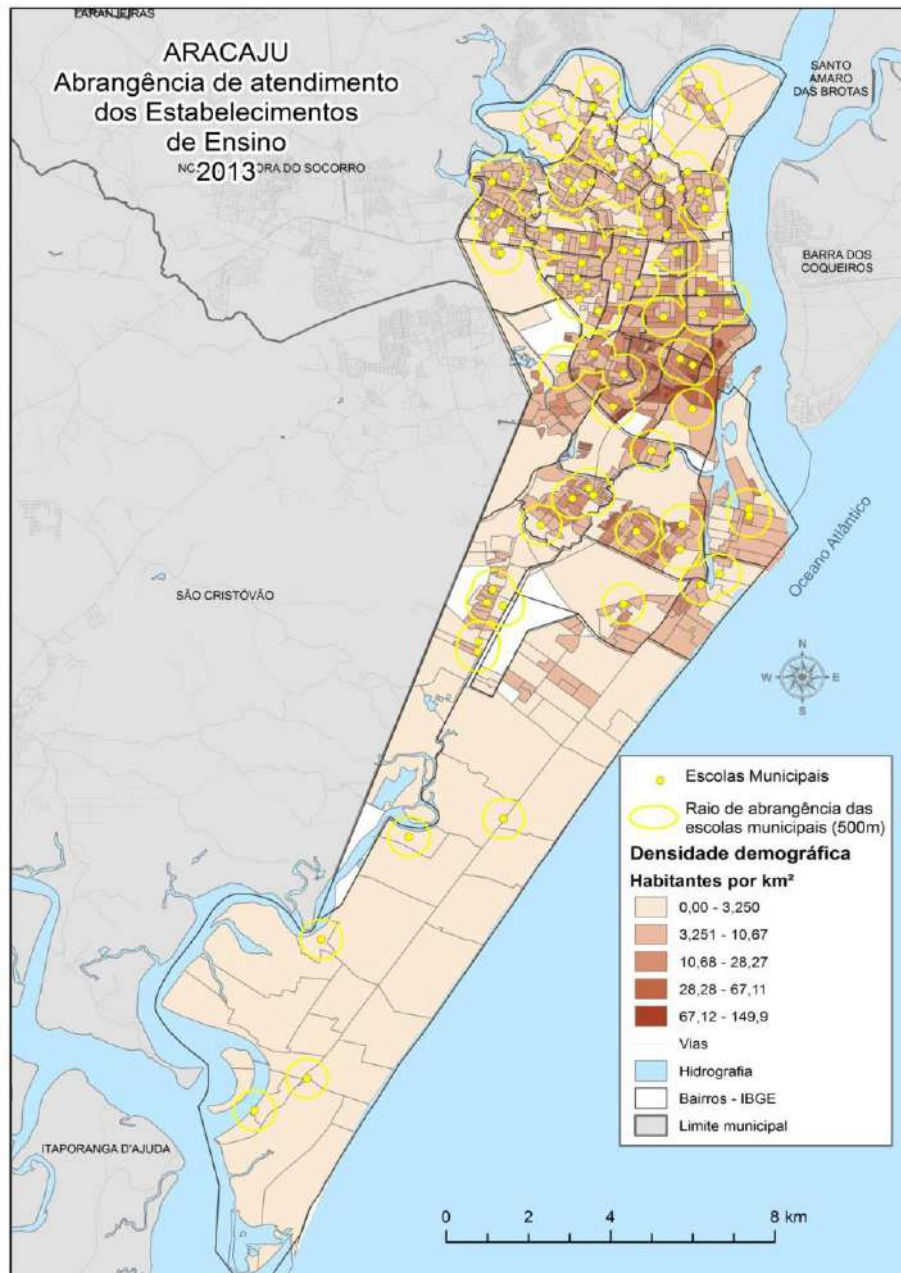
Localização das Escolas de Aracaju

Aracaju não possui zona rural, sendo assim, todas as redes de ensino do Município ficam localizadas na zona urbana e na zona de expansão urbana. Dentre as 89 instituições descritas na Tabela II.11 e extraídas da Assessoria de Planejamento da SEMED, 13 são instituições com termo de cooperação parcial, sendo a maioria na modalidade educação infantil (pré-escolar).



TABELA II.11 -Localização das Escolas de Aracaju

Nº	Unidade de Ensino	Modalidade/Etapa	Bairro
1	EMEF José Carlos Teixeira	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Zona de Expansão
2	EMEF Elias Montalvão	Educação Infantil (creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Zona de Expansão
3	EMEF Fiorentino Menezes	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 9º)	Zona de Expansão
4	EMEF Profª Maria Carlota de Melo	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Zona de Expansão
5	EMEF Tenisson Ribeiro	Educação Infantil (Pré-Escola), Ensino Fundamental (1º ao 5º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª)	Zona de Expansão
6	EMEI Jovino Pinto	Educação Infantil (Pré-Escola)	Aeroporto
7	EMEF Anísio Teixeira	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Atalaia
8	EMEI Profª Nunes Mendonça	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Atalaia
9	EMEF Presidente Juscelino Kubitschek	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Coroa do Meio
10	EMEI Benjamin Alves de Carvalho	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Coroa do Meio
11	EMEF Profª Núbia Marques	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Coroa do Meio
12	Centro Social Nossa Senhora Aparecida	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Faroândia
13	Pré Esc. e Creche Profª Neuzica Barreto	Educação Infantil (Creche)	Faroândia
14	EMEI Antônio Valença Rollemberg	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Faroândia
15	<i>Associação Dr. Carlos Alberto Silveira Torre</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Zona de Expansão
16	<i>Lions Clube Aracaju Atalaia</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Coroa do Meio
17	<i>IPAESE</i>	<i>Instituto Pedagógico De Apoio À Educação Dos Surdos De Sergipe</i>	Coroa do Meio
18	<i>Ação Social São Laurencia</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Faroândia
19	EMEI João Batista "Douglas" de Souza	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Santa Maria
20	EMEF Profª Diomedes Santos Silva	Ensino Fundamental (1º ao 5º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Santa Maria
21	EMEI Irene Romão de Brito	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Santa Maria
22	EMEF Papa João Paulo II	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Santa Maria
23	EMEF Profª Laente Gama da Silva	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Santa Maria
24	EMEF Arthur Bispo do Rosário	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	São Conrado
25	EMEI Profª Áurea Melo/Zamor	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	São Conrado
26	EMEI Júlio Prado Vasconcelos	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	São Conrado
27	EMEF José Conrado de Araújo	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	São Conrado
28	EMEI Francisco Guimarães Rollemberg	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Inácio Barbosa
29	EMEF Bebê Tuba	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Luiza
30	EMEI Dom José Brandão de Castro	Educação Infantil (Pré-Escola)	Ponto Novo
31	EMEF Presidente Tancredo Neves	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Ponto Novo
32	EMEF José Ailton de Andrade	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Jabotiana
33	Creche Selma Bandeira	Educação Infantil (Creche)	Jabotiana
34	<i>Lar de Zizi</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Luiza
35	<i>CIRAS</i>	<i>CENTRO DE INTEGRAÇÃO RAIOS DE SOL</i>	Santa Maria
36	<i>APADA</i>	<i>ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE SERGIPE</i>	Inácio Barbosa
37	EMEF General Freitas Brandão	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Sulça
38	EMEF Profª José Antônio da Costa Melo	Ensino Fundamental (1º ao 9º)	Getúlio Vargas
39	EMEI Profª Neuzice Barreto	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Getúlio Vargas
40	EMEF Oscar Nascimento	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Santo Antônio
41	EMEF Presidente Vargas	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Siqueira Campos
42	EMEI José Gecez Vieira	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Siqueira Campos
43	EMEI Quintina Diniz	Educação Infantil (Pré-Escola)	Siqueira Campos
44	Centro Educacional Ágape	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Siqueira Campos
45	EMEF Marechal Henrique Teixeira Lott	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	América
46	EMEI Joaquim Cardoso de Araújo	Educação Infantil (Pré-Escola)	América
47	EMEF Santa Rita de Cássia	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 9º)	América
48	EMEI Dr. Fernando José Guedes Fontes	Educação Infantil (Creche)	América
49	EMEF Profª Maria Thétis Nunes	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	América
50	EMEF Dr. Carvalho Neto	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Novo Paraíso
51	EMEF Profª Rachel Cortes Rollemberg	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	José Conrado de Araújo
52	EMEI Ana Luiza Mesquita Rocha	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	José Conrado de Araújo
53	<i>Escola Amélie Boudet</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	São José
54	<i>Creche Dom Távora</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	São José
55	<i>Escola Maternal Marilda Leite</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Sulça
56	<i>Externato São Francisco de Assis</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Sulça
57	EMEI Dom Hélder Câmara	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Industrial
58	EMEF Profª Alcebiades Melo Vilas Boas	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Industrial
59	EMEF Maria da Glória Macedo	Ensino Fundamental (1º ao 5º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª)	Industrial
60	EMEI Pierre Averan	Educação Infantil (Creche)	Industrial
61	EMEF Dom José Vicente Távora	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Santo Antônio
62	EMEI Hermes Fontes	Educação Infantil (Pré-Escola)	Palestina
63	EMEF Sabino Ribeiro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	18 do Forte
64	EMEF Otília de Araújo Maccêdo	Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	18 do Forte
65	EMEF Olavo Bilac	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Cidade Nova
66	EMEF Ministro Geraldo Barreto Sobral	Educação Infantil (Pré-Escola), Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Cidade Nova
67	Centro Social São Francisco	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Cidade Nova
68	EMEF João Teles Menezes	Ed. Infantil (Pré), Ens. Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Japãozinho
69	EMEI Dr. José Augusto Arantes Savazine	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Japãozinho
70	EMEI Berenice Campos	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Porto Dantas
71	EMEI Profª Etevínia Amália de Siqueira	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Porto Dantas
72	<i>Instituto Promocional Luisa Mobilie</i>	<i>Educação Infantil (Pré-Escola)</i>	Industrial
73	<i>APAE</i>	<i>Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Aracaju</i>	Industrial
74	EMEF Sérgio Francisco da Silva	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Lamarão
75	EMEI Monsenhor João Moreira Lima	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Lamarão
76	EMEF Deputado Jaime Araújo	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Soledade
77	EMEI Profª Maria Givalda da Silva Santos	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Soledade
78	EMEI Maria Clara Machado	Educação Infantil (Pré-Escola)	Santos Dumont
79	EMEF Profª Leticia Soares de Santana	Ensino Fundamental (1º ao 5º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Santos Dumont
80	EMEF Olga Benário	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Santos Dumont
81	EMEI Manoel Eugênio do Nascimento	Educação Infantil (Pré-Escola)	Santos Dumont
82	Centro Infantil "Seu Oscar"	Educação Infantil (Pré-Escola)	Bugio
83	EMEF Manoel Bonfim	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Bugio
84	EMEI Dom Avelar Brandão Villela	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Olaría
85	EMEF Jornalista Orlando Dantas	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Olaría
86	EMEF Ovídio Teixeira	Ensino Fundamental (1º ao 9º) e EJA (PAEJA - 1ª a 4ª e Projeto de Aceleração II - 5ª a 8ª)	Olaría
87	EMEF Atencar Cardoso	Ensino Fundamental (1º ao 5º)	José Conrado de Araújo
88	Escola de Ens. Fundamental Zaida Gama	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Capucho
89	EMEI Profª Joana Maria da Silva	Educação Infantil (Pré-Escola)	Capucho

Abrangência de Atendimento dos Estabelecimentos de Ensino.**FIGURA II.9**

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013, IBGE, 2010. Elaboração da consultoria.

Observa-se na figura acima que diversas áreas do município de Aracaju não são abrangidas pela existência de escolas considerando-se o atendimento até um raio de 500m. Ressalte-se que o bairro novo, 17 de março, considerado de interesse social, não possui escolas em seu território. Há ainda de se chamar a atenção para a simples existência do equipamento não significa utilização adequada no raio em estudo.



Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município de Aracaju reflete as melhorias nas condições de vida que vem ocorrendo. Analisando um período de vinte anos, constata-se a elevação do mesmo, passando de 0,545, em 1991, para 0,770, em 2010 (Tabela II.12). Esta mudança pode ser observada com análise das variáveis, sendo mais expressiva na Educação, uma vez que tem se intensificado esforços no sentido de manutenção das crianças de 7 a 14 anos na escola, assim como a melhoria na qualidade do ensino. As condições de saúde, medidas a partir da longevidade também evidenciam avanços, sendo atualmente, o mais elevado (0,823). A variável renda também apresentou aumento, se constituindo esta melhoria fruto das políticas sociais e da dinâmica econômica municipal. No conjunto nacional, o município de Aracaju se classifica na 227ª posição, apresentando IDH superior ao nacional (0,730), obtendo a primeira posição em Sergipe.

TABELA II.12 - Índice de Desenvolvimento Humano

Anos	IDH-M	IDH-renda	IDH-longevidade	IDH-educação
1991	0,545	0,669	0,639	0,379
2000	0,648	0,519	0,729	0,719
2010	0,770	0,784	0,823	0,708

Fonte: PNUD, 2013

f- Saúde

A saúde no município de Aracaju tem sido alvo de grandes discussões, seja pela deficiência nos equipamentos, seja por falta de unidades de saúde que atendam confortavelmente a população, ou até mesmo a escassez de profissionais especializados, dentre outras problemáticas.

Partindo dessa premissa, o Plano Municipal de Saúde produzido em 2014 traz a percepção dos problemas atuais dos Serviços de Saúde. Vejamos:

“Neste campo visualizaram-se componentes importantes dentro do sistema que necessitam serem trabalhados de acordo com os eixos: gestão, modelo de atenção e infraestrutura.

Com relação à gestão em saúde, foram ressaltados problemas ligados a organização dos serviços priorizando: ausência de um sistema informatizado (prontuário eletrônico) para melhorar o atendimento nos estabelecimentos de assistência de saúde; tabela de preços dos serviços de média e alta complexidade aquém do mercado; falta de planejamento adequado para as ações de reformas estruturais das unidades; falta de definição de fluxos administrativos de insumos e burocracia no processo de aquisição; descontinuidade do funcionamento dos conselhos locais de saúde;



problemas de comunicação/informações entre unidades de saúde e usuários; perfil inadequado de alguns gerentes para trabalhar com a comunidade; despreparo de alguns profissionais em oferecer atendimento humanizado; desinformação dos usuários acerca dos serviços ofertados no sistema e insuficiência de profissionais para atender demandas do sistema.

Tratando da atenção à saúde, registrou-se: deficiência no acolhimento dos usuários nos serviços de saúde; falta de programa direcionado ao idoso como atendimento domiciliar; atividades realizadas de forma repetitivas sem motivação, ausência de inovação na metodologia de orientação dos usuários sobre questões de saúde; ausência de homogeneidade da cobertura vacinal; oferta insuficiente de exames de rotina e complementares para atendimento ao adulto; insatisfação da clientela, devido às deficiências dos serviços prestados; número elevado de pessoas por equipes de saúde da família; falta de acompanhamento das gestantes no puerpério; dificuldade de acesso ao atendimento curativo e déficit de cobertura do programa agente comunitários de saúde e saúde bucal.

No tocante a infra-estrutura destaca-se o número insuficiente de unidades de saúde para atender a demanda crescente; espaço físico deficiente na maioria das unidades, número de consultórios insuficientes para atender o aumento do número de serviços; consultórios odontológicos conjugados; falta de espaço para atividade física; falta constante de insumos; falta de carro para realizar visita domiciliar; insuficiência de recursos humanos; existência de duas equipes de saúde da família para uma equipe de saúde bucal; baixa tecnologia na área de informática; escassez de médicos para atenção especializada; alta rotatividade de profissionais médicos da atenção básica e da rede de urgência e emergência e elevado número de equipamentos deteriorados.

Neste sentido observou-se que as questões elucidadas com relação aos serviços de saúde podem ser sintetizadas para melhor visualização: deficiência na infra-estrutura física e tecnológica dos estabelecimentos de saúde, sendo necessário promover reforma das UBS existentes e construir outras; falta de informatização dos serviços ofertados nas unidades; baixa cobertura do programa saúde bucal; baixa oferta de serviços de média e alta complexidade; deficiência da política de qualificação e valorização de profissionais e trabalhadores de saúde; número de profissionais insuficientes para atender demandas do sistema e heterogeneidade dos modelos assistências; baixa cobertura de leitos e baixo financiamento do sistema.”

Demonstrativo da Rede Própria de Serviços da Atenção Básica, Aracaju/ 2013

As Unidades de Saúde distribuídas dentro do território municipal visam atender a população mais carente, havendo uma relação intimamente ligada com a densidade demográfica.



TABELA II.13 - Demonstrativo da Rede Própria de Serviços da Atenção Básica, Aracaju/ 2013

Região	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	ESF*	ESB*	CNES	ENDEREÇO / UBS
1ª Região	USF. Antônio Alves	3	1	2453	R. Firmino Fontes S/n – Atalaia
	USF. Augusto César Leite	3	1	2607	R. Elenita Nery GomesS/N– Conj. Sta. Tereza.
	USF. Augusto Franco	5	2	2600366	RUA H 5 s/n Conj. Augusto Franco
	USF. João Bezerra	1	1	3425	Pov. - Areia Branca Av. João Alves Bezerra
	USF. Niceu Dantas	1	1	3093	Rod. Dos Náufragos s/n - Pov. Mosqueiro
	USF. Sta. Terezinha (Robalo)	3	1	25682	Rod. Dos Náufragos, km 5 – Robalo
2ª Região	USF. Osvaldo Leite	3	2	2216	Av. Azul s/n Bairro Santa Maria
	USF. Elizabeth Pita	3	1	2550	B. Terra Dura. R.B 14, Conj. Gov. Valadares
	USF. Geraldo Magela	5	2	2291	R. Central IV S/N – Conj. Orlando Dantas.
	USF. Humberto Mourão	4	2	2445	R. A. S/N São Conrado
	USF. Pref.Celso Augusto Daniel	5	2	2658488	Trav. 5 S/N Conj Padre Pedro B. Sta. Maria
3ª Região	USF. Hugo Gurgel	5	2	2380	R. Renato Fonseca Oliveira , s/n -Coroa do Meio
	USF. Ministro Costa Cavalcante	3	1	2615	Av. Tancredo Neves S/N – Jardim Esperança.
	USF. Ávila Nabuco	3	1	3115	R. O. S/N – Conj. Médici
	USF. Dona Sinhazinha	2	-	2410	Av. Hermes Fontes S/N – B. Grageru
	USF. Dr. Max de Carvalho	2	1	25690	R. Marize Almeida Stos, nº588 - B. Luzia
	Posto Costa Pinto	-	-	-	Calçadão 13 de Julho
4ª Região	USF. Joaldo Barbosa	3	1	3469182	R. Guanabara, s/n – B. América
	USF. Irmã Caridade	-	-	3123	R. Principal,nº101 - Povoado Aloque
	USF. Madre Tereza de Calcutá	1	1	2631	Largo da Aparecida S/N B. Jabotiana.
	USF. Manoel de Souza Pereira	4	2	2399	Rua Maria do Carmo Costa S/N.Sol Nascente
	USF. Fernando Sampaio	3	1	2461	B. Castelo Branco Av. São João Batista Nº986.
	USF. Edézio Vieira de Melo	3	1	2577	R. Paraíba, B. Siqueira Campos
	USF. Adel Nunes	4	2	2305	R. Hait,s/n B. America
5ª Região	USF. Oswaldo de Souza	4	2	3492	TV. Adalto Botelho s/n - B. Getúlio Vargas
	USF. Maria do Céu	1	-	2259	Rua Maruim Nº198 – Centro
	USF. Dona Jovem	4	2	2763	R. Altamira S/N B. – Industrial.
	USF. Amélia Leite	2	1	25674	R.Tenente Wendel Quaranta ,nº 1863 - B. Suíça
	USF. Cândida Alves	6	3	2364	R. São João S/N B. Santo Antônio.
6ª Região	USF. Francisco Fonseca	4	2	2526	R. Alvaro Maciel – 18 do Forte
	USF. José Augusto Barreto	3	2	2798	Av. Euclides Figueiredo S/N – B. Japãozinho.
	USF. Porto Dantas	1	1	3344	R. Antônio dos Stos nº468 – B. Porto Dantas.
	USF. José Machado de Souza	6	3	2429	R. Major Aureliano, 100, B. Santos Dumont
	USF. Eunice Barbosa	2	2	3603	Rua Beira Rio, 92 – B. Coqueiral
7ª Região	USF João Cardoso N Junior (CSU)	3	2	2542	R. Alagoas, 2051, José Conrado de Araujo
	USF. Anália Pina de Assis	3	1	3210634	Av. Ayrton Senna, s/n, B. A. Tamandaré
	USF. Onésimo Pinto	6	3	2844	Av. Rad. José Silva Lima, S/N B. Jd.Centenário
	USF. J. Quintiliano da F. Sobral.	3	2	2771	R. Santa Terezinha S/N – B. Getemana.



	USF. Renato Mazze Lucas	3	1	3387	R. Cap. Manoel Gomes, 590, Stos Dumont
8ª Região	USF. Lauro Dantas Hora	6	3	2836	R. Projetada S/N B. Bugio
	USF. João Oliveira Sobral	2	1	3409	R. Senhor do Bomfím S/N, Santos Dumont
	USF. Carlos Hardmam Côrtes	3	2	3395	Av. Carlos Marques S/N – B. Soledade.
	USF. Walter Cardoso	2	1	2623	R. B, Nº372 – B. Veneza.
	USF. Carlos Fernandes de Melo	3	2	3506	Av. Lamarão s/n B. Lamarão

Estabelecimentos de Saúde Públicos e Particulares, 2010

Há um total de 232 estabelecimentos de saúde em Aracaju, sendo um total de 67 públicos e 165 privados, o que faz concluir que os públicos correspondem quase a metade dos privados, indicando uma prevalência dos privados.

TABELA II.14 - Estabelecimentos de Saúde Públicos e Particulares, 2010

Estabelecimentos de Saúde	Total
Total Estabelecimentos de Saúde	232
Estabelecimentos de Saúde Públicos	67
Federal	1
Estadual	12
Municipal	54
Estabelecimentos de Saúde Particulares	165
Com fins lucrativos	156
Sem fins lucrativos	9

Fonte : IBGE, 2010.

Estabelecimentos de Saúde. Aracaju. 2010.

A composição por tipo de serviços prestados é a seguinte:

- Estabelecimentos com internação – 10,34%
- Estabelecimentos sem internação – 71,12%
- Estabelecimentos com apoio à diagnose e à terapia - 18,53%

A seleção por tipo de serviços prestados não altera o percentual:

- Dos 24 estabelecimentos com internação apenas 29% são públicos;
- De um total de 165 estabelecimentos sem internação apenas 33% são públicos;
- De 43 estabelecimentos com apoio a diagnose e terapia 11,62% são públicos.



Desses dados conclui-se que o menor percentual de atuação do poder público é em relação aos estabelecimentos de apoio à diagnose e terapia.

TABELA II.15 – Tabela de Estabelecimentos de Saúde

Estabelecimentos de Saúde	Total
Com internação	24
Público	7
Privado	17
Sem internação	165
Público	55
Privado	110
Com apoio à diagnose e terapia	43
Público	5
Privado	38

Fonte: IBGE.2010

Série Histórica da Freqüência das Internações da População Residente em Aracaju (SE), /Segundo Causa (Grupo CID10 CAP) / Período 2012 a 2013

Das internações nas redes municipais de saúde entre o período de 2012 e 2013, o maior número foi em decorrência de gravidez parto e puerpério, contando com um total de 7.227 pessoas em 2012 e 7.010 em 2013.

Observa-se ainda a presença de algumas doenças ligadas a falta de saneamento ambiental, que são as parasitárias e infecciosas.

TABELA II.16 - Série Histórica da Freqüência das Internações da População Residente.

Capítulo CID-10	2012	2013
I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.145	1.081
II Neoplasias (tumores)	1.571	1.566
III Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	158	168
VI Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	343	255
V Transtornos mentais e comportamentais	897	523
IV Doenças do sistema nervoso	174	195
VII Doenças do olho e anexos	235	196
VIII Doenças do ouvido e da apófise mastóide	44	24
IX Doenças do aparelho circulatório	1.710	1.671
X Doenças do aparelho respiratório	2.038	1.909
XI Doenças do aparelho digestivo	1.912	1.829
XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	484	376
XIII Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	265	328
XIV Doenças do aparelho geniturinário	1.274	1.146
XV Gravidez parto e puerpério	7.227	7.010
XVI Algumas afec originadas no período perinatal	658	658
XVII Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	166	167
XVIII Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	236	390
XIX Lesões enven e alg out conseq causas externas	1.820	2.185
XXI Contatos com serviços de saúde	1.174	1.032
Total	23.537	22.712

Fonte : SIHdatusus (Plano Municipal de Saúde/2014)



Internações por Causas Externas em Residentes Segundo Grande Grupo de Causas. Aracaju (SE), 2012, 2013

Diante de algumas causas externas que geram internações nas unidades de saúde do Município de Aracaju, os maiores números registrados nos anos de 2012 e 2013 foram por motivos de lesões de acidentes e quedas. Observa-se também frequência crescente dos acidentes ligados ao sistema viário, no período em estudo.

TABELA II.17- Internações por Causas Externas em Residentes Segundo Grande Grupo de Causas.

Grupo de Causas	2012	2013
V01-V99 Acidentes de transporte	140	160
V01-V09 Pedestre traumatizado acid transporte	7	20
V10-V19 Ciclista traumatizado acid transporte	4	2
V20-V29 Motociclista traumatizado acid transp	108	116
V30-V39 Ocup triciclo motor traumatiz acid transp	-	1
V40-V49 Ocup automóvel traumatiz acid transporte	8	5
V70-V79 Ocup ônibus traumatizado acid transporte	-	1
V80-V89 Outros acid transporte terrestre	1	5
V98-V99 Outros acid transporte e os não especific	12	10
W00-X59 Outras causas externas de lesões acident	1.054	1.137
W00-W19 Quedas	964	1.057
W20-W49 Exposição a forças mecânicas inanimadas	5	3
W50-W64 Exposição a forças mecânicas animadas	-	1
W75-W84 Outros riscos acidentais à respiração	-	1
W85-W99 Expos cor.elétr.,rad.,temper pressão extrem	1	2
X00-X09 Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	64	61
X10-X19 Contato fonte de calor e subst quentes	17	9
X20-X29 Contato animais e plantas venenosos	1	1
X58-X59 Expos acid a outr fatores e não especific	2	2
X60-X84 Lesões autoprovocadas voluntariamente	7	11
X85-Y09 Agressões	84	80
Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada	519	694
Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra	1	-
Y40-Y84 Complic assistência médica e cirúrgica	14	9
Y40-Y59 Ef adv drogas medic subst biológ fin terap	-	1
Y60-Y69 Acid ocorr durante prest serv médic cirurg	-	2
Y70-Y82 Incid advers diagn/terapia assoc disp méd	3	2
Y83-Y84 Reaç anorm ou compl tard ou outros proced	11	4
Y85-Y89 Seqüelas de causas externas	3	3
Y90-Y98 Fatores suplement relac outras causas	3	-
S-T Causas externas não classificadas	1	94
Total	1.826	2.188

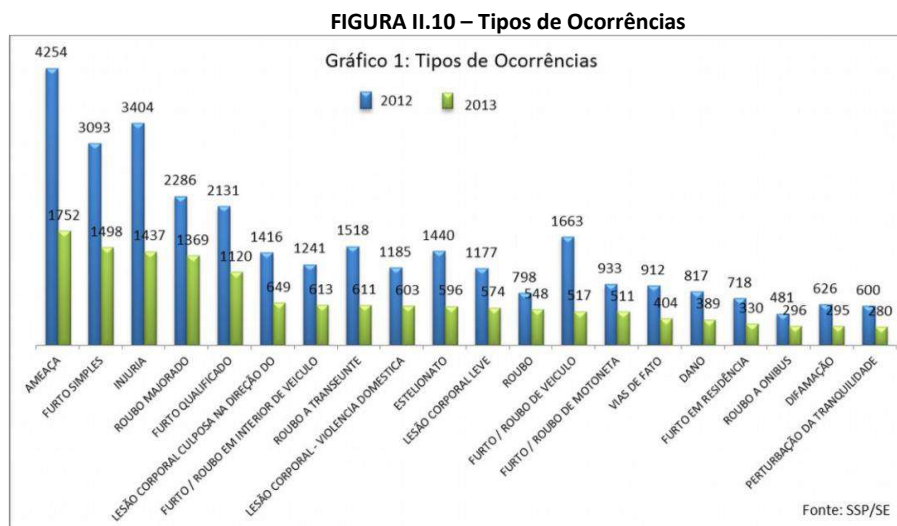
Fonte: SIHdatusus/SMSAracaju



g- Segurança

A Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania apresentou diagnóstico em 2015, onde chegou-se a conclusão que a capital sergipana é a 16ª cidade mais violenta do país, e está na 39ª posição no ranking internacional com maior número de crimes violentos letais intencionais, com uma taxa de 34,19 homicídios para cada 100 mil habitantes, registrando relatório emitido em novembro de 2014, segundo Dados da ONG Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal (México).

Dentro do território estadual sergipano, existem alguns municípios que se destacam nos índices de crimes violentos letais intencionais (CVLI), conforme relatório da SEMDEC são eles: Aracaju, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Lagarto e Estância. De acordo com pesquisa realizada pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Polícia Civil/SE, no período compreendido entre os anos de 2013 a 2014, houve prevalência dos crimes de ameaça, furto, furto de veículo, lesão corporal, roubo. **Aracaju com 614.577 habitantes (IBGE/2013)**, não é diferente no que diz respeito ao tipo de ocorrência, tendo a ameaça e o furto com os principais crimes. Em 2013 foram registradas **41.972** ocorrências e 2014, foram **43.164**, ou seja, **crescimento de 3%**. (Diagnóstico da SEMDEC/2015).



Fonte: SEMDEC, 2015.

O uso de drogas é um grande fato gerador de violência. A população da cidade de Aracaju é predominantemente jovem, conforme dados do IBGE. Essa faixa etária é mais propícia a envolvimento com esses produtos psicoativos, e em consequência disso, os crimes também aumentam. Importante destacar que, atualmente o uso de drogas em todo o país está imerso em todas as classes sociais, diferente de antigamente, que o uso de drogas era

visto com mais abundância em classe pobre. As pesquisas feitas pela SEMDEC informam que segundo o estudo do IBGE (2012) dos 100% dos homicídios entre os jovens, 95% dos autores são de cor negra e 5% de cor branca. Dos crimes cometidos contra as crianças e adolescentes, o estupro é o topo da lista, seguido por atentado ao pudor (SINAN/2009-2011). Suspeita-se que 19% desses crimes contra a liberdade sexual são cometidos por agressores usuários de álcool e drogas desde a adolescência.

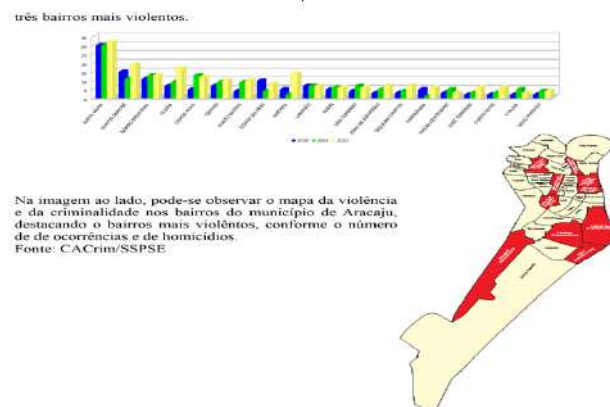
Em Aracaju, o diagnóstico da SEMDEC prevê que:

“de acordo com o registro de ocorrências da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (SSP/SE), das 94.382 ocorrências no período de 2012 a 2014, a ameaça e o furto são as mais cometidas. No que concerne aos crimes de homicídios, a pesquisa registrou no período supracitado 825 casos. No que diz respeito aos bairros com maiores índices de violência e criminalidade podemos destacar Santa Maria, Santos Dumont e Bairro Industrial, como os três bairros mais violentos. Vale destacar ainda, que de acordo com relatório estatístico de 2014 da Guarda Municipal de Aracaju (GMA), os estabelecimentos públicos também foram alvo de violência, principalmente as escolas municipais, seguido pela depredação às praças, aos terminais de transporte e aos prédios públicos, apresentando um total de 838 flagrantes registrados e 1.187 pessoas detidas, entre Janeiro de 2013 e a Abril de 2015 (ROP/GMA).”

Bairros mais violentos em Aracaju

Segundo o mapa abaixo, apresentado pela Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania em seu diagnóstico, os três bairros mais violentos com maior número de ocorrências e homicídios dentro do Município de Aracaju, são: Santa Maria, Santos Dumont e Olaria.

Figura II.11

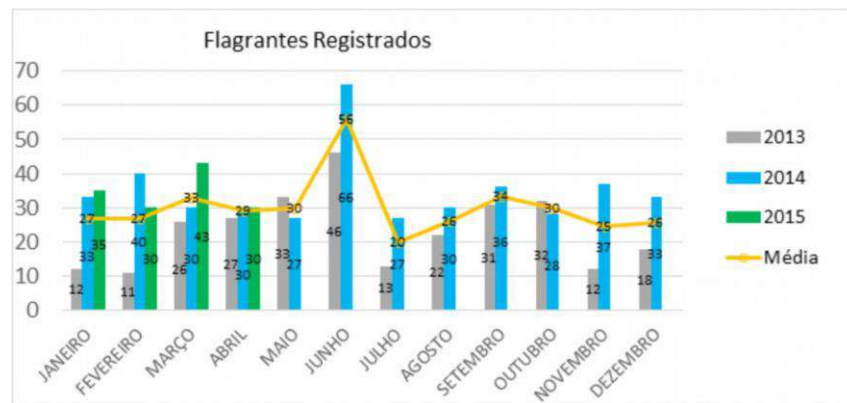


FONTE: SEMDEC, 2015.

Flagrantes registrados em 2012 e 2013. Aracaju

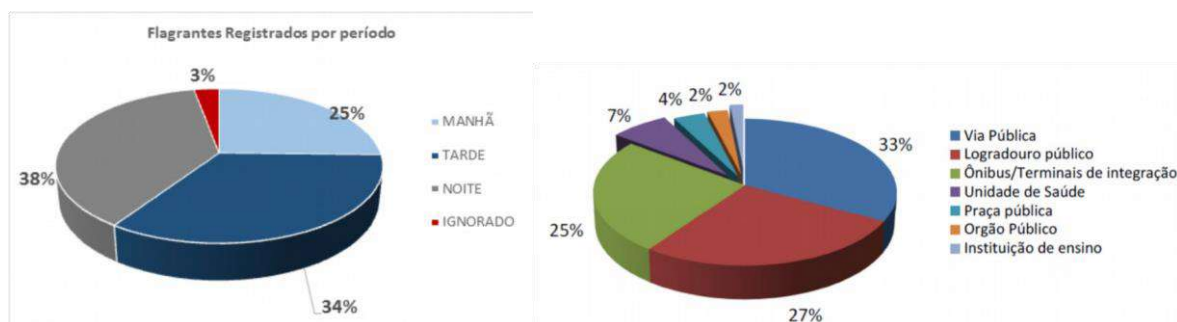
Dos flagrantes registrados entre 2013 e 2015 na capital de Sergipe, o índice maior de 2013 e 2014 foi no mês de junho, coincidente com as festas juninas, quando vem muitos turistas à Aracaju.

FIGURA II.12 – Flagrantes Registrados



FONTE : GMA/ROP

FIGURA II.13 - Flagrantes Registrados por período



Fonte:GMA/ROP

Segundo relatório estatístico emitido pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju (Setransp), **1.739 ônibus foram assaltados** entre 2012 e 2014 só na região metropolitana de Aracaju, conforme a SEMDEC.

Visando coibir o uso de drogas, e conseqüentemente a diminuição dos crimes acometidos em decorrência dessas drogas psicoativas, Aracaju aderiu aos programas sociais “Brasil Mais Seguro” e “Crack, é possível vencer”, gerando ainda, uma melhor interação entre os órgãos de segurança.

h- Conclusão

Os aspectos sócio-econômicos elaborado nesse diagnóstico do Plano Diretor do Município de Aracaju são de extrema utilidade para dar uma visão geral sobre população, taxa de natalidade e mortalidade, educação, saúde e segurança como pontos principais, trazendo para o debate suas percepções e informações que complementam o referido instrumento.

O Município de Aracaju conta com um crescimento expressivo da população, sejam nativos ou pessoas de outros municípios e até mesmo de outros Estados, devido à grande comodidade e tranquilidade que a cidade apresenta.

Considerada a cidade da qualidade de vida, a capital do Estado de Sergipe resume seus maiores índices de renda familiar em poucos bairros, divergindo-se da sua grande maioria com renda familiar até 3 salários mínimos.

O percentual de mães jovens entre 15 e 19 anos ainda continua alto, o que deve ser observado melhor pelo Poder Público, seja por programas sociais através da Secretaria Municipal de Educação como forma preventiva, ou pela Secretaria Municipal de Saúde, como forma de tentar sanar a gravidez em jovens adolescentes.

O índice de mortalidade vem decrescendo desde 2004 de forma significativa, isso em razão de programas sociais implantados pela Secretaria Municipal de Saúde que ajudam a atuar em diagnósticos precoces; bem como, acompanhamento de bebês que apresentam risco de morte, dentre outros. Porém, essa vigília deve permanecer para que esse índice de morte não volte a crescer.

A porcentagem de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto continua alto, com 37,73% de toda a população. Esse alto índice é um forte pilar para a desigualdade social, gerando assim, grandes problemas sociais que a cidade já está acometida. É de bom alvitre, deixar claro que, mais da metade dos habitantes da capital encontram-se alfabetizados.

O Município de Aracaju conta atualmente com 232 estabelecimentos de saúde, dentre eles, 67 públicos e 165 privados. Com relação aos serviços de saúde prestados a população vislumbra-se deficiência na infraestrutura física e tecnológica dos estabelecimentos de saúde, necessidade de reforma das UBS (Unidades Básicas de Saúde) existentes e criação de outras, baixa oferta de serviços de média e alta complexidade, números de profissionais insuficientes para atender as demandas existentes.

A capital do menor Estado brasileiro é a 16ª cidade mais violenta do país. O uso de drogas é um grande fato gerador da violência. A população do Município é



predominantemente jovem, faixa etária propícia ao uso desses psicoativos, e em consequência disso os crimes também aumentam. Importante destacar que, o uso de drogas está imerso em todas as classes sociais, diferente de antigamente que predominava na classe pobre. Porém, é importante considerar que preocupado em coibir a violência da cidade, o uso de drogas, e consequentemente a diminuição dos crimes cometidos em decorrência dessas drogas psicoativas, Aracaju aderiu aos programas sociais “ Brasil Mais Seguro” e “Crack, é possível vencer”, gerando ainda, uma melhor interação entre os órgãos de segurança.

Entre outras questões é importante ressaltar que por maior que seja o interesse do Poder Público Municipal em sanar os quadros mais agravantes nas diversas searas socioeconômicas, fato é que o país passa por uma crise econômica geral. Há um quadro de alta sensibilidade no repasse e na obtenção de recursos financeiros, o que por muitas vezes dificulta a resolução destes e de tantos outros problemas identificados. Apesar disso, deve-se fazer uma tentativa ainda maior nesses tempos de crise para somar esforços para tal.



CAPÍTULO III – DINÂMICA URBANA





SUMÁRIO

III – DINÂMICA URBANA.....	3
a. Evolução urbana e configuração espacial	3
b. Diagnóstico de uso e ocupação do solo	10
c. Exemplos significativos de parâmetros para o diagnóstico	25
d. Diagnóstico crítico das bases filosóficas do PDDU e sua proposta de revisão frente à configuração espacial de Aracaju.....	71
e. Considerações frente à cidade existente	83
f. O plano regulador atual do PDDU frente à situação de uso e ocupação do solo	92
g. Considerações de uma cidade possível de induções pelo PDDU	105
h. Considerações finais.....	112

III – DINÂMICA URBANA

a. Evolução urbana e configuração espacial

Seguindo o movimento existente na segunda metade do século XIX, por meio do qual várias províncias brasileiras realizaram a transferência de suas capitais para outras áreas visando maior integração econômica bem como maior movimentação da produção e circulação do capital, Sergipe transfere sua capital de São Cristóvão para Aracaju, situada à margem direita do estuário do Rio Sergipe. A transferência para este novo local foi um elemento importante na economia municipal devido a sua localização, especialmente até a primeira metade do século XX, quando o porto tinha intensa movimentação (Figura III.1). Isto aliado a implantação do sistema ferroviário, na segunda década do século XX e a abertura de rodovias, contribuíram para o fortalecimento da economia municipal, ampliando e intensificando os fluxos e dinamizando a vida da nova capital do estado (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

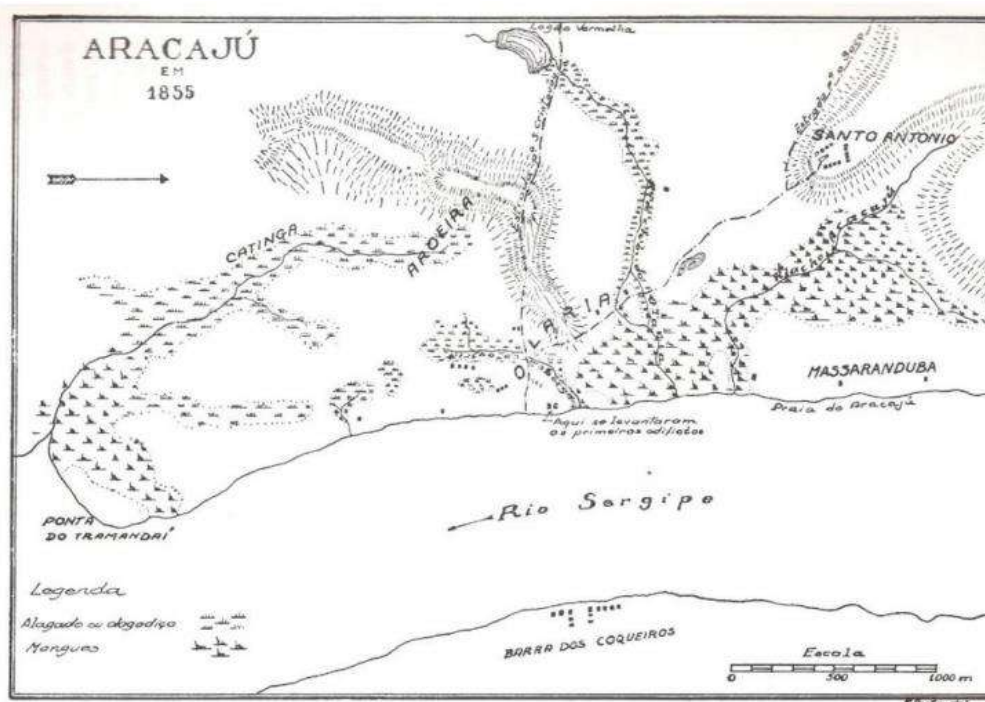


Figura III.1: Localização do Sítio Natural de Aracaju em 1855. Fonte: PORTO, 1945.

Diferentemente da malha urbana irregular presente nas demais cidades brasileiras na época, Aracaju foi uma cidade planejada desde seu início cabendo ao Engenheiro Civil Sebastião Basílio Pirro a responsabilidade pelo projeto da nova capital, assim implantada seguindo parâmetros modernos com uma configuração urbana retilínea, com ruas retas e quarteirões quadrados exatos em forma de tabuleiro de xadrez.

Conhecido como Plano ou Quadrado de Pirro, segundo Porto (1945, p.36) este plano “[...] se resumia num simples plano de alinhamentos. Dentro de um quadrado de 540 braças de lado estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de lado, separados por ruas de 60 palmos de largura”. Esta nova conformação corresponde à área central de Aracaju, ponto inicial de sua ocupação urbana, e ainda de acordo com Porto (1945), compreendia o limite entre a Praça General Valadão, seguindo ao sul até a Avenida Barão de Maruim e ao oeste até a Rua Dom Bosco.

Em seus primeiros anos mesmo enfrentando dificuldades devido aos poucos recursos disponíveis na época e condições ambientais conflituosas, com a implantação e conseqüente movimentação do porto vieram as primeiras edificações que foram lentamente sendo construídas dentro desta nova configuração (Figura III.2), obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo Código de Posturas de 1856, a exemplo das primeiras residências e os prédios públicos municipais (FORTES, 1955 *apud*. PMA/SEPLOG, 2014(a)).

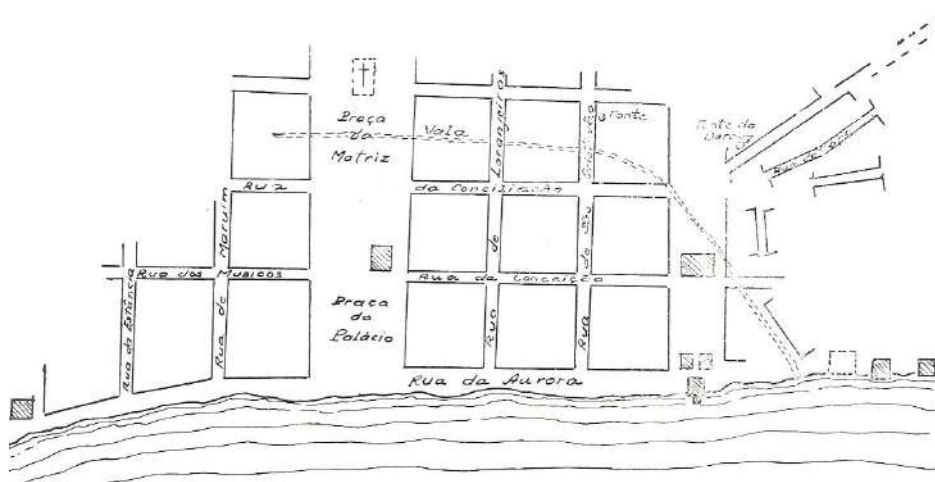


Figura III.2: Configuração espacial do arruamento do Quadrado de Pirro em 1865. **Fonte:** Porto, 1945.



Houve grande dificuldade para a formação do espaço urbano aracajuano tanto em virtude da escassez de recursos, conforme já mencionado, quanto dos problemas administrativos enfrentados pelos seus dirigentes como também da concorrência com demais cidades sergipanas a exemplo de Estância, Laranjeiras, Maruim e Propriá (PMA/SEPLOG, 2014 (a)).

Já no século XIX, ultrapassando os limites do Quadrado de Pirro, surgiram as primeiras indústrias têxteis na localidade que atualmente corresponde ao Bairro industrial, atividade esta que trouxe ao município grande fluxo de migrantes. Nas proximidades das margens do Rio Sergipe, rio que margeia esta que foi a primeira área de lazer e veraneio do município, foram sendo construídos inicialmente alguns casebres de pescadores, seguidos depois de pequenas chácaras e, posteriormente, de segundas residências de pessoas mais abastadas que usavam aquele local como descanso e veraneio (GRAÇA, 2005 apud PMA/SEPLOG, 2014 (a)).

Ao começo do século XX iniciou-se a implantação de infraestrutura urbana (Figura III.3): em 1908, veio a instalação da rede de distribuição de água; em 1910, a rede de energia elétrica e dos bondes de tração animal; em 1914, a rede de esgotos; e, em 1919, a rede de telefonia (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

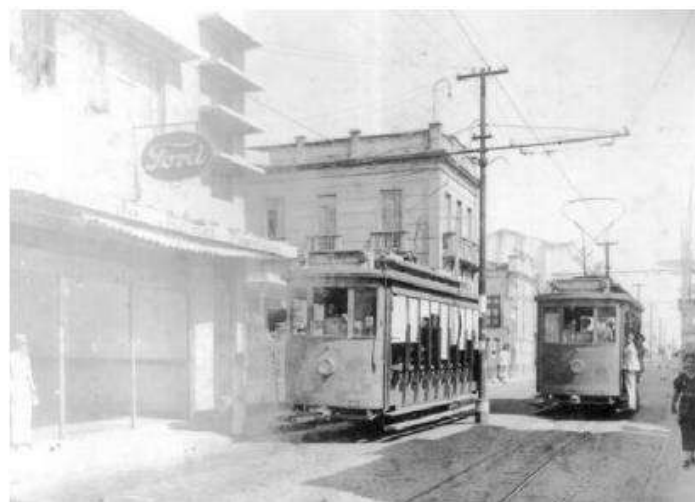


Figura III.3: Bondes na Rua João Pessoa. **Fonte:** Correio de Sergipe, 2005.

Na segunda década do século XX, com a implantação da rede ferroviária e o conseqüente fortalecimento de sua centralidade, surgiram os primeiros bairros de

Aracaju: o Santo Antônio, o Industrial e o Arrabalde Presidente Barbosa, atualmente, São José, com relativa independência do centro da cidade, em virtude do isolamento do centro pela presença de lagoas que limitavam as comunicações (DINIZ, 1963 apud. PMA/SEPLOG, 2014(a)).

Na década de 60, devido a forte influência da instituição da Política Nacional de Habitação, em 1964, criou-se a chamada Companhia de Habitação – COHAB - que, por meio de financiamentos do Banco Nacional da Habitação – BNH - passou a construir conjuntos habitacionais, quase sempre distantes da malha consolidada, gerando vazios que foram sendo valorizados e posteriormente ocupados. A construção de tais conjuntos bem como a forma como estes foram distribuídos, atraíram uma proliferação de assentamentos precários em seu entorno, de modo a pressionar o poder público para a obtenção de moradia (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

A constante valorização da terra somada à crescente especulação imobiliária fizeram com que a COHAB passasse a adquirir terrenos para a construção de conjuntos habitacionais nos municípios vizinhos, distante da malha urbana consolidada, causando muitas dificuldades para as administrações municipais (FRANÇA, 2005). Assim desencadeou-se o fenômeno da metropolização de Aracaju, com incidência sobre os municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, onde foram construídos grandes conjuntos habitacionais tais a exemplo do Conjunto Eduardo Gomes, do Complexo Habitacional Taiçoca, do Conjunto Hildete Falcão, entre outros que fizeram proliferar inúmeros assentamentos e loteamentos precários em seu entorno, intensificando assim a ocupação (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

Desde 1980 esse processo se intensificou formando núcleos isolados que de forma lenta e gradual foram se espalhando e se articulando com a capital e se distanciando das sedes dos seus municípios, configurando a formação metropolitana. Segundo dados do relatório final do Diagnóstico de Aracaju (PMA/SEPLOG, 2014(a)), a chamada Grande Aracaju em 2010 concentrava 835.816 habitantes, representando 40,41% da população sergipana, contra 29,29%, em 1980, sendo que os municípios

vizinhos apresentaram crescimento mais elevado que a capital, fenômeno comum em áreas metropolitanas.

Ainda neste século, a instalação do Distrito Industrial de Aracaju contribuiu não somente para geração de novos empregos e para estímulo da imigração, mas principalmente para o espraiamento da cidade como um todo. De modo geral a evolução urbana da cidade desde seu núcleo inicial, em 1855, até essa época se deu mais na porção norte municipal, espraiando-se para o sentido oeste e para sentido sul (ver figura III.V).

Em 1982, a Prefeitura Municipal estabeleceu por meio de estudo uma nova divisão de bairros da cidade alterando também seu perímetro urbano, ampliando-o para todo o município e excluindo a zona rural, embora ainda se identifique algumas poucas áreas com atividades agrícolas atualmente. O município foi então dividido em Zona Urbana e de Expansão Urbana, estratégia esta que favoreceu aos proprietários fundiários que tiveram condições para parcelar a terra (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

Em 2013, a configuração dos bairros segue ainda de acordo com a de 1982, conforme figuras III.4 e III.5 abaixo:

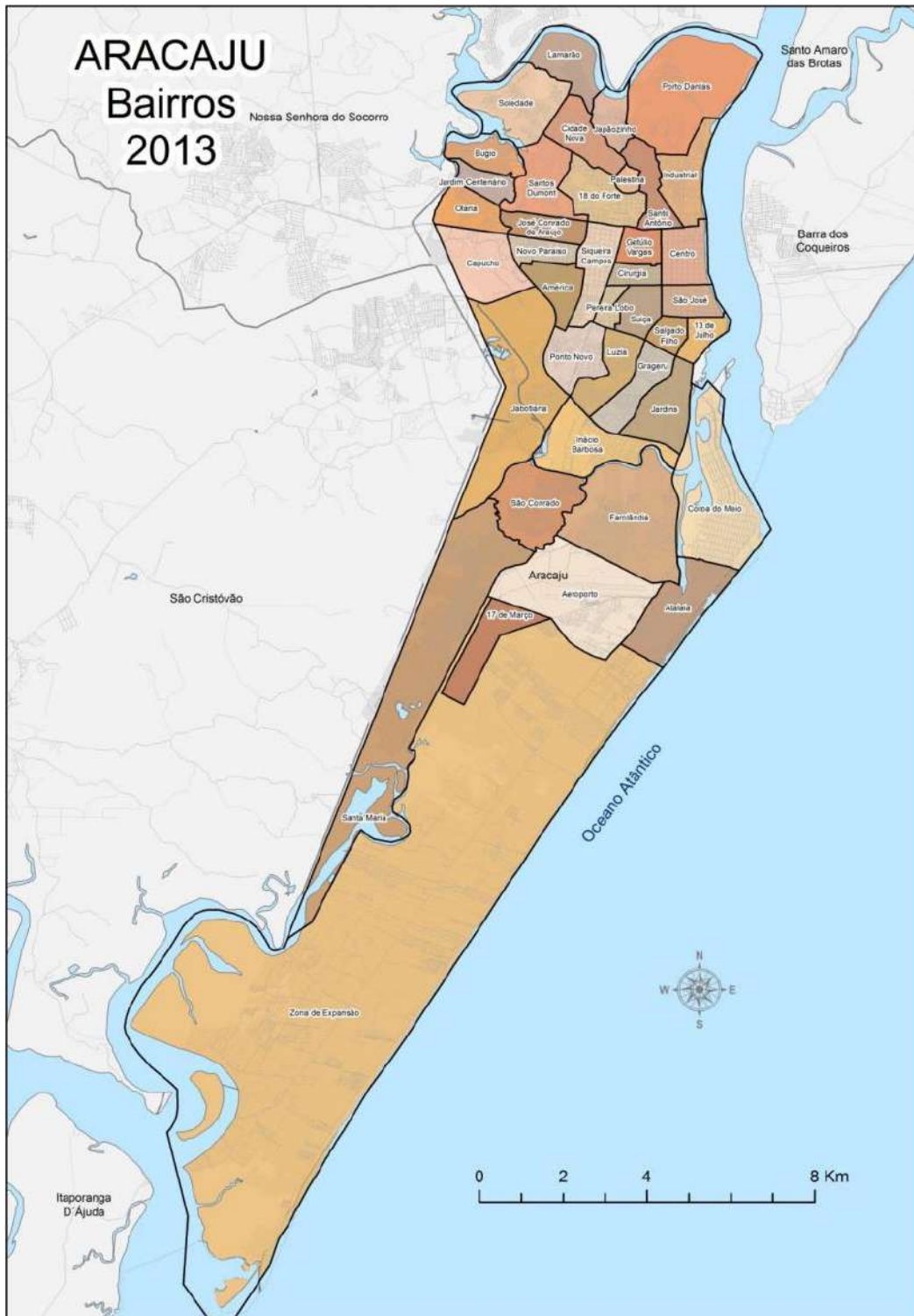


Figura III.4: Mapa dos bairros de Aracaju (2013). Fonte: PMA/SEPLOG, 2014 (a).

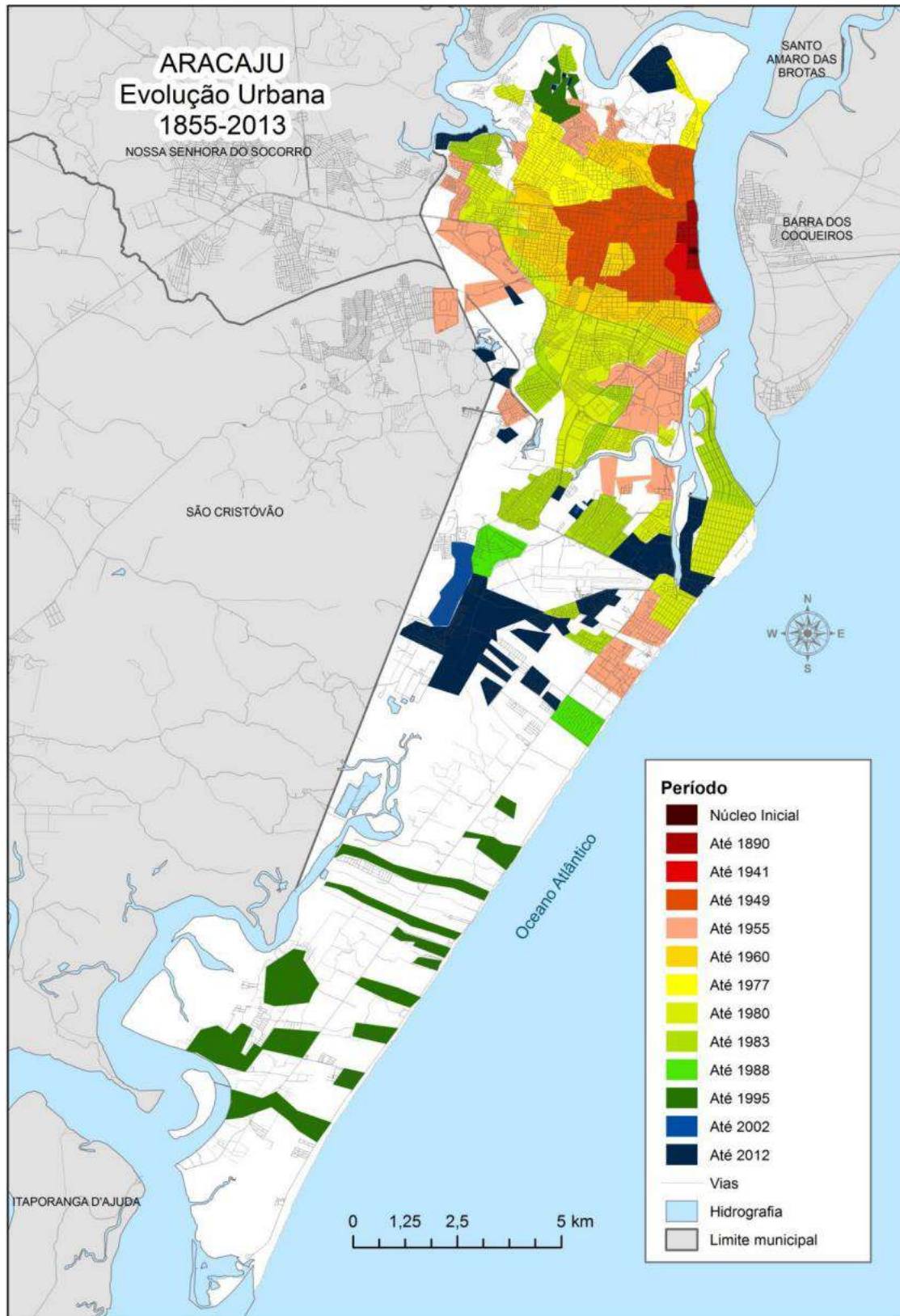


Figura III.5: Mapa da Evolução Urbana de Aracaju (1855-2013). Fonte: PMA/SEPLOG, 2014(a).

O século XXI, por sua vez, trouxe então novas perspectivas para a prefeitura municipal e novos desafios também nas diversas searas da cidade. Nesta última década vê-se uma cidade que se expande na direção da Zona de Expansão e bairros vizinhos, que recebem muitos condomínios residenciais fechados e loteamentos mesmo sem ter a infraestrutura necessária para dar suporte a todo esse adensamento.

Crescem os problemas na cidade no tocante a sua forma de ocupação, que se acentuam especialmente em virtude de sua fragilidade ambiental e a falta de um melhor controle para evitar ocupações indevidas e priorizar um melhor uso e ocupação do solo urbano.

b. Diagnóstico de uso e ocupação do solo

Em um momento de expressivas alterações no ambiente urbano do município de Aracaju, torna-se de extrema importância um olhar crítico e perceptivo para entendimento da configuração atual em que a cidade se encontra. Um olhar crítico, perceptivo, analítico e reflexivo é fator essencial para a construção da compreensão morfológica e socioespacial do ambiente construído.

A presente análise se constitui em uma visualização crítica da atual situação da cidade de Aracaju, frente ao uso e ocupação do solo desencadeada pelo processo de urbanização ocorrido nos últimos quinze anos. Está diretamente ligada ao momento atual do ano de 2015, no qual será verificado como se encontra a cidade frente a seu crescimento e a forma como esse ocorreu. Será feita uma contextualização geral da cidade relacionada diretamente ao ambiente construído e suas relações espaciais com o espaço público e demais relações socioespaciais. Nesta perspectiva, serão considerados os fatores consequentes das principais tipologias arquitetônicas adotadas na cidade formal, suas relações e consequências na morfologia urbana, relações com as características dos lotes e quarteirões, o espaço público configurado, os impactos ambientais no ambiente natural, a paisagem cultural da cidade, a apropriação do espaço e relações diretas com a infraestrutura de saneamento básico, mobilidade e sistema viário, articulação com os equipamentos urbanos de



abastecimento, educação, saúde e lazer, assim como os padrões da dinâmica urbana e suas interferências nas questões de urbanidade e civilidade.

Com base nestes parâmetros analisados, o objetivo maior é entender como a cidade se encontra a partir da forma que está sendo constituída e construída, verificando-se sempre a qualidade do espaço urbano e suas configurações físicas e sociais derivadas da forma de construção e sua consolidação atual. A cidade é um organismo vivo, dinâmico, fruto da ação e apropriação de seu território pelos diferentes atores sociais. Essa apropriação do território deve ser regulada e planejada visando um desenvolvimento urbano ordenado que explore as potencialidades de crescimento econômico e bem estar dos cidadãos de Aracaju. Dessa forma, o presente diagnóstico busca verificar se o modelo espacial expresso no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Aracaju está adequado à cidade real pré-existente, bem como se a normativa contempla as potencialidades do desenvolvimento do município. A cidade é formada por “diferentes cidades”, cada uma com sua evolução, dinâmica e complexidade própria; nesse sentido é necessário verificar se o Plano Diretor contempla as características peculiares de cada uma dessas parcelas do território que se relacionam para formar a cidade como um todo.

A metodologia adotada será baseada na utilização de instrumentos morfológicos que permitam a leitura da cidade. A Morfologia Urbana se caracteriza pela estrutura exterior dos objetos urbanos e arquitetônicos e os fenômenos que deram origem a forma desses objetos. Ou seja, analisa a forma das edificações e da cidade construída, bem como suas relações a partir dos elementos que as geraram. Assim, com a intenção de diagnosticar a atual realidade do ambiente construído e suas consequências para a dinâmica urbana, iremos utilizar elementos morfológicos previstos no Plano Regulador do atual PDDU. Essa análise irá verificar as consequências diretas na forma que a cidade vem se constituindo entre o universo temporal de 2000 a 2015. Os instrumentos morfológicos que serão adotados consistem nas principais relações dos coeficientes e taxas contidos no Plano Regulador (coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, recuo de jardim, afastamentos das divisas dos terrenos e altura das edificações); esses serão analisados



frente as suas convergências e possibilidades que ocasionaram a forma de uso e ocupação do solo. O coeficiente de aproveitamento é um valor numérico, definido pela lei, que multiplicado pela área de um determinado terreno define a área máxima que pode ser construída nesse terreno. A taxa de ocupação e a taxa de permeabilidade referem-se à área de terreno máxima que pode ser ocupada; a diferença entre esses elementos está no fato que a taxa de permeabilidade refere-se apenas ao pavimento ocupado no nível do terreno, enquanto que a taxa de ocupação considera a projeção de todos os pavimentos da edificação sobre o terreno. Será uma verificação concreta de como essas taxas e coeficientes estão direcionando a cidade, bem como se a forma e características construtivas que estão sendo praticadas e consolidadas na cidade estão adequadas à cidade real pré-existente. Trata-se de confrontar os instrumentos morfológicos previstos no Plano Diretor com os instrumentos morfológicos reais da cidade existente construída, ou seja, verificar se a forma da cidade prevista no modelo teórico do Plano Diretor está adequada à cidade concreta que está e continuará sendo construída.

Para a realização analítica da cidade construída, o diagnóstico se pautará nos principais locais de maior crescimento da cidade e transformações mais relevantes. Os parâmetros a serem estudados e diagnosticados foram pautados nos últimos empreendimentos imobiliários desenvolvidos pela iniciativa privada, assim como os programas incentivados pelo governo federal. Entendemos que as conclusões obtidas a partir dessa metodologia de análise das regiões da cidade que possuem hoje maior crescimento possam ser aplicadas nas demais regiões que hoje não possuem crescimento acentuado.

Para a elaboração das análises foi tomada como base alguns exemplos relevantes pelo alto grau de transformação e aumento na densidade populacional através da consolidação construtiva de empreendimentos recentes. Também foram eleitas situações pertinentes por expressarem características peculiares do ambiente urbano.

Neste direcionamento foram analisadas as seguintes regiões entendendo-se serem as mais relevantes para se obter reflexões e resultados de diagnóstico da atual conjuntura do uso e ocupação do solo da cidade de Aracaju:

- Bairro Jardins;
- Coroa do Meio;
- Atalaia;
- Augusto Franco (Farolândia);
- Jabotiana;
- Alameda das Árvores;
- 17 de Março;
- Inácio Barbosa;
- Capucho;
- Aruana
- Bairro Luzia
- Bairro Bugio

Tomaram-se como matriz exemplar de análise, doze situações na cidade de Aracaju entendendo-se possuírem peculiaridades que lhes conferem especificidades contextuais que englobam e suscitam distintas relações em uma cidade. Estes exemplos permitem identificar características pontuais relacionadas ao expressivo crescimento em uma razão conectada diretamente às taxas e coeficientes do Plano Regulador do PDDU, à permeabilidade urbana relacionada ao sistema viário, à infraestrutura de saneamento básico, aos impactos no ambiente natural, às atividades restritas ao uso residencial, à carência de equipamentos urbanos, às relações de ventilação natural, à habitação de interesse social afastada da cidade formal, aos grandes condomínios fechados e a descaracterização de bairros tradicionais e consolidados no imaginário da cidade através de sua paisagem cultural já expressa. Com estes exemplos, pretende-se demonstrar e ilustrar a situação atual do ambiente urbano da cidade em seus mais distintos contextos e relações existentes na cidade.

As situações tomadas como referência e exemplificação de análise são:

- O Bairro Jardins por ter consolidado a verticalização da cidade através da tipologia de condomínio vertical fechado e exclusivamente residencial;
- A Coroa do Meio por possuir vários tipos de tecido urbano, classes sociais e pelas recentes configurações decorrentes dos condomínios verticais;
- A Atalaia, principalmente na região junto à passarela do caranguejo, por evidenciar uma rápida transformação paisagística e de morfologia ocasionada pelos vários edifícios de condomínios verticais realizados nos últimos cinco anos;
- O Augusto Franco devido a sua especificidade de conjunto habitacional exclusivamente por uso residencial e sua rápida transformação e absorção por outras atividades;
- O Jabotiana expressivamente por seu grande e rápido crescimento ocasionado por programas habitacionais e mercado imobiliário. Por seu alto índice de adensamento e fragilidade na infraestrutura de saneamento, mobilidade e equipamentos urbanos;
- A Alameda das Árvores por consolidar a típica morfologia decorrente da tipologia residencial adotada e possibilitada pelo PDDU;
- O 17 de Março por sua implantação em região distante dos principais equipamentos urbanos da cidade consolidada e a carência de infraestrutura;
- O Inácio Barbosa por se caracterizar em um típico local de residências unifamiliares com baixa altura e por apresentar recentemente a absorção de tipologias de condomínios verticais com um alto grau de contraste na paisagem e nas relações socioespaciais do bairro;
- O Capucho por ser um exemplo de bairro com zoneamento relacionado à grande concentração de equipamentos urbanos de funções institucionais e hospitalares;
- O Aruana pela ruptura do tecido urbano decorrente da implantação dos condomínios fechados, loteamentos e residenciais;
- O bairro Luiza por ter recebido empreendimentos recentes com expressivo impacto de adensamento no uso residencial e ocupação do solo.



- O Conjunto Bugio por ter sua origem de implantação a partir de um conjunto habitacional afastado do centro da cidade e pelas várias transformações ocorridas nos últimos 20 anos.

A partir destas análises, o propósito principal do diagnóstico estará pautado em confrontar as bases filosóficas do atual PDDU do Município de Aracaju relacionando seus princípios, objetivos, estratégias e diretrizes pregadas em seu pensamento ideológico geral, com os resultados e induções verificados na cidade real em 2015. Trata-se da verificação se as bases filosóficas estão em conformidade com a cidade que está se consolidando nos últimos anos. Este estudo foi desenvolvido frente aos coeficientes e taxas vigentes no Plano Regulador do PDDU e seus reflexos diretos na constituição do ambiente urbano do município de Aracaju. As análises foram pautadas, principalmente, nas relações espaciais entre tipologias arquitetônicas diversas e as morfologias configuradas no decorrer das últimas duas décadas.

O ambiente construído do município de Aracaju cresceu vertiginosamente, principalmente nos últimos 15 anos. Nesta década e meia é fácil verificar e perceber as expressivas transformações acontecidas na cidade.

No início do ano de 2000, percebeu-se que Aracaju havia avançado pelos mangues da 13 de Julho e o atual bairro Jardins havia se consolidado através das várias edificações com tipologia vertical em torno de um centro comercial pontual, mais conhecido como Shopping Jardins. A cidade estava assumindo neste momento um caráter configurativo de verticalização de suas atividades residenciais. Se até o momento Aracaju possuía em sua história cronológica uma caracterização de expansão urbana oriunda relacionada à implantação de conjuntos habitacionais, agora se transforma cambiando claramente para uma realidade de condomínios verticais em lotes particulares. A cidade se verticalizou neste momento, desencadeando transformações significativas na paisagem urbana e cultural. Este processo atrelado à demanda habitacional, principalmente da classe média, vai desencadear uma continuidade da inserção de novas edificações com a tipologia onde a forma do edifício residencial consiste em verticalização desde os 04 a 16 pavimentos. Este processo irá se disseminar por algumas zonas específicas da cidade. Nesta visão, a

cidade agora se transformou sensivelmente e irá assumir um caráter de maior adensamento populacional através de tipologias de condomínios verticais com as mais variadas escalas e pavimentos. A partir de 2000, percebe-se claramente uma “outra Aracaju” edificada e transformada pela tipologia habitacional empregada nesta época.

Em 2005 a cidade se espria para outras regiões onde é possível notar claramente sítios urbanos específicos com rápidas e sensíveis alterações. A região do Sol Nascente e Jabotiana, por exemplo, vão ser alvo destas rápidas transformações a partir da implantação de condomínios verticais com distintos números de pavimentos condensados em área fechadas de um ou um conjunto de edifícios.

Este processo de expansão urbana segue rapidamente nesta mesma dimensão verificando-se que novas regiões vão sendo adensadas por conjuntos dos programas de aceleração do crescimento e os investimentos imobiliários pela iniciativa privada. A zona de expansão urbana ao sudoeste irá se configurar e se adensar vertiginosamente em um rápido espaço temporal. Surgem variadas tipologias com loteamentos de residências unifamiliares, condomínios multifamiliares através de conjunto de edificações com áreas de lazer privadas aliadas a tipologia base torre que já estará consolidada e se implantará em variadas regiões da cidade. Os condomínios residenciais fechados avançam pela zona de expansão urbana consolidando uma nova morfologia paralela.

Em 2015, a atual situação da cidade é expressa pelas várias cidades existentes em uma mesma cidade. As novas configurações morfológicas consequentes dos últimos 15 anos, possibilitaram diferentes formas de adensamentos e características espaciais.

Outra questão significativa e expressiva são os avanços de adensamentos nas regiões periféricas e menos favorecidas pela infraestrutura urbana. A cidade informal cresce conjuntamente com a cidade formal gerando sérios problemas ambientais e apropriação de zonas não condizentes para utilização do solo. As regiões da zona norte irão crescendo paralelamente aos avanços gerados pelo mercado imobiliário, mas de uma forma desordenada e consequente da informalidade ocasionada pela demanda de moradia pela população mais carente de condições econômicas. Estes fatores

desencadearam um espalhamento da cidade tanto na fração norte, quanto na fração sul. Se por um lado a cidade informal cresce ao norte, os recentes loteamentos avançam ao sul através de seus condomínios com os mais variados pavimentos e conjuntos de residências unifamiliares.

A situação contemporânea de Aracaju pode ser evidenciada nas distintas cidades existentes e sua fragmentação consequente. Através de uma análise morfológica da atual situação podem ser evidenciadas as várias cidades e suas formas físicas. Aracaju apresenta morfologias diferenciadas expressadas por suas distintas formas de uso e ocupação do solo. Estas distintas configurações do ambiente urbano estão claramente verificadas nos exemplos abaixo:

- Centro histórico e zona central;
- Cidade tradicional nos bairros Industrial, Santo Antônio e 18 do Forte;
- Bairro Jardins;
- Bairro Coroa do Meio;
- Bairro Atalaia;
- Farolândia, Orlando Dantas;
- Inácio Barbosa;
- Aruana;
- 17 de Março;
- Santa Maria;
- Jabotiana;

A região do bairro Centro se traduz para a cidade de Aracaju como polo comercial e atrativo caracterizado principalmente por suas demandas comerciais. Contempla o Centro Histórico da cidade de Aracaju sendo uma região consolidada ao longo da evolução urbana da cidade. Apresenta características efetivas de centro comercial abrangendo o Mercado Público, órgãos institucionais, equipamentos urbanos diversos e a concentração varejista. Destaca-se que o Centro de Aracaju apresenta no momento uma perpetuação de suas atividades, principalmente comerciais e encontra-se momentaneamente estagnado devido ao não interesse imobiliário e também por não possuir lotes livres. As principais alterações que são



verificadas estão ligadas a pequenas transformações pontuais de substituição de algumas casas antigas por novas edificações. Em uma visão futura acredita-se que poderá sofrer transformações que seriam ocasionadas pelo incentivo ao uso residencial concomitante com o comercial existente. Apesar de sua situação consolidada e das poucas transformações ocorridas nos últimos anos, carrega potencial especulativo de possíveis transformações decorrentes de futuras potencializações e projetos de revitalização.

Os bairros 18 do Forte, Santo Antônio e Industrial possuem características morfológicas que configuram por sua forma e tipologias um tecido de cidade tradicional. Apresentam características fortemente evidenciadas pela ausência de recuos de jardim, baixa altura das edificações, inexistência de recuos laterais. Estes fatores conferem às edificações relações diretas com os passeios públicos. A morfologia existente e quase inalterada na última década expressa uma forma urbana de cidade tradicional, evidenciando uma imagem de alinhamentos contínuos das edificações ao longo das quadras conectadas diretamente às calçadas. Percebe-se, claramente, a herança de um traçado colonial consequente da ausência de recuos laterais e frontais. Se por um lado esta morfologia carrega a cidade de padrões consistentes e cria uma dinâmica urbana muito salutar à apropriação e uso das calçadas e possibilita encontros, vizinhança e segurança, por outro lado a não existência de recuos laterais e ainda a dimensão pequena das testadas de lote termina gerando alguns problemas de ventilação natural das edificações e habitabilidade. Esta contradição permite um olhar reflexivo de verificação das vantagens e desvantagens das formas e tipologias e suas morfologias consequentes. É significativo o entendimento das qualidades e condicionantes da morfologia da cidade tradicional nos exemplos do 18 do Forte, do Santo Antônio e do Bairro Industrial.

Pode-se verificar que estes bairros tiveram poucas alterações em sua forma tipológica e consequentemente urbanística, devido a fatores como a sua consolidação prévia, e ao não atrativo pelo mercado imobiliário. Por outro lado, verificam-se algumas transformações pontuais a exemplo do futuro Shopping Center que está sendo implantado no Bairro Industrial. Este empreendimento, assim como outros

possíveis em um futuro poderão causar sensíveis transformações pontuais e convergências para impactos em seu entorno, principalmente de valorização das áreas e geração de tráfego por demanda ocasionada.

O bairro Jardins caracteriza-se principalmente pela tipologia residencial na forma de condomínios verticais. Apresenta tipologias variadas em toda a sua extensão, mas prevalecendo os condomínios residências verticais isolados em lote sem uma relação direta de atividades comerciais junto às calçadas. Apesar de apresentar algumas atividades comerciais, sua morfologia urbana está configurada pela predominância das tipologias de torres residenciais isolada no lote ou em conjunto de torres em um mesmo lote. Possui alguns equipamentos urbanos de expressiva geração de tráfego evidenciados pelo Shopping Jardins, pelo Hiper Bom Preço e por alguns equipamentos educacionais. Estas peculiaridades morfológicas conferem ao bairro Jardins um padrão de moradia local e um atrativo gerado por demandas externa derivadas pelos equipamentos comerciais de grande escala pontual.

O bairro Coroa do Meio se identifica por quatro categorias morfológicas distintas entre si. A primeira, junto a Maré do Apicum, derivada do projeto de transferências das palafitas ocorrido em 2001, quando foi feita a proposta de reurbanização da Coroa do Meio através do Assentamento Subnormal (UAS) com a construção de 648 casas. Atualmente todas as casas implantadas pelo projeto de reurbanização sofreram alterações e adequações por parte de seus moradores tendo estes gerado a inserção de mais pavimentos na tipologia original das casas, aumento dos cômodos e, principalmente, a utilização das áreas do recuo de jardim para ampliação das moradias. Destaca-se que o projeto original sofreu severas alterações urbanísticas e paisagísticas estando hoje com uma imagem de cidade informal irregular, derivada da construção informalizada sem aprovação prévia pelos órgãos oficiais. A segunda categoria é formada por uma tipologia residencial de classe média com características de residências unifamiliares com um e dois pavimento e recuo de jardim. A terceira categoria é o conjunto implantado pelo projeto CURA, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), constituído por vários blocos de quatro pavimentos em uma extensa área linear murada. A quarta categoria que está localiza



na faixa junto a Orla da Atalaia se estendendo até a Rua Aluizio Campos onde possuía uma morfologia de residências unifamiliares com um e dois pavimentos, mas que recentemente está recebendo nos últimos anos uma série de condomínios verticais de 8 a 12 pavimentos. Estas recentes transformações são decorrentes do mercado imobiliário que se apropriou da tipologia de condomínios verticais. É evidente que dentro desta análise morfológica o bairro Coroa do Meio apresenta distintas morfologias derivadas das características tipológicas das edificações em cada situação, mas que recentemente tem adquirido a nova tipologia de condomínio vertical, junto a sua morfologia de residências unifamiliares.

O bairro Atalaia desde sua origem se constituía por residências unifamiliares que surgiram, principalmente como veraneio e lazer junto ao desfrute da praia. Se expressa claramente por tipologias residências unifamiliares com um e dois pavimentos. A partir de um período se mesclaram a estas, tipologias de edificações multifamiliares com quatro pavimentos. Ao longo de sua história, estas características se mantiveram até os últimos anos. Como dinâmica urbana relacionada às atividades e uso, impera o uso residencial, mas atrelado ao comércio direcionado para lazer e turismo, conseqüente de sua relação e interface direta com a praia e a orla da Atalaia. Atualmente, e mais precisamente nos últimos 5 anos, vem sofrendo uma profunda alteração em sua morfologia decorrente da rápida absorção de vários condomínios verticais com aproximadamente 16 pavimentos. Esta alteração morfológica é claramente evidenciada na permuta de residências unifamiliares por condomínios verticais que se apropriam do máximo potencial construtivo dos terrenos permitido pelo Plano Regulador do PDDU. Nesta percepção clara e visível, o bairro Atalaia está em transição, derivada da inserção das novas tipologias de torres de 16 pavimentos em meio às residências unifamiliares de um e dois pavimentos.

O bairro Farolândia possui três distintas morfologias. A primeira gerada pela histórica implantação do Conjunto Augusto Franco, a segunda constituída pelas residências unifamiliares, e a terceira conseqüente dos novos condomínios verticais que surgem junto à rótula do farol e entorno. Por possuir um pólo gerador atrativo de estudantes derivados da Universidade Tiradentes, houve um rápido crescimento com a



inserção de condomínios verticais de classe média para absorção e suporte de moradia estudantil para um público transitório oriundo do interior do estado e de estados vizinhos a Sergipe. É expressivo destacar que a Farolândia, juntamente com o Conjunto Augusto Franco, foram ganhando uma vasta atividade comercial decorrente da necessidade cotidiana por seus moradores, principalmente geradas pelos habitantes do conjunto Augusto Franco.

O bairro Inácio Barbosa também originalmente decorrente de uma apropriação de conjunto habitacional e por seus grandes equipamentos junto ao Distrito Industrial, se consolidou por uma atividade residencial, no entorno do Colégio Módulo. Atualmente, e de maneira tímida, vem se potencializando como bairro noturno de convivência e lazer verificados inicialmente pelos bares seu Inácio, Al bar, Almeida e através de alguns restaurantes e botecos que estão sendo implantados. Recebeu recentemente uma via significativa que fragmentou a região a partir da implantação da nova ponte, do Poxim, que conectou o Inácio Barbosa ao norte e o Augusto Franco ao sul. Dentro da análise morfológica destaca-se a predominância de residências unifamiliares de um e dois pavimentos, e alguns condomínios multifamiliares com quatro pavimentos. O que chama mais atenção em uma análise no atual momento são dois edifícios recentes na tipologia torre de condomínio vertical que foram construídos dentro da morfologia unifamiliar. Um contraste incrível de ruptura e fragmento dentro de um bairro peculiar e de características morfológicas heterogêneas. Uma questão significativa que desperta atenção emergindo uma análise crítica para os possíveis efeitos destas novas tipologias arquitetônicas e seus efeitos em locais específicos da cidade.

O Aruana é outra situação em destaque devido a algumas características significativas. Por estar junto à Zona de Expansão Urbana, tem recebido nos últimos anos transformações expressivas, principalmente pela inserção de grandes condomínios fechados horizontais de classe média alta, condomínios decorrentes do programa Minha Casa Minha Vida com tipologia unifamiliar e multifamiliar. Este rápido crescimento gerou uma “outra cidade”, principalmente da fração que se situa entre a Av. Melício Machado, passando pelos conjuntos Beira Mar, em direção ao 17 de



Março. O impressionante crescimento dos últimos anos tem ocasionado rápidas transformações tanto no adensamento de áreas antes vazias, quanto à recente demanda de implantação de novos equipamentos urbanos comerciais e de abastecimento. Nesta perspectiva, a demanda habitacional gerada está se desdobrando na implantação de posto de gasolina, agências bancárias, comércio de abastecimento e necessidades cotidianas da rotina humana.

O 17 de Março se destaca claramente por uma morfologia histórica de conjunto habitacional através do emprego de padronização de casas dos programas de habitação popular e prédios com quatro pavimentos da tradicional tipologia “H” com quatro apartamento por andar e circulação vertical única com escada. Este fato se traduz em uma imagem que se repete no país desde os anos 70, e em sua questão infraestrutural, com uma carência efetiva de equipamento urbanos nas áreas de saúde, educação, abastecimento e lazer. É claramente visível que por ser constituído por tipologias padronizadas e homogêneas tanto em forma, quanto em atividade o 17 de Março vem se transformando a cada dia com a verificação da implantação por parte de seus próprios usuários através da abertura de pequenos comércios de abastecimento.

A antiga Terra Dura, hoje bairro Santa Maria, se traduz em uma “outra cidade”, pelo motivo mais significativo de apropriações irregulares misturadas com habitações geradas por programas de governo e seus desdobramentos naturais de apropriação ocasionados pela dinâmica urbana e apropriação social do espaço. Em uma análise perceptiva conectada em um viés antropológico e social, abre-se uma perspectiva de análise de um bairro com morfologia informalizada que se constitui pela própria evolução de sua existência. Esta realidade concretizada, termina por assumir uma dinâmica com ares de uma certa pós-modernidade latino-americana, pois suas origens são de uma diversidade cultural e sazonal bastante visíveis, onde as diferenças das várias cidades se mesclam numa espécie de rodízio sócio-cultural. Ou seja, a informalidade se torna real e formal através da estruturação de vias principais e absorção de novos equipamentos como: o G Barbosa, escolas, posto de saúde, posto de gasolina e todo o comércio e serviço decorrente de sua ocupação e necessidade



cotidianas. A própria subsistência de seus moradores termina por configurar os novos usos comerciais que surgem informalmente. Este pensamento vem à tona a partir de uma reflexão na pós-modernidade, onde os atores sociais constroem toda uma diversidade cultural dos que ali habitam. Percebe-se que a população que constitui o Santa Maria entrelaça uma diversidade social e cultural através de pessoas provindas do interior de Sergipe, de Alagoas e da Bahia. Sua morfologia ainda é basicamente de residências unifamiliares na constituição informal estando sempre em uma rápida transformação cotidiana.

A região formada pelos conjuntos Santa Lúcia e Sol Nascente, bairro Jabotiana chama a atenção pelas rápidas transformações e adensamento. Trata-se de uma região da cidade que se constituía principalmente por tipologia residencial unifamiliar de baixa altura e que recebeu nos últimos anos vários empreendimentos de condomínios com gabaritos variados. O rápido crescimento e transformação em seu uso e ocupação do solo tem merecido uma atenção particular, pois além de estar ocasionando um morfologia sem relação direta com o espaço público, são verificados sérios problemas no aumento de demanda no sistema viário e impactos ambientais junto ao manguezal. Este grupo de impactos remete a um pensamento significativo no que diz respeito a sua constituição futura e seus aspectos de funcionamento, dinâmica urbana e padrões. Em uma análise morfológica, é uma região em transformação, mas que já apresenta características de condomínios isolados e fechados entre si por muros e limites. Remete a um pensar futuro e de como a cidade está se constituindo. Um porvir de qual cidade se pensa e como PDDU poderá induzir ou resfriar este rápido crescimento.

Com base nestas breves análises contextuais, percebe-se que a cidade de Aracaju, assim como espelho da realidade de várias cidades brasileiras, possui várias morfologias urbanas distintas e com características peculiares. Se por um lado a região dos bairros Santo Antonio, Industrial e 18 do Forte se traduz em uma forma de cidade tradicional consequente dos alinhamentos, ausências de recuos laterais/frontais, e volumetria homogênea, o bairro Jardins é uma tentativa de cidade moderna que ficou amarrada ao lote de pequena dimensão absorvendo o condomínio vertical cercado,

sem relações diretas com a calçada. Se a região tradicional possui relações e interfaces diretas da edificação com as calçadas, as relações das tipologias do bairro Jardins negam suas interfaces com o espaço público. Estes fatores são fundamentais para uma análise urbanística relacionada diretamente com os padrões urbanos e dinâmicas sociais na cidade.

Muito além desta dialética entre morfologias e padrões opostos das cidades tradicional e moderna, a cidade de Aracaju está contemplada no atual momento de 2015 por várias e distintas tipologias empregadas. Observa-se, então, que as várias tipologias e formas estão traduzidas geralmente pelas seguintes configurações e tipos:

- casas unifamiliares sem recuos frontais e laterais;
- casas unifamiliares com recuos frontais e laterais;
- condomínio horizontal de residências unifamiliares agrupadas em lote fechado;
- conjuntos habitacionais com edificação tipo padrão com um pavimento;
- conjuntos habitacionais com edificação tipo padrão com mais pavimentos;
- condomínio de pequena escala com casas geminadas;
- condomínios verticais isolados em lote com pequenas dimensões;
- condomínios verticais agrupados em lotes de maior dimensão;
- galerias comerciais;
- Cidade informal irregular;

Estes exemplos tipológicos se entrelaçam na cidade gerando muitas vezes rupturas e problemáticas pontuais. Estas problemáticas muitas vezes estão relacionadas com falta de permeabilidade urbana ocasionada pela ruptura no tecido urbano, impactos ambientais, desconexões, descontinuidades formais, descaracterização da paisagem, geração de aumento de tráfego no sistema viário existente, alteração nos padrões da cidade tradicional, negação do espaço público, sistema viário relacionando-se apenas com a continuidade de muros e um espalhamento da cidade gerado pela apropriação de áreas menos valorizadas com terrenos de menos valor. Todos estes fatores estão sendo consequentes da cidade que

está sendo construída e de como ela se encontra em seus aspectos de dinâmica e ambiência urbana em 2015.

c. Exemplos significativos de parâmetros para o diagnóstico

Com o objetivo de diagnosticar a atual situação da cidade de Aracaju quanto ao uso e ocupação do solo, tomou-se como referência as seguintes regiões da cidade conforme mostra o mapa abaixo:



Figura III.6: Regiões Analisadas. Fonte: Magno Rangel, 2015



Figura III.7: Bairro Jardins. **Fonte:** Google, 2015.

O bairro Jardins se expressa por ter sido um bairro supostamente planejado que se desenvolveu de maneira veloz. Nos últimos 20 de existência, o bairro Jardins foi edificado pela então região consolidada por área de manguezal. Sua estrutura urbana basicamente é consolidada por um pólo comercial atrativo e pontual - o shopping Jardins e por uma série de condomínios verticais fechados. As características principais destes condomínios verticais acontecem da seguinte forma. Tipologia em torre isolada no lote ou em um conjunto de torres formando um único condomínio em lote de maior dimensão. Sua concepção original na fase de projeto propunha vias mais largas com calçadas mais avantajadas e um recuo de ajardinamento para suposta arborização. Este fato não se consolidou, visto que em meados de sua construção, o sistema viário obteve redução em seu dimensionamento, perdendo também os recuos para ajardinamento. Via de regra, o bairro se consolidou adquirindo uma morfologia praticamente decorrente desta forma de implantação. Os usos comerciais estão restritos ao Shopping Jardins, algumas galerias comerciais, grandes mercados, postos de gasolina e agências bancárias. Basicamente a sua ocupação territorial é voltada para o uso residencial através das tipologias condominiais verticais na forma de torre.



Figura III.8: Bairro Jardins. **Fonte:** Mascarello, 2015.

Esta disposição e ordenação configurou uma situação de bairro para moradia ou de acesso por outros usuários não residentes direcionados aos equipamentos comerciais. Devido ao uso residencial ter sido implantado no formato de condomínio vertical fechado, as relações espaciais se restringiram ao sistema viário e calçadas relacionadas diretamente com os muros e grade condominiais. Pela dimensão mínima das calçadas a arborização ficou fragilizada, assim como possível estrutura para comportar um mobiliário urbano. Apesar do bairro possuir um significativo movimento devido as suas galerias, shopping, mercados e por sua localização central na cidade formal, a morfologia decorrente dos condomínios termina por não estruturar uma boa dinâmica espacial junto ao espaço público. Pode-se destacar que o exemplo do bairro Jardins direciona para uma situação muito focada na implantação de condomínios habitacionais verticais em detrimento à qualidade espacial urbana. Embora seja questionável esse isolamento dos prédios nos lotes sem uma relação maior com o espaço urbano, verifica-se que essa é uma tendência gerada pelo contexto de violência urbana que existe no Brasil. Esse bairro é um exemplo clássico da cidade gerada pelo

regime urbanístico do Plano Diretor, pois é um bairro recente que não entra em conflito com uma cidade anteriormente construída. Não havia cidade construída nesse bairro, mas sim um manguezal que foi aterrado, com conseqüentes questões ambientais geradas que fogem ao escopo da presente análise.

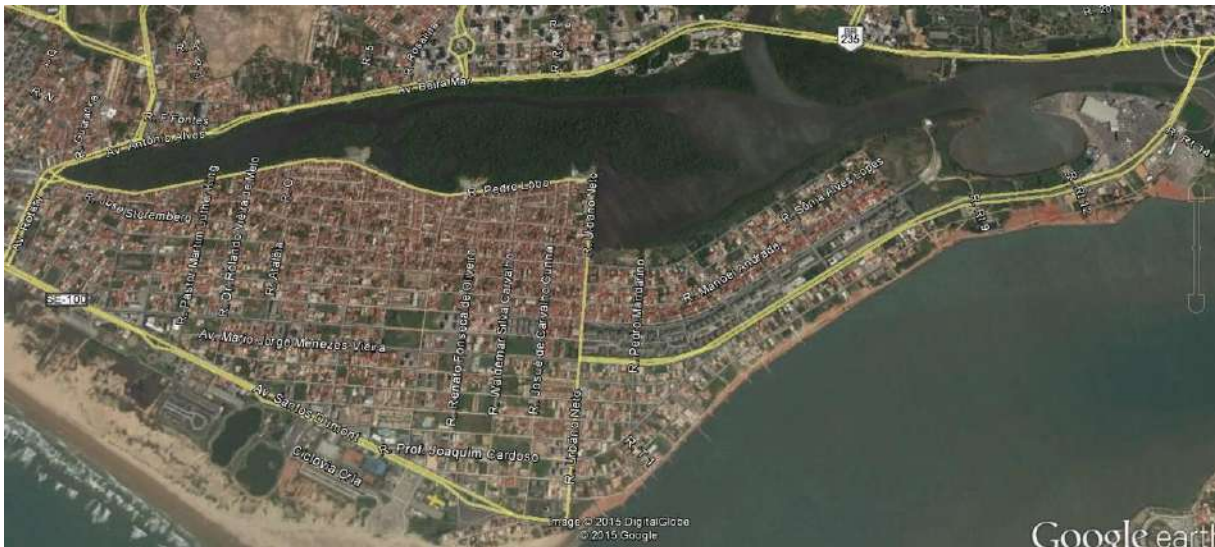


Figura III.9: Bairro Coroa do Meio. **Fonte:** Google, 2015.

Os projetos para a urbanização do Bairro Coroa do Meio, em 1976 possibilitaram que a ocupação urbana fosse mais intensa, já que a área que era integrante dos terrenos da marinha ficaram sob tutela do Serviço do Patrimônio da União (SPU), que concederam posteriormente à Prefeitura Municipal de Aracaju os direitos de posse e uso da área junto ao governo federal (ANDRADE et al, 2005).

Com a criação dos dois decretos de Lei criados nº 77.439, 19 de abril de 1976 e nº 77.440, 19 de abril de 1976, tornou-se possível fazer a ligação entre a península da Coroa do Meio e o perímetro urbano, ambos dispunham de mesma data e assunto ressaltando-se apenas a diferença das dimensões das áreas liberadas para o município, sendo uma área aproximada de 5.000,000 m² e de cerca de 13.500,000 m², respectivamente. (ALMEIDA, 2008).

A partir desses decretos, fez-se possível que o poder público viesse a investir na urbanização do que viria a ser o bairro Coroa do Meio, que foi construído a partir do



projeto CURA, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual visava concluir suas obras em quatro etapas (Machado, 1989).

Em um curto espaço de tempo essa área sofreu grandes interferências socioambientais, devido à pressão imobiliária e do poder público, principalmente através de aterros mal planejados o que afetou diretamente o ambiente, e consequentemente a população que já habitava aquele local.

O Projeto CURA foi implantado, em área ocupada apenas por ribeirinhos, muitos deles, que vieram da região do baixo São Francisco e trabalhavam em Aracaju, fazendo daquele local seu espaço residencial, de lazer, e de complementação de sobrevivência, através da captura de caranguejo, moluscos, peixes, muitas vezes vendidos em barracos de Aracaju (Machado, 1989). As etapas de urbanização do bairro Coroa do Meio foram permeadas de contradições de caráter social, já que em todas as etapas do projeto CURA, focava-se na insistente menção de que o projeto visava atender às necessidades urbanas de classes de baixa renda.

Na quarta etapa do projeto, que ocuparia a faixa entre o Jardim Atlântico e o manguezal, local de difícil acesso, onde a fiscalização era limitada, sendo assim alvo de invasão, consta-se que em 1987 moravam mais de 600 famílias na área e o manguezal estava cada vez mais devastado. (SEPLAN, 2002).

Em 2001, foi lançada ao público a proposta de reurbanização da Coroa do Meio, o Projeto de Urbanização do Assentamento Subnormal (UAS) da Coroa do Meio. No projeto, foram previstas a construção de 648 casas, uma escola, uma orla com áreas de lazer, além do Museu do Mangue.

Ao longo de sua expansão a Coroa do Meio foi crescendo e desencadeando uma situação de uso e ocupação do solo bastante heterogênea. Destacam-se quatro morfologias distintas dentro do bairro Coroa do Meio.



Figura III.10: Bairro Coroa do Meio. **Fonte:** Samarone, 2015.

A primeira ocasionada pela implantação do Projeto de Urbanização do Assentamento Subnormal (UAS) junto a Avenida Desembargador Antonio Góis. Este assentamento constituído a partir de tipologia de residência térrea com padrão que foi sofrendo várias alterações ao longo dos anos dentro da expectativa e possibilidade financeira de cada morador adequar às casas padronizadas as suas reais necessidades. Esta situação foi se desenvolvendo até os dias de hoje percebendo-se claramente um aumento construtivo de ocupação do solo e também em altura através da inserção de mais pavimentos. Ao analisar-se a situação atual desta região percebe-se uma série de irregularidades decorrentes destes aumentos construtivos que ocorreram na informalidade configurando avanços nas calçadas, problemas de habitabilidade e até de conurbação urbana.



Figura III.11: Bairro Coroa do Meio. **Fonte:** Mascarello, 2015.

Uma segunda característica de uso e ocupação ocorre entre a Avenida José Freitas de Andrade e a Rua João Batista Santana. Trata-se de uma região tipicamente de residências unifamiliares em sua maioria em forma de lotes individualizados.



Figura III.12: Bairro Coroa do Meio. **Fonte:** Mascarello, 2015.

A terceira situação bastante específica é o conjunto formado pelos condomínios Mar Mediterrâneo, Mar do Caribe e Mar Egeu situado entre as Avenidas

Mario Jorge Menezes Vieira e a Avenida José Freitas de Andrade que consiste em um extenso conjunto habitacional com a tipologia arquitetônica de prédios com quatro apartamentos por andar e quatro pavimentos. Destaca-se que em sua extensão longitudinal o conjunto é cortado transversalmente por vias consolidando quarteirões que separam o todo do conjunto. Outra característica são que estes quarteirões são fechados por muros em toda a sua extensão.



Figura III.13: Bairro Coroa do Meio. **Fonte:** Mascarello, 2015

A quarta situação na Coroa do Meio é a região entre a Avenida Santos Dumont e a Rua Aloysio Campos que é conformada por uma tipologia residencial unifamiliar de até dois pavimentos. Recentemente esta região vem sofrendo alterações marcantes pela implantação de duas novas tipologias. Uma de pequenos condomínios residenciais de casas geminadas em um mesmo lote com até dois pavimentos e outra por condomínios verticais com edificação isolada ou um conjunto de edificações. Este é um novo processo que está ocorrendo recentemente gerando um início de verticalização desta região.



Figura III.14: Bairro Coroa do Meio. Fonte: Mascarello, 2015

Com base nesta análise é importante destacar que em um mesmo bairro pode ser evidenciada situações distintas na forma de ocupação e uso do solo gerando rupturas espaciais. O fato das recentes implantações verticais também chama a atenção, principalmente relacionado com o Plano Regulador relativo ao coeficiente de aproveitamento, as áreas construídas e a altura das edificações.

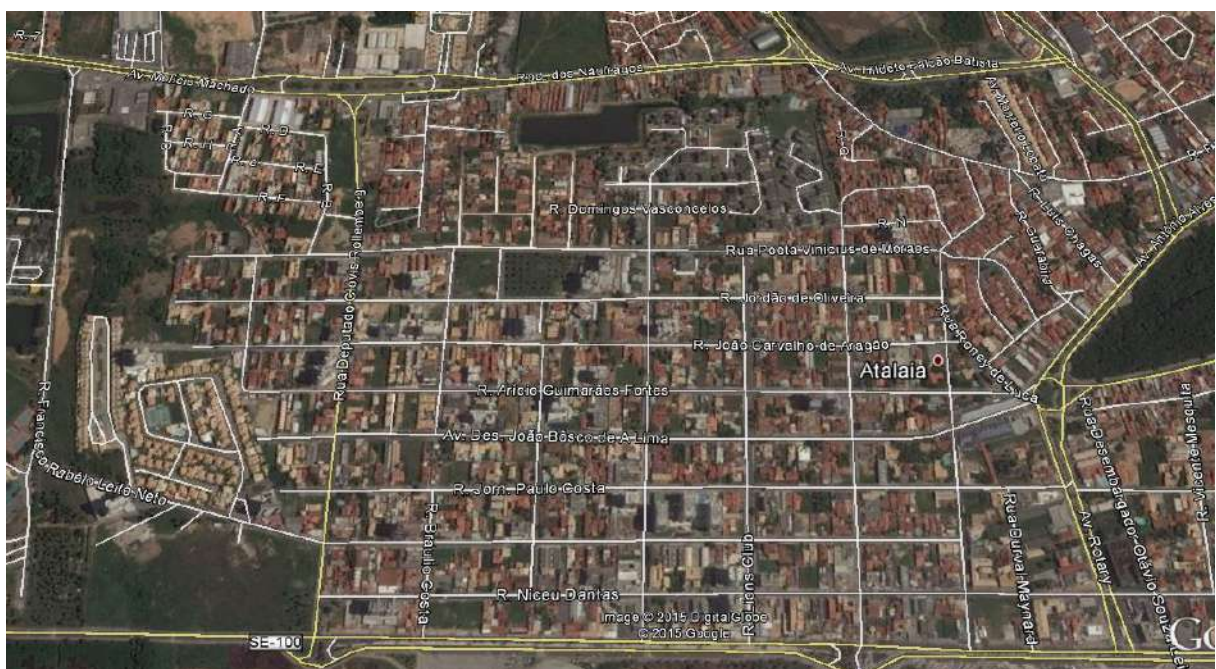


Figura III.15: Bairro Atalaia. Fonte: Google, 2015.



O bairro Atalaia foi analisado como exemplo por vir sofrendo significativas transformações em suas tipologias arquitetônicas. O rápido crescimento e as alterações ocorridas, principalmente nestes últimos cinco anos remetem para uma reflexão no planejamento urbano de Aracaju relacionando um forte adensamento populacional com o suporte da infraestrutura existente na cidade.

A Atalaia tem suas origens caracterizadas por local de veraneio junto à praia para a população de Aracaju e de principal atrativo turístico da cidade. Por vários anos foi considerado um local de veraneio comportando uma tipologia residencial de moradia e casas de final de semana. Conforme Aracaju foi recebendo uma inserção turística no cenário nacional, foi implantada a Orla de Atalaia que se caracteriza por um grande e expressivo parque linear comportando equipamentos de lazer, esporte, cultura e gastronomia. Este cenário foi desencadeando uma vocação de principal atrativo dos moradores de Aracaju, conjuntamente com uma potencialização turística. Este direcionamento foi levando a Atalaia ao longo do tempo, principalmente junto a Avenida Santos Dumont em um caminho de transformações direcionado pela absorção de equipamentos voltados ao turismo e apoio nos âmbitos de lazer e contemplação. Estas transformações foram evidenciadas na implantação de rede hoteleira, gastronômica e demais suporte e necessidades consequentes desta característica de ocupação. Desta forma, a Avenida Santos Dumont se configurou com um uso e ocupação comercial e hoteleira em sua testada oeste e com a Orla de Atalaia em seu perímetro leste. A partir do perímetro leste da Avenida em direção ao interior do bairro no sentido oeste, o bairro foi sendo adensado basicamente com a tipologia de residências unifamiliares horizontais de um e dois pavimentos. Foi incorporando em seu crescimento tipologias de condomínios multifamiliares com até quatro pavimentos e mais recentemente condomínios de casas geminadas na tipologia tipo fita de dois pavimentos. Em suas atividades e usos no interior do bairro foi recebendo alguns comércios mais especificamente de mercadinhos, restaurantes e salão de festas.

Em sua extensão que abrange o sentido de nordeste a sudoeste entre a Avenida Rotary e Estrada do Petroclube, a Atalaia vem sofrendo profundas e significativas alterações. Nesta extensão, a ocupação ocorria através de residências

unifamiliares de até dois pavimentos e condomínios multifamiliares de até seis pavimentos. Em termos de atividade e uso, o bairro foi recebendo nos últimos anos comércios variados que geralmente estão ligados a bares, restaurantes e mercadinhos.

Em torno do ano de 2010, inicia-se uma transformação significativa na forma de ocupação do solo. Estas transformações seriam decorrentes da inserção de novas tipologias voltadas para condomínios verticais multifamiliares. Estas novas tipologias arquitetônicas vão gerar uma expressiva transformação na paisagem da Atalaia que agora se verticaliza rapidamente em meio às edificações horizontais unifamiliares. É iniciado então um processo de alteração quando as residências unifamiliares vão dando lugar aos condomínios verticais. A verticalização torna-se evidente e a Atalaia ganha às alturas mudando sensivelmente seu cenário espacial.



Figura III.16: Bairro Atalaia. **Fonte:** Mascarello, 2015

Direcionado para estas sensíveis alterações pode- ser verificado um rápido e maciço adensamento do solo a partir da implantação destes condomínios verticais. A Atalaia está em um momento de crescente adensamento populacional tendo uma perspectiva de aumento significativo para os próximos anos.

Nesta razão, a principal verificação é se atentar para as possíveis consequências e impactos que serão ocasionados frente a estes adensamentos do solo concentrado



em uma única extensão. A questão maior é quantificar esta razão de adensamentos populacional frente à infraestrutura existente nesta região. As principais questões estarão ligadas nesta reflexão frente às infraestruturas de mobilidade relativa à capacidade de absorção desta demanda originada frente ao sistema viário existente, a infraestrutura de saneamento básico e aos impactos físicos naturais como, por exemplo, ventilação e insolação.

Outro aspecto socioespacial significativo são as relações espaciais no ambiente urbano que estas rápidas transformações estão desencadeando. O sistema viário da Atalaia já possui uma dimensão bastante restrita na maior parte de suas vias. As calçadas e caixas de rolamento possuem dimensões restritas para um suporte relacionado a este adensamento e forma morfológica de ocupação do solo. Pode-se afirmar que o dimensionamento do sistema viário não está adequado para este expressivo aumento de demanda. Seria necessário uma maior dimensão das caixas de rolamento e calçadas. Partindo-se do princípio que as calçadas são restritas a circulação, devido as suas pequenas dimensões, elas não terão capacidade para incorporar arborização e mobiliário urbano. Como os condomínios verticais são fechados com muros e não possuem uma relação direta com a calçada em termos de uso, os espaços públicos ficarão restritos a circulação de veículos configurando um ambiente inóspito e de pouca vitalidade urbana. Outro aspecto significativo nesta análise relacionada à forma de ocupação do solo é relativa ao uso restrito residencial. Os condomínios verticais fechados possuem em sua cota zero apenas guaritas, muros e acessos de pedestres e veículos não direcionando para a possibilidade de atividades mistas que se relacionem com o espaço urbano. É um fato também enfático nas relações socioespaciais de vitalidade urbana. Por ser a região com maior potencial turístico da cidade e possuir ainda uma característica de residências unifamiliares, é uma região de grandes conflitos entre a cidade real pré-existente e a cidade planejada pelo Plano Diretor. Dessa forma requer um plano específico, que concilie a característica tradicional do bairro com a expansão turística e imobiliária.



Figura III. 16: Bairro Atalaia. **Fonte:** Mascarello, 2015.

As principais verificações baseadas nesta análise convergem principalmente para duas reflexões. Uma relacionada diretamente ao Plano Regulador verificando-se os coeficientes de aproveitamento, a taxa de ocupação do solo, a taxa de permeabilidade do solo, a alturas das edificações e suas conseqüentes volumetrias tipológicas decorrentes. Ou seja, a forma da arquitetura que esta sendo produzida frente aos coeficientes e taxas vigentes no PDDU. A outra questão refere-se à relação dos pavimentos térreos com a calçada, principalmente relativo ao uso e as atividades propostas.



Figura III. 17: Bairro Atalaia. **Fonte:** Mascarello, 2015.



Em relação aos coeficientes e taxas relacionando a área construída e suas relações de ocupação do solo é preciso se atentar para a verificação se estas não estão superdimensionadas, possibilitando um adensamento maior que suporte da infraestrutura. A relação do potencial construtivo é fato real a ser pensado por este diagnóstico, inclusive em uma verificação se o coeficiente de aproveitamento não deveria sofrer uma redução, sendo assim sugeridas as aplicações dos instrumentos relacionados ao Estatuto da Cidade frente ao exemplo da outorga onerosa. Esta razão poderia direcionar um alinhamento equalizador de causa e efeito em um sentido de recursos gerados para minimizar alguns impactos no ambiente urbano gerados pelo alto índice de adensamento e ocupação do solo. É sensível dizer que estes fatos recentes no bairro Atalaia abrem e direcionam análises para revisão do Plano Regulador a partir de seus coeficientes e taxas relacionando-os com os instrumentos do Estatuto da Cidade. Segundo o PDDU (2000), em seu artigo 112 que trata do solo criado e da outorga do direito de construir:

O valor a ser pago pelo solo criado será fixado a partir dos índices aplicados pelo município, calculado no ato da licença de construir, à qual fica vinculada.

O pagamento que trata o parágrafo anterior, deverá ser efetuado em até 6 (seis) parcelas iguais mensais, sucessivas, ficando a expedição do “Habite-se”, condicionada à quitação de todas as parcelas.

Entende-se que o pagamento pelo solo criado deva ser quitado antes do início das obras e não apenas para a liberação do “habite-se”. Ou seja, seria mais pertinente que para a aprovação do projeto e liberação para início das obras, deveria estar quitada as parcelas referentes ao solo criado. É importante destacar que o instrumento do solo criado e da outorga do direito de construir é uma ferramenta estratégica para o município angariar recursos. O controle e monitoramento são essenciais para a coerente utilização desta ferramenta visando sempre o interesse público dos investimentos angariados. Refere-se ao incentivo de projetos desenvolvidos através de parcerias dos setores públicos e privado com o objetivo de implantação e transformações urbanísticas que visem o interesse coletivo da cidade e não apenas do interesse privado.



Figura III.17: Bairro Farolândia. **Fonte:** Google, 2015.

O conjunto Augusto Franco foi tomado como referência de análise na verificação específica do uso e ocupação do solo relacionado às atividades e usos implantados. Tomando-se como referência a construção do conjunto Augusto Franco no final dos anos 70, é verificada a expressiva alteração natural evolutiva de apropriação do espaço quanto ao surgimento de necessidades da vida urbana. Em sua conformação inicial relativo às atividades e usos implantados, percebe-se as expressivas alterações no aparecimento de vários pontos e empreendimentos comerciais.



Figura III.18: Conjunto Augusto Franco. **Fonte:** Mascarello, 2015.



Figura III.19: Conjunto Augusto Franco. **Fonte:** Mascarello, 2015

Trata-se de um conjunto formado exclusivamente na lógica de habitação pura e com espaços públicos distribuídos em grandes praças. Ao longo de sua apropriação foi surgindo uma gama de estabelecimentos comerciais, principalmente o comércio de bairro de subsistência. Ao analisar as imagens de sua origem e confrontá-las com imagens de 2015, percebe-se uma expressiva transformação ao notar-se que os perímetros do conjunto relacionados diretamente com a via receberam várias edificações plugadas no conjunto original, estabelecendo uma apropriação comercial.

Este fato torna-se relevante em termos de planejamento urbano para se pensar na mescla de usos.



Figura III.20: Bairro Jabotiana. Fonte: Google, 2015

O bairro Jabotiana foi tomado como exemplo para análise por se tratar de uma região da cidade com expressivo crescimento vertiginoso a partir do ano de 2000. Verifica-se que nos últimos quinze anos o Jabotiana recebeu uma série de empreendimentos habitacionais desencadeando um adensamento populacional impressionante.

O Jabotiana situa-se na região oeste de Aracaju sendo banhado pelo rio Poxim. Predomina-se nesta região a presença marcante de manguezal e consequente de áreas inundáveis decorrentes da caracterização ambiental.

Sua ordenação territorial foi caracterizada pela criação de loteamentos a partir do parcelamento de glebas em meio à zona rurais de sítios e manguezal. Este processo configurou uma situação pontual de crescimento com um afastamento da infraestrutura existente na cidade.

No período de 1988 e 2002 ocorreu uma grande expansão desordenada em todas as direções da cidade, ocupando áreas periféricas e gerando imensos vazios

urbanos. O Jabotiana faz parte deste processo onde é verificado até os dias de hoje grandes vazios urbanos sendo estes ocupados sem uma perspectiva de planejamento urbano e com carência de infraestrutura.



Figura III.21: Bairro Jabotiana. **Fonte:** Jornal da Cidade, 1998

Nesta lógica de ocupação do solo evidencia-se no Jabotiana uma descontinuidade no tecido urbano ocasionada por suas partes ocupadas em meio a zonas agrícolas. Percebe-se claramente uma ruptura no tecido urbano derivada pela ocupação paulatina dos vazios antes agrícolas.

Dois fatos marcantes no processo de urbanização do bairro Jabotiana são a criação do conjunto habitacional Sol Nascente (antigo Conjunto Residencial Presidente Manoel Dantas), em 1982 construído pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP). Em 1982 também foi criado o Parque Residencial Presidente Juscelino Kubitschek (JK), também construído pela INOCOOP, às margens da Avenida 31 de março ao lado do conjunto Residencial Manoel Dantas, atual Conjunto Sol Nascente. Estes dois conjuntos foram responsáveis pela consolidação e dinamização do bairro Jabotiana.



Nos últimos anos e principalmente a partir de 2000, inicia-se no Jabotiana um processo de reestruturação urbana alavancados pelos programas habitacionais. Os empreendimentos habitacionais foram voltados para a implantação de habitação popular na maior parte alicerçados pelo PAR (Programa de Arrendamento Residencial) e pelo PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida).



Figura III.21: Bairro Jabotiana. **Fonte:** Mascarello, 2015.

A partir deste crescimento, o Jabotiana foi tomando dimensões consideráveis e consequentemente seu solo foi adquirindo mais valorização. Pelo rápido crescimento e ocupação do solo sem um devido planejamento, o Jabotiana apresenta problemas relacionados a pouca permeabilidade urbana com carência de acessibilidade relacionada conectividade com a cidade, impactos ambientais causados por dejetos lançados diretamente no rio Poxim e pela falta de permeabilidade do solo o que ocasiona problemas com inundações em períodos chuvosos. Apresenta também uma problemática em seu sistema viário sem um planejamento de implantação relacionando as hierarquias necessárias para um bom funcionamento do sistema. Segundo o artigo 92 do PDDU (2000):

“taxas de permeabilização máximas permitidas, que possibilitem uma infiltração adequada das águas pluviais e facilitem a drenagem e o escoamento”.

Parte-se do princípio que estas taxas devem ter variação conforme o local da cidade devido ao contexto natural e a infraestrutura de drenagem existente.

Sua principal característica quanto ao uso e ocupação do solo é seu caráter residencial, possuindo também comércio local com destaque maior na principal via de acesso a Avenida Farmacêutica Cezartina Regis, que concentra um maior número de estabelecimentos comerciais.

Para melhor esclarecer a relação de uso e ocupação do solo com o PDDU (2000) toma-se como referência uma análise direta nas leis de uso e ocupação do solo e suas diretrizes básicas.

Conforme o macrozoneamento, no anexo I do Plano Diretor vigente de Aracaju (2000), o Jabotiana está localizado na Zona de Adensamento Básico (ZAB). Considera-se Zona de Adensamento Básico, as que apresentam potencial de urbanização, porém com 'déficit' de infraestrutura, sistema viário, transporte, comércio e serviços.

Com relação às diretrizes das ZAB, o plano diretor estabelece:

- Adensar de forma controlada o uso e a ocupação do solo, a fim de aproveitar o potencial de urbanização existente, diminuindo a necessidade de novos investimentos públicos em infraestrutura;

- Ordenar e estimular a implantação de atividades de comércio e serviços, apoiando o desenvolvimento de sub-centros;

- Assegurar espaços suficientes para estacionamento de veículos;

- Promover e monitorar a implantação de equipamentos e espaços públicos, compatibilizando-os com a intensidade do adensamento proposto;

- Articular a implantação de infraestrutura, junto a outras esferas de governo e iniciativa privada, priorizando obras de esgotos sanitários e complementação do sistema viário básico.

Dentro das verificações desencadeadas a partir das análises relativas ao Jabotiana é importante tecer que seu processo de uso e ocupação do solo está direcionado e evidenciado na intensificação da verticalização, expansão, migração e especulação imobiliária.



O entendimento morfológico do Jabotiana é desencadeado por empreendimentos específicos e pontuais que vão sendo implantados paulatinamente e muitas vezes sem relação entre si e com a configuração de um espaço urbano planejado. A morfologia urbana está diretamente relacionada com o traçado viário, a constituição dos quarteirões, e as tipologias arquitetônicas empregadas. Neste processo, o efeito das tipologias arquitetônicas empregadas torna-se fundamental para a leitura e interpretação da cidade. Nesta visão, o espaço urbano passa a ser consequência da forma arquitetônica, suas relações com a cidade, e acima de tudo, os efeitos e impactos socioespaciais que esta forma de ocupação e uso podem gerar. Estas possibilidades tipológicas e de efeitos da arquitetura na cidade podem ser relacionadas às induções que o PDDU proporciona através de suas diretrizes e Plano Regulado dentro de seus parâmetros e incentivos que influenciaram a forma arquitetônica e suas consequências para a cidade (RAIRA, 2015).

O quadro abaixo apresentado por LAMAS (2004) estabelece os principais elementos que configuram a forma e estruturação básica da cidade:

QUADRO III.1 – Principais características da forma e estruturação básica da cidade.

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Edifícios	É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com “forma própria”: a rua, a praça, o beco, a avenida, etc. Os edifícios agrupam-se em diferentes tipos, decorrentes da sua função e forma.
O traçado da rua	O traçado estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território, além de ligar os vários espaços e partes da cidade, definindo o plano e intervindo na organização da forma urbana a diferentes dimensões.

Fonte: LAMAS (2004).

Dentro de uma análise morfológica, o bairro Jabotiana se manteve horizontal até o início de 2000. Com a implantação dos programas habitacionais e os novos empreendimentos imobiliários, o bairro irá romper sua horizontalidade e receber tipologias verticais. Inicia-se neste momento um adensamento maior na região, traduzida a partir de condomínios fechados e com edificações que vão variar de quatro a doze pavimentos.



Esta lógica de ocupação irá desencadear um processo morfológico de tipologias arquitetônicas voltadas para dentro do lote devido à presença dos muros de fechamento dos condomínios. Esta nova forma de ocupar o solo se traduz em uma lógica de abertura do sistema viário e inserção dos condomínios verticais fechados. Analisando-se o resultado e consequências de forma de ocupação do solo percebe-se um afastamento destes empreendimentos do espaço público derivado da lógica construtiva de condomínio fechado e o uso restritamente residencial. Nota-se um espaço público simplesmente configurado pelo sistema viário (calçada e caixa da via) e muros adjacentes. Uma relação da não apropriação e vitalidade da área pública.



Figura III.22: Alameda das Árvores

Fonte: Google, 2015

A Alameda das Árvores situa-se no bairro Suíça especificamente na Avenida Engenheiro Antônio Gonçalves junto a Avenida Hermes Fontes. Este caso foi tomado como referência devido as suas características configuradas recentemente. Apresenta uma sucessão contínua de condomínios verticais ao longo da Avenida Engenheiro Antônio Gonçalves. Estes condomínios expressam uma característica marcante pelo



restrito uso residencial ao longo de toda a testada da avenida, sendo evidenciado o recuo de jardim, mas limitado por muros e grades. Apresenta uma situação que traduz um sentido quase de um condomínio fechado a partir do agrupamento sucessivo dos condomínios verticais. Este padrão atual tipológico expressado nos condomínios da Alameda das Árvores configuraram um processo típico nos últimos quinze anos em Aracaju e não diferente de outras grandes cidades do Brasil. É relevante levantar esta evidências, pois além de uma situação equivocada de implantação relativa a vitalidade urbana, gera espaços públicos carentes de atividades múltiplas e relações de uso e apropriação das calçadas. Esta tipologia habitacional fechada para dentro não possui nenhuma relação com o espaço público ocasionando insegurança, esvaziamento das calçadas, uso exclusivo das testadas e perímetro da via para estacionamento de visitantes aos condomínios. A via urbana passa a assumir a função restrita de circulação de veículos, observando-se claramente o inexpressivo uso das calçadas por parte dos pedestres. Ainda falando-se nesta resultante de consequência destas disposições tipológicas na forma urbana configurada na Alameda das Árvores, é significativo diagnosticar que este padrão puramente habitacional desencadeado pelas formas arquitetônicas a partir de condomínios verticais e suas consequências para o espaço urbano são vitais para a vitalidade da cidade. As formas tipológicas apresentadas nesta avenida nascem a partir da verticalização de pavimentos tipos dispostos em sobreposição, com a base na ocupação junto ao solo (nos térreos) que geralmente abrange a função para estacionamento de veículos. Na Alameda das Árvores acontece o recuo frontal e as bases em alguns alinhamentos. Uma reflexão focada nestes padrões habitacionais remete-nos para uma reflexão maior quanto aos recuos de jardim, uso dos térreos para atividades mistas e a tentativa de relacionar o edifício com as calçadas.

Segundo os apontamentos de (NETTO, 2014), a análise da eficiência é fundamental para se verificar o modo como os atores e atividades sentem os atritos da espacialidade complexa de nossas cidades. A vida cotidiana é diferente para cada ator porque é montada a partir de sua rede particular de interesse e relações, recursos e dependências, e inclui interações e movimentos ora intermitentes, ora únicos e

imprevisíveis. A eficiência desse processo envolve o modo como suas atividades estão distribuídas no espaço urbano, e dependerá, sobretudo, da minimização de distâncias e da mobilidade dos atores. A eficiência dos processos urbanos está, portanto, profundamente atrelada à forma urbana.



Figura III.23: Alameda das Árvores. **Fonte:** Google, 2015

É importante referenciar que se nos pavimentos térreos na Alameda das Árvores tivessem comércio de bairro como mercadinhos, cabeleireiros, fruteiras, e demais economias de bairro residencial, além do suporte de abastecimento sem a necessidade de uso do automóvel, teria se a configuração de locais de encontros dos moradores, assim como vitalidade nas calçadas e recuos. Consequentemente até uma considerável melhora nos aspectos relacionados à segurança pública decorrente destes encontros e vitalidade. Estes aspectos remetem para um pensar no futuro planejamento da cidade onde o uso residencial possa conviver harmonicamente com o comercial. Ocorrer um incentivo para a utilização dos pavimentos térreos para atividades de comércio elevando-se os estacionamentos para o pavimento superior. A partir daí, os térreos ganhariam vitalidade e apropriação de usos direcionando para uma possibilidade da não utilização de muros e a cidade retomaria suas vocações de cidade tradicional com um convívio saudável de apropriação.



Figura III. 24: Alameda das Árvores. **Fonte:** Google, 2015

A Alameda das Árvores foi à típica situação de reserva de área por determinados empreendedores que aguardaram sua valorização e potencialização para uma recente implantação da tipologia típica e emergente nas cidades do edifício vertical de uso exclusivamente residencial com seus playgrounds particulares cumprindo uma função meramente de habitação. Logo, o exemplo de uso e ocupação do solo tanto pela tipologia arquitetônica empregada, quanto ao uso restrito residencial e ainda pelas relações espaciais morfológicas é instrumento para análise futura. Trata-se de uma situação que se afasta de uma cidade economicamente viável e na geração consequente da em uma busca da “boa forma urbana”. Economicamente viável, pois não há dinâmica de uso e diversidade de atividades e pelas relações espaciais por utilizar-se da forma de condomínio fechado voltado para dentro. É importante suscitar que o adensamento do local e a altura das edificações não são condizentes com as dimensões das calçadas. Se por um lado as relações existentes não demandam de calçadas, derivado da lógica de atividades exclusivamente residenciais e ainda pelos padrões sociais de seus habitantes que em sua maioria se utilizam do automóvel, as calçadas não propiciam espaço para o plantio de árvores e demais mobiliários pertinentes ao espaço público.

O bairro 17 de Março é um caso específico para ser analisado a partir de dois pontos de vista. A sua situação geográfica em relação à distância e afastamento da região central da cidade e sua implantação com tipologias habitacionais padronizadas e de uso exclusivamente residencial.

Dentro do aspecto de afastamento, percebe-se claramente uma ruptura deste bairro com a cidade, principalmente ocasionado pela distância da infraestrutura urbana existente e relacionado aos equipamentos urbanos. São verificados nesta razão problemas de conexão, mobilidade e de suprimento de necessidades básicas justamente ocasionadas pelos fatos de distanciamento e por falta de atividades e usos diversos.



Figura III.25: 17 de Março. Fonte: Google, 2015



Figura III.26: 17 de Março. Fonte: Mascarello, 2015

Além da carência de equipamentos urbanos nas principais áreas de saúde, educação e lazer, o 17 de Março apresenta uma implantação exclusiva de uso habitacional. Sua morfologia urbana é evidenciada a partir de duas tipologias arquitetônicas. Aparecem as edificações de tipologia “H” com quatro apartamentos por andar em quatro pavimentos e a tipologia de residência unifamiliar, ambas de interesse social com um pavimento.



Figura III.27: 17 de Março. Fonte: Mascarello, 2015.

Ao analisar-se esta forma de ocupação nota-se claramente algumas problemáticas desencadeadas pela não implantação das quadras de comércio, restando características de uso habitacional puro, por possuírem tipologias padronizadas e pelo expressivo afastamento da cidade formal. Referente ao uso e ocupação exclusivamente de habitação, tem-se hoje a verificação de vários pontos comerciais de bares e mercadinhos sendo abertos nas próprias residências.



Figura III.28: 17 de Março. Fonte: Mascarello, 2015.

O aspecto de padronização gera alto grau de legibilidade confusa ocasionando problemas de orientação e leitura da compreensão do espaço urbano por parte dos usuários. Ainda mais expressivamente, enfatiza-se o afastamento do centro formal da cidade desencadeando uma ruptura urbana desta região com o restante da cidade. Um fato relevante de análise para a ocupação atual de Aracaju em termos de expansão destaca-se que em seu artigo 3º relacionado aos objetivos do PDDU (2000):

Ordenar o crescimento e a implantação de núcleos urbanos, através da distribuição adequada da população e das atividades de interesse urbano, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento da cidade;

Este artigo refere-se à ocupação do solo ordenada pela coerência das atividades urbanas. Induz a implantação dos núcleos urbanos relacionados com as atividades necessárias para o bem-estar comum da população. Encaminha para um pensamento que corrige implantações passadas que não estavam de acordo com a infraestrutura e atividades urbanas. Exemplo disto são os núcleos implantados afastados da infraestrutura e equipamentos urbanos.

Outro ponto significativo do PDDU (2000):

Incrementar a eficiência econômica de Aracaju, através da plena utilização da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos comunitários existentes, evitando sobrecarga e ociosidade, reduzindo custos de investimentos operacionais dos setores públicos e privados e, conseqüentemente, ampliando os benefícios sociais;

Estabelecer mecanismos para atuação conjunta dos setores públicos e privados em empreendimentos de interesse público que promovam transformações urbanísticas na cidade, especialmente relativas a transporte coletivo, política habitacional, abastecimento d'água, tratamento de esgoto, abastecimento de gás combustível, coleta e disposição final de resíduos sólidos, sistemas de educação, saúde, assistência social e segurança alimentar.

Refere-se ao aproveitamento coerente e efetivo da infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos existentes. Neste caso, os futuros núcleos urbanos devem ser implantados coerentemente com o aproveitamento dos equipamentos existentes, da infraestrutura, da malha viária, do transporte público e dos serviços de abastecimento e escoamento.



Figura III.29: Bairro Inácio Barbosa. Fonte: Google, 2015.

O bairro Inácio Barbosa possui características peculiares e distintas especificamente por sua vocação residencial. Possui uma qualificação paisagística e de qualidade ambiental particular por estar situado junto às margens do rio Poxim. Apresenta uma expressiva praça pública que por suas características formais e paisagísticas conferem uma descrição quase que de um parque linear por se configurar ao longo da extensão das margens do rio Poxim.

Sua origem carrega duas características de formação onde em sua parcela oeste comporta a implantação do distrito industrial que se caracteriza por uma morfologia de grandes lotes que comportam galpões para logísticas e armazéns. Ainda nesta parcela é contemplado por equipamentos institucionais governamentais, lojas de maior porte, comércio em geral, o teatro Tobias Barreto e o Centro de Convenções do Estado de Sergipe. Em sua parcela leste, tem sua origem através de conjunto residencial em forma de loteamento que ganhou uma expressiva vocação de bairro tipicamente residencial com tipologias horizontais de um e dois pavimentos em sua grande maioria. Possui uma praça pública de escala considerável de aproximadamente dois quarteirões em seu epicentro residencial, comportando também uma escola particular. Sua vocação residencial confere ao Inácio Barbosa uma peculiaridade através de suas tipologias arquitetônicas residenciais configurando assim um local de moradias familiares em casas unifamiliares individualizadas e em lotes compatíveis às

suas dimensões e vocações. Pode-se dizer que o Inácio Barbosa é um bairro de exemplo de modelo da tipologia residencial unifamiliar na cidade de Aracaju.

Há também uma característica marcante no Inácio Barbosa que vem se perpetuando em termos vocacionais. Os estabelecimentos de bares e restaurantes como, por exemplo, o Seu Inácio, o Albar, a Hamburgueria e o Almeida estabelecem uma indução de roteiro boêmio no período noturno que aparentemente tem tido um bom convívio de vida noturna. Nota-se que outros estabelecimentos estão sendo estruturados e abertos neste caminho vocacional de atividades. Tratando-se de estabelecimentos com baixo impacto sonoro, aparentemente possibilitam um convívio coerente e não obstante da vocação residencial. Algumas residências estão sofrendo intervenções arquitetônicas para se adaptarem a estes novos usos comerciais, mais especificamente de restaurantes, botecos e cafeterias. Este conceito de convívio urbano entre residências e usos noturnos com este tipo característico de comércio é muito evidenciado nas cidades tradicionais europeias, assim como em cidade de colonização espanhola, inglesa e holandesa na América Latina onde os térreos das edificações recebem uma atividade comercial e a superior residencial. Este fato abre o conceito contemporâneo de vitalidade quanto à mescla de usos, referenciando o legado da cidade tradicional europeia, mas ao mesmo tempo um conceito contemporâneo de bom convívio de funções múltiplas vitais para a dinâmica urbana e padrões de uso e ocupação do solo.

Recentemente sofreu um profundo impacto com a implantação do eixo viário de ligação norte sul da cidade a partir da construção da ponte do rio Poxim que fez conexão dos bairros Inácio Barbosa e Farolândia através do eixo viário que ligou a Avenida Canal 4 do Conjunto Augusto Franco a Avenida Iolanda Pinto de Jesus. Se por um lado o bairro sofreu uma ruptura criada pelo limite deste novo eixo, esta intervenção do ponto de vista de mobilidade veicular se tornou um significativo corredor viário de conexão norte sul da cidade de Aracaju.

Em termos morfológicos, além das tipologias arquitetônicas residências unifamiliares horizontais, o Inácio Barbosa até o recente momento de 2014 permanecia horizontal, tendo comportando também tipologias multifamiliares de até



quatro pavimentos. Esta relação de Escala tipológica, ou seja, de altura das edificações mantinha uma relação equilibrada de relações de escala decorrentes da altura. Entende-se que edificações multifamiliares de até quatro pavimentos relacionam-se adequadamente com edificações unifamiliares de um e dois pavimentos.

O que é mais significativo neste diagnóstico de uso e ocupação do solo a partir da referência do Inácio Barbosa são os recentes empreendimentos imobiliários que surgiram no bairro. São evidenciados por dois condomínios verticais finalizados neste ano de 2015. Nota-se claramente uma não relação de adequação de escala desta tipologia empregada nos dois empreendimentos. Primeiramente por sua verticalização que contrasta pela verticalidade da preexistência tipológica do Inácio Barbosa. Segundo, pelo adensamento pontual relativo à infraestrutura existente. A compatibilidade com a infraestrutura irá gerar um aumento da demanda no sistema viário através de um adensamento veicular pontual e uma maior pressão nos serviços de saneamento básico. Outros aspectos que emergem desta incompatibilidade volumétrica é a alteração na paisagem cultural deste bairro peculiar que carrega um arcabouço de experiências sociais e culturais de bairro residencial horizontal. Em questões de impactos físicos pode-se citar a alteração no ambiente natural gerando zonas de calor e afetando a ventilação natural do conjunto de residências unifamiliares. Dentro dos aspectos de privacidade, as residências do entorno destes novos empreendimentos estão comprometidas tendo perdido sua privacidade e relações espaciais.



Figura III.30: Bairro Inácio Barbosa. **Fonte:** Mascarello, 2015.

A verificação desta situação abre o seguinte questionamento. Será que há necessidade de verticalização tipológica neste local da cidade? Há necessidade desta tipologia arquitetônica de condomínio vertical para suprir uma demanda necessária habitacional dentro deste grupo e classe social? Estas interrogações levam a um pensar analítico se o Plano Regulador deveria equalizar e adequar a altura das edificações em zonas específicas da cidade.

Se por um lado a cidade cresce e sua demanda também, por outro o zoneamento da cidade deve eleger áreas específicas que induzam um controle das alturas das edificações. Sabe-se que a verticalização é saudável por concentrar e possibilitar adensamento maior, otimizando a infraestrutura. Por outro lado, será que Aracaju deve abrir a possibilidade e permitir condomínios verticais em todas as suas regiões. Nesta perspectiva é significativo equalizar demandas futuras necessárias com as tipologias que o PDDU poderá induzir a partir de seus coeficientes, taxas e altura. Equalizar de forma que a volumetria e suas tipologias consequentes estejam contextualizadas às regiões peculiares da cidade. Ruptura, fragmentação, descontinuidade do tecido urbano e impactos na paisagem cultural estão claramente verificados no bairro Inácio Barbosa. Segundo o artigo 34º do PDDU (2000):

São consideradas Paisagens Notáveis os ambientes naturais ou edificados que guardam valores culturais, históricos e ecológicos reconhecidos pela comunidade

Paisagens notáveis não são apenas as que guardam valores culturais, históricos e ecológicos, mas também de valor socioespacial e de beleza ambiental no imaginário social. O próprio artigo 34º destaca a expressão “apreciação das belezas paisagísticas”.



Figura III.31: Bairro Capucho. **Fonte:** Google, 2015.

O bairro Capucho foi tomado como exemplo por possuir características distintas devido a sua especificidade de concentração de vários equipamentos urbanos institucionais e o principal equipamento de saúde do estado de Sergipe o Hospital João Alves. Além desta dinâmica diferenciada de uso e ocupação do solo, o Capucho está situado junto à entrada da cidade, ao Terminal Rodoviário Interestadual e ao acesso à Universidade Federal de Sergipe. Esta característica de uso e ocupação diferenciada atrelada ao principal acesso rodoviário da cidade faz do Capucho um local de demanda viária e fluxos veiculares dos mais variados modais de circulação. A Avenida Presidente Tancredo Neves que corta o bairro Capucho possui uma função estratégica para a cidade de Aracaju comportando a demanda de veículos de carga, transporte coletivo urbano, intermunicipal e interestadual. Também é demandada pelos veículos que acessam os principais equipamentos institucionais da cidade como o Ministério

Público, Tribunal de Justiça entre outros conselhos e órgão governamentais que fazem parte do complexo administrativo do estado de Sergipe.



Figura III.31: Bairro Capucho. **Fonte:** Mascarello, 2015

A transformação do Bairro Capucho localizado na zona Norte da cidade deu início na implantação e instalação dos órgãos públicos, inspirado no planejamento de Brasília. Era esse o interesse da época, de transferir os órgãos públicos do centro da cidade para desafogar o trânsito no eixo central da cidade, acreditando que esse afastamento seria ideal para o planejamento urbano para cidade. Em 1978 no Bairro se inaugura a Rodoviária Governador José Rollemberg Leite onde, a transforma no ponto principal de entrada da cidade por veículos de transporte coletivo interestaduais e um ligação direta para o transporte coletivos intermunicipais reduzindo o fluxo de ônibus no Centro da cidade. Foram construídos nessa mesma área Secretaria da Fazenda (1982), Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE (1986), Centro de Hemoterapia de Sergipe ou HEMOSE (1987), Centro de Referencia da Mulher (1990), Federação das Indústrias de Sergipe (1990), Operações Especiais da Policia Civil (1990), Tribunal de Contas do Estado (1990). Já a partir do ano 2000 foram inaugurados ainda mais órgãos como a sede da Justiça Federal de Sergipe, Tribunal Regional Eleitoral ,Tribunal de Contas da União,Tribunal Regional do Trabalho, Fórum Gumercindo Bessa do Tribunal de Justiça de Sergipe e o Ministério Público do Estado

de Sergipe inaugurado sua nova sede no CENAF em 2013 e mais o novo Hospital do Câncer próximo órgão que será implantado em breve no mesmo bairro. Contudo, o que foi planejado nos anos 70 como uma solução para desafogar o trânsito no centro se transformou em um grande problema nos dias de hoje, com o crescimento nos últimos anos de números de veículos particulares em detrimento da facilidade de acesso ao veículo individual e principalmente ao abandono da rede de transporte pública na cidade. Nesse sentido, o cidadão passou a optar pelo transporte individual e não usar o transporte coletivo. Com isso, os órgãos que foram instalados nesse bairro passam a ser considerados grandes pólos geradores de tráfego e em consequência estrangulando a via principal que dá acesso a esses órgãos.

Dentro destas peculiaridades, o bairro Capucho se caracteriza por morfologia diferenciada do restante da cidade por seus lotes possuírem grandes dimensões e suas edificações possuírem tipologias singulares de edifícios governamentais e institucionais.

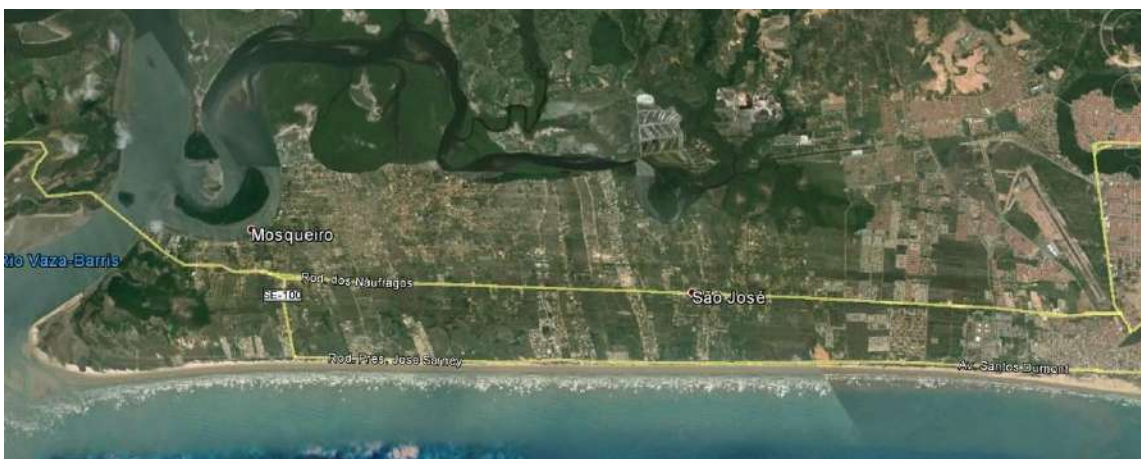


Figura III.32: Zona de Expansão. **Fonte:** Google, 2015.

O Aruana apresenta características distintas e vem sofrendo recentemente transformações nos últimos anos. Apresenta tipologia e formas distintas de uso e ocupação do solo. Em sua extensão junto ao oceano Atlântico verifica-se a presença de loteamento com residências unifamiliares com predominância de lotes de 20x30m ou 600 m². Também apresenta a morfologia ocasionada pelos condomínios horizontais

fechados com a tipologia arquitetônica de residências unifamiliares fechadas em condomínio. Em sua parcela a partir da Rodovia dos Náufragos, a Aruana se estrutura inicialmente na forma de conjunto habitacional a exemplo do conjunto Beira Mar. Também aparecem nesta região alguns condomínios fechados com a tipologia de residências unifamiliares horizontais, principalmente junto a Rodovia dos Náufragos e o próprio exemplo do condomínio Melício Machado.

Em sua parcela oeste consolida-se uma série de loteamentos e residências que podem ser citados, como exemplo, os residenciais Costa Nova, Costa Verde I e II, Residencial do Carvalho e Loteamento Aquarius. Todos estes constituídos por residências unifamiliares horizontais de até dois pavimentos em sua grande maioria. Recentemente o Aruana vem recebendo alguns condomínios com edificações multifamiliares com uma tipologia de quatro apartamentos tipo por andar, variando de quatro a oito pavimentos.



Figura III.33:Aruana. **Fonte:** Mascarello, 2015

A partir desta breve análise morfológica baseada na forma e emprego das tipologias arquitetônicas e ocupação do solo, pode-se perceber que o Aruana apresenta distintas formas de ocupação que variam entre conjuntos de residências unifamiliares a partir de loteamento, condomínios horizontais fechados e condomínios

verticais agrupados e fechados. Uma característica de fragmentação e morfologia heterogênea.



Figura III.34: Aruana. **Fonte:** Mascarello, 2015

Devido ao seu sensível adensamento populacional verificado nos últimos anos, percebe-se uma produção restritamente de atividades residenciais. Ou seja, a forma da estrutura urbana é constituída basicamente pelo sistema viário, quadras e lotes onde os espaços públicos são evidenciados na categoria de praça pública. Esta forma é expressa basicamente por vias, lotes e praça pública. Relacionada a esta estrutura nota-se que os espaços públicos da maior parte dos residenciais e loteamentos consistem meramente em caixa de rolamento e calçadas relacionadas diretamente com muros, restringindo-se o espaço público e ampliação do espaço quando da ocorrência do surgimento de uma praça. Uma reflexão significativa verificada nesta forma de ocupação e relacionada aos estudos de LINCH (1960) remete-se a imagem da cidade e as relações espaciais em sua leitura, significado e entendimento. Ao se percorrer estes loteamentos e residenciais percebe-se nitidamente uma séria problemática de legibilidade urbana, ficando difícil a compreensão do espaço e imagem que se repetem muito similarmente. Este fato ocasiona uma fragilidade de orientação, leitura e entendimento do espaço. Em termos de legibilidade é muito fácil

um usuário se perder e ficar desorientado em seus deslocamentos entre vias e edificações. Consolida-se sob esta forma de ocupação tipológica uma expressiva problemática de legibilidade da cidade.

Outro fator verificado se dá a partir da implantação exclusiva da atividade residencial. Nota-se que os empreendimentos e investimentos foram feitos diretamente ao uso e ocupação residencial, gerando uma carência na mescla de atividades comercial, principalmente direcionadas ao comércio de bairro de subsistência e necessidades cotidianas. Evidencia-se aí uma falta de planejamento urbano nos padrões contemporâneos relacionando mescla de usos e atividades. Este fato está gerando uma rápida transformação e implantação de equipamentos comerciais sendo alguns mais formais com exemplo de galerias e mercadinhos que surgem ao longo da Rodovia dos Náufragos, ao redor de praças e outros informais que vão sendo abertos nas próprias residências decorrente da oferta e procura. Dentro da análise prévia do Aruana foi verificado que a falta de planejamento urbano na ordenação do território, principalmente relacionada ao uso e ocupação por tipologias e formas distintas, sem relação entre si, por falta de legibilidade e por carências de atividade mistas entre si com diversidade de usos.



Figura III.35: Bairro Luzia. **Fonte:** Google, 2015.



O bairro Luzia foi tomado como estudo de caso relativo ao diagnóstico de uso e ocupação do solo devido há dois aspectos significativos e marcantes para a cidade de Aracaju. Os problemas de permeabilidade decorrentes da trama urbana e do sistema viário e aos recentes empreendimentos que foram implantados no vazio junto a Avenida Nestor Sampaio.

O bairro Luzia tem característica inicial o já antigo conjunto habitacional Medici e pela implantação de alguns conjuntos de condomínios de quatro pavimentos. Possui características tipológicas de bairro residencial de residências unifamiliares e da especificidade de edificações com quatro pavimentos formando alguns condomínios habitacionais de médio porte com altura de até quatro pavimentos.

Sua evidente problemática está ligada a questão de permeabilidade urbana, decorrente de um frágil sistema viário de acesso ao interior do bairro. Em seu perímetro leste possui as Avenidas Adélia Franco e Hermes Fontes e em seu perímetro oeste a Avenida Augusto Franco, antiga Rio de Janeiro. Desde o viaduto do Distrito Industrial ao longo da extensão da Adélia Franco e Hermes Fontes, possui uma única via perpendicular de acesso ao interior do bairro. A Avenida Nestor Sampaio passa a ser a principal e única via que compõe o sistema viário de ligação leste oeste ao interior do bairro fazendo sua distribuição de fluxos e demandas. Sua extensão ocorre desde a interseção viária configurada pela rótula entres as avenidas Adélia Franco, Hermes Fontes, Deputado Silvio Teixeira. A Rua Nestor Sampaio assume papel importante e fundamental na estruturação urbana do bairro Luzia, mas decorrente de sua demanda e unicidade no sentido leste oeste está com um alto grau de fragilidade quanto a sua capacidade de demanda. Além deste fato quantitativo, a Nestor Sampaio possui uma vocação de centralidade para o bairro possuindo uma vocação comercial ao longo de toda a sua extensão. Trata-se de uma via com pouca dimensão de caixa de rolamento e calçadas, apresentando sérios problemas decorrentes de seu suporte demandado e seus aspectos de uso e ocupação do solo. Além de ser o principal acesso ao Luzia, ele também exerce a função de ligação entre o bairro Jardins e Grageru ao leste e com o bairro Ponto Novo ao oeste. Sua vocação comercial e ao mesmo tempo de acesso e passagem veicular causa sérios conflitos entre pedestres, estacionamentos

e carga e descarga decorrentes dos estabelecimentos comerciais e de equipamentos urbanos educacionais. Logo é verificado um problema efetivo de permeabilidade urbana e mobilidade. O tecido viário torna-se bastante comprometido nesta região devido à falta de outras vias no sentido leste oeste ao Luzia.

A partir desta constatação, recentemente o Luzia recebeu a implantação de uma série de condomínios verticais com alto índice de adensamento populacional, mais especificamente junto a Estrada da Luzia. Este grande vazio encontrava-se nos fundos do Asilo Rio Branco, no interior do bairro tendo seu único e exclusivo acesso a partir da Estrada da Luzia. Partindo-se da constatação que a Avenida Nestor Sampaio anteriormente a estes novos empreendimentos já se encontrava saturada e com diversos conflitos e atritos causados por sua característica situacional e vocacional, parte-se do princípio que esta saturação já existente não possui compatibilidade na implantação de novos empreendimentos por sua geração e aumento de demanda. Este novo adensamento gerou um alto grau no aumento populacional do bairro Luzia determinando um maior fluxo de veículos no interior do bairro.



Figura III.36: Bairro Luzia. **Fonte:** Mascarello, 2015

Os novos empreendimentos implantados junto a Estrada da Luzia apresentam tipologia de condomínios verticais fechados e unicamente de uso residencial. Surgem



nestes empreendimentos uma nova tipologia implantada recentemente na cidade onde a torre vertical que anteriormente apresentava quatro unidades em seus pavimentos tipos, agora passa a apresentar seis unidades por pavimento. Pode-se atentar que este recente modelo tipológico se constitui plasticamente em uma forma alongada e mais estendida configurando um edifício com uma fachada mais prolongada em sua seção longitudinal. Esta forma poderá causar em suas relações físicas espaciais possíveis barreiras nos fluxos de ventilação natural.

O aspecto mais importante deste adensamento no vazio junto a Estrada da Luzia está relacionado com o suporte da infraestrutura existente, principalmente relacionado diretamente ao sistema viário saturado e a questões de saneamento básico. Nesta situação já consolidada é significativa um olhar relacionado ao coeficiente de aproveitamento devido a sua amplitude e conseqüente adensamento populacional ocasionado pela área construída destes empreendimentos. Pode-se também relacionar o potencial construtivo com o suporte da infraestrutura verificando-se a compatibilidade ou incompatibilidade da área construída em relação e coerência com a infraestrutura oferecida. Segundo o artigo 80º do PDDU (2000):

Relacionar a mobilidade urbana futura com o plano regulador, com a estratégia de estruturação urbana e com o modelo espacial da cidade a fim de prever o crescimento das densidades populacionais nas distintas regiões do município.



Figura III. 37 : Bairro Bugio.

Fonte: Google, 2015.

Inicialmente o atual bairro Bugio era região de uma grande propriedade de produção de coco tendo chamado-se antigamente de bairro Matadouro. Sua origem é desencadeada pela construção dos conjuntos habitacionais Assis Chateaubriand I e II nos anos de 1978 e 79. A partir de intervenções do Governo do Estado de Sergipe através da COHAB, a construção dos conjuntos Assis Chateaubriand I e II passaram a ser um marco para a cidade de Aracaju, pois foram os primeiros grandes conjuntos habitacionais construídos na cidade. A especificidade topológica de conjunto habitacional implantado em zona rural afastada da malha urbana da cidade iria desencadear um processo de crescimento urbano horizontal desordenado e espreado devido a seu afastamento do tecido urbano configurado na cidade existente. Este processo configurou a geração de vazios urbanos, segregação socioespacial e especulação imobiliária.

Ao longo destes últimos vinte anos o bairro bugio foi sofrendo diversas transformações urbanísticas, principalmente por seu crescimento habitacional. As tipologias de origem dos conjuntos Assis Chateaubriand que apresentam edificação unifamiliar de um pavimento na forma de três plantas baixas distintas foram recebendo várias alterações por seus moradores. Aumentos horizontais nos lotes



recebendo anexos e utilizando os recuos de jardim e sobreposição vertical com a implantação de mais pavimentos. Estas transformações foram tantas que nos dias de hoje é difícil identificar as tipologias de origem. Outro fato muito significativo foi o grande crescimento em torno dos vazios gerados pela implantação inicial e suas decorrentes transformações na interface junto ao Jardim Centenário. Durante este processo de crescimento ocorreu o surgimento de várias invasões irregulares que avançaram em áreas de mananciais, preservação ambiental e junto ao rio do Sal. Estas invasões consolidaram a construção de palafitas e a configuração de vários becos e vielas irregulares. A partir destas transformações em seu crescimento, o bairro Bugio apresenta hoje uma morfologia originada pela região do conjunto habitacional que sofreu várias transformações decorrentes das alterações tipológicas das tipologias originais e uma morfologia de conurbação urbana ocasionada pelas invasões irregulares.

Dentro desta realidade de uso e ocupação do solo, evidencia-se hoje uma carência de planejamento urbano verificada na qualidade do espaço público, infraestrutura urbana e falta de equipamentos públicos. Outro fator marcante está relacionado à desordem do sistema viário e acessibilidade devido às várias invasões irregulares ocasionando uma permeabilidade urbana bastante confusa e caótica. Outra problemática acentuada é relativa às questões ambientais e de saneamento básico, principalmente pelas consequências das invasões irregulares.



Figura III.38: Bairro Bugio. **Fonte:** Carvalho, 2011.

No que diz respeito aos usos e atividades, o bairro Bugio apresenta hoje uma vocação desde sua origem diretamente ligada ao uso residencial, mas que por suas decorrências cotidianas foram surgindo uma série de estabelecimentos comerciais de necessidades básicas dos moradores.

As análises de uso e ocupação do Bairro Bugio esclarecem profundamente as alterações que ocorrem quando da implantação de conjuntos habitacionais afastados do tecido urbano. Desta forma atenta-se para problemas significativos relacionados às distâncias dos principais equipamentos urbanos da cidade, a carência de infraestrutura e equipamentos urbanos, ao crescimento desordenado tanto de edificações e sistema viário e as várias invasões ocorridas no perímetro do conjunto. O bairro Bugio é hoje quase que uma “outra cidade”, mas que depende profundamente da estrutura formal da cidade de Aracaju. Trata-se de um exemplo significativo de espalhamento da cidade, distante dos principais equipamentos urbanos e que cresceu significativamente sem o devido planejamento.



d. Diagnóstico crítico das bases filosóficas do PDDU e sua proposta de revisão frente à configuração espacial de Aracaju

Com o objetivo de tecer uma dialética entre as bases filosóficas do PDDU frente às conseqüências reais para a cidade no que diz respeito ao uso e a forma de ocupação do solo, foram confrontados neste momento os princípios e diretrizes do PDDU e suas veracidades frente à cidade que se constituiu. Desta forma foi estruturada uma análise crítica das bases filosóficas do Plano Diretor reunindo-se seus princípios e objetivos e verificando se o Plano Regulador, através de seus coeficientes e taxas, está compatível com seus objetivos e diretrizes. Esta relação pretende diagnosticar se as bases filosóficas do PDDU estão coerentes com a atual situação verificada no uso e ocupação do solo da cidade de Aracaju em 2015.

A partir de uma leitura do Plano Diretor foram apontadas interpretações, críticas e delineamentos referentes à estruturação geral do Plano Diretor. É importante analisar primeiramente a forma de como o Plano Diretor está estruturado de forma a gerar uma interpretação relacionada às bases prioritárias que organizam o desenvolvimento urbano futuro do município e definem o seu modelo espacial. Deverá ser identificado se os objetivos estão organizados com as políticas setoriais propostas e suas diretrizes e meios para alcançar os objetivos. Principalmente, se o Plano Diretor esclarece e estrutura um modelo de cidade claro e definido e em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável direcionado para a qualificação ambiental frente à ocupação e uso do solo.

Analisando-se o atual Plano Diretor do Município de Aracaju, nota-se uma carência de bases estruturais que articulem o planejamento da cidade. O Plano Diretor está construído basicamente em cima de objetivos e diretrizes muito vagas. Percebe-se neste sentido, a carência da estruturação pautada e articulada em estratégias que possibilitem o encaminhamento para o futuro desenvolvimento urbano sustentável. O plano não esclarece a estruturação urbana que converge para a definição de seu modelo espacial de cidade que se propõe.

Em relação aos pressupostos contextuais a leitura e interpretação da cidade devem ser a matriz básica para a estruturação do Plano Diretor. Como já dizia LINCH



(1960) em sua publicação a imagem da Cidade, é de fundamental importância pensá-la dentro de suas características fundamentais de imagem, paisagem, dinâmica física e social dentro de suas peculiaridades. Neste sentido, para definição do macrozoneamento, é fundamental que seja desenvolvido um diagnóstico atualizado de todo o território municipal. Nota-se que o macrozoneamento urbano do município de Aracaju foi estruturado com bases em um diagnóstico muito defasado. Pelo rápido crescimento e alterações ocorridas na cidade nos últimos 15 anos, a necessidade de atualização e contextualização através de um diagnóstico contemporâneo é de fundamental importância para a articulação e estruturação de todo o escopo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju está estruturado de forma bastante direta e sem uma sequência lógica que organiza os objetivos genéricos e específicos, as diretrizes urbanas e os meios para serem alcançados os objetivos. As políticas setoriais de desenvolvimento urbano não estão claras e ordenadas na estrutura sequencial de seus capítulos. Nota-se uma carência em sua estruturação lógica e na falta da construção e consolidação de um sistema de estruturação urbana que irá direcionar para a construção de um modelo espacial de cidade e conseqüentemente, na construção de seu macrozoneamento e plano regulador. Trata-se de um desencadeamento lógico e sequencial para que o macrozoneamento se consolide a partir da estruturação urbana e posteriormente o plano regulador.

Apresenta inicialmente uma breve citação frente à LEI 10.257 – Estatuto da Cidade onde são referenciados os objetivos principais e primordiais do direito à cidade, o cumprimento da função social da propriedade, a justa distribuição dos serviços públicos e infraestrutura urbana.

Aponta primeiramente as instâncias de gestão, esclarecendo a estrutura de gestão participativa da cidade através das Audiências Públicas, dos Conselhos municipais, das Conferências Municipais, do Orçamento Participativo Anual e do Congresso das Cidades sem explicitar claramente como a dinâmica de participação nas



decisões e gestão da cidade acontecem efetivamente em sua dinâmica cíclica e retroalimentativa.

Neste sentido, é perceptível a carência de uma abordagem estrutural e conceitual de bases alicerçadas em pressupostos contextuais de preexistências, fundamentos ideológicos e filosóficos, e principalmente, a estruturação de um modelo espacial pensado para a cidade. Por se tratar de um instrumento não apenas de zoneamento e regulamentação, mas sim de um caminho dinâmico para enfrentamento do desafio do desenvolvimento sustentável intrínseco, deve apontar uma estruturação que desenvolva claramente um sistema de planejamento para alcançar um desenvolvimento urbano sustentado pelos objetivos e diretrizes do estatuto da cidade e aos desafios do futuro da metropolização.

O plano inicia-se citando diretamente objetivos e diretrizes, sem necessariamente, estruturar uma idéia geral de cidade. Não esclarece de que forma a cidade é pensada, nem quanto a sua estruturação urbana e o modelo espacial adotado. O macrozoneamento proposto está frágil frente à realidade atual da cidade, não demonstrando uma estrutura com a realidade atual de todo o território municipal.

O macrozoneamento não articula e exprime as distintas morfologias urbanas preexistentes no território. As diferentes formas urbanas encontradas e consolidadas na cidade xadrez, no centro histórico, na cidade tradicional do Bairro Santo Antônio, nas características do Bairro Industrial, nas conurbações urbanas da cidade informal ao norte e ao sul no Santa Maria, na forma do Bairro Jardins, na forma da Coroa do Meio e Atalaia, na zona de expansão de fragilidade ambiental e na zona de expansão de crescimento habitacional, nas áreas de sítios do povoado Areia Branca e Mosqueiro. Estas distintas morfologias preexistentes deveriam estar expressas e entrelaçadas na forma do macrozoneamento e suas interfaces e transições.

Introduzindo a política de desenvolvimento urbano, destaca em seu artigo 2, que o Plano é um instrumento estratégico que orienta a ação dos agentes públicos e privados na produção da gestão do espaço urbano, não estabelecendo quais são as estratégias. Muito desarticuladamente com as políticas setoriais propostas, aponta um conjunto de diretrizes referente à política urbana destacando que a gestão da cidade



estará regulamentada pela presente lei. A partir desta sucinta exposição são destacados os objetivos e as diretrizes que o PDDU propõe.

Dentro dos objetivos propostos são estabelecidos apontamentos quanto a implantação de núcleos urbanos, incremento do desenvolvimento econômico, incentivo a parceria público e privado, distribuição igualitária dos serviços de infraestrutura, promoção da regularização fundiária da cidade informal, mobilidade urbana priorizada para o coletivo, sistema de planejamento de informações urbanas, elevar o padrão de vida da população, destinação de verbas para o déficit da infraestrutura, incentivo da iniciativa privada em empreendimento de interesse público, desenvolvimento econômico através da implantação de pequenas indústrias, garantia da implantação de política ambiental, implementar o sistema de planejamento, urbanização de forma compacta e racional, racionalização dos custos operacionais, arborização urbana, acessibilidade, redução dos custos de habitação de interesse social, assistência técnica gratuita e preservação do patrimônio cultural da cidade.

As diretrizes estabelecidas logo na sequência dos objetivos tendem apenas a reforçar os objetivos citados anteriormente sem necessariamente estabelecerem e estruturarem estratégias relacionadas à estruturação urbana e ao modelo espacial pensado para a cidade. Os artigos que esclarecem os objetivos e diretrizes estão superpostos acontecendo certa repetição das temáticas.

Segundo o artigo 3º que constitui os objetivos gerais do PDDU foram tomados como referência de análise frente à ocupação e uso do solo os seguintes objetivos:

- ordenar o crescimento e a implantação de núcleos urbanos, através da distribuição adequada da população e das atividades de interesse urbano, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento da cidade;

- incrementar a eficiência econômica de Aracaju, através da plena utilização da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos comunitários existentes, evitando a sobrecarga e a ociosidade, reduzindo custos de investimentos operacionais dos setores públicos e privados e, conseqüentemente, ampliando os benefícios sociais;



- estabelecer mecanismos para atuação conjunta dos setores públicos e privados em empreendimentos de interesse público que promovam transformações urbanísticas na cidade, especialmente relativas ao transporte coletivo, política habitacional, abastecimento d'água, tratamento de esgoto, abastecimento de gás combustível, coleta e disposição final de resíduos sólidos, sistemas de educação, saúde, assistência social e segurança alimentar;
- distribuir de forma igualitária os custos e benefícios advindos da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, de forma a recuperar, para a coletividade, a valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos;
- elevar o padrão de vida da população urbana, particularmente no que se refere ao combate à miséria e à promoção de ações de lazer, educação, saúde, habitação, assistência social e aos serviços públicos, de forma a reduzir as desigualdades sociais;
- garantir a implantação da Política Ambiental, visando preservar e proteger o meio ambiente natural dentro do território do município, priorizando a implantação do Plano Estratégico Aracaju +10, com ênfase no desenvolvimento sustentável;
- induzir a estruturação do processo de urbanização de forma compacta e racional, aproveitando a disponibilidade e o potencial de terrenos dotados de infraestrutura;
- racionalizar custos operacionais com transporte, energia e tempo de deslocamento na cidade, aproximando as pessoas dos locais de trabalho, serviços, comércio, escolas e centros de lazer, através da melhoria das condições de acessibilidade e de uma política de distribuição espacial conveniente das diversas atividades;
- garantir a qualidade ambiental do espaço construído, através de exigências que observem e estabeleçam o equilíbrio térmico e a salubridade natural nas vias urbanas e quadras;
- promover a arborização urbana com espécies compatíveis com o meio no qual serão introduzidas;



Com base nos objetivos descritos no PDDU frente à forma de ocupação e uso do solo configurada em 2015 na cidade de Aracaju são verificadas várias incompatibilidades. Relacionando-se as tipologias arquitetônicas implantadas e suas consequentes morfologias, juntamente com a dispersão de alguns núcleos urbanos, entende-se que não está ocorrendo um crescimento e a implantação de núcleos urbanos, através da distribuição adequada da população e das atividades de interesse urbano, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento da cidade. Este fator também não está contribuindo para o incentivo de incrementar a eficiência econômica de Aracaju, através da plena utilização da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos comunitários existentes.

A grande parte dos empreendimentos desencadeados nos últimos 20 anos em Aracaju não está propiciando uma qualificação do ambiente urbano e sendo consolidado através de parcerias públicas e privadas. O objetivo para o estabelecimento de mecanismos para atuação conjunta dos setores públicos e privados em empreendimentos de interesse público que promovam transformações urbanísticas na cidade não são verificados nos empreendimentos mais recentes implantados na cidade. A maior parte das tipologias adotadas e o consequente espaço urbano configurado estão carecendo expressivamente de relações diretas com o espaço público resultante e critérios reais de desenho urbano para a cidade. O gradativo aumento no adensamento em regiões sem infraestrutura, a exemplo do 17 de Março e Jabotiana, não evidencia a distribuição de forma igualitária os custos e benefícios advindos da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, pois estes núcleos se desenvolveram em regiões afastadas da infraestrutura e em situações com grande carência infraestrutural.

Em Aracaju são evidenciados a cada momento núcleos irregulares que surgem aleatoriamente decorrentes de imigrantes e populações sem acesso a moradia. Trata-se de invasões que acontecem não apenas em Aracaju, mas em todas as grandes cidades brasileiras. Estas invasões e núcleos irregulares se espalham pela cidade e terminam por formar assentamento irregulares espalhados pela cidade, como por exemplo, a invasão Mangabeiras na zona de expansão urbana junto ao 17 de Março.

Evidencia-se em Aracaju uma série de usos e ocupações irregulares por toda a cidade, sendo necessária uma atenção particular do poder público em parcerias com a iniciativa privada para ações e formulação de estratégias para possibilitar uma elevação do padrão de vida da população urbana, particularmente no que se refere ao combate à miséria e à promoção de ações de lazer, educação, saúde, habitação, assistência social e aos serviços públicos, de forma a reduzir as desigualdades sociais. Este objetivo proposto no PDDU também se fragiliza em várias áreas mais pobres da cidade, tanto na zona sul quanto na zona norte pelas expressivas carências de equipamentos públicos relacionados à saúde, educação, cultura e lazer.

Com relação à preservação ambiental pode-se fazer um breve comentário relativo ao uso e ocupação do solo em áreas de preservação e fragilidade ambiental. Uma questão importante se refere aos locais ocasionados por invasões irregulares e outra através da implantação de empreendimentos imobiliários em áreas com a presença de lagoas intermitentes de drenagem natural e de contextos ambientais junto ao mangue e rios. Desta forma deve-se ter uma atenção especial na implantação da política ambiental, visando preservar e proteger o meio ambiente natural.

Com relação ao objetivo que se refere à indução para a estruturação do processo de urbanização de forma compacta e racional, aproveitando a disponibilidade e o potencial de terrenos dotados de infraestrutura, não se verifica evidentemente esta situação. Está diagnosticado que a cidade cresceu a partir de 1995 de forma espalhada nas direções norte, sul e oeste. Visualizando-se o mapa da cidade, verifica-se um crescimento não compacto e racional direcionado para o aproveitando da disponibilidade e o potencial de terrenos dotados de infraestrutura. Esta visualização pode ser evidenciada em termos topológicos nas implantações do 17 de Março, setor Oeste do Aruana, crescimento do Jabotiana ao oeste e o espraiamento da região norte. Estende-se neste aspecto que o sentido de espraiamento ou espalhamento de cidade é o fenômeno caracterizado pela expansão horizontal das cidades muito antes de se atingir uma densidade demográfica ideal. Consequente deste espalhamento horizontal da cidade percebe-se que o objetivo do PDDU relacionado a racionalizar custos operacionais com transporte, energia e tempo de



deslocamento na cidade, aproximando as pessoas dos locais de trabalho, serviços, comércio, escolas e centros de lazer, não está coerente em sua indução. Quanto mais a cidade se espalha, mais ela se afasta dos locais de trabalho, serviços e dos equipamentos urbanos.

Relativo aos objetivos de garantir a qualidade do espaço construído relacionado ao equilíbrio térmico das vias e na promoção de arborização urbana verifica-se nos mais recentes casos de uso e ocupação o não direcionamento para estes fatores. Atenta-se aqui que o sistema viário de Aracaju não está priorizando o dimensionamento das calçadas, impossibilitando assim o plantio de árvores e inserção de possível mobiliário urbano. A implantação de condomínios verticais, a exemplo do bairro Atalaia, caracteriza uma relação não compatível das dimensões das calçadas com a volumetria dos empreendimentos. A priorização para a qualidade do espaço urbano relacionado ao desenho do sistema viário e seus gabaritos dos mais recentes loteamentos e condomínios não estão contribuindo para a qualidade do espaço, carecendo de um desenho urbano que contemple um dimensionamento compatível para utilização coerente com a demanda e implantação de mobiliário e arborização.

O artigo 4º do PDDU estabelece diretrizes para se alcançar os objetivos. Relacionado ao uso e ocupação do solo as seguintes diretrizes estabelecem:

- a tipologia dos usos e a intensidade de ocupação do solo serão limitados à capacidade de absorção da infraestrutura urbana, condições de acessibilidade e adequação às características do meio físico;
- permitir a intensificação da ocupação do solo na medida da ampliação do suporte da infraestrutura, das condições de acessibilidade e sustentação do meio físico;
- estabelecer normas de edificações que resguardem as condições de equilíbrio térmico e a salubridade natural das vias e quadras urbanas, garantindo a qualidade ambiental do espaço construído;

Estas três diretrizes estão relacionadas diretamente ao uso e ocupação do solo estabelecendo que as tipologias dos usos e a intensidade de ocupação do solo deverá estar relacionada com a capacidade da infraestrutura, permitir a intensificação da



ocupação na medida de ampliação da infraestrutura e estabelecer que os futuros empreendimentos resguardem a qualidade ambiental do espaço construído. O diagnóstico evidencia uma série de fatores que não convergem compativelmente para estas diretrizes. Alguns exemplos citados anteriormente evidenciam regiões da cidade com fragilidades de infraestrutura nos âmbitos de saneamento, sistema viário e equipamentos urbanos que receberam nos últimos anos intensificação de adensamento. Ou seja, a cidade está crescendo e se espalhando em regiões que carecem de infraestrutura ocorrendo conseqüentemente à construção de empreendimentos sem antes a infraestrutura ser implantada. Também foi verificado que as características de desenho do sistema viário não estão coerentes com as tipologias das edificações implantadas. Esta incompatibilidade tem configurado espaços urbanos inóspitos decorrentes de calçadas estreitas sem arborização e com interfaces diretamente com muros e barreiras.

A partir desta análise prévia da estrutura do PDDU do Município de Aracaju, percebe-se que está carecendo de uma estruturação clara e definida de políticas ou estratégias e de uma organização lógica relacionada a cada temática estrutural da cidade. Desta forma, o que se entende por estruturação urbana e definição de um modelo espacial claro e relacionado ao município não é construído, deixando o PDDU sem um modelo socioespacial de desenvolvimento.

Em sua forma estrutural, o PDDU deveria pensar um modelo de cidade a partir de um diagnóstico atual e aprofundado, pois a cidade cresceu muito nas últimas duas décadas. Torna-se vital uma estruturação de modelo espacial para delinear um novo macrozoneamento mais coerente e alinhado com a realidade municipal, contextualizando suas distintas morfologias, suas supostas interfaces e estratégias de transição.

Com o objetivo de relacionar as bases filosóficas do Plano Diretor com a atual situação de uso e ocupação do solo, verifica-se algumas situações que não estão coerentes com a configuração conseqüente de Aracaju em 2015. As bases principais do PDDU apontam para uma cidade compacta e economicamente sustentável. Com base nas análises desenvolvidas referentes ao uso e ocupação do solo foi verificado



que a cidade cresceu de forma espalhada e não compacta observando-se claramente sua expansão tanto ao norte quanto ao sul. Pelo expressivo crescimento em forma de condomínios tanto horizontais, quanto de conjuntos verticais e também de loteamentos desencadeados pelos programas de habitação governamentais ou de iniciativa privada, a cidade se configurou com várias rupturas e morfologias distintas espalhadas por todo o território.

O presente diagnóstico tece conclusões de espalhamento e distanciamentos, rupturas e descontinuidades do tecido urbano entendendo-se que a cidade se afastou de sua filosofia de cidade compacta. Estas fragmentações e distâncias geradas pelo espalhamento da cidade desencadearam uma fragilização da infraestrutura urbana, primeiro por sua carência e posteriormente por a cidade ter se espalhado por territórios sem infraestrutura preexistentes. Estas conclusões direcionam para uma realidade de cidade com maior custo econômico para a estruturação e consolidação de novas infraestruturas necessárias para comportarem este espalhamento da ocupação do solo. Outro aspecto relevante relativo ao custo da cidade é a fragilidade da falta de equipamentos urbanos nas regiões mais distantes devido a este espalhamento. Esta situação converge para duas relações de custo. A primeira relativa à construção e implantação de novos equipamentos urbanos nesta região e as grandes distâncias que os cidadãos percorrem para alcance destes equipamentos ou mesmo para seus locais cotidianos de serviços e trabalho. Segundo o PDDU (2000), em seu artigo 1º:

A Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município, conforme preconiza o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica, tem por objetivo o direito à cidade, ao cumprimento da função social da propriedade, à justa distribuição dos serviços públicos, da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, a ordenação do uso e ocupação do solo e da produção do espaço urbano, inclusive das áreas de expansão, e a preservação do patrimônio ambiental e cultural, mediante gestão participativa.

Relacionando-se a atual situação de uso e ocupação do solo diagnosticou-se que o desenvolvimento de Aracaju na consolidação da cidade em 2015 está distante do conceito de desenvolvimento urbano sustentável preconizado pelo Estatuto da Cidade e pela Lei Orgânica. Verifica-se que esta realidade não esta propiciando a justa

distribuição dos serviços públicos, da infraestrutura e dos equipamentos urbanos. O Plano Regulador e o macrozoneamento não estão ordenando o uso e ocupação do solo de forma coerente para uma cidade mais sustentável, econômica e compacta. A produção do espaço urbano está muito além de uma expectativa igualitária e de qualidade decorrente das tipologias e morfologias desencadeadas pelo mercado imobiliário e consequentes do Plano Regulador. A preservação do patrimônio ambiental e cultural não está efetivamente sendo considerada. As recentes formas de uso e ocupação do solo dentro das tipologias arquitetônicas implantadas na cidade têm configurado situações morfológicas de sérias transformações sociais e culturais e por seu alto grau de adensamento desencadeado fortes impactos no meio ambiente. Todos estes fatores relacionados possuem ainda maior fragilidade nas áreas de expansão. Estes aspectos estão sendo causados por alguns fatores possíveis tais como:

- Pela não distinção de áreas de conurbação urbana e peculiaridades morfológicas;
- Não relaciona a convivência macrozonal nas suas áreas de transição e interfaces urbanas de distintos tecidos e morfologias;
- O modelo espacial da cidade não propõe estruturação das macrozonas com seus critérios de macroescala e especificidades;
- O não apontamento de zonas potenciais de recuperação e reestruturação urbana;

Não está sendo uma lei instrumental que crie um arcabouço estrutural para realmente encaminhar a evolução urbana do município para o cumprimento da função social do solo, do direito a cidade, da qualidade de vida e ambiental e do conceito maior intrínseco de sustentabilidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de um município dentro dos conceitos e desafios preconizados no século XXI deve ser um instrumento de desenvolvimento urbano pensando no futuro do território e suas possibilidades de desenvolvimento intrinsecamente pensado para a qualidade ambiental e espacial da

cidade. Nesta perspectiva é fundamental o entendimento da atual realidade do município de Aracaju a partir das “várias cidades existentes”.

Mesmo entendendo-se que as bases filosóficas e conceituais são o significado maior de um plano diretor, o plano regulador e sua normatização de uso e ocupação do solo ainda são os principais fatores relevantes para a indução de estruturação futura no presente momento em que vivem as cidades brasileiras. Com o rápido crescimento das áreas urbanas, o planejamento urbano deixa a desejar ficando muitas vezes em segundo plano.

Nesta perspectiva, o plano regulador ainda assume papel fundamental como instrumento normatizador para amenizar os impactos da especulação imobiliária e tentar encaminhar o futuro das cidades para modelo de construção espacial relacionado à qualidade do ambiente com relação a espaço urbano, paisagem, microclima, mobilidade, infraestrutura, preservação ambiental e equipamentos urbanos necessários.

É a partir do plano regulador e suas diretrizes que estabelecem taxas, coeficientes, recuos, alturas, usos e demais circundantes que se pode tentar configurar a cidade em sua forma e morfologia urbana. Com relação ao plano regulador dentro da estrutura do PDDU se pode comentar que sua relação deveria estar diretamente relacionada ao macrozoneamento. Partindo-se do pressuposto que o macrozoneamento está defasado e sua representação gráfica evidencia uma carência de maiores definições e caracterizações de suas especificidades, o plano regulador não está coerente com as características preexistentes dos bairros, regiões e “lugares urbanos da cidade”. O pressuposto na relação do plano regulador com o macrozoneamento preexistente no plano diretor estabelece inconformidades e inadequações relacionadas às taxas, coeficientes e alturas das edificações em determinadas regiões da cidade.

Destaca-se que os regimes urbanísticos de taxas de ocupação, coeficiente de aproveitamentos, índice de permeabilidade, gabarito de altura (volumetria) e tipologias devem estar de acordo com a capacidade de absorção da infraestrutura existente no local. Os regimes urbanísticos como índices, taxas, coeficientes,

volumetria e recuos devem estar dispostos em um sentido que garantam um equilíbrio entre os recursos do ambiente natural e o espaço construído das edificações. Garantia de habitabilidade aproveitando os potenciais naturais de ventilação, insolação, visuais e paisagem estruturação adequada da paisagem cultural da cidade. Para alcançar esta diretriz é necessária uma reestruturação do macrozoneamento definindo uma diversidade de zonas com específicas regulamentações relacionando ocupação atual, paisagens notáveis, ventos dominantes e peculiaridades sociais, culturais e ambientais.

Com base na leitura analítica e interpretativa desenvolvida de todo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Aracaju podem ser destacas algumas lacunas e problemáticas identificadas. A partir da análise entende-se que a lei apresenta deficiências nos âmbitos de sua estrutura e organização, carecendo de bases conceituais e normatizações que poderão gerar um futuro crescimento e ocupação não condizentes com a qualidade espacial e ambiental do município. É através da leitura da cidade atualizada que irão se formular a pactuação das proposições que deverão ser o alicerce para a construção de estratégias baseadas em um modelo espacial ideal para o Município de Aracaju, sempre no entendimento e compreensão da cidade existente ou das “várias cidades existentes”.

e. Considerações frente à cidade existente

Em um crescimento em alta velocidade desencadeado e perpetuado nos últimos 15 anos e, principalmente nos últimos 5 anos, a cidade se ampliou sensivelmente conseqüente é claro de seu aumento populacional e demanda habitacional. Esta necessidade natural já histórica do Brasil nas relações de migração das cidades do interior para a capital fez Aracaju mudar e se transformar em um curto espaço temporal. O claro e expressivo crescimento e aumento populacional neste curto espaço de tempo, atrelado a falta de planejamento, terminaram por gerar uma Aracaju espalhada e não compacta, com sérias rupturas urbanas e problemáticas infraestruturais bem visíveis. Há uma contradição latente que emerge em uma



erupção de diversidade caótica. Está identificado que os mais recentes empreendimentos imobiliários não estão atendendo as expectativas da cidade. Eles se fecham em si próprios negando a urbe. Não há uma relação de cidade diretamente, ocasionando um ambiente urbano sem as mínimas relações com o conceito geral de cidade. A contradição está em crescer rápido sem o planejamento e um olhar no futuro de cidade que Aracaju almeja ser. Um olhar relacionado para um modelo de cidade ou modelos em uma mesma cidade. Uma visão que mesmo com a contradição do crescer rápido sem planejar, consiga de certa forma, ser contemplada pelo Plano Regulador embasado em princípios de cidade. Relações de estruturação urbana, centralidades, conectividade relacionando-se sempre com a forma de uso e de ocupação do solo urbano. Algo estruturante que tenha uma intenção de costurar através de amarrações e conectividades urbanas seja pelos usos, por revitalizações, por potencializações, reestruturações e novas centralidades, acupunturas urbanas (LERNER, 2003). Diversidades de usos que mesclam comércio e serviços e infraestruturas compatíveis com o adensamento. Relações mais coerentes de uso, ocupação e convivências de atividades em uma crescente busca de integrar e conectar a cidade preexistente e seu futuro crescimento nos próximos 20 anos. Ainda que em outro contexto, vale aqui lembrar, para se refletir sobre a urbe, um pequeno trecho de uma novela de um famosíssimo escritor romeno onde a discussão cidade, tempo e velocidade ganham uma interconectividade realmente contemporânea.

A velocidade é a forma de êxtase que a revolução técnica deu de presente ao homem. Ao contrário do motociclista, quem corre a pé está sempre presente em seu corpo, forçado a pensar sempre em suas bolhas, em seu fôlego; quando corre, sente seu peso, sua idade, consciente mais do que nunca de si mesmo e do tempo de sua vida. Tudo muda quando o homem delega a uma máquina a faculdade de ser veloz: a partir de então, seu próprio corpo fica fora do jogo e ele se entrega a uma velocidade que é incorpórea, imaterial, velocidade pura, velocidade em si mesma, velocidade êxtase (KUNDERA, 2011).

No âmbito econômico e de investimentos em infraestrutura para alicerçar e dar suporte a este crescimento espalhado, desordenado e abrupto, identifica-se que há



uma sensível carência nos diversos aspectos e fatores essenciais relacionados com a infraestrutura urbana. Aspectos que vão desde a mobilidade urbana, até as relações e padrões do espaço público. Para sustentar uma cidade espalhada e com sérias carências infraestruturais há que haver investimentos nas diversas esferas de saneamento, espaço público e equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura. No momento e em um porvir, é fundamental estagnar esta situação, refletindo-se e pensando em um a forma de planejamento urbano que induza uma amarração das rupturas e carências da cidade. Um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que induza uma costura urbana na tentativa de conectar o espaço, principalmente através de possíveis corredores e centralidades. Um planejamento de reestruturação urbana regenerativa na tentativa de tornar a cidade preexistente na construção de um futuro que possibilite uma amarração do tecido, assim como uma adequação sensível a infraestrutura e equipamentos.

No objetivo de esclarecer as fragmentações consequentes do crescimento urbano horizontal da cidade, tomou-se como estudo de caso o exemplo da região da interface entre o Aruana e o Bairro Santa Maria evidenciando suas rupturas entre o Residencial Costa Nova, Loteamento Costa Verde II, 17 de Março, Santa Maria e invasão Mangabeiras. Nesta região são verificadas distintas morfologias urbanas e desconexões viárias, gerando vazios entre os loteamentos, o 17 de Março, o Santa Maria e o Aruana.

Segundo o PDDU (2000) em seu artigo 35º que referencia os espaços abertos, poderia ser destacada a utilização dos espaços abertos para a estruturação de equipamentos de interesse público a partir de um planejamento de obras prioritárias, que estivessem relacionadas com as demandas e estratégia de estruturação urbana.



Figura III.40: Bairros Aruana, Santa Maria e 17 de Março. **Fonte:** Magno Rangel, 2015

Com base nesta situação configurada, a ocupação do solo fragmentada fragiliza a boa convivência entre as atividades urbanas. Na perspectiva de uma coerência entre as atividades urbanas, a implantação dos núcleos urbanos deveria estar relacionada harmonicamente com as atividades necessárias para o bem-estar comum da população. O PDDU deve pensar em uma forma a corrigir implantações passadas que não estavam de acordo com a infraestrutura e atividades urbanas. Exemplo disto são os núcleos implantados afastados da infraestrutura e equipamentos urbanos e apropriações irregulares.

- Incrementar a eficiência econômica de Aracaju, através da plena utilização da infra-estrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos comunitários existentes, evitando sobrecarga e ociosidade, reduzindo custos de investimentos operacionais dos setores públicos e privados e, conseqüentemente, ampliando os benefícios sociais;

Referem-se ao aproveitamento coerente e efetivo da infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos existentes. Neste caso, os futuros núcleos urbanos devem ser implantados coerentemente com o aproveitamento dos equipamentos



existentes, da infraestrutura, da malha viária, do transporte público e dos serviços de abastecimento e escoamento.

- Estabelecer mecanismos para atuação conjunta dos setores públicos e privados em empreendimentos de interesse público que promovam transformações urbanísticas na cidade, especialmente relativas a transporte coletivo, política habitacional, abastecimento d'água, tratamento de esgoto, abastecimento de gás combustível, coleta e disposição final de resíduos sólidos, sistemas de educação, saúde, assistência social e segurança alimentar;

O modelo de cidade pregado nas bases conceituais e filosóficas do PDDU apontam para um modelo de cidade compacta, econômica e sustentável. A partir das análises desenvolvidas, verificou-se certa incoerência do modelo de cidade proposta e fundamentado, com a realidade atual da cidade identificada e construída até 2015. Entende-se que a partir deste diagnóstico geral, a não verificação de uma cidade compacta, econômica e sustentável.

Com relação direta do uso e ocupação do solo está verificada uma não coerência do modelo de cidade que o PDDU aponta em suas bases filosóficas. Através das análises relacionadas ao uso e ocupação do solo foi diagnosticado que a cidade de Aracaju possui várias rupturas em seu tecido urbano, tendo-se tornado espalhada. Este quadro torna-se contraditório com um modelo economicamente viável e sustentável.

Outro fator significativo no que diz respeito à permeabilidade urbana e suas rupturas e fragmentações é a implantação dos condomínios fechados. Os grandes condomínios fechados estão gerando rupturas do sistema viário ocasionando limites urbanos no tecido da cidade. Esta questão deverá ser verificada junto ao PDDU na definição onde a constituição de uma gleba é considerada em até 40.000m². Ou seja, com até estas dimensões não são suscetíveis de doação de áreas institucionais e de sistema viário público. Este fator está possibilitando a construção de condomínios fechados com até esta grande dimensão. É importante salientar que um quarteirão médio de cidade possui aproximadamente 22.500 m². Para melhor elucidar este acontecimento em Aracaju tomou-se como exemplo a relação da interface do Loteamento Aruana com os condomínios fechados adjacentes.



Figura III.41: Bairro Aruana. **Fonte:** Google, 2015

Esta situação deverá ser analisada pelo órgão competente para a devida aprovação dos condomínios fechados com o objetivo de não haver interferência na permeabilidade urbana da malha viária de Aracaju, inclusive previstos em lei e dos locais estratégicos para o futuro desenvolvimento urbano.

Este processo desencadeou os seguintes impactos:

- mobilidade urbana e grandes distâncias a serem percorridas pelos usuários da cidade;
- deslocamentos extensos desencadeando a necessidade de deslocamento motorizado;
- aumento da demanda de infraestrutura de saneamento básico;



- aumento da demanda de infraestrutura de sistema viário e transporte coletivo;
- aumento da necessidade de construção de equipamentos urbanos nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura;
- o surgimento de novas centralidades desestruturadas;
- populações vivendo em áreas de risco e de proteção ambientais;
- crescimento “parasita”
- expressiva parcela da população vivendo em áreas carentes;
- sensível aumento financeiro no custo da cidade;
- descompactação e espalhamento da cidade;
- desconexão;
- ruptura do tecido e da morfologia
- impermeabilização do solo;

A partir destas relações e através de uma ampla análise das volumetrias e padrões tipológicos consequentes gerados em Aracaju, verifica-se algumas sérias consequências geradas por estes padrões tipológicos relativos aos impactos socioespaciais no ambiente urbano. Se por um lado os impactos físicos relacionados anteriormente a carência de infraestrutura e a não compatibilidade destes empreendimentos com a oferta da infraestrutura, por outro, nota-se claramente uma alteração nos padrões urbanos da cidade ligados a consequência socioespacial, sua dinâmica urbana e relações sociais de uso e apropriação da cidade pelos seres humanos.

Esta questão pode ser analisada e constatada se fossem feitos comparativos dos padrões tipológicos preexistentes em Aracaju e, 1995, frente aos atuais padrões tipológicos em 2015. A cidade é outra e suas relações também. Não meramente decorrentes do aumento populacional, adensamento do solo e crescimento da cidade, por ela ter crescido com outros padrões tipológicos e suas relações geradas no ambiente urbano referentes às relações sociais e convívio urbano. Esta questão direciona um pensamento para os envolventes que vão circundar uma análise a



urbanidade ou urbanicidade. Questões estas muito discutidas a partir dos anos 60 nos Estados Unidos e Europa. Uma visão de comparativo diretamente ligado às contradições entre cidade moderna e cidade tradicional europeia, mais especificamente, relacionada aos efeitos da arquitetura produzida a partir de suas tipologias e seus efeitos e impactos para o ambiente urbano quanto aos significados das relações sociais e padrões urbanos. Se por um lado a cidade moderna desencadeou profundas reformulações técnicas através dos zoneamentos, áreas verdes, ventilação, racionalidade e funcionalidade, houve a perda e ruptura da cidade tradicional relativa ao convívio social e apropriação por parte das pessoas do espaço público.

Em Aracaju, principalmente após a implantação do bairro Jardins, surge uma nova morfologia para a cidade configurada pela tipologia do condomínio vertical de 16 pavimentos implantado em lote cercado e sem relação de atividade com o espaço público. Esta morfologia não se enquadra nem em cidade tradicional e nem no conceito de cidade moderna. Não se trata de uma morfologia de cidade tradicional, pois há a perda das relações com a calçada decorrente do recuo de jardim, a descontinuidade das edificações devido aos recuos laterais e a substituição das atividades de comércio na cota zero do edifício junto às calçadas. Este exemplo já foi citado anteriormente nas especificidades e peculiaridades do bairro Santo Antônio. Ela não se enquadra também no conceito de cidade moderna, pois não há a ideia de grandes espaços livres, calçadas com dimensões apropriadas, áreas verdes e infraestrutura. O edifício isolado no lote perde suas relações com o espaço livre por consequência de ter dimensões pequenas e reduzidas se comparadas à ideia conceitual de cidade moderna. Esta lógica morfológica configurada pelo bairro Jardim com exemplo citado termina por gerar uma cidade sem verde, mal ventilada e com descontinuidade de seu tecido urbano quanto ao uso e ocupação do solo. É muito significativa esta verificação e diagnóstico, pois direcionará as futuras reflexões relacionadas ao modelo de cidade que Aracaju deseja. Ao modelo ou aos modelos que Aracaju almeja e deseja ter.



Com objetivo maior de um diagnóstico relativo ao uso e ocupação do solo, é necessária estas verificações emergindo sempre as conotações do adensamento relacionado à infraestrutura, mas também as relações de uso e apropriação da cidade. Tratar e enxergar a cidade como um organismo vivo e repleto de funções que requerem um aparato técnico, mas que exige um aparato humano e social antropologicamente falando. Com base nesta dialética urbana ocasionada pelos reflexos atuais em um diagnóstico da cidade relativo ao uso e forma de ocupação do solo é quando se abre um olhar para as futuras diretrizes urbanas dos modelos de cidade, das estratégias para a estruturação urbana, do macrozoneamento e do Plano Regulador de coeficientes e taxas. Estes aspectos verificados e analisados neste diagnóstico reflexivo quanto à situação de usos e ocupação da cidade de Aracaju em 2015, direciona para uma readequação e rearranjo dos índices, taxas e coeficientes grados atualmente no PDDU. O mais importante é o entendimento das consequências atuais vislumbrando sempre a qualidade socioespacial da cidade. Quando verifica-se uma profunda alteração nos padrões urbanos da cidade entre 1995 e 2015 dentro deste universo temporal de 20 anos, o reflexo à frente é imaginar como será uma Aracaju em 2035. A Aracaju de 2035 poderá ser de certa forma induzida pelo PDDU a partir de suas bases filosófica de qual cidade se quer consequente de seu uso e ocupação do solo. Desta forma, o Plano Regulador deve ser avaliado, direcionando possibilidades possíveis no desencadeamento de modelos de cidade para Aracaju estruturando estratégias reais que possam ser capazes de readequar problemas verificados por este diagnóstico e futuras induções relacionadas à efetiva aplicação de um novo Plano Regulador. Outro ponto fundamental é a relação direta com os instrumentos induzidos pelo Estatuto da Cidade, como por exemplo, o IPTU progressivo e a outorga onerosa.

Outro fator significativo está relacionado aos usos incômodos e ao condicionamento da elaboração de RIV para a implantação de equipamentos impactantes. Segundo o artigo 185º do PDDU, nos usos incômodos deve ser observada a compatibilidade com suas influências de impacto. Esta análise deve ser rigorosa sem privilegiar qualquer investidor e sem comprometer sob qualquer ônus as comunidades



circundantes do entorno do futuro empreendimento. Qualquer detecção de impacto sem uma possível mitigação deverá ser barrada e não possibilitar a implantação do empreendimento. Segundo o artigo 204º do PDDU (2000):

Deverão ser observados rigorosamente os futuros equipamentos que gerem impactos em qualquer âmbito para a cidade.

O RIV - Relatório de Impacto de Vizinhança corresponde a um estudo para a implantação de um futuro empreendimento e seus possíveis impactos nas áreas de entorno relacionadas ao ambiente físico, biótico e de relações sociais, políticas e econômicas. Nos estudos deverão conter apontamentos e análises que avaliem os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade sobre as áreas de influência observando no mínimo aspectos espaciais e de caracterização social, econômica e cultural da vizinhança. Os aspectos que se intensificam para esse estudo estão relacionados ao sistema viário, infraestrutura urbana, ambientais, paisagísticos, econômicos e sociais, na qual se podem propor soluções com uma expectativa de adequação deste empreendimento ao contexto urbano de implantação.

f. O plano regulador atual do PDDU frente à situação de uso e ocupação do solo

Com o objetivo de traçar uma relação direta dos coeficientes de aproveitamentos, taxa de ocupação, recuos de jardim e altura das edificações dispostos no PDDU com as atuais consequências para o uso e ocupação do solo, tomou-se como parâmetro as 11 regiões referenciadas na contextualização inicial para uma breve leitura da cidade. Esta leitura será feita relacionando os coeficientes e taxas frente às consequências da ocupação nestas regiões. Para isto, foi utilizada a metodologia de confrontar o Plano Regulador e suas induções em cada região citada com o objetivo de verificar a adequação e coerência a seu contexto. A intenção é diagnosticar se os coeficiente e taxas estão compatíveis com as características de cada contexto. Estas compatibilidades serão analisadas em relação à infraestrutura urbana, situação geográfica na cidade e peculiaridades socioespaciais. Segundo o artigo 182º do PDDU:



O controle de uso e ocupação do solo é elemento definidor fundamental e indutor para a futura configuração do cenário construído de Aracaju.

A morfologia urbana está diretamente relacionada às tipologias das edificações que serão induzidas pelo plano regulador de uso e ocupação do solo. No inciso II do artigo 182º, que descreve que a normatização estará evidentemente atrelada ao macrozoneamento atentar para as grandes diversidade existentes principalmente na grande escala e abrangência territorial da ZAB 2. Fica bastante evasivo tratar a normatização do plano regulador a partir de um macrozoneamento que estabelece uma zona muito extensa e de características e peculiaridades diversas.

Com base no plano regulador do PDDU (2000), foram destacados nas planilhas abaixo os recuos de jardim, as taxas de ocupação do solo e os coeficientes de aproveitamento relacionados às regiões: Centro, Santos Antônio, Industrial, 18 do Forte, Jardins, Coroa do Meio, Atalaia, Farolândia, Inácio Barbosa, Aruana, 17 de Março, Santa Maria e Jabotiana.

ZAP - 01

Bairros Locados na Área: CENTRO E INDUSTRIAL

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento Máximo	6,00

ZAP - 02

Bairros Locados na Área: CENTRO

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento Máximo	5,00

ZAP - 03

Bairros Locados na Área: CENTRO e 13 DE JULHO

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento Máximo	5,50

ZAP - 04

Bairros Locados na Área: 13 DE JULHO

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento Máximo	4,50

ZAP - 05

Bairros Locados na Área: 13 DE JULHO

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento	4,00

ZAB - 01

Bairros Locados na Área: 18 DO FORTE, SANTO ANTONIO E INDUSTRIAL.

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0 ou 5,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento	4,00

ZAB - 02

Bairros Locados na Área: JARDINS, INÁCIO BARBOSA, JABOTIANA, FAROLÂNDIA, SANTA MARIA E 17 DE MARÇO

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0 ou 5,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento	3,50 a 3,00

ZAB - 02 - ESPECIAL

Bairros Locados na Área: COROA DO MEIO E ATALAIA

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0 ou 5,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento	3,50 a 3,00

ZAR

Bairros Locados na Área: EXPANSÃO

Recuo mínimo Pavimento Térreo Frontal, Lateral e Fundo	Frontal 3,0 ou 5,0m Lateral e fundo Isento
Taxa de Ocupação Máxima	90%
Coefficiente de Aproveitamento	3,50 a 3,00

Primeiramente foi verificado em quais zonas estas regiões se enquadram no macrozoneamento da cidade disposto do PDDU:

- Centro Histórico e zona central - ZAP 1, ZAP 2 e ZAP 3;
- Cidade Tradicional nos Bairros Industrial, Santo Antônio e 18 do Forte – ZAB 1;
- Bairro Jardins – ZAB 2;
- Bairro Coroa do Meio – ZAB 2;
- Bairro Atalaia – ZAB 2;
- Farolandia – ZAB 2;

- Inácio Barbosa – ZAB 2;
- Aruana – ZAR;
- 17 de Março – ZAB 2;
- Santa Maria – ZAB 2;
- Jabotiana – ZAB 2;

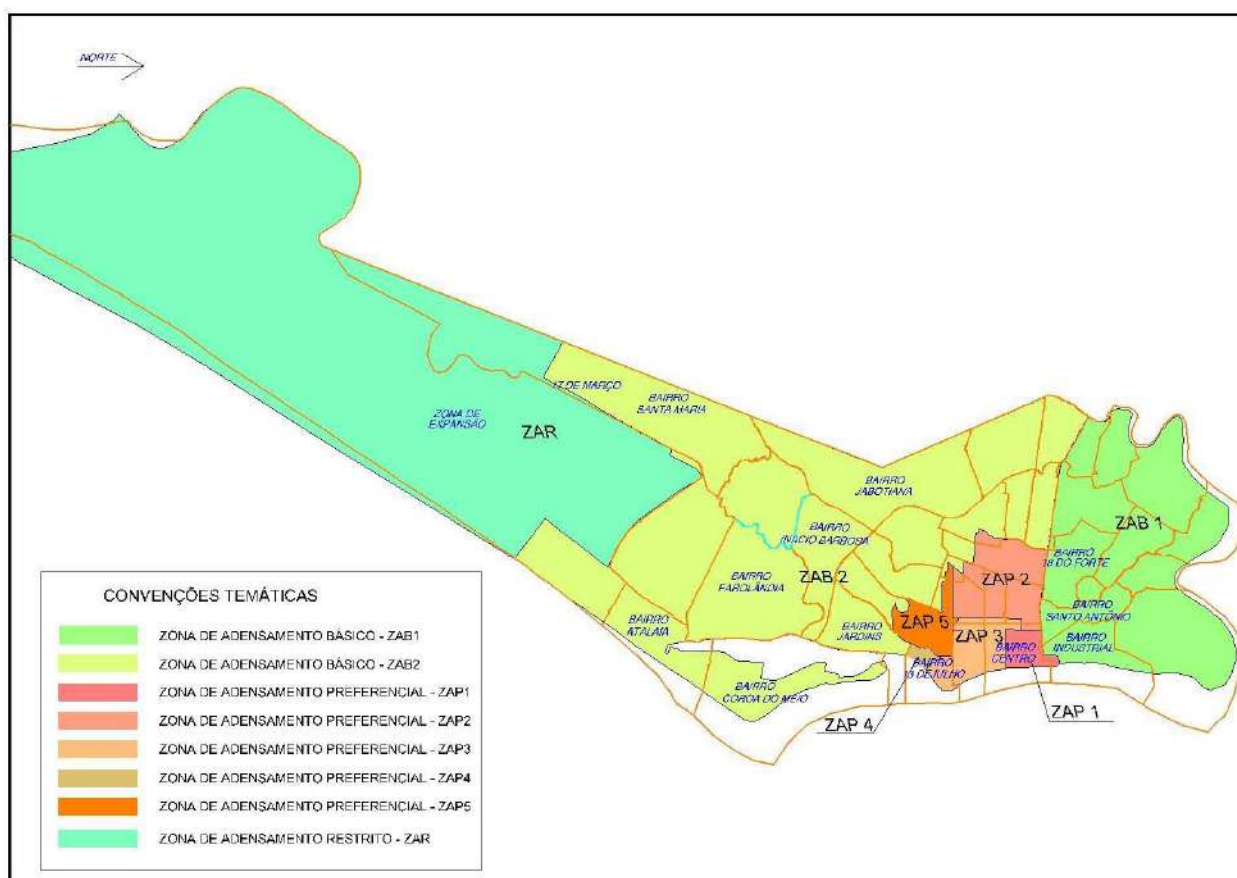


Figura III.42: Bairros Analisados

Fonte: PDDU, 2000

O que mais chama a atenção são os Bairros Jardins, Farolândia, Inácio Barbosa, Santa Maria, Jabotiana e o 17 de Março pertencerem a mesma zona – ZAB 2. Desta forma, estas regiões possuem os mesmos coeficientes e recuos dentro da normatização do plano regulador. Este tratamento normativo homogêneo para regiões com contextos ambientais heterogêneos da cidade configura um objeto importante para análise e diagnóstico relacionado ao uso e ocupação do solo.



Como foi visto na contextualização referente ao uso e ocupação do solo, o município de Aracaju apresenta várias cidades em uma mesma cidade. Este fenômeno é derivado tanto das características socioespaciais de cada região, quanto de seus contextos físicos naturais e preexistências construídas. É verificado, por exemplo, que as regiões dos Bairros Jardins, Farolândia, Inácio Barbosa, Santa Maria, Jabotiana e o 17 de Março possuem morfologias diferenciadas e preexistências nos mais variados âmbitos. Nesta perspectiva, verifica-se que o zoneamento trata as “as varias cidades” de maneira uniforme, ou seja, varias cidades no mesmo zoneamento. Este fato pode ser analisado tecendo um comparativo entre o Bairro Jardins e o Inácio Barbosa. São duas regiões muito próximas uma da outra, mas que apresentam morfologias e paisagens distintas entre si. Outro aspecto marcante de diferenciação é evidenciado na horizontalidade unifamiliar do Inácio Barbosa e na Verticalidade multifamiliar do Bairro Jardins. O Inácio Barbosa também possui uma relação geográfica com o rio Poxim, já o Bairro Jardins se consolidou em torno de um Shopping Center.

Percebe-se que estes fatos evidenciam contextos distintos e em um estudo mais aprofundado de diretrizes para a LEI de uso e Ocupação do Solo abririam possibilidade para normativas diferenciadas.

Ao se pensar no plano regulador e seus impactos para o uso e ocupação do solo, deve-se atentar também para as relações conjuntos da normatização de recuo, altura, coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação, pois estes 4 fatores irão estabelecer volumetrias possíveis e por consequências tipologias potenciais. É significativo perceber a partir das análises morfológicas, que a relações normativas irão induzir formas arquitetônicas como é o caso quando se relaciona taxa de ocupação e recuos. A tipologia arquitetônica para edifícios multifamiliares denominada de base/torre é consequente desta relação em seus pavimentos. Os dois primeiros pavimentos poderão ocupar 90% da superfície do terreno e posteriormente os demais pavimentos receberão obrigatoriedade de recuos. Estas relações normativas irão induzir tipologias e nem sempre estas estarão de acordo e coerência com o espaço urbano ou se inserem coerentemente em locais já consolidados da cidade. Este fato



também esta ligado ao uso do solo e atividade, pois geralmente na tipologia base/torre, a base assume o uso de estacionamento.

Na intenção de pensar um Plano Diretor coerente com a realidade atual da cidade, deve-se atentar para a cidade existente que está consolidada. O recuo obrigatório estipulado para as edificações em algumas zonas da cidade é elemento significativo e definidor da forma do espaço urbano. Quando se pensa uma situação morfológica de relacionar o edifício com a calçada pública ou querer uma homogeneidade no tecido urbano e ainda continuidade das edificações pensa-se logo nas zonas centrais da cidade que não obrigam o recuo de jardim. Esta é uma morfologia típica das cidades tradicionais europeias. Logo, a obrigatoriedade de recuo frontal ou mesmo de recuos laterais não possui uma lógica de existência obrigatória para todas as regiões de uma cidade. As zonas centrais, por exemplo, não carecem da necessidade de recuo frontal, pois já foram consolidadas com uma morfologia urbana e relações das edificações diretamente com a calçada pública. A exemplo disto toma-se como reflexão o tecido urbano do Bairro Santo Antônio (morfologia típica de cidade tradicional em Aracaju) que se consolidou sem o recuo de frontal. Se uma das induções que o Plano Diretor deveria levar em consideração é a compatibilidade com a cidade ou cidades existentes, o Bairro Santo Antonio necessariamente não deveria ter necessidade de recuo frontal para edificações unifamiliares, ou comerciais.

Em relação à taxa de permeabilidade do solo que está estipulada em 5% deveria ser pensada de forma distinta para a cidade pelas características naturais e infraestruturais de cada região da cidade. Esta questão é essencial por estar relacionada diretamente com os fenômenos de alagamentos ocorridos nos períodos chuvosos de Aracaju frente à drenagem urbana da cidade.

Uma análise fundamental e prioritária refere-se aos coeficientes de aproveitamento. O coeficiente de aproveitamento é um condicionante fundamental de controle do adensamento construtivo e por consequência de densidade populacional concentrada. A partir da realidade atual do PDDU em seu plano regulador, a normativa referente aos coeficientes de aproveitamento estabelece que estes possuem uma variação de 3,0 a 6,0. Logo é entendido que o coeficiente médio para Aracaju está em



torno de 4,5. Esta situação normativa possibilita então, por exemplo, que o potencial médio construtivo dos terrenos seja de 4,5 possibilitando que as edificações sejam construídas com até 4,5 vezes a área do terreno.

Conforme a Lei Orgânica do Município de Aracaju é verificado que o coeficiente de aproveitamento médio é de 3,0. Tomando-se como referência outros planos diretores municipais de cidades brasileiras, verifica-se rapidamente que em sua maioria os coeficientes de aproveitamento não ultrapassam 2,0. O exemplo do PDDUA de Porto Alegre verifica-se que o coeficiente estabelecido para a cidade na maioria das regiões é de 1,0 tendo algumas variações para no máximo 1,6.

Dentro desta análise é importante atentar para o instrumento do Estatuto da Cidade que estabelece a outorga onerosa. Este instrumento possibilita que o empreendedor quando quiser ultrapassar o coeficiente de aproveitamento construindo acima do potencial construtivo deverá efetuar pagamento por este índice acima permitido. Está lógica estabelecida pelo Estatuto da Cidade possibilita que estes recursos quando efetuados o pagamento se revertam para benéficos à cidade. Estes benefícios estarão relacionados com aprimoramento da infraestrutura e construção de equipamentos públicos.

O solo criado e outorga onerosa é o valor da área construída que ultrapassa a área limite do coeficiente de aproveitamento. Em um terreno de 300 m² que o coeficiente de aproveitamento é 2 a área construída deverá ser no máximo 600 m². Caso a área construída venha a ser 900 m², o empreendedor estará utilizando um coeficiente 3 e utilizando a outorga do direito de construir com 300 m² acima do direito vinculado à propriedade privada.

O instrumento do direito de construir é uma ferramenta introduzida pelo Estatuto da Cidade. Possibilita que o município arrecade fundos para investimentos em obras públicas e de interesse social. É fundamental que este instrumento de gestão urbana seja bem aplicado e supervisionado. O pagamento também poderá ser feito com doação de outros imóveis que terão de ser utilizados para obras de utilidade pública. A equipe técnica da prefeitura municipal deverá analisar caso a caso a autorização da venda de índice e definir sua viabilidade.



Outro instrumento relacionado a este fato refere-se à Transferência do Direito de Construir. A transferência do direito de construir também é outra ferramenta instituída pelo Estatuto da Cidade que permite ao poder público, quando necessário, e de interesse, utilizar parte de imóvel para fins de preservação, implantação de serviços e equipamentos urbanos e qualquer intervenção de interesse exclusivamente público. Quando o poder público exercer este direito, poderá permitir que o proprietário construa ou ganhe coeficiente de aproveitamento em outro local. Logo passa a ser um instrumento de gestão e de auxílio para o planejamento urbano.

Analisados estes fatos e instrumentos relacionados ao coeficiente de aproveitamento, torna-se importante um estudo para a reavaliação dos atuais coeficientes de aproveitamento no município de Aracaju. Eles estão suscetíveis a supostas alterações, pois são condicionantes essenciais do plano regulador para as relações futuras de adensamento do território de Aracaju. Ao se relacionar novos coeficientes para as distintas regiões da cidade se possibilitará ordenar o adensamento populacional endógeno de cada situação e contexto urbano. Permitirá induzir em quais regiões pretende-se potencializar ou não neste adensamento populacional.

Referente aos Instrumentos relacionados ao Estatuto da Cidade, destaca-se a outorga onerosa como a chave para balancear o rápido crescimento dos empreendimentos habitacionais desenvolvidos pelo mercado imobiliário. Conectado diretamente ao potencial construtivo de um terreno e sua futura área a ser constituída por um empreendimento faz-se necessidade da seguinte análise. O Coeficiente de aproveitamento está ligado diretamente ao potencial construtivo de um futuro empreendimento. Nesta perspectiva, os coeficientes de aproveitamento estipulados pelo PDDU estão abrindo a possibilidade de um potencial construtivo bastante significativo e muito alto. Tem-se no atual momento um coeficiente que pode variar de 4 a 6 dependendo da área e contexto urbano. Este potencial construtivo possibilitado pelos coeficientes de aproveitamentos gravados atualmente no Plano Regulador está desencadeando um adensamento muito alto em várias regiões da cidade. Observamos empreendimentos de condomínios verticais, por exemplo, no bairro Atalaia, principalmente na região entre a Passarela do Caranguejo e a Av. Melício Machado.

Verifica-se um alto grau de adensamento construtivo onde os coeficientes de aproveitamento permitem que os empreendimentos se constituam com área construída de uma média aproximada de quatro vezes a área do terreno. Este processo abre uma reflexão para o questionamento e reavaliação do quantitativo do coeficiente de aproveitamento. Partindo-se do princípio que um alto grau de adensamento gera uma gama de impactos consequentes, esta questão passa a ser um significativo objeto de análise e reflexão. Ao se construir com um potencial de quatro vezes a área do terreno, obviamente se constituiram sérios e expressivos impactos, principalmente relacionados à infraestrutura urbana. Em uma análise superficial, este alto grau de adensamento irá gerar os seguintes possíveis impactos:

- adensamento do sistema viário localizado;
- falta de infraestrutura relativa ao esgotamento sanitário;
- diminuição da ventilação natural;
- descaracterização de paisagens notáveis e peculiaridades do imaginário da cidade;
- falta de atividades mistas devido à concentração de uso residencial puro;

Além do coeficiente de aproveitamento, a análise das consequências da atual forma de adensamento ocasionado em Aracaju e frente as possibilidades do PDDU atual e seu Plano Regulador, é de extrema relevância considerar-se também as outras aberturas relacionadas à taxa de ocupação, à permeabilidade do solo, à altura das edificações, às atividades e usos e ao recuo de jardim. Ou seja, como estas relações de indução do Plano Regulador estão afetando a cidade. Como está ficando a cidade de Aracaju a partir destas relações possibilitadas pelo PDDU frente à vitalidade urbana. Um entendimento onde a forma arquitetônica e as tipologias que estão sendo empregadas e consolidadas na cidade nos últimos anos têm refletido no espaço urbano. A dialética entre forma arquitetônica e vitalidade urbana torna-se a própria configuração do espaço a partir das relações tipológicas e estruturação morfológica geradas pelas atividades e usos, principalmente na cota zero das edificações, ou seja, em seu pavimento térreo. A potencialização de atividades mistas nos pavimentos



térreos é fundamental para a vitalidade e dinâmica urbana. Ao se visualizar um comparativo com os locais da cidade onde é verificada a mescla de atividades, se percebe claramente a dinâmica da vitalidade do espaço urbano. Outra questão fundamental são as relações tipológicas da arquitetura e seus reflexos de desenho na decorrência morfológica dos espaços. As taxas, coeficientes e, principalmente os recuos de jardim induzidas pelo Plano Regulador são vitais nas relações do espaço urbano construído, pois terminam por induzir e possibilitar a forma urbana. Os recuos e alinhamentos são um fator decisivo no desenho da arquitetura e refletem consequências significativas na vitalidade do espaço. Esta situação é facilmente evidenciada em um comparativo do bairro Santo Antonio e Jardins. No Santo Antonio por se ter todas as edificações sem recuo de jardim, as edificações configuram alinhamentos e continuidade do tecido estando estas diretamente conectadas com as calçadas. Ainda apresenta atividades comerciais de abastecimento básico que foram adaptadas em residências. O bairro Jardins apresenta a oposição em relação a estes fatores. Primeiro por não apresentar uma mescla de atividades nos trechos onde são implantados os condomínios verticais fechados e por apresentar recuos de jardins. Os recuos configuram uma ruptura e descontinuidade do tecido urbano gerando uma não relação direta da arquitetura com a calçada. Através deste comparativo, percebe-se claramente as influências do Plano Regulador na forma da arquitetura e suas consequências para o espaço urbano.

Como destaca (NETTO, 2014), a partir de agora, evidenciar a possibilidade de formas arquitetônicas, em suas relações com outras formas e o espaço público, terem um lugar em nossa experiência social e a forma de nos apropriarmos do espaço; um lugar aparentemente improvável, mas que uma vez examinado de perto, relevará a arquitetura como parte essencial da vitalidade de nossas cidades e sociedades. Argumentarei que esses efeitos sociais começam já no edifício implantado no seu quarteirão, em qualquer um de nossos bairros – e que esses efeitos são, com frequência, perigosamente independentes daqueles desejados pelo arquiteto no momento do projeto.



Desta forma, entende-se que a forma arquitetônica tem efeitos diretamente desdobrados no espaço urbano, seja pela mescla de atividades e induções ao uso comercial nos pavimentos térreos e também por suas relações espaciais definidas e estruturantes a partir da forma ocasionada como, por exemplo, dos recuos de ajardinamento, alinhamentos, descontinuidade e continuidade. As relações ocasionadas pela forma da arquitetura entre outras razões estarão diretamente conectadas a atração de movimento na cidade, e a possibilidade de amparar os encontros no espaço público e a possibilidade de acesso direto ao edifício. Ainda pode-se frisar que a forma arquitetônica envolve também um potencial de trocas sociais e microeconômicas. Trata-se de possibilidades de reação na trama do espaço público. Estes fatores abordados atingem tanto as questões relacionadas ao uso e atividades, quanto à forma dos edifícios e seus reflexos no espaço urbano. Quanto mais continuidade gerada pelas relações espaciais das edificações menos ocorrerão rupturas no tecido sendo conseqüente disto maior relação das edificações com o espaço público. A continuidade do tecido configurada pela distribuição das edificações relacionada com atividades múltiplas nos térreos também é um fator decisivo para a vitalidade do espaço público.

A reflexão analisada das relações espaciais decorrentes da forma arquitetônica, juntamente com a mescla de atividades e usos passa a ser relevante na situação atual de Aracaju das conseqüências relacionadas ao uso e ocupação do solo. Foi verificado neste diagnóstico que nos últimos quinze anos foi consolidado em Aracaju situações relevantes dentro destes fatores analisados. O crescimento acentuado que se deu neste período desencadeou um processo que vai de encontro a estes referências. Os reflexos no ambiente urbano relativo às características tipológicas da maior parte dos empreendimentos implantados na cidade estão indo de encontro a uma não potencialização para a vitalidade urbana. As conseqüências são verificadas na inexistência de relação das edificações com a calçada, geralmente conseqüente dos recuos de jardim com presença de muros. O espaço público não se constitui gerando uma situação apenas de via de passagem e calçadas que fazem um diálogo e interface apenas com os muros. Outro ponto relevante de análise são as presenças dos



condomínios fechados tanto verticais quanto horizontais. A cidade tem crescido nesta lógica decorrente das aberturas do PDDU, juntamente com a visão de empreendimentos relacionados exclusivamente ao mercado imobiliário. Há uma causa da configuração de limites urbanos desencadeados pelos grandes condomínios fechado gerando rupturas e ausência de permeabilidade urbana. A atividade residencial restrita também tem contribuído muito para estas consequências. Trata-se aqui de refletir-se frente ao que se espera de uma cidade viva e com vitalidade urbana. Estes fatores direcionam para apontamentos que vão de encontro às possibilidades que o PDDU permite. Este é um processo a ser pensado e planejado dentro das reformulações possíveis do Plano Regulador. Deve-se atentar para a potencialização de uso misto, incentivando usos comerciais nos terrenos, mesclado com usos residências. Também direcionar uma revisão da necessidade de recuo de jardim com o objetivo maior de gerar diretrizes que venham a relacionar a arquitetura das edificações com a calçada e possibilitar impactos positivos no ambiente urbano.

Verificando estas questões relativas, percebe-se os seguintes impactos e padrões consequentes para a cidade:

- deslocamentos extensos desencadeando a necessidade de deslocamento motorizado;

- pouco usuário nas calçadas;

- diminuição da equidade;

- falta de convivência e relações sociais;

- vitalidade urbana;

- insegurança

- surgimento de tipologias que estão permitindo a maior área construída em detrimento a qualidade e relações com o espaço urbano;

- inserção de tipologias residências sem a mescla de atividade comercial e direcionada ao aproveitamento máximo da área construída;

- implantação de edificações sem relações diretas com o espaço urbano sendo meramente para suprir uma demanda do mercado imobiliário;

A partir destas referências, chega-se então em algumas considerações significativas relacionadas ao uso e ocupação do solo. Entende-se que as normativas do plano regulador são essenciais para ordenar e induzir o futuro crescimento da cidade com relação a seu adensamento endógeno para cada região, suas supostas relações morfológicas e espaciais volumétricas.

g. Considerações de uma cidade possível de induções pelo PDDU

Uma situação prioritária e de extrema importância será a verificação do uso e ocupação do solo relativo aos corredores estruturantes estudados e propostas pelo Plano de Mobilidade Urbana de Aracaju para seu futuro desenvolvimento. Torna-se essencial visualizar o futuro crescimento urbano relacionando uso e ocupação do solo com a mobilidade urbana. Estende-se que uma cidade estruturada deve relacionar seus envolventes de infraestrutura com o adensamento populacional relativo ao uso e ocupação do solo. Mobilidade urbana está diretamente conectada com destinos e demandas relacionando-se diretamente com densidades, centralidades e ocupação. Nesta perspectiva, é fundamental para visualizarmos uma Aracaju nos próximos vinte anos, analisarmos os condicionantes e potencialidades referentes aos corredores gravados pelo Plano de Mobilidade Urbana. Segundo o PDDU (2000), As Áreas de Desenvolvimento Econômico que constam nos anexos VII e VIII são de fundamental significado para a estruturação urbana do município. Devem ser tratadas como uma estratégia do PDDU de planejamento e desenvolvimento futuro aliando conexões, interfaces urbanas, zonas de transição e principalmente os corredores de centralidades.

Como é destacado no inciso VI, do artigo 180º, promover e desenvolver centralidades regionais e locais é decisivo para constituir a estruturação urbana direcionada para o desenvolvimento social e econômico municipal. Neste sentido, fazer uma reavaliação do mapeamento das áreas potenciais regionais e locais para a potencialização dos corredores é um estratégia essencial para que o PDDU seja muito além de um plano regulador, um plano de real desenvolvimento municipal.



Atentar para os policentros na diversidade do macrozoneamento, suas demandas e densidades, assim como potencialidades e condicionantes. Esta questão abrange uma dinâmica de crescimento futuro que estará relacionando mobilidade urbana, infraestrutura, uso e ocupação do solo e conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social.

Segundo (NETTO, 2014) uma cidade eficiente teria uma rede de ligações físicas conectando lugares de atuação de tal modo que facilitaria a passagem entre as ligações potenciais para as ligações efetivas, na forma de interações realizadas de fato.

Para (NETTO, 2014), a oportunidade: propriedade de privilégio locacional da residência em relação à localização do trabalho ou serviço. O indicador pode incluir a análise da população em suas localizações e serviços por porte, atratividade, complexidade e tipo. Pode usar ainda uma análise direcionada (origens e destinos especificados) e incluir as formas de locomoção dos residentes considerados e a atratividade dos serviços. Localizados no alcance do residente, usando a distância e a atratividade como fatores discriminantes. O indicador tem ainda afinidades à análise da eficiência urbana, ao descrever a disponibilidade de localizações bem atendidas por empregos ou serviços e apontar o potencial para a interatividade de cada localização.

Quanto à mobilidade, (NETTO, 2014) intuitivamente, a propriedade significa capacidade de movimentação na cidade. Ela é, portanto híbrida: relaciona-se tanto a qualidade da estrutura urbana (acessibilidade) quanto às condições de deslocamento (modos de transporte). Sua inclusão como item de equidade se deve à ideia de valorizarmos a distribuição homogênea da mobilidade entre diferentes grupos e classes, de modo a reduzir a fricção da distancia que se abatem sobre indivíduos socialmente diferentes. Deve-se ainda à necessidade de avaliar a disponibilidade das modalidades de transportes usados pelos habitantes para burlar o efeito dessa fricção constante. Além de medidas de acessibilidade topológica e de distancia métrica interna, indicadores de mobilidade podem incluir as medidas de “facilidade de alcance” por modo pedestre e ciclista, a ponderação das disponibilidades de transportes coletivos, bem como os tempos de traslado em diferentes modais.

Neste sentido, partiu-se de uma breve análise focada diretamente nos 10 corredores propostos no novo Plano de Mobilidade que está em fase de conclusão. Os corredores propostos pelo novo Plano de Mobilidade Urbana do Município de Aracaju estão estruturados em 10 eixos principais. Esta análise contextual pretende direcionar um futuro caminho para a possível potencialização de atividades e uso e centralidades localizadas. Tem o objetivo maior de almejar um planejamento focado na estratégia de estruturação urbana. Segue abaixo um breve diagnóstico de uso e ocupação do solo ao longo destes corredores.

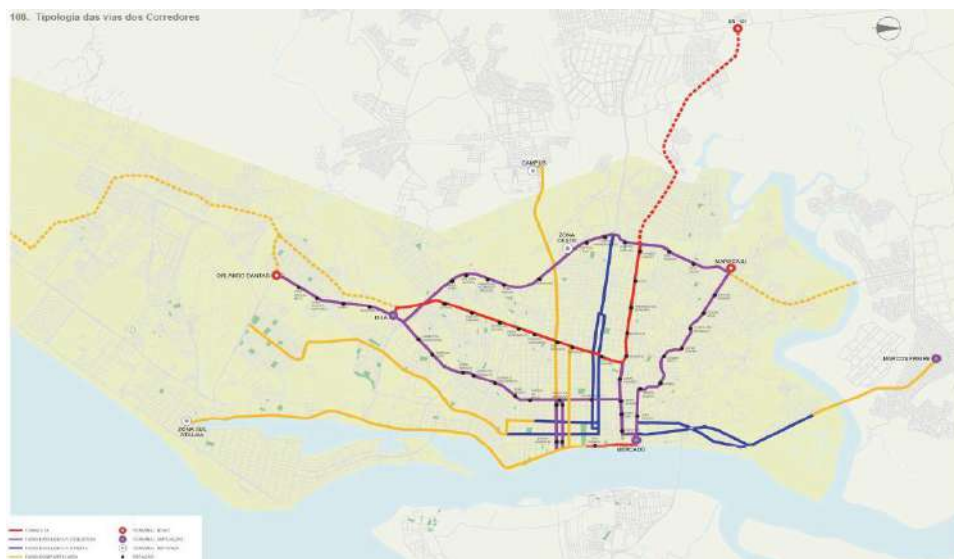


Figura III.43: Corredores Propostos. **Fonte:** Plano de Mobilidade Urbana, 2015

Corredor 01 - Corredor de ônibus que sairá do "Novo Terminal de Ônibus do Mercado" até o Marcos Freire II no Município de Nossa Senhora do Socorro/SE, onde passará pelos Bairros da Zona Norte da cidade. Diante de trecho do percurso pode-se observar o uso e ocupação do solo ao longo desse trecho, a predominância é Residencial de padrão médio a popular, contudo o Bairro Industrial apesar de ter sido para indústrias com o passar dos anos foi perdendo esse foco, mas ainda existe em muitas áreas galpões dessas antigas indústrias. No trecho desse corredor será instalado um Shopping, onde poderá acarretar um estrangulamento no tráfego no futuro. No caminho até o Município de Nossa Senhora do Socorro/SE o corredor passará pelo Bairro Porto Dantas, onde um lado da avenida está instalada o Parque da Cidade e



do outro um uso e ocupação de residências provenientes de loteamentos e invasões há anos atrás. Logo à frente temos no mesmo Bairro o Chamado Coqueiral, onde se predomina grande parte de residências de invasão, contudo essa comunidade esta sendo assistida pelo poder público através de infraestrutura a algum tempo. A partir do Bairro Porto Dantas passa pela ponte que liga Aracaju a Nossa Senhora do Socorro que se encaminham ao Conjunto Marcos Freire II com predominância de uso e ocupação é residencial.

Corredor 02 - Sai do "Novo Terminal no Mercado" até o Terminal do Maracaju no Bairro Santo Dumont, onde ao sair do Mercado percorre a Avenida Simeão Sobral que logo de inicio da avenida se tem o Uso e Ocupação em Comercial e Residencial, mas com predominância em comercial em decorrência da passagem ser dentro do Bairro Industrial que ainda se mantém muitos galpões comerciais. Continuando na Avenida Simeão Sobral já passando pelo Bairro Santo Antonio se vê o Uso residencial com muitos pontos de pequenos comércios ao longo da Avenida, mas o entorno a predominância geral sendo Residencial e com uma Universidade de grandes proporções próxima ao corredor. Na Avenida Eng. Gentil Tavares apesar de existir um grande número de uso comercial as margens da avenida a predominância do entorno continua residencial com padrão Médio a Popular e com pontos isolados de Escolas Estaduais, Municipais e igrejas. Na Avenida Visconde Maracaju continua a predominância de uso residencial com pontos isolados de comercial, mas ao longo após entrar na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck já se mostra trechos de residências Unifamiliares e multifamiliares com pontos Comerciais também no entorno próximo do corredor chegando ao Terminal de Maracaju.

Corredor 3 - Sai do "Novo Terminal do Mercado" até o encontro das avenidas Maranhão e Presidente Juscelino Kubitscheck, daí saindo do terminal do mercado segue na Avenida Antonio Cabral onde no trecho há predominância de uso comercial, seguindo a Avenida Coelho e Campos é de setor comercial ao longo da avenida principalmente no setor automobilístico. No entorno existe o uso residencial do Padrão Médio e Popular. Na Avenida São Paulo se predomina o uso residencial Unifamiliar, chegando próximo ao encontro com a Avenida Presidente Juscelino



Kubitscheck há existência de algumas Residências Multifamiliares e muito comércio no entorno.

Corredor 4 - Trecho do Centro até o Viaduto na saída da Cidade. Em Todo Percurso desse corredor predomina o Uso Comercial sendo o entorno de uso residencial unifamiliar com padrão médio a popular.

Corredor 5 - No percurso do Corredor da Avenida Ivo do Prado até o Terminal do Campus Universidade Federal de Sergipe no Município de São Cristovão/SE. Da Avenida Ivo do Prado percorrendo a Avenida Barão de Maruim, temos a predominância de Comércio e Serviços, mas com grande número de residências multifamiliares e a inexistência de residência unifamiliar ao longo da Avenida. No entorno ainda há residências unifamiliares. No Trecho da Avenida Desembargador Maynard ainda o uso e ocupação com a predominância de Serviços e Comércio ao longo da Avenida, número reduzido de residências multifamiliares e a quase inexistência de residência unifamiliar. No entorno ao longo do corredor a predominância muda para o uso residencial unifamiliar.

Corredor 6 - Percorrer do encontro das Avenidas Coelho e Campos e Avenida Augusto Franco ao lado da Estação da Ferrovia até do Terminal do DIA - Distrito Industrial. No Início do trecho que sai da estação ferroviária o uso e ocupação do entorno são de muitas residências e uso comercial. Em toda a extensão da Avenida Augusto Franco o uso e ocupação são de uso Misto, tanto de uso Comercial como também uso Residencial, onde esse uso é diferenciado como uso unifamiliar e multifamiliar com vários condomínios verticais e horizontais. No Cruzamento da Avenida Augusto Franco com a Avenida Tancredo Neves até o DIA o uso é de grandes comércios e grande PGT - Polos Geradores de Trafego, mas com o entorno de várias residências.

Corredor 7 - Trecho de circulação Transporte que sai da grande Rotatória do Conjunto Orlando Dantas até o encontro das Avenidas Pedro Calazans com Avenida Coelho e Campos. Saindo do Orlando Dantas se tem o uso e ocupação predominante de Residencial Unifamiliar, mas com muitos empreendimentos Multifamiliares de até 04 pavimentos que abrangem até o encontro das Avenidas Heráclito Rollemberg e



João Batista Machado. Após esse cruzamento se estabelece o uso Comercial nas margens da avenida do corredor e no entorno se estabelece o uso residencial de padrão popular até a ponte que liga o Bairro São Conrado ao Bairro Inácio Barbosa, nesse entorno nota-se que muitas residências com espaço de uma única residência se tornam 02, 03, 04 residências aglomerando várias para interesse da própria família que a reside ou até mesmo por questões econômicas, onde se pode alugá-la. No trecho da ponte citada anteriormente até o terminal do DIA, observa-se o grande número de Comércio e Indústrias no entorno, mas não pode esquecer-se do grande número de Residências Multifamiliares de padrão Médio localizadas próximo às margens do Rio Poxim que influencia o uso e ocupação do solo dessa Região. Após o Terminal do DIA na Avenida Adélia Franco se mostra um misto de Uso e Ocupação do Solo, onde se tem tanto uso Comercial, Uso industrial como também Residencial que se pode ser unifamiliar à multifamiliar de padrão Médio à Alto na mesma região. Na Avenida Hermes Fontes o Uso predominante no percurso da Avenida é o Comercial e Serviços, mas com muitos usos Residenciais de Padrão Médio e Alto na faixa uni e multifamiliar no entorno e no trecho do corredor. Na Avenida Pedro Calazans a predominância também se caracteriza pelo Comércio e Serviço ao longo da avenida, mas com muitas residências da mesma característica do perfil anterior e com o entorno seguindo o mesmo formato residencial.

Corredor 8 - Corredor que liga a Avenida Heráclito Rollemberg até o Centro da Cidade. Saindo da Avenida Heráclito Rollemberg atravessando todo o Conjunto Augusto Franco pela Avenida Adel Nunes (Antiga Canal 4) predomina o uso e ocupação de Residências Unifamiliar e Multifamiliares padrão médio, com poucos pontos de Comércio e Serviços. Pode-se considerar também todo o entorno do trecho do corredor que segue a mesma característica. No percurso até a ponte que faz a divisa da Farolândia a o Bairro Inácio Barbosa existe a especulação de execução de um Shopping na área próximo a divisa, o que pode transformar o Bairro. Após a ponte, já no Bairro Inácio Barbosa, tem-se a predominância ainda de residências unifamiliares padrão médio a alto. Com essas transformações que acontecem ao longo da avenida nota-se a mudança de uso residencial passando a ser Uso Comercial e Serviços. No



entorno ainda tem a predominância de uso residencial unifamiliar com alguns pontos de residências multifamiliares. A Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral tem o uso e ocupação principal de comercial e serviços, com muitos usos residenciais ao longo da avenida. No entorno existe grande número de residências multifamiliares e unifamiliares padrão alto e uma parte de terrenos vazios a espera da ocupação urbana. No percurso da Avenida Pedro Valadares e Avenida Acrísio Cruz ao longo das mesmas se predominam o uso de Comercio, Serviços e Residência Multifamiliar padrão Alto e com o entorno de residências Unifamiliares. Na Rua Cedro e Rua Itabaiana até a Avenida Barão de Maruim ao longo das ruas essa predominância de Comércio e Serviços se estende e com o entorno mesclado entre residências unifamiliares, multifamiliares e clínicas prestadoras de serviços. Após a Avenida Barão de Maruim a Rua Itabaiana o uso é comercial e serviços com alguns pontos de residências antigas unifamiliares.

Corredor 9 - Corredor que liga o Terminal da Atalaia a Avenida Rio Branco no Centro da Cidade. Saindo do Terminal da Atalaia no percurso da Avenida Antônio Alves onde o uso total esta no lado esquerdo da avenida com predominância de Comercio, Serviços e alguns pontos existentes de Residência unifamiliar com padrão alto. No entorno a existência de muitos usos residenciais multifamiliares com padrão alto e unifamiliares de padrão alto, médio e baixo. Na Avenida Beira Mar a característica do uso e ocupação é idêntica ao longo de toda a avenida até a ponte ao lado do Parque dos Cajueiros, onde o uso é comercial, Serviço e residência Multifamiliar de Alto Padrão, no entorno com as mesmas características salvo em pontos específicos no Bairro Farolândia, onde existem ainda algumas residências unifamiliares de padrão baixo e médio. Após a ponte do Parque dos Cajueiros até a Avenida Ivo do Prado o uso residencial alto padrão se predomina com alguns pontos de serviços e comércio. No entorno se mantém a mesma característica principalmente com uso residencial alto padrão multifamiliar. Na Avenida Ivo do Prado a predominância é de Comercio e Serviços, mas com pontos isolados ao longo da avenida de uso residencial multifamiliar. Chegando à Avenida Rio Branco a predominância é de comércio com a inexistência de uso residencial.

Corredor 10 - Percurso do Corredor que vai do terminal de ônibus do DIA até o Terminal do Maracaju no Bairro Soledade. Saindo do terminal do DIA seguindo a Avenida Tancredo Neves onde a predominância na avenida é de setor serviços até o encontro com Rua João Ouro, com o entorno de predomínio de uso residencial Unifamiliar e multifamiliar de padrão médio. A partir desse trecho a predominância do uso no percurso é de órgãos de serviços públicos e com o entorno ainda com uso demasiado residencial multifamiliar do lado do Bairro Jabotiana e unifamiliar do lado do Bairro Ponto Novo. Logo após o encontro da Avenida Tancredo Neves com a Avenida Desembargador Maynard continuando no sentido do terminal Maracaju o lado esquerdo da avenida do corredor predomina uso de serviços com órgãos públicos, onde está instalada o maior número de órgãos públicos na Capital e os grandes pólos Geradores de Tráfego da avenida. No lado Direito do corredor se mantém o comércio e serviços e com o entorno de uso residencial unifamiliar de padrão médio e baixo. Após o viaduto da saída da cidade até o Terminal do Maracaju o maior uso é de Comércio e Serviços ao longo da Avenida e com grandes usos residenciais unifamiliares de médio e baixo padrão no entorno no percurso da avenida.

h. Considerações finais

As análises de uso e ocupação do solo no município de Aracaju desencadearam uma visão da atual realidade da cidade. Enquanto Aracaju cresce vertiginosamente dentro dos padrões tipológicos relacionados ao mercado imobiliário e a demanda habitacional, a periferia também vai crescendo informalmente dentro das intervenções, invasões e possibilidades de seus moradores. Nesta dinâmica de crescimento há duas versões mais enfáticas de conseqüências. A ocasionada pelo mercado imobiliário e a habitação informal mais periférica. Este diagnóstico demonstra a situação atual de Aracaju em 2015 através de uma análise perceptiva e conseqüente do Plano Regulador e seus reflexos no ambiente construído.

Nesta perspectiva torna-se importante um planejamento que possibilite caminhos frente às rupturas desencadeadas dela expansão espalhada, em uma



tentativa de conexão da cidade existente em suas mais diversas morfologias. Partindo-se desta lógica, os corredores de conexão planejados pela prefeitura municipal serão muito além de conexões efetivas na mobilidade urbana, deverão ser possíveis eixos de centralidade recebendo uma atenção especial no Plano Regulador e incentivos de potenciais de usos e atividades do solo. Estes corredores serão estratégicos tanto na tentativa de uma conexão, como na geração de conectividade através da estruturação de pólos e serviços mesclados ao uso habitacional.

O diagnóstico de uso e ocupação do solo possibilitou uma visão analítica da atual situação que se encontra o município de Aracaju quanto à forma de ocupação e uso do solo. Pode-se considerar que o município de Aracaju está carecendo de um repensar relacionado diretamente ao PDDU e conseqüentemente ao seu Plano Regulador. Neste caminho, deverá acontecer um redimensionamento dos coeficientes, taxas, alturas e recuos. Este processo abrirá perspectivas para que os futuros empreendimentos possam melhor se relacionar com o ambiente urbano. O PDDU deverá direcionar objetivamente as suas bases conceituais no direcionamento de uma readequação e de um modelo de cidade, estruturando diretrizes e estratégias com o objetivo maior de uma reestruturação urbana.

A revisão do PDDU do Município de Aracaju deverá levar em consideração uma readequação de seu plano regulador referente às normativas de coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade urbana, altura das edificações, recuos. Esta revisão deverá ser conectada a realidade atual da cidade referente ao uso e ocupação do solo, levando em consideração as tendências e formas urbanas que se consolidaram. Nesta perspectiva, verificar quais as morfologias consolidadas que devem ser perpetuadas e em quais regiões pretende-se induzir determinadas situações de formada da cidade.

Pode-se assim dizer que é o Plano Diretor atual de Aracaju é genérico para as várias cidades existentes, mas que deveria se relacionar mais adequadamente para cada situação específica das várias cidades e tendências morfológicas consolidadas no ambiente urbano.



CAPÍTULO IV – ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL





SUMÁRIO

IV – ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	3
a. Genealogia patrimonial de Aracaju.....	5
b. Hermenêutica da legislação patrimonial	16
c. Patrimônio Material	16
d. Patrimônio Imaterial	26
e. Descrição do acervo patrimonial oficial de Aracaju.....	31
f. Ecletismo	32
g. Art DÉCO.....	54
h. Bens históricos e culturais.....	57
i. Modernismo	58
j. Bens declarados de Interesse Cultural	65
l. Classificação dos bens	79
Fonte: organizado pelo autor, 2015.....	84
m. Considerações	84

IV – ASPECTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Tem-se como certo que todo patrimônio deve ser preservado e valorado e, para tanto, há necessidade de ações concretas que atuem neste sentido. Assim, embora a capital aracajuana possa ser considerada uma cidade jovem, devemos salvaguardar todos os elementos que registram seus momentos históricos e nos servem de símbolos de nossa identidade coletiva.

No atual modelo político brasileiro, no que se refere à história cultural do país, as dúvidas se acumulam: não temos uma definição para os usos sociais do passado; também pensamos no passado, ou como um nostálgico tempo perdido, ou promovendo-o a um bem de consumo no mercado turístico; a compreensão da história transmitida pelos livros didáticos se mostra fragmentada – referindo-se a fatos e a personagens numa linha do tempo embaralhada e com poucos encaixes. Nesta linha de entendimento, a proposta deste diagnóstico é discutir as potencialidades dos elementos urbanos preservados como marcos históricos na cidade de Aracaju – SE.

Parte-se da premissa de que a população sergipana, apesar de vivenciar os monumentos históricos da capital, permanece alheia a sua história. Diante deste distanciamento, o desafio, sob o ponto vista institucional, é potencializar a concepção do patrimônio oficial transformando-o em “lugares da memória” – materialização da pluralidade de experiências vividas e objetos de reflexões histórico-educacionais.

Num primeiro momento, rastreou-se a legislação acerca do patrimônio histórico e cultural na cidade de Aracaju, partindo do pressuposto que este acervo patrimonial tanto possui valor estético e simbólico, quanto é guardião das experiências culturais registradas pela história. Nessa perspectiva, o segundo momento constitui um levantamento atualizado deste acervo patrimonial oficial, para fornecer suporte a proposta de transformar o patrimônio histórico da cidade em “lugares da memória”, geradores de identidade, memória e cidadania. Por fim, o terceiro momento, simultâneo e complementar, analisa a situação atual desses espaços como passíveis de



historicidade e intencionalidade, para tecer considerações no sentido de garantir sua preservação e demonstrar que se pode transformá-los em ações destinadas a educação patrimonial.

O desafio de valorizar os lugares de memória se apresenta com um teor de dificuldade imensurável em nosso país, dentre os motivos que dão causa a isto, destacamos: primeiro, o desprezo e abandono com que são tratados os objetos de valor histórico, artístico e cultural, em que o antigo é visto como um passado a ser esquecido, enquanto o novo é símbolo de status e de desenvolvimento; segundo, pela pluralidade dos problemas sociais inerente em nossa sociedade, os quais, quase sempre, absorvem boa parte da preocupação das políticas públicas que se destinam a minimizar os impactos sofridos pela população.

No entanto, nenhum motivo por mais substancial que possa se apresentar pode servir como justificativa para impedir a criação de um conjunto de medidas voltadas para o desenvolvimento cultural e para a divulgação dos elementos locais de constituição da identidade coletiva. Ao contrário, precisamos estimular ações direcionadas as diversas instâncias sociais, a fim de conscientizar a comunidade sobre a necessidade de se resgatar a história, os valores e os costumes locais, como um dos poucos meios de se construir à identidade cultural.

Atento ao fato de que as ações preservacionistas não se resumem a tombamentos aleatórios e que tampouco progresso sugere a superação do “antigo” através da exaltação do “novo”, é preciso provocar a adaptação dos instrumentos políticos de preservação para o modo como se compreende atualmente o patrimônio cultural, não cabendo mais restringi-lo somente à conservação de monumentos históricos e de edificações arquitetônicas, mas sim devolver-lhes a vida e incluí-los no cotidiano da cidade.

As estratégias oficiais de valorização do Patrimônio Cultural visam garantir à autenticidade arquitetônica das edificações históricas, a qualidade ambiental dos espaços públicos situados em áreas de preservação, e primordialmente, afiançar a

divulgação dos elementos, dos costumes, e das tradições dessa pluralidade culturas que é a comunidade aracajuana.

O conceito de qualidade ambiental vem assumindo uma postura que se desvincula da simples implementação de programas de revitalização urbana, por vezes, fragmentados em intervenções baseadas em projetos de arquitetura e urbanismo. Há um crescimento das práticas de integração entre as instituições públicas e privadas, sob a égide do envolvimento da sociedade civil, a fim de constituir as diretrizes de utilização dos potenciais locais.

No que concerne ao nosso patrimônio cultural, as ações voltadas para o incremento do lazer e do turismo, por exemplo, podem ser complementadas através de práticas que busquem a conscientização histórica, a apropriação da cultura local e o tratamento qualitativo ao espaço edificado e natural. Assim, essas ações podem valorizar o patrimônio da cidade, no sentido de explorar suas particularidades culturais. Daí o espaço urbano, representado pelos “lugares da memória”, deixa de ser um trajeto ou uma linha de circulação, para se tornar um conjunto de atrativo com potencial de seduzir cidadãos locais e visitantes.

Assim sendo, a valorização dos lugares da memória passa pelo resgate histórico de momentos e ideologias que influenciaram nas características físico-espaciais que formam as paisagens da cidade de Aracaju e nas experiências cotidianas de seus cidadãos acumuladas durante o passar do tempo. Acrescente-se a isso a necessidade de salvaguardar as manifestações culturais (eventos e de festas populares), visando o fortalecimento do patrimônio cultural como ferramenta de construção da identidade local e valorização o espaço público enquanto palco para realização de manifestações sociais e de atividades coletivas.

a. Genealogia patrimonial de Aracaju

A cidade de Aracaju surge a partir da necessidade de um porto capaz de escoar as riquezas e facilitar o comércio com a província de Sergipe, pois, na falta de um porto



em uma outra cidade, o comércio marítimo era feito pela cidade de Salvador, província da Baía de Todos os Santos. A capital da época, a cidade de São Cristóvão, em virtude de sua localização geográfica, tinha grandes dificuldades de comunicação marítima com outros centros comerciais, pois dependia das marés para viabilizar a navegação. Assim, o que orientou a escolha do local para a fundação da nova capital foi a existência de um ponto de escoamento para o mar.

Nesta conjuntura, o povoado de Santo Antonio do Aracaju era o local mais propício para o atendimento das necessidades e para o progresso da província. A transferência da Capital de São Cristóvão para Aracaju se deu através da Resolução nº413, de 17 de março de 1855, na administração do Presidente Inácio Joaquim Barbosa.

A cidade foi constituída dentro de uma conjuntura política oportuna, pois o país havia superado as turbulências políticas de sua independência e o tumultuado período de regência do infante Imperador Pedro II, - serenado pela sua maioridade. Esse período de quietude política e social facilita a transferência da capital de Sergipe da velha cidade de São Cristóvão, fundada em 1590, símbolo da colonização portuguesa na região, para o arraial de Santo Antônio do Aracajú, as margens do Rio Sergipe. Surge, assim, a nova capital. (Revista de Aracaju, 1944).

Os principais argumentos que contribuíram para convencer a Corte dessa transferência foram: o difícil acesso naval a São Cristóvão pela barra do Rio Vaza-Barris, a proximidade da nova sede do Governo a mais próspera região econômica da província – o vale do Rio Cotinguiba -, a necessidade de um maior controle sobre o escoamento da produção açucareira, e os problemas urbanísticos da antiga capital da província, característicos de uma cidade do período colonial que teve sua ocupação baseada em fortificações e sítio bastante acidentado com arruamento tortuoso e malha irregular.

Segundo Fernando Porto (1944), quando da idealização da nova cidade, o propósito do então Presidente da Província de Sergipe, - o Sr. Inácio Joaquim Barbosa - , e do idealizador formal de seu traçado urbano, - o Capitão de Engenheiros Sebastião José Basílio Pirro, - imbuídos do espírito progressista da época, era criar uma cidade totalmente diferente da antiga capital, e para isso lançaram mão de um plano



ortogonal, com quarteirões quadrados e ruas de largura invariável, formando um tabuleiro de xadrez as margens do Rio que justificara sua existência. Pirro agiu influenciado por tendências urbanísticas daquele período, muito inclinadas ao uso exagerado de linhas retas e malha de forma geométrica.

A rua reta, indicada no traçado da cidade, além de exercer uma função pedagógica, promovia economia tanto na execução de suas obras, quanto na posterior manutenção, acelerava a mobilização no centro urbano, aumentando a velocidade de quem circulasse por elas, e garantia o controle visual dos transeuntes. Além de reta, a rua deveria ser uniforme, isto é, proporcionar uma largura constante ao longo de seu traçado, sujeitando inclusive os elementos naturais (FABRIS, 2000). Essa orientação de traçado, mais as diretrizes do código de postura guiaram os diversos fatores envolvidos na conformação de rua – altura e alinhamento dos edifícios, circulação do ar, trânsito, arborização e insolação (PORTO, 1944).

Posteriormente é aberta a Rua João Ribeiro, cuja configuração rompia com a ortogonalidade do traçado urbanístico. Esta rua ligava o Centro à colina do povoado Santo Antônio, local onde, aos poucos, foi estruturado o bairro Santo Antônio. Em seguida, surgiu o bairro Industrial, em função de um pequeno crescimento para o norte, com a instalação, em 1884, da primeira fábrica de tecidos, a Sergipe Industrial. Mais tarde, a consolidação do bairro é garantida com a instalação, em 1904, de uma segunda fábrica de tecidos, a Confiança, e a construção de suas vilas operárias (OLIVEIRA, 2005).

Não constava no planejamento inicial da cidade a localização dos edifícios públicos e ou de uso público, o que sugere que a concentração das sedes dos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a Catedral, sede o poder eclesiástico, no sitio formado pelas três Praças, Fausto Cardoso, Guilherme Campos (atual Almirante Barroso) e Olímpio Campos, constituindo o caminho para o qual a cidade se desdobrou para o oeste (PORTO, 1944).

Nas décadas seguintes, os governantes se preocuparam com a estrutura básica da cidade, providenciando os aterros de algumas lagoas existentes e do mangue, conseqüentemente, abria-se espaço para as construções públicas, religiosas,

comerciais e residências, que formariam o acervo arquitetônico da época. (CARVALHO, 2005).

Foi na presidência de Salvador de Sá e Benevides que a construção civil tomou grande impulso com a edificação de vários prédios como: a Cadeia Pública, atual Palácio Serigy, a Alfândega, a Igreja São Salvador, a Igreja Nossa Senhora da Conceição (matriz) e o prédio da Assembleia (atual Palácio Fausto Cardoso).

No entanto, a cidade de Inácio Barbosa foi assolada por um lento ritmo de desenvolvimento. Durante o transcorrer de toda segunda metade o século XIX, período da administração imperial no Brasil, Aracaju não passou de uma cidadezinha pobre e acanhada, plantada as margens pantanosas do Rio Sergipe. Aconteceu, portanto, o que era óbvio em tais circunstâncias: diante da extrema penúria que se acostumara os cofres públicos, a cidade mergulha literalmente na lama de suas ruas sem pavimentos, entregue às mãos de uma Câmara Municipal paupérrima e de Governos Provinciais desinteressados.

No início do século XX, Aracaju despertava. Apesar das dificuldades não havia no Estado outra cidade que se comparasse a ela, pois além de ser o centro político-administrativo, onde os poderes constituídos engendravam suas decisões, era também o maior centro industrial e comercial de Sergipe (AZEVEDO, 2005). O arquiteto José Walter Chou (2005), em seu texto para uma coletânea elaborada pela Prefeitura Municipal, em homenagem aos 150 anos da cidade, relata que os cidadãos aracajuanos da década de 1910, ansiosos por alcançar o status de “cidade moderna”, iniciam uma série de reformas influenciadas pelos padrões apresentados nos grandes centros brasileiros e europeus.

Apesar de sua liderança no Estado e do seu processo de industrialização, a capital sergipana, ainda apresentava graves deficiências em infraestrutura e uma insistente escassez de recursos públicos, mesmo assim, é neste período que inúmeras intervenções serão realizadas para a modernização da cidade, obras como: calçamento de diversas ruas (1900), inauguração do Hospital Santa Isabel (1900), urbanização de algumas praças, instalação da rede de iluminação elétrica (1913), rede de abastecimento de água (1908), sistema de esgotamento sanitário (1914),

embelezamento dos prédios públicos e a implantação do sistema de transporte público - bondes de tração animal (1908).

O Grupo Escolar foi a tipologia arquitetônica escolhida para representar esse momento. Chamado de “templo do saber” ou de “escola republicana”, se caracterizava por um edifício majestoso, bem orientado quanto à ventilação e iluminação, de localização privilegiada no núcleo urbano, um verdadeiro monumento à modernidade. Nele, o uso de uma nova metodologia e de recursos didáticos modernos visava inculcar os ideais e valores republicanos. Em Aracaju entre 1911 e 1925, foram implantados seis Grupos: “Modelo”, “General Siqueira”, “Barão de Maruim”, “General Valadão”, “Manoel Luiz” e “José Augusto Ferraz” (AZEVEDO, 2005).

O núcleo urbano capaz de representar esse momento de modernidade peculiar no processo histórico é o conjunto formado pelas três Praças - Fausto Cardoso, Guilherme Campos (atual Almirante Barroso) e Olímpio Campos, onde se encontram diversos monumentos representativos da tradição arquitetônica e cultural, por sediar o poder político-administrativo-religioso do Estado e ser o palco de importantes manifestações culturais, como: festas comemorativas, protestos e manifestações políticas e o incidente da Revolta de Fausto Cardoso¹.

A primeira Praça e a mais próxima ao Rio Sergipe é a Praça Fausto Cardoso, onde estão localizados: a) a “Ponte do Imperador”, monumento erguido em madeira, em 1860, para receber o Imperador D. Pedro II em visita a Sergipe, mas reformada duas vezes no período inicial do século XX (1904 e 1919), passando a ter sua estrutura em concreto e estilo eclético; b) a Aleia de Palmeiras Imperial, plantada para a mesma ocasião da ponte; c) o prédio da Delegacia Fiscal; d) o Hotel Brazil e casas residenciais. A praça em si, neste período, era apenas um quarteirão coberto por canteiros de

¹ **Fausto de Aguiar Cardoso** ([Divina Pastora, 1864-1906](#)) foi um advogado, poeta, filósofo e político sergipano formado em [Direito](#) pela [Faculdade de Direito do Recife](#), escreveu para jornais em Recife e integrou o Movimento de Renovação do Pensamento Nacional, foi fundador do Partido Progressista que aderiu ao movimento republicano, sendo eleito deputado federal em duas legislaturas. Fausto foi assassinado no Palácio do Governo, em Aracaju, durante o movimento de 1906.



grama e a Aleia de palmeiras que conduzia o caminho central perpendicular ao rio, mas em 1914 são inaugurados dois coretos (SANTOS, ALMEIDA E NASCIMENTO, 2005).

A segunda praça, menor das três, era a Guilherme Campos (atual Almirante Barroso) ladeada de prédios residenciais e constando em seu interior o maior conjunto de monumentos arquitetônicos. Estão sediados ai: a) o Palácio Olímpio Campos - sede do Governo do Estado, que nesse período de modernização da cidade sofreu uma reforma de embelezamento substituindo o estilo neoclássico original (imperial) pelo eclético (republicano), obra realizada pela Missão Italiana (1918), e que hoje abriga um museu dedicado à República; b) o Palácio Fausto Cardoso, sede da Assembleia Legislativa, reformado na mesma época para receber a roupagem republicana sendo atualmente usado como Escola Superior do Legislativo; e c) o prédio da Intendência – tesouro do Estado, atual sede da Câmara Municipal.

Por fim, na Praça da Matriz, mais ao oeste, denominada Praça Olímpio Campos, ao norte localiza-se o suntuoso prédio da Escola Normal e Escola Modelo, inaugurado em 1911 como parte do modelo educacional republicano, hoje esta edificação abriga o Centro Turístico de Aracaju; ao sul, estão situados os prédios do Palácio Inácio Babosa, sede da Prefeitura da cidade, atualmente desativado; e o Palácio Episcopal, sede da Diocese de Aracaju; no lado oeste, o Palacete do Tribunal de Relação, em estilo eclético (SANTOS, ALMEIDA E NASCIMENTO, 2005).

No interior da Praça Olímpio Campos encontra-se a Catedral Metropolitana - Igreja Nossa Sra. da Conceição, - também reformada para o receber o tema eclético (neogótico) nas primeiras décadas do século passado. O arquiteto Nestor Goulart Reis Filho em seu livro Quadro da Arquitetura no Brasil (1997), assim registra que “a influência do ecletismo era, assim apenas um fenômeno formal que abriu condições para o avanço tecnológico e, simultaneamente, para o reforço da dependência cultural e material do mercado externo”. Em Sergipe, nas duas primeiras décadas do século XX, os prédios públicos passam do estilo neoclássico para o eclético, reforçando a atualização estilística, que posteriormente irá refletir nas camadas sociais abastadas e médias da população. O ecletismo se fez apresentar nas fachadas das edificações, até o final da década de 1920 e caracterizava-se, em linhas gerais, por uma maior



liberdade na ornamentação e pelo emprego de diferentes linguagens arquitetônicas numa mesma edificação, sem apresentar uma preocupação com o exagero. As edificações que se inserem neste perfil estilístico são:

- Jardim de Infância Augusto Maynard, na Rua Dom José Thomaz, 106;
- Prédio do Vaticano, na Avenida Otoniel Dória, 534;
- Imóveis situados na Avenida Otoniel Dória, nos 500, 506, 511, 524, e 594;
- Prédio da Receita Federal (antiga Alfândega), Praça general Valadão, s/nº;
- Residências nº 39 e nº 87 situadas na Rua Estância;
- Supermercado G. Barbosa, na Rua José do Prado Franco, 148;
- Associação Comercial de Sergipe, na Rua José do Prado Franco, 557;
- Mercados Municipal Antônio Franco e Thalles Ferraz, Rua José do Prado Franco, s/n;
- Secretaria do Estado da Educação (antigo Atheneu Sergipense), Avenida Ivo do Prado, 398 A;
- Prédio do CULTART (antiga Faculdade de Direito), Avenida Ivo do Prado, 612;
- Vila Carmem, na Avenida Ivo do Prado, 646;
- Palacete da Família Rollemberg, na Avenida Ivo do Prado, 1072;
- Palácio Olímpio Campos, Praça Fausto Cardoso, s/n;
- Palácio Fausto Cardoso, Praça Fausto Cardoso, s/n;
- Delegacia Fiscal da Receita Federal, Praça Fausto Cardoso, 272;
- Ponte do Imperador, Praça Fausto Cardoso, s/n;
- Catedral Metropolitana de Aracaju, Praça Olímpio Campos;
- Palácio Episcopal de Aracaju, Praça Olímpio Campos, s/nº;
- Palácio Inácio Barbosa - Prefeitura Municipal de Aracaju, Praça Olímpio Campos, s/nº;
- Câmara Municipal de Aracaju (Palácio Graccho Cardoso) -, Praça Olímpio Campos, 74;
- Antigo Palácio da Justiça, Praça Olímpio Campos, 14;



- Instituto de Educação Rui Barbosa/Escola Normal/Centro de Turismo, Praça Olímpio Campos, s/n;
- Antigo Fórum Desembargador Vasconcelos, Praça Olímpio Campos, s/n;
- Antigo Mercado do Siqueira (feira do Aribé), Rua Carlos Correia, s/n;
- Instituto Parreiras Horta, Rua Campo do Brito, 551;
- Loja Fonseca e Cia, Avenida Barão do Rio Branco, 60;
- Residência Dr. Leonardo Leite, Praça Camerino, 225;
- Seminário Arquidiocesano, Avenida General Calazans, 586;
- Grupo Escolar Manuel Luís, Avenida Pedro Calazans, 1184;
- Penitenciária do Estado, Rua José Rutima, s/n;
- Quartel da Polícia Militar, Rua Itabaiana, 336;
- Antiga residência da família Fonseca, Rua Itabaiana, 424;
- Hospital São Domingos Sávio, Rua Itabaiana, 690;
- Residência nº 986, situada na Rua Itabaiana (demolida);
- Loja Maçônica Cotinguiba, Rua Santo Amaro, 171;
- Secretaria de Segurança Pública, Praça Tobias Barreto, s/n;
- Instituto de Identificação, na Rua Duque de Caxias, s/n;
- Igreja de Santo Antônio, situada no Alto da Colina Santo Antônio;
- Igreja de São Salvador, Rua Laranjeiras, s/n;
- Vila Operária do bairro Industrial, Rua João Rodrigues, 26;
- Antigo Farol, na rótula da Avenida Murilo Dantas, s/n.

A partir da década de 30, o crescimento da cidade não se dá mais em função do rio, mas das rodovias de comunicação com o interior e da ferrovia consolidando-se desta forma o crescimento para o oeste. Surge então o bairro Aribé, atual Siqueira Campos, advindo da construção da ferrovia e, principalmente, com a dispersão da comunidade humilde impossibilitada de permanecer nas cercanias do “Quadrado de Pirro” pelo rigor dos códigos de postura e devido aos elevados preços dos terrenos. Com o desenvolvimento do transporte ferroviário surgiu também o bairro 18 do Forte,

alavancado com a instalação do Quartel 28º BC, nas proximidades do morro do Cruzeiro.

Com a revolução de 30 e a instalação do Estado Novo, o Brasil encontrava-se sob a égide do Governo de Getúlio Vargas que passou a adotar como estilo oficial de suas construções o Art Deco (proto-racionalismo). A confirmação disso foi à expansão dos Correios com sedes nesse estilo em diversas capitais. As linhas geométricas do Art Deco logo se apresentam em diversos prédios públicos, comerciais e até em residências por toda a cidade. A grande inovação fica por conta do concreto armado na construção e do uso de marquises, características deste movimento arquitetônico (SCHUSTER, 2005).

Inusitado, o estilo Art Deco explode após a década de 1930, apresentando características diferentes do ecletismo historicista, entretanto também não se enquadrava nas concepções arquitetônicas do modernismo racional. É um estilo marcado pela geometrização da ornamentação tradicional e o princípio da simplicidade das formas compassadamente difundidas a partir da introdução do concreto armado. De acordo com o levantamento realizado, as edificações de Aracaju que se inserem neste perfil estilístico são:

- Hospital Cirurgia, situado na Avenida Desembargador Maynard, s/n;
- Cemitério dos Náufragos, no antigo povoado Mosqueiro, hoje zona de expansão do município;
- Antigo Cinema Palace, calçadão da Avenida João Pessoa, s/n;
- Casas de Veraneio do bairro Atalaia, situadas na Avenida Beira Mar, 2240 e 2425, e na praça Dr. Carvalho Neto, nos 33, 57 e 83;
- Arquivo Público do Estado de Sergipe – Palácio Carvalho Neto, na Praça Fausto Cardoso, 248;
- Secretaria do Estado da Saúde (Palácio Serigy), Praça General Valadão, s/n;
- Estação Ferroviária e Oficinas, na Praça dos Expedicionários, s/n;
- Colégio Patrocínio São José, Praça Tobias Barreto s/n;



- Juizado Especial Federal Fórum Margarida Oliveira Cantarelli, travessa Martinho Garcez;
- Defensoria Pública, Rua Vila Cristina;
- Departamento de Apoio ao Sistema Educacional (DASE), rua Dom José Thomaz;
- Conjunto de Casas Altenesh, na Rua Duque de Caxias, 508;
- Instituto Histórico e Geográfico Sergipano, Rua Itabaianinha, s/n;
- Outras casas na Rua Dom José Thomaz; e;
- Antigo Cinema Rio Branco (Reformado), situado na Rua João Pessoa, 182.

Economicamente, na década de 1940, Sergipe desfrutava de um momento ímpar, pois com o advento da Segunda Guerra Mundial surge uma demanda na industrial têxtil local atrelada as necessidades do mercado internacional. Esse período testemunharia às intervenções progressistas do Estado Novo em que há um forte investimento nos transportes terrestres com a implantação de ferrovias e, principalmente, a abertura de grandes rodovias (BR-101). Como consequência, a cidade passa a receber um fluxo maior de imigrações, o que promove sua expansão territorial, período que fica caracterizado como “crescimento tentacular”, cujo desenvolvimento se dá ao longo dos novos eixos de transporte. É desta época a ocupação dos bairros America e Cidade Nova (relacionados à BR-101) e São José e 13 de Julho, ligados a via de acesso ao Aeroporto Santa Maria (1957) e a praia de Atalaia. O bairro São José e esse eixo rodoviário de acesso a Atalaia se tornariam as vitrines do novo movimento estilístico que se instalava na cidade, o Modernismo.

Concomitante ao movimento do Art Deco, o Modernismo (ou International Style) proferido pela “Carta de Atenas”², surge a partir da década de 1940,

² A **Carta de Atenas** é o manifesto [urbanístico](#) resultante do IV [Congresso Internacional de Arquitetura Moderna](#) (CIAM), realizado em [Atenas](#) em [1933](#). Foi dominado pela visão de [Le Corbusier](#), onde, o tópico sobre patrimônio histórico foi introduzido por solicitações dos delegados italianos. O documento final, fruto dessas discussões, define praticamente o conceito de [urbanismo](#) moderno, traçando diretrizes e fórmulas que, segundo os seus autores, seriam aplicáveis internacionalmente. A Carta considerava a [cidade](#) como um organismo a ser concebido de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. Desse modo, preconiza a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, em lugar do



apresentando uma ruptura com as características arquitetônicas do passado e uma concepção de projeto em que a forma deriva da função. Novas técnicas e materiais, como aço, alumínio, vidro e concreto armado são introduzidos nas edificações, possibilitando a execução de longos vãos livres e de balanços estruturais. As edificações que se inserem neste perfil estilístico são:

- Edifício do Hotel Palace, em estado lamentável de abandono, situado na Praça General Valadão;
- Edifício Walter Franco, Praça Fausto Cardoso;
- Residências na Rua Vila Cristina, nos 194, 254, 222 e 288;
- Residência na Rua Senador Rollemberg, nº 217;
- Residência na Avenida Barão de Maruim, 306;
- Edifício Atalaia na Avenida Ivo do Prado, 820;
- Residências na Avenida Ivo do Prado, nos 282, 296 e 942.

O centro histórico do município (área que abriga o maior conjunto de bens relacionados) apresenta problemas que, em geral, vem acelerando a sua degradação. Nesse sentido, podem ser citados: 1) a falta de regulamentação dos equipamentos de comunicação visual que acabam encobrendo as fachadas do conjunto arquitetônico representativo; 2) as reformas inconseqüentes realizadas de modo aleatório pelos proprietários das edificações, descaracterizando o estilo original, e 3) a especulação imobiliária que vem forçando a demolição do casario a fim de abrir espaço para novos empreendimentos. (OLIVEIRA, 2005).

O que deve ser colocado em pauta, urgentemente, é a salvaguarda desses símbolos que integram parte de nossa memória coletiva, tendo como foco principal assegurar a preservação dos elementos referenciais de cada época a partir de políticas públicas que visem à valorização do patrimônio histórico e cultural. Articulando o

caráter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade, na qual os edifícios se desenvolvem em altura e inscrevem em áreas verdes, por esse motivo, pouco densas. Tais preceitos influenciaram o desenvolvimento das cidades [europeias](#) após a [Segunda Guerra Mundial](#) e, no [Brasil](#), a criação do [Plano Piloto](#) de [Brasília](#) por [Lúcio Costa](#). (Wikipédia).

passado com o presente, e garantindo o direito à formação da identidade aracajuana às próximas gerações.

b. Hermenêutica da legislação patrimonial

Este tópico objetiva analisar o escopo do conjunto das obras legislativas ligadas as três esferas da administração pública – Federal, Estadual e Municipal, - associadas ao tema do patrimônio cultural da cidade de Aracaju. Para tanto foi adotada uma metodologia que segmentou o campo em duas vertentes: a do Patrimônio Material e a do Patrimônio Imaterial ou Intangível. A intenção dessa divisão é apenas tornar a apresentação das análises mais didática, mesmo porque se entende que os dois eixos estão interligados.

c. Patrimônio Material

A Carta Constitucional de 1934 foi à pioneira na prerrogativa do Poder Público em matéria de proteção aos bens culturais do país, mas por conta de sua curta duração, praticamente não foi implantada não havendo a efetividade das normas de proteção (IPHAN, 2008).

Durante o governo de Getúlio Vargas o país passou por várias transformações no campo social e cultural, com o estabelecimento de metas para o desenvolvimento em questões ligadas a modernidade e, ainda, a implantação das primeiras medidas de implementação de políticas culturais. O Ministro de Educação e Cultura à época era Gustavo Capanema que convidou Mário de Andrade³ para elaborar o tal anteprojeto para a criação do órgão de patrimônio, entregue em 24 de março de 1936. Algumas das primeiras medidas de institucionalização da ação do Estado sobre a cultura no

³ **Mário** Raul de Moraes **Andrade** ([São Paulo, 9 de outubro de 1893](#) — São Paulo, [25 de fevereiro de 1945](#)) foi um [poeta](#), [escritor](#), [crítico literário](#), [musicólogo](#), [folclorista](#), [ensaísta](#) brasileiro. Ele foi um dos pioneiros da poesia moderna brasileira com a publicação de seu livro [Pauliceia Desvairada](#) em 1922. Andrade exerceu uma grande influência na literatura moderna brasileira e, como ensaísta e estudioso foi um pioneiro do campo da [etnomusicologia](#) - sua influência transcendeu as fronteiras do Brasil.

campo do patrimônio em 1936 foi à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN que mais tarde se reverteria no IPHAN⁴.

Na sequência histórica, a Constituição outorgada de 1937, no novo regime - Estado Novo, - incluiu dispositivo expresso de proteção ao patrimônio, em seu artigo 134, in verbis:

Art. 134 – Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional

Mas foi o Decreto 25, de 30 de novembro de 1937, ainda em vigor; que definitivamente alicerçou toda a política patrimonial do Brasil. Influenciado pela Carta de Atenas (1933) e pelos intelectuais do movimento modernista traz em seu texto (elaborado por Mário de Andrade) a base para toda política pública de preservação patrimonial do Governo Federal e orienta os órgãos responsáveis pela curadoria desse acervo,

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza, ou agenciados pela indústria humana.

Como mencionado acima, o instituto do Tombamento está presente na legislação brasileira, em âmbito federal, através desse Decreto-Lei. Ele serviu de

⁴ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma [autarquia](#) do [Governo do Brasil](#), vinculada ao [Ministério da Cultura](#), responsável pela preservação do acervo patrimonial tangível e intangível do país.

suporte para as atividades do IPHAN durante todas essas décadas e ainda hoje rege as ações preservacionistas conduzidas por esse órgão em todo o país (IPHAN, 2008).

Vige, atualmente, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - lei fundamental e suprema da nação, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. No que tange ao patrimônio cultural brasileiro, se revela muito inovadora.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.



A expressão “Patrimônio Cultural” quase sempre esteve associada a prédios e objetos antigos, relíquias guardadas em museus que precisavam ser conservadas. Em geral são monumentos que fazem parte da história de uma nação ou são obras de arte já consagradas. Esse conceito de patrimônio foi expandido pela atual Carta Magna, pois, além dos bens materiais, como igrejas e outros monumentos arquitetônicos, que de algum modo contam a história de uma sociedade, incorporou-se ao conceito outro universo de memórias e conhecimento que completam e ajudam a registrar essa história: as expressões e representações da vida de um povo, suas festas, suas tradições, a religiosidade, o jeito de vestir e até o que se come, constituem patrimônio dessa gente (IPHAN,2008).

O Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000 é o instrumento jurídico responsável por reconhecer a necessidade de elaborar e implementar políticas públicas sistemáticas para a continuidade e preservação de bens dessa natureza, instituindo o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criando o programa nacional de patrimônio imaterial, nascendo, destarte, o registro oficial de bens.

Devido a sua formação progressista de traços ecléticos e influência europeia, a cidade de Aracaju se encontra no vácuo das políticas públicas de preservação da memória, herdadas do movimento modernista da década de 1930, que instituiu a ideia de que a memória que constitui a identidade do povo brasileiro é sempre a ligada à época de formação do Estado Nacional, - o período Colonial. Essa ideia levou à negligência dos órgãos oficiais de patrimônio durante muito tempo, da memória da herança oriunda de épocas mais recentes da história, a exemplo do patrimônio cultural material da capital sergipana: uma cidade idealizada e planejada nos meados do século XIX, mas com a sua consolidação no início do século XX.

Em Sergipe, o IPHAN mantém inúmeros bens tombados, individualmente ou em conjunto, espalhados pelo interior do Estado e vinculados ao período colonial (pedra e cal). Inclusive duas cidades, São Cristóvão (1938) e Laranjeiras (1997), possuem suas paisagens urbanas salvaguardadas pelo Governo Federal, no entanto, a capital não mereceu sequer um registro.

Nas últimas décadas, essa filosofia institucional tem sofrido duras críticas e a renovação do corpo técnico do órgão tem iniciado uma revisão desses ideais, tanto assim, que em meados dos anos 90, o IPHAN tombou o conjunto arquitetônico de características holandesas do Recife Antigo, em Pernambuco - um passo importante no reconhecimento de outros movimentos artísticos como formadores da identidade brasileira. É nessa linha que em 2010 o Ministério Público Federal em Sergipe organiza com o apoio de outras instituições o Simpósio “Patrimônio Art Deco em Aracaju”, evento do qual resulta a Carta de Aracaju, documento que clama pelo reconhecimento do Patrimônio Cultural da cidade.

Provocada por esse tipo manifestação, a Superintendência do IPHAN em Sergipe elaborou um mapeamento dos bens de interesse histórico no centro de Aracaju, realizado através da contratação do escritório Ana Libório Arquitetos Ltda, no conjunto arquitetônico do núcleo de fundacional da cidade (bairro Centro) e com base nessa documentação definiu e indicou uma área desta região para tombamento.

Pioneira no Nordeste, a Lei Estadual 2.069 de 28 de dezembro de 1976 dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe garantindo proteção e vigilância do Poder Público Estadual aos bens móveis ou imóveis, atuais ou futuros, existentes em seu território, de domínio público ou privado (Inc. I e II Art. 5o), cuja preservação seja de interesse público e que passarão a constituir o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, depois de decretado o seu tombamento por ato do chefe do poder Executivo Estadual bem como efetuado sua inscrição no livro de Tombo (artigo 2º).

Esse instrumento define o seguinte enquadramento para os bens com potencial de registro:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">a) Construções de notável qualidade estética ou particularmente representativa de determinada época ou estilo (Inc. I Art. 1º);b) Edifício intimamente vinculado a fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade (Inc. II Art. 1º).c) Monumentos naturais, sítios e paisagens que sirvam de “habitat” a espécies interessantes da flora e da fauna local (Inc. III Art. 1º).d) Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural (Inc. IV Art. 1º). |
|---|

É notável que o Decreto-Lei Nº 25/37 se apresenta como inspiração para o projeto da legislação estadual. A Lei Estadual 2.069/76 institui o processo de tombamento e suas regulamentações. Esse instrumento jurídico, a fim de salvaguardar o acervo, determina ainda que os bens tombados não poderão em hipótese alguma ser demolidos ou mutilados, não podendo, igualmente, sem prévia licença da Secretaria de Estado da Cultura, ser reformados, pintados ou restaurados, sob pena de multa correspondente ao custo da reparação do dano causado, para retorno ao estado anterior, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal (Art. 10).

Nessa legislação nota-se a previsão de decreto específico para regulação da matéria. Essa complementaridade se concretiza no Decreto Estadual nº 16.607, de 22 de julho de 1997, que dispõe sobre exigência legal de prévia aprovação ou licença para execução de obras ou serviços em imóveis, edifícios ou outros bens tombados.

A execução de obras ou serviços de reforma, reparos, restauração, pintura e/ou conservação em prédios, imóveis e outros bens tombados constituinte do Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe fica na dependência de prévia aprovação ou licença concedida pelo Instituto do Patrimônio Cultural - INSPAC, da Secretaria de Estado da Cultura (artigo 1º) ou órgão similar.

Na esfera municipal, as leis ligadas à preservação do patrimônio histórico nascem com a criação do Conselho Municipal de Cultura - CMC, Lei 1.160 de 27 de janeiro de 1986, reformulada pela Lei Municipal 1.445, de 26 de dezembro de 1988 – que cria órgão colegiado de natureza consultiva, que tem como finalidade estudar e sugerir medidas no sentido de fomentar e difundir todas as manifestações relacionadas com a cultura e as artes.

É atribuição do CMC o julgamento das solicitações de tombamento, assim como deliberações acerca do acervo do patrimônio histórico e cultural do município, porém, tramita na Câmara Municipal de Aracaju uma proposta de lei de reestruturação do CMC (2012) que retira as atribuições relacionadas ao patrimônio desse colegiado.



Assim como a legislação estadual seguiu o plasma do modelo do Decreto-Lei 25/37, a Lei Municipal nº. 1.463 de 30 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o Patrimônio Cultural de Aracaju, é uma adaptação à Lei Estadual nº 2.069/76. Em termos de estrutura, a lei municipal, praticamente, se mantém igual à lei estadual predecessora, apresentando algumas alterações no tocante as responsabilidades e competências administrativas. Essas alterações foram inseridas com o objetivo de oferecer condições adequadas de atuação e gerência no contexto local.

Contudo, houve uma mudança conceitual sobre a ideia de patrimônio que passou a ser não apenas um conjunto de bens culturais móveis e imóveis de notório valor estético ou histórico, mas também, como condição material de construção da identidade e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade aracajuana, em particular, dos grupos étnicos encontrados nas diferentes manifestações culturais do município. Essa alteração foi influenciada pelos preceitos que nortearam a Constituição Federal elaborada em período concomitante (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com a Lei, entre os bens considerados como portadores de referência à identidade coletiva, destacam-se: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, e, evidentemente, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e arqueológico.

Como diretriz, foi instituída a necessidade de participação popular no processo de reconhecimento do patrimônio. Percebe-se que a participação popular pode ser uma forma de prevenir e conscientizar da sociedade sobre a importância da preservação dos seus símbolos culturais. Nesse sentido, verifica-se o destaque dado a utilização do Conselho Municipal de Cultura nas deliberações sobre a constituição do acervo patrimonial.

O registro dos bens móveis e imóveis tombados será anotado em um dos quatro livros previstos na Lei, a depender de seu enquadramento. Dessa forma, a inscrição pode ser feita no livro de tombos específicos (arqueológico, etnográfico, bibliográfico, histórico, artístico ou folclórico; de edifícios e monumentos isolados; de

conjuntos urbanos e sítios históricos; e, de monumentos, sítios e paisagens naturais), sendo a Secretaria Municipal de Cultura curadora do acervo.

Esse instrumento prevê em seu art. 22 o impedimento de qualquer construção ou a instalação de objeto ou anteparo do tipo cartazes e anúncios, que possam prejudicar a estética, a paisagem e, principalmente, a visibilidade do bem imóvel tombado, sob pena de incidir multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da obra ou objeto instalado. Deflagrado o tema, foi aprovada pela Câmara Municipal de Aracaju, em 06 de maio de 1996, a Lei nº 2.360, que condiciona a instalação de placas publicitárias à exigência de informações sobre a cidade de Aracaju, no intuito de orientar a população, essas informações podem ser turísticas, indicativas, de referências históricas, ambientais, ou culturais. Esse dispositivo era uma tentativa de valorizar o patrimônio cultural de Aracaju, se apropriando da potencialidade da publicidade informativa para expor os valores da cidade, e especificamente, quando sugere a remoção de anteparos e de outros equipamentos comerciais que acabam bloqueando a visibilidade do conjunto arquitetônico referencial. Contudo, observa-se que, concretamente, não houve a sua aplicação.

Entrou em vigor em 23 de agosto de 2013 a Lei Municipal 4.422, que dispõe sobre a publicidade ao ar livre, por qualquer meio de divulgação, em logradouros públicos e em locais visíveis ao público. O seu intuito era estabelecer limites para a veiculação de mensagens publicitárias de identificação e de divulgação de produtos, serviços, marcas, promoções e eventos, porém sem estabelecer parâmetros para a forma e dimensões dos anúncios, o que pode ter sido o motivo do seu insucesso.

Nos últimos quinze anos, a obra legislativa municipal de maior abrangência na busca pela conservação do patrimônio histórico material de Aracaju foi a Lei Complementar nº 42 de dezembro de 2000, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e criou o sistema de planejamento e gestão urbana. No corpo do texto, no Título II – das políticas setoriais de desenvolvimento, no Capítulo II – da política do meio ambiente e patrimônio cultural, na Seção I, do patrimônio cultural -, estão os artigos que constituem diretrizes para a preservação do Patrimônio Cultural.



Os primeiros artigos estabelecem que os bens móveis e imóveis e conjuntos de bens públicos ou privados, tombados ou de interesse cultural, que testemunham a memória histórica, arquitetônica, cultural ou afetiva, localizados no Município, constituem o seu Patrimônio Cultural e estarão sujeitos a critérios especiais de uso e ocupação destinados à sua proteção. (artigo 13) e ainda define diretrizes de disciplinamento e monitoramento desse acervo por parte da prefeitura (artigo 14).

O parágrafo único do artigo 15 delibera sobre a inclusão de novos bens ao acervo patrimonial e determina que a incorporados de novos bens deve ser realizada mediante requerimento do interessado ao Órgão Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e o Conselho Municipal de Cultura.

O PDDU regulamenta também a forma de controle do poder público municipal sobre a construção, reconstrução, reforma, demolição, instalação de comunicação visual e de novas atividades em imóveis e conjuntos integrantes do patrimônio cultural, bem como do seu entorno e especifica que dependerá de licença prévia especial do Órgão Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, após aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - CONDURB e do Conselho Municipal de Cultura qualquer intervenção em bens do acervo do patrimônio cultural (artigo 16) .

Conforme regulamentação do CONDURB, a aprovação/licença de qualquer obra em bens protegidos ficará a cargo da COURB/EMURB-SMTT, após deferimento da Secretaria de Estado da Casa Civil - Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SUBPAC), atualmente Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DIPHAC) vinculada Secretaria de Estado da Cultura, só cabendo envio àquele Conselho em caso de controvérsia.

Na subseção I, o texto trouxe o conceito de bem tombado e distingue que são somente aqueles inscritos nos livros do Tombo Municipal, Estadual e Federal e os que vierem a integrar os já registrados, após o processo de tombamento (artigo 17). Ainda garante sua proteção quando estabelece que estes bens não poderão ser demolidos e

somente poderão sofrer qualquer ação pública ou particular como pintura, reforma ou restauração, no todo ou em parte, mediante licença pela COURB/EMURB (artigo 18).

A subseção II versa sobre a definição de bens declarados de interesse cultural e considera assim aqueles que, embora não tenham sido tombados, apresentam valores de interesse do patrimônio cultura (artigo 19). A licença para obras de reforma, restauração e ampliação em bens declarados de interesse cultural será sempre condicionada à manutenção das características essenciais de fachada e volumetria (artigo 20). uma iniciativa que busca conservar a ambiência urbana sem obstruir a modernização da cidade.

O Anexo XI do PDDU relaciona e classifica em tombados e declarados de interesse cultural, os bens e conjuntos integrantes do patrimônio cultural do Município (artigo 15).

Nesse sentido de conservação da ambiência urbana, o PDDU, em seus artigos 21 e 22, reconhece a importância do núcleo original da cidade para construção da identidade coletiva do aracajuano e estabelece, dado o elevado valor histórico como marco simbólico e por constituir o espaço coletivo de maior identidade para os cidadãos, a delimitação de uma área inscrita entre as Ruas e Avenidas: Rio Branco, Ivo do Prado, Boquim, Itabaiana, Maruim, Santa Luzia, Praça Olímpio Campos, Santo Amaro, Travessa João Quintiliano Fonseca, Apulcro Mota e Santa Rosa (incluindo todas as edificações lindeiras) como Centro Histórico a ser preservado (artigo. 21), seguindo uma vertente das legislações de outras cidades do Brasil do mesmo período em que esta Lei foi elaborada.

O artigo 23 indica que as diretrizes estabelecidas para a conservação da ambiência do Centro Histórico deveriam se transformar em um Programa de Ação que definisse, regulamentasse e implementasse as intervenções para recuperação e valorização do Centro Histórico de Aracaju, a ser elaborado pelo órgão municipal de desenvolvimento urbano do município, contudo, pouca coisa foi feita neste sentido.

As intervenções físicas em edificações situadas no perímetro estabelecido como Centro Histórico deveria priorizar a manutenção das características essenciais de fachada e volumetria, no sentido de promover a proteção do conjunto urbano em

consonância com as diretrizes dispostas no inciso II do art. 22 quanto à desobstrução das fachadas dos imóveis.

Para a instrução dos processos de licenciamento dessas obras foi publicado o Decreto Municipal no 144/01 que regulamenta a aprovação dos projetos de construção, reconstrução, reforma, demolição, instalação de comunicação visual e novas atividades em imóveis e conjuntos integrantes do Patrimônio Cultural, estabelecendo penalidades às infrações cometidas pela inobservância dos dispositivos legais, não isentando o infrator da reconstituição, às suas custas, das características originais do edifício (artigo 3º).

Os instrumentos apresentados nesse constituem todo acervo de leis acerca dos bens materiais da cidade de Aracaju, o que encerra este tópico.

d. Patrimônio Imaterial

A perspectiva de apreender a cultura a partir da dimensão valorativa e referencial que está na base do conceito de patrimônio imaterial se explicita através da noção de referência cultural, elemento estruturante da política de patrimônio imaterial que perpassa todos os processos de salvaguarda. Referências culturais poderiam ser definidas como “os sentidos de valores de importância diferenciada atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares e formas de expressão, etc). e que, por isso mesmo, se constituem em marcos de identidade e memória para determinado grupo social”.(Manual de Aplicação do IRC.Brasília:IPHAn, 2000)

Salvaguardar bens culturais relativos a modos de fazer, a formas de sociabilidade, religiosidade, relacionamentos com o meio ambiente, entre outros, exige uma abordagem especial. Em termos práticos, isso somente é possível por meio de ações de produção de conhecimento, de documentação, de sensibilização da sociedade, de promoção e de apoio às condições sociais e materiais de existência.

Desde a criação do Decreto Federal 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que os



estados brasileiros vêm desenvolvendo ações visando à preservação de bens culturais intangíveis. Entende-se como Patrimônio Cultural Imaterial, as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer, assim como os que são associados às comunidades, os grupos e, quando for o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte de seu Patrimônio Cultural.

A preocupação com a preservação e a valorização das expressões da cultura tradicional e popular surgiu com muita força logo após ser firmada por diversos países a Convenção da UNESCO, sobre a salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972. Em 2003, a Convenção que dá ênfase ao Patrimônio Imaterial cria essa nova consciência para a salvaguarda dos bens intangíveis. A definição do 'Imaterial' dotado pela Convenção é bastante ampla, compreendendo, além das manifestações tradicionalmente englobadas no campo do folclore e da cultura popular, também as práticas agrícolas, terapêuticas, construtivas etc.

A implementação de políticas para o patrimônio imaterial é uma ação de longo e médio prazo e terá sentido e se configurará se levada a sério pelo Estado, Municípios e segmentos sociais e, ainda, se forem incorporadas no modo de viver dos habitantes da cidade. A grande questão seria a falta de entendimento dos próprios envolvidos no processo que dificulta o seu reconhecimento como representativo da memória coletiva, para além das orientações ideológicas dos diferentes grupos envolvidos. Em 2001, foi lançada uma metodologia de inventário específica para o patrimônio imaterial que se soma com outras metodologias de inventário já utilizadas pelas instituições oficiais (para inventário de móveis, imóveis, sítios urbanos, sítios arqueológicos, etc). O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) seria o instrumento de pesquisa, documentação, mobilização social e gestão pública para área.

Dessa forma, fazem-se necessários estudos aprofundados sobre os bens culturais que identificam um povo e/ou comunidade através de pesquisa de campo, registros fotográficos, filmagens, levantamento bibliográfico, elaboração de textos e criação de dossiês, a fim de colaborar para o processo de registro e salvaguarda dos bens reconhecidos como patrimônio cultural, seja de cunho material ou imaterial.



De acordo com o INRC, essa sistematização funciona como um instrumento para conhecer e documentar bens culturais, como também para conhecer o valor atribuído pelos grupos sociais a esses bens. Assim, ao realizar esse trabalho de inventário, ao mesmo tempo em que se documenta, pode se perceber com mais clareza os problemas e soluções para a salvaguarda das manifestações culturais.

Diante disso, ter uma manifestação cultural documentada (por meio de descrições textuais, fotos, vídeos, desenhos, entre outros) pode servir a diversos fins: como fonte de pesquisa, como referências do passado para que possamos entender quem somos hoje, como memória de uma manifestação cultural que não mais ocorre, mas que permanece viva na memória das pessoas e que pode vir a ser reorganizada.

O Governo do Estado de Sergipe reconhece através de Decretos e Leis estaduais alguns bens culturais como Patrimônio Cultural Sergipano de Natureza Imaterial, a saber: a) comidas típicas da culinária sergipana como: a queijada e a bolachinha de goma de São Cristóvão, o manauê, o doce de pimenta do reino, o pé-de-moleque de massa de puba, o beiju de tapioca; o amendoim verde cozido, o malcasado e o saroió; b) o Barco de Fogo de Estância; c) os grupos folclóricos Taieira e São Gonçalo, ambos do município de Laranjeiras; d) a Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora de Divina Pastora e e) a Procissão Nosso Senhor dos Passos de São Cristóvão.

Em Aracaju, existem grupos oriundos da cultura popular tradicional ainda não reconhecidos como Patrimônio, a exemplo do 'Reisado do Jardim Nova Esperança', que necessita de estudos e pesquisas específicas para determinar se já não compõem a identidade cultural aracajuana. O folguedo do exemplo citado é originado de um ato em louvor ao nascimento do Menino Jesus, envolvendo dançadores e músicos de influência portuguesa. O 'Reisado' (conhecido no passado como 'Reiseiros') era um grupo de pessoas que, no período de Natal, saíam de porta em porta anunciando o nascimento de Jesus. Nessa trajetória, arrecadava donativos para ofertar ao Menino Jesus. Em nossa Capital, o 'Reisado' vem perpassando gerações configurando-se uma resistência centenária. Até pouco tempo, segundo pesquisas, o responsável era o mestre Pedro Alves de Lima. O mestre enfrentou diversos problemas existenciais. Mas

ainda assim, mantém em atividade o único grupo de folguedo tradicional que Aracaju possui até então.

Localizado no Bairro Jardim Esperança, o grupo é remanescente do Reisado do Sr. Durvalzinho (Bairro Pereira Lobo, década de 60), e do Reisado Flor do Lírio (Bairro Jardim, em Nossa Senhora do Socorro), conforme informações de populares. Com o passar do tempo obteve a comprovação da trajetória do grupo de folguedo. Convém ressaltar que a tradição mantida pela ancestralidade dos já citados mestres se perdeu no tempo, como é comum nos grupos de dança e nos folguedos tradicionais.

Outro exemplo de cultura popular tradicional presente em Aracaju são as quadrilhas juninas, importante referência da cultura nordestina, principalmente durante o mês de junho, embora não seja uma exclusividade da capital, observando-se grupos em espaços espalhados pelo Estado. Contudo, para a cidade de Aracaju as quadrilhas são uma referência cultural, pois durante todo período junino, em várias partes da cidade, encontramos eventos nos quais se apresentam. Conforme o documento elaborado para o Plano Municipal de Cultura de Aracaju (2012), atualmente na capital sergipana existem em torno de 15 quadrilhas oficiais que estão organizadas em uma Liga das Quadrilhas Juninas ou fazem parte da Federação de Quadrilhas Juninas de Sergipe.

Ainda existem outras manifestações culturais próprias da cidade que, como os exemplos citados merecem atenção e uma pesquisa específica feita por órgãos e equipes técnicas credenciadas para esse tipo de atividade, como o Conselho Municipal de Cultura em parceria com técnicos do órgão gestor da cultura do município, de ofício ou estimulados por uma propositura que pode ser feita por entidades, instituições, organizações da sociedade civil ou mesmo o cidadão comum.

No que tange a eventos culturais de destaque na capital, podemos citar o Forró Caju que, dada a sua dimensão o evento se tornou um importante evento de promoção de divulgação da manifestação cultural referente ao período junino pelo Poder Público Municipal.

O Poder Público Municipal de Aracaju, reconhece através de Leis, manifestações, lugares e saber/fazer como patrimônio cultural de Aracaju apresentados na lista abaixo:

- a) Lei nº 3.685 de 13 de março de 2009, que reconhece como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Aracaju, o Saroio, a Bolachinha de Goma, Beiju, Ginebe, Malcasado, Amendoim Verde Cozido, Queijada, Pé-de-Moleque, Manauê, Doce de Pimenta do Reino.
- b) Lei nº 3.700 de 20 de abril de 2009, que torna Patrimônio Cultural do Município de Aracaju a Rua São João e dá outras providências.
- c) Lei nº 3.743, de 06 de fevereiro de 2010, inclui no Calendário Cultural da Cidade de Aracaju do Dia da Lavagem da Conceição aos oito dias do mês de dezembro.

No ano de 2008, a Câmara de Aracaju enviou para a Prefeitura através do ex-vereador João Francisco dos Santos, uma lei específica para o Patrimônio Imaterial de Aracaju, que precisa ser revista e utilizada.

- Outras observações

A legislação federal apesar de ter aplicabilidade dentro do Município, no que pertine as regras gerais, ainda não foi utilizada para contribuir na preservação do patrimônio da cidade, apesar dos órgãos federais competentes já terem iniciados estudos direcionados neste sentido.

A legislação estadual, embora seja mais antiga e a mais atuante na preservação do patrimônio da cidade, precisa de uma revisão para melhorar as disposições que tratam do registro, para que não se restrinjam somente ao tombamento, mas para estabelecer ações no sentido de envolver a população na apropriação dos bens simbólicos da memória coletiva.

Dentro do levantamento feito na legislação municipal acerca dos tombamentos do patrimônio material e imaterial realizados em Aracaju foram observadas as seguintes incongruências:



- a) Diferente dos modelos federal e estadual, no município de Aracaju o ato de tombamento não é um procedimento administrativo de competência do Executivo – estranhamente a atribuição está sendo exercida pelo Legislativo com a produção de leis;
- b) Talvez pelo motivo acima, os tombamentos não passam por um estudo técnico específico que possa aferir a importância e a representatividade do bem tombado, podendo-se considerar como determinações arbitrárias e de interesse específico;
- c) Como não são um ato do Executivo e nem seguem os ritos das leis federal e estadual, a importância do Conselho Municipal de Cultura no processo foi mitigada, sendo retirada inclusive a atribuição de sua competência;
- d) Também não há qualquer registro em livros de Tombo, haja vista que a determinação do tombamento (?) se dá pela via legal e fica registrada pela publicação da lei

e. Descrição do acervo patrimonial oficial de Aracaju

Segundo o Plano Diretor vigente na cidade de Aracaju, os bens materiais integrantes do patrimônio cultural do Município são classificados em: a) tombados - aqueles inscritos em livros de Tombo e b) declarados de interesse cultural - aqueles que, embora não tenham sido tombados, apresentam valores de interesse do patrimônio cultural.

Para este diagnóstico inicial, sistematizou-se os bens culturais de natureza material, classificando-os a partir dos seguintes critérios: a) pelo estilo arquitetônico e b) pela relevância histórica e cultural do bem. Os estilos arquitetônicos identificados foram: ecletismo, art d'écór e modernismo, seguindo-se do elenco de bens considerados relevantes histórica e culturalmente. Acrescentou-se, ainda, além das edificações e construções, obras de artes (especialmente, artes plásticas), considerados bens materiais de importância para a memória coletiva da cidade. Em

termos organizacionais, os bens foram elencados segundo a ordem cronológica de seus registros.

f. Eclétismo

- **CENTRO DE CULTURA E ARTE** (Antigo Grupo Escolar Barão de Maruim e Antiga Faculdade de Direito)



Figura 1 e 2 – Fachada do monumento - Endereço: Av. Ivo do Prado, 612.

Inaugurada em junho de 1917, no governo do General Manoel Preciliano de Oliveira Valadão, a edificação foi construída inicialmente em 1874, para o funcionamento do Asilo Nossa Senhora da Pureza, que se manteve em atividade até 1891. Em julho de 1917, o espaço (que possui estilo arquitetônico eclético) passa a abrigar o Grupo Escolar Barão de Maruim. De 1950 a 1980, o edifício passa a ser sede da Faculdade de Direito no espaço que hoje sedia o Centro de Cultura e Arte – CULTART, da Universidade Federal de Sergipe.

Tombamento: Decreto nº 4.989, de 23 de abril de 1981. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 5 e 6. Em 30.04.1981.

- **MUSEU DA GENTE SERGIPANA** (Antigo Colégio Atheneu Dom Pedro II)



Figura 3 e 4 - Fachada antes e depois - Endereço: Av. Ivo do Prado, 398.

Um dos mais significativos monumentos ligados à história da educação sergipana. Construção em estilo eclético, data da segunda década do século XX. Anteriormente, outro edifício existia no local. No ano de 1922, a educação em Sergipe passava por alguns problemas, um deles era a construção de uma nova edificação para abrigar o “Atheneu Sergipense”. A situação da educação era crítica no que se refere a remuneração dos professores.

Em 1925, passou a se chamar “Atheneu D. Pedro II” através de um decreto estadual, em homenagem ao centenário do segundo Imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara. Inaugurado em 13 de agosto de 1926, contou com a presença do presidente da República Washington Luiz Pereira e Dr Maurício Graccho Cardoso, na época

Presidente do Estado e funcionou até 1950, quando foi transferido para edificação situada na Praça Graccho Cardoso, na administração de José Rollemberg Leite.

Na segunda administração de José Rollemberg a edificação do Atheneuzinho foi restaurada(1974/1978), passando a sediar a Secretaria de Educação e Cultura.

Hoje, após recente restauração, abriga o Museu da Gente Sergipana.

Tombamento: Processo nº056/83. Decreto nº 6.820, de 28 de janeiro de 1985. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9. Em 27/02/1985.

- **ANTIGO TRIBUNAL DA JUSTIÇA**



Figura 5 e 6 – Fachada antes e depois - Endereço: Praça Olímpio Campos, s/nº.

Construído inicialmente para ser grupo escolar no Governo Graccho Cardoso, durante a administração do Presidente do Estado Dr. Manoel Correia Dantas. Sediou, em épocas diferentes, o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Estado do Governo e a Vice-Governadoria. Construção datada do ano de 1927, o edifício abriga atualmente a

sede da Procuradoria Geral do Estado. Um dos mais significativos monumentos ligado a história jurídica. Arquitetura Civil Urbana. Construção do século XIX, com características do estilo eclético.

Tombamento: Processo nº096/84. Decreto nº 9.991, de 26 de outubro de 1988. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 12. Em 03/11/1988.

- **CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO ARTESANAL (ANTIGA ESCOLA NORMAL)**

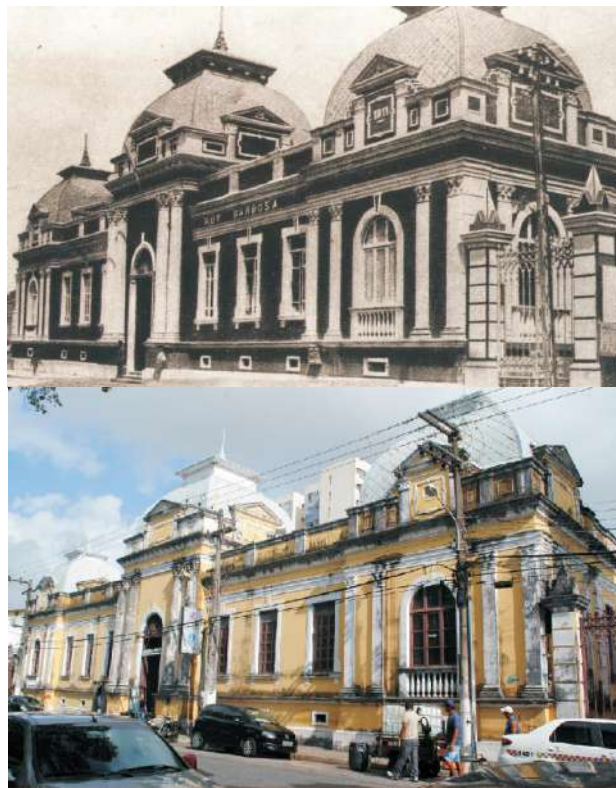


Figura 7 e 8 – Fachada antes e depois - Endereço: Praça Olímpio Campos – Centro.

O edifício foi construído no início do século XX na administração do Dr. José Rodrigues Dórea e inaugurado em agosto de 1911 para abrigar a Escola Normal, mantendo sua função original até o Governo do Dr. Leandro Maciel, quando foi inaugurado o Instituto de Educação Rui Barbosa. A construção do prédio fez parte de um programa de modernização do ensino na Escola Normal e em outras escolas públicas de Sergipe. No ano de 1966, o governo estadual doou a uma entidade que tinha como objetivo fundar uma Faculdade de Odontologia, transformando-se na

Fundação Universidade Federal de Sergipe e se incorporando a seu patrimônio. Em 1976, um decreto presidencial autoriza a sua venda.

Depois de restaurada passou a abrigar o Centro de Turismo e Comercialização Artesanal, em funcionamento até os dias atuais. Sua construção se dá na transição do século XIX para o século XX, em estilo eclético, predominante nas grandes capitais brasileira.

Tombamento: Decreto nº 6.129, de 06 de janeiro de 1984. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 7 e 8. Em 21/02/1984.

- **PALÁCIO OLÍMPIO CAMPOS**

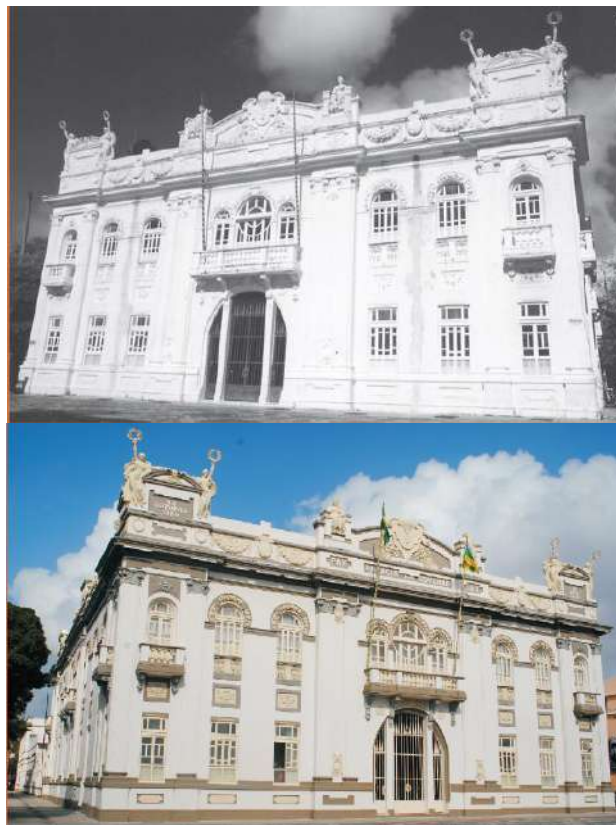


Figura 9 e 10 – Fachada antes e depois - Endereço: Praça Fausto Cardoso, s/nº.

Após assumir a Presidência do Estado, em abril de 1856, o Dr. Salvador Correia de Sá enviou ao Ministro do Império um projeto de autoria de Francisco Pereira

Coutinho e Sebastião Pirro para a construção do novo Palácio Provincial. Porém, sem resultados.

Durante a presidência do Dr. Manoel da Cunha Galvão foi elaborado um novo projeto. As obras de construção do Palácio Olímpio Campos iniciaram-se em 1859, sendo concluídas no ano de 1863, na presidência do Dr. Joaquim de Mendonça. No ano de 1954, no governo do Dr. Arnaldo Garcez, através da Lei Estadual nº 575, o edifício foi denominado “Palácio Olímpio Campos” em homenagem ao monsenhor “Olympio de Souza Campos”, que foi morto no início do século XX, por um filho e um sobrinho de Fausto Cardoso.

O edifício foi sede do Governo do Estado até o ano de 1995. Atualmente o casarão (que passou por recente restauração abriga o Palácio-Museu Olímpio Campos) é um dos mais significativos monumentos ligado à história política sergipana. A construção se deu no período de formação da cidade, com características neo-clássicas. No início do século XX, após várias reformas, assumiu o estilo eclético. Arquitetura Civil.

Tombamento: Processo 06/83. Decreto nº 6.818, de 28 de janeiro de 1985. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 8. Em 27.02.1985

- **CATEDRAL METROPOLITANA DE ARACAJU**



Figura 11 e 12 – Fachada em período distintos - Endereço: Praça Olímpio Campos, s/nº.



A construção iniciou-se em 1862 pelo Cônego Eliziário Vieira Moniz Teles, sendo concluída no ano de 1875, pelo Cônego José Luiz Azevedo, 3º Vigário da Paróquia. Possuindo arquitetura religiosa da segunda metade do século XIX, a Catedral Metropolitana de Aracaju foi elevada e assim denominada em janeiro de 1910, com a criação da Diocese e a posse como 1º Bispo Dom José Tomaz Gomes da Silva. No mesmo século, o edifício passou por uma grande reforma coordenada pelo padre Carlos Camélio Costa. Em 1960, a Diocese foi elevada a sede de Metrópole com a criação da Província Eclesiástica de Aracaju.

O prédio da Catedral (antes conhecida como Igreja de Nossa Senhora da Conceição) possui estilo arquitetônico eclético, apresentando características neoclássicas e neogóticas (a exemplo da pintura decorativa no interior da Igreja, executada pelos artistas Orestes Gatti e Rodolfo Tavares). Propriedade da Arquidiocese.

Tombamento: Processo nº040/83. Decreto nº 6.819, de 28 de janeiro de 1985. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 8. Em 27.02.1985

- **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**



Figura 13 e 14 –Fachada em período distintos - Endereço: Praça Tobias Barreto, s/nº.

Foi edificada para fins educacionais. Sua inauguração é datada em 01 de setembro de 1918 para abrigar o “Grupo Escolar General Valadão”, na presidência do General Manuel Pereira de Oliveira Valadão.

Em 1924, durante o governo Graccho Cardoso, o prédio passou a abrigar a Faculdade Livre de Direito Tobias Barreto.

Atualmente o edifício abriga a Secretaria de Estado da Segurança Pública. Arquitetura Civil.

Tombamento: Processo nº041/83. Decreto nº 6.821, de 28 de janeiro de 1985. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9. Em 27.02.1985.

- **PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE**



Figuras 15 e 16 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Praça Olímpio Campos,s/nº.

O Edifício que abriga o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe antigamente foi sede do Tribunal de Relação, primeiro órgão judiciário de Sergipe, e também abrigou o antigo Juizado de Menores. Foi criado na gestão do Presidente José Calazans em 1890 e inaugurado pelo Presidente Oliveira Valadão em 1894. Atualmente é chamado de Palácio Silvio Romero. Construção do século XIX, com características do estilo eclético. Arquitetura Oficial.

Tombamento: Decreto nº 6.822, de 28 de janeiro de 1985. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9 e 10. Em 27.02.1985.

- **PALÁCIO FAUSTO CARDOSO**



Figuras 17 e 18 – Fachada em períodos distintos - Endereço: Praça Fausto Cardoso, s/nº.

Um dos mais importantes monumentos ligado à história política sergipana. A construção que iniciou em 1868, sendo o Presidente da Província o Coronel José da Trindade Prado, Barão de Propriá (que sucedeu na qualidade de vice-presidente Antônio de Araújo Aragão Bulcão) abrigaria a Assembleia Provincial, prosseguindo com algumas interrupções até 1874.

No início do século XX, ainda apresentava os traços arquitetônicos característicos do neoclássico. O edifício abrigou a antiga sede da Assembleia Legislativa e outras repartições. Por conta do crescimento da máquina burocrática do Governo o prédio torna-se inadequado, sendo assim, em 1987, foi transferido para outro lugar.

Atualmente abriga a Escola do Legislativo Deputado João de Seixas Dória e o Memorial do Legislativo Deputada Quintina Diniz. A construção do prédio é da segunda metade do século XIX, passando por reforma no início do século XX.

Tombamento: Processo 059/83. Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987.
Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 11. Em 22.07.82.

- **IMÓVEIS SITUADOS NA AV. OTONIEL DÓRIA, (500, 506, 511, 520, 524 e 594)**



Figuras 19 e 20 – Vista das fachadas - Imóveis situados na Av OTONIEL DÓRIA, (500, 506, 511, 520, 524 e 594)

O conjunto arquitetônico foi edificado nas primeiras décadas do século passado, para fins comerciais. Imóveis de arquitetura civil urbana da primeira metade do século XX, próximo ao mercado municipal de Aracaju que possuem características do estilo eclético.

Tombamento: Processo nº 046/83. Decreto nº 8.314, de 18 de fevereiro de 1987.
Inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral - fls. 11 e 12. Em 22.07.88

- **PALACETE DA FAMÍLIA ROLLEMBERG** – Atualmente Sede da OAB



Figuras 21e 22 – Fachada em períodos distintos - Endereço: Av. Ivo do Prado, 1072.

O edifício começou a ser construído em 1917, na época de Faro Rollemberg e Amélia Rollemberg, ambos filhos do Barão de Japarutuba e do Barão de Estância. Projetado por Adolfo Rollemberg, seu estilo segue as técnicas tradicionais da arquitetura eclética e do Art' Nouveau e abrigou a família Rollemberg por décadas. Adolfo não chegou a usufruir da casa, vindo a falecer antes do término da construção.

O bem histórico foi passando por gerações, ficando por último os familiares do Senhor Raul Fernando Barreto Rollemberg e Antônio Gonçalo Barreto Rollemberg. O monumento é uma das referências mais importantes da paisagem urbana de Aracaju.

O edifício foi tombado durante o governo de Antônio Carlos Valadares. No ano de 2007 foi restaurado e hoje abriga a Sede da OAB (SE). Arquitetura Civil Urbana.

Tombamento: Processo nº1629/89. Decreto nº 11.118, de 07 de dezembro de 1989. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 14. Em 19/12/1989.

- **CÂMARA DE VEREADORES**



Figuras 23 e 24 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Praça Olímpio Campos, 74.

Um dos mais significativos monumentos ligado a história educacional, cultural e administrativa do Estado de Sergipe. O prédio foi inaugurado em 03 de outubro de 1872, para funcionar o Atheneu Sergipense. Originalmente sua arquitetura possuía traços neoclássicos. Para abrigar a Biblioteca Pública, em 1911, na presidência do Dr. Siqueira Menezes sofreu uma reforma que acrescentou ao edifício um segundo andar.

Funcionou em diferentes épocas o antigo Tesouro do Estado. Possui uma arquitetura civil urbana, institucional, características do estilo eclético, da segunda metade do século XIX, sendo de propriedade do Município de Aracaju.

Tombamento: Processo nº 095/1984. Decreto nº 12.039, de 22 de janeiro de 1991. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 16. Em 21/02/1991.

- **ANTIGO FAROL**



Figuras 25 e 26 – Imagens ante e depois - Endereço: Praça Tenente Domingues Fontes

O antigo farol foi construído a pedido do então presidente da Província de Sergipe, Inácio Barbosa, no ano de 1861, tendo como base uma estrutura de madeira pintada na cor preta. Um incêndio determinara que um novo farol fosse erguido com estrutura de ferro adquirido na Inglaterra.

No ano de 2009 o Farol foi restaurado a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Aracaju e o Governo do Estado de Sergipe.

Tombamento: Decreto nº 15.295, de 21 de abril de 1995. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls. 18 e 19.

- **DELEGACIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**



Figuras 27 e 28 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Praça Fausto Cardoso, nº 272.

O prédio público onde atualmente funciona a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Sergipe (SAMF-SE) já abrigou diversas administrações públicas dentre elas o Palacete da Presidência da Província e a residência oficial do Imperador D. Pedro II, em sua visita ao Estado. O edifício também abrigou a Alfândega, a Procuradoria Geral da Fazenda e o Ministério da Fazenda.

É um dos primeiros edifícios públicos construídos em Aracaju, após a mudança da capital. Arquitetura Civil Urbana. Monumento ligado a História da Arquitetura em Sergipe.

Tombamento: Processo nº098/84. Decreto nº 15.989, de 24 de julho de 1996. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 19 e 20. Em 03/12/1996.

- **PALÁCIO INÁCIO BARBOSA**



Figuras 29 e 30 – Fachadas em períodos distintos Endereço: Praça Olímpio Campos, s/nº.

Antiga Sede da Prefeitura Municipal de Aracaju. O prédio foi construído na gestão do presidente do Estado, Dr. Mauricio Graccho Cardoso no início do século XX e o nome foi dado em homenagem ao fundador da capital. Monumento ligado a histórica política sergipana.

Tombamento: Processo 224/85. Decreto nº 16.559, de 26 de junho de 1997. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 21. Em 11.02.1997.

- QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO



Figuras 31 e 32 – Fachada em períodos distintos - Endereço: Rua Itabaiana, 336.

Construído na gestão do General Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão. Foi originalmente edificada para abrigar o Grupo Escolar Siqueira de Menezes. Durante as obras do Palácio Olímpio Campos - iniciadas no governo do general Valadão e concluídas na administração do general Joaquim Pereira Lobo - abrigou os serviços administrativos da Presidência do Estado. Com a desativação do antigo Quartel da Força Pública, passou a sediar a Polícia Militar.

Tombamento: Processo nº 007/88. Decreto nº18.775, de 02 de maio de 2000. Inscrição no Livro de Tombo nº01 – Geral-fl. 28. Em 03/05/2000.

- **ANTIGA ALFÂNDEGA**



Figuras 33 e 34 – Fachadas em épocas distintas - Endereço: Praça General Valadão, nº 134.

A construção da antiga Alfândega constitui um dos passos iniciais da criação da cidade no movimento de mudança de capital para a cidade de Aracaju. O edifício abrigou também a Delegacia da Receita Federal de Sergipe, hoje se encontra restaurada e sob Administração da Prefeitura Municipal de Aracaju, onde funciona o Centro Cultural Cidade de Aracaju.

Tombamento: Processo. 10.04.03. Decreto nº 21.765, de 9 de abril de 2003. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 5 e 6.

- RESIDÊNCIA LOCALIZADA NA PRAÇA CAMERINO, 225 - Sede do IPHAN.



Figuras 35 e 36 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Av. Barão de Maruim, 225.

Construída no início do século XX pelo proprietário Dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite. Atualmente a edificação abriga a sede da Superintendência do IPHAN em Sergipe.

Tombamento: Processo 52/83. Decreto nº 21.786, de 16 de abril de 2003, Livro de Tombo Geral 01, fl 34. Em 27.11.2003.

- **INSTITUTO PARREIRAS HORTA**

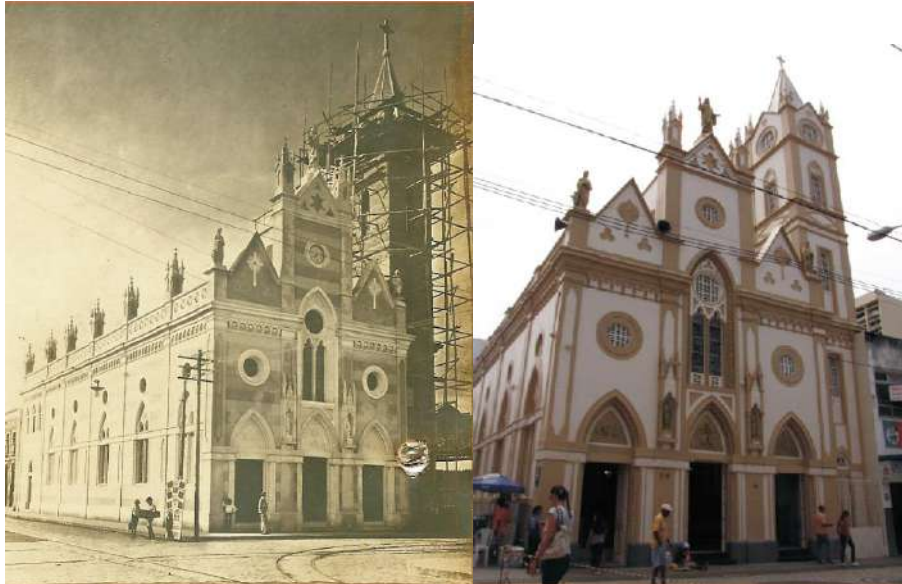


Figuras 37 e 38 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Rua Campo do Brito, 551.

O Instituto Parreiras Horta foi inaugurado no dia 05 de maio de 1924 no governo de Mauricio Graccho Cardoso. O Instituto foi construído para completar a nova estrutura de saúde pública estadual da época, tendo como principais atribuições o preparo e distribuição das vacinas antivariólica e antirrábica. Atualmente o edifício abriga a Fundação de Saúde Parreiras Horta. Arquitetura Oficial.

Tombamento: Processo 73/2003. Decreto nº 25.058, de 21 de fevereiro de 2008. Inscrição no livro de tomo 01, Geral, fl 44.

- CAPELA DE SÃO SALVADOR



Figuras 39 e 40 – Fachada em período distintos - Endereço: Rua Laranjeiras, s/nº.

A Casa de Oração, dedicada a São Salvador, teve a sua construção iniciada pelo Presidente da Província - Salvador Correia de Sá e Benevides. A Igreja São Salvador foi um dos primeiros templos católicos de Aracaju já que a única igreja existente em Aracaju, à época de sua construção, era a capela de Santo Antônio. A Capela São Salvador foi inaugurada em 23 de outubro de 1857 e foi a matriz da capital até a inauguração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Hoje funciona normalmente no Calçadão comercial do Centro da cidade.

ANTIGA PENITENCIÁRIA MODELO DE ARACAJU



Figuras 41 e 42 – Fachadas antes e depois - Endereço: Rua José Zuckman, s/nº, Bairro América.

A antiga Penitenciária do Estado foi construída no governo de Graccho Cardoso, sendo inaugurada em outubro de 1926, com projeto do engenheiro Arthur Araújo. Antes chamado de Reformatório Penal do Estado, o espaço abrigava cerca de 180 internos e foi sofrendo deteriorações em sua estrutura pela superlotação. Após ser reformada, a edificação abriga hoje a Escola de Gestão Penitenciária Professor Acrísio Cruz.

- **PALMEIRAS IMPERIAIS**



Figura 43 – Palmeira Imperiais da praça Fausto Cardoso.

A aleia de palmeiras imperiais plantada no eixo definido pelo percurso entre a Ponte do Imperador e a Catedral (Igreja Nossa Sra. da Conceição) foi uma homenagem a visita do Imperador Dom Pedro II a capital Sergipana, no início da segunda metade do século XIX. A implantação desse eixo em parques e praças era uma característica da corrente clássica do paisagismo, disseminada pelos franceses durante o período da *Belle Époque*⁵, por isso a selecionamos como bem cultural material ligado ao ecletismo.

Conjunto tombado de acordo com o Código Florestal. Decreto nº 4.450, de 14 de setembro de 1979. Praça Almirante Barroso – Centro Histórico de Aracaju

⁵ A *Belle Époque* (expressão francesa que significa bela época) foi um período de cultura cosmopolita na história da Europa que começou no fim do século XIX (1871) e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão. Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano (Wikipédia).

g. Art DÉCO

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE



Figuras 44 e 45 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Praça Fausto Cardoso, 248.

O prédio denominado de Palácio Carvalho Neto foi edificado em 1936, na administração do Interventor Federal Eronildes Ferreira de Carvalho, com o intuito de abrigar a Biblioteca Pública do Estado. A partir de 1974, passar a ser sede do Arquivo Público Estadual. Carvalho Neto foi um dos grandes intelectuais sergipanos, jurista, professor do Direito do Trabalho e Escritor. A construção segue o estilo da Art Décor, ficando seu projeto a cargo do engenheiro Altenesh.

Arquitetura Civil Urbana. Um monumento ligado a história educacional e cultural de Sergipe.

Tombamento: Processo 097/84. Decreto nº 12.038, de 22 de janeiro de 1991. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 16. Em 21/02/1991.

- ANTIGO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES



Figura 46 – Fachadas atuais, tomadas por engenhos publicitários.

Monumento ligado à história religiosa e educacional do Estado de Sergipe. Foi construído para abrigar o Colégio das Irmãs Sacramentinas que marcou época entre os anos 50 e 70.

Arquitetura civil urbana, propriedade dividida entre o Município de Aracaju (pavimento superior) e alguns lojistas (pavimento térreo), o que vem dificultando a administração do prédio.

Tombamento: Processo nº 084/2001. Decreto nº 20.953, de dezembro de 2002. Inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral - fl. 31.

- **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO SERGIPANO**



Figuras 47 e 48 – Fachada em períodos próximos - Endereço: Rua Itabaianinha, nº 41.

Criado em 06 de agosto de 1912, o Instituto foi chamado por muito tempo de “Casa de Sergipe”, sendo uma importante entidade envolvida na construção da identidade cultural do Estado. O edifício que atualmente abriga o IHGSE foi sede da antiga Rádio Difusora de Sergipe, a primeira emissora de rádio de Sergipe.

Tombamento: Processo 93/84. Decreto nº 24.383, de 09 de maio de 2007. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 43. Em 20.11.2007.

- **PONTE DO IMPERADOR**



Figuras 49 e 50 Imagens antes e depois - Endereço: Praça Fausto Cardoso, s/nº.

A ponte foi construída em 1859, na administração do engenheiro Manuel da Cunha Galvão. Feita em madeira inicialmente, tinha o objetivo de recepcionar o Imperador do Brasil D. Pedro II na cidade numa localização com frente para o Palácio. Em 1867, sob a presidência de José Pereira da Silva Moraes, a ponte, que se encontrava em mal estado de conservação, passou por uma reforma com o objetivo de deixá-la com acabamento em ferro. Mais tarde, em 1904, o presidente do Estado Josino Menezes encomenda a construção de uma ponte metálica através do engenheiro Heráclito de Faria Lima, por meio da Casa Henry Rogers Son&Co, da Inglaterra.

Em 1919, com novo pensamento urbanístico e com a preocupação de aproveitar a velha estrutura da ponte, Hugo Bozzi ganha o concurso para construção da ponte, que tinha agora um aspecto de monumento celebrativo ao Centenário de Emancipação Política de Sergipe. Hoje chamada de Ponte do Imperador, a plataforma de desembarque passou por diversas reformas assim como por mudanças de nome que iam de acordo com o regime político vigente. Já foi conhecida como Ponte do Governador, Ponte Metálica, Ponte do Presidente e Ponte do Desembarque.

h. Bens históricos e culturais

- **CEMITÉRIO DOS NÁUFRAGOS**



Figura 51 - Endereço: Rodovia dos Náufragos.

Elevada a monumento histórico por guardar os despojos e perpetuar a memória daqueles que vitimados pela guerra tombaram inocentes, chamados pela Paz. Sendo assim, o cemitério guarda os restos mortais de náufragos da II Guerra Mundial provenientes de afundamentos na costa de Sergipe, nas proximidades da Capital Aracaju. Esse atentado nazifascista foi considerado um insulto a soberania brasileira. No ano de 1972, o bem cultural foi restaurado pela SUDOPE. Propriedade do Ministério da Marinha. Monumento ligado a história da navegação em Sergipe.

Tombamento: Processo 043/89. Decreto nº 2.571, de 20 de maio de 1973. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 25. Em 29.05.1985.

i. Modernismo

- PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA “GOVERNADOR LUIZ GARCIA”.



Figura 52 – Fachada recente – Endereço: Praça João XXIII

O surgimento desse monumento se deu após a derrubada do Morro do Bonfim. Visto como um local marginalizado, com presença de cabarés, um local de boemia. Com o crescimento urbano da cidade se viu a necessidade da derrubada do referido morro. O então Governador Luiz Garcia resolve criar esse espaço, fundado em janeiro de 1962. O monumento é um marco da cidade de Aracaju. Lugar de encontros, reencontros e despedidas. O terminal (hoje denominado pelos sergipanos de Rodoviária Velha) é ponto de referência até os dias atuais. Em 1988, passou por reformas e ampliação. Arquitetura civil de função pública, edificada na segunda

metade do século XX. Propriedade do Estado. Praça João XIII – Centro Histórico de Aracaju.

Tombamento: Processo nº 047/98. Decreto nº21.766, de 09 de abril de 2003. Inscrição no Livro de Tombo nº01 – Geral – fl. 33. Em 01.07.2003.

- **FRAGMENTOS DO CARROSSEL DE TOBIAS**



Figura 53 – Fragmentos do Carrossel de Tobias – localizado no Museu da Gente de Sergipana

O Carrossel de Tobias chegou ao Brasil no fim do século XIX. Foi construído nos Estados Unidos, no mesmo século. Na cidade do Recife, foi onde a atração iniciou, depois de alguns anos seguiu para Maceió até o ano de 1904, mesmo ano em que chegou a Aracaju. No ano em que o Brasil completou 100 anos de sua independência (1920), o Carrossel foi instalado em uma praça onde estão localizados atualmente os Mercados Municipais.

Monumento ligado a história da sociedade sergipana. Atualmente, do Carrossel só existem alguns fragmentos dos elementos artísticos que em 2013 passaram por processo de restauração. Graças ao empenho de Ana Conceição Sobral de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha, coordenadora e assessora da Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural/SUBPAC, sendo o professor Msc Emérito da Universidade Federal de Sergipe, Luiz Alberto dos Santos, o Subsecretário da referida

instituição, juntamente com Ézio Déda, Superintendente do Instituto Banese. Trabalho de restauro realizado por Luis Carlos.

Tombamento: Processo nº078/84. Decreto nº9.087, de 18 de dezembro de 1987. Inscrição de Tombo nº01 – Geral fl. 10. Em 04/11/1988.

- **EMBARCAÇÕES TOTOTÓ**



Figura 54 - Tototó.

Conjunto de embarcações de transporte de pessoas utilizada na travessia do Rio Sergipe, entre a capital e o Município de Barra dos Coqueiros, protegidas pela Lei Estadual nº 7320, de 20 de dezembro de 2011, como Patrimônio Cultural do Estado de Sergipe. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 56.

- **CACIQUE CHÁ**



Figura 55 e 56 – Fachadas atuais da edificação Endereço: Praça Olímpio Campos

Construção da primeira metade do século XX, passando por reformas ao longo do tempo. Protegido através do Decreto, nº 29.557, de 23 de outubro de 2013. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl 54.

Artes Plásticas

- **PAINÉIS E MURAIIS DO ARTISTA PLÁSTICO JENNER AUGUSTO**



Figuras 57 e 58 – Pinturas murais de Jenner Augusto – Endereço: Edf. Walter Franco e Cacique Chá.

Produção artística do século XX. Localizados no antigo Cinema Pálace, Hotel Pálace de Aracaju. Atualmente no Teatro Atheneu Governador Arnaldo Rollemberg Garcez, edifício Walter Franco e restaurante Cacique Chá. Decreto nº 9.990, de 26 de outubro de 1988. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 12 e 13.

- **ARTES PLÁSTICAS DO ARTÍSTA HORÁCIO HORA**



Figura 59 – “A Virgem” – Endereço: Catedral Metropolitana de Aracaju.

Bem móvel, produção artística do século XIX. (Tela “A Virgem, de Murilo—cópia realizada por Horácio Hora) Sacristia da Catedral Metropolitana de Aracaju, Propriedade da Arquidiocese de Aracaju. Decreto nº18.776, de 02 de maio de 2000. Inscrição no Livro de Tombo nº 01-Geral-fl.27. II “Tela Miséria e Caridade”, bem móvel, produção do século XIX, pertenceu ao Hospital Amparo de Maria em Estância e adquirida pelo Governo do Estado em 2010 para compor o acervo do Palácio Museu Olímpio Campos. Decreto nº 18.776, de 02 de maio de 2000. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl 27.

- **ESCULTURA A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**



Figura: 60 - Escultura de Nossa Senhora da Conceição.

Imagem retratando Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade de Aracaju. Escultura em concreto medindo 10 metros de altura, de autoria da artista plástica pernambucana, Vera Toledo. Inaugurada na primeira década do século XXI, dezembro de 2006. Parque José Rollemberg Leite (Parque da Cidade) ARACAJU. Propriedade do Estado. Declarada de interesse público para fins de inscrição e tombamento no patrimônio histórico e artístico de Sergipe, a preservação da escultura de Nossa Senhora da Conceição.

Tombamento: Decreto nº24. 158, de 28 de dezembro de 2006.Inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 42

- CONJUNTO DE ESCULTURAS LOCALIZADAS NO ESPAÇO 'FORMADORES DA NACIONALIDADE'



Figura 61 – Esculturas no Espaço Formadores da Nacionalidade.

Esculturas e vultos históricos compreendendo as de Joaquim José da Silva Xavier – O Tiradentes, D. Pedro II, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Barão do Rio Branco, Duque de Caxias, José Bonifácio de Andrade da Silva, Princesa Izabel e por último em 2012, inclui-se a escultura de Zumbi dos Palmares. Conjunto de esculturas de autoria do artista plástico Leo Santana, inaugurado na primeira década do século XXI/2006. Espaço Formadores da Nacionalidade. Localizado na Orla Marítima de Aracaju. Praia de Atalaia.

Tombamento: Processo nº 057/2006. Decreto nº 24.148, de 21 de dezembro de 2006. Inscrição no Livro de Tombo nº01 – Geral fls. 40. Em 07.02.2007.

- **CONJUNTO DE ESCULTURAS DE VULTOS HISTÓRICOS LOCALIZADAS NO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL.**



Figura 61 – Esculturas no Espaço Formadores da Sergipanidade

Esculturas em bronze de autoria do artista plástico Otto Domovich retratando vultos históricos da cultura compreendendo as de Tobias Barreto, Silvio Romero, Manoel Joaquim Bomfim, Maurício Graccho Cardoso, Gumercindo Bessa, Gilberto Amado, José Calazans, Jackson Figueiredo, João Ribeiro e Horácio Hora. Conjunto inaugurado na primeira década do século XXI/2006. Espaço de Convivência Cultural Orla Marítima de Aracaju Praia de Atalaia. Estado de Sergipe. Decreto nº24.147, de 21 de dezembro de 2006. Inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral – fl. 39.

- **MONUMENTO AOS 150 ANOS DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE ARACAJU, HOMENAGEM AO FUNDADOR DA CAPITAL DO ESTADO, INÁCIO JOAQUIM BARBOSA.**



Monumento projetado e executado pelo artista plástico Leo Santana, inaugurado na primeira década do século XXI/2006. Orla Marítima de Aracaju. Praia de Atalaia. Estado de Sergipe. Decreto nº24.149, de 21 de dezembro de 2006. Inscrição no Livro de Tombo nº 01 0 Geral – fl. 41.

j. Bens declarados de Interesse Cultural

- **IGREJA SANTO ANTÔNIO**



Figuras 62 e 63- Fachadas em períodos distintos - Endereço: Alto da Colina Santo Antônio.

O primeiro aglomerado urbano da cidade foi concentrado na Colina do Santo Antônio. Na época da mudança da capital, já existia o povoado de Santo Antônio, no município de Socorro, elevado à categoria de Cidade, pela resolução nº 413, em 17 de março de 1855. Foi lá que se realizou a reunião da Assembleia Provincial que definiu a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju.

Na época, a conhecida Colina do Santo Antônio só possuía algumas casas de pescadores e uma capela de taipa dedicada a Santo Antônio, posteriormente substituída pela atual igreja, que no dia 13 de junho é tomada pelo povo em homenagem ao Santo Casamenteiro. Hoje, a igreja funciona normalmente e oferece ao turista uma vista panorâmica da cidade.

- **LOJA MAÇÔNICA COTINGUIBA**



Figura 64 – Fachada recente - Endereço: Rua Santo Amaro, 171 – Centro.

Em 1872, já existia a Loja "Segredo e Amizade" quando foi fundada a Loja Maçônica Cotinguiba. Situada no Centro da cidade, atualmente a loja mais antiga do ramo está em funcionamento com o título de Loja Capitular.

- **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SERGIPE**



Figura 65 - Fachada do monumento - Endereço: Rua José do Prado Franco, 557.

Idealizada pelo português Antônio Martins de Almeida e fundada no dia 26 de maio de 1872, a Associação Comercial de Sergipe decorreu da atitude progressista dos comerciantes da cidade. No entanto, a construção da sede da associação foi iniciada apenas em 1923 e inaugurada em 1926, com o projeto a cargo do engenheiro Arthur de Araújo e que contou no plano arquitetônico com o apoio do artista italiano Belando Bellandi.

- **VILAS OPERÁRIAS DO BAIRRO INDUSTRIAL**



Figura: 66 – Imagem dos imóveis - Endereço: Rua João Rodrigues, 26.

Nos primeiros anos da Cidade de Aracaju, a localidade onde se encontra o atual Bairro Industrial era chamada de Maçaranduba. Com a chegada das Fábricas de Tecido Sergipe Industrial na segunda metade do século XIX e Confiança em 1907, tornou-se conhecido como Bairro Industrial.

Na década de 80 do século XIX, foi criada a Fábrica Sergipe Industrial e após a morte de seu criador, João Rodrigues, passa a ser administrada pela Thomaz Cruz, José Augusto Ferraz e seu filho Thales Ferraz. Este último manteve uma grande área de lazer para os operários, chamada de Parque Sergipe Industrial, que possuía cinema, teatro e palco para apresentações musicais.

A Fábrica Confiança, fundada em outubro de 1907 pelo Coronel Sabino José Ribeiro, foi a segunda do Setor Têxtil em Aracaju, sob o nome de Ribeiro Chaves & Cia. A Fábrica possibilitou a concessão de benefícios sociais aos operários e familiares

como assistência médica (Policlínica Operária Sabino Ribeiro), creches, Associação Desportiva e casas, como é o caso da conhecida Vila Operária.

- **ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA**



Figura 67-Fachada em períodos distintos - Endereço: Praça dos Expedicionários, bairro Siqueira Campos.

Os trilhos da “Chéninde-Ferdel’EstBrésilien”, localizados no barracão (atual rio Real), não obstante as várias tentativas até 1907 quando foram iniciadas as obras para prosseguir até o Rio São Francisco, em Propriá, com um ramal para cidade de Capela, são inaugurados em 1913 assim como a Estação de Aracaju. Localizava-se na atual Coelho e Campos (demolida na segunda metade dos anos 70 do séc. XX), nas proximidades do mercado Antônio Franco, no Aribé (atual Siqueira Campos) proximidades do cemitério Cruz Vermelha, seguia linha arquitetônica simples como a maioria das estações ferroviárias da época no país. Na década de 50, a Estação Ferroviária foi inaugurada no local atual, junto às Oficinas da Rede Ferroviária Federal.

A estação de Aracaju ligava Alagoinhas (BA) a Sergipe, sendo uma inovação importante para o transporte e para a economia. No anos 40, a estação foi demolida para a construção de uma edificação maior e mais moderna.

- **LOJA A FONSECA**



Figura 68 – Fachada do monumento Endereço: Av. Ivo do Prado, 60.

João Quintiliano da Fonseca, conhecido como João Fonseca, nasceu em Maruim e viveu por um período de sua vida na Alemanha. Comerciante, João Fonseca e sua família abriram a firma A. Fonseca, criada inicialmente em Maruim. A loja A. Fonseca da capital ficava localizada na antiga rua da Aurora, hoje avenida Rio Branco. Em frente ao estabelecimento especificamente em 1908, o Governo de Guilherme Campos iniciou o serviço de transporte de Aracaju, por bondes à tração animal.

- **CINEMA RIO BRANCO**



Figura 69 e 70 - Fachada em períodos distintos - Endereço: Rua João Pessoa, 182.

Inaugurado entre 1903/1904 pelo italiano Nicolau Pungittori, inicialmente chamou-se São José, em seguida Teatro Carlos Gomes. Em 1913, o edifício foi adquirido por Zé Bolacha e em 1917 por José Barreto de Mesquita-“Juca Barreto”, passando a ser conhecido como Cine e Teatro Rio Branco. Considerada durante anos a casa de espetáculos mais importante de Aracaju, cenário de centros políticos e das convenções do PSD e da UDN. Durante anos, foi o único teatro existente em Aracaju. Toda a sua estrutura interior foi demolida abrigando hoje um estabelecimento comercial. Seu estilo eclético após reforma passa a se caracterizar dentro do estilo moderno.

- **SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO**



Figura 71 – Fachada do monumento - Endereço: Av. General Calazans, 586.

Além do Seminário, era também ocupado pela residência dos primeiros Bispos de Sergipe (Dom José Tomaz Gomes da Silva e Dom Fernando Gomes Santos) e pela Cúria Diocesana até a transferência para o atual Palácio Arquiepiscopal, na praça Olímpio Campos. O Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus criado no início do bispado de Dom José Tomás Gomes da Silva foi aberto em agosto de 1913 e tinha como Reitor, o Monsenhor Adalberto Sobral e o Vice-Reitor, o padre José Augusto da Rocha Lima. O seminário está funcionando sem as mesmas características do antigo, na praia do Bairro Industrial.

Coube a Dom José Vicente Távora, no dia 3 de janeiro de 1960, “erguer” o novo Seminário Diocesano de Aracaju, localizado na chácara de Ariston Azevedo, no bairro Industrial.

- **ARQUIDIOCESE DE ARACAJU**



Figuras 72 e 73 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Praça Olímpio Campos, s/nº.

Em sua origem foi construída para residência da família Mandarino, italiano radicado em Sergipe. Sua construção data de 1919. Com a criação da Arquidiocese de Aracaju, o prédio foi dotado para abrigar a residência do Arcebispo e a Administração da Igreja, em Aracaju. É uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Brasil e pertence ao Conselho Episcopal Regional Nordeste III da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (Cúria Metropolitana).

- **PALÁCIO SERIGY (ATUAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE)**



Figuras: 74 e 75- Fachadas em períodos distintos - Endereço: Praça General Valadão, s/nº.

Conhecida como Palácio Serigy, a edificação sedia atualmente a Secretaria de Saúde do Estado abrigando anteriormente a Cadeia Pública da Cidade, cujas obras tiveram início em 1864, com essa função permanece até 1926. Inaugurado em novembro de 1938, para outra função. O edifício foi o primeiro a possuir elevador na cidade. Seguindo o estilo arquitetônico Art Décor de Von Altenesch.

- **HOSPITAL CIRURGIA**



Figuras 76 e 77 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Av. Desembargador Maynard, s/nº.

O Hospital Cirurgia foi fundado em maio de 1926. Até aquele momento só existia na capital o Hospital Santa Isabel mantido em parceria com a Prefeitura de Aracaju. O hospital já abrigou na década de 60 o curso de Medicina, hoje pertencendo à Universidade Federal de Sergipe (UFS).

- **ANTIGO MERCADO DO SIQUEIRA**



Figura: 78 – Fachada da edificação - Endereço: Rua Carlos Correia, s/nº.

O Antigo Mercado do Siqueira também conhecido como Feira do Aribé, por conta da grande produção de vasos de cerâmica na região, funciona desde a década de 30. Atualmente a Feira encontra-se fragilizada por conta das diversas opções de comércio no bairro.

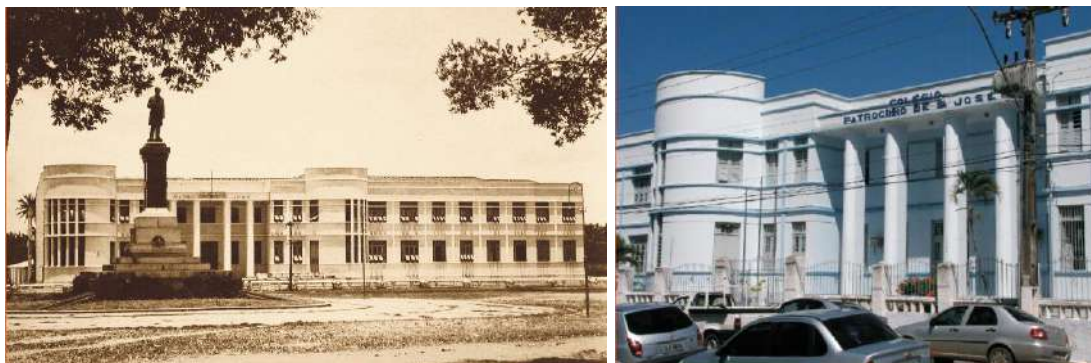
- **JARDIM DE INFÂNCIA AUGUSTO MAYNARD**



Figuras 79 – Fachada do monumento - Endereço: Rua Dom José Thomaz, 106.

O Jardim de infância Augusto Maynard foi inaugurado em 17 de março de 1932 e foi considerada a primeira instituição de educação pública para a infância de Sergipe. O edifício abriga ainda hoje uma escola de ensino público e infantil.

- **PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ**



Figuras: 80 e 81 – Fachadas em períodos distintos Endereço: Praça Tobias Barreto, nº 1042.

A edificação (que até os dias atuais abriga o Colégio Patrocínio São José) teve sua construção em abril de 1940, originalmente com madeiras “biriba” enterradas a pique que sustentam o edifício até hoje. Um dos colégios católicos mais antigos da cidade oferecia educação para meninas no ensino primário, ginásial, secundário e curso pedagógico para a formação de professoras.

- **MERCADOS MUNICIPAIS ANTÔNIO FRANCO E TALES FERRAZ**



Figuras 82 e 83 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Rua José do Prado Franco, s/nº.

O primeiro edifício a ser construído foi o Mercado Antônio Franco, no ano de 1926, em homenagem ao empresário que investiu em sua construção. Isso ocorreu na administração do Presidente Graccho Cardoso. A princípio, o mercado era um lugar de varejo popular onde eram comercializados não apenas produtos industrializados, como também carnes, queijos, doces, mandioca, ervas e produtos relacionados aos cultos afro-brasileiros. Em 1948 foi construído o mercado auxiliar chamado de mercado novo, que recebeu o nome do famoso industrialista Thales Ferraz e possuía linhas arquitetônicas bastante semelhantes às do anterior. Só no final do século XX, com o projeto de revitalização proposto pela Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), em parceria com o Governo do Estado para o Centro da cidade, foi construído o Mercado Albano Franco, já com uma arquitetura diferente dos outros dois.

- **VATICANO**



Figura: 84 – Fachada do monumento - Endereço: Av. Otoniel Dórea, 534.

Conjunto de prédios comerciais construídos na segunda metade do século XX, por José da Silva Ribeiro, comerciante do ramo de ferragem. Abrigando atualmente um ponto comercial, o edifício ficou conhecido como Vaticano devido à suas dimensões e seu estilo arquitetônico. O espaço era composto de quartos e pequenos apartamentos utilizados por comerciantes e famílias de baixa renda, além dos armazéns e pequenos comércios no pavimento térreo.

- **HOSPITAL SÃO DOMINGOS SÁVIO**



Figuras: 85 e 86 – Fachadas em períodos distintos - Endereço: Rua Itabaiana, 660.

O edifício abriga atualmente o Hospital particular Gabriel Soares.

- **CONJUNTO DE CASAS ALTENESCH**



Figura: 87 – Imagem de imóvel - Endereço: Rua Duque de Caxias, 508.

O engenheiro civil H. A. Arendt Von Altenesch, alemão vindo da Argentina, fixou escritório em Aracaju e realizou importantes construções modernas sendo responsável por diversas residências utilizadas até os dias atuais.

- **VILA CARMEM**



Figura: 88 - Fachada do monumento em períodos distintos – Endereço: Av. Ivo do Prado, 646.

Residência de propriedade do Coronel Gonçalo Rollemberg, localizada ao lado do Centro de Cultura e de Arte da Universidade Federal de Sergipe, o Cultart.

- **INSTITUTO G BARBOSA**



Figura: 89 – Fachada do monumento - Endereço: Rua José do Prado Franco, 148.

O Instituto G. Barbosa está instalado no andar superior do prédio da avenida Coelho e Campos, restaurado há algum tempo. O monumento serviu ao público como o Armazém Macedo, como o Bar Triunfo e agora abriga na parte térrea, o supermercado G. Barbosa, com entrada pela rua José do Prado Franco.

- **ESCOLA MANOEL LUIZ**



Figura 90: Fachada do monumento - Endereço: Av. Pedro Calazans, 1184.

É na gestão de Maurício Graccho Cardoso (1922-1928) que a Instrução Pública ganha grande impulso e vários grupos escolares são criados, tanto na capital como nos municípios sergipano. Em prédios identificados pela elegância e sobriedade das linhas arquitetônicas encontra-se o Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, em funcionamento até os dias atuais.

- **RESIDÊNCIAS NA RUA ESTÂNCIA**



Figuras: 91, 92, 93 e 94 – Fachadas dos monumentos.

As edificações seguem o estilo do engenheiro H. V. Altenesh e atualmente abrigam a sede da Fundação de Turismo e Cultura – FUNCAJU e a Rádio da Rede Ilha FM, dentre outras residências. A figura 93, bem de Interesse Cultural, antiga propriedade de Manoel Correia Dantas, prédio onde funcionou a antiga Faculdade de Serviço Social, edificação representativa da arquitetura eclética do início do século XX, caracterizando um momento de desenvolvimento urbano da capital - abriga o Museu do Homem Sergipano, Propriedade da Universidade Federal de Sergipe.

- **CASA DE VERANEIO DA ATALAIA**



Figura: 95 - Imagem do imóvel - Endereço: Av. Beira Mar, 2240/2425. Praça Carvalho Neto, 33, 57 e 83.

Não foram encontrados registros sobre essa propriedade.

- **RESIDÊNCIAS DA FASE MORDENISTA**



Figuras: 96 e 97 – Imagem dos Imóveis localizados na Av. Ivo do Prado, Endereço: Rua Vila Cristina, 194/222/254/288. Rua Senador Rollemberg, 217/ 225. Av. Barão de Maruim, 306. Av. Ivo do Prado, 282/ 296/ 942.

I. Classificação dos bens



A fim de sistematizar as informações anteriores, apresentamos o quadro IV.1 de classificação dos bens tombados e de interesse cultural, na cidade de Aracaju, de acordo com a esfera da Administração Pública responsável pelo registro do acervo histórico.

LEGENDA:

TF - Tombamento Federal;

TE - Tombamento Estadual;

D - Declarados de interesse Cultural;

TM - Tombamento Municipal.

QUADRO IV.1 – Bens Tombados e Declarados de Interesse Cultural do Município de Aracaju.

IMÓVEIS E/OU CONJUNTOS URBANOS		NOMES E/OU FUNÇÕES ANTERIORES	OBSERVAÇÕES	ENDEREÇO	TF	TE	TM	D
1	Juizado Especial Federal	- Ateneu Sergipense - Museu do Homem Sergipano		Praça Camerino, s/n				X
2	Secretaria do Estado da Educação	- Atheneu D. Pedro II	Decreto Nº 6.820/85 (Fechada)	Av. Ivo do Prado,398 A		X		
3	Residência Dr. Leonardo Leite/Sede do IPHAN/SE		Decreto Nº 21.786/03 (Fechada)	Av. Praça Camerindo,225		X		
4	Antigo Farol	- Farol	Decreto Nº 15.295/95 (Fechado)	Av. Murilo Dantas, s/n. B. Farolândia		X		
5	Secretaria de Estado de Segurança Pública e anexo (Instituto de Identificação)	- Grupo Escolar General Valadão	Decreto Nº 6.821/85	Praça Tobias Barreto, 20 B. São José		X		
6	Centro de Turismo e Comercialização Artesanal	- Escola Normal de Aracaju - Instituto de Educação Rui Barbosa	Decreto Nº 6.129/84	Praça Olímpio Campos, s/n Centro		X		
7	Penitenciária do Estado	- Penitenciária Modelo - Reformatório Penal		Rua José Rutma, s/n. B. América		X		
IMÓVEIS E/OU CONJUNTOS URBANOS		NOMES E/OU FUNÇÕES ANTERIORES	OBSERVAÇÕES	ENDEREÇO	TF	TE	TM	D
8	Instituto Parreiras Horta		Decreto nº 25.058/2008	Rua Campo do Brito,551 B. São José..		X		
9	Palácio Gracho Cardoso – Câmara Municipal de Aracaju	- Atheneu Sergipense - Biblioteca Pública do Estado - Tesouro do Estado	Decreto Nº 12.039/91	Praça Olímpio Campos,74		X		
10	Loja A. Fonseca & Cia			Av. Rio Branco,60				X
11	Quartel Central da Polícia Militar do Estado	- Grupo Escolar General Siqueira	Decreto Nº 18.775/00	Rua Itabaiana,336		X		

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

12	Seminário Menor Arquidiocesano			Av. General Calazans,586				X
13	Escola Estadual Manoel Luiz	- Grupo Escolar Manoel Luiz		Av. Pedro Calazans,1184				X
14	Loja Maçônica Cotinguiba	- Loja Maçônica Cotinguiba		Rua Santo Amaro,171 Centro				X
15	Delegacia da Receita Federal	- Mesa de Rendas Provinciais - Alfândega	Decreto Nº 21.765/03 Centro Cultural de Aracaju	Praça General Valadão,s/n		X		
16	Palácio Olímpio Campos	- Palácio Provincial	Decreto Nº 6.818/85 (Fechado)	Praça Fausto Cardoso, s/n		X		
17	Palácio Fausto Cardoso – Escola do Legislativo João Seixas Dória	- Assembleia Provincial - Assembleia Legislativa - Tribunal de Contas	Decreto Nº 8.313/87	Praça Fausto Cardoso, s/n		X		
18	Igreja Santo Antônio			Alto da Colina do Santo Antônio				X
19	Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda	- Palácio Provincial - Delegacia Fiscal	Hospedou o Casal Imperial em 1860 Decreto Nº 15.989/96	Praça Fausto Cardoso, 272 Centro		X		
20	Ponte do Imperador Museu de Rua	Decreto nº 29.556/13	Construída para o desembarque do Casal Imperial na sua visita à Sergipe.	Praça Fausto Cardoso, s/n		X		
21	Igreja de São Salvador	- Igreja do São Salvador	Primeira Igreja edificada no Plano Pirro	Rua Laranjeiras, s/n		X		
22	Memorial do Poder Judiciário	- Tribunal de Relação - Juizado de Menores - Arquivo Geral do Judiciário - Fórum Desemb. José Fernandes Prado Vasconcelos	Decreto Nº 8.313/87	Praça Olímpio Campos, s/n		X		
23	Mercados Municipais Antônio Franco e Thales Ferraz	- Mercado Modelo Antônio Franco e Mercado Auxiliar Thales Ferraz		Rua José do Prado Franco, s/n				X
24	Vila Operária e Capela da Fábrica Sergipe Industrial	Vila Operária e Capela da Fábrica Sergipe Industrial		Av. João Rodrigues,20 a 24 B. Industrial				X
IMÓVEIS E/OU CONJUNTOS URBANOS		NOMES E/OU FUNÇÕES ANTERIORES	OBSERVAÇÕES	ENDEREÇO	TF	TE	TM	D
25	CULTART -Centro de Cultura e Arte - UFS/PROEX	- Asilo N.Senhora da Pureza - Grupo Escolar Barão de Maruim - Faculdade de Direito de Sergipe		Av. Ivo do Prado,612		X		
26	Posto de Saúde /PMA	- Residência - Hospital São Domingos Sávio		Rua Itabaiana,660				X
27	Catedral Metropolitana de Aracaju	- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	Decreto Nº 6.819 /85	Parque Teófilo Dantas		X		



PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

28	Associação Comercial de Sergipe	- Associação Comercial de Sergipe		Rua José do Prado Franco,557 Centro				X
29	Superintendência da Polícia Civil	- Instituto de Identificação Carlos Menezes	Tombado como anexo da Secretária de Segurança Pública Decreto Nº 6.821/85	Rua Duque de Caxias, s/n Bairro São José		X		
30	Palacete da Família Rollemberg	- Residência Adolfo Rollemberg	Decreto Nº 11.118/89	Av. Ivo do Prado,1072		X		
31	Procuradoria Geral do Estado	- Palácio da Justiça - Vice-Governadoria	Decreto Nº 9.991/88	Praça Olímpio Campos, s/n		X		
32	Palácio Arquiepiscopal Cúria Arquidiocesana	- Residência Nicolla Mandarino - Cúria Metropolitana		Praça Olímpio Campos, s/n				X
33	Palácio Inácio Barbosa – Prefeitura Municipal de Aracaju	Palácio do Governo Municipal de Aracaju	Decreto Nº 16.559/97	Praça Olímpio Campos, s/n		X		
34	Palácio Carvalho Neto - Arquivo Público Estadual de Sergipe	- Correios - Biblioteca Pública do Estado	Decreto Nº 12.038/91	Praça Fausto Cardoso,246		X		
35	Palácio Serigy – Secretaria de Estado da Saúde	Construído onde existia a antiga Cadeia Pública		Praça General Valadão				X
36	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe			Rua Itabaiana,41 Centro		X		
37	Residência da Família Sr. Paulo Barreto		Casa construída por Harendt von Altenesh	Rua Duque de Caxias,508 B. São José				X
38	Colégio Patrocínio São José			Praça Tobias Barreto B. São José				X
39	Mercado Carlos Firpo	- Mercado do Siqueira - Feira do Aribé		Rua Carlos Correia, s/n B. Siqueira Campos				X
40	Estação Ferroviária e Oficinas			Praça dos Expedicionários, s/ B. Getúlio Vargas				X
41	Cinema Rio Branco	- Teatro Carlos Gomes	Destombado, demolido e reconstruído	Rua João Pessoa,182 Centro				X
42	Cinema Palace	- Hotel Central - Café e Cine Universal	Abriga pinturas murais de Jenner Augusto Decreto Nº 9.990/88	Rua João Pessoa, s/n Centro				X
IMÓVEIS E/OU CONJUNTOS URBANOS		NOMES E/OU FUNÇÕES ANTERIORES	OBSERVAÇÕES	ENDEREÇO	TF	TE	TM	D
43	Res. do Sr. Pedro Amado	- Residência Chiquito Vila Nova		Rua Itabaiana,983				X
44	Cemitério dos Naufragos		Decreto Nº 2.571/71	Rodovia dos Naufragos, s/n Mosqueiro		X		
45	Conjunto de Armazéns	- Residência do Sr. José da Silva Ribeiro - Vaticano	Os números 478,490,496 não são tombados mas compõem o conjunto Decreto Nº 8.314/87	Av. Otoniel Dórea, Av. Otoniel Dórea, 500,506,511, 520,524 e 534		X		X
46	Vila Carmem – Residência da Família Júlio C. Leite			Av. Ivo do Prado,646 Centro				X
47	Residência da Família Antônio Carlos Leite Franco	- Residência da Família Fonseca		Rua Itabaiana,724 Centro				X

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

48	Jardim da Infância Augusto. Maynard			Rua Dom José Thomaz,106				X
49	Residências da Rua Estância			Rua Estância, 39,53,65, 85 e 246				X
50	Supermercado G. Barbosa	- Edifício Macêdo		Rua José do Prado Franco,148				X
51	Residências de Veraneio da Atalaia Velha	Av. Beira – Mar nº 2240 é o Palácio de Veraneio do Governo		Av. Beira ,2.186,2.240,2.252, Praça Carvalho Neto, 33,57,87 Av,. Rotary, 651				X
52	Residências da Fase Modernistas		A casa da Duque de Caxias, 341 é projeto de Ana Maria Niemayer (filha de Oscar) para Dr. Dalmo Melo	Rua Vila Cristina,194,222,254 e 288 Rua Senador Rollemberg,205,217 e 488 Av. Ivo do Prado,282,296 e 942 Rua Duque de Caxias, 341				X
53	Hospital de Cirurgia e Maternidade Francino Melo	Hospital Cirurgia		Av. Desembargador Maynard,s/n				X
54	Escola Valnir Chagas	- Residência - Colégio Visão - Departamento da Educação/SEED	Possui pinturas murais que retratam a Usina São Félix	Rua Itabaiana, 313 Centro				X
55	Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia		Decreto Nº 21.766/03	Pça João XXIII,s/n Centro		X		
56	Bar Cacique Chá		Abriga os murais tombados de autoria de Jenner Augusto Decreto Nº 9.990/88	Parque Teófilo Dantas		X		
57	Edifício Hotel Palace	- Construído onde existia o Quartel do 28º Batalhão de Caçadores	O painel de Jenner Augusto foi transferido para o Teatro Atheneu	Praça General Valadão				X
58	Conjunto de Praças do Centro: -Pç Fausto Cardoso -Pç Almirante Barroso -Pç Olímpio Campos/ Parque Teófilo Dantas	- Praça do palácio - Jardim Olímpio Campos	Abrigam as palmeiras imperiais tombadas Decreto Nº 4.450/79					X
IMÓVEIS E/OU CONJUNTOS URBANOS		NOMES E/OU FUNÇÕES ANTERIORES	OBSERVAÇÕES	ENDEREÇO	TF	TE	TM	D
59	Praça General Valadão	- Pça da Cadeia - Pça do Quartel - Pça da Alfândega						X
60	Centro Comercial	- Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Colégio das Irmãs Sacramentinas, onde estudavam internas as moças de famílias importantes Decreto Nº 20.953/02	Rua José do Prado Franco Centro		X		
61	Conjunto urbano			Rua Itabaiana, 945, 876, s/n, 852, 783, 758, 740 e 638				X
62	Residência Zé Peixe			Av. Ivo do Prado,				X

**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL**

63	Edifício Walter Franco	- Construído onde existia a Intendência Municipal	Painel tombado em azulejo de Jenner Augusto Decreto Nº 9.990/88	Praça Fausto Cardoso Centro					X
64	Edifício Estado de Sergipe	- Construído onde existia o Quartel do 28º Batalhão de Caçadores	-Maria Feliciano, nome popular em homenagem a mulher mais alta do Brasil, eleita no Programa do Chacrinha	Travessa Baltazar de Goes, 86					X
65	Edifício Atalaia		Primeiro Edifício residencial de Aracaju	Av. Ivo do Prado					X
66	Cemitério da Cruz Vermelha	- Cemitério dos Cambuis		Praça Ranulfo Prata					X
67	Oratório Festivo D. Bosco		- Oratório Bebé	Rua Riachão, 1.276 B. Cirurgia					X
68	Conjuntos Urbanos Bairro Industrial			Av. João Rodrigues, 435 a 511 Av. João Rodrigues, 533 a 577					X
69	Conjuntos Urbanos			Rua Riachuelo, 829 a 855 Rua Riachuelo, 555 Rua Riachuelo, 455, 439, 431					X
70	Galeria de Arte Álvaro Santos	- Construída onde existia o antigo Aquário		Parque Teófilo Dantas					X
71	Colégio Frei Anselmo	- Residência da Família Gervásio Izaías		Av. João Ribeiro, 1.185					X
72	Secretaria de Inclusão Social	LBA	Órgão do Governo do Estado	Rua Santa Luzia,					X
73	Vila Queiroz			Rua de Estância, 391					X
74	Museu do Homem Sergipano-UFS/PROEX	Residência da Família Manoel Correia Dantas		Rua de Estância, 228					X
75	ITPS			Rua Campo do Brito, s/n					X
76	Conjunto Urbano			Pça da Bandeira, 229, 232 e 238					X
77	Vila residencial			Rua de Laranjeiras, 1569 a 1591					X
78	Saboard Celeste			Av. João Ribeiro, 584					X
IMÓVEIS E/OU CONJUNTOS URBANOS		NOMES E/OU FUNÇÕES ANTERIORES	OBSERVAÇÕES	ENDEREÇO	TF	TE	TM	D	
79	Residência			Av. General Calazans, 351					X
80	Conjunto Urbano		Imóveis Descaracterizados.	Av. Barão de Maruim, 306, 588, 593 e 609					X
81	Igreja Nossa Senhora Menina		Projeto Harendt von Altenesh	Rua Itabaiana Centro					X
82	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Sergipe – CBPM		Projeto Harendt von Altenesh	Rua Siriri, 762					X
83	Cemitério Santa Isabel			Pça Princesa Isabel					X

Fonte: organizado pelo autor, 2015.

m. Considerações



O estudo realizado, neste primeiro passo para a revisão do Plano Diretor da cidade de Aracaju, revela um número considerável de bens da capital que já estão protegidos pelo instituto do tombamento. Contudo, e mais importante, as ações de preservação deste patrimônio são em sua maioria ações realizadas pela Administração Pública Estadual, o que denota uma ineficiência da gerência pública municipal no cuidado em preservar a sua memória. Podemos creditar estas ações concentradas do Governo do Estado na capital ao fato de se tratar, aqui, do centro do poder, do pólo irradiador de ideias que influenciaram e influenciam o comportamento, o estilo e os gostos da sociedade sergipana, bem como espaço para onde convergiam e convergem as referências culturais do interior.

Esta atuação do Estado talvez tenha contribuído sobremaneira para anular ou desestimular ações e políticas públicas municipais no sentido de preservar o seu patrimônio e a memória coletiva, haja vista que a lei que dispõe sobre patrimônio cultural em Aracaju data do final de 1980 e, quase três décadas depois, não há sequer um só registro nos Livros de Tombo do Município, relegando-se os poucos registros de patrimônio imaterial a ações isoladas do Poder Legislativo, sem qualquer base técnica, científica ou legal para tanto.

Mas, é preciso deixar claro que a política de preservação não se restringe ao tombamento, existem outras ações que podem ser implementadas no sentido de salvaguardar o patrimônio material e imaterial da cidade, que passam ainda por um processo de apropriação destes bens pela comunidade, através de programas de educação patrimonial que sejam capazes de conscientizar a sociedade sobre a importância de preservar esses símbolos representativos da história, memória e identidade coletivas. Neste sentido, tem-se que nenhuma das leis das esferas federal, estadual e municipal tem como escopo envolver a população na política de preservação, limitando-se a declarar a importância cultural do bem, que acaba deteriorado pela ação tempo, pela negligência dos governantes e pelo descaso da população envolvida.



No que pertine a construção da Lei Complementar Nº42/2000 – PDDU, identifica-se uma preocupação em constituir de forma instantânea todo acervo da cidade, sem deixar claro os critérios que foram utilizados para dimensionar este acervo, olvidando do fato de que se trata de uma construção participativa e não arbitrária e da necessidade de um envolvimento mais efetivo da sociedade na identificação de seus símbolos e seus lugares de memória. Um exemplo disto, na cidade de Aracaju, foi à retirada do Conselho Municipal de Cultura como órgão responsável pelo processo de reconhecimento dos bens materiais e imateriais a serem preservados. Essa dissociação do processo de construção dos símbolos históricos e culturais da participação de todos os habitantes da cidade, por si só, contribui para o insucesso das políticas preservacionistas, o que deve ser observado nessa revisão do Plano.

Além disso, a dimensão do patrimônio a ser preservado tem que considerar, também, a capacidade da infraestrutura do Poder Executivo Municipal em garantir a efetivação da política de preservação, pois não terá qualquer utilidade superdimensionar o acervo se não houver capacidade de gestão de porte correlato, que envolveria a criação de órgãos específicos, com dotação de receita, construção de um quadro técnico especializado pela contratação de profissionais e a criação de um programa contínuo de envolvimento da sociedade na salvaguarda de seus bens.

CAPÍTULO V – ASPECTOS DO TURISMO



SUMÁRIO

V – ASPECTOS DO TURISMO.....	3
a. Atrativos naturais	3
b. Atrativos culturais	111
c. Outros atrativos.....	15

V – ASPECTOS DO TURISMO

a. Atrativos naturais

Aracaju é uma cidade tranquila, que possui uma posição geográfica privilegiada entre dois grandes pólos de turismo tradicional do país, Salvador e Recife, e vem se transformando em referência para turistas de várias partes do Brasil. A capital sergipana possui como principais atrativos naturais suas praias, rios e mangues.



Figura V.1 – Praia de Aruana. **Fonte:** André Moreira.

O seu extenso litoral de praias possui cerca de 30 Km, banhados pelo Oceano Atlântico e com extensa faixa de praia de areia clara. Destacam-se as praias de Atalaia, Aruana, Robalo, Naufragos, Refúgio e Mosqueiro, nas quais se pode observar a prática de esportes como o Surf, Kitesurf, futebol, ou ainda, o aproveitamento do sol e o banho de mar, além de bares e restaurantes estruturados.



Figura V.2: Figura aérea de Aracaju **Fonte:** César Oliveira.

Os rios fazem parte da paisagem de praticamente toda cidade, seja em seu entorno ou cortando-a em alguns pontos. Os mais evidentes são: Sergipe, Poxim, Santa Maria, do Sal e Vaza Barris, nos quais se identificam alguns passeios de barco, lancha, Jet ski e uma crescente prática de Stand Up Paddle (SUP), um esporte em que o praticante se equilibra em cima de uma prancha e desloca-se com auxílio de um remo, ideal para ser praticado em águas calmas dos rios e apreciando a paisagem dos manguezais.

Margeando os rios, a vegetação litorânea de mangue torna-se um atrativo natural a mais, podendo ser vistos de uma ótica diferente através dos passeios de lancha ou catamarã nos estuários dos rios Sergipe, Poxim e Vaza Barris.

Praia de Atalaia

É a praia mais famosa e considerada o mais belo cartão postal de Aracaju. A Orla de Atalaia é onde estão instalados os melhores bares, restaurantes, hotéis e pousadas da cidade além de ser bem dotada de vários equipamentos de lazer e de convivência social: quadras poliesportivas e de tênis, parque infantil, lagos artificiais, ciclovias, espaço para a prática de esportes radicais tais como: skate e patins, Cartódromo, pista de Motocross, Oceanário e o Centro de Arte e Cultura J. Inácio. Além disto, possui outro aspecto marcante e bastante convidativo tanto a população local como aos turistas: as feiras onde podem ser adquiridas lembranças da cidade e do estado como artesanatos, comidas típicas, bordados, roupas e outros itens.



Figura V.3: Arcos da Orla **Fonte:** Alejandro Zambrana.

Ao longo de sua extensão existem monumentos e marcos apreciados pelos moradores e visitantes. Um dos maiores e mais famosos são os Arcos da Orla, localizados no principal acesso pela Avenida Rotary assim como a Passarela do Caranguejo, lembrada pela concentração de bares e restaurantes que servem o crustáceo, um dos destaques da gastronomia sergipana e de grande atração turística. Esse afeto simbólico com o caranguejo é tão forte que possui um monumento dedicado a ele no começo da passarela. Outros marcos não menos importantes são as estatuas de bronze em alguns pontos da orla, a exemplo do Monumento aos Formadores de Nacionalidades.

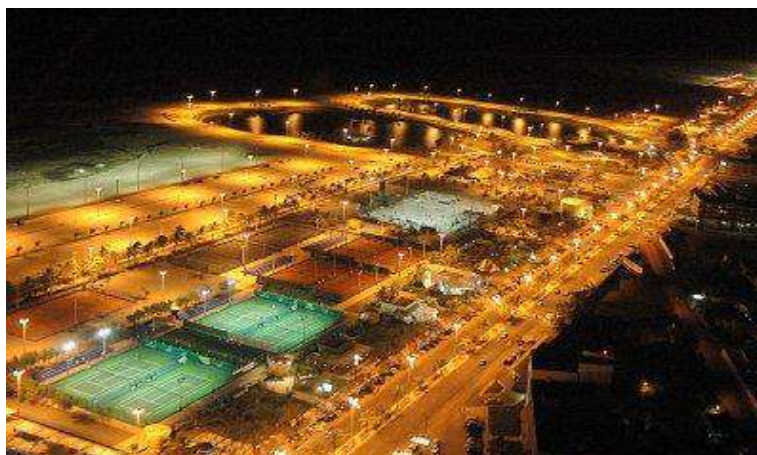


Figura V.4: Orla de Atalaia. **Fonte:** Jorge Henrique.

Orla pôr do sol

Localizada no extremo sul da capital, mais precisamente no povoado Mosqueiro, a Orlinha do Pôr do sol como também é conhecida atrai atenção pela beleza de sua paisagem, que harmoniza as águas do rio Vaza Barris, os manguezais e um belo pôr do sol proporcionando um momento único ao entardecer. Aos finais de semana, há algumas atrações com bandas regionais e apresentações de grupos folclóricos que animam o ambiente e promovem a divulgação da cultura local, bem como há presença de feira de artesanatos e comidas típicas ao longo do calçadão.



Figura V.5: Orla pôr do sol. **Fonte:** Ana Lícia Menezes.

Aos praticantes do SUP, as águas calmas do rio tornam-se um ambiente ideal para o esporte, que reúne diversas pessoas no local a fim de fomentar essa modalidade. A bordo de catamarãs existem passeios por esse cenário paradisíaco, seja para ver o encontro do rio com mar ou ainda visitar ilhas que surgem com a maré baixa, sendo a mais famosa e procurada a chamada Croa do Goré.

Orla do Bairro Industrial

Às margens do rio Sergipe, no norte da capital, esta orla está equipada com ciclovia, calçadão, parque infantil, centro de artesanato e bares e restaurantes que oferecem pratos da culinária sergipana, como a moqueca de peixe e de camarão. No

entorno, encontra-se a Ponte Construtor João Alves, que liga os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros e é considerada a maior ponte urbana do Nordeste. Ela encurta a distância para as belas praias do litoral norte de Sergipe e serve de cartão-postal pela sua beleza e imponência. Completando a paisagem, os coqueiros na margem oposta, as canoas de pescadores com suas velas coloridas ao vento, as águas do rio e a brisa que sopra refrescando os dias de verão, convidam a um passeio.



Figura V.6: Orla do Bairro Industrial. **Fonte:** Sílvio Rocha.

Parque Augusto Franco

Conhecido também como Parque da Sementeira, pois segundo historiadores em 1980 o terreno era uma sementeira de coco, este parque vem sendo mais uma opção de lazer na cidade. Com pouco menos de 400.000 m², possui mais de 112 espécies de árvores, entre frutíferas, exóticas e de Mata Atlântica, servindo de refúgio para algumas aves, como: pica-pau, arara pequenina, joão-de-barro, canário, gavião, coruja, rolinha-do-pará e outras. Os lagos voltados para Avenida Beira Mar, além de proporcionar uma beleza cênica, propiciam um clima ameno para os usuários e são utilizados pelos patos e cisnes criados no parque. Visando atrair mais pessoas ao convívio social no parque, são realizados diversos eventos culturais em várias épocas do ano.



Figura V.7: Parque da sementeira. **Fonte:** Lízia Martins.

Aberto diariamente de 5h às 20h, possui parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol, espaço com aparelhos para exercícios físicos, horto, quiosques para piqueniques, local para os praticantes de yoga e pista e trilhas para caminhadas e bicicletas. Não há restrição para animais domésticos, desde que os cães estejam com guias, toda família pode passear e se exercitar. Vigilantes e guardas conferem segurança a todos.



Figura V.8: Dia das crianças na sementeira. **Fonte:** Ana Lícia Menezes.

Com acesso pela Av. Oviedo Teixeira, o Planetário da Casa de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju (CCTECA) Galileu Galilei é outra atração, possui três setores: o planetário, administrativo e o setor principal, contendo um salão com diversos experimentos didáticos e interativos elaborados para o ensino de física, matemática, química, informática, astronomia e ciências em geral. O planetário, através de seu projetor 3D é capaz de simular imagens realísticas de planetas, estrelas,

galáxias, nebulosas, exposição de vídeos, possibilitando ao visitante uma viagem ao universo.



Figura V.09: CCTECA Fonte: Arquivo CCTECA.

Parque José Rollemberg Leite

Situado no Morro do Urubu, zona norte de Aracaju, o popular Parque da Cidade possui uma grande área e abriga a única vegetação remanescente de Mata Atlântica da capital. O parque é dotado de teleférico, mirante, parque infantil, zoológico e o centro de Equoterapia de Sergipe.



Figura V.10: Parque da cidade. Fonte: Infonet.

Sem dúvida o zoológico é um de seus principais atrativos, abriga 400 animais de 46 espécies diferentes da fauna brasileira, como por exemplo as onças suçuranas e pintada, giboias, tartarugas, jacarés, macacos-prego, araras azul e vermelha, bem como animais que não fazem parte da fauna brasileira como leão e urso pardo. Após sua implantação em 2006 o teleférico se tornou uma grande atração, em um passeio de aproximadamente 25 minutos, o



usuário pode observar todo o parque de uma ótica panorâmica, o bairro industrial, o centro da cidade e o rio Sergipe. O mirante denominado “ mirante da Santa”, possibilita uma visão de boa parte da cidade, do município da Barra dos Coqueiros. Nas dependências do parque ainda funciona o Equaterapia que, através de uma associação proporciona um tratamento terapêutico e educacional, utilizando o cavalo, no desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais; o Pelotão da Polícia Montada da PM/SE e áreas esportivas com dois campos de futebol.



Figura V.11: Teleférico **Fonte:** Sergio Silva.

Parque Governador Antônio Carlos Valadares

Chamado popularmente de Parque dos Cajueiros, este parque encontra-se localizado na zona sul e foi inaugurado em 1990. Após sua revitalização, atualmente conta com pista de skate, parque infantil, quadra poliesportiva, de areia e de tênis, campo de futebol, equipamentos de ginástica, quiosques para piquenique e comerciais, ciclovias, pequeno anfiteatro, pista de caminhada, escola de remo, um restaurante com vista para o rio Poxim e decks para apreciação do mesmo.



Figura V.12: Parque dos Cajueiros. **Fonte:** Flávio Antunes/G1 SE.

Todos equipamentos estão integrados com a paisagem existente dos cajueiros: há uma passarela elevada margeando a Av. Beira Mar que garante o deslocamento dos pedestres sem agredir o meio ambiente e as ciclovias e pistas de caminhada circulam todo o parque. Existe ainda uma setorização que divide o parque em setores esportivo, recreativo e de contemplação, além da área de conservação da natureza que foi preservada.

b. Atrativos culturais

Aracaju é uma cidade de cultura marcada pela diversidade: Reisado, Chegança, Parafuso, São Gonçalo, Quadrilhas Juninas, são algumas das manifestações folclóricas tradicionais em nossas festas populares. A originalidade da literatura de cordel, o artesanato encanta com as variações de formas e cores, a culinária baseada nos frutos do mar maravilha o paladar de quem saboreia.

De convenções a congressos, feiras ou seminário, Aracaju dispõe de estruturas desenvolvidas para eventos, além dos teatros e shows de vários estilos musicais. O Centro de Convenções por exemplo, abrange uma área de exposições de cinco mil metros quadrados. Pode-se citar também o Teatro Tobias Barreto, bem equipado e moderno, com capacidade de acomodar pouco mais de 1.300 (hum mil e trezentos) pessoas e recebe apresentações teatrais, orquestras, show de música e outros eventos.

Dando boas vindas ao Ano Novo, nas areias da praia de Atalaia, o Reveillon reúne cerca de 200 mil pessoas, entre turistas, famílias aracajuanas e do interior do estado que para brindar a virada do ano, à meia noite acompanham a tradicional queima de fogos de artifício e se divertem com os shows de artistas locais e nacionais.

Também à beira mar, o projeto verão reúne pessoas que gostam de teatro, dança, cinema esporte e música. Diversas oficinas de confecções, pintura e capoeira são realizadas, várias academias de ginásticas promovem aulas para o público. Na programação há muitas competições esportivas e interação com o público.

O pré-caju é considerado a maior prévia carnavalesca do país e reúne cerca de 300 mil pessoas por noite de evento. Com a influência do carnaval baiano, a festa é regida pelos trios elétricos que conduzem os foliões ao longo do percurso com muito som do Axé music. Um megaevento que proporciona o turista e os sergipanos acompanhar as atrações locais e

nacionais nos camarotes, nos blocos que seguem os trios ou livremente na rua na chamada “pipoca”.



Figura V.22: Pré-Caju. **Fonte:** Marco Vieira/Infonet.

Os festejos juninos são tradição no estado, Aracaju torna-se a capital do forró, são 30 dias do maior e melhor festejo junino do país. Santo Antônio, São João e São Pedro são cultuados em quadrilhas, novenas e fogueiras. São muitas atrações que marcam e promovem a cultura local, a exemplo do concurso de quadrilhas que acontece todo ano na Rua São João.

O arraiaá do povo, na Orla de Atalaia, cria uma cidade cenográfica para retratar os costumes dos festejos, oferecendo o som da zabumba, os acordes da sanfona e do triângulo, o xote, o xaxado e o baião, além das comidas típicas.

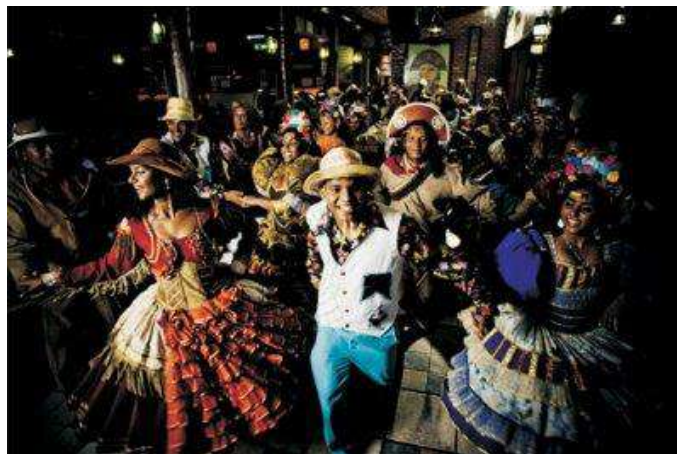


Figura V.23: Quadrilha. **Fonte:** Funcaju.

No Centro Histórico, mais especificamente na Praça de Eventos Hilton Lopes, localizada entre os Mercados Públicos, acontece o principal evento dos festejos juninos da cidade: o

Forró Caju. Todos os anos atrai aproximadamente 1 milhão de pessoas, são mais de 10 noites de festa com dezenas de artistas sergipanos e nacionais.



Figura V.24: Forró Caju. **Fonte:** Edinah Mary.

Museu da Gente sergipana

Localizado na Av. Ivo do Prado, no centro, ocupa o prédio do antigo colégio Atheneuzinho. O projeto de restauro e adaptação para o novo uso museológico fez um resgate histórico e arquitetônico da edificação e a inserção de modernas estruturas metálicas proporcionou uma composição harmônica reintegrando ao cenário urbano do centro histórico.



Figura V.25: Museu da Gente Sergipana. **Fonte:** Andre Moreira.

Com o objetivo de transmitir os registros do povo sergipano, utiliza recursos modernos de multimídia interativa, aproximando o público com o folclore, natureza, arte, história, festas e costumes dos sergipanos.

Oceanário

Instalado na orla de Atalaia e em forma de tartaruga, abriga 20 aquários que mostram a diversidade da flora e fauna marítima e fluvial de Sergipe. Várias espécies de peixes, tartarugas e outros animais marinhos atraem crianças e adultos. Os visitantes são monitorados por biólogos do Projeto Tamar, que administram a unidade. Um dos destaques desse atrativo turístico é o tanque oceânico com 150 mil litros de água, que reproduz o ambiente do fundo do mar no litoral sergipano. Arraias, meros e tubarões-lixia podem ser vistos bem de perto. Uma câmara submarina instalada na plataforma Camurim-09 da Petrobrás permite observar as águas do Atlântico em tempo real. O Oceanário de Aracaju é o primeiro do Nordeste e o quinto do país, possui uma área equivalente a 1.100 m² de área construída e capacidade para receber 300 visitantes ao mesmo tempo.



Figura V.26: Oceanário de Aracaju. **Fonte:** www.tamar.org.br.

Mirante e calçadão da 13 de Julho

O calçadão é um dos locais mais frequentados para caminhadas da cidade, os usuários têm a sua disposição um longo percurso de passeio e ciclovias para se exercitar, além de alguns aparelhos físicos e de alongamento. Observa-se ainda muitos usuários circulando de patins, skate e com seus animais domésticos. Equipado com quadra de futebol, de basquete e de areia para vôlei ou futevôlei, estimula a prática de esportes, bem como as aulas de ginástica funcional e para idosos. Além do parque infantil, quiosques, posto de saúde e policial.



Figura V.27: Mirante e calçadão da 13 de julho. **Fonte:** Jorge Henrique.

Elemento integrante do calçadão está o mirante, onde é possível observar a paisagem dos manguezais, do rio Sergipe, o próprio calçadão e o bairro 13 de Julho. No térreo funciona um ponto de informação e abriga exposições artísticas diversificadas e temporárias.

c. Outros atrativos

Decorrente as comemorações de aniversário da capital no dia 17 de março, são realizadas durante o mês diversas atividades artísticas e esportivas, dentre elas a Corrida Cidade de Aracaju. Saindo da cidade vizinha de São Cristóvão, antiga capital, em um percurso de 25 Km até chegar em Aracaju.

Caju bike

Trata-se de um projeto sustentável de compartilhamento de bicicletas, onde as estações estão distribuídas em locais estratégicos da cidade para o deslocamento em pequenos percursos e lazer dos moradores e visitantes. O projeto tem como objetivos introduzir a bicicleta como modal de transporte público saudável e não poluente, combater o sedentarismo da população e promover a prática de hábitos saudáveis, reduzir os engarrafamentos e a poluição ambiental nas áreas centrais das cidades, promover a humanização do ambiente urbano e a responsabilidade social das pessoas.



Figura V.28: Estação Caju Bike. **Fonte:** www.cajubike.com.



CAPÍTULO VI – ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA





SUMÁRIO

VI – ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA	3
a. Abastecimento de água.....	3
b. Esgotamento sanitário	7
c. Resíduos sólidos e limpeza pública.....	11
d. Drenagem urbana	17
e. Energia elétrica.....	22
b. Esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais.....	Erro! Indicador não definido.
c. Limpeza pública e gerenciamento de resíduos sólidos	Erro! Indicador não definido.

VI – ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA

A infraestrutura básica compreende o Sistema de Abastecimento de Água, o Sistema de Esgotamento Sanitário, os Serviços de Limpeza Urbana, o Manejo dos Resíduos Sólidos, a Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas do município.

O município de Aracaju, por meio de convênio específico Nº 002/2014, contratou a Universidade Federal de Sergipe para a elaboração do Plano Municipal integrado de Saneamento Básico. O documento final contempla como propósito para a qualificação do saneamento básico no município: compreender o sistema de abastecimento de água, o sistema de esgotamento sanitário, os serviços e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. E deverá tecer uma série de informações, dados e prognósticos que serão de suma importância para tecer as propostas e as adequações necessárias para projetar o desenvolvimento urbano no município. A princípio algumas informações podem ser tecidas para a análise dessa temática:

a. Abastecimento de água

Para abastecer a população Aracajuana, a concessionária de água do Estado de Sergipe denominada Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO criada em 1969 (DESO, 2015) é responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água, esgotos e obras de saneamento.

De acordo com IBGE (2010), a forma de abastecimento de água no município em domicílios permanentes restringe-se a pública (rede de distribuição de água pela concessionária), privada (poço ou fonte de água na área do imóvel) ou outra (Quadro VI. 1).

**QUADRO VI.1** – Domicílios Particulares Permanentes por Forma de Abastecimento de Água.

Estado e Município	Domicílios Particulares Permanentes			
	Total	Formas de Abastecimento de Água		
		Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Outra
Sergipe	591.315	493.997	33.499	63.819
Aracaju	169.493	165.958	2.532	1.003

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O sistema de abastecimento de água é oferecido pela Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO e atende aproximadamente 100% da população do município. A cidade de Aracaju é abastecida pelos Sistemas do Rio São Francisco, responsável por 60% de todo o abastecimento do município de Aracaju; pelo Sistema do Rio Poxim, responsável por 25% do abastecimento; pelo Sistema do Rio Pitanga, responsável por 10%; e pelo Sistema do Imbura, que atende apenas 5% do município.

A água é tratada em três Estações de Tratamento de Água (ETA): João Ednaldo, Cabrita e Poxim, todas geridas pela Companhia de Abastecimento de Sergipe (DESO). Alguns desses sistemas são compartilhados com outros municípios da Região Metropolitana, que dispõem de mananciais próprios (PMA/SEPLOG, 2014(b)).

A ETA João Ednaldo, responsável principalmente pelo abastecimento da região norte de Aracaju, recebe água do rio São Francisco, do rio Poxim e dos poços localizados no Ibura, no município de Nossa Senhora do Socorro. Esta ETA está localizada no povoado Sobrado (Nossa Senhora do Socorro), distribui em média 137.376 m³/dia e destina ao abastecimento de Aracaju cerca de 119.984 m³/dia, segundo a DESO, sendo portanto responsável pelo abastecimento da maioria dos bairros de Aracaju (PMA/SEPLOG, 2014(b)).

Recentemente ocorreu uma segunda etapa de duplicação da adutora do São Francisco, necessária face às crescentes necessidades de abastecimento de água na Região Metropolitana de Aracaju devido ao aumento da concentração populacional.



A segunda ETA, denominada Cabrita, é responsável pelo abastecimento da região do bairro Farolândia em direção à Zona de Expansão de Aracaju; recebe água do rio Pitanga, de boa qualidade, e está situada na localidade homônima, no município de São Cristóvão, distribuindo cerca de 19.872 m³/dia(PMA/SEPLOG, 2014(b)).

A terceira ETA, do rio Poxim, é responsável pelo abastecimento da região central de Aracaju, recebe água dos rios Poxim e Poxim-Mirim e, segundo a DESO, distribui cerca de 69.120 m³/dia para a população que reside nessa região. O sistema do rio Poxim foi inaugurado em 1958, passando a ser responsável pela maior parte do abastecimento da capital contribuindo com cerca de 27% do volume total de água ofertada (PMA/SEPLOG(b)).

Recentemente foi concluída a construção de uma barragem no rio Poxim, em São Cristóvão, cujo o lago tem a capacidade de armazenar 35 milhões de metros cúbicos de água. Segundo a DESO a barragem além da função de abastecimento também servirá para regularizar a vazão do rio Poxim em cerca de 1.200 l/s. Conforme relatório emitido no dia 27 de maio de 2015 a DESO (DESO, 2015) informou que não houve contribuições da Barragem nas inundações que ocorreram na noite do dia 23 de maio de 2015, pelo contrário, a barragem atuou como um reservatório de retenção, permitindo uma distribuição temporal dos volumes excedentes e atenuando os picos de vazão, pois o vertedouro só sangrou no dia 24 de maio de 2015 às 15:00h, ou seja, no caso da inexistência desse barramento os prejuízos com as inundações do último pico de chuva ocorrido seriam piores.

Ainda há previsão de duplicação da capacidade de tratamento, construção de mais quatro reservatórios na capital e instalação de anéis de reforço na Zona de Expansão. A grande preocupação ambiental quanto ao abastecimento está na proteção dos mananciais de forma que a vegetação ciliar esteja em conformidade com o novo código florestal brasileiro (Lei 12.651 de 2012), assim como o monitoramento constante da qualidade das águas desses mananciais para que o tratamento seja eficaz para o abastecimento de água dentro dos padrões de potabilidade.

Nos Bairros Santos Dumont e no Conjunto Bela Vista, situados em região topográfica elevada, falta água quase diariamente e o principal motivo está

relacionado à caixa de passagem localizada no bairro Palestina, em ponto mais baixo, portanto dificultando a distribuição de água por gravidade. No bairro Aruana, a frequente falta de água se deve à grande distância da caixa de passagem que abastece essa região, localizada no bairro Santa Maria. A dificuldade no abastecimento costuma ocorrer durante o verão, quando o consumo de água aumenta (PMA/SEPLOG, 2014(b)).

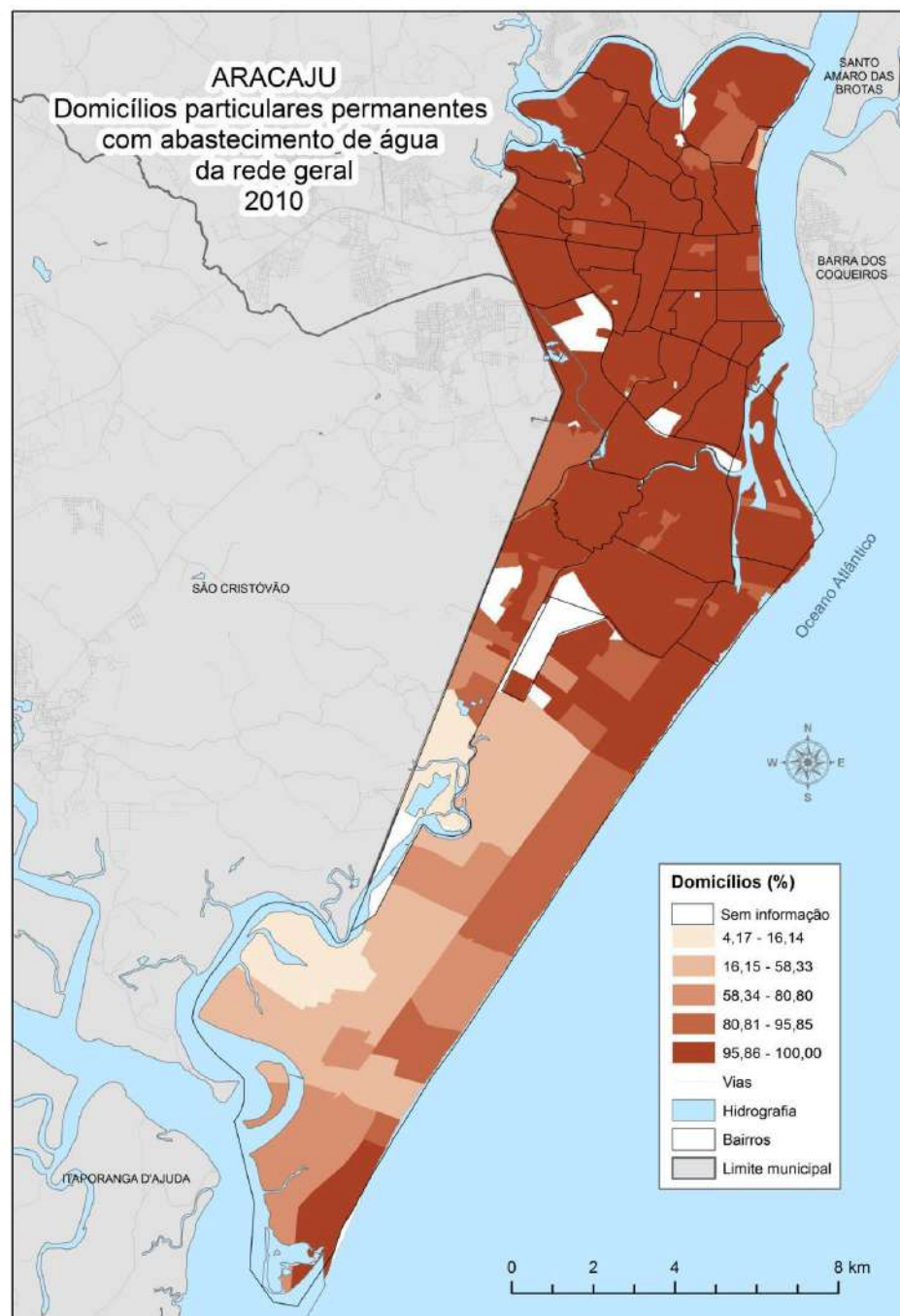


Figura VI.1: Domicílios com abastecimento de água da rede geral, 2010. Fonte: IBGE, 2010.

Embora a cobertura da rede de abastecimento d'água seja satisfatória ainda se registram problemas no abastecimento, especialmente em áreas mais elevadas ou mesmo no período do verão, quando aumenta o consumo, a exemplo do bairro Atalaia e da Zona de Expansão Urbana – ZEU, onde, em inúmeras casas existe poço para a complementação do serviço nos períodos mais críticos (PMA/SEPLOG, 2013).

b. Esgotamento sanitário

Os serviços da rede de esgotamento sanitário, em 2010, registrava-se uma cobertura da rede de 71,57%, as áreas não atendidas utilizavam-se 15,88% de fossas sépticas e em 8,21% registravam-se o uso de fossas rudimentares. Ainda se registra a presença de domicílios sem banheiro ou sanitário (DESO, 2015).

A utilização de fossas e sumidouros não é recomendável uma vez que a cidade fica instalada, em grande parte, em uma planície flúvio-marinha, com ocorrência de mangues, baixios inundáveis e pequenas ilhas em canais estuarinos. Entretanto, os prédios residenciais e hotéis vêm utilizando o sistema de fossa séptica, seguida por filtro anaeróbio, com posterior lançamento dos efluentes no sistema de drenagem pluvial. Esse processo, considerado como tratamento secundário, não atinge índices satisfatórios de remoção de coliformes, tornando-se mais uma fonte de poluição a agravar a situação, já bastante crítica de qualidade da água dos rios e das praias da Grande Aracaju (SEMARH, 2010, p.25).

A DESO indica que há cobertura da rede em 71,57% da área urbana, porém ela não é em sua totalidade coletada e tratada, apenas cerca de 34% é coletada e tratada.

Nas áreas mais periféricas, contornando os bairros mais antigos e consolidados, a cobertura de esgotamento é deficiente, especialmente nos bairros Porto Dantas, Soledade, Lamarão, Cidade Nova, Japãozinho, Santos Dumont, Olaria, Jardim Centenário, Jabutiana, Santa Maria e na Zona de Expansão.



A rede com mais de mais de 41 mil metros cúbicos mensais de esgoto canalizados passando por 688 quilômetros de rede do sistema de coleta e desembocam em sete estações de tratamento (QUADRO VI.2 e VI.3).

QUADRO VI.2 – Domicílios Particulares Permanentes por Tipo de Esgotamento Sanitário.

Estado e Município	Domicílios particulares permanentes					
	Total	Existência de banheiro ou sanitário				
		Tinham				
		Tipo de esgotamento sanitário				Não tinham
Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro			
Sergipe	591.135	573.437	233.518	63.106	276.813	17.878
Aracaju	169.493	168.970	122.385	26.461	20.124	523

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

QUADRO VI.3 – Indicadores dos Sistemas de Esgotamento Sanitário do Município de Aracaju.

População total residente	614.577 hab
População total atendida com esgotamento sanitário	207.379 hab
Índice de Atendimento de Esgoto	33,74%
Número total de ligações de esgoto	61.538
Número total de economias	77.178
Número total de economias residenciais	67.550
Extensão total da rede de esgotos	687,7 km
Volume total coletado e tratado	13.621.500 m ³

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, 2014.

No decorrer das décadas de 1990 e 2000, portanto, 20 anos, ocorreram inúmeros estudos, projetos e implantações de sistemas de esgotos sanitários, devendo-se ressaltar as ações do PRODETUR nas áreas da orla do bairro Atalaia e os bairros ao longo da Avenida Beira Mar. Para o tratamento dos esgotos, foi implantada a ERQ – Oeste em área localizada atrás da sede da ADEMA.



Por outro lado, no sentido da necessidade de proteção dos corpos d'água, bem como de sistemas de tratamento descentralizados, foram fixadas prioridades de implantação de acordo com a rede de drenagem natural: para o rio Sergipe, para o rio Poxim e para o rio do Sal, dividindo-se em sub-bacias de contribuição pelos bairros da capital. Esses rios compõem a região estuarina no entorno de Aracaju que tem recebido diretamente despejos industriais e uma grande parte de esgoto *in natura* que aflui lançada nos canais (ALVES e GARCIA, 2006).

Em 2009, foi efetuada uma revisão da ERQ – Sul no sentido de abranger a Zona de Expansão de Aracaju, estendendo assim a rede para a região que tem se apresentado em franco crescimento. A implantação dos sistemas ainda se encontra em andamento, em 2013 foi dado início às obras de por meio de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal e a Prefeitura Municipal (PMA/SEPLOG, 2014).

Em 2012, o Índice de Atendimento em Coleta de Esgotos no município de Aracaju era de 33,5%, ou seja, cerca de dois terços da população total ainda carecia de rede de coleta e tratamento. Assim, as residências localizadas em áreas não servidas pela rede têm-se utilizado de fossas e sumidouros, não sendo recomendado em razão da cidade, na maior parte, se localizar em área de ocorrência de lençol freático próximo da superfície do solo.

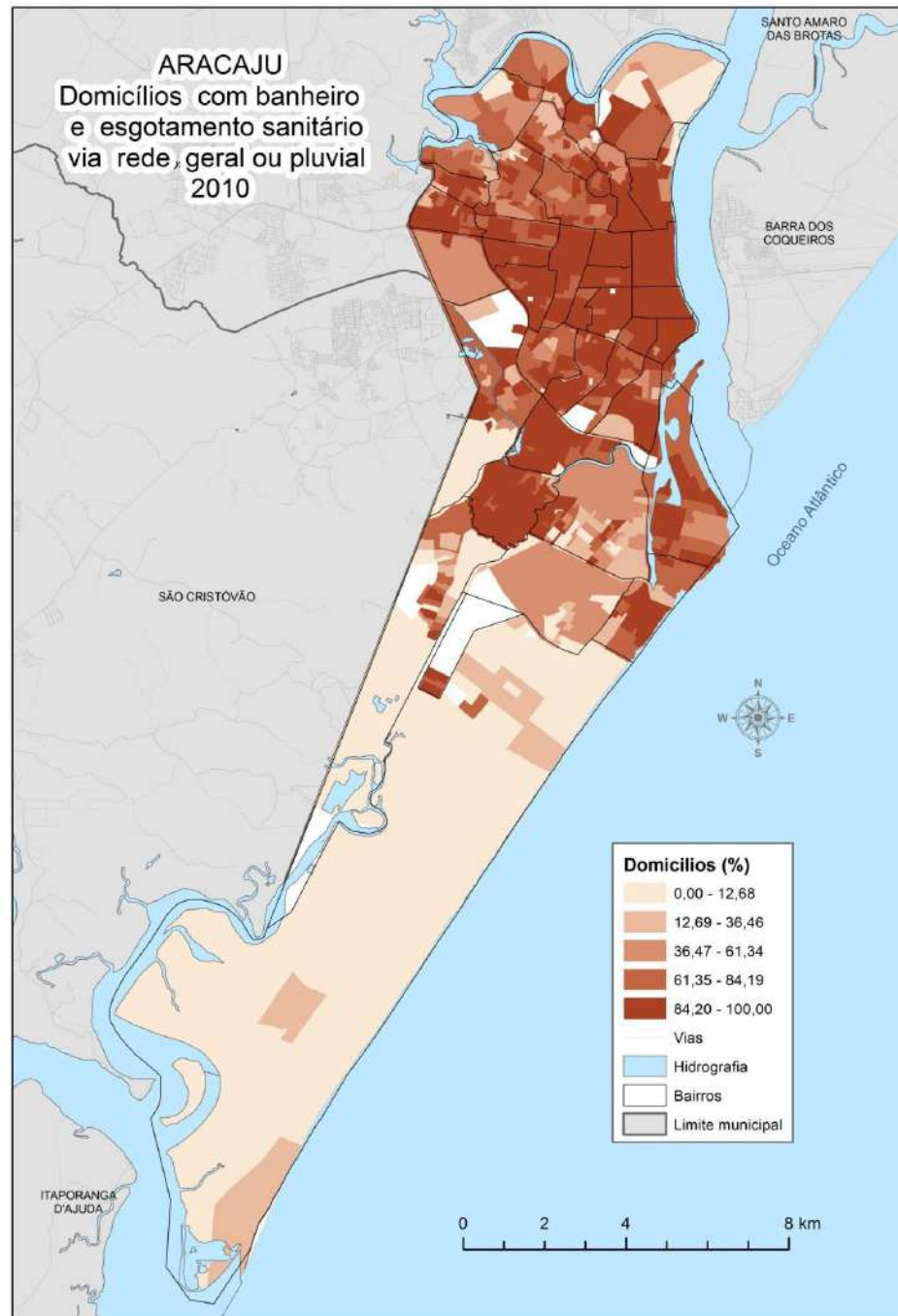


Figura VI.2: Domicílios com banheiro e esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial, 2010.
Fonte: IBGE, 2010

De acordo com relatório da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – SEMARH (2010), todo o esgoto coletado em Aracaju é tratado, apesar de não haver rede pública de atendimento para grande parcela da população urbana.



c. Resíduos sólidos e limpeza pública

A Lei Nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2010).

Os serviços de coleta pública domiciliar no município de Aracaju abrangem 100% da área urbana, isto é, 100% do município, já que Aracaju não possui área rural. A cidade está dividida em quatro setores/ zonas e a coleta é realizada por turno e com a frequência definida no quadro VI.4.

QUADRO VI.4 – Turno e frequência de coleta pública domiciliar.

Setor/ Zona	Turno de coleta	Frequência
1 – Centro	Noturno	Diária
2 – Zona Norte	Diurno	Segunda, quarta e sexta
3 – Zona Sul	Diurno	Terça, quinta e sábado
4 – Zona de expansão	Diurno	Segunda, quarta e sexta

Fonte: Diagnóstico PMA – Produto 02, 2014.

Apesar de haver cobertura total do município pela coleta domiciliar, conforme informado pelos técnicos da EMSURB, há cerca de 1.500 pontos viciados de lixo, sendo 400 cadastrados, que são limpos com regularidade. Esta grande quantidade de pontos indica a possibilidade de haver falhas na regularidade, bem como na qualidade da coleta.

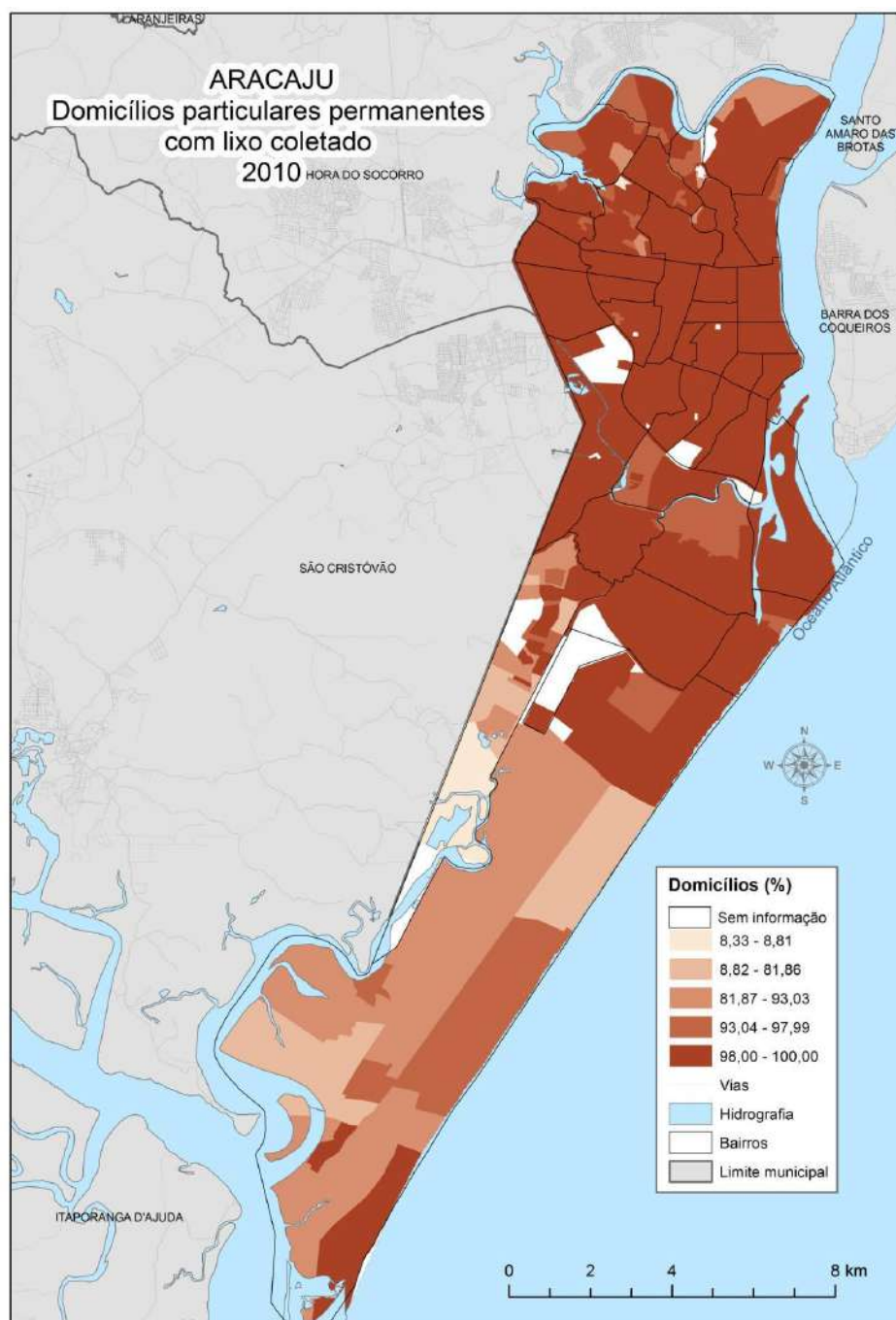


Figura VI.2: Domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza, 2010. **Fonte:** IBGE, 2010.

Até janeiro de 2015 a maioria dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos era gerenciada, pela Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB). Criada pela Lei Municipal nº 1.659 e 1.668 de 26 de dezembro de 1990, a EMSURB era uma empresa pública prestadora de serviços públicos com função de planejar e coordenar as atividades de limpeza urbana, bem como, administrar e

gerenciar espaços públicos pertencentes à municipalidade dentre outras atividades (ARACAJU, 2015).

Em 30 de janeiro de 2015, foi aprovada na Assembléia Legislativa a Lei Complementar nº 146/2015 (ARACAJU, 2015) que autoriza a incorporação da Empresa Municipal de Serviços Urbanos - EMSURB, pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB e transferência de parte dos serviços, principalmente os de gestão de resíduos sólidos e limpeza pública para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA.

A SEMA foi criada em fevereiro de 2013, pela Lei Municipal 4.359/2013 (ARACAJU, 2013), e tem como responsabilidade a fiscalização, monitoramento e cuidado com o meio ambiente do município.

Os serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos englobam a limpeza das praias, feiras livres, vias, logradouros públicos, canais e remoção de entulhos; e dos resíduos dos postos de saúde do município. Quanto aos resíduos de saúde dos hospitais e clínicas particulares, o próprio gerador é responsável pela coleta e destinação final.

Em Aracaju, os principais serviços limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são realizados por empresa terceirizada, a Torre Empreendimentos, mediante dois contratos, que encerram em 2015:

- Contrato 1: coleta de resíduos domiciliares, coleta de resíduos da construção civil e volumosos, coleta seletiva, coleta e tratamento de resíduos de serviços de saúde.
- Contrato 2 : varrição manual e mecanizada, limpeza manual e mecanizada de praias, limpeza de feiras, limpeza manual e mecanizada de canais, pintura de guias, roçagem mecanizada e limpeza geral.

Há ainda outras empresas que prestam serviço para a administração municipal.

Diariamente são coletados e destinados para o aterro sanitário ESTRE em Rosário do Catete aproximadamente 1.000 toneladas de resíduos sólidos, sendo 470 de resíduos domiciliares. A coleta seletiva atinge aproximadamente 30% do município é executada pela EMSURB em parceria com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de

Reciclagem de Aracaju - CARE, realizada porta a porta, através de doações dos órgãos públicos, condomínios residências, empresas privadas e postos de entrega voluntária (PEV's) (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

Dentre as diversas ações realizadas pela prefeitura em relação à gestão de resíduos, cabe destacar: **o fechamento do lixão da terra dura**, no bairro Santa Maria, com encaminhamento dos resíduos sólidos para o aterro sanitário localizado em Rosário do Catete/SE, a criação do Centro de Triagem José Bautista Vidal, no bairro 17 de Março e o Centro de Referência em Educação Ambiental Manoel Bomfim, situado na Coroa do Meio (ARACAJU, 2014).

A ação também gerou uma intensificação do descarte irregular de resíduos da construção civil, com aumento de pontos viciados de descarte. As áreas alvos são **geralmente** os terrenos baldios e devolutos, os quais não há uma manutenção adequada por parte dos proprietários (limpeza e cercamento). Conforme relatório Técnico de fiscalização da SEMA, entre os anos de 2013 e 2014 foram mais de 64 terrenos notificadas para que realizassem a limpeza e o cercamento e mais de 200 denúncias encontram-se abertas dentro da SEMA para verificação e notificação quanto a essa problemática.

Além disso, a prefeitura desenvolve o projeto “Cata Bagulho” que recolhe em todos os bairros do município resíduos de grande porte como móveis velhos, eletrodomésticos dentre outros. Em 2014, mais de 502 toneladas foram arrecadadas e destinadas a Cooperativa de Reciclagem do Bairro Santa Maria, criada em 2013.

- Coleta seletiva

Acerca da coleta seletiva de materiais recicláveis porta a porta abrange 30% do município, e está instalada em 27 localidades, atendendo mais de 22 mil domicílios, com recolhimento semanal. Há ainda o recolhimento de materiais recicláveis através de postos de entrega voluntária. No Quadro VI estão relacionados os conjuntos e bairros atendidos pela coleta seletiva, porta a porta e por entrega voluntária.



QUADRO VI.5: Bairros e loteamentos atendidos pela coleta seletiva de materiais recicláveis, por modalidade de coleta.

MODALIDADE DE COLETA SELETIVA	LOCALIZAÇÃO
Porta a porta	Siqueira Campos, Getúlio Vargas, Cirurgia, 13 de Julho, Salgado Filho, Jardins, Grageru, Conjunto Bela Vista, Conjunto Médici, Jardim Baiano, Sol Nascente, JK, Santa Lúcia, Conjunto Inácio Barbosa, Jardim Esperança, Beira Rio, Parque dos Coqueiros, Conjunto Beira Mar 1 e 2, Conjunto Augusto Franco, Farolândia, Orlando Dantas.
Posto de Entrega Voluntária (PEVs)	Passarela do Caranguejo (Atalaia), Praça D. José Tomás (Siqueira Campos), Praça Camerindo (Centro), Praça General Valadão (Centro), Calçada da 13 de julho, Praça do Loteamento Parque dos Coqueiros, Praça Osvaldo Mendonça (Bugio), Orla do pôr do sol (Mosqueiro).

A coleta seletiva é realizada pela EMSURB através de parceria com as cooperativas de reciclagem de resíduos: Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) e Cooperativa de Reciclagem do Bairro Santa Maria (COORES), ambas localizadas no bairro Santa Maria. O sistema está sendo implantado em alguns bairros, havendo itinerário e escalonamento de dia e horário de coleta para cada área. Existem 14 áreas atendidas pela coleta seletiva porta a porta e o dia da semana de recolhimento dos materiais

Segundo a EMSURB, 30% dos resíduos produzidos, em peso, tem potencialidade de ser reciclado. Efetivamente nos últimos anos tem-se assistido a um incremento da quantidade de materiais recicláveis coletados (Tabela VI.1).

TABELA VI.1 – Evolução da coleta seletiva no município de Aracaju.

ANO	TOTAL (TONELADAS)
2002	236,26
2003	325,73
2004	461,25
2005	563,28
2006	555,43
2007	598,26
2008	794,28
2009	1.120,15
2010	1.185,34
2011	1.947,98
2012	2.314,01

Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental Final, 2014.

Na zona norte, apesar da grande quantidade de pessoas que estão trabalhando com a coleta de materiais recicláveis, ainda não existe infraestrutura que possa viabilizar o bom desenvolvimento dessa atividade. Na região existe uma Associação de Catadores com 28 associados, porém devido à falta de infraestrutura, os associados são obrigados a coletar e segregar seu material individualmente, com perda significativa no valor. Estes catadores já estão cadastrados e associados a Central RECICLE - Central de Cooperativas de Catadores de Recicláveis do Estado de Sergipe.

A Recicle foi criada em 06 de outubro de 2011, com a finalidade de representar seus singulares na busca por parcerias públicas e privadas que agreguem benefícios às cooperativas através de cursos de capacitação, assistência administrativa, jurídica, contábil e logística, amparando seus sócios para a comercialização conjunta e justa do material reciclável, em busca do maior volume negociado e, conseqüentemente, de maior valorização.

Em Aracaju operam as seguintes cooperativas e associações:

- CARE - Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Sergipe (112 integrantes).
- COORES – Cooperativa de Catadores do Bairro Santa Maria (39 integrantes).
- MATER – Associação de Mulheres Trabalhadoras em Reciclagem (10 integrantes).
- ASCOOQ – Associação de Catadores de Reciclagem do Coqueiral (18 integrantes).

- Coleta de resíduos de serviços de saúde

O gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde (RSS) é responsabilidade do gerador do resíduo. Assim sendo, a municipalidade recolhe diariamente os RSS infectantes dos postos de saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Os resíduos são transportados para unidade de

tratamento por autoclave, que após tratados são confinados em aterro sanitário no município do Conde, localizado no estado da Bahia.

d. Drenagem urbana

A infraestrutura de drenagem do município de Aracaju é de responsabilidade da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB e tem como forte característica o fato de ter sido implantada, ao longo dos anos, sem maiores critérios técnicos, visando a soluções pontuais. Por conta disso o sistema apresenta problemas de subdimensionamento, utilização inadequada (lançamento de lixo e de esgotos) e de conservação. Estes fatores são agravados em razão do crescimento da cidade, do aumento do grau de impermeabilização do solo, dos desmatamentos para usos urbanos, da erosão, das ocupações indevidas de locais sob a influência das águas (manguezais, fundos de vales, leitos secundários rios, encostas de morros), entre outros.

Não há informações precisas da situação do sistema de macro e micro drenagem do município, sobretudo em relação aos seguintes aspectos: cadastro do sistema; áreas não atendidas; dimensionamento da rede, etc.. O que podemos constatar e indicar são pontos locais com problemas mais recorrentes de enchentes e alagamentos, os chamados pontos críticos que norteiam a ação da EMURB para solução imediata, pontual.

Na figura e tabela abaixo estão mapeados os pontos de alagamentos existentes na cidade de Aracaju de acordo com levantamento de campo realizado pela EMURB, foram identificadas 40 áreas com ocorrência frequente de acúmulo de água durante os eventos de precipitação (Figura VI.3 e Tabela VI.2). Dentre estes pontos destacam-se os bairros Treze de julho, Salgado Filho, São José, Pereira Lobo, Siqueira Campos, América, Porto Dantas, Cidade Nova, Coroa do Meio, Atalaia, entre outros.

Destacamos ainda a existência de novos pontos de alagamento de acordo com as últimas chuvas ocorridas neste ano que não foram apontadas pelo levantamento da EMURB, tais como o cruzamento da Francisco Porto com Pedro Valadares, Av. Hermes



Fontes com Av. Francisco Porto e o cruzamento das avenidas Augusto Franco e Nova Saneamento, por exemplo.

Figura VI.3: Mapa com ponto de alagamento na Cidade de Aracaju

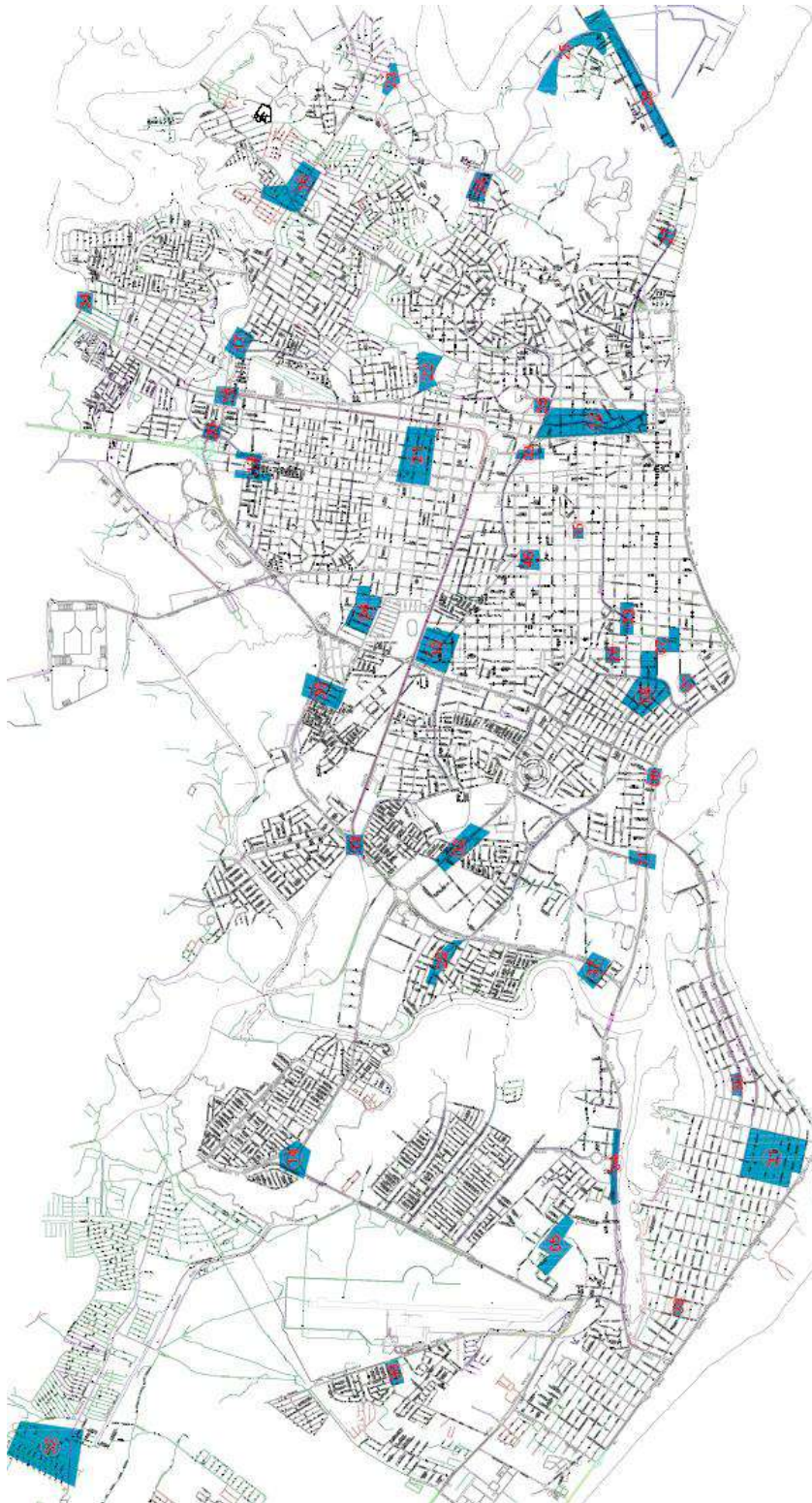




TABELA VI. 2 – Pontos de alagamentos na cidade de Aracaju.

ÍTEM	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	SITUAÇÃO
1	Av. Leonardo Leite (fundo do Ginásio de Esporte Constâncio Vieira)	13 de Julho	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
2	Av. Adélia Franco (Em frente a DEHOP)	Grageru	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
3	Av. Mamede Paes mendonça c/ Gentil Tavares	Getúlio Vargas	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
4	Av. Beira Mar (acesso ao Farol - pista de baixo)	Farolândia	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
5	Comunidade Barroso (Farolândia) e rua Tenente Aragão	Farolândia	Rede de drenagem insuficiente/ Existe projeto particular Celi
6	Rua Acre c/ Av. Des. Maynard	Siqueira Campos	Rede de drenagem insuficiente/ Existe projeto na DIOB
7	Av. Augusto Maynard c/ rua Dom José Thomaz	São José	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
8	Praça da Imprensa	13 de Julho	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
9	Travessia do Canal Tramanday	Jardins	Elaborar projeto
10	Rua Rafael de Aguiar entre a Av. Edézio V. de Melo e Av. Gonçalo Rollemberg Leite	Suissa	Rede precária/Elaborar projeto
11	Av. Beira Mar c/ Av. Santos Santana	Jardins	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
12	Av. Coelho e Campos c/ Av. Dr. Carlos Firpo	Centro	Rede de drenagem insuficiente/Existência de projeto parcial-necessidade de estudo com definição de redimensionamento do canal Airton Teles
13	Travessia do Canal Grageru (próximo ao Detran)	Ponto Novo	Elaborar projeto
14	Av. Heráclito Rollemberg (Rótula Conj. Orlando Dantas)	São Conrado	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
15	Rua Maruim c/ Av. Pedro Calazans	Cirurgia	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
16	Av. E. Figueiredo - Santos Dumont	Soledade/ Santos Dumont	Elaborar projeto de dragagem do lançamento do canal da Av. Jucelino Kubitscheck
17	Conclusão do Canal Comandante Miranda	Santos Dumont/ Jardim Centenário	Elaborar projeto de dragagem do lançamento do canal Comandante Miranda e conclusão do revestimento do trecho final do canal
18	Lançamento do Canal Bairro América	Jardim Centenário	Elaborar projeto de dragagem do lançamento do Canal Bairro América
19	Travessia da Av. Osvaldo Aranha	Novo Paraíso	Existe projeto na DIOB
20	Travessia do Canal Bairro América/Av. Alcides Fontes	José Conrado de Araújo/ Olaria	Elaborar projeto
21	Rua Neópolis entre Rua Santa Catarina e Av. São Paluo	Siqueira Campos	Limpeza da galeria



22	Rua 12 de Outubro (Canal da Av. Saneamento/Rua Neópolis)	18 do Forte	Existe projeto
23	Lamarão (Invasão)	Lamarão	Drenagem não existente/Elaborar projeto
24	Canal da Av. "A"	Japãozinho	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
25	Comunidade Coqueiral	Porto Dantas	Projeto parcialmente implantado
26	Travessias da Av. General Euclides Figueiredo	Porto Dantas	Projeto em execução pelo Governo do Estado
27	Loteamento Santa Tereza	Industrial	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
28	Ruas Lagarto e Construtor João Alves	São José	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
29	Rua Lourival Andrade (Parque dos Coqueiros)	Inácio Barbosa	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
30	Rua Profª José de Freitas Andrade	Coroa do Meio	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
31	Coroa do Meio - Prosseguimento da Obra	Coroa do Meio	Obra parcialmente executado precisando relincar conclusão da obra
32	Drenagem da Av. Alexandro Alcino	Santa Maria	Existência de projeto de estudo
33	Rua Arauá c/ rua Campos	São José	Rede de drenagem insuficiente/Elaborar projeto
34	Lançamento do Canal Nova Liberdade	Olaria	Dragagem e conclusão do trecho de lançamento do canal Nova Liberdade
35	Canal da Av. Juscelino Kubitscheck entre as Avenidas Coelho e Campos e Simeão Sobral	Santo Antônio	Elaborar projeto de revestimento do Canal
36	Rua Hipólito da Costa	Ponto Novo	Complemento da drenagem pluvial
37	Ruas "H" e "I" (Adjacências do Espaço Emes)	Inácio Barbosa	Conclusão da drenagem
38	Residencial Chalés	Aeroporto	Elaborar projeto
39	Praça Duval Andrade	Atalaia	Elaborar projeto

Fonte: EMURB, 2013



Figura VI.4: Ponto de alagamento crítico do bairro Jabotiana, conjunto Santa Lúcia, Maio de 2015.



Figura VI.5: Ponto de alagamento no bairro 13 de julho, julho de 2015.

No município de Aracaju, com o desenvolvimento da ocupação urbana e a sua densificação, a vazão foi aumentando com a impermeabilização do solo e a rede de condutos, que se encontra subdimensionada, não suporta o volume drenado, ocasionando assim a inundação dentro da rede de águas pluviais. Além disso, o processo de implantação do município de Aracaju deu-se pela ocupação das partes mais elevadas, de forma dispersa e desordenada, e pelo aterro de áreas alagadiças

mais baixas, igualmente descontínuas e desordenadas. Dessa maneira, os serviços de infraestrutura e saneamento básico não foram implantados conjuntamente com o crescimento da cidade, o espaço urbano foi sofrendo uma pressão humana e criando diversos problemas de infraestrutura, dentre eles a questão de enchentes e alagamentos, tão comum no município (SERGIPE, 2011).

Dessa maneira, os serviços de infraestrutura e saneamento básico não foram implantados conjuntamente com o crescimento da cidade, o espaço urbano foi sofrendo uma pressão humana e criando diversos problemas de infraestrutura, dentre eles a questão de enchentes e alagamentos, tão comum no município (SERGIPE, 2011).

A macrodrenagem em Aracaju é composta por mais de 70 canais que deságuam nos diversos corpos hídricos presentes na região da capital, como rios Poxim, Sergipe, Santa Maria, do Sal além do oceano, lagoas e mangues. Este sistema encontra-se parcialmente cadastrado, com destaque para os canais presentes na chamada Zona de Expansão de Aracaju (relatório da gestão integrada de águas urbanas (SEMARH, 2010).

O estudo “Diagnóstico qualitativo: gestão integrada das águas urbanas da Região Metropolitana de Aracaju” revela que, na cidade de Aracaju, o processo de povoamento deu-se pela ocupação das partes mais elevadas, de forma dispersa e desordenada, e pelo aterro de áreas alagadiças mais baixas, igualmente descontínuos e desordenados. Dessa maneira, os serviços de infraestrutura e saneamento básico não foram implantados no mesmo ritmo do crescimento da cidade, e o espaço urbano foi sofrendo pressão demográfica e favorecendo a ocorrência de enchentes e alagamentos.

e. Energia elétrica

A energia elétrica do município de Aracaju é fornecida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, e distribuída aos diversos consumidores pela ENERGISA.

A cobertura de energia elétrica alcança 99,84% dos domicílios particulares de Aracaju, sendo que apenas 270 domicílios não dispõem do serviço e estão dispersos entre os bairros Porto Dantas, Soledade, Santa Maria e Zona de Expansão.

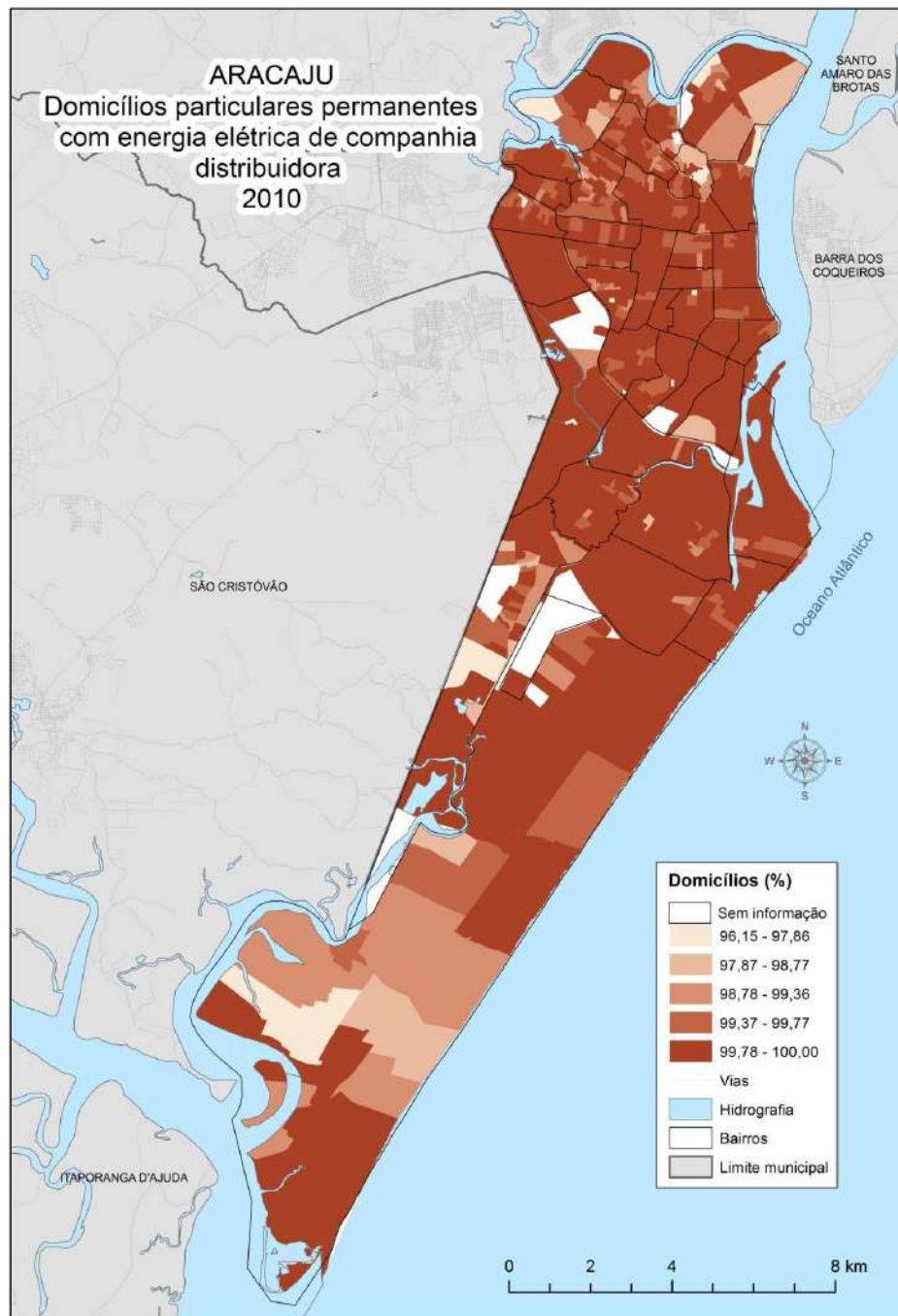


Figura VI.6: Domicílios com energia elétrica, 2010. Fonte: IBGE, 2010.



CAPÍTULO VI – ASPECTOS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



VI – ASPECTOS DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju promulgado no ano 2000 definiu diretrizes para política habitacional do município e visa garantir o acesso de todos à moradia digna através de processos democráticos, bem como assegura a reserva de Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS para a inserção de novos empreendimentos habitacionais.

As Áreas Especiais de Interesse Social delimitadas no anexo VI (Regulamentação das áreas de diretrizes especiais AEIS 1 , AEIS 2 , AEIS 3 , AEIS 4 , AEIS 5 e AEIS 6) do plano, não foram de fato alvo de intervenções do poder público para a implantação de projetos habitacionais a exceção da AEIS 4 – Coroa do Meio, que na realidade tratou-se de regularização fundiária não efetivada.

As áreas destinadas a novas moradias ou foram utilizadas pelos seus proprietários para outro fim ou ainda permanecem sem utilização, seja como vazio urbano, seja como área de interesse ambiental. Isso reflete que mesmo oferecendo flexibilidade na legislação essa alternativa não foi capaz de incentivar o mercado imobiliário a construir novas moradias voltadas a população de baixa renda, que na realidade quando o fez procurou outros terrenos.

As políticas habitacionais desenvolvidas ao longo desses anos não foram capazes de atender a camada mais carente da população nem de oferecer condições de infraestrutura e de mobilidade urbana capazes de garantir condições adequadas de habitabilidade e cidadania.

As três esferas do poder têm investido recursos na área de habitação em Aracaju, entretanto, o crescimento da cidade e das necessidades habitacionais tem sido superior, exigindo a adoção de novas políticas públicas com um alcance maior, capaz de reduzir o déficit habitacional e produzir a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com França (2011), é importante enfatizar que o papel do poder público nessas políticas habitacionais foi decisivo para a dispersão e fragmentação do espaço urbano aracajuano, além da valorização das áreas particulares, quando insere conjuntos habitacionais distantes da malha urbana consolidada e do núcleo central que concentra as principais atividades e serviços, além da dotação de infraestrutura. (Figura VII.1).

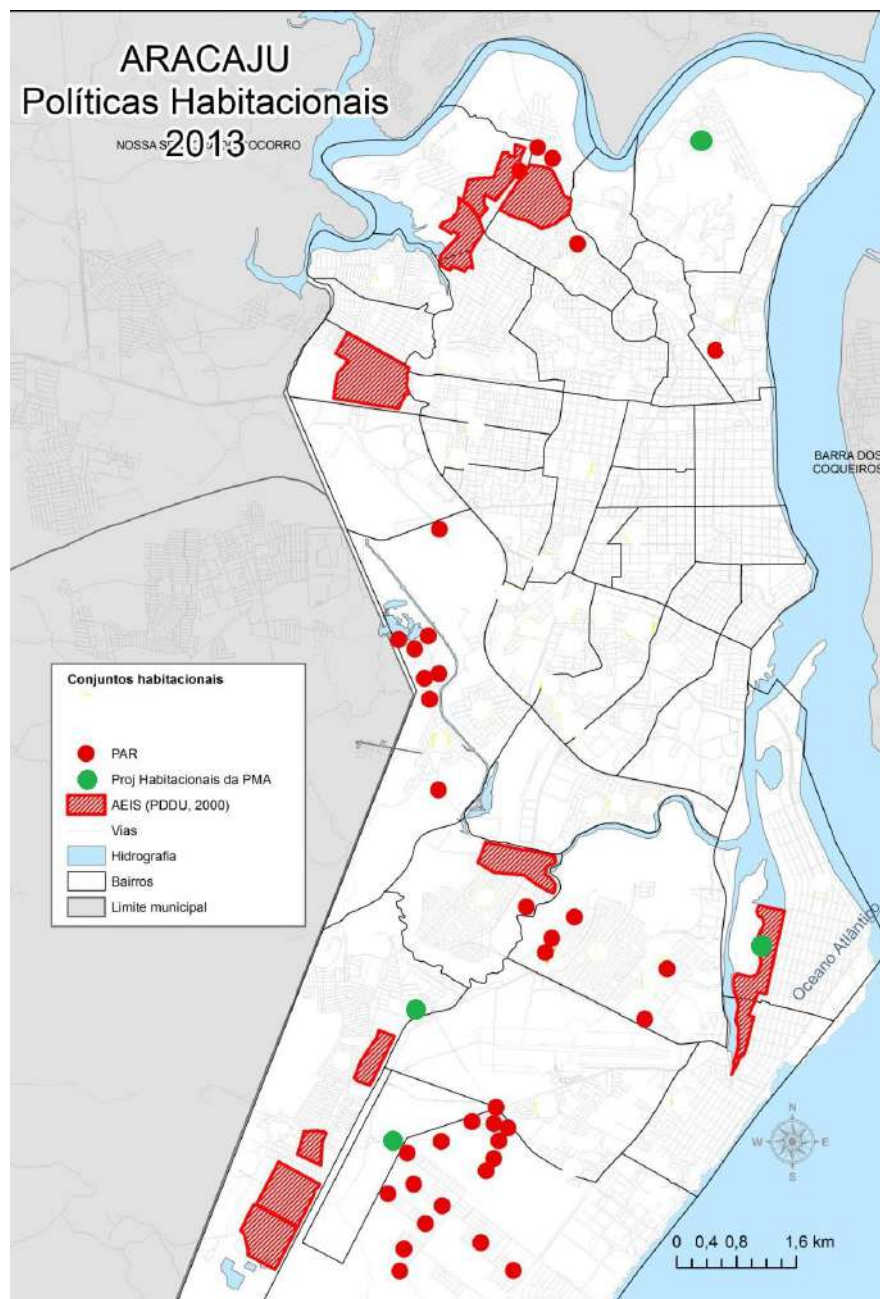


Figura VII.1: Políticas Habitacionais, Aracaju, 2001 a 2013.

Fonte: FRANÇA, 2011; CAIXA, 2013; CARVALHO, 2013. Editado pela PMA/SEPLOG 2015.

Durante algum tempo as ações referentes à política de habitação na cidade de Aracaju foram determinadas pelo programa Moradia Cidadã e foram baseadas no diagnóstico da situação habitacional elaborado pelo PEMAS. A partir desse diagnóstico foi planejado um conjunto de ações e projetos de recuperação dessas áreas precárias. O PEMAS elaborado no ano de 2001 apontou 52 assentamentos subnormais, porém ao final da pesquisa de campo já existiam de fato 72 assentamentos de ocupação irregular, seja do ponto de vista jurídico (posse da terra), quanto do ponto de vista urbanístico (carência de infraestrutura e serviços) (PMA/SEPLAN, 2001). Há de se levantar que não foram incluídos no trabalho os loteamentos irregulares e clandestinos nem as vilas, muito frequentes na capital sergipana.

O Projeto de Reurbanização da Coroa do Meio retirou da precariedade famílias que viviam sobre as palafitas. Dentre as intervenções do projeto deve ser ressaltada a construção da via de contenção, importante elemento de garantia da preservação do manguezal. Ainda como proposta desse projeto e tão importante quanto os aspectos urbanísticos, a regularização fundiária não teve sucesso até o presente momento. Ressalte-se ainda que hoje a situação urbanística já não é a mesma, dificultando assim a regularização fundiária.

Ainda quando da implementação do Programa Moradia Cidadã, foram e estão sendo concretizadas obras de urbanização nas ocupações irregulares no bairro Santa Maria, situadas em áreas de risco de inundação e *non aedificandi* (margens do canal Santa Maria e do Gasoduto), além da proximidade ao antigo lixão, denominado Lixeira da Terra Dura (CARVALHO, 2013).

A Prefeitura Municipal lança o Projeto Bairro 17 de Março, que, diferente do exemplo acima, teve como estratégia de implantação a construção de novas habitações em local distante do centro da cidade, para abrigar famílias oriundas de áreas de risco de outros bairros, na tentativa de diminuir o déficit habitacional. Assim, o projeto de parcelamento foi criado para erradicar as moradias precárias e então, remanejar as famílias residentes das áreas precárias e de risco, como Morro do Avião, Invasão do Arrozal, Prainha, Marivan, Água Fria, Gasoduto e outros locais, previamente

cadastradas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC). (FRANÇA, 2013).

O Bairro 17 de março, com 1.960.083,13m² criado através da Lei Municipal nº4024/2011, localizado na Zona de Expansão Urbana de Aracaju, teve seu projeto dividido em quatro etapas denominadas Blocos I, II, IIA e III, e resultaria na construção de mais de 2.000 unidades habitacionais, contadas entre casas e apartamentos. Desses foram apenas construído parte do bloco I e bloco II. Além da implantação das unidades residenciais foram projetados alguns equipamentos dentre eles a Estação de Tratamento de Esgoto, equipamentos sociais como escolas, bibliotecas, espaços públicos como a Unidade Produtiva, áreas verdes (praças) e Parque Ecológico, bem como áreas reservadas para comércios e serviços necessários (SEPLAN, 2013). Pode se ressaltar que não houve estudo de adequação desses equipamentos em relação à demanda de pessoas que ali foram morar, o que pode ser exemplificado pela falta de unidades de educação: para uma população de quase 9000 habitantes só tem uma escola de 8 salas de aula.

Atualmente foram construídas apenas as etapas I e II uma vez que a área cedida pela Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) e não ocupada retornou a União. Assim sendo não há no momento previsão para a sua ocupação com a construção das etapas seguintes.

O Bairro 17 de Março apresenta condições bem diferentes dos ideais do projeto elaborado pela Prefeitura. As casas se encontram descaracterizadas, deterioradas e até mesmo estruturadas para outros usos, como o comércio local, a exemplo de mercearias e padarias. A ausência e/ou depredação de equipamentos públicos tem sido um grave problema enfrentado pelos moradores.

Outro problema a ser elencado é a venda ilegal das moradias que estão sob Concessão de Uso, detectada poucos meses após a entrega dos imóveis às famílias, em 2010. O valor de um imóvel na localidade está sendo negociado pelos beneficiários por cerca de dez mil reais. (FRANÇA, 2013)

O Projeto de Urbanização da “Invasão” do Coqueiral e tem como objetivo a melhoria das condições de habitabilidade de 600 famílias residentes em ocupações irregulares dos bairros Porto D’Anta e Japãozinho. (SEPLAN, 2013).

Em meados de 2011, a Prefeitura Municipal deu início à implantação do novo conjunto habitacional Vitória da Resistência, no bairro Lamarão, que substituiu a ocupação da antiga Salina São Marcos. Esse projeto, concluído em 2014 ofertou 410 moradias dotadas de total infraestrutura. Ainda hoje a PMA acompanha e presta assistência aos moradores do novo conjunto oferecendo assistência técnica especializada visando à socialização e a vida em comunidade indicando o que pode ou não ser feito ou modificado nas unidades que foram entregues.

O Projeto de Regularização do São Carlos, localizado no bairro Olaria, se constitui uma ação de regularização fundiária através da titulação das escrituras através do instrumento Concessão de Direito Real de Uso do assentamento já consolidado, assim como se pretende realizar numa área, localizada no bairro São Conrado. (PMA- Diagnóstico de Aracaju, 2013).

Os conjuntos do PAR foram construídos predominantemente nas regiões sul e sudoeste do município de Aracaju, totalizando 6.830 unidades habitacionais, nos mesmos bairros onde já existiam habitações produzidas pelo Estado, como Jabotiana, São Conrado, Farolândia, Aeroporto, além destes foram construídos conjuntos totalmente desarticulados da malha urbana consolidada como na ZEU- Zona de Expansão Urbana. (Tabela VII.1)

TABELA VII.1: Unidades Habitacionais Construídas pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR – 2001 - 2009

	Empreendimento 2001-2007	Nº de Unidades Habitacionais	Localização	Ano
1	Residencial Mirassol	132	Aeroporto	2001
2	Res. Vila Verde I	84	Aeroporto	2001
3	Res. Vila Verde II	84	Aeroporto	2001
4	Res. Lagoa Doce	96	Jabotiana	2002
5	Res. Colinas Residencias	108	Lamarão	2002
6	Res. Solar I e II	80	-	2002
7	Res. Salinas	40	Aeroporto	2002



PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ARACAJU - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

8	Res. Laguna	80	Aeroporto	2002
9	Res. Bela Vista	144	Jabotiana	2003
10	Res. Costa Norte	176	S. Campos	2003
11	Res. Alto da Boa Vista	266	-	2003
12	Res. Pousada Verde	112	-	2003
13	Res. Villa Vitória	407	Capucho	2004
14	Res. Villa Velha	240	-	2004
15	Res. Morada do Sol	160	-	2004
16	Res. Brisa Mar	496	Z. Expansão	2004
17	Res. Horto Do Carvalho I	238	Z. Expansão	2004
18	Res. Costa Nova I	200	Z. Expansão	2004
19	Res. Costa Nova II	200	Z. Expansão	2004
20	Res. Sen. Gilvan Rocha	176	Farolândia	2004
21	Res. Costa Nova IV	122	Z. Expansão	2005
22	Res. Costa Nova III	122	Z. Expansão	2005
23	Res. Horto do Carvalho II	185	Z. Expansão	2005
24	Res. Águas Belas	180	Z. Expansão	2005
25	Res. Santa Fé	176	Jabotiana	2006
26	Res. Padre Melo I	160	Farolândia	2006
27	Res. Padre Luis Lemper	160	Farolândia	2006
28	Res. Franco Freire I	240	Aeroporto	2006
29	Res. Sergio Vieira de Melo	500	S. Conrado	2006
30	Res. Nova Canaã	144	Lamarão	2006
31	Res. Santa Maria	126	Aeroporto	2006
32	Res. Rio Poxim	160	Jabotiana	-
33	Res. Campo Belo	140	-	-
34	Res. Franco Freire II	240	Aeroporto	2007
35	Res. Jose Rosa de O. Neto	208	Jabotiana	2008
36	Res. Dr. Armando Domingues	160	Olaria	2008
37	Res. Tennyson Fontes	160	Jabotiana	2007
38	Res. Drº Armando Domingues	160	Olaria	-
Total			6.830	

Fonte: CAIXA, 2009

No ano de 2009, o PAR foi substituído pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (Lei Federal nº11977/2009), criado pelo Governo Federal como estratégia de impulsionar a economia do país, a fim de garantir condições de ampliação do acesso ao mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM).

O Programa se divide em dois eixos de atendimento: faixa de renda mais baixa (denominada de interesse social) entre 0 a 3 salários mínimos por família, com subsídio do orçamento da União; e faixas imediatamente superiores de 3 a 10 salários mínimos por família (mercado “popular” ou “econômico”), com recursos provenientes do FGTS. (PMA-SEPLOG, 2013).

Na faixa de rendimento de 0 a 3 SM houve uma produção de apenas 4 empreendimentos com um total de 1.262 moradias, localizados em bairros periféricos, situados de forma dispersa no tecido urbano de Aracaju (Tabela VII.2).

TABELA VII.2: Aracaju. Distribuição das Unidades Habitacionais por Faixas de Renda – PMCMV. 2009 a 2013

	Até 3 SM	De 3 a 10 SM	Total
Número de Empreendimentos Habitacionais	4	40	44
Número de Unidades Habitacionais	1.262	9.310	10.572

Fonte: FRANÇA (dados fornecidos pela EMURB e CAIXA) - 2014

Desde que foi implantado na cidade de Aracaju o Programa Minha Casa Minha Vida construiu mais de 44 empreendimentos, numa soma de 10.572 unidades residenciais beneficiando diversas famílias com uma renda de 3 a 10 salários mínimos. A maior parte destes localiza-se na porção norte, oeste e sul, em bairros como Zona de Expansão Urbana, Inácio Barbosa e Jabotiana, que somam 6.603 moradias correspondendo a 62,45% da produção total em Aracaju (Figura VII.1 e Tabela VII.3).

TABELA VII.3 : Aracaju. Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida por Bairros. 2009-2013

Bairros	Unidades Habitacionais	% do Total
18 do Forte	226	2,14
Aeroporto	270	2,55
Cidade Nova	320	3,03



Inácio Barbosa	1.472	13,92
Industrial	155	1,47
Jabotiana	3.195	30,22
Olaria	608	5,75
Porto Dantas	945	8,94
Santa Maria	773	7,31
Santo Antônio	432	4,09
Soledade	240	2,27
Zona de Expansão	1.936	18,31
Total Geral	10.572	100,00

Fonte: FRANÇA (dados fornecidos pela EMURB e CAIXA) - 2014

Porém observa-se que poucos projetos foram voltados para a população de 0 a 03 salários mínimos para ser preciso apenas 02 empreendimentos, localizados em bairros distantes da malha urbana consolidada, somando 650 moradias e mais 612 unidades em análise de projeto pela CAIXA, sendo que 95,7% do déficit habitacional correspondem à faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos.

De fato, cerca de 88% do total dos beneficiários do programa em Aracaju está inserido na faixa de 3 a 10SM e assim compõe apenas 4,30% da demanda por moradia contabilizada em 2010. Isso comprova a atuação contraditória do programa ao cumprimento dos objetivos propostos, privilegiando assim, a camadas de maior renda, que podem acessar à casa própria através de financiamentos direto com as construtoras e correspondem a um reduzida parcela do total do déficit habitacional. (Tabela VII.2).

Para sanar este problema de atendimento às categorias sociais de renda mais baixa a proposta de Revisão do Plano Diretor de 2009, define 44 comunidades hierarquizadas para se constituir em Áreas de Interesse Social, (PMA- SEPLOG-2013) (Figura VII.2 e Tabela VII.5).

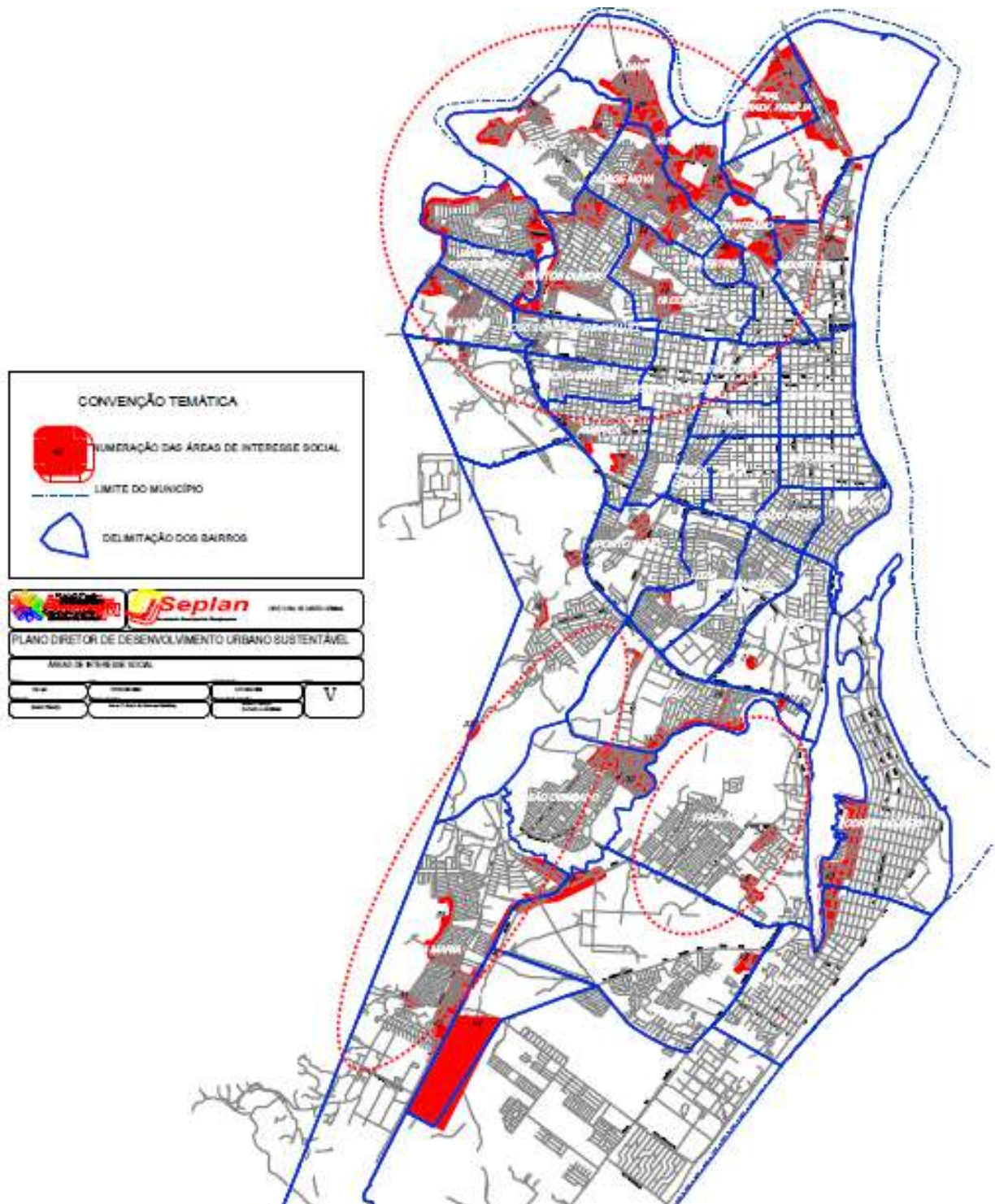


Figura VII.2 : Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS propostas pelo PDDUS de 2005 e revisada em 2009, pela Secretaria Municipal de Planejamento-SEPLAN.



TABELA VII.4 : Áreas de Interesse Social apontadas pelo PDDU

COMUNIDADES PONTUADAS E HIERARQUIZADAS			
NUMERO	AREAS DE DIRETRIZES ESPECIAIS	NUMERO	AREAS DE DIRETRIZES ESPECIAIS
01	Avenida Euclides Figueiredo (Em direção ao Japãozinho)	16	Invasão Travessa Santa Terezinha
02	Coqueiral Invasão da Margem do Morro do Urubu	17	Invasão do São. Carlos
03	Residencial Santa Tereza	18	Invasão DO Veneza II
04	Beira Rio Sergipe (Avenida General Calazans)	19	Invasão da Mangueira
05	Matinha	20	Maria do Carmo I
06	Manoel Preto Ou Travessa Belas Artes Muro de Proteção da Avenida Novo Paraíso Encosta do Reservatório do DESO Conj. Duque de Caxias (Bairro Industrial)	21	Rua Argentina com Desembargador Maynard
07	Alto da TV Canal 04 Goré Loteamento São Sebastião Japãozinho General Valença Invasão da Rua A (Loteamento. São Francisco)	22	Invasão do SEBRAE Invasão do Campo do Vidro
08	Invasão Santa Maria Invasão do Lamarão (Invasão Pousada Verde) Pousada Verde Olaria Invasão do Lot. Jard. Lamarão Invasão Ponta da Asa	23	Invasão das Areias (Rua B)
09	Invasão Senhor do Bomfim	24	Invasão Largo da Aparecida
		25	Largo da Aparecida
		26	Invasão da Rua Oliveira Barros
		27	Invasão Jardim Nice
		28	Invasão Buraco de Lourdes
		29	Invasão do Jardim Esperança (Travessa Copérnico e Urbano)
		30	Invasão da ENERGIPE/ Poxim
		31	Invasão Vila Socó-Pantanal Invasão da CODISE
		32	Invasão do Inácio Barbosa/ Rio Poxim Manguezal Invasão do São Conrado
		33	Povoado Aloque



10	Invasão Rua "J" – (Soledade)	34	Invasão da Farolândia
11	Bahama	35	Invasão do Barroso
12	Estrela do Oriente	36	Loteamento Recanto da Paz
	Invasão Travessa Serafim Bomfim	37	Vila do Queijo
	Ângela Catarina	38	Canal Santa Maria e Invasão do Arrozal
Invasão Riacho do Cabral	Prainha		
Anchietão	Marivan		
13	Invasão José Rollemberg Leite (Rua A)	39	Morro
	Invasão da Rua Dom Pedro II/ Comandante Miranda	40	Padre Pedro
14	Invasão Tamandaré	41	Conj. Valadares (Invasão Ruas B24, 25, 26)
	Morro Tangará	42	Invasão Água Fina Conjunto Valadares
15	Alto do Cruzeiro/ Bela Vista/ Travessa 21 De Abril	43	Invasão da Coroa do Meio
	Maria do Carmo II	44	Área Nova na Zona de Expansão (Blocos I, II e IIA)

Fonte: PMA/FAPESE, 2005.

Apesar da concepção dos projetos estarem fincados em grandes tripés como o sócio ambiental, o urbano, a mobilidade e o acompanhamento pós entrega das comunidades e a sua organização no local, estes programas ainda estão muito focados na construção da unidade habitacional, entretanto, os problemas habitacionais de Aracaju são mais amplos envolvendo questões ambientais e de infraestrutura urbana que exigem ações mais complexas e um montante de recursos mais elevados.

Em 2010, o Plano de Habitação de Interesse Social de Aracaju (FAPESE/PMA, 2010), registrou um déficit habitacional de 19.955 unidades, já apontando uma redução de 13,3% de moradias sem situação precária quanto à 2001 (PEMAS).

TABELA VII.5 – Déficit Habitacional Básico ou Quantitativo

DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO OU QUANTITATIVO	LOTES
Habitação precária	3.747



Domicílios improvisados	980
Coabitação familiar forçada	8.994
Ônus excessivo de aluguel	6.234
TOTAL	19.955

Fonte: PMA/SEPLAN, 2001, (FAPESE/PMA, 2010)

Verificamos que a redução do déficit habitacional não foi significativo nos últimos anos, podemos aliar isso ao fato de que grande parte das moradias construídas não foram direcionadas as famílias de baixa renda com renda inferior a 03 salários mínimos. O que ocorre na prática é a distribuição de casas beneficiando na maioria das vezes aqueles que não necessitam e poderiam ser inseridos em programas de financiamento de moradias.

A solução para erradicar o déficit habitacional não está apenas na construção de unidades habitacionais elas devem ser de fato, acompanhadas de políticas integradas, de forma a proporcionar oportunidades de inserção desses moradores no contexto urbano e social, evitando a configuração de bolsões de pobreza dispersos do restante da cidade, como aconteceram inúmeras vezes no cenário aracajuano e recentemente com o Bairro 17 de Março.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju em seu art. 119, inciso I, estabelece que fica vedada a titulação através da regularização fundiária para lotes com área inferior a 40,00 m², porém de acordo com levantamento realizado pela PMA/SEPLOG-2015 (Tabela VII.6) há no município de Aracaju a existência de 51 lotes baldios com área inferior a 40,00m² e 1.489 lotes não baldios que podem necessitar necessitam em sua grande maioria de regularização.

Portanto se faz necessário uma reflexão sobre a área mínima a ser estabelecida para que todos tenham acesso à regularização do título aquisitivo. É importante destacar ainda que a maioria desses lotes estão espalhados na malha urbana concentrando-se próximo as áreas de invasão ou de condomínios residenciais voltados a população de baixa renda.



TABELA VII.6 – Lotes baldios e não baldios de acordo com m² distribuídos na cidade de Aracaju

	Abaixo de 125 m²	Abaixo de 60 m²	Abaixo de 40 m²
BALDIOS	1.14	157	51
NÃO BALDIOS	24.278	4.166	1.489

Fonte: PMA/SEPLOG -

TABELA VII. 7 - Listagem de Loteamentos Clandestinos Identificados – 2001 A 2015

N.º	LOTEAMENTO	LOCALIZAÇÃO/BAIRRO
01	LOTEAMENTO PARAISO DO SUL	Bairro Santa Maria
02	LOTEAMENTO SÃO SEBASTIÃO	Bairro Santo Antônio
03	LOTEAMENTO PARQUE DOS COQUEIRAIS	Zona de Expansão (Mosqueiro) – Acesso a partir da Rodovia dos Náufragos
04	LOTEAMENTO ROSA DO MAR	Zona de Expansão – Mosqueiro
05	LOTEAMENTO SANTO ANTÔNIO (REIS LIMA)	Av. Reis Lima – Bairro Industrial
06	LOTEAMENTO OCO DO PAU	
07	LOTEAMENTO JARDIM VISCONDE DE MARACAJU	Bairro Santos Dumont
08	LOTEAMENTO JARDIM RECREIO	Bairro Santa Maria
09	LOTEAMENTO SÃO JOÃO	Bairro Soledade
10	LOTEAMENTO JARDIM INDARA	Bairro Cidade Nova (Acesso pela Av. Euclides Figueiredo)
11	LOTEAMENTO RECANTO DA JAQUEIRA	Bairro Porto Dantas (Alto da Jaqueira)
12	LOTEAMENTO PORTO DO GRINGO	Bairro Soledade
13	LOTEAMENTO BELA VISTA	Localizado entre os bairros cidade nova e área denominada Pau Ferro.
14	LOTEAMENTO CRISTO REDENTOR	Prolongamento das Ruas Elizeu Santos, Geraldo Mendes, Herílio Brito, Everton Coelho, Rua “A” e Rua São Carlos. Bairro Santos Dumont.
15	LOTEAMENTO COQUEIRAL	Bairro Porto Dantas
16	LOTEAMENTO CIGANO	Acesso pela Rua Francisco de Assis, Bairro Cidade Nova.



17	LOTEAMENTO TIA CAÇULA	Acesso pela Av. Euclides Figueiredo, Bairro Cidade Nova.
18	LOTEAMENTO PLANALTO	Rua Santa Terezinha, Bairro Cidade Nova.
19	LOTEAMENTO JARDIM DAS PEDRAS	Acesso pela Av. Euclides Figueiredo, Bairro

Fonte: PMA/ SEPLOG - Dados fornecidos pela EMURB, 2015.



CAPÍTULO VII – ASPECTOS AMBIENTAIS





SUMÁRIO

VII – ASPECTOS AMBIENTAIS.....	3
a. Área de Interesse Ambiental	5
b. Áreas de Preservação Permanente.....	8
c. Áreas de Proteção definidas pelo Plano Diretor do Município.....	15
d. Os espaços abertos	22
e. Índices de área verde e cobertura arbórea	30
f. Considerações finais	36

VII – ASPECTOS AMBIENTAIS

Localizada praticamente em uma planície litorânea, Aracaju a formação dos ambientes naturais é predominantemente caracterizada por ecossistemas de manguezais, restingas, típicos do Bioma Mata Atlântica, regiões dunares importantes para a dinâmica da zona costeira e uma intensa trama de regiões lagunas e alagáveis que integram o sistema de drenagem natural do município.

De acordo com o método de classificação climática de Thornthwaite & Mather (1955), que se expressa pelo índice de umidade (Im), no município de Aracaju ocorre o clima Megatérmico Subúmido Úmido (C2 A"a"), o mais chuvoso do Estado de Sergipe. Observa-se uma concentração dos excedentes hídricos no final do outono e no inverno e uma moderada deficiência hídrica no verão, associada à maior evapotranspiração (Fontes & Correia, 2009).

Aracaju apresenta uma precipitação média anual de 1.590 mm, considerada boa em relação aos municípios nordestinos. O período chuvoso é de março a agosto, o que caracteriza o clima como litorâneo úmido com alguma deficiência no verão (PMA/SEPLOG, 2014(b)).

A vegetação predominante do município pertence ao domínio Mata Atlântica caracterizada pela predominância de manguezais e restingas. Os maciços mais significativos estão localizados na zona norte: bairro Lamarão, Porto Dantas, Industrial, na linha litorânea de preamar: bairro Coroa do Meio e 13 de julho e no eixo central da cidade: bairro Jabotiana, Inácio Barbosa e Farolândia. Ainda na parte norte, abriga-se o último remanescente de floresta de porte arbóreo (Mata Atlântica) do município, localizada no topo do Morro do Urubu, hoje decretado como uma unidade de conservação de uso sustentável (APA Morro do Urubu).

A região sul, correspondente a denominada Zona de Expansão da cidade, é praticamente composta por ambientes alagadiços importantes para a drenagem

natural e preservação de serviços ambientais, composto por vegetação típica de restingas e ambientes dunares.



Figura VIII.1: Área de Floresta Atlântica dentro dos limites do Parque da Cidade, Bairro Industrial, Porto Dantas, município de Aracaju, SE. Fonte: SANTOS, 2013.

A planície costeira ocorre ao longo de toda faixa costeira do município e é caracterizada por formas planas baixas (praias e restingas) construídas pela deposição de areias e outros materiais retrabalhados pelo mar (sedimentos de praias e aluviões). As dunas representam as partes mais elevadas desta área. Os domínios ambientais – terraços marinhos, cordões litorâneos, dunas costeiras e estuários – refletem as influências dos processos de origem marinha, eólica e fluviomarina (França & Cruz, 2007 apud. PMA/SEPLOG, 2014(b)).

As caracterizações detalhadas dos recursos naturais do município foram sistematizadas no Diagnóstico da Cidade de Aracaju/SE (PMA/SEPLOG, 2014(a)), no Relatório de Avaliação Ambiental e Plano de Gestão Ambiental e Social do Município (PMA/SEPLOG, 2014(b)) e no relatório final das Diretrizes de ocupação urbana do Mosqueiro (PMA/EMURB, 2014). Documentos que também serviram de base para algumas considerações deste diagnóstico.

a. Área de Interesse Ambiental

A definição e o entendimento da dinâmica das áreas de interesse ambiental dentro de uma cidade caracterizada como predominantemente urbana é um processo complexo, o qual deve estar associado às funções ecológicas e definição de serviços ambientais que contribuem para a “saúde ambiental” da cidade. Por isso o processo de planejamento está intimamente relacionado com os conceitos e caracterizações.

A paisagem natural de Aracaju é composta por uma diversificada tipologia de elementos naturais: manguezais e estuários, dunas e restingas, lagoas, áreas alagadiças, rios e canais naturais, praias, remanescente de floresta de mata atlântica, dentre outros, os quais apresentam atributos de importância ecológica extremamente relevante para o município.

A legislação ambiental brasileira reúne um cabedal de leis e códigos que protegem esses diferentes ecossistemas, sendo o conceito chave tratado dentro do entendimento das bases da proteção ambiental no Brasil como “Áreas Protegidas”.

As áreas protegidas podem ser classificadas conforme suas legislações específicas em

Áreas de Preservação Permanente – Lei 12.651 de 2012 - Proteção a Vegetação Nativa;

Unidades de Conservação – Lei 9.985 de 2000 e o decreto – Institui o Sistema de unidades de Conservação;

Bioma Mata Atlântica – Lei 11.428 de 2006;

Recursos Hídricos Lei 9.433 de 1997 - Política Nacional;

Faixas circundantes ao longo de águas dormentes - Lei nº 6.766 de 1979 - Parcelamento do uso do solo;

Zona Costeira - Lei nº 6.777 de 1989 institui a zona costeira brasileira e o seu gerenciamento;

Áreas úmidas – Convenção Internacional de Ramsar;

Habitats para a Fauna – Lei 5.197 de 1967 – Dispõe sobre a proteção à fauna;

Estatuto da cidade – Lei 10.257 – Dispõe sobre as diretrizes gerais da política urbana;

Além de diversas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA.

As Áreas de Interesse Ambiental no Plano Diretor (Art. 158 - PDDU, 2000) são classificadas como áreas de preservação, área de proteção, os espaços abertos e as paisagens notáveis do município, já definidos na legislação federal, estadual e municipal existente, bem como aquelas que vierem a ser definidas por lei. Além disso, devem constar em mapeamentos.

No entanto, percebe-se que nem todas as áreas que são classificadas como áreas protegidas por legislações federais e estaduais estão contempladas e regulamentadas nos termos da lei municipal, fato que gera uma inconsistência no processo de formulação de diretrizes, regulamentos e processos de licenciamentos que possam garantir a harmonização dos interesses da preservação ambiental com o desenvolvimento urbano do município.

Pode-se citar como exemplo a unidade de conservação APA Morro do Urubu, criada pelo poder estadual, hoje está classificada dentro da zona de adensamento básico (ZAB-1/PDDU, 2000) e o seu polígono não consta como uma Área de Interesse Ambiental.

Outro fato que pode ser citado o qual será mais detalhado a seguir é o entendimento quanto à importância e definição das dunas e cordões interdunares do município, o Plano Diretor considera como áreas de preservação as dunas acima de 10m (Art.24 – PDDU, 2000), porém, conforme a Lei 12.651/2012 de que trata da proteção da vegetação nativa (antigo Código Florestal):

“Art. 4º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:
(...) VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; (...)”.

Ou seja, a prerrogativa de preservação independe da altura e da localização deste tipo de ecossistema.



Outro conceito bastante utilizado nas normatizações e até mesmo no dia a dia do planejamento urbano são as “áreas verdes urbanas”, que comumente são classificadas como áreas de preservação, de proteção ambiental, praças, parques, canteiros e rotatórias arborizadas, jardins, hortos florestais e demais espaços livres destinados ao lazer e a recreação desde que estejam associados a algum elemento natural.

Estrategicamente, os conceitos de áreas verdes urbanas devem ser definidos dentro das políticas de desenvolvimento urbano dos municípios. Na esfera federal a Lei de Proteção da vegetação nativa do Brasil (BRASIL, 2012) traz a seguinte definição para essas áreas:

“Áreas verdes urbanas são espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais” (BRASIL, 2012, Art. 3º - XX).

O que comumente é observado dentro das diretrizes do planejamento urbano é uma confusão na utilização de termos como “espaços livres”, “espaço aberto”, “espaço verde”, “áreas verdes”, “verde urbano”, “arborização urbana”, “área de preservação permanente”, “área de proteção ambiental” “unidade de conservação” e outros que a princípio parecem sinônimos, mas que exigem métodos de análise diferenciados para a compreensão das suas funções dentro do ambiente urbano, assim como mecanismos e instrumentos de proteção diferenciados. Além disso, é preciso considerar as prerrogativas das legislações específicas que criam e regulamentam algumas dessas áreas.

Ao considerarmos a análise do Plano Diretor do município essa prerrogativa não é diferente. Existe hoje uma inconsistência conceitual, na classificação e no mapeamento das Áreas de Interesse Ambiental (AIA's) do município, uma definição e classificação clara são princípios básicos para a formulação de diretrizes efetivamente aplicáveis.



Além disso, é importante ressaltar a necessidade de sistematizar de forma diferenciada/separada da política de meio ambiente a política de patrimônio cultural.

Para o melhor entendimento de como a política de meio ambiente está tratada dentro do PDDU e o atual panorama das condições ame, algumas análises podem ser tecidas, as quais foram sistematizadas nos itens a seguir.

b. Áreas de Preservação Permanente

As áreas de preservação permanente são aquelas definidas e descritas na Lei Federal de Proteção a vegetação Nativa 12.651 de 2012 (antigo Código Florestal). Porém, hoje o PDDU apresenta problemas quanto à definição e conceituação das áreas de preservação, as quais devem está em consonância com a legislação florestal.

Como consequência do intenso processo de urbanização e alteração dos espaços naturais, Aracaju possui fauna e flora bastante descaracterizadas de suas condições originais. A flora do município sofre muita influência de espécies exóticas plantadas ou de natureza invasora, principalmente em áreas próximas a regiões urbanizadas e em áreas utilizadas como sítios. Com exceção do Morro do Urubu, Aracaju não conta com uma área com vegetação nativa (não-manguezal) minimamente preservada, sendo suas áreas verdes naturais muito alteradas e notadamente em estágio de regeneração (PMA/SEPLOG, 2014 (b)).

- Manguezais

Os manguezais são Ecossistemas aquáticos da região litorânea, típico do Bioma Mata Atlântica, que geralmente compõem o estuário de bacias hidrográficas, funcionando ecologicamente como um dos principais berçários de espécies marinhas e fluviais, além de abrigar fonte de alimento para a fauna aquática e terrestre. A vegetação natural é conhecida como mangue, apresenta solos tipicamente limosos e a sua fauna é rica em crustáceos e moluscos.

São Áreas de Preservação Permanente, conforme a Lei 12.651/2012 que trata da proteção da vegetação nativa (antigo Código Florestal):

**“Art. 4º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:
(...) VII - os manguezais, em toda a sua extensão; (...)”.**

Os manguezais constituem o ecossistema predominante dentro dos limites do município de Aracaju e atualmente encontra-se disperso em cinco principais pontos (PMA/SEPLOG, 2014(a)):

1. Manguezal do rio Poxim, nos Bairros São Conrado, Farolândia e Jabotiana – Região centro Sul;
2. Manguezais do Rio Poxim nos bairros Inácio Barbosa e Coroa do Meio;
3. Manguezais do Riacho Tramandaí/Rio Sergipe, nos bairros Jardins e Treze de Julho;
4. Manguezias do Rio do Sal e Rio Sergipe, nos bairros, industrial, Lamarão e Porto Dantas, Zona Norte da Cidade;
5. Manguezais da Zona de Expansão urbana de Aracaju, nas margens do Rio Vaza Barris e rio Santa Maria.

Os manguezais de Aracaju ao longo da história foram submetidos a uma grande pressão antropica que resulta em uma intensa degradação, desde o seu desmatamento e aterro, até a sua poluição (PMA/SEPLOG, 2014 (a)).

Os desmatamentos e aterros ocorrem principalmente devido as ocupações irregulares, com o objetivo principal de estabelecer moradias permanentes, instalação de viveiros de carcinocultura implantados de forma irregular e altamente impactante, sem licenciamento e sem os devidos cuidados ambientais para a preservação do ecossistema no qual se instalam.



Figura VIII.2: Área de manguezal degradada por ocupação irregular, Lamarão. Fonte: SANTOS, 2013.

Assim como, também, devido à falta de reconhecimento de terrenos livres dentro da cidade, a instalação de empreendimentos habitacionais populares (advindos de financiamentos do Programa de Aceleração do Crescimento), geralmente tem se dado em áreas de preservação, fato que gera uma dissonância com os objetivos da preservação ambiental e muitas vezes coloca o empreendimento em uma situação de risco devido a fragilidade ambiental que área apresenta.

A poluição é outro agravante, ocasionada pelo acúmulo de lixo e resíduos da construção civil, além dos dejetos de esgoto lançados diretamente nos corpos hídricos e canais da cidade, que desembocam nessas regiões estuarinas, provindos de áreas que não são atendidas pela rede de esgotamento sanitário. Dessa forma, as regiões que ainda preservam significativas reservas desse ecossistema tem sofrido uma grande pressão da expansão urbana, a exemplo de áreas localizadas nos bairros Porto Dantas, Lamarão, Jabotiana, Farolândia e na Zona de Expansão.

A proteção dos manguezais requer um intenso trabalho de fiscalização e o uso de ferramentas com soluções GIS (Sistema de Informações Georreferenciadas) que possam acompanhar por meio de mapeamentos a localização desses manguezais, os

seus reais limites, para que de forma célere se possa detectar invasões, desmatamentos e aterramentos além do não licenciamento de empreendimentos nessas áreas.



Figura VIII.3: Proximidade de empreendimentos as áreas de várzeas de rio Poxim, Jabotiana. Fonte: Trabalho de campo realizado em Maio de 2015.

As matas ciliares também são classificadas como APP's, não se destinou um espaço específico para discuti-las porque praticamente todas as matas ciliares do município de Aracaju coincidem com a localização dos manguezais descritos e tratados nesse capítulo.

- Dunas e restingas

As dunas conforme a resolução CONAMA 303/2002 podem ser definidas como “duna: unidade geomorfológica de constituição predominante arenosa, com aparência de cômodo ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta, ou não, por vegetação”.

A lei de proteção a vegetação nativa 12.651 de 2012, defini como área de preservação permanente as Restingas

“Art. 4º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:

(...) VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; (...)”.

Trazendo a seguinte definição “restinga: depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.

As formações dunares do município estão predominantemente localizadas na ZAR – Zona de Adensamento Restrito (Zona de Expansão Urbana). Conforme o Diagnóstico para as diretrizes de ocupação urbana do Mosqueiro (PMA/EMURB, 2014) as dunas localizadas nessa região são originalmente providas de vegetação fixadora (restingas), cuja função de estabilização do terreno é relevante, não havendo possibilidade de ocupá-las. São classificadas basicamente em dois tipos de formação: paleodunas, frontais, fixas e móveis.

Outras formação importante associada a essa tipologia são os cordões interdunares, áreas praticamente planas localizadas entre dunas onde o processo de deflação (associado a erosão eólica) é maior do que a sedimentação. Essa geodinâmica típica de ambiente costeiro exerce uma importante função na proteção de lençol freático local, além de contribuírem para o sistema de drenagem natural da região, com a formação de lagoas.

Muito embora a legislação municipal (PDDU, 2000, art. 36 a 38) vincule restrições a três faixas de altura do terreno, observa-se que a legislação federal – ou seja, de esfera superior – veda a ocupação de locais com vegetação como a encontrada sobre as dunas da Zona de Expansão (PMA/EMURB, 2014).

A única exceção mencionada, em legislação federal, para a ocupação de dunas está presente na Resolução do CONAMA número 341/2003:

“Art. 2 – Poderão ser declarados de interesse social, mediante procedimento administrativo específico aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis em

dunas originalmente desprovidas de vegetação, atendidas as diretrizes, condições e procedimentos estabelecidos nesta Resolução”.

A orla marítima também concentra formações dunares importantes do município e estão sujeitas a restrições decorrentes de características ambientais do local, especialmente a presença de dunas e bacias de acumulação natural de águas pluviais (PMA/EMURB, 2014). Conforme consta no diagnóstico de Aracaju (PMA/SEPLOG, 2014(a), Souza e Oliveira (2006) ao realizarem um estudo sobre os riscos ambientais nos sistemas dunares dividiram o trecho litorâneo em três setores, analisando os problemas existentes em cada um deles: (i) Orla Praia de Atalaia/Coroa do Meio, (ii) complexo Atalaia/TECARMO e (iii) Praia de Aruana.

Apesar de apresentarem algumas características diferenciadas, a importância ecológica que esses complexos apresentam é inquestionável e a prerrogativa da preservação deve ser sempre o primeiro item a ser analisado, considerando ainda o papel que exercem na contenção de processos erosivos inerentes a zona costeira.

Portanto, a legislação municipal não pode flexibilizar o uso e a ocupação de áreas de preservação permanente de forma menos restritiva do que está previsto em legislações federais (Lei 12.651 de 2012).

– Lagos e Lagoas de drenagem

São objetos de preservação as lagoas de drenagem natural existentes na Zona de Expansão, conforme mapeamento constante no anexo V do PDDU. No entanto, essa atual delimitação não corresponde mais a realidade da trama de drenagem que se configura no local. Hoje é possível observar acumulações de água em grande extensão, que podem ser classificadas por diversas tipologias existentes na legislação brasileira, algumas devem ser protegidas devido à importância do ecossistema lacustre existente, outras integram o sistema de drenagem natural da região, porém não estão mapeadas. Além das lagoas o PDDU preconiza como áreas de preservação os cursos d’água, mananciais subterrâneos e lacustres.

Conforme o estudo realizado para as diretrizes de ocupação urbana do Mosqueiro (PMA/EMURB, 2014) toda a área de expansão faz parte da planície

litorânea da região, havendo pouca variação de cotas e baixas declividades, que desfavorecem a drenagem natural, onde os pontos mais altos localizam-se em algumas dunas próximas ao mar. Essas características concernem à área a formação de inúmeras acumulações de água do lençol freático, muitas delas interligadas formando cordões no sentido longitudinal da área. Nas épocas de seca, essas pequenas lagoas diminuem de área, pela diminuição do nível do lençol, e nas épocas chuvosas aumentam a sua proporção em relação ao terreno seco.

A drenagem das áreas é bastante deficiente acarretando problemas de alagamentos nas chuvas fortes.

A EMURB (Empresa Municipal de Obras e Urbanização) realizou recentemente estudos com o objetivo de propor uma reconfiguração do sistema de drenagem do município. Ao analisar os estudos é possível afirmar a urgente necessidade de se aplicar as propostas de reconfiguração, conservando as lagoas e suas faixas de proteção, principalmente na região mais sensível: zona de expansão, para isso faz-se necessário um mapeamento, definição e caracterização dessas áreas de forma mais precisa.

No que concerne a legislação em âmbito federal, a Lei nº 12.651 de 2012, estabelece como áreas de preservação permanente:

“(...) as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de”: “(...) b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas”.

Com exceção daqueles casos, nos quais

“ (...) Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama (...)”.

A Lei prevê a isenção do valor do IPTU sobre a área preservada da lagoa de drenagem, como incentivo à “manutenção das lagoas não classificadas como servidão, para a implantação do sistema básico de drenagem pluvial da zona de expansão

Urbana”. Fator que deve ser incentivado como uma das formas de garantir a preservação desses ambientes.

c. Áreas de Proteção definidas pelo Plano Diretor do Município

- Áreas de risco

As áreas de risco correspondem às áreas classificadas como impróprias para o assentamento humano por estarem sujeitas a acidentes naturais ou a riscos decorrentes da ação antrópica. Essas áreas geralmente apresentam condições de fragilidade ambiental, como por exemplo, margens de rios sujeitas a inundações, florestas sujeitas a incêndios, áreas de alta declividade (encostas ou topos de morros) onde podem ocorrer desmoronamento ou deslizamento de terra, devido principalmente ao desmatamento da vegetação, áreas contaminadas como antigos lixões e etc.

As áreas de risco têm sido motivo de preocupação nas últimas décadas, principalmente nos centros urbanos dos países denominados em desenvolvimento, onde se agravam pela urbanização intensa e sem planejamento que permite a construção de residências em encostas com gradientes de inclinação superiores a 20°, também carentes de infraestrutura básica (PMA/SEMDEC, 2015).

Aspectos naturais combinados ao mau uso e ocupação do solo aceleram a degradação ambiental, motivando desastres urbanos. As chuvas intensas e continuadas em vertentes íngremes e desprovidas de vegetação provocam desestabilização da encosta, principalmente quando a instalação de moradias pode acelerar os processos de movimento de massa.

Em Aracaju conforme levantamento atual da Defesa Civil (PMA/SEMDEC, 2015) pode-se citar alguns bairros que apresentam os pontos com risco alto: os bairros América, Soledade, Industrial, Porto Dantas, Cidade Nova, Jabotiana e Santa Maria (Tabela 1).

**TABELA VIII.1** – Lista dos pontos em áreas classificadas com alto grau de risco.

Nº	BAIRRO	LOCALIZAÇÃO	GRAU DE RISCO	Nº DE IMÓVEIS EM RISCO
1	América	Rua José Zuckerman, UTM 24 L 709919 E 8791932 S	3	17
2	América	Avenida Tancredo Neves, UTM 24 L 709540 E 8792219 S	3	19
3	América	Rua I, G e U, UTM 24 L 709419 E 8792378 S	3	24
4	Soledade	Loteamento Senhor do Bomfim, UTM 24 L 708198 E 8796696 S	3	40
5	Industrial	Rua Curitiba, UTM 24 L 712487 E 8795315 S	3	85
6	Industrial	Travessa Belas Artes, UTM 24 L 712146 E 8795095 S	3	22
7	Industrial	Rua Manoel Preto, UTM 24 L 712115 E 8794925 S	3	20
8	Porto Dantas	Avenida Euclides Figueiredo, UTM 24 L 708198 E 8796696 S	3	200
9	Porto Dantas	Loteamento Coqueiral, Ruas B e D, UTM 24 L 711879 E 8797112 S	4	30
10	Porto Dantas	Rua D, UTM 24 L 712805 E 8796996 S	3	19
11	Cidade Nova	Rua 7 Setembro, UTM 24 L 711523 E 8795914 S	2	35
12	Jabotiana	UTM 24 L 708792 E 8790159 S	3	80
13	Santa Maria	UTM 24 L 706768 E 8784109 S	3	9
14	Santa Maria	Avenida Contorno, UTM 24 L 707233 E 8784790 S	3	11
15	Santa Maria	Loteamento Paraíso do Sul, UTM 24 L 707338 E 8786262 S	3	6

Fonte: PMA/SEMDEC/DEFESA CIVIL, 2015.

Apesar de alguns bairros não apresentarem histórico significativo de movimentos de massas, o nível de antropização da área é um fator importante a se considerar. A ocorrência de chuvas prolongadas e intensas favorece o escoamento superficial, que pode carrear grande quantidade de material sedimentar, desestabilizando ou até deslizando sobre as moradias. Então essas encostas precisam de intenso monitoramento e fiscalização, não sendo possível a ocupação dessas áreas, além da necessidade de obras de contenção ou até mesmo a realocação de famílias (PMA/SEMDEC/DEFESA CIVIL, 2015).



Figura VIII.4: Proximidade de empreendimentos a áreas de risco de deslizamento, área de morro no bairro Jabotiana, área classificada com alto risco de deslizamento. Fonte: Trabalho de campo realizado em junho de 2015.

Conforme a lei 12.651 de 2012, os topos de morro com altura acima de 1800 metros são áreas de preservação assim como a sua vegetação (Lei 12.651 de 2012). Além de

Art. 6º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

As áreas de risco no plano diretor são classificadas como áreas de proteção sujeitas a critérios especiais de uso e ocupação.

Em Aracaju os pontos mais elevados estão localizados na zona norte e oeste da cidade. Na zona norte predomina as formas arredondadas mais elevadas da cidade, alcançando até 100 m no Morro do Urubu (PMA/SEPLOG, 2014(b)).

Além dessas duas zonas mais expressivas, uma área mais ou menos paralela ao rio Sergipe, nos domínios dos bairros Getúlio Vargas, Cirurgia e parte do Suíssa, apresenta elevações com altitudes máximas de 38 metros. Nos bairros América e

Jabutiana também se destacam alguns afloramentos do Grupo Barreiras, ampliando as altitudes nessas áreas (PMA/SEPLOG, 2014(b)) e no bairro Santa Maria. Essas áreas precisam ser mapeadas e classificadas conforme o seu grau de risco.



Figura VIII.5: Proximidade de empreendimentos a áreas de várzeas do rio, Bairro Jabotiana.
Fonte: Trabalho de campo realizado em junho de 2015.



Figura VIII.6: Pontos de alagamentos próximos a empreendimentos localizados em áreas de fragilidade ambiental, Bairro Jabotiana, Maio de 2015.



Os parques ecológicos municipais são definidos hoje como áreas verdes em acelerado processo de degradação ambiental ou cujo conjunto ainda seja de notável valor natural, destinados a uso público, a fim de garantir e promover o nível de arborização da cidade, e os índices de permeabilidade do solo e de proporcionar uma relação harmônica entre os meios antrópico e natural. E no Anexo V considera o mapeamento desses parques propostos.

Após 15 anos de publicação do plano diretor apenas um parque dos previamente traçados foi regulamentado: **“Parque Ecológico Municipal do Tramandaí - criado através do Decreto Municipal nº 112/1996, nos termos das leis federais nº 4.771 (Código Florestal) e 5.197 (de proteção à fauna). E encontra-se em processo de regulamentação dentro da Secretaria Municipal do Meio Ambiente o Parque Ecológico Municipal do Poxim.”**

Ou seja, é importante que além do mapeamento e da definição como área de interesse ambiental, essas áreas sejam regulamentadas por decreto próprio que definirá a aptidão e os serviços que essas áreas deverão proporcionar, quais serviços ambientais de relevância devem ser preservados e quais os usos que poderão ser aplicados. Além disso, é preciso criar identidades e os objetivos os quais aquela área se destina. A falta dessa regulamentação tem ocasionado problemas e conflitos quanto aos limites e quanto aos serviços que podem se estabelecer nessas áreas de conservação.

Segundo o estudo de Santos (2013) que realizou uma análise dos limites estabelecidos para os parques ecológicos previsto no PDDU por meio da interpretação de imagens de satélite, foi possível constatar que dentro desses parques ainda encontram-se remanescentes de Manguezais (Parque 1, 4, 5 e 6) e áreas de contenção de dunas com vegetação de restinga (Parques 2, 3 e 7), do total da áreas dos parques 75,4 ha (19%), dessas áreas já se encontram urbanizados ou apresentam solo exposto e degradado conforme a tabela apresentada no estudo:

**TABELA VIII.2** – Informações constantes no estudo de Santos (2013): “Tabela 2.7 – Parques ecológicos definidos dentro do PDDU, 2000”.

Nº	NOME	ÁREA DO PARQUE (ha)	ÁREA COM VEGETAÇÃO (ha)	ÁREA URBANIZADA/ SOLO EXPOSTO (ha)	ÁREA URBANIZADA/ SOLO EXPOSTO (%)
1	Parque Ecológico	41,56	21,88	19,68	47%
2	Parque Ecológico (Dunas)	16,83	16,83	0,00	0%
3	Parque Ecológico (Dunas)	95,78	78,64	17,14	18%
4	Parque Ecológico	5,95	3,6	2,36	40%
5	Parque Ecológico	31,81	21,03	10,78	34%
6	Parque Ecológico	177,96	155,38	22,57	13%
7	Parque Ecológico (Dunas)	29,90	27,03	2,87	10%
TOTAL		399,78	324,38	75,40	19%

Fonte: dados atualizados de ARACAJU, 2000, em 2012.

Apesar das áreas dos parques constarem no plano diretor, representadas por mapa temático (ANEXO V, PDDU, 2000), verificou-se que não há decretos oficializando a criação desses parques e nem planos de manejo. Ainda há, contudo, áreas não ocupadas onde dunas encontram-se conservadas, com destaque para as áreas delimitadas ao longo da orla marítima, onde é determinada a preservação dessas formações. Observa-se, como característica geral, a presença de vegetação fixadora de dunas em toda a extensão da orla (PMA/EMURB, 2014).

Além disso, tem-se problemas quanto a nomenclatura e o conceito em si de parque ecológico constante no PDDU. Antigamente no Brasil existia uma série de leis que disciplinavam a normatização de criação, definição, caracterização e funções das unidades de conservação brasileiras, porém com o advento da publicação da Lei – Lei 9.985 de 2000 – que Institui o SNUC - Sistema de unidades de Conservação, essa problemática foi sanada, onde nessa lei reuniu-se todas as categorias, definições, funções e objetivos referentes a institucionalização de unidade de conservação no Brasil. Portanto, o município deve estar em consonância com as políticas federais, fato que contribui para que os objetivos de uma política sejam alcançados de forma mais efetiva.

O SUNC estabelece, por exemplo, a categoria Parque Nacional, cujos objetivos propostos são semelhantes ao que se destinam os parques ecológicos municipais nos

termos do PDDU. Quando esses parques são criados, enquanto unidades de conservação, no âmbito do poder executivo municipal devem ser denominados como “Parque Municipal Natural”:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico **a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.**

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e **Parque Natural Municipal**.

Percebe-se uma necessidade de redefinir o conceito dos parques ecológicos, ao quais tem a função principal de conservar as áreas com relevante interesse ecológico e não somente as que precisam ser recuperadas ou que estão degradadas, além da necessidade de regulamentação (decreto de criação) e definição de outras áreas de interesse ecológico como unidades de conservação.

Unidades de conservação existentes no município instituídas conforme o SNUC

As unidades de conservação, que são um tipo especial de área protegida são regulamentadas pelo SNUC (Lei Federal 9.985 de 2000), Aracaju possui três Unidades de Conservação em seu território (PMA/SEPLOG, 2013 (b)):

- **APA – Área de proteção Ambiental Morro do Urubu** - Localizada na Região Norte de Aracaju, limitando-se com o Rio do Sal, o Rio Sergipe e a zona urbanizada da capital. Criada em 1993 e regulamentada em 1995. Nesta área encontra-se o

Parque José Rollemberg Leite, reconhecido pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e que possui zoológico e outros equipamentos de lazer e turismo;

- **APA – Área de proteção ambiental do Rio Sergipe** - criada pela Lei Estadual nº 2.825/90, constitui-se como “paisagem natural” em todo trecho do Rio Sergipe que serve de divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros. Esta unidade de conservação não é regulamentada e a redação da lei não permite sua delimitação ou efetivação de ações de conservação e organização da unidade;

As Unidades de conservação tem se apresentado em todo país como uma ferramenta eficaz na proteção dos recursos naturais, isso se deve a alguns fatores positivos que esse procedimento proporciona, podendo-se citar a criação de um símbolo de preservação (parque, reserva, monumento e etc.), a criação de uma identidade para o local por meio de um nome e decreto regulamentador específico para aquela área, isso tem resultado em uma maior vigilância das áreas por parte do poder público e da sociedade civil como um todo.

É evidente que somente a institucionalização não garante a sua conservação, associado isso é preciso elaborar o plano de manejo da área, definir os gestores e os órgãos fiscalizadores, a fim de que se garanta a efetiva proteção da unidade.

d. Os espaços abertos

A definição de espaços abertos dentro de uma cidade é muito ampla e pode englobar qualquer elemento da cidade que seja um espaço aberto, que vão desde ruas, estacionamentos, canteiros, rotatórias, praças, parques, jardins, zoológicos, hortos florestais e outras áreas destinadas ao lazer e a recreação. No entanto, é preciso refletir sobre quais desses espaços abertos cumprem uma função ambiental dentro da área urbana? Quais regulamentos e diretrizes especiais esses espaços devem estar sujeitos para que se possa garantir a efetividade da função ambiental?

Pode-se classificar as praças públicas, parques de recreação, parques lineares, canteiros e rotatórias arborizadas, como áreas verdes urbanas, de caráter especial,

porém dependem de uma proteção especial conforme regulamentação específica. Nos termos do PDDU (art. 43) os espaços abertos atualmente estão classificados como:

Espaços reservados para fins de lazer, a saber:

- a) Parque de recreação;
- b) Praças
- c) Áreas e ruas destinadas ao lazer e ao esporte;
- d) Jardins botânicos, zoológicos e hortos florestais e mirantes;

Áreas reservadas (AR) para futuras instalações de obras de infra-estrutura urbana ou destinadas à segurança de infra-estrutura já instalada.

É importante considerar dentro de uma política de meio ambiente os espaços abertos que cumpre além da função social de proporcionar uma área de lazer e recreação a função ambiental, como regulação microclimática, abrigo para a fauna urbana, áreas permeáveis dentre outras funções, que é o caso da maioria das praças e parques de recreação da cidade.

-Praças públicas

Conforme o PDDU as praças públicas são classificadas como espaços abertos destinados a função principal de **“ponto de encontro e animação na escala de bairro (ANEXO – AIA’s)”**. No entanto, é preciso considerar que além da função social as praças públicas devem exercer a função de áreas verdes, potencial que deve ser valorizado e estimulado, principalmente considerado que devido a intensa urbanização, Aracaju (na zona norte, centro e parte da sul) apresenta poucos espaços para a implantação da arborização e poucos remanescentes florestais. É preciso refletir sobre qual tipo de praças queremos dentro das nossas comunidades.

Conforme informações da extinta EMSURB/Empresa Municipal de Serviços Urbanos, em Aracaju existem 165 praças distribuídas pelos diversos bairros (PMA/SEPLOG, 2014(a)).

Santos (2013) analisou aspectos ambientais e sociais de 157 praças públicas de Aracaju a fim de identificar se estas cumprem a função de área verde dentro da malha urbana e o estado da sua qualidade. Dentre os principais resultados foi possível afirmar que nem todas as áreas definidas como praças dentro do planejamento municipal, cumprem a função de área verde, devido principalmente ao baixo nível de arborização e a grande impermeabilização da área (vê tabela 2.2 existente no estudo).

Logo, se percebe uma necessidade de regulamentar as praças como espaços verdes sujeitos a critérios e diretrizes especiais de implantação e de uso, que possam garantir o cumprimento da função de socioambiental, a qual esses espaços se destinam, como por exemplo: índice mínimo de arborização, taxa mínima de permeabilidade, usos permitidos, atributos do lazer e da recreação que devem ser considerados dentre outros.

Santos (2013) ainda analisou outros critérios: (1) condições de acesso livre ao público; (2) Percentual de Cobertura Arbórea mínimo; (3) solo não impermeabilizado e (4) existência de equipamentos de lazer.

Em relação ao acesso, todas (100%) as praças analisadas apresentaram condições de acesso livre ao público. Já a presença de equipamentos de lazer foi observada em 86,6% (130) das praças, e 13,33% (20) não apresentaram nenhum tipo de equipamento para o lazer ou recreação, nem mesmo bancos.

Quanto ao critério da Porcentagem de Cobertura Arbórea (PCA) associada à praça, foi o que mais restringiu a classificação das praças como áreas verdes efetivamente. Considerando-se uma escala de intervalos da distribuição dos valores e o critério de inclusão de no mínimo 40% de PCA, apenas 48% (72) das praças podem ser consideradas como áreas verdes.

O restante que corresponde a 45% (67) foram desclassificadas quanto a essa função, por apresentarem um PCA abaixo de 40% e alto índice de impermeabilidade do solo (vê Tabela 2.2 do estudo).

**TABELA VIII.3** – Informações constantes no estudo de Santos (2013): “Tabela 2.2 – Escala de distribuição do Percentual de Cobertura Arbórea (PCA) de praças públicas de Aracaju-SE”.

ESCALA DE DISTRIBUIÇÃO DO PCA (INTERVALOS)	Nº DE PRAÇAS DENTRO DO INTERVALO	VALOR	
		PERCENTUAL	
100%	23	15%	
99 - 80%	11	7%	
79 - 60%	17	11%	
59 - 40%	21	14%	
39 - 0%	67	45%	
S/Referência*	11	7%	

* Nessas praças não foi possível realizar o cálculo da PCA devido a presença de nuvens e sombras nas imagens e em alguns casos porque as plantas estão em fase de muda não apresentando uma cobertura possível de ser calculada. Fonte: dados da pesquisa, 2012.

O valor estabelecido no Plano Diretor é de 50% de área arborizada nas praças numa relação mínima de 1 árvore a cada 16m² (PDDU, 2000). Essa diretriz do Plano Diretor é um parâmetro útil em termos de planejamento aplicado, porém a distância mínima entre as árvores dependem das espécies que estão sendo selecionadas em função do porte arbóreo destas. O objetivo principal é distribuir de forma mais homogênea possível as árvores por todo perímetro da praça de forma que se possa ter como meta, atingir um patamar ideal: um PCA de 100%, o qual foi observado em apenas 23 (15%) das praças analisadas.

Apesar do estabelecimento de valores e índices de referências, para a cobertura arbórea de uma área verde, não ser objeto de consenso entre os pesquisadores, esse tipo de análise constitui um instrumento norteador para a definição de estratégias dentro do planejamento.

Pode-se observar que, conforme os valores apresentados na Tabela 2.2 do estudo, uma cobertura arbórea abaixo de 40% é preocupante para o município de Aracaju, pois quase metade do universo das praças apresenta essa condição (vê tabela 2.3 do estudo).

TABELA VIII.4 – Informações constantes no estudo de Santos (2013): “Tabela 2.3 – Classificação das Praças públicas de Aracaju-SE, quanto ao cumprimento da função de área verde e respectivo agrupamento, conforme Modelo de Classificação de Áreas Públicas (MCAP).”



CARACTERÍSTICA	Frequência	%	Área (ha)
Praças submetidas à análise quanto ao cumprimento da função de área verde	150		
Praças consideradas como área verde	72	48%	20,20
Praças consideradas como potenciais à constituição de área verde	67	45%	36,94
Praças não classificadas	11	7%	4,46
Praças não submetidas à análise quanto ao cumprimento da função de área verde	29		
Praças não construídas (espaços ociosos potenciais à constituição de áreas verdes)	19	65,5%	8,36
Praças com outras funções	10	34,5%	2,57

Fonte: Santos, 2013 - Dados da pesquisa, 2012.

É preciso classificar, tipificar os tipos de praças, com a definição de diretrizes para a sua construção que considere a função social, econômica e ambiental que esses espaços podem proporcionar para a qualidade socioambiental do município.



-Parques públicos de Recreação

Os parques públicos de recreação no termos do PDDU tem a função principal de recreação ativa e passiva, centros de convivência de toda a população, exercido principalmente nos finais de semana e geralmente cumprem a função de área verde urbana.

Atualmente existem quatro parques de recreação oficialmente instituídos no município e que ocupam 0,74% do espaço urbanizado. Porém, apenas três cumprem a função de área verde dentro da cidade: “Parque Estadual Rollemberg Leite (Parque da cidade), o Parque Estadual Governador Valadares (Cajueiros), Parque Municipal Augusto Franco (sementeira) e o “Parque de exposições João Cleóphas”, que é um espaço destinado a eventos associados à exposição de animais ficando o acesso restrito à realização desses eventos. Apesar desse parque apresentar vegetação arbórea, o solo está impermeabilizado e não cumpre o requisito de permeabilidade em 80% da área e apresenta mais de 5% do território ocupado por edificações. Portanto, hoje não pode ser considerado como área verde.

Os demais parques apresentam acesso livre à população, estão associados à vegetação arbórea arbustiva, apresentam diversos tipos de equipamentos para o lazer e solo são permeáveis em 80% do perímetro, cumprindo de forma efetiva todos os requisitos estabelecidos para que fossem categorizados como área verde (vê tabela 2.4 – constante no estudo).



TABELA VIII.5 – Informações constantes no estudo de Santos (2013): “Tabela 2.4 – Classificação dos Parques Públicos de Aracaju quanto ao cumprimento da função de área verde e respectivo agrupamento, conforme Modelo de Classificação de Áreas Públicas (MCAP).”

PARQUES PÚBLICOS	ÁREA (ha)	PCA (%)
Parque Governador Rollemberg Leite (Parque da cidade)	66,25	68%
Parque de Exposições João Cleóphas	2,78	14%
Parque Governador Augusto Franco (Parque da Sementeira)	36,12	7%
Parque Governador Antônio Carlos Valadares (Parque dos Cajueiros)	17,87	77%
TOTAL		-

Fonte: SANTOS, 2013. Legenda: PCA - Percentual de Cobertura Arbórea. **Fonte:** dados da pesquisa, 2012.

O Parque da Sementeira cumpre de forma efetiva a função de área verde e constitui um importante espaço de lazer para a população do município, bastante frequentado, principalmente nos finais de semana.

O Parque dos Cajueiros por pouco mais de 10 anos encontrava-se deteriorado, mas recentemente (2012) foi revitalizado pelo Governo do Estado proporcionando a população o usufruto do espaço como uma área de lazer, de prática de esportes e para contemplação da natureza, ação privilegiada, principalmente porque o parque está localizado as margens do Rio Poxim.

O Parque da Cidade o mais antigo do município, tem uma característica diferenciada dos outros por está localizado dentro de uma Unidade de Conservação: Área de Proteção Ambiental (APA) Morro do Urubu (213,8ha), que abriga o último remanescente de Floresta Atlântica da cidade, fato que também contribuiu para o valor significativo da sua cobertura arbórea. O parque, também, abriga o único Zoológico da cidade, oferece passeio de teleférico e áreas para realização de caminhadas e piqueniques. Conforme o diagnóstico de Aracaju (PMA, 2014) o parque é prioritariamente utilizado pela população da zona norte sendo pouco divulgado como lazer para o restante da cidade e para os turistas.

Além disso, o PDDU define que o parque de recreação deve ter um raio de atendimento de até 2.500 metros, fazendo-se essa análise tem-se um déficit de área de parques de recreação dentro da cidade, necessitando da implantação de mais parques.

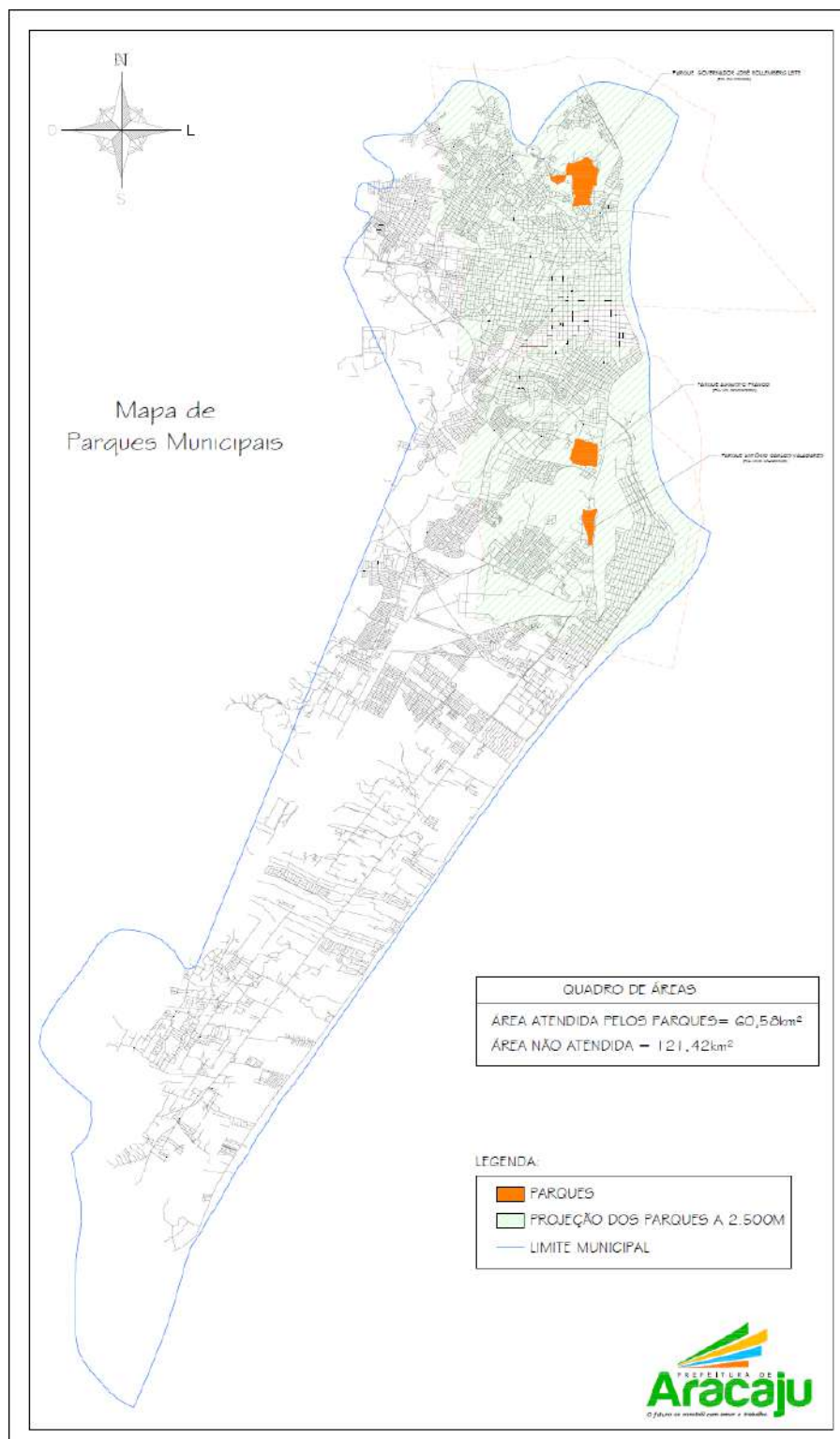


Figura VIII.8: Mapeamento da influência da área dos parques de recreação do município, considerando o raio de influência do PDDU, 2000 de 2.500 metros.

e. Índices de área verde e cobertura arbórea

As discussões sobre o planejamento do Sistema de Áreas Verdes de uma cidade, além da sua classificação pode ser analisado por meio do estabelecimento de índices e indicadores de qualidade, que vão direcionar as metas a serem atingidas. Sendo que um dos índices mais calculados segundo Fontes (2008) é o Índice de Áreas Verdes (IAV – m²/habitante), definido como “a relação entre valor da área caracterizada como área verde e a população residente”.

Como o IAV está associado a fatores demográficos, o público deve ter acesso a essas áreas, as quais além das funções ambientais devem atender plenamente às demandas sociais de lazer e conforto, dessa forma esse índice pode ser abordado como um indicador de qualidade de vida (HENKE-OLIVEIRA, 1996; HENKE-OLIVEIRA, SANTOS e PIRES, 1999).

Santos (2013) ao analisar aspectos para o planejamento das áreas verdes de Aracaju calculou dois índices de qualidade: *Percentual de Cobertura Arbórea (PCA%) do município e Índice de áreas verdes associadas ao lazer por habitantes (IAVP/hab.)*

Considerando-se a cobertura vegetal (representação da projeção da copa de árvores adultas sobre o solo) representada por árvores de porte arbóreo presentes nas praças, parques, canteiros, unidade de conservação e as de porte arbustivo presentes, principalmente, nas áreas de manguezais, Aracaju apresentou um Percentual de Cobertura Arbórea de 9,7% de área ocupada pela projeção das copas dessa vegetação. E ao distribuímos a área representada por essa cobertura pelo total de habitantes da cidade observa-se um valor de 28,09m² de cobertura Arbórea por habitante, que corresponde ao Índice de Cobertura Arbórea por Habitante (ICA).

Oke em 1973 estimou que um índice de 30% de cobertura vegetal era recomendável para proporcionar um adequado balanço térmico em áreas urbanas, sendo que essa quantificação deve vir acompanhada da sua configuração espacial, pois permite identificar na cidade as áreas carentes de cobertura vegetal (NUCCI e CAVALHEIRO, 1999).



Esse índice não deve ser confundido com o índice de áreas verdes, já que no cálculo deste não devem ser consideradas as áreas das copas, mas sim a área total associada à manchas de vegetação (NUCCI, 1999; BUCCHERI FILHO e NUCCI, 2006).

Considerando essa prerrogativa Aracaju conforme Santos (2013) apresenta um índice médio de 4,4m² por habitante (Vê tabela 3.2 do estudo) associando-se a função de lazer e a valores demográficos.

TABELA VIII.6 – Índices de áreas verdes públicas do município de Aracaju, SE distribuído por bairro”.

ID	BAIRRO	ÁREA BAIRRO (m ²)	Nº DE HABITANTES	ÁREA VERDE (m ²)	IAVP (m ² /hab)
1	ATALAIA	3.718.653,48	11.799	229.807,04	19,5
2	FAROLÂNDIA	6.234.089,23	38.257	98.936,05	2,59
3	COROA DO MEIO	9.383.877,85	18.871	400.548,30	21,2
4	INÁCIO BARBOSA	2.954.770,17	13.887	79.683,66	5,74
5	SÃO CONRADO	3.165.501,67	30.675	34.082,22	1,11
6	JABOTIANA	6.810.714,84	17.157	54.423,95	3,17
7	GRAGERU	1.642.032,43	17.413	35.092,42	2,02
8	JARDINS	2.651.530,45	7.126	376.310,64	52,8
9	LUZIA	1.691.784,88	20.430	27.989,17	1,37
10	PONTO NOVO	1.835.864,08	22.762	14.569,30	0,64
11	TREZE DE JULHO	1.602.985,11	8.328	36.480,70	4,38
12	SALGADO FILHO	664.850,61	3.992	1.414,28	0,35
13	SIQUEIRA CAMPOS	1.746.000,45	14.525	25.978,61	1,79
14	AMÉRICA	1.340.999,50	15.870	13.208,80	0,83
15	CAPUCHO	2.643.250,30	956	9.336,50	9,77
16	SÃO JOSÉ	1.345.125,97	5.587	20.323,83	3,64
17	NOVO PARAÍSO	904.806,90	11.134	10.828,63	0,97
18	JOSÉ CONRADO DE ARAÚJO	1.136.515,82	12.983	58.730,88	4,52
19	LAMARÃO	2.774.170,46	8.983	4.139,64	0,46
20	GETÚLIO VARGAS	864.136,77	6.587	25.224,39	3,83
21	CIRURGIA	618.647,18	5.349	349,32	0,07
22	SUISSA	1.117.760,63	11.051	28.537,61	2,58
23	PALESTINA	315.585,64	12.706	-	0,00
24	SANTO ANTÔNIO	1.369.751,90	12.459	6.859,92	0,55
25	CENTRO	2.241.079,07	7.572	68.109,70	8,99
27	DEZOITO DO FORTE	2.077.624,81	22.251	14.083,34	0,63
28	CIDADE NOVA	2.216.375,11	21.220	-	0,00
29	SOLEDADE	3.322.268,07	9.484	-	0,00
30	ZONA DE EXPANSÃO	78.883.657,62	27.899	56.484,09	2,02
31	BUGIO	1.416.996,18	17.773	42.266,34	2,4



32	JARDIM CENTENÁRIO	873.676,96	14.214	-	0,00
33	SANTOS DUMONT	2.217.829,65	25.808	9.632,45	0,37
34	PORTO DANTAS	7.194.747,60	10.858	662.490,69	61,01
35	INDUSTRIAL	3.138.143,46	18.007	22.953,41	1,27
36	OLARIA	1.356.968,29	17.188	9.015,88	0,52
37	AEROPORTO	5.557.173,57	10.571	39.579,88	3,74
38	SANTA MARIA	12.505.824,73	33.475	9.528,31	0,28
39	PEREIRA LOBO	507.954,41	5.942	2.506,99	0,42
TOTAL		182.043.725,83	571.149	2.529.506,92	4,4

Fonte: Adaptado de Santos (2013). Legenda IAVP – índice de áreas verdes públicas. Para o cálculo das áreas verdes foi considerado como categoria de área verde: parques de recreação, praças públicas, rotárias e rótulas arborizadas e permeáveis e complexos de lazer arborizados (Ex. Calçadão da 13 de julho, orlinhas e etc.).

A Categoria “Parques Públicos” é a área mais significativa para o macro planejamento do Sistema de Áreas Verdes o que contribuiu para os altíssimos valores dos Bairros Porto Dantas (61m²/hab), Jardins (51,8m²/hab.), Coroa do meio (20,7m²/hab) e Atalaia (18,04 m²/hab.), em relação aos índices dos demais setores da cidade. Isso deve-se a localização dos 3 principais parques (“Sementeira”, “da Cidade” e “ dos Cajueiros”) e aos Complexos de Lazer “Orla de Atalaia” e “Calçadão da 13 de julho” nesses setores.

Pressupõe-se que os Parques públicos são espaços utilizados pela população de todos os bairros do município, independente da sua localização. Ao atribuir, a sua influência para toda população a área total correspondente aos parques (120,24ha) dividida pela população, obtém-se um IAVP médio de 2,15m²/ hab. para a cidade. Considerando-se essa perspectiva nenhum setor (bairro) ficaria com um índice igual zero.

No entanto, observa-se que apesar deles serem as áreas mais importantes dentro do cálculo do IAVP não há uma distribuição homogênea dessa categoria pela cidade. Observando-se que a população dos setores mais afastados desses parques que corresponde à parte oeste do município como Bairro Bugio, Jardim Centenário, Olaria, Capucho, Jabotiana, Santos Dumont, José Conrado de Araújo, Novo Paraíso, América, 18 do Forte e Siqueira Campos, não são igualmente beneficiados como o

restante da população, principalmente, por causa da distância, conseqüentemente a frequência a esses locais pode ser reduzida por esse fator.

Uma situação mais crítica é observada quando excluirmos a influência dos parques públicos dos setores em que estes não estão presentes, dessa forma observa-se que 61,5% (24) dos bairros do município apresentam um IAVP abaixo de 1m²/hab.

Quando se analisa o Índice de Áreas Verdes Públicas (IAVP) que considera o acesso do público e a função de lazer, o valor encontrado, notadamente, constitui uma condição inadequada. Ao compara-se com o valor proposto pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), de 15m²/hab. de áreas verdes para recreação, Aracaju está muito aquém de uma situação ideal, apresentando um grande déficit de áreas verdes públicas associadas ao lazer.

O cálculo do IAVP de uma cidade não representa todos os aspectos que estão relacionados com a análise da sua qualidade socioambiental, mas certamente é um norteador para o planejamento, pois permite verificar o cenário atual encontrado. Posteriormente a esse processo, a partir dos dados encontrados deve-se definir estratégias para melhorar os valores inadequados ou para manter a qualidade e quantidade dos valores adequados. Por isso o cálculo do IAV é um dos principais métodos de análise da qualidade das áreas verdes em cidades brasileiras.

– Arborização urbana

A arborização de uma cidade é constituída por todo conjunto de árvores presente nas ruas, avenidas, parques, praças, áreas livres e particulares de todo perímetro urbano.

O município de Aracaju atualmente passa por um intenso processo de urbanização e ocupação do solo, caracterizado por uma drástica redução das áreas verdes e supressão de árvores em detrimento de conflitos com diversos equipamentos urbanos e com aspectos referentes à mobilidade urbana como dimensão de calçadas, acessibilidade e circulação de veículos e pedestres.

A Arborização Urbana de Aracaju começou a ser pensada e implantada de forma mais sistemática na década de 70 com o advento da criação do Departamento



de Áreas Verdes dentro da Prefeitura (PMA/SEMA, 2014). Após isso a gestão da arborização passou a funcionar dentro da EMSURB sob o comando de uma gerência de áreas verdes, com advento da criação da Secretaria do Meio Ambiente o planejamento da arborização passa a ser realizado de uma forma mais especializada o que no futuro poderá resultar em uma melhoria da requalificação da arborização da cidade.

O município ainda não realizou nenhum inventário ou diagnóstico sobre a arborização da cidade, mesmo assim com base em censos amostrais realizados sobre a arborização de Aracaju por pesquisadores é possível citar como principais problemas (PMA/SEMA, 2014):

a. Uso de espécies exóticas inadequadas para arborização que tem ocasionado prejuízos a propriedade privada e a equipamentos urbanos, pode-se citar o *Ficus benjamina* (ficus), *Azadiracta indica* (neem) e *Pithecellobium dulce* (mata-fome);

b. Grande quantidade de árvores senescentes ou seja em um estado de comprometimento fisiológico avançado, necessitando da sua remoção;

c. Uso intenso de uma única espécie na arborização de várias vias;

d. Quantidade excessiva de podas drásticas que ao longo do tempo vem comprometendo o bom estado da planta;

e. Distribuição irregular da arborização pela cidade, alguns bairros são mais e melhor arborizados do que outros;

f. Manutenção ineficaz da arborização;

g. Necessidade de revitalização da arborização de praças, e implantação da arborização em novas áreas;

h. Déficit de áreas adequadas para a implantação da arborização, como tamanho reduzido de calçadas e limitações impostas por fiação.

i. intensificação de conflitos com equipamentos e mobilidade urbanos, dentre outros.

Esses problemas ocasionam prejuízos para a boa qualidade ambiental da cidade, contribuindo para aumento da sensação de calor, formação de bolsões de calor em núcleos centrais da cidade, desvalorização da estética urbana, falta de abrigo

e alimento para a fauna urbana, desconhecimento e desvalorização da flora regional devido à falta de exemplares e etc.

O PDDU (art. 48) traz como regra que os planos, programas e projetos que se relacionem, direta ou indiretamente, com o sistema viário do município, deverão ser submetidos à apreciação do órgão Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e aprovação do Conselho Municipal Urbano e Ambiental, trazendo inclusive alguns parâmetros técnicos quanto à implantação. No entanto, esse regramento não contempla todas as especificidades técnicas que são necessárias para a implantação adequada da arborização urbana do município, precisando de uma melhor regulamentação a qual estabeleça as diretrizes básicas para a arborização assim os projetos devem ser aprovados pelo órgão responsável pela gestão da arborização municipal.

Todas as cidades brasileiras que hoje são consideradas como as mais bem arborizadas do país, a exemplo de Vitória-ES, Goiânia-GO, Porto Alegre-RS, Curitiba-PR, João Pessoa-PB, Belo Horizonte-MG, atingiram esse patamar com planejamento: estruturam os órgãos responsáveis pela gestão, geralmente secretarias do meio ambiente ou gerencias especiais do verde urbano, instituíram regras claras quanto à arborização por meio de planos diretores de arborização urbana os quais devem estar intimamente relacionados com outras leis como o próprio plano diretor, parcelamento e uso do solo e códigos de urbanismo. Além de uma destinação de verba específica dentro do orçamento municipal para implantação e manutenção da arborização.

Dessa forma, o processo de arborizar a cidade com responsabilidade e planejamento otimizado torna-se obrigação do setor público e do privado.

Hoje no município ninguém tem a obrigação de arborizar ao não ser o poder municipal, fato que pode ser considerado um prejuízo para a cidade, vê-se enormes empreendimentos (residenciais, loteamentos e espaços comerciais) serem construídos sem a obrigação de arborizar, estacionamentos de grande porte são implantados não contemplando a arborização local, além disso, em muitos casos a arborização é eliminada em detrimento da pavimentação e alocação de sombreamentos artificiais (toldos).

f. Considerações finais

Os resultados apresentados na análise da atual política do meio ambiente do município demonstram que existem pontos que precisam ser reavaliados e regulamentados devido aos novos conflitos ambientais que a cidade hoje apresenta. Ocasionalmente principalmente pela grande pressão sobre os recursos naturais, intenso processo de urbanização e crescimento populacional da cidade.

A falta de um órgão municipal responsável pela gestão ambiental também era um fator complicador para a efetividade de ações relacionadas com essa temática, onde ora se confundia com atribuições dos órgãos de planejamento urbano e de orçamento ora com a prestação de serviços urbanos. Apesar da centralização da gestão ambiental municipal em um órgão, a temática ambiental não pode ser tratada e conduzida de forma isolada. Conforme Santos Junior e Montandon (2011) a falta de integração da temática de preservação ambiental na discussão do desenvolvimento urbano é um fator recorrente dentro dos planos diretores brasileiros e que resultam em uma não aplicabilidade eficiente, por exemplo, de instrumentos reguladores.



CAPÍTULO IX – MOBILIDADE URBANA





SUMÁRIO

IX – ASPECTOS DA MOBILIDADE URBANA.....	3
a. Política de Mobilidade Urbana	3
b. Transporte Coletivo por ônibus	4
c. Transporte Público por Táxi.....	17
d. Transporte Público Escolar	19
e. Transporte Motorizado Individual	20
f. Transporte não motorizado	24
g. Pedestre.....	32
h. Sistema Viário.....	39
i. Sistema de Tráfego.....	56
j. Pólos Geradores de Tráfego	58

IX – ASPECTOS DA MOBILIDADE URBANA

a. Política de Mobilidade Urbana

A legislação federal, Lei 12.587/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana torna obrigatória a elaboração do PDMU – Plano Diretor de Mobilidade Urbana para Municípios com mais de 20 mil habitantes. Até então, pelo Estatuto das Cidades, somente municípios com mais de 500 mil habitantes tinham essa obrigação.

O Município de Aracaju, de acordo com o Sistema de informação da Mobilidade Urbana da ANTP – Associação Nacional de Transporte Público, esta ranqueada no porte de cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes.

Portanto, no início de 2015, buscando cumprir os princípios estabelecidos na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e na Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, principalmente nas questões de reorientação do modelo de urbanização, circulação e de segurança viária, a PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju revisou o PDMU do Município, elaborado em 2012, atualizando seus princípios e diretrizes dentro dos preceitos do PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

O Plano de Mobilidade Urbana de Aracaju foi formulado como instrumento da Política de Desenvolvimento Urbano do Município, integrado aos preceitos do Plano Diretor de Desenvolvimento de Aracaju – PDDU e o da Região Metropolitana, a ser instituído. (PDMU, 2015, pg. 1).

No atual PDDU, o conceito de mobilidade ainda não é completo, visto que em suas diretrizes e princípios não se observa a priorização do transporte não motorizado sob todos os outros modos de deslocamentos, devendo em sua revisão ser observar a ótica do deslocamento ecologicamente sustentável. Este código, elaborado em total integração com o PDDU em revisão, cumprindo o que estabelece a Lei 10.257/2001

(Estatuto das Cidades), deverá ser submetido à apreciação do Poder Legislativo, que apreciará suas diretrizes e princípios para posteriormente ser votado e aprovado.

Com a aprovação deste código, o Município fica apto a receber recursos federais destinados à mobilidade urbana oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). Além de que, a implementação do PDMU será de grande importância para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade.

b. Transporte Coletivo por ônibus

O Município de Aracaju tem transporte coletivo por ônibus desde a década de 60 após a extinção do sistema de transporte por bondes elétricos. Em 1985, com o objetivo de institucionalizar o planejamento dos sistemas de transportes urbanos, foi criada a SMTU – Superintendência Municipal de Transportes Urbanos.

Posteriormente, pela Lei 1.148/85, foi criado o Sistema Integrado de Transporte – SIT com a construção de terminais de integração tendo como objetivo atender importantes pólos de demanda. O projeto do Sistema Integrado de Transporte (SIT) de Aracaju teve sua implantação possibilitada por recursos do BNDES. Suas características estruturais são descritas abaixo.

O projeto abrange à estruturação do SIT, a ser implantado em duas etapas progressivas, de um sistema tronco-alimentador, composto de linhas troncais, em seis eixos, alimentadoras, interbairros, convencionais, executiva, e especiais; cinco terminais de integração; utilização de um ônibus de maior capacidade; uma programação visual específica para o sistema; estruturação do órgão de gerência; intervenções na área central; alteração na forma de operação, em *pool*, com implantação de tarifa única; e de se caracterizar como instrumento estruturador do uso do solo. (PDMU-Anexo, 2015, pg. 184).

De acordo com a SMTT, *“O Sistema Integrado de Transporte – SIT é um sistema baseado em terminais de integração, linhas integradas e passagem única.”* Oferece um serviço mais racional com maior oferta nos principais corredores, integrados a terminais de transbordo onde o passageiro faz sua conexão para os bairros, sem o

pagamento de uma nova tarifa. Atualmente, no SIT operam 07 (sete) empresas com uma frota operante de 268 veículos. (Tabela IX.1)

TABELA IX. 1 – Empresas operadoras do sistema integrado SIT e frota operante, Aracaju, 2015.

Sistema Integrado de Transporte - SIT	
Empresa	Frota operante
Progresso	16
Halley	04
Tropical	86
Paraíso	03
Atalaia	64
Capital	26
Modelo	69
TOTAL	268

Fonte: Diretoria de Transportes Públicos-DTP/COPOB/SMTT/2015.

Porém com as taxas de crescimento cada vez maiores, a Região Metropolitana (Lei complementar nº 25/95), na década de 90, torna-se um importante pólo gerador de demanda de viagens, exigindo do poder público uma nova compreensão do conjunto urbano. Institucionalizado pelo convênio nº 03, de 04 de novembro de 1997, entre o Município e o Estado, o SIM foi desenvolvido em 1992, como o objetivo de complementar o SIT. Foi estruturado em compatibilidade com o SIT para promover uma melhor operação de todo o sistema.

O SIM, estruturado segundo as especificidades do sistema existente em Aracaju – SIT, constituía-se como um sistema tronco-alimentador, com linhas troncais circulando em três corredores de transporte coletivo - sul, norte e oeste, conectando o centro de Aracaju com as regiões consideradas, e linhas alimentadoras; com dez terminais de integração e pontos de parada com comunicação visual própria; com veículos de maior capacidade; estrutura tarifária integrado à do sistema SIT; e com proposta de organização de uma entidade coordenadora dos transportes urbanos com um órgão de gerência metropolitano. (PDMU-Anexo, 2015, pg. 184)

Para a SMTT, *“O Sistema Integrado Metropolitano – SIM é a integração de todos os conjuntos habitacionais ou bairros, dos municípios de Barra dos Coqueiros, São Cristovão e Nossa Senhora de Socorro.”*

Atualmente, no SIM operam 06 (seis) empresas com frota operante de 249 veículos.

TABELA IX.2 - Empresas operadoras do sistema integrado SIM e frota operante, Aracaju, 2015.

Sistema Integrado Metropolitano - SIM	
Empresa	Frota operante
Progresso	01
Halley	02
Tropical	52
Atalaia	103
Capital	18
Modelo	73
TOTAL	249

Fonte: Diretoria de Transportes Públicos - DTP/COPOB/SMTT/2015

A estruturação desses dois sistemas foi de extrema importância para conectar o município a área conurbada da Grande Aracaju, sendo também um indutor de crescimento. Hoje, a cidade de Aracaju e sua Região Metropolitana, de acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística têm população estimada em 912.647 habitantes (Tabela IX.3).

TABELA IX.3 - Região Metropolitana, Aracaju, 2015.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA ANO 2014	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Aracaju	623.766	174,053
Barra dos Coqueiros	28.093	91,101
Nossa Senhora do Socorro	174.974	157,515
São Cristovão	85.814	437,437
TOTAL	912.647	860,106

Fonte: <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 02/06/2015-IBGE, referência em 1º de julho de 2014.

Para atender a necessidade de deslocamento dessa população, os sistemas SIT e SIM contam com 06 (seis) terminais de integração no município de Aracaju e 03 (três) na Região Metropolitana (Tabela IX.4) (Figura IX.1).

TABELA IX.4 – Terminais de integração do SIT- sistema integrado de transportes, Aracaju, 2015.

TERMINAIS URBANOS	LOCALIZAÇÃO
Terminal D.I.A.	Distrito Industrial de Aracaju
Terminal Maracaju	Bairro Santos Dumont
Terminal Manoel Aguiar Menezes	Mercado Municipal
Terminal Jornalista Fernando Sávio	Bairro Centro
Terminal Minervino Fontes (zona sul)	Bairro Atalaia

Terminal Albino Fonseca (zona Oeste)	Bairro Novo Paraíso
---	---------------------

Fonte: COPOB/SMTT/2015.

TABELA IX.5 – Terminais de integração do SIM - sistema integrado de transportes metropolitano.

TERMINAIS METROPOLITANOS	LOCALIZAÇÃO
Terminal do Campus	São Cristovão
Terminal Marcos Freire	Nossa Senhora do Socorro
Terminal da Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros

Fonte: COPOB/SMTT/2015.



Figura IX.1 - Terminais de integração dos SIT e SIM. Fonte: PDMU - Anexos, 2015, pg. 82.

Em média, 7.000.000 (Sete milhões) passageiros/mês se deslocam dentro desses sistemas, originados de diversos tipos de linhas, para diversos destinos sem incidência de pagamento de nova tarifa. As linhas se dividem em 09 (nove) tipologias com abrangência no município e na região metropolitana (Tabela IX.6) (Figura IX.2).

TABELA IX.6 – Tipologia das linhas do município de Aracaju, 2015.

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS
Troco-diametral	Ligação Terminal-Centro-Terminal
Tronco-radial	Ligação Terminal-Centro
Circular	Ligação entre bairros-Passando por terminais
Interbairros	Ligação entre bairros-Externo ao centro, passando por terminais
Radial	Ligação Bairros-Centro
Alimentadora	Ligação Terminal-Bairro

Especial	-
Alternativa	-
Corujão	Circular noturno e madrugada

Fonte: COPOB/SMTT/2015.

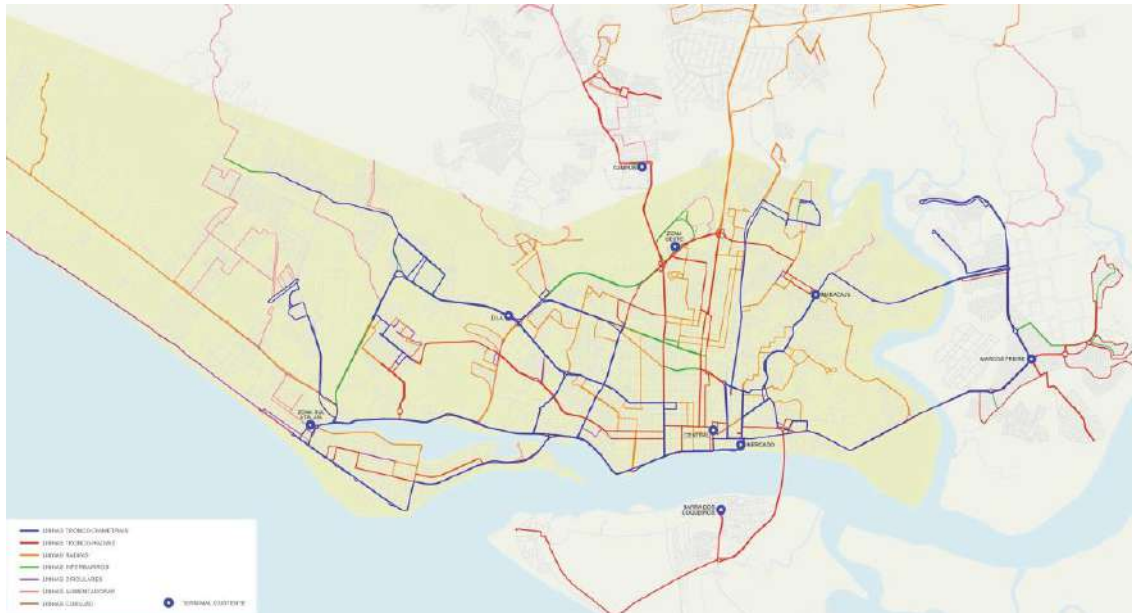


Figura IX.2: Tipologias das linhas. Fonte: PDMU - Anexos, 2015, pg. 77.

Em todo o sistema, são 07 (sete) empresas concessionárias prestando serviço com uma frota operacional de 517 ônibus distribuída em 95 linhas (Tabela IX.7)(Figura IX. 3).

TABELA IX.7 – Linhas do sistema de transporte coletivo SIM E SIT.

CÓDIGO	NOME DA LINHA	CÓDIGO	NOME DA LINHA
001	Augusto Franco / Bugio	002	Fernando Collor / D.I.A.
003	João Alves / Orlando Dantas	004	Santa Maria / Mercado
005	Maracaju / D.I.A.	007	Fernando Collor / Atalaia
008	Aeroporto/Bairro Industrial	020	Piabeta / D.I.A.
030	Marcos Freire I e III / D.I.A.	031	Eduardo Gomes / Des. Maynard
032-1	Tijuquinha / Osvaldo Aranha 01	032-2	Tijuquinha / Osvaldo Aranha 02
034	Terminal Rod. / Lourival Batista	035	Terminal Rod. / Nova Saneamento
040	Marcos Freire II / D.I.A.	040A	Marcos Freire II / Atalaia
050	Campus / Hospital Universitário	051	Atalaia / Centro
060	Padre Pedro / Campus	061	Marcos Freire / Centro
062	Piabeta / Centro	062B	Piabeta / Mercado
063	Albano Franco / Centro via O. Aranha	064	Albano Franco / Centro via P. Dantas
065	Marcos Freire II / Centro	070	Santa Maria / Campus



071	Atalaia Nova / Centro	072	Barra dos Coqueiros / Centro
073	Atalaia Nova / Mercado	074	Unit / Centro
080	Bugio / Atalaia	100-1	Circular Shopping's 01
100-2	Circular Shopping's 02	101	Parque São José / Maracaju
102	Soledade / Maracaju	200-1	Circular Ind. e Comércio 01
200-2	Circular Ind. e Comércio 02	301	Luiz Alves / Zona Oeste
302	Conj. Jardim / Zona Oeste	305	Parque dos Faróis / Zona Oeste
306	Guajará / Palestina / Zona Oeste	307	São Cristóvão / Zona Oeste
308	Sobrado / Zona Oeste	309	Centro Administrativo / Zona Oeste
310	Terminal Rod. / Shopping Riomar	311	Rita Cacete / Zona Oeste
312	Pedreira / Zona Oeste	313	Luiz Alves / Campus
401	Inácio Barbosa / Unit / D.I.A.	402-1	Santa Lúcia / D.I.A. 01
402-2	Santa Lúcia / D.I.A. 02	403	Santa Maria / Prainha / D.I.A.
405	17 de Março / D.I.A. via Aquarius	406	Aloque / D.I.A
407	Padre Pedro / D.I.A.	408	Paraíso Sul / D.I.A.
409	Riomar / D.I.A.	410	Inácio Barbosa / Jardins/ D.I.A
411	Inácio Barbosa / D.I.A.	411B	Inácio Barbosa / D.I.A.
501	Povoado São José / Zona Sul	502	Aeroporto / Zona Sul
503	Conj. Beira Mar / Zona Sul	504	17 de Março / Zona Sul via Aquarius
505	Santa Maria / Zona Sul via Prainha	600-1	Circular Praia 01
600-2	Circular Praia 02	604	Terminal Rod. / Maranhão
605	18 do Forte / Centro	606	Parque São José / Centro
607	Santos Dumont / Mercado	612	São Carlos / Mercado
613	Bairro Industrial / Mercado	614	Sanatório / Centro
615	Bugio / Centro	701	Jardim Atlântico / Centro
702	Augusto Franco / Beira Mar	703	Augusto Franco / Siqueira Campos
704	Conj. Jardim / Osvaldo Aranha	705	Parque dos Faróis / Osvaldo Aranha
706	Santa Lúcia / Centro	707	Castelo Branco / Centro
708	Term. Rod / Bairro América	709	D.I.A / Centro via Clínicas
710	D.E.R. / Veneza	404	Caípe Novo / D.I.A. via Prainha
711	D.I.A. / Nova Saneamento	712	Quissamã / Mercado
713	São Cristóvão / Palestina / O. Aranha	714	Quissamã / Osvaldo Aranha
715	Tijuquinha / Des. Maynard	716	Socorro / BR / Osvaldo Aranha
717	Mosqueiro / Centro	718	Guajará / Palestina / Osvaldo Aranha
719	Sobrado / Osvaldo Aranha	722	Estiva / Mercado
901	Socorro / Terminal Marcos Freire	1001	Corujão 01- Eduardo Gomes
1002	Corujão 02 - Fernando Collor	1003	Corujão 03 - Conj. Bugio

Fonte: COPOB/SMTT/2015.

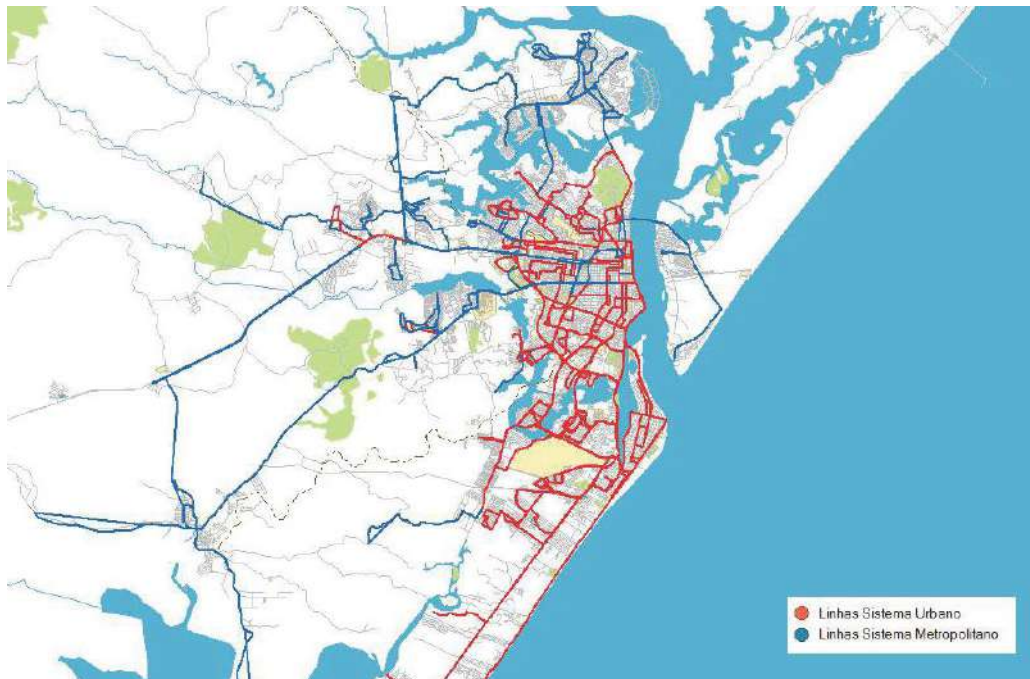


Figura IX.3: Linhas classificadas por sistema. **Fonte:** PDMU - Anexos, 2015, pg. 212.

Apesar da presença do transporte coletivo, o padrão de circulação de preferência ainda é o transporte individual, o que explica o momento de crise da mobilidade urbana que a cidade vivencia.

O atual PDDU faz referência a uma operação de transporte compatível ao planejamento urbano, assegurando o acesso aos centros de emprego, comércio e serviços, assim como aos equipamentos de lazer, saúde e de ensino. Além disso, preconiza o transporte coletivo sobre o individual e estimula a avaliação da localização dos terminais de transportes para serem pólos formadores de pequenos centros locais de comércio e serviços.

A crise vivenciada na Mobilidade em Aracaju tem raízes em um descompasso do planejamento urbano e a estruturação das operações de transporte que são planejadas de acordo com a infraestrutura viária adequada para sua circulação. A especulação imobiliária e o desuso dos instrumentos de controle de ocupação do solo urbano são elementos que vêm causando uma desintegração da malha urbana,



causando na operação dos transportes um índice de passageiro por quilometro muito baixa (vazios urbanos) provocando um alto custo operacional ao sistema.

Toda essa desarticulação vem ocasionando uma evasão dos usuários do transporte coletivo para o transporte individual, uma tendência também em outras cidades no país.

Demonstrando isso, o Plano Diretor de Mobilidade Urbana de Aracaju (2012) apresenta uma análise das preferências dos modais, de acordo com a região.

Nos bairros Jardins, Salgado Filho, Inácio Barbosa, Cirurgia, Suíça, Dezoito do Forte, São José e Treze de Julho a participação do modo de transporte individual supera a faixa de 75% das viagens. Por outro lado, nos bairros Pereira Lobo, Palestina, Novo Paraíso, Aeroporto, Lamarão, Soledade, Jardim Centenário e José Conrado de Araujo, verifica-se que o transporte coletivo é utilizado em mais de 60% das viagens realizadas no pico da manhã. (PDMU, 2012).

O serviço de transporte público prestado, com pouca qualidade, credibilidade e confiança, é considerado ruim e ineficiente, o que reforça a preferência pelo transporte individual. Assim, o sistema não é capaz de agregar novos usuários provenientes de outros modais e tão pouco de mantê-los.

Fazendo uma análise dos índices operacionais, no mês de janeiro deste ano, o sistema realizou 130.551,5 viagens e transportou 6,8 milhões de passageiros, o que comparado aos anos anteriores, no mesmo período, demonstra uma queda no número de pessoas que usaram o sistema (Tabela IX.8).

TABELA IX.8 – Índices operacionais do SIM e SIT, 2013/2014/2015.

	Jan/2013	Jan/2014	Jan/2015
	SIT+SIM	SIT+SIM	SIT+SIM
Passageiros/Mês	7.124.609	7.201.853	6.844.641
Viagem/Mês	147.760	140.813	130.551,5

Fonte: COPOB/SMTT/2015.

Portanto, podemos observar e comprovar uma migração dos usuários do transporte para outros modais, principalmente carros e motos. Cada vez mais, observamos uma maior ocupação do espaço viário por transporte individual. O que

causa congestionamentos, pontos de lentidão e o agravamento no atraso do transporte coletivo.

Além disso, o transporte coletivo enfrenta problemas como superlotação, não regularidade de horários e ausência de desenho viário que priorize o transporte coletivo.

O sistema viário da cidade e sua gestão apresentam características que necessitam ser reavaliadas para promover a priorização do transporte coletivo. Os pontos a serem avaliados são:

- Má pavimentação e manutenção dos mesmos nos itinerários das linhas de transporte público coletivo;
- Pontos de parada, com o potencial reposicionamento que viabilizem um melhor desempenho dos ônibus;
- A restrição de estacionamento em trechos críticos dos itinerários das linhas do sistema ou em horários de pico;
- A restrição à circulação de veículos do transporte individual em horários de pico;
- Restringir a operação de carga e descarga em determinados horários e locais;
- Melhorar a coordenação semafórica, com prioridade para a circulação dos ônibus das linhas do sistema;
- A retirada de ondulação transversal ou quebra molas nos itinerários das linhas do sistema;
- Correções geométricas para facilitar a circulação dos ônibus;
- E a restrição à circulação e à parada de ônibus de fretamento.

Outro ponto importante a ser considerado é a inexistência de políticas públicas que priorizem o uso do transporte coletivo, a integração de diferentes modais e a implantação de soluções articuladas entre a Aracaju e os demais municípios da Região Metropolitana.

A previsão de uma articulação ao nível de região metropolitana de Aracaju, já previsto no PDDU vigente, destaca o planejamento do sistema viário como fundamental para a integração. Sendo um ponto de relevante importância para



discussão entre as diversas esferas de governo, que podem promover à captação de recursos destinados a viabilidade dessa integração, tanto do ponto de vista de infraestrutura como também do operacional.

Essa articulação, em prol de um transporte coletivo de qualidade, torna-se necessária e urgente. Pois, região metropolitana, apesar da crise atual, agregou nos últimos dois anos, 1.652.363 passageiros, aproximadamente 52,64 % de aumento. As operadoras realizaram 54.497,5 viagens, em torno de 48,95% a mais que em 2013, no mesmo período (Tabela IX. 9).

TABELA XI.9 – Índices operacionais do SIM Aracaju, 2013/2014/2015.

	Jan/2013	Jan/2014	Jan/2015
	SIM	SIM	SIM
Passageiros/Mês	1.486.343	3.217.789	3.138.706
Viagem/Mês	36.587,5	55.023,5	54.497,5

Fonte: COPOB/SMTT/2015.

Em maio de 2015, a assinatura do Protocolo de Intenções, acordado entre a PMA - Prefeitura Municipal de Aracaju juntamente com as Prefeituras Municipais das cidades de São Cristovão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, para a criação do Consórcio do Sistema Integrado de Passageiros, possibilitará a realização da licitação do transporte intermunicipal de Aracaju com tarifa unificada.

A licitação da concessão dos serviços de transporte coletivo público, no âmbito urbano e metropolitano deverá ser realizada no menor tempo possível, para promover uma melhor prestação desse serviço.

A PMA tem buscado caminhos para a estruturação do transporte público coletivo, entendendo a importância de implantar mecanismos de monitoramento, com o estabelecimento de indicadores de desempenho que permitirá um melhor controle do sistema. Para isso, o Plano de Mobilidade de Aracaju, vem como um instrumento da Política Nacional de Mobilidade na implementação de diretrizes da política de

desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

O Plano de Mobilidade destaca a SMTT como responsável pela gestão da mobilidade urbana do Município de Aracaju e Região Metropolitana que terá, dentre outras, atribuições de

- Coordenar a aplicação do Plano Diretor de Mobilidade e suas revisões, considerando a Política de Mobilidade do Município de Aracaju; dos princípios, diretrizes, objetivos, ações estratégicas e instrumentos estabelecidos;
- Promover a articulação com os entes federativos, com estabelecimento de consórcios, convênios e acordos com o Estado de Sergipe e/ou municípios da Região Metropolitana de Aracaju, para a gestão coordenada dos sistemas de mobilidade urbana;
- Priorizar, os conjuntos das políticas de mobilidade urbana, o transporte não motorizado sobre todos os outros, o transporte público coletivo sobre o transporte individual e sobre o transporte de bens, mercadorias e serviços;
- Promover a adequação do sistema de infraestrutura, considerando o sistema viário e sua hierarquia, o estacionamento, o mobiliário urbano, os equipamentos do transporte coletivo, os equipamentos de controle e os pólos geradores de tráfego, para dar suporte à circulação de transporte de pessoas e bens, mercadorias e serviços; propiciando a universalização do acesso à cidade e as suas oportunidades, buscando uma mobilidade socialmente inclusiva;
- Promover o planejamento, normatização, regulamentação, controle da operação, fiscalização, monitoramento e avaliação da qualidade do transporte não motorizado; do transporte motorizado, especialmente o transporte público coletivo; do transporte de bens, mercadorias e serviços e dos pólos geradores de tráfego; (PDMU, 2015).

Dentro das políticas e estratégias da PMA, podemos destacar a concepção do projeto do BRT - Bus Rapid Transit. Sua implantação fará parte da reestruturação urbana proposta nas diretrizes do Plano de Mobilidade de Aracaju.

O BRT é um sistema de transporte coletivo que possibilitará deslocamentos rápidos, de alto desempenho e eficiência, que mudará o conceito de mobilidade urbana da cidade. Essa proposta tem como características:

- Implantação de corredores exclusivos para a circulação dos ônibus das linhas troncais do sistema transporte coletivo, com espaço para ultrapassagem nas estações de embarque e desembarque, quando possível;
- Embarque e desembarque no mesmo nível entre a plataforma da estação de embarque e desembarque e o piso dos veículos, tornando o processo mais rápido;
- Pré-pagamento de tarifa;
- Utilização de veículos de alta capacidade, modernos e com tecnologias mais limpas;
- Transferência entre deslocamentos sem incidência de custo em terminais de integração e, eventualmente em estações de embarque e desembarque;
- Caracterização das linhas do sistema BRT, de acordo com os serviços: troncais, interbairros, alimentadores, circulares e integradas;
- Integração com outros modais de transporte;
- Operação das linhas do sistema com monitoramento por um Centro de Controle Operacional (CCO);
- Priorização semafórica ao longo dos corredores exclusivos;
- Informação em tempo real ao usuário; e
- Acessibilidade universal. (PDMU, 2015, pg.32)

Para sua realização serão necessárias diversas modificações na estrutura do sistema viário, pois serão implantados corredores viários que poderão ser do tipo canaletas exclusivas ou faixas exclusivas (Figura IX.4).

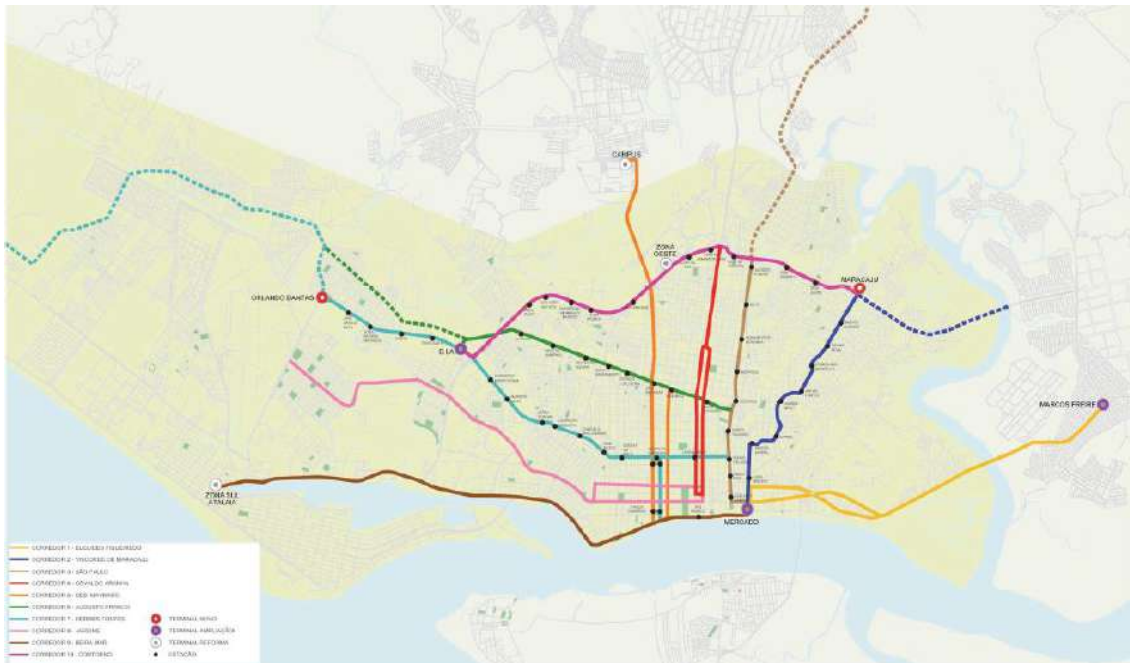


FIGURA IX.4: CORREDORES DO BRT- *Bus Rapid Transit*. Fonte: PDMU - Anexos, 2015, pg. 35.

Esse conceito de mobilidade requerer, para a transferência de passageiros, a criação de novos terminais de integração, assim como a redefinição dos existentes. Para as linhas troncais serão criadas estações de embarque/desembarque no decorrer dos corredores. E para as demais linhas, pontos de parada.

Para a viabilidade de todos os conceitos do BRT, será necessária a reformulação do sistema de transporte coletivo já existente, para que esteja em sintonia com as novas diretrizes a serem implementadas (Figura IX.5).



FIGURA IX.5: Linhas do sistema existente. Fonte: PDMU - Anexos, 2015, pg. 36.

c. Transporte Público por Táxi

O serviço de táxi, considerado como um meio de transporte público individual, remunerado prestado a passageiro, com destinação única e não sujeito a delimitação de itinerário, configura serviço público, sujeito a concessão, permissão ou autorização do Poder Público Municipal, estabelecido pelo Decreto Municipal nº 061 de 13 de março de 2002.

Em Aracaju, o serviço é executado por meio de permissão delegada pela Prefeitura Municipal, através da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, que fiscaliza, organiza, planeja, implementa e gerencia o serviço, devendo satisfazer, além das exigências previstas na Lei Federal 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos através da legislação específica.

Esse serviço é prestado por permissionários condutores e condutores auxiliares distribuídos em 2079 táxis, sendo 1871 Convencionais, 178 Especiais e 30 Aeroporto (cooperativa).



- Convencional: veículo que se destina ao transporte individual de passageiros, com utilização de taxímetro e que não se enquadra em nenhuma das demais categorias; que atendem a diversos pontos, podendo integrar empresas ou cooperativas;
- Aeroporto: veículo lotado no Aeroporto Internacional Santa Maria, que circulam sem taxímetro, com tarifa calculada pelo zoneamento geográfico do Município de Aracaju; e
- Especial (táxi-lotação): veículo destinado ao transporte de até cinco passageiros, sem utilização de taxímetro, com linha, roteiro e tarifa determinados pela SMTT. (PDMU - Anexo, 2015, pg.95)

A distribuição da frota e sua regulamentação são realizadas pela SMTT, e alocados segundo o interesse público, a conveniência técnico-operacional, por categorias de serviços e eventualmente em condições especiais de operação.

Aos pontos de táxi de uso comum, é vedado o uso exclusivo por grupos de taxistas, centrais de comunicação, associações de classe ou similares.

O sistema de rádiotaxi é regulamentado em locais diferentes das demais categorias, e também são estabelecidos pela SMTT.

Os táxis especiais mais conhecidos com táxi-lotação não utilizam taxímetro e possuem linhas com roteiro e tarifa determinados de acordo com o Decreto 1.084. Por oferecer um serviço mais rápido e com tarifa compatível com ao do ônibus, consegue garantir uma boa credibilidade do usuário.

Art. 86. A tarifa para prestação de serviços de táxi-lotação não poderá ser superior a 1,5 (uma vez e meia) o valor da tarifa do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Aracaju. (Decreto Municipal nº061 de 13 de março de 2002).

Esses veículos transportam seus usuários em linhas como: Bugio/Centro, 18 do Forte/Centro, Lourival Batista/Centro, Sanatório/Centro, Santos Dumont/Centro, Bairro Industrial/Centro, para o Centro de Aracaju.

Apesar de toda essa oferta, o sistema de transporte por táxi regular sofre a ação do transporte clandestino de passageiros na cidade.

A SMTT, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), artigo 231, inciso VIII, fiscaliza ostensivamente quem faz transporte irregular de passageiros, além de apreender o veículo com base na Lei Municipal 2864/2000.

A maior parte dos veículos que atuam de forma irregular tem placa de municípios da região metropolitana de Aracaju - Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristovão, reforçando a necessidade de mecanismos de fiscalização unificados aos demais órgãos de fiscalização dessas cidades.

O número de táxi em Aracaju é superior ao que determina a legislação específica, a relação taxi (2079) por habitante (623.766)¹ perfazendo hoje 01 (um) táxi para cada grupo de 300 (trezentos) habitantes, equiparando-se ao que é regulamentado na cidade de São Paulo, 01 (um) táxi para cada grupo de 305 habitantes².

A Lei Municipal nº 2862/2000, por sua vez, dispõe, em seu artigo 1º, que só concederá permissão para exploração do serviço de táxi em Aracaju quando alcançado o coeficiente de um táxi para cada oitocentos habitantes.

Artigo 1º - Fica estabelecido que o Poder Executivo só concederá a permissão para a exploração do serviço de táxi em Aracaju, quando a população atingir o coeficiente de 1 (um) táxi para cada 800 (oitocentos) habitantes.(Lei Municipal nº2862/2000).

O sistema de transporte público por táxi, não possui mecanismos de monitoramento para controle operacional que viabilize a aplicação e o cumprimento da legislação, federal, estadual e municipal, além do regulamento e normas complementares. Ficando o município impossibilitado de estabelecer indicadores de desempenho que definam a qualidade dos serviços.

d. Transporte Público Escolar

¹ Estimativa de população de 2014 (IBGE), www.ftp.ibge.gov.br/estimativa_de_populacao/estimativa_2014

² Associação das Empresas de táxis do Município de São Paulo- Adetax, www.adetax.com.br/index.php/informacoes-e-servicos/estatistica



O transporte escolar caracteriza-se por ser um serviço público ou privado, fretado a passageiro ou grupo, em número limitado à capacidade do veículo transportador, com o objetivo de fazer a locomoção de estudantes entre suas residências e os estabelecimentos de ensino, com caráter público, quando não executado diretamente pelo Poder Público, podendo ser terceirizado mediante processo licitatório.

Em Aracaju são 250 permissionários que prestam serviço privado com caráter público, regulamentados pelo decreto municipal nº 3.477/2011, que além de permitir o transporte escolar remunerado, permite também o serviço de fretamento durante o período de férias escolares. Esse serviço está sujeito às exigências previstas na Lei Federal 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos através de normatização municipal específica.

O cumprimento da legislação, federal, estadual e municipal, além do regulamento e normas complementares são aplicados sem o apoio de mecanismos de monitoramento. Não possuindo também indicadores de desempenho que viabilizem uma crítica da qualidade do serviço.

e. Transporte Motorizado Individual

Essa modalidade de deslocamento se dá através de veículos particulares, automóveis e motocicletas. Por proporcionar maior liberdade de trajeto e horário, dentre outras vantagens, ainda é o modal mais usado.

Apesar das diretrizes e objetivos do PDDU vigente serem voltadas para uma sistematização do sistema de circulação na rede viária que priorize o transporte coletivo, proteja o pedestre e acolha as pessoas com restrição de mobilidade, a cidade continua produzindo espaços urbanos excludentes e voltados para o veículo particular.

Hoje, Aracaju tem uma frota de 272.741 veículos segundo dados do DETRAN/SE, sendo 258.658 veículos particulares, perfazendo 94,83% da frota do município (Tabela IX.10).

**TABELA IX.10** - Frota de veículo de Aracaju, abril/2015.

Tipo do Veículo	Relatório da frota de veículo						TOTAL
	PARTICULAR	ALUGUEL		OFICIAL	APRENDIZAGEM	OUTROS	
		ALUGUEL	TAXI				
Ciclomoto	159	0	0	0	0	0	159
Motoneta	8657	0	0	35	0	0	8692
motocicleta	53042	9	0	599	138	3	53791
Triciclo	95	0	0	0	0	0	95
Automóvel	157725	793	1604	1265	219	0	161606
Micro Ônibus	741	238	0	75	4	0	1058
Ônibus	185	2052	0	224	11	0	2472
Reboque	7655	167	0	48	0	0	7870
Semi	202	810	0	3	5	0	1020
Reboque							
Camioneta	8087	143	6	183	0	0	8419
Caminhão	2059	3416	0	297	3	0	5775
Caminhão	98	642	0	3	6	0	749
Trator							
Trator de Rodas	42	19	0	21	0	0	82
Trator de Esteira	0	0	0	0	0	0	0
Quadriciclo	0	0	0	0	0	0	0
Caminhão	0	0	0	0	0	0	0
Tanque							
Caminhonete	17026	260	0	696	1	0	17983
Side Car	23	9	0	0	0	0	32
Utilitário	2815	0	0	27	0	0	2842
Motorcasa	47	0	0	49	0	0	96
TOTAIS	258658	8558	1610	3525	387	3	272741

Fonte: DETRAN/SE, abril/2015.

Fazendo uma análise dos dados do DETRAN, observamos que os automóveis particulares e afins (caminhonete, camioneta e utilitário) perfazem 68,07 % do total da frota de veículos do Município (Tabela IX.11).

TABELA IX.11 – Relação de automóveis e afins e frota de veículos do município de Aracaju.

TIPO DO VEÍCULO	CATEGORIA	TOTAL	%
Automóveis e Afins	Particular	185.653	68,07%
Todos os tipos	Todas as categorias	272.741	100%

Fonte: DETRAN/SE, abril/2015.

Na mesma categoria de transporte motorizado individual temos as motos e afins (motonetas e ciclomotor) que hoje representa 22,68 % do total da frota de veículos do Município (Tabela IX.12).

TABELA IX.12 - Relação de automóveis e afins e frota de veículos do município de Aracaju.

TIPO DO VEÍCULO	CATEGORIA	TOTAL	%
Moto e Afins	Particular	61.858	22,68%
Todos os tipos	Todas as categorias	272.741	100%

Fonte: DETRAN/SE, abril/2015.

Porém a opção por essa alternativa, não vem se mostrando conveniente, pois o índice de acidentes com morte, envolvendo esse tipo de transporte cresce absurdamente. A cada ano, cerca de 45 mil pessoas perdem suas vidas em acidentes de trânsito no Brasil. A violência envolvendo particularmente motociclistas está se tornando uma epidemia no país.

Sergipe ocupa a 3ª posição no ranking de vítimas de acidentes com motocicletas, com taxa de mortalidade de 17,5 para cada 100 mil habitantes. Entre 2002 e 2012, este número cresceu 392,4% no estado. No Brasil, o índice é de 6,3 mortes por 100 mil habitantes. Dados preliminares do Ministério da Saúde apontam que, em 2013, os acidentes com motos resultaram em 12.040 óbitos no país, o que corresponde a 28% dos mortos no transporte terrestre. Em Sergipe, foram 336 mortes em 2013³.

Apesar das dificuldades econômicas que o país enfrenta com os custos dos impostos e as altas constantes do combustível, o transporte motorizado individual, representado nessa análise por automóveis e motos, é esmagadoramente a preferência de transporte no Município, com 90,78% do total da frota do Município (Tabela IX.13).

³ Ministério da Saúde/2015-<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/17865-sergipe-ocupa-3-posicao-no-ranking-de-mortes-por-acidente-de-motocicletas>

TABELA IX. 13 - Relação motos e afins, automóveis e afins e frota de veículos do município de Aracaju.

TIPO DO VEÍCULO	CATEGORIA	TOTAL	%
Moto e Afins e Automóveis e Afins	Particular	247.511	90,78%
Todos os tipos	Todas as categorias	272.741	100%

Fonte: DETRAN/SE, abril/2015.

Esses dados são confirmados por pesquisas, realizadas em 2012 e 2013, pelo Instituto Rua Viva, para embasamento do Plano de Mobilidade de Aracaju, que demonstram a ocupação das vias da cidade, especialmente nos horários de pico, em sua maior parte, se dá pelo modo de transporte motorizado individual.

Segundo a distribuição das viagens por modo, a pesquisa demonstra que no período da manhã, entre 07h e 09h59min, o modo de transporte motorizado individual totalizou 127.000 viagens, correspondendo a 56% do total das viagens.

O bairro que mais originou viagem foi o Centro com 4.924 deslocamentos, sendo também a localização de maior atração, sendo destino de 21% de todas as viagens realizadas no pico da manhã com 9.161 deslocamentos.

Os bairros Cirurgia, Dezoito do Forte, Inácio Barbosa, Jardins, Salgado Filho, São José, Suíça e Treze de Maio aparecem na pesquisa como bairros com maiores taxas de participação do transporte motorizado individual, com índice superior a 75% das viagens realizadas (Figura IX.6).

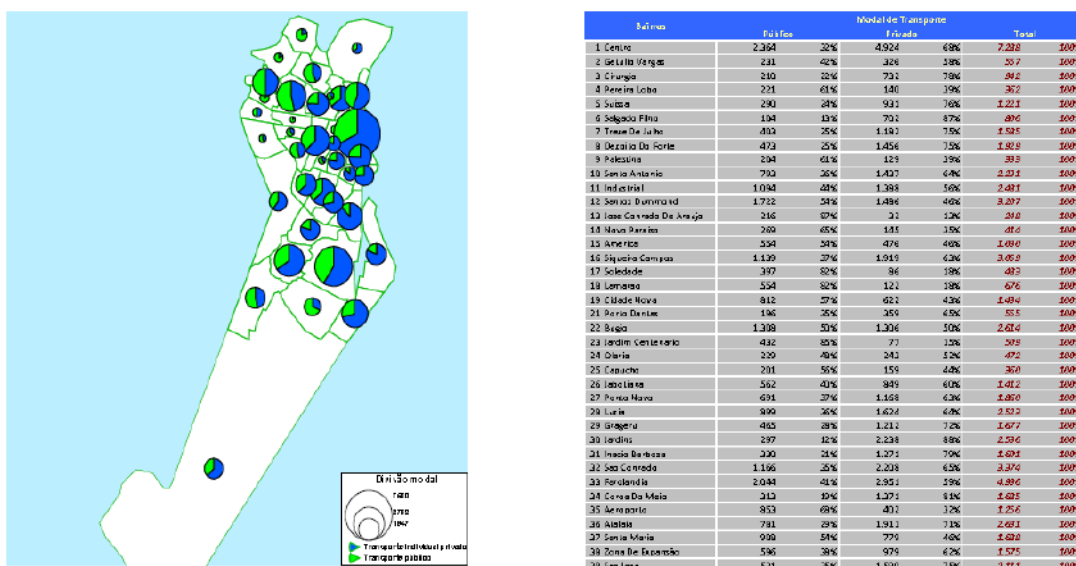


FIGURA IX.6 - Distribuição modal de viagens por bairro /(pico da manhã).Fonte: RUA VIVA, 2012.

f. Transporte não motorizado

-Bicicleta

Com o objetivo de melhorar a Mobilidade Urbana no município, a Prefeitura Municipal de Aracaju, vem promovendo ações voltadas a incentivar o uso dos meios de transportes não motorizados, cumprindo diretrizes da PNMUS – Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável.

Reforçando essas diretrizes, promovendo um deslocamento por modos não motorizados por bicicleta, o PDDU que tem entre seus objetivos implantar e integrar um sistema de ciclovias ao sistema viário.

A baixa segurança no tráfego é, sem dúvida, o maior fator de desestímulo ao uso da bicicleta como meio de transporte. Por isso a importância de estabelecer infraestruturas que gerem segurança aos usuários, ou seja deve ser pensado um sistema cicloviário.

O sistema cicloviário, no sentido estrito, é composto de ciclovias e ciclofaixas, além de bicicletários, paraciclos e outros componentes da infra-estrutura de uso dos ciclistas.

A modalidade de deslocamento vem ganhando adeptos em Aracaju por ser um modal mais barato e de fácil deslocamento, devendo ser preferencial sobre os demais modos de deslocamento, exceto em relação aos pedestres.

Atualmente, a cidade tem aproximadamente 54 km de ciclovias e ciclofaixas proporcionando aos ciclistas muitas opções de deslocamentos (Figura IX.7)(Figura IX.8).



FIGURA IX.7 – Ciclovias. Fonte: PDMU - Anexos, 2015, pg. 66.

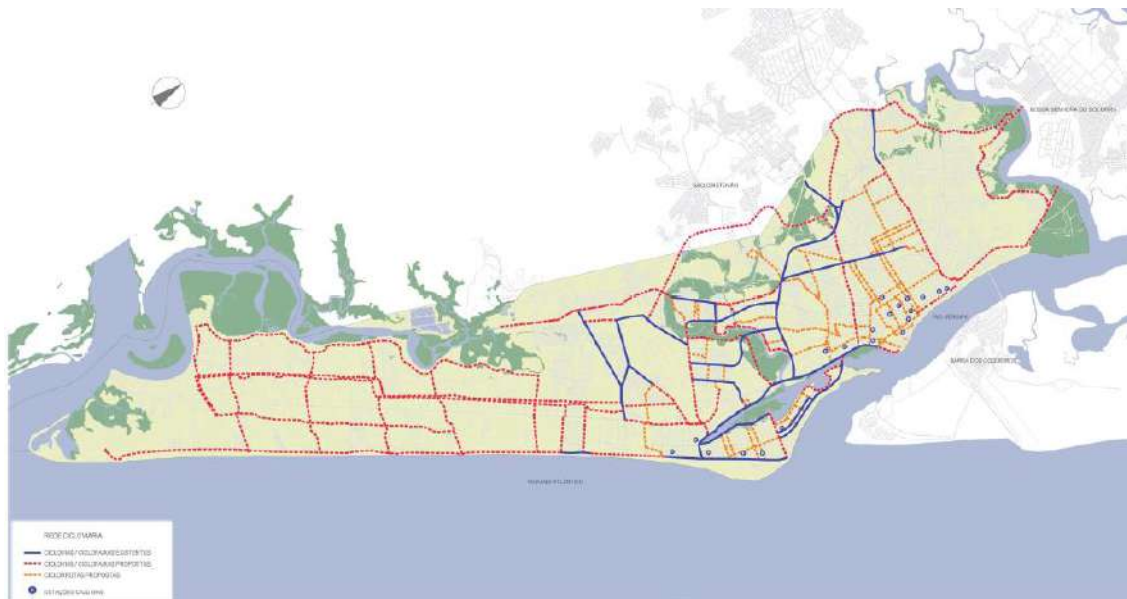


FIGURA IX.8 – Ciclofaixas. Fonte: PDMU - Anexos, 2015, pg. 67.

Porém, atualmente a malha cicloviária da cidade deve ser revista, tanto para que haja uma continuidade de origem/destino (interligação) como também, para que seja inserida no sistema de transporte intermodal (equipamentação), fazendo da bicicleta um modal de deslocamento seguro e viável.

Para programar de forma coerente as interligações das ciclovias, o PDMU propõe um sistema cicloviário que garanta a sua efetividade.

No PDMU, o sistema cicloviário proposto prevê a implantação de 156 quilômetros de novas ciclovias, que incluem 74 quilômetros na malha urbana atual e 82 quilômetros na área de expansão, além de 62 quilômetros de ciclorrotas, o que totalizará 272 quilômetros, incluindo os 54 quilômetros de ciclovias existentes (Figura IX.9).

FIGURA IX.9 – Sistema cicloviário. **Fonte:** PDMU, 2015, pg. 27.

A implantação de bicicletários ou paraciclos nas proximidades dos terminais de integração e estações de embarque e desembarque do sistema de transporte coletivo promoverá o estímulo ao uso da bicicleta como parte de um sistema intermodal.

Hoje, a bicicleta já é um modo de transporte muito usado na cidade, principalmente como deslocamento casa/trabalho e trabalho/casa.

Em abril de 2014, foi realizada contagem de ciclista, pela Ong Ciclo Urbano, no cruzamento das Avenidas Augusto Franco e Gonçalo Rollemberg Leite, importante trecho de ligação de diversas áreas residenciais. Essa pesquisa foi realizada no intervalo entre as 06:00 e as 19:00 horas, com o objetivo de identificar além da demanda de fluxo de ciclistas e quais os caminhos percorridos, tipo de bicicleta (cargueira, serviço e normal), o uso de capacete, se o ciclista leva um carona e o gênero do ciclista (Figura IX.10).



FIGURA IX.10 - Av. Tancredo Neves. **Fonte:** Associação Ciclo Urbano/Contagem abril/2014.

De acordo com a Associação Ciclo Urbano, foi constatado 23,72% do fluxo de ciclistas tiveram como destino a Av. Tancredo Neves, com destino para Av. Beira Mar (21,42%) e que 31,25% do fluxo de ciclistas tiveram destino em direção ao bairro Siqueira Campos e 23,60% ao bairro Ponto Novo (Tabela IX.14)

TABELA IX.14: Contagem destino. Aracaju.

FLUXO	DESTINO	%
620	Av. Tancredo Neves	23,72
817	Bairro Siqueira Campos	31,25
560	Av. Beira Mar	21,42
617	Bairro Ponto Novo	23,60

Fonte: Associação Ciclo Urbano/Contagem abril/2014.

Analisando a origem do fluxo, foi constatado que 23,53% do fluxo de ciclistas tiveram como origem a Av. Tancredo Neves, 20,20% a Av. Beira Mar e 56,27% advêm dos bairros Siqueira Campos e Ponto Novo (Tabela XI.15).

TABELA IX.15: Contagem origem. Aracaju.

FLUXO	ORIGEM	%
615	Av. Tancredo Neves	23,53
803	Bairro Siqueira Campos	30,72
528	Av. Beira Mar	20,20
668	Bairro Ponto Novo	25,55

Fonte: Associação Ciclo Urbano/Contagem abril/2014.

Essa contagem revela que grande parte dos ciclistas, que transitam neste cruzamento, são originários de zonas periféricas da cidade de Aracaju e se destinam para as demais regiões. A maioria desses ciclistas utiliza a bicicleta como meio de transporte casa/trabalho e trabalho/casa.

Observando a relação ciclista/hora, constata-se que o uso do modal se dá nos horários de pico, caracterizando o uso para deslocamento casa/trabalho, já que o principal indutor de mobilidade tanto para automóveis como para bicicletas na cidade de Aracaju concentra-se neste horário e para este fim.

Em média 201 ciclistas/hora circulam naquele cruzamento, sendo um número expressivo, já que se calcula que há um fluxo médio superior a três ciclistas por minuto na área de contagem. Essa contagem vem constatar que existe uma grande demanda de usuários a ser atendida. Reforçando a necessidade em melhorar a infraestrutura cicloviária da cidade (Figura IX.11).

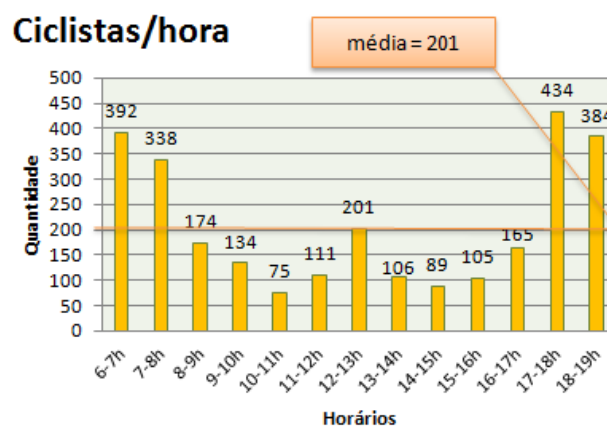


FIGURA IX.11 - Gráfico - ciclista/hora. **Fonte:** Associação Ciclo Urbano/Contagem abril/2014.

Para atender essa demanda, em termos de equipamentação, a cidade disponibiliza poucos bicicletários e paraciclos. De acordo com a Associação Ciclo Urbano existem 614 vagas de estacionamentos (paraciclo) para bicicletas em Aracaju (Tabela IX.16).



TABELA IX.16: Locais de estacionamento para bicicleta.

Código	Equipamento	Características	Vagas
BC0001	Tchê Sorvetes	Paracido no interior da loja	5
BC0003	Aeroporto de Aracaju	Paracido na parte externa	50
BC0004	Praça General Valadão	Paracido na área de estacionamento	10
BC0006	Pio X	Paracido na área de estacionamento, interno	20
BC0007	Universidade Tiradentes, Farolândia	Paracido na área de estacionamento, interno	96
BC0008	Shopping Jardins	Paracido na área de estacionamento, interno	35
BC0009	Shopping Riomar	Bicicletário na área de estacionamento, interno	45
BC0010	Delicatessen Santa Ceclia	Paracido na área externa da loja	5
BC0011	Supermercado Bom Preço, Jardins	Paracido na área de estacionamento, interno	20
BC0012	Supermercado G Barbosa, Farolândia	Paracido na área de estacionamento, interno	15
BC0013	Supermercado G Barbosa, Augusto Franco	Paracido na área de estacionamento, interno	15
BC0014	Açaí na Tigela Paulo Bedeu 13	Paracido no interior da loja	8
BC0015	Supermercado Extra	Paracido na área de estacionamento, interno	20
BC0016	Mercado Albano Franco	Paracido na área de estacionamento, interno	30
BC0017	Praça Fausto Cardoso	Paracido na área de estacionamento	20
BC0018	Supermercado G Barbosa, Atalaia	Paracido na área de estacionamento, interno	16
BC0019	Supermercado G Barbosa, Orlando Dantas	Paracido na área externa da loja	7
BC0020	Universidade Tiradentes, Centro	Paracido na área externa da instituição	15
BC0021	Casa da Cultura	Paracido na parte interna	5
BC0023	Feira do Turista	Paracido na área externa da instituição	10
BC0024	Supermercado Bom Preço, Saneamento	Paracido na área de estacionamento, interno	10
BC0025	Banco Bradesco	Paracido na área externa	5
BC0026	Supermercado G Barbosa, Porto	Paracido na área de estacionamento, interno	9
BC0027	Galeira Mandala	Paracido na área interna da loja	6
BC0028	Rua do Turista	Paracido na parte interna	6
BC0031	Colégio Módulo	Paracido na área externa da instituição	13
BC0032	Peregrinos roteiros Ecoturísticos	Paracido na área externa	4
BC0033	Academia Bodyslim	Paracido na área externa	5
BC0035	Academia Olímpica	Paracido na área externa	10
BC0036	Academia Giansante	Paracido na área externa	5
BC0037	SEST / SENAT	Paracido na área interna da instituição	10
BC0038	Complexo Administrativo e Pedagógico da Educação - SEED	Paracido na área interna da instituição	8
BC0040	Quadras #2 (em frente ao Hotel Via Mar)	Paracido próximo à quadra	24
BC0041	Quadras #1 (em frente à Pousada Havaí)	Paracido próximo à quadra	12
BC0042	Academia Sport Connection	Paracido na área externa	7
BC0043	SENAC	Paracido na área externa da instituição	8
BC0045	C&S Medicina do Trabalho	Paracido na área externa da loja	5
BC0046	Login Informática	Paracido na área externa da loja	6
BC0048	Academia Demarques	Paracido na área externa	6
BC0049	Academia Paulo Minelly	Paracido na área externa	5
BC0050	Magazine Bike Show	Paracido na área externa da loja	3
TOTAL			614

Fonte: Associação Ciclo Urbano/2015.

Para atender a demanda existente e estimular o uso do modal, a PMA dará início a implantação de mobiliário urbano destinado a estacionar bicicletas. O projeto e a localização foram pensados para que esses equipamentos sejam realmente úteis. Para isso, deverão estar localizados o mais próximos das entradas principais dos destinos, com vantagem sobre os estacionamentos de carros. Além disso, não oferecerão obstáculo ao fluxo de pedestre, respeitando as diretrizes de acessibilidade (Figura IX.12).



FIGURA IX.12 - Locais de estacionamento para bicicleta. Fonte: PMA-SMTT/2015.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, bicicletário é o “local, na via ou fora dela, destinado ao estacionamento de bicicletas”. O estacionamento de bicicletas dotado de suportes para a fixação das mesmas será instalado em local público, respeitando as regras de uso e ocupação do solo determinado pelo PDDU (Figura IX.13)

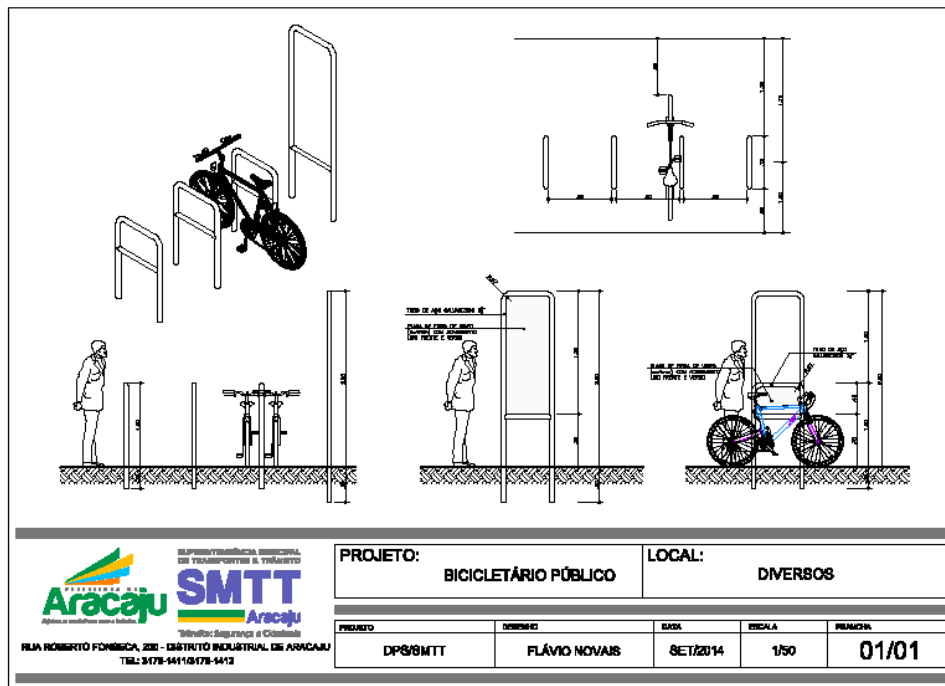


FIGURA IX.13 - MODELO DE BICICLETÁRIO. Fonte: PMA-SMTT/2015

Outra iniciativa da PMA, no início do ano de 2014, através da SMTT – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito foi a implantação de 20 estações de bicicletas públicas de aluguel compartilhado, totalizando 200 unidades disponibilizadas em vários locais da cidade (Figura IX. 14).



FIGURA IX.14: Localização das estações de bicicleta pública. Fonte: PMA – PDMU-ANEXOS, 2015.

Foram contabilizadas, em 2014, quase 64 mil viagens realizadas com as bicicletas do Caju Bike, uma média diária de 235 trajetos de ida e volta. Assim, o

projeto é um incentivo à prática do modal como solução de meio de transporte alternativo e sustentável (Figura XI.15).



FIGURA XI.15 - Estações de Bicicletas Públicas. Fonte: PMA – PDMU-ANEXO, 2015.

Segundo a SMTT, nos primeiros dias de instalação das estações no Centro da capital, verificou-se um índice de utilização de 50%, o que representa uma mudança na cultura do transporte do cidadão, levando em conta a área estritamente comercial. Nesse sentido, a escolha dos logradouros depende das áreas mistas, onde existem residências e estabelecimentos comerciais, observando o máximo de 700 metros de distanciamento entre as estações, o fluxo de ciclistas e a viabilidade de instalação.

g. Pedestre

O pedestre é um elemento de grande relevância para a mobilidade urbana, mas para que ele continue atuante no meio, é muito importante que a acessibilidade seja eficaz em todos os locais e para todas as pessoas, inclusive as com dificuldade de locomoção temporária ou permanente, crianças, idosas e gestantes.

É direito de todos, garantido pela constituição, deslocar-se entre dois ou mais pontos.

Para tanto, o PDDU é o instrumento que define a infraestrutura necessária para que essa condição de deslocamento do pedestre seja segura e viabilizada. A lei atual prevê que

Art. 50 - Os passeios, como parte integrante do sistema viário público, deverão ser, em caso de parcelamento, obrigatoriamente, executados pelo loteador em conjunto com a implantação de novas vias e serem tratados de forma a garantir as condições de continuidade e conforto da circulação de pedestres, obedecidos à largura mínima de 2,00m (dois metros) e o disposto no Anexo VII desta Lei.

Porém a realidade vivenciada pelo pedestre não corresponde ao que a lei propõe. Dentro deste cenário, o pedestre se mostra como parte vulnerável do desenho urbano de Aracaju, ainda voltado para os veículos.

Vale ressaltar que, em grande parte da cidade, as larguras das calçadas são de 1,50 m, assim com a presença de poste de iluminação, arborização ou mobiliário urbano, tornam-se estreitas comprometendo a livre circulação do pedestre (Faixa Livre) (Figura IX.16).

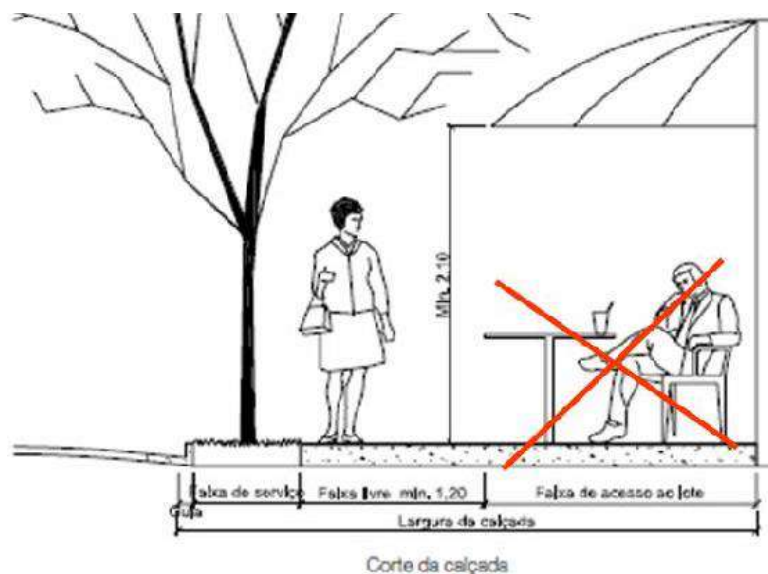


FIGURA IX.16: Faixas da calçada. Fonte: <http://incluase.blogspot.com/2010/12>.

Além disso, muitas calçadas não têm continuidade, não possuem revestimentos padronizados e antiderrapante, possuem acives e declives com a presença de rampas para acesso de veículos aos lotes lindeiros e grandes diferenças de níveis, o que cria barreiras e obstáculos à circulação (Figura IX.17).



FIGURA IX.17:Calçadas. Fonte: PMA – PDMU-ANEXO, 2015.

Os problemas da mobilidade urbana já anteriormente tratados, como o uso do transporte individual, a má qualidade do transporte coletivo, a segregação das atividades e serviços urbanos, engarrafamentos somados as péssimas condições das calçadas, a falta de acessibilidade a equipamentos públicos, dentre outros, torna-se um desafio estimular a caminhabilidade e desconstruir o uso do transporte motorizado.

Dentro dessas circunstâncias, ressalta-se o pedestre como indivíduo flexível, porém vulnerável a todos os problemas referentes à mobilidade e a acessibilidade. É importante lembrar que para haver mobilidade e acessibilidade, os espaços caracterizados como origem, trajeto e destino, devem atender a todas as exigências do desenho universal e da acessibilidade.

É importante ressaltar algumas situações da realidade enfrentadas no cotidiano dos pedestres, a precariedade da infra-estrutura urbana, ausência de passeios, iluminação e equipamentos de drenagem; a apropriação ilegal do espaço público por ambulantes, bares ou comerciantes; a ausência de arborização urbana, perda da qualidade ambiental, e pouca atratividade para o pedestre; deficiência no planejamento urbano, aumento do tempo de deslocamento e do custo do transporte.

Desta maneira, é possível assegurar que as questões da mobilidade urbana estão diretamente ligadas ao planejamento do meio físico e da organização da cidade, em que todos esses fatores influenciam diretamente na qualidade do ambiente urbano.

A qualidade do ambiente também está ligada à situação da infra-estrutura física, ou seja, devem-se cumprir as exigências da ABNT – Associação Brasileira de

Normas Técnicas NBR 9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), nos espaços destinados aos pedestres, dentre elas, a existência de piso tátil direcional e de alerta, materiais adequados, iluminação, arborização, como representado abaixo (Figura IX.18).

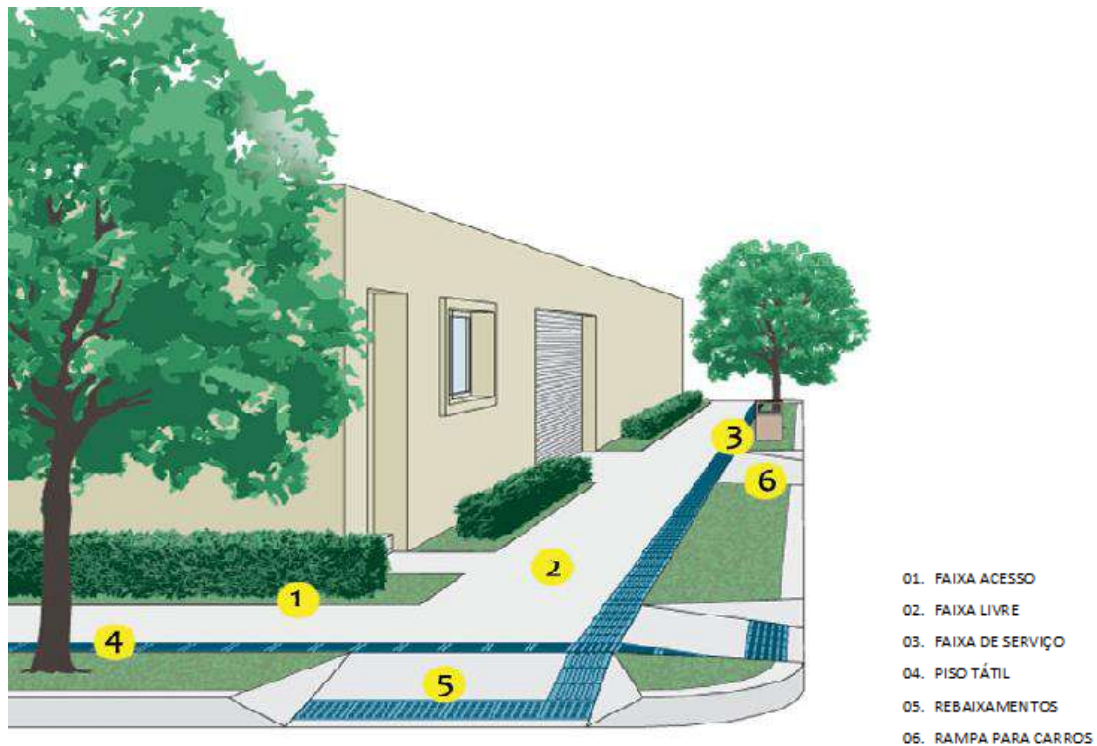


FIGURA IX.18: Calçada acessível. **Fonte:** <http://casa.abril.com.br/materia/seis-passos-para-uma-calcada-segura>

Assim como, rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação das vias para travessia de pedestre em nível e adaptação e revitalização das calçadas existentes.

Nas ultimas anos, o governo federal vem buscando quebrar os paradigmas do uso dos modos motorizados de transporte, através da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei 12. 587/ 2012 no Art. 6º, no inciso II que define a priorização entre os modos de circulação na cidade, priorizando os modos de transporte não motorizados.

Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes:



II - prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; (PNMU - Lei 12.587/12).

Portanto as políticas públicas municipais, acompanhando essas diretrizes, vêm buscando equacionar os diversos modos de circulação na cidade com o objetivo de estimular o uso dos meios de transporte não motorizado. Para isso, através do PDMU, estabelecerá características físicas, funcionais e operacionais das vias que irá privilegiar a circulação do pedestre.

As medidas para priorizar o pedestre serão definidas em consonância com a classificação e hierarquização do sistema viário estabelecido no PDDU. Essas medidas terão como prioridade a qualificação das calçadas, a padronização dos semáforos de travessia de pedestre e a melhoria e ampliação dos calçadões da cidade localizados no Centro da cidade.

O PDMU estabelece diretrizes que irá

- Implantação e qualificação de calçadas
- Estabelecer o padrão das calçadas, definindo as dimensões, revestimentos, rampas e rebaixamentos;
- Adequar às calçadas existentes, segundo os padrões estabelecidos, especialmente para as da área central e de regiões consideradas prioritárias do interesse do pedestre, inclusive com a instalação subterrânea dos serviços urbanos;
- Remover as barreiras arquitetônicas e os obstáculos existentes nas calçadas;
- Implantar mobiliário urbano adequado à dimensão e características das calçadas;
- Ordenar a atuação dos ambulantes, para não comprometer a circulação de pedestres;
- Implantar travessias elevadas em locais identificados como prioritários para a circulação de pedestres, como nas imediações de escolas, terminais e estações do sistema de transporte coletivo, entre outros; e
- Adequar as calçadas ao estabelecido para a acessibilidade universal.
- Padronização dos semáforos de travessia de pedestres

- Utilizar uma tipologia de porta-focos para pedestres, especialmente na área central e regiões consideradas prioritárias do interesse do pedestre.
- Melhoria e ampliação dos calçadões
- Adequar as áreas de calçadões, com a sua equipamentação; e
- Ampliar a área de calçadões. (PDMU, 2015, pg.22);

O projeto de melhoria dos calçadões implicará em adequações das áreas já existentes com revisões da localização dos mobiliários para promover à acessibilidade universal, assim como, a realocação dos ambulantes (Figura IX.19).



FIGURA IX.19: Calçadões. **Fonte:** PMA – PDMU-ANEXO, 2015.

Nas áreas onde serão implantados os novos calçadões, para proporcionar segurança e conforto ao pedestre, será disciplinado a localização de ambulantes e dos mobiliários urbanos, assim como, a restrição de estacionamento de veículos. Portanto, de acordo com o PDMU.

Os calçadões deverão compreender a restrição de circulação de veículos automotores e a equipamentação das:

- Rua José do Prado Franco, no trecho entre a Praça Gen. Valadão e Avenida Coelho e Campos, com travessia de veículos nas interseções com a Rua Geru e Travessa Hélio Ribeiro;
- Rua Santa Rosa, segmento entre a Rua Apulcro Mota e Avenida Otoniel Dória;
- Rua Prof. Florentino Menezes, trecho entre a Rua Apulcro Mota e José do Prado Franco (continuação da Rua João Pessoa); e
- Travessa Silva Ribeiro, em toda a sua extensão.

Para a melhoria da circulação de pedestres na área central as intervenções abrangem:

- Ampliação da calçada da Avenida Rio Branco, entre a Travessa Benjamin Constant e Rua Geru;
- Ampliação das calçadas da Avenida Coelho e Campos, entre a Rua Apulcro Mota e Avenida Dr. Carlos Firpo;
- Retirada do estacionamento da Avenida Otoniel Dória; da Travessa Otacílio Oliveira, em toda a sua extensão; da rua ao lado do mercado municipal, entre a Rua Antipas Costa e Avenida Mal Mascarenhas de Moraes; e da praça no fim da Av. Coelho e Campos. (PMA/SEPLOG/PDMU, 2015, pgs.21,22)

Seguindo a vocação de comércio, com ampla circulação a pé, o centro da cidade de Aracaju, através dessas medidas, ampliará suas áreas de uso exclusivo de pedestre, promovendo mais segurança e conforto para os circulantes (Figura IX.20).



FIGURA IX.20: Calçadões a serem implantados. **Fonte:** PMA – PDMU, 2015.

Outro desafio enfrentado pelo pedestre é a travessia das vias. Visto que, existe pouca prioridade nos focos de travessia nos cruzamentos semaforizados, poucas

travessias em nível e a baixa conscientização do condutor do veículo em dar prioridade às travessias nas faixas de pedestre.

Para a PNMU, no capítulo I, Art. 5º, fundamenta em seus princípios, além da acessibilidade universal a segurança nos deslocamentos das pessoas. Portanto, os instrumentos do Plano de Mobilidade a ser implementado, estabelecerá a obrigatoriedade dos condutores de veículos, motorizados ou não, dos proprietários de estabelecimentos ou moradores, da sociedade em geral e do Poder Público, assegurar ao pedestre a circulação segura e o acesso à cidade.

h. Sistema Viário

O sistema viário de Aracaju surge do projeto idealizado pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro, baseado em uma retícula quadriculada, ortogonal. Na época, irregularidade era sinônimo de falta de planejamento.

Pode-se perceber a tentativa de “organizar” a cidade a partir de “Quadrado de Pirro”, um traçado idealizado dentro de 540 braças de lado (1.188 metros), com quarteirões iguais a 55 braças de lado (110 metros), cada um separados por uma via de 60 palmos de largura (13,20 metros). (Tese de Mestrado, Análise Sintática - Espacial das transformações urbanas de Aracaju, 1855-2003).

O traçado urbanístico original ainda é bastante usado, com exceção na Zona de Expansão Urbana, devido aos grandes vazios e a presença de dunas e lagoas de drenagem, assim como, em outras áreas da cidade onde os parcelamentos urbanos adotaram partidos urbanísticos isolados, sem integração com a malha da cidade, a exemplo da Cidade dos Funcionários no bairro Grageru e o Bairro Jardins.

Vários fatores, em diversos períodos, na transformação da cidade foram definitivos na ordenação do seu espaço urbano. Entre estes fatores estão à inserção dos primeiros meios de transporte, a implantação dos primeiros bairros (política habitacional), o fluxo migratório campo-cidade e a descoberta de petróleo no litoral, dentre outros.

Na década de 80, Aracaju já apresentava uma configuração fragmentada, surgem vários padrões de ocupação do espaço urbano, como conseqüência da política

habitacional com a implantação de grandes conjuntos periféricos (Orlando Dantas, Augusto Franco, Santa Tereza, Marivan, Beira Mar) e loteamentos (Aruana e Coroa do Meio).

O Centro tem o seu núcleo de integração ampliado com o bairro Siqueira Campos, porém mesmo mantendo a Av. Barão de Maruim, Rua Itabaianinha e Rua Itabaiana como vias de ligação local, a Rua Rafael de Aguiar, Rua Espírito Santo e Av. São Paulo assumem papel importante.

Nesse mesmo período, as Avenidas Euclides Figueredo, Santos Dumont e Osvaldo Aranha são importantes ligações para as zonas Norte, Sul e Oeste (ligação com a BR 235) respectivamente.

Nos anos 90, surge o aglomerado urbano na região metropolitana da cidade e o adensamento é intensificado nas áreas com maior infraestrutura como os bairros Jardins, Grageru e 13 de Julho, destacando a importância das Avenidas Francisco Porto e Nova Saneamento.

Em 1995, têm grande destaque às vias estruturadoras de crescimento que funcionam como receptora de fluxos. Entre elas, a Avenida Senador Júlio Leite (sudoeste), a Rodovia dos Náufragos (sul) e a Av. Osvaldo Aranha (oeste).

O PDDU vigente, elaborado em 2000, pretende imprimir a formação de centros locais e regionais através do sistema viário, buscando adequar o uso do solo lindeiro à função da via e promover o adensamento populacional a capacidade de circulação da via. Buscando promover as melhores condições de escoamento e acesso da circulação viária.

Porém, após 15 anos, Aracaju apresenta características de movimentação e de ocupação semelhantes às décadas passada. Sua implantação fragmentada, cheia de vazios urbanos provoca uma movimentação ou deslocamentos que não favoreçam o movimento origem – destino e sim o movimento em torno, apesar da sua distribuição linear.

Os subcentros (blocos urbanos) cada vez mais presentes valorizam a circulação local (vias curtas), o que não favorece uma integração fácil com a malha viária de maior movimento (vias longas - receptora de fluxos e intermediária – distribuidoras de

fluxos). Esse movimento reforça a circulação interna, fragmentando cada vez mais os blocos urbanos, isolando-o do restante da malha urbana. Há um visível descompasso entre a ocupação do espaço e a infraestrutura, acentuando os problemas urbanos, sobretudo aqueles referentes ao sistema viário e à mobilidade urbana, aspectos importantes para o desenvolvimento de atividades econômicas.

A ocupação de uso institucional de grande porte (universidades, fóruns, hospitais, terminal rodoviário) tem se mantido a noroeste, pequenas indústrias na zona norte e ao sul o Tecarmo. Além dos limites urbanos, outras instituições públicas e privadas de médio e grande porte estão implantadas.

Toda essa característica de ocupação de atividades dentro e fora dos limites urbanos vem propiciar o movimento pendular Aracaju - Municípios, Municípios - Aracaju. Esse movimento é freqüente, ocorrendo deslocamentos no raio de 100 quilômetros de distância estimulados pela presença de postos de trabalho nessas regiões. Portanto, a entrada e saída para o trabalho vêm provocando congestionamentos nos eixo de entrada da cidade.

De Aracaju, em 2010, se deslocavam diariamente para trabalhar em outro município 18.781 pessoas, enquanto dos demais municípios da área metropolitana eram 57.109 pessoas, sendo a maioria para Aracaju. Além do trabalho, também ocorre a migração para o estudo, especialmente para os cursos de ensino médio, superior e técnico, com a chegada de 17.709 pessoas, incidindo sobre o sistema viário e sobre os estabelecimentos. (Relatório Final do Diagnóstico da Cidade de Aracaju, 2014)

O principal eixo viário que dá acesso a Aracaju é a BR-101, de onde derivam outras rodovias que dão acesso a outros municípios e a outros estados.

A oeste da cidade, Aracaju se interliga ao município de São Cristovão pela SE-065 (Rodovia João Bebe Água), tem como o principal gerador de viagens a UFS - Universidade Federal de Sergipe.

O Município de Nossa Senhora do Socorro é interligada a Aracaju por duas pontes, sobre o Rio do Sal, que liga o bairro Lamarão (Aracaju) ao Conjunto João Alves



(Nossa Senhora do Socorro), e outra, entre os bairros Porto D´Antas (Aracaju) e o conjunto Habitacional Marcos Freire II (Nossa Senhora do Socorro)(Figura IX.21)(Figura IX.22).



FIGURA IX.21: Ponte sobre o Rio do Sal- Bairro Porto D´Antas (Aracaju) / Conjunto Marcos Freire II (Nossa Senhora Do Socorro). **Fonte:** <http://www.socorro.se.gov.br>



Figura IX.22: Ponte sobre o Rio do Sal- Bairro Lamarão (Aracaju) / Conjunto João Alves (Nossa Senhora Do Socorro) **Fonte:** <http://www.panoramio.com>

Já, a Ponte Construtor João Alves, a nordeste, liga Aracaju ao Município de Barra dos Coqueiros o que veio a intensificar a implantação de diversos



empreendimentos imobiliários, além de favorecer o fluxo dos municípios do litoral norte, como Pirambu e Santo Amaro para a capital (Figura IX.23).



FIGURA IX.23: Ponte Construtor João Alves. **Fonte:** <http://www.f5news.com.br>.

Ao sul do Estado, as Pontes Joel Silveira e a Gilberto Amado sobre os rios Vaza Barris e Piauí, respectivamente, ligam Aracaju aos municípios de Itaporanga, Estância e aos municípios da Bahia (Figura IX.24).



FIGURA IX.24: Ponte Joel Silveira. **Fonte:** <http://www.turismo.gov.br>



FIGURA IX.25: Ponte Gilberto Amado. **Fonte:** <http://www.infonet.com.br>

Portando, toda essa malha viária do aglomerado do município de Aracaju, possibilita o acesso aos serviços, comércio e lazer a população de diversos municípios.

O centro da cidade de Aracaju continua sendo o principal destino e origem de deslocamentos. Importantes eixos viários fazem esse papel, na porção Oeste/Leste

estão as Ruas São Cristovão, Laranjeiras e a Av. Chanceler Osvaldo Aranha que faz ligação com a BR-235; Oeste/Norte estão a Av. Euclides Figueredo e a Av. Tancredo Neves que fazem importante papel como eixo de distribuição de fluxos para outros eixos com papel secundário como as Avenidas Coelho e Campos, Maranhão, Santa Gleide e Visconde de Maracaju (Figura IX.26).



FIGURA IX.26: Principais Eixos Viários. **Fonte:** PMA - Relatório Final do Diagnóstico da Cidade de Aracaju, (2014)

As Avenidas Barão de Maruim, Desembargador Maynard e Marechal Rondon fazem a ligação do centro da cidade com o município de São Cristóvão. Fazendo ligação Norte/Sul da cidade estão as Av. General Calazans, Av. Ivo do Prado e Beira Mar, que conectam o Centro à Coroa do Meio, Farolândia, Atalaia e a Zona de Expansão, assim



como a Av. Pedro Calazans, Hermes Fontes, Adélia Franco e Heráclito Rollemberg interligam o centro aos bairros, São Conrado, Augusto Franco, Santa Maria, Atalaia, Aeroporto e Zona de Expansão. A Avenida Heráclito Rollemberg dá acesso ao Bairro Santa Maria através da Avenida Alexandre Alcino, que passa por traz do Aeroporto Santa Maria.

As Avenidas Hildete Falcão Batista e Júlio Leite conduzem os fluxos da Heráclito Rollemberg para o Aeroporto e para os empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial e do Bairro 17 de Março.

Ao sul da cidade, os eixos litorâneos, a Av. Santos Dumont / Rodovia José Sarney e Av. Melício Machado / Rodovia dos Náufragos fazem a ligação da Zona de Expansão as outras áreas da cidade.

Nos últimos anos, a Prefeitura Municipal de Aracaju, em parceria com o Governo do Estado e Governo Federal, implementou obras de grande vulto para a mobilidade urbana.

A duplicação do viaduto do Detran, a construção da ponte Procurador Gilberto Vila-Nova e do Viaduto Jornalista Hugo Costa, conhecido como Mergulhão da Av. Tancredo Neves, inaugurado em fevereiro de 2014, que faz parte do Complexo Viário Governador Marcelo Deda (Av. Tancredo Neves, Av. Iolanda Pinto, Av. Paulo VI e Av. Manoel Dória) possibilitaram reativar importantes eixos viários da cidade (Figura IX.27).



FIGURA IX.27: Viaduto do Detran. **Fonte:**<http://minutosergipe.com.br>



FIGURA IX.28: Viaduto Jornalista Hugo Costa-Mergulhão. Fonte: <http://minutosergipe.com.br>



FIGURA IX.29: Viaduto Jornalista Hugo Costa-Mergulhão. Fonte: <http://www.infonet.com.br/CIDADE>



FIGURA IX.30: Ponte Procurador Gilberto Villa-Nova. **Fonte:** <http://www.f5news.com.br> 16/03/2013.

Essas obras beneficiam diretamente os deslocamentos dos bairros jardins, Augusto Franco e Inácio Barbosa e indiretamente os deslocamentos nos eixos Norte/Sul e Leste/Oeste. Novos eixos viários estão sendo pensados pela PMA juntamente com o Governo do Estado.

A Av. Juscelino Kubistchek, mais conhecida como Perimetral Oeste, ainda em projeto, será construída com recursos do PROINVEST e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Essa avenida deverá ser um importante eixo de ligação das zonas Norte/Oeste com a região Sul da cidade, pois terá extensão de 27 km tendo como pontos extremos o bairro Soledade e a Zona de Expansão. Essa obra será realizada em três etapas, a primeira da Avenida Paulo Figueiredo Barreto, no bairro Soledade, até o Centro Administrativo Governador Augusto Franco, no bairro Capucho (Figura IX.31).

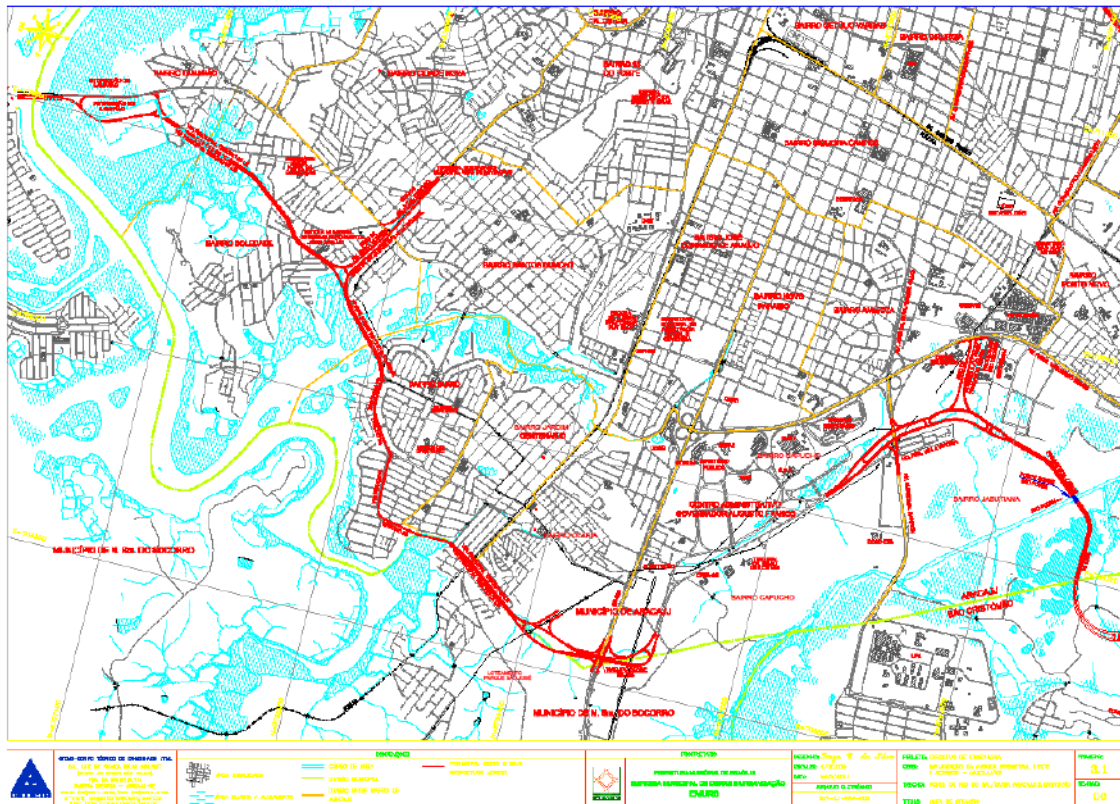


FIGURA IX.31: Av. Perimetral. Fonte: PMA.

A segunda etapa segue do Capucho até o aeroporto Santa Maria e a terceira, maior etapa da Perimetral, compreenderá a Zona de Expansão até o Marivan (Figura IX.32).

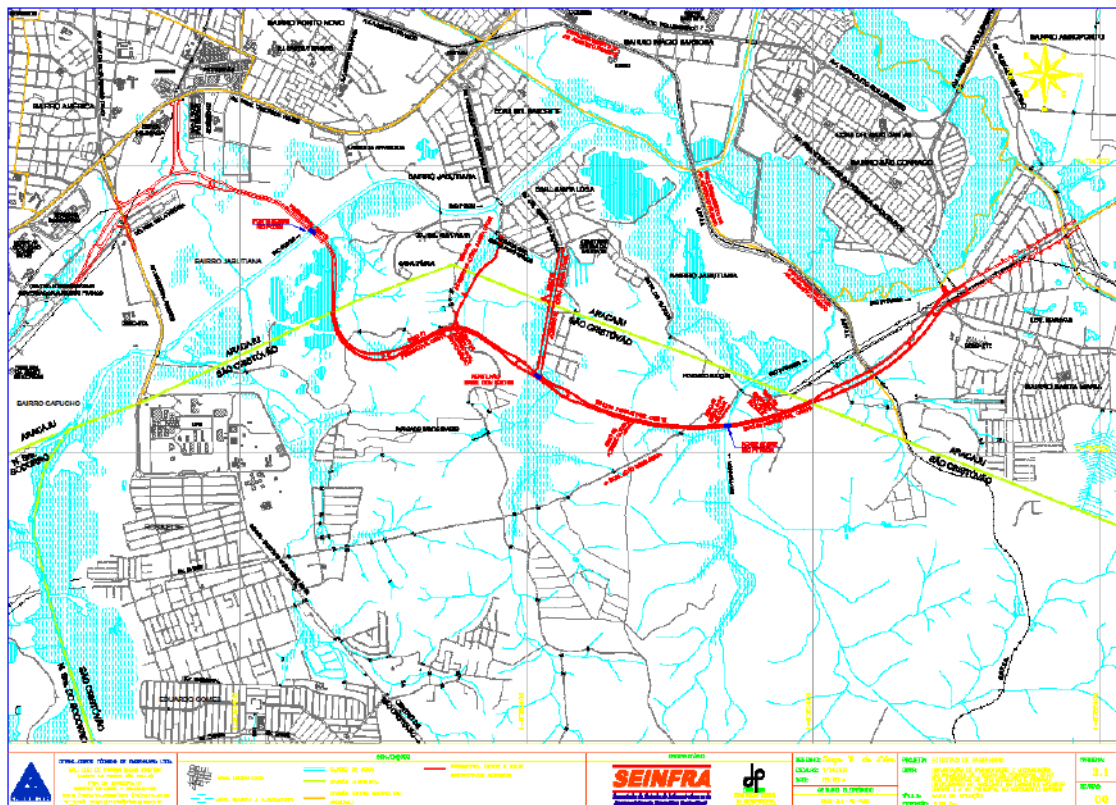


FIGURA IX.32: Av. Perimetral. Fonte: PMA.

Em Aracaju, serão beneficiados os bairros Lamarão, Japãozinho, Cidade Nova, Santos Dumont, José Conrado de Araújo, Soledade, Bugio, Olaria, Jardim Centenário, Capucho, Jabotiana, 17 de Março e Zona de Expansão. Já o município de São Cristovão (Região Metropolitana) mais de 15 localidades serão beneficiadas, a exemplo do Aloque e Rosa Elze.

Outro projeto a ser ressaltado, é a duplicação da Av. Euclides Figueredo que beneficiará principalmente a circulação dos transportes coletivos, com faixas exclusivas para ônibus que fazem o deslocamento de passageiros do Sistema de Transportes Metropolitano-SIM. Além de valorizar o transporte coletivo, este projeto apresenta em toda sua extensão ciclovias, valorizando o uso do transporte não motorizado (Figura IX.33).



FIGURA IX.33: Duplicação da Av. Euclides Figueredo. **Fonte:** <http://www.skyscrapercity.com>.

O projeto de interligação da Avenida Gasoduto (Orlando Dantas) com a Av. Augusto Franco pelo Viaduto do Detran, que viabilizará o acesso mais rápido e criará uma alternativa de mobilidade urbana para a região do Orlando Dantas, Augusto Franco, zona de expansão e também para o Aeroporto (Figura IX.34).

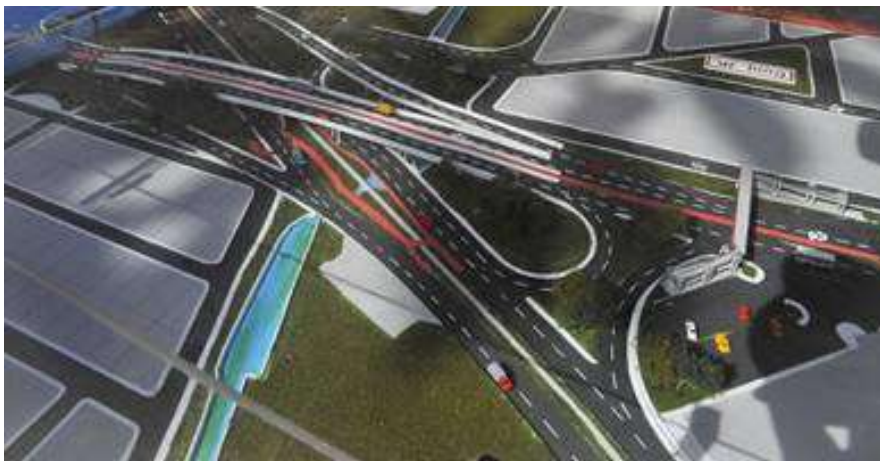


FIGURA IX.34: Ligação da Av. Augusto Franco Com Av. Gasoduto. **FONTE:** <http://www.seinfra.se.gov.br>

A Lei Complementar nº 42/2000 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju classifica e o sistema viário da cidade, no Art.46 (Figura IX.35)

Art. 46 - Fica estabelecida a seguinte classificação para o Sistema Viário de Aracaju:

I - Rede Viária Principal: Vias Expressas, Vias Arteriais e Vias Principais;

II - Rede Secundária: Vias Coletoras I, Vias Coletoras II, Vias Locais I e Vias Locais II;



III - Rede Especial: Via de Contenção Urbana, Calha de Ônibus, Via de Pedestres, Ciclovias e Vias. (Fonte: Anexo III, do Plano Diretor, 2000)



FIGURA IX.35: Sistema Viário de Aracaju - Tipologia das Vias. Fonte: PDDU,2000.

Essa lei também estabelece os perfis adequados, segundo a tipologia das vias que compõem o sistema viário (Figura IX.36).

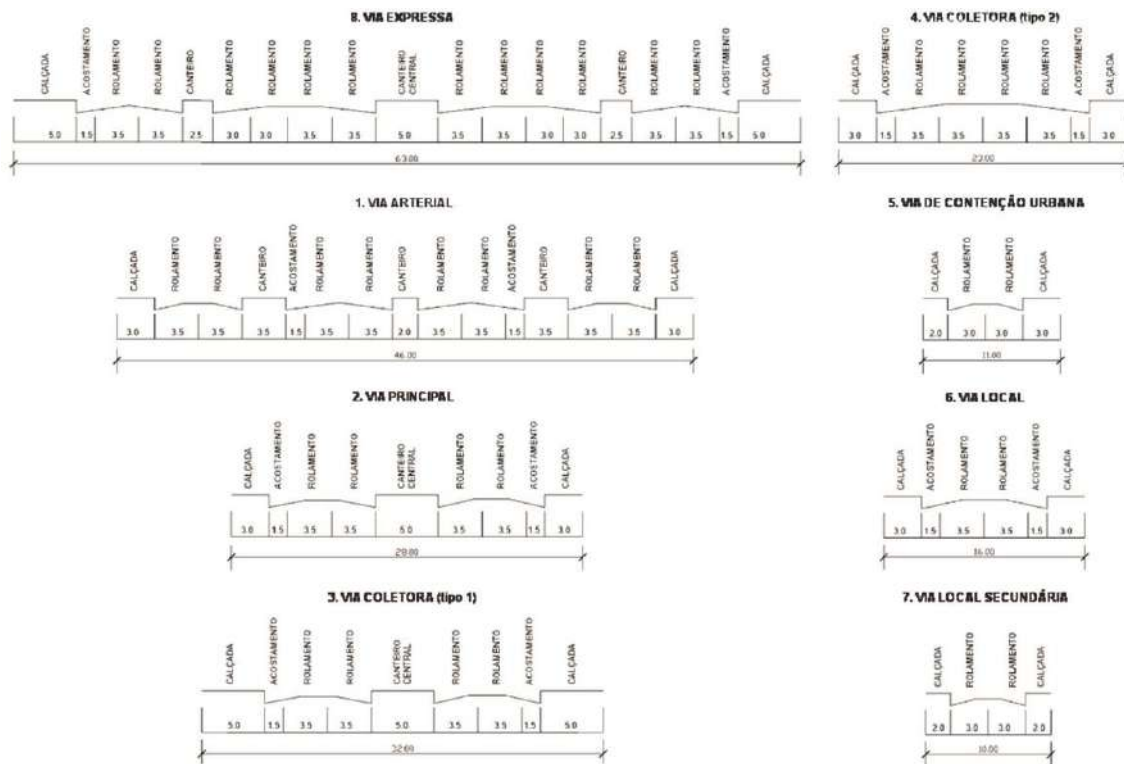


FIGURA IX.36: Sistema Viário de Aracaju – Perfis. Fonte: PDDU,2000.

A rede viária principal em Aracaju é basicamente representada pela vias principais e arteriais, onde predominam fluxos de passagem, atendendo grandes deslocamentos sem controle de acesso.

Dentro dessa rede, somente a via tipo expressa, que se caracteriza pelo controle de acesso e segregação de fluxo, não foi ainda implementada no sistema viário de Aracaju.

Já a rede viária secundária, é totalmente representada em sua classificação. As vias locais restringem o fluxo de passagem, estimulando o uso de circulação local. Enquanto isso, as coletoras, canalizam o fluxo das vias locais para as arteriais.

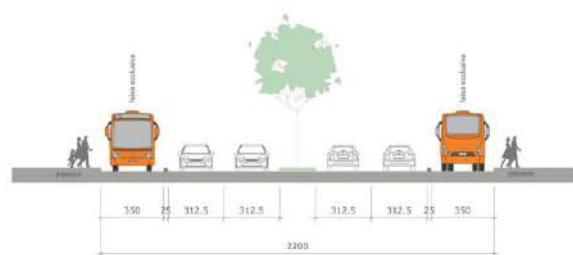
A rede especial é representada pela presença de vias de contenção urbana (Av. Des. Antônio Góis - Coroa de Meio); via de pedestre, que tem como característica a

exclusividade para circulação de pessoas a pé, é amplamente representada pelos calçadões dos bairros Centro, Beira Mar e 13 de Julho; as ciclovias são representadas por sua malha cicloviária.

Ainda dentro dessa rede viária, podemos destacar a ausência de calha de ônibus, que em estudos recentes para implantação do BRT - Bus Rapid Transit terá sua representação garantida no sistema viário de Aracaju (Figura IX.37).

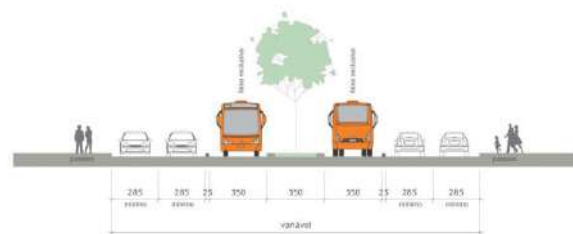
Dentro da reestruturação urbana proposta nas diretrizes do Plano de Mobilidade de Aracaju, o sistema viário de Aracaju passará por modificações significativas, buscando a implementação das diretrizes e princípios da PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da PNMU – Política Nacional de Mobilidade Urbana, recentemente instituídas pelo Governo Federal.

TIPOLOGIA: VIA PRINCIPAL



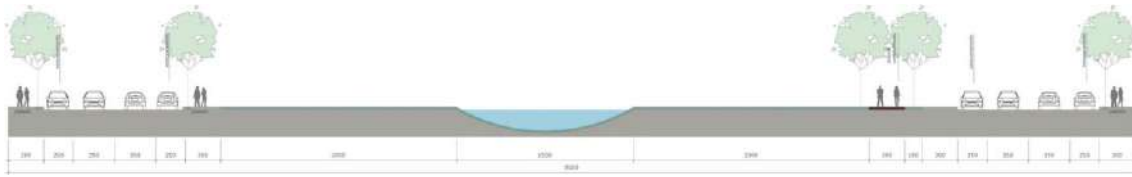
Avenida Osvaldo Aranha

TIPOLOGIA: VIA ARTERIAL

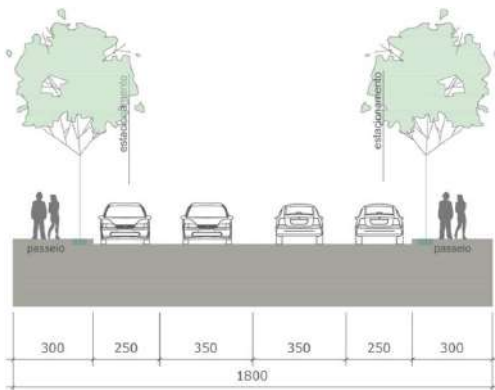


Avenida Visconde de Maracaju

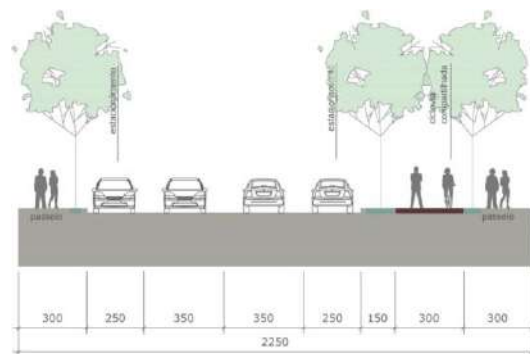
TIPOLOGIA: VIA COLETORA



Coletora I – Parque Lacustre

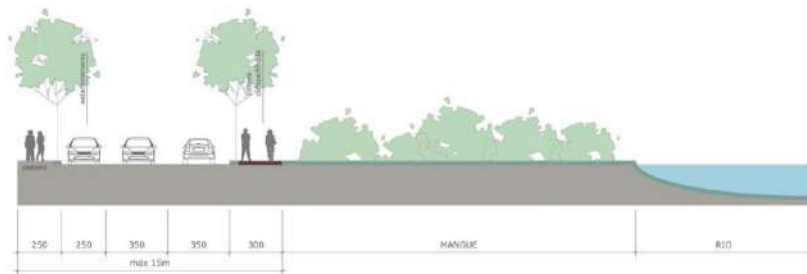


Coletora II – sem ciclovia

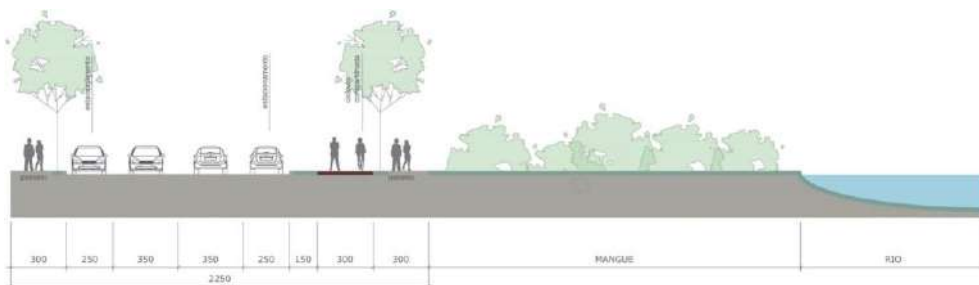


Coletora II – com ciclovia

TIPOLOGIA: VIA CONTENÇÃO URBANA



Área Urbana



Zona de Expansão

FIGURA IX.37: Sistema Viário Proposto Pelo PDMU para os Corredores de Transportes. **FONTE:** PMA-PDMU-ANEXOS,2015

Em outubro de 2013, foi realizado estudo para a zona de expansão com o objetivo de definir Diretrizes de Ocupação Urbana. Esse estudo propõe um sistema de mobilidade, definindo um sistema viário que receba uma futura rede de transporte coletivo, prevendo a integração de vários modais (Figura IX.38).



FIGURA IX.38: Sistema Viário Proposto – Zona De Expansão. **Fonte:** PMA-Diretrizes de Ocupação Urbana do Mosqueiro/2013

i. Sistema de Tráfego

Considerando toda a infraestrutura construída e em projeto do sistema viário da cidade, vale uma análise de fatores determinantes para seu pleno funcionamento. Vale ressaltar fatores além da classificação e hierarquização do sistema viário, os equipamentos de controle (sinalização vertical, horizontal, semáforos, equipamentos de controle de velocidade), as operações e acidentes de trânsito, para que se implemente uma boa fluidez.

Com a municipalização do trânsito na década de 90, o município passa a regulamentar e fiscalizar, de acordo com Código de Trânsito Brasileiro (CTB) a circulação de pessoas, bens e serviços dentro do perímetro urbano.

O crescimento da frota de veículos em Aracaju vem acarretando o aumento do fluxo dos transportes e conseqüentemente do número de acidentes de trânsito na cidade.

De acordo com dados do Núcleo de Estatística da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT houve um crescimento de 33,84 % no número de acidentes em toda cidade e de 32,90 % nas principais vias, quando comparados os anos de 2013 e 2014 (Tabela IX.17).

TABELA IX.17 - Número de Ocorrência de Acidentes. Aracaju.

Nº DE ACIDENTES	2013	2014	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Acidentes em Aracaju	5.056	7.642	2.586	33,84
Acidentes nas grandes vias	2.274	3.389	1.115	32,90

Fonte: SIATRAN/SMTT atualizado 29/04/2015.

Já nos primeiros 04 meses de 2015 foram registrados 1.710 acidentes de trânsito em Aracaju. Esse índice foi reduzido em 33,56 % em comparação, no mesmo período do ano passado, quando aconteceram 2.574 acidentes. Acompanhando a tendência da cidade, os índices nas grandes vias tiveram uma variação de 26,12 % de aumento (Tabela IX.18).

TABELA IX.18 - Número de Ocorrência de Acidentes. Aracaju.

Nº DE ACIDENTES	2014	2015	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Acidentes em Aracaju	2.574	1.710	864	33,56
Acidentes nas grandes vias	1.068	789	279	26,12

Fonte: SIATRAN/SMTT atualizado 29/05/2015.

Além disso, o uso massificado dos veículos particulares tem causado problemas de mobilidade por conta da ocupação excessiva do sistema viário da cidade, provocando congestionamentos e aumento dos tempos de viagem para todos os modais. Diante dessa realidade, observa-se que o transporte público coletivo não vem sendo priorizado em relação ao transporte individual.

O comprometimento da capacidade viária da cidade vem provocando a necessidade de grandes investimentos de recursos públicos na expansão e manutenção da infraestrutura viária e dos sistemas de controle do tráfego.

A sinalização viária tem por finalidade informar, orientar, advertir, regulamentar e controlar a melhor forma de circulação de veículos e pedestres. A sinalização horizontal, através de marcações, legendas e símbolos pintados no pavimento das vias complementam a sinalização vertical, composta por placas.

Em Aracaju, a sinalização vertical apesar da constante reposição de placas, com os constantes atos de vandalismo, encontra-se incompleta. Já a sinalização horizontal depende diretamente da qualidade da pavimentação e da tinta viária utilizada, sendo sua vida útil ligado ao nível de fluxo viário que é impresso nela, precisando ser revitalizada periodicamente.

Dentro desse contexto, vale lembrar que a sinalização semafórica de Aracaju não conta com uma padronização dos grupos semafóricos, dificultando a manutenção e programação dos mesmos.

O PDMU estabelecerá propostas para desenvolvimento de programas de adequação dos equipamentos destinados ao controle da circulação viária, incluindo os sistemas de comunicação, sistemas de controle operacional e os sistemas de segurança, promovendo, assim, uma integração das operações de fiscalização.

O programa pretende reestruturar o CITT- Centro de Inteligência de Transporte e Trânsito, implantado em 2010 pela SMTT, que hoje monitora e gerencia eventos registrados durante a circulação de veículos e pedestres em Aracaju, através de câmeras instaladas em pontos estratégicos. Essa reestruturação ampliará o alcance do CITT, com a Implantação ou reestruturação dos equipamentos de controle de segurança, para o controle da operação do trânsito, monitoramento e observação das ocorrências de trânsito, operação de câmeras de monitoramento; operação do transporte coletivo, com o monitoramento da frota, da operação, com interação com as equipes de trânsito, de fiscalização do transporte coletivo.

j. Pólos Geradores de Tráfego

Empreendimentos públicos ou privados que, quando implantados, possam vir a sobrecarregar a infra-estrutura urbana ou modificar as condições ambientais, provocando alterações no espaço urbano ou no meio natural circundante, são chamados de equipamentos de impacto.

Em Aracaju, equipamentos de impacto de acordo com o PDDU,

Art. 208 - Serão sempre considerados empreendimentos de impacto aqueles:

I - sujeitos à apresentação de EIA - Estudo de Impacto Ambiental / RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, nos termos da legislação pertinente;

II - que ocupem mais de uma quadra ou quarteirão urbano;

III - com fins residenciais, cujo número de unidades habitacionais, ultrapasse o citado no art. 201;

IV - de qualquer uso, cuja área coberta ou descoberta, destinada a estacionamento, seja igual ou maior do que 6.000m²;

V - para fins não residenciais, exceto industriais, com área construída igual ou maior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados). (PDDU, 2000)

Quando esses equipamentos afetam diretamente o sistema viário, são chamados de Pólo Gerador de Tráfego (Figura). Os tipos de pólos geradores de tráfego que mais se estaca, de acordo com o manual de tratamento do DENATRAN, são centro administrativo, centro de convenções, conjunto habitacional, estádio, feiras, ginásio de esportes, *shopping center*, supermercado, terminais de transporte coletivo e universidade, além de áreas com concentração de serviços específicos como área central, transportadoras, entre outras.

Em Aracaju os pólos geradores de tráfego distribuem-se pela malha urbana, de acordo com o mapa abaixo (Figura IX.39).

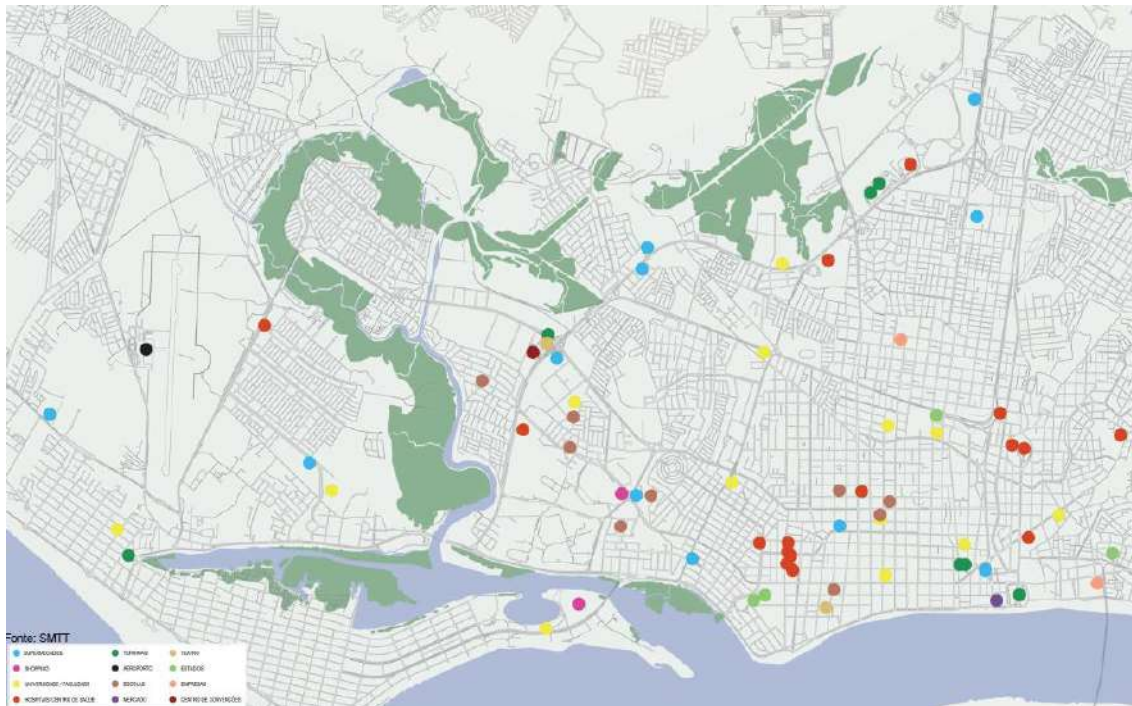


FIGURA IX.39:Pólos Geradores de Tráfego. **Fonte:** PMA-PDMU, Anexo/SEPLOG/2015.

Cumprindo uma exigência do Código de Trânsito Brasileiro expresso no artigo 93, o DENATRAN através do Manual de Procedimentos para Tratamento de Pólos Geradores de Tráfego exige que grandes empreendimentos urbanos sejam aprovados após a anuência do órgão com a circunscrição sobre a via onde são implantados.

Tal exigência faz-se necessária, visto o reflexo negativo na circulação viária, na acessibilidade e nas condições de segurança de veículos e pedestres, provocada pela implantação dos pólos.

O Órgão Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental analisa o empreendimento e o submeti a aprovação da instância ambiental e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental adotando ações efetivas para que os impactos sejam minimizados.

Dentro dessas ações está a exigência da execução de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que serão resultantes das análises de cada pólo.

Alguns efeitos são comumente apresentados após sua implantação de um Pólo Gerador de Tráfego: conflito do fluxo de passagem com o fluxo de destino,

congestionamentos, aumento dos níveis de acidentes, comprometimento da acessibilidade no entorno, aumento da demanda por estacionamento, entre outros.

Todos esses efeitos são amplificados quando o pólo gerador de tráfego não disponibiliza número de estacionamento adequado e sendo empreendimento comercial, área para operação de carga e descarga.

Para mitigação desses impactos, é solicitado o Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, para análise de concessão do alvará de construção, nos termos da lei. O PDDU estabelece que os equipamentos que se enquadram como Pólos Geradores de Tráfego terão obrigatoriedade na apresentação do RIV – Relatório de Impacto de Vizinhança que deve considerar o descrito no

Art. 210 - O RIV deverá considerar:

I - a demanda de serviços de infra-estrutura urbana;

II - a sobrecarga do sistema viário e de transportes;

III - os movimentos de terra e a produção de entulhos;

IV - a absorção de águas pluviais;

V - as alterações ambientais e os padrões funcionais urbanísticos da vizinhança. (PDDU, 2000)

A inexistência de normas que estabeleçam critérios para a identificação, classificação e a obrigatoriedade do Relatório de Impacto de Circulação – RIC, que avalia, qualifica e delimita o alcance do impacto provocado pelo Pólo Gerador de Tráfego, dificulta a análise e a aplicação de medidas mitigadoras e compensatórias adequadas a cada empreendimento. Atualmente a SMTT, analisa e aprova os RIC, que é parte do licenciamento ambiental, de acordo com a intensidade dos impactos potenciais no sistema viário, de trânsito e transporte, aplicando as contrapartidas de acordo com o empreendimento.

A aplicação das contrapartidas, atualmente é feita sem instrumentação legal sendo necessária a normatização para os PGT, no PDDU e no PDMU, cumprindo soluções que visem à superação dos conflitos, devendo estabelecer condições e

compromissos específicos, que, quando necessário, deverão ser firmados em Termo de Compromisso.

Dentro desse contexto os condomínios residenciais que possuem mais de 400 unidades habitacionais, de acordo com o PDDU, também são considerados Pólos Geradores de Tráfego.

Esses pólos, em geral, apresentam-se instalados em regiões com infraestrutura existente, porém ainda precária, considerando que são áreas urbanas com valores mobiliários baixos (Figura IX.40).

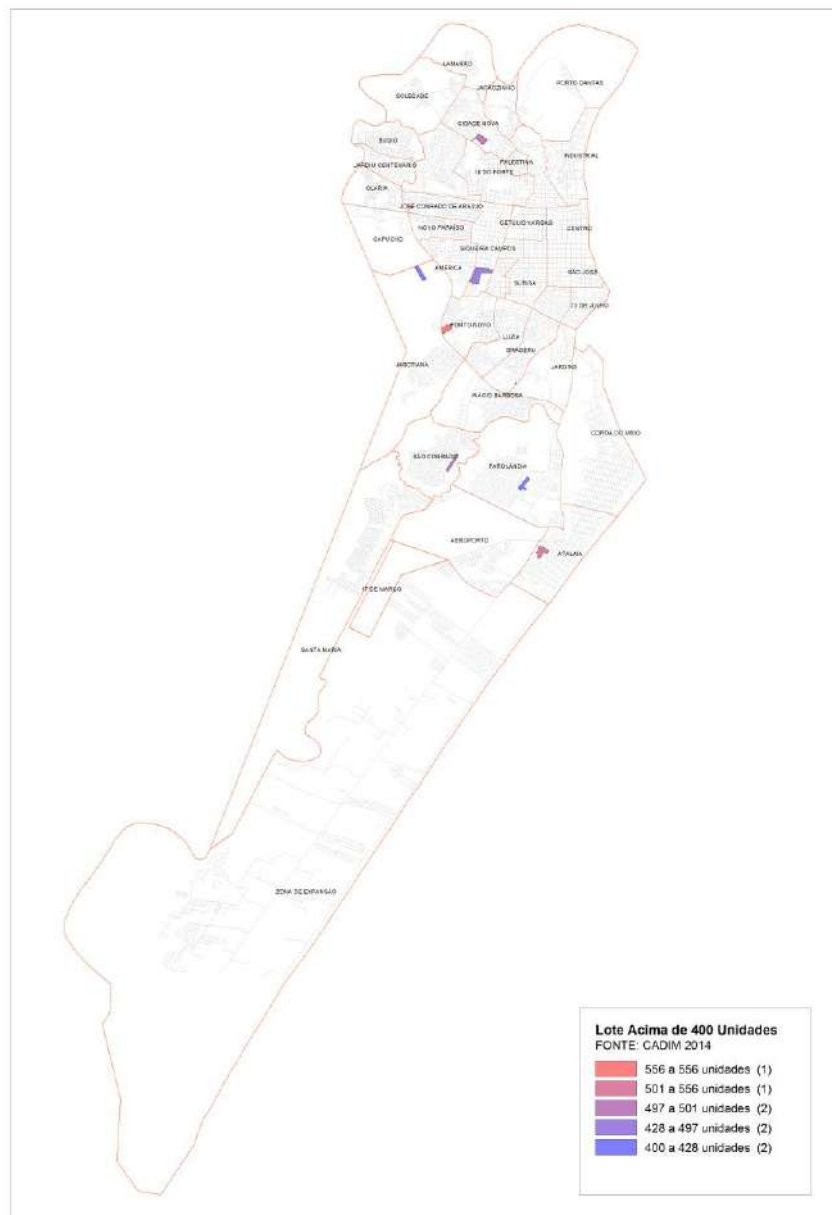


FIGURA IX.40: Condomínios Residenciais Acima de 400 Unidades. **Fonte:** PMA-SEPLOG/2015.

Portanto, com a oferta de serviços de transporte coletivo oferecida de maneira precária pela falta de estrutura viária adequada, estimula o uso do veículo individual.

Assim, sendo comuns os engarrafamentos, principalmente em horário de pico, sobrecarregando a infra-estrutura urbana, modificando as condições ambientais, provocando alterações no espaço urbano ou no meio natural circundante.

Vale ressaltar que os serviços religiosos, atualmente não são submetidos a esses estudos. Porém, essa realidade deve ser discutida e reavaliada, por serem serviços que atraem uma demanda considerável de veículos e pessoas.

Nota-se uma ocupação considerável de templos religiosos em toda malha urbana, trazendo uma reflexão para ser considerada na revisão do PDDU. Visto que existem templos em construção com capacidade superior a 2.000 pessoas (Figura IX.41).

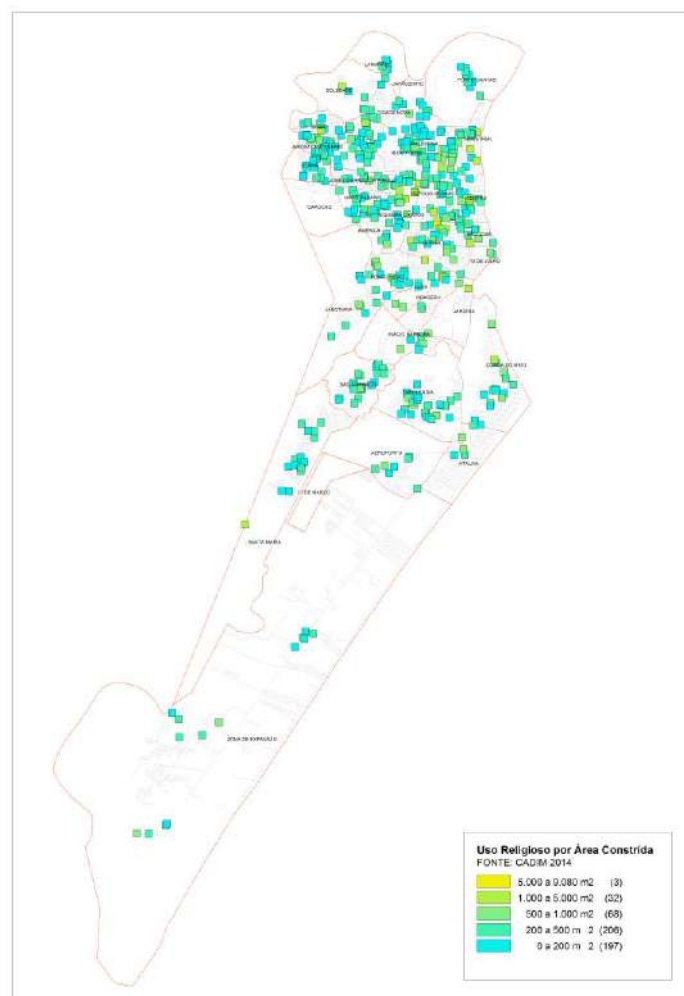


FIGURA IX.41: Templos Religiosos. Fonte: PMA-SEPLOG/2015.



Considerando que são solicitados estudos e análises do sistema viário somente para os grandes empreendimentos, vale ressaltar a necessidade de elaborar critérios para os chamados multi-pólos, devido ao impacto que causam na região onde se localizam. Em Aracaju, já se destacam regiões com vocação residencial ou comercial que se mostram com potencial de atração de relevância.



CAPÍTULO X – ZONA DE EXPANSÃO URBANA





SUMÁRIO

X – ZONA DE EXPANSÃO URBANA.....	3
a. Localização e Formação Histórica	3
b. Uso e Ocupação.....	6
c. Aspectos ambientais.....	19
d. Infraestrutura	23

X – ZONA DE EXPANSÃO URBANA

a. Localização e Formação Histórica

A Zona de Expansão Urbana de Aracaju - ZEU, definida pela Lei Municipal de nº 873, de 01 de outubro de 1982, compreende a porção sul da cidade e tem como limites, o rio Vaza Barris e o canal Santa Maria ao sul, o Oceano Atlântico a leste, o município de São Cristóvão a oeste e ao norte, com o bairro Aeroporto (Figura XI.1).

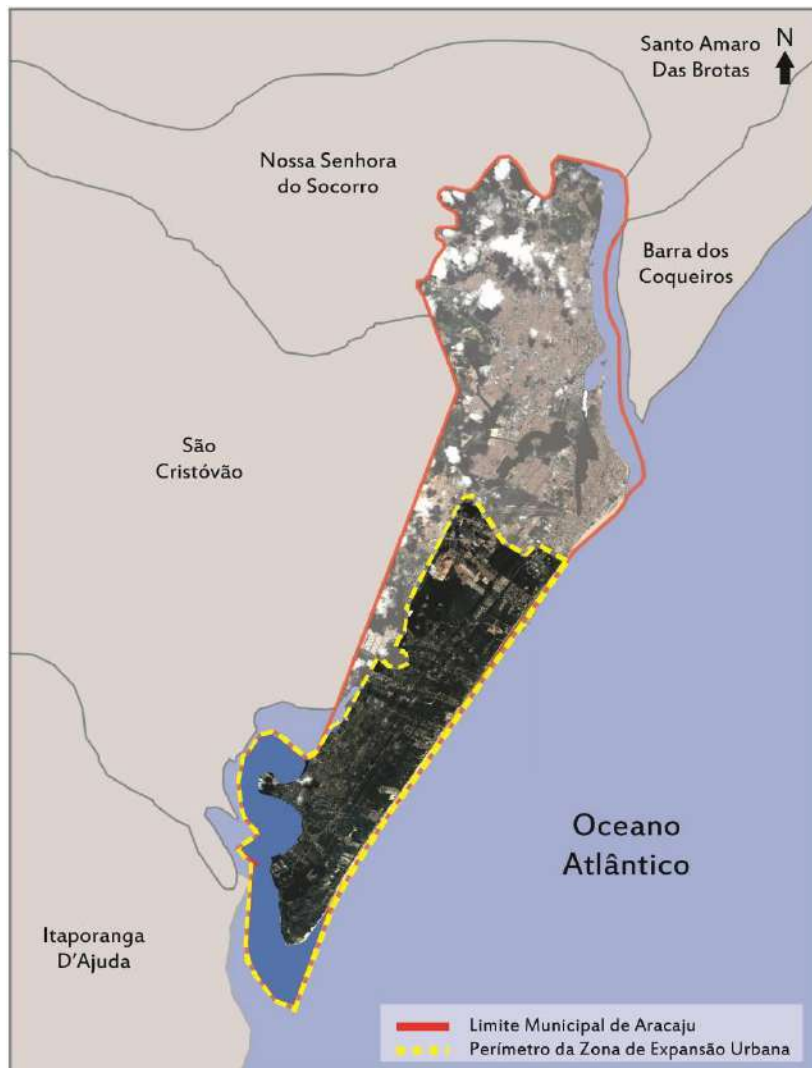


Figura X.1: Ortofotocarta de Aracaju com Localização da Zona de Expansão Urbana. Fonte: França, 2011.

Em 1982, é aprovada a Lei de Delimitação de Bairros estabelecendo uma nova divisão de bairros da cidade e alterando o perímetro urbano, ampliando-o para todo o município, excluindo a zona rural, ficando o município dividido em Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana. A partir de 2000, foram criados os Bairros Jardins e Santa Maria e, mais recentemente, o Bairro Japãozinho e o 17 de Março (FRANÇA,/SEPLOG, 2014).

Segundo fontes históricas, tradicionalmente, desde o século XIX, essa área era ocupada por grandes propriedades rurais, voltadas para o cultivo do côco-da-baía (produção de destaque em Sergipe), mandioca, melancia e ainda, a existência de fruteiras (manga e caju). A maioria dos moradores eram trabalhadores rurais ou pescadores (FRANÇA, 2011).

Essas grandes propriedades rurais ainda hoje são possíveis de apontar, como sobretudo pela persistência do coqueiral, embora, os tratos culturais foram reduzidos, sendo a produção sem relevância econômica na situação atual que corresponde a 0,05% da área e apenas 0,26% da produção total do Estado (IBGE, 2007). O avanço da urbanização foi, de fato, a razão mais forte para a destruição do vasto coqueiral que antes existia.



Figura X.2: Propriedades com cultivo de coco-da- baía e Placa de Sítio. **Fonte:** Sarah França, janeiro de 2011.

A presença das comunidades rurais e pequenos sítios destacam-se na parte oeste, margeando o Canal de Santa Maria, com ocupação concentrada nos povoados Mosqueiro, Areia Branca, São José, Matapuã e Gameleira, enquanto o Robalo se situa

na faixa central, às margens da Rodovia dos Náufragos (FRANÇA, 2011). Ainda persistem algumas comunidades de pescadores artesanais, oriundos dos povoados Robalo, Areia Branca e São José. As comunidades antigas migraram em direção à parte estuarina e, hoje, estão exercendo atividades diversas daquelas originalmente desenvolvidas. As condições de uso e ocupação do solo e o emprego de parte dos moradores nas atividades primárias permitem reconhecer que a ZEU ainda vive um processo de transição rural/urbana.

A ampliação do uso do solo pode ser constatada através dos dados populacionais relativos à área. Em 1980, Aracaju tinha 293.328 habitantes, sendo 98,2% urbanos e 1,77% rurais (5.197 moradores), ainda antes da Lei de Bairros de 1982, que definiu todo o município como urbano (Tabela X.1).

TABELA X.1 - Contagem da População, Aracaju e Zona de Expansão Urbana 1980-2010.

	1980	1991	1996	2000	2010
Aracaju	293.328	402.341	428.194	461.534	571.149
ZEU	5.197	6.497	9.771	22.336	27.899
%	1,77	1,61	2,28	4,83	4,88

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980-2010

Segundo Nogueira (2004), que tratou da evolução urbana de Aracaju, nota-se que, até 1980, o crescimento em direção à ZEU ainda se dava de forma inócua. A partir dos anos 2000, impulsionada pelas políticas públicas e pela atuação do mercado imobiliário na área, é visível a expansão dispersa da cidade para a então, periferia sul acompanhada pelo crescente aumento da população (IBGE, 1980-2010). Nesses últimos 30 anos, a Zona de Expansão que teve um acréscimo de 22.702 habitantes, acarretando novas demandas de habitação, que deve ser acompanhado pela gestão pública no tocante à suporte de infraestrutura e serviços públicos.

Hoje, a população que reside e/ou desfruta da área está distribuída de maneira descontínua, estendendo-se às margens da Rodovia dos Náufragos, pelo Povoado São José, de forma menos dispersa, porém mais concentrada nos povoados Areia Branca, Mosqueiro e Gameleira, além de pequenos núcleos ao longo da Rodovia José Sarney e do Canal Santa Maria.

b. Uso e Ocupação

- uso do solo

A Zona de Expansão Urbana concentra um total de 12.606 lotes, sendo 5.380 moradias. o que corresponde a 42,67% do total dos lotes no bairro (CADIM/SEFAZ, 2014). Porém, boa parte é apenas, segunda residência, principalmente aquelas concentradas ao sul. Os 6.854 terrenos desocupados, ainda preocupam os urbanistas quanto ao futuro da área, por corresponder a 55,59% do total dos lotes em Aracaju (Figura 04 e 05).

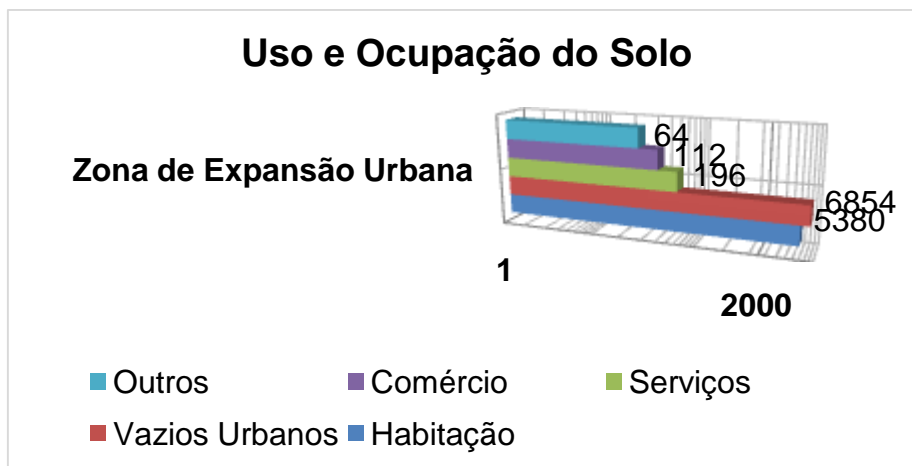


Figura X.3: Uso do Solo – Zona de Expansão Urbana de Aracaju. **Fonte:** Cadastro Imobiliário – SEFAZ/SEPLOG, dez/2014.

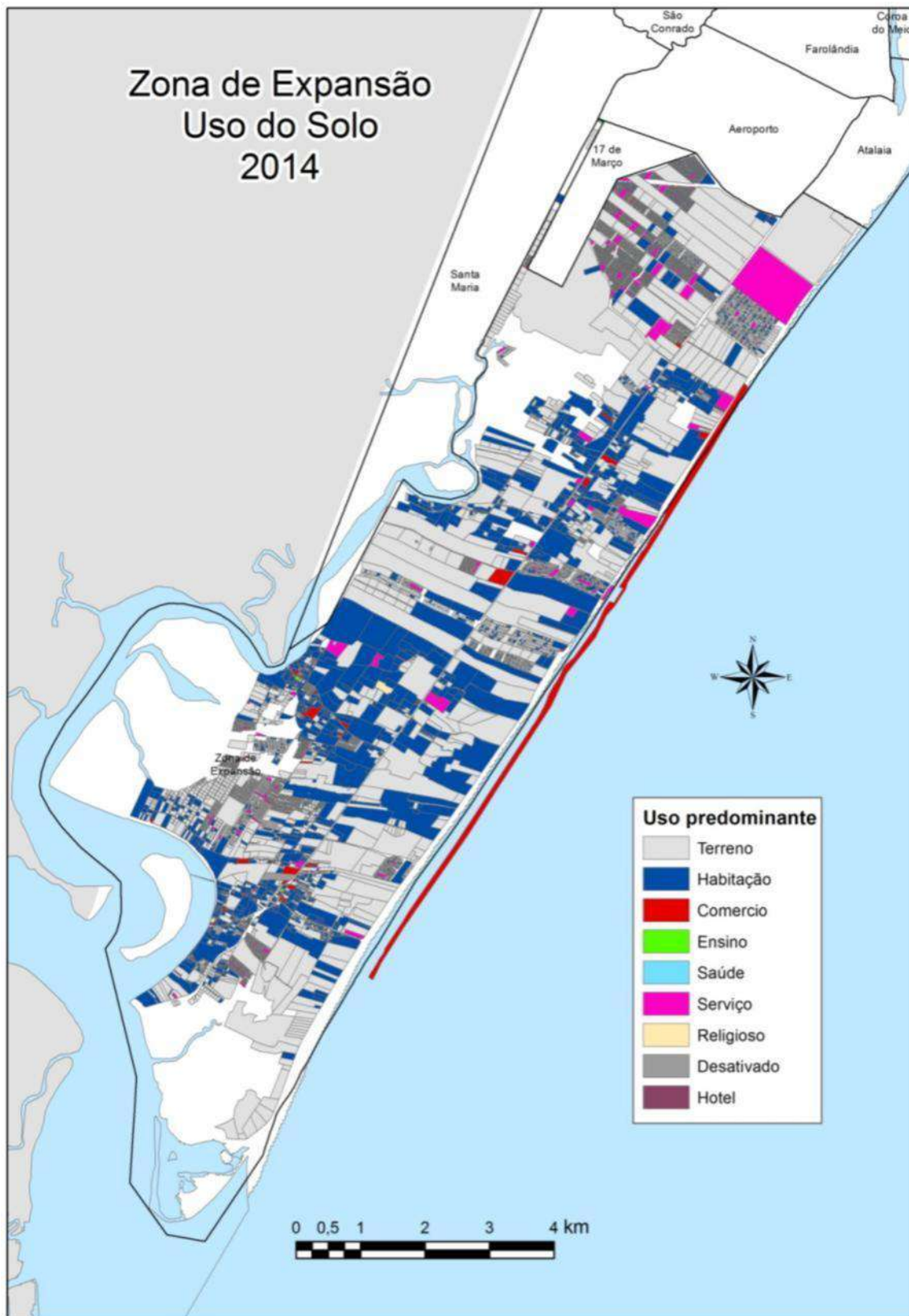


Figura X.4: Uso do Solo – Zona de Expansão Urbana de Aracaju. Fonte: Cadastro Imobiliário – SEFAZ/SEPLOG, dez/2014.

Comércio e serviços como lojas de materiais de construção, padarias, mercearias, bares, sorveterias lanchonetes, restaurantes, supermercado, mercadinhos, bodegas, lojas de jardinagem e serviços de paisagismo, pousadas e motéis, peixarias e açougues, oficinas somam 308 estabelecimentos (Figura 6).



Figura X.5: Estabelecimentos comerciais de atendimento local. **Fonte:** Sarah França, 2013.

O segmento turístico e de lazer consiste em bares de praia, distribuídos ao longo da Rodovia José Sarney, que recebem moradores e turistas, bem como clubes como AABB, Caixa e Telergipe (desativado), pousadas e hotel (Figura 7).



Figura X.6: Orla da Praia de Aruana – Zona de Expansão Urbana de Aracaju. **Fonte:** Sarah França/2011.

Verifica-se, contudo, que o número de moradores é crescente, resultado da especulação imobiliária e da proliferação de loteamentos, condomínios e conjuntos residenciais do PAR e do PMCMV que trouxeram a exigência de funções comerciais e serviços para atender à população local, sem necessitar deslocar-se para outros bairros, mesmo mais próximos como Atalaia e Coroa do Meio e Farolândia.

- Tipologias habitacionais

O parcelamento iniciado, no final década de 1970, ainda que pontual, se intensificou na década de 1980, com a construção das rodovias de acesso, após a segunda metade de 1980, incentivou o parcelamento do solo adentrando-se em direção sul e também nos Povoados Areia Branca (Figura 5). A implantação das redes de energia elétrica e telefone auxiliou a alavancar o surgimento de novos empreendimentos a partir de 2000, que dobrou a quantidade implantada na década anterior. Assim, os 48 loteamentos residenciais implantados até 2013, perfaz um total de 6.821 novas moradias (Figura X.7).

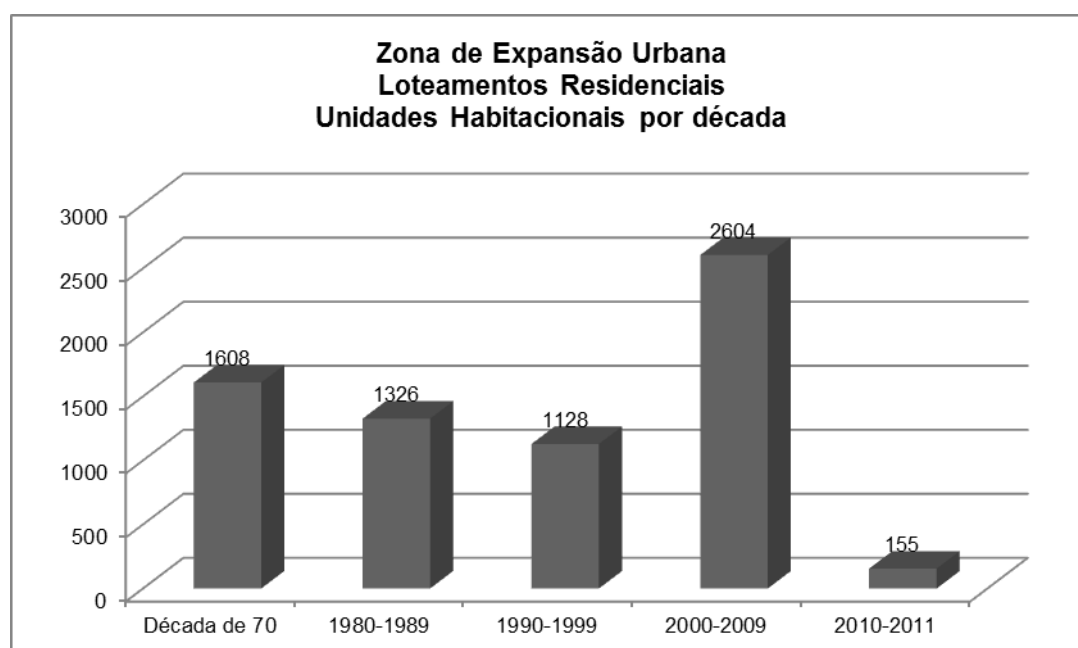


Figura X.7: Aprovação dos Loteamentos Residenciais – Quantidade de Lotes, 1979-2013.

Fonte: FRANÇA, 2011. PMA/EMURB, junho de 2014. Organizado por Sarah França, 2015

Uma das peculiaridades quanto à ocupação é a diversidade de níveis de renda e de tipologias habitacionais, distribuídos em pontos dispersos. Adentrando-se nos Povoados Areia Branca, Robalo, Soão José e Gameleira, encontram-se residências com características rurais e precária condição de acessibilidade e infraestrutura. As ruas internas, além de não apresentar um traçado regular, em sua maioria, não são pavimentadas, dificultando a mobilidade dos moradores (Figuras 9, 10, 11 e 12).



Figuras 2, 3, 4 e 5: Tipologias habitacionais, condições viárias - Povoados São José e Matapuà. **Fonte:** Sarah França, 2015.

Nos empreendimentos voltados para grupos de renda média, as residências são mais concentradas, mesmo ainda com lotes vazios, em sua maioria localizadas na porção norte.

Os grupos de renda mais elevada mantêm suas grandes e luxuosas mansões de veraneio na região do Matapuã, às margens do Rio Vaza Barris. Essas residências, algumas construídas em sítios, outras em condomínios, beneficiando-se da beleza da paisagem e do meio ambiente (Figura X.13).



Figura X.6: Ortofotocarta ZEU – Região do Matapuã, margens do Rio Vaza Barris, Condomínios Fechados. **Fonte:** SEPLOG, 2013

Diferentes tipologias habitacionais caracterizam de forma heterogênea a ZEU. Loteamentos Residenciais, Condomínios Horizontais, Condomínios Verticais compõem as diversidades habitacionais da ZEU, além da implantação de projetos de habitação de interesse social como o Programa de Arrendamento Residencial – PAR, o Programa



Minha Casa Minha Vida – PMCMV e o Projeto Bairro 17 de Março (Tabela 3 e Figura 14).

De 1979, quando foi aprovada a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano até o ano de 2013, contabilizou-se um volume de 137 empreendimentos construídos na Zona de Expansão Urbana de Aracaju, resultando em 19.204 unidades habitacionais. Esse volume mais que duplicou, quando comparado ao dado do IBGE de 2000, que calculou quase 8.000 domicílios nessa área, que ocupam aproximadamente 11,18km² dos 63km² da área total da zona (Tabela X.3).

TABELA X.3 - Empreendimentos e Unidades Habitacionais, Aracaju e Zona de Expansão Urbana 1979-2013.

Setor	Tipologia	Quant. Empreendimentos	Unidade Habitacional
Privado	Loteamento Residencial	48	6.821
	Condomínio Horizontal	57	4.770
	Condomínio Vertical	05	844
Público	Bairro 17 de Março	04	2.752
	Conjuntos Habitacionais PAR	17	2.849
	Empreendimentos PMCMV	06	1.468
Total		137	19.204

Fonte: FRANÇA, 2011. PMA/EMURB, junho de 2014. Organizado por Sarah França, 2015.

Os condomínios horizontais chegaram à ZEU no início da década de 1990, como segunda-residência dos grupos de alta renda de Aracaju, cujos proprietários provém de bairros Jardins, 13 de Julho, Coroa do Meio ou Atalaia. É importante salientar a grande quantidade dessa tipologia estarem localizados na ZEU em detrimento da grande quantidade de glebas ainda existentes na zona, o que a caracteriza como área alvo do mercado imobiliário. No total, foram construídos 59 destes empreendimentos, resultando em mais de 4700 moradias de 1990 a 2013.

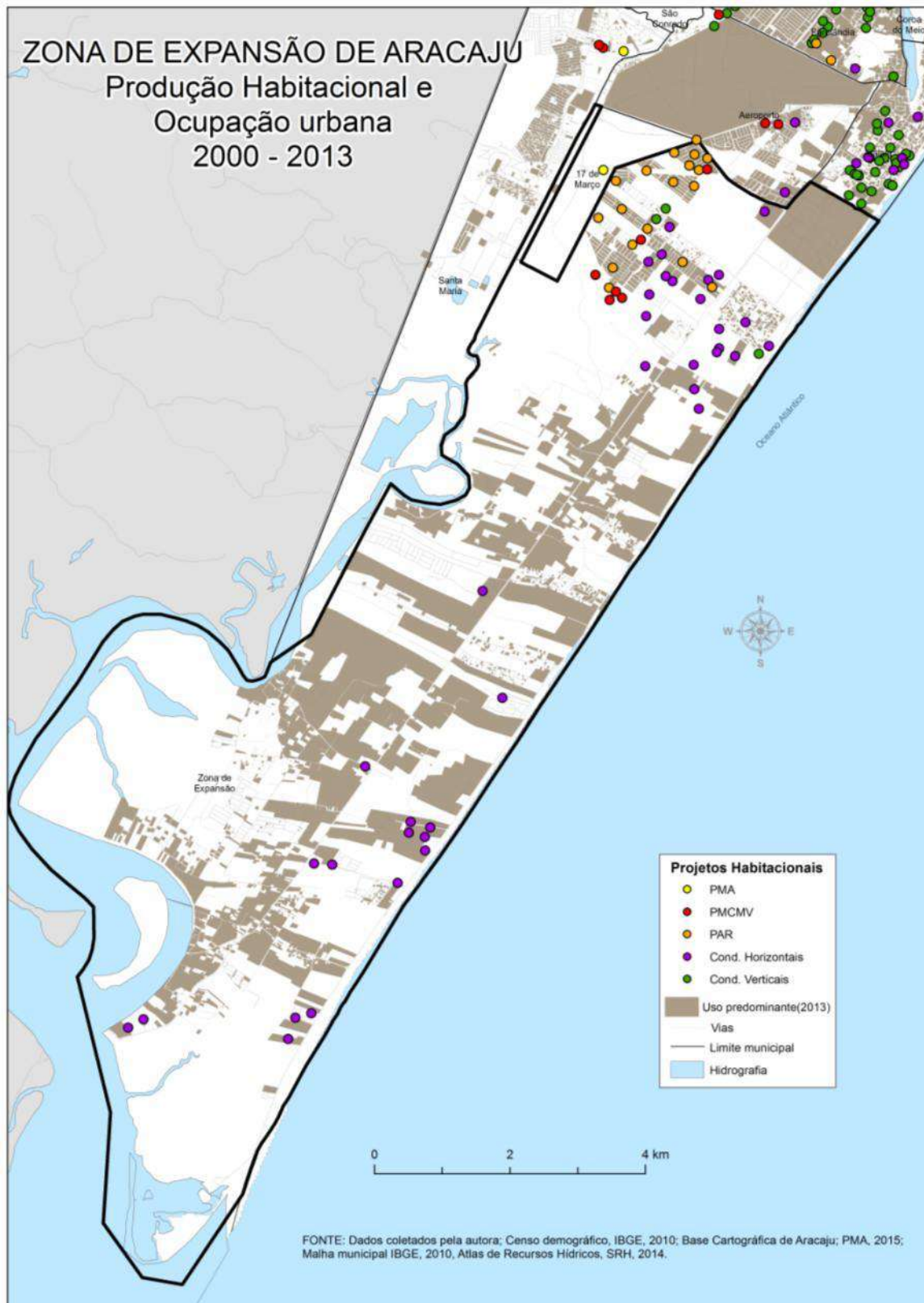


Figura X.7: Produção Habitacional e Ocupação Urbana. **Fonte:** Informações da PMA/EMURB, 2014, CAIXA, 2013. Produzido por França, 2015.

Considerando a produção das unidades por década, ao longo dos anos 1990, o mercado lançou 13 novos produtos na Rodovia José Sarney, dos 15 construídos na malha nessa década (1.477 moradias). Após aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, em 2000, essa produção quase duplica, coincidindo com fatores como melhoria na acessibilidade e trazendo também a chegada de novos serviços, quando outros empreendimentos se instalaram às suas margens das Rodovias José Sarney e Náufragos (Figura X.15).

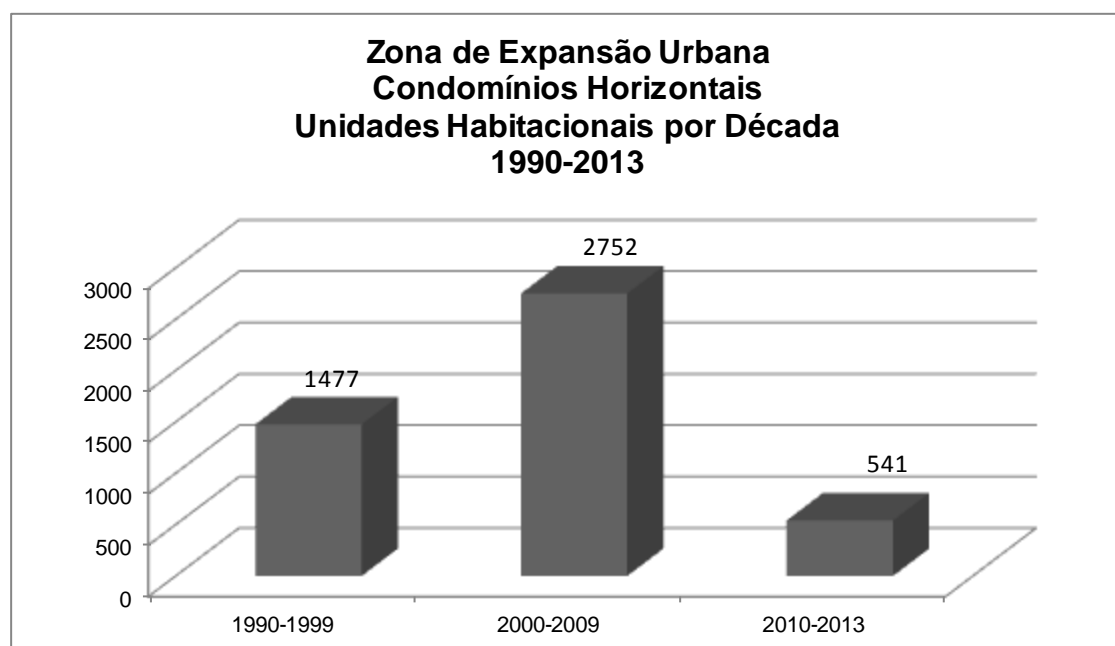


Figura X.8: Unidades Habitacionais em Condomínios Horizontais produzidas por décadas.

Fonte: FRANÇA, 2011. PMA/EMURB, junho de 2014. Organizado por Sarah França, 2015.

A baixa densidade demográfica da ZEU atrelada ao excesso do estoque de glebas facilitou a construção de *ciudades de muros* (Figuras 16 e 17), sobretudo no entorno da Avenida Melício Machado (porção norte da ZEU), característica pela concentração dos empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e condomínios, de forma mais contínua no tecido urbano, com poucas interrupções de terras vazias. Além disso, o longo da Rodovia dos Náufragos e com maior incidência às margens da Rodovia José Sarney foram instalados vários condomínios horizontais (FRANÇA, 2011).



Figura X. 16 e 17: Empreendimentos Fechados e os Muros. **Fonte:** Sarah França, 2013.

Em 2001, Aracaju recebe o Programa de Arrendamento Residencial – PAR, que funcionou mediante participação da Prefeitura Municipal de Aracaju, CAIXA construtoras e Ministério das Cidades. A porção norte da área recebeu dezessete conjuntos habitacionais (dos trinta e oito inseridos em Aracaju), totalizando 2.849 unidades (6.830 em Aracaju) destinadas a uma população com rendimentos entre três a seis salários mínimos (FRANÇA, 2011).

Concentrados na porção norte da Zona, estes conjuntos construídos sem implantação de infraestrutura, especialmente drenagem e esgotamento sanitário, se deparam com graves problemas no período chuvoso, quando o lençol freático alto não consegue absorver o grande volume de água, provocando sérias inundações. Assim,

estudos realizados para a gestão municipal reconhecem que “Bairros como Jabotiana, Lamarão, Farolândia, Aeroporto e, sobretudo a Zona de Expansão devem ser considerados no momento do planejamento de novas ações tendo em vista novos níveis de adensamento” (FAPESE, 2010, p.113).

Recentemente, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, foram aprovados 6 empreendimentos residenciais, todos voltados para uma faixa de renda de 3 a 10SM, somando 1.468 novas moradias) até dezembro de 2013 (FRANÇA, 2014), para essa faixa de renda¹. Essas construções estão concentradas na parte norte da zona, nas cercanias de Aruana, mais próximas ao centro e, portanto, dotadas de fácil acesso, principalmente devido à construção das Avenidas OBA e Amarela.

De grande impacto tanto no quesito urbano e, principalmente, no ambiental, o Bairro 17 de Março faz parte do leque das políticas públicas da Prefeitura Municipal, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional da capital. Localizado entre os limites do Bairro Santa Maria e da ZEU, no trecho próximo ao Loteamento Aruana, o terreno de 1.960.083,13m², cedido pela Gerência Regional do Patrimônio da União, está sendo ocupado por casas e blocos de apartamentos, totalizando 2.752 unidades, tendo sido a primeira etapa já entregue à comunidade (Figura X.18).

¹ Em Aracaju foram aprovados 44 empreendimentos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, totalizando 10.572 unidades habitacionais, no período de 2009 a março de 2014.

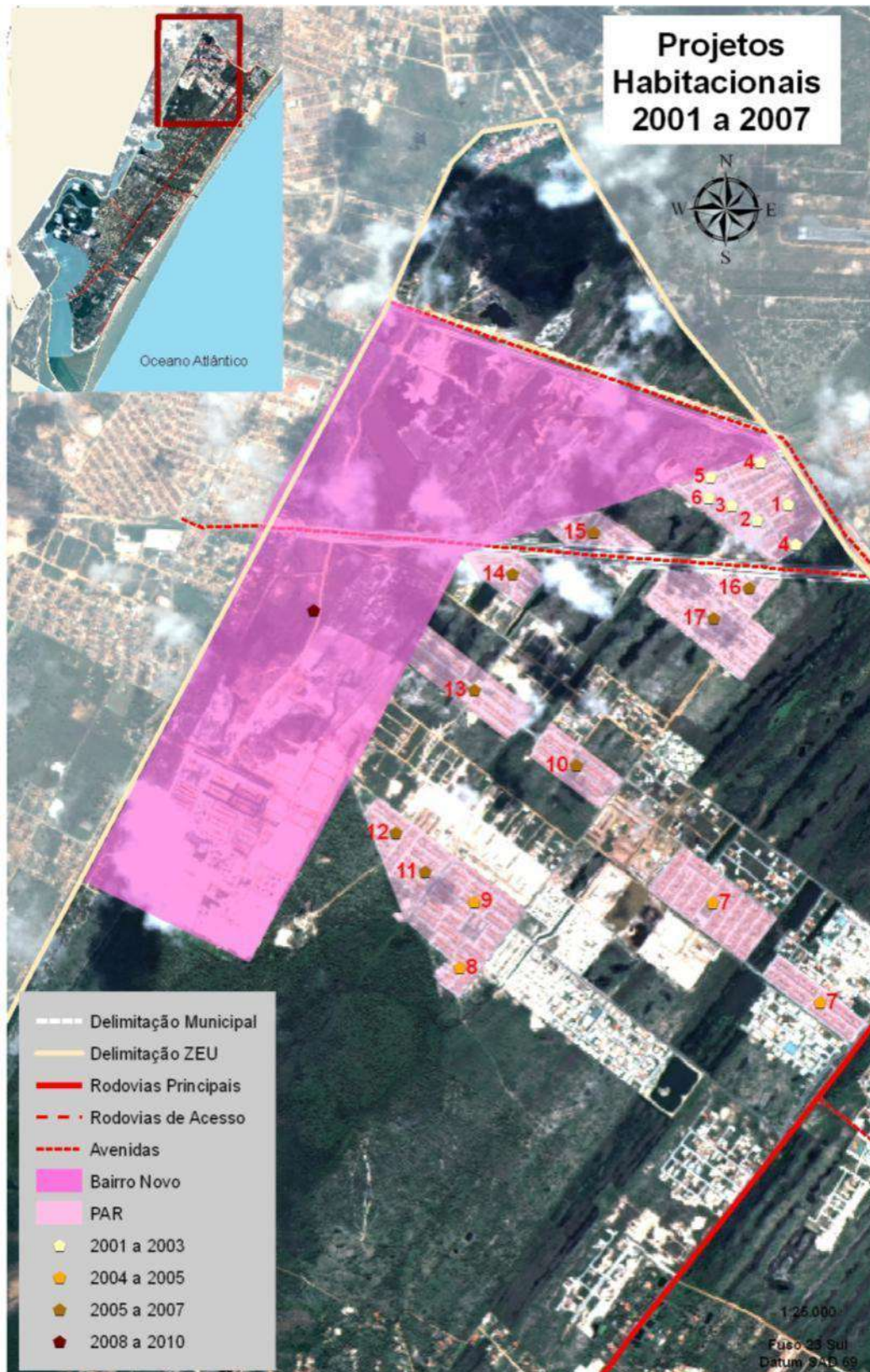


Figura X.9: Implantação dos Projetos Habitacionais. Fonte: Informações da PMA/EMURB, 2011. Ortofotocarta cedida pela PMA/SEPLAN, 2008. Produzido por Sarah França, 2011.

A proximidade do Bairro 17 de Março com os empreendimentos do PAR, que somados totalizam 5.601 unidades habitacionais, gerou uma concentração de mais de vinte mil habitantes². Entretanto, é importante frisar que a inserção dessa vasta quantidade de moradores vem determinar a necessidade da instalação de serviços públicos como escolas, creches, postos de saúde, lazer, oferta de trabalho, transporte coletivo, postos de gasolina, a fim de atender esses novos moradores, o que ainda se mostram muito deficientes (FRANÇA, 2011).

Presente em bairros como Treze de Julho e Jardins, a verticalização chega às imediações do Loteamento Aruana, em 2005, se constitui marco na área, somando-se hoje, a construção de 5 empreendimentos e 844 unidades habitacionais de 2005 a 2013 (FRANÇA, 2015). A tendência é a proliferação desse tipo de habitação, trazendo traços da verticalização predominante dos bairros Jardins e Treze de Julho para ali, embora seja contraditória à ocupação face à oferta de infraestrutura na localidade.

De acordo com estudos realizados pela Prefeitura Municipal de Aracaju em 2014, aponta-se que:

Nesta última década a cidade se expande na direção da Zona de Expansão e bairros vizinhos, que além desses empreendimentos recebem muitos condomínios residenciais fechados, loteamentos mesmo sem ter a infraestrutura necessária para esse adensamento. Os problemas se acentuam tendo em vista a fragilidade ambiental e a falta de controle para evitar ocupações indevidas (p.41).

Portanto, o crescimento de Aracaju se intensificou na Zona de Expansão Urbana, sobretudo nos últimos 15 anos, tendo como tendência, o deslocamento populacional de bairros mais centrais para esse espaço. O resultado disso são problemas decorrentes da falta de saneamento ambiental e serviços públicos, deficiência de acessibilidade.

² Considerando uma média de quatro membros por família.

c. Aspectos ambientais

Os variados elementos naturais fazem parte do cenário e o valorizam de forma paradoxal. Entretanto, a degradação do ecossistema tem sido cada vez mais célere, e é necessário formas de planejamento que interfiram na preservação desses elementos ambientais para as atuais e futuras gerações.

Os conjuntos dunares são destaque na paisagem, principalmente nos terrenos do NUCAT/Petrobrás, no Loteamento Aruana e nas proximidades do rio Vaza Barris (Farol). (Figura 10). Conforme Souza e Oliveira (2006), nesse conjunto

cobertura vegetal é mais significativa, com a presença de salsa de praia, palmáceas, cactáceas e, também, cultivo do coqueiro (*cocos nucifera* L) Mesmo assim, nota-se a presença da ação antrópica, com o pisoteio, formando brechas e dificultando a permanência da vegetação, favorecendo a degradação. Além disso, a presença de bares e restaurantes, na linha de costa, exerce pressão nesse conjunto, que apresenta situação melhor que o anterior (p. 189-190).

A construção da Rodovia José Sarney contígua à costa fez com que, durante a migração das partículas de areia, decorrentes da ação do vento, as dunas se desestabilizem e transgridam os terrenos adjacentes, interrompendo a pista e impondo risco de acidentes. Assim, faz-se necessário *cercas de arrimo para contenção dos frequentes desmoronamentos da encosta limitada com a pista*” (WANDERLEY, 2006, p.214-215), além de uma fiscalização mais ativa, e implementação dos instrumentos legais, para que esses locais não sejam destruídos (Figuras 19, 20 e 21).



Figura X.10: Cordão dunar da Rodovia José Sarney, próximo ao TECARMO.



Figura X.11: Conjunto dunar de maior altitude, rótula do Farol do Mosqueiro.



Figura X.12: Conjunto dunar da Aruana, Rodovia José Sarney. Fonte: Sarah França, maio de 2011.

Essas áreas são protegidas por três parques ecológicos (Aruana, Mosqueiro e Farol do Mosqueiro) na ZEU, definidos pelo Plano Diretor como área de proteção, pelo significado relevante, no conjunto do ecossistema, e por ser o elemento da paisagem que mais chama a atenção.

Em 2004, a Prefeitura Municipal contratou uma empresa para desenvolver um estudo com o mapeamento das áreas ambientais e sua incidência sobre o espaço urbano de Aracaju, devendo ser observadas no tocante ao planejamento urbano da ZEU. O estudo reforça a presença das áreas com restrição à ocupação, como dunas, mangues e as faixas das lagoas de drenagem, devendo todos estes ser preservadas através de legislação urbanística e ambiental (Figura X.22).

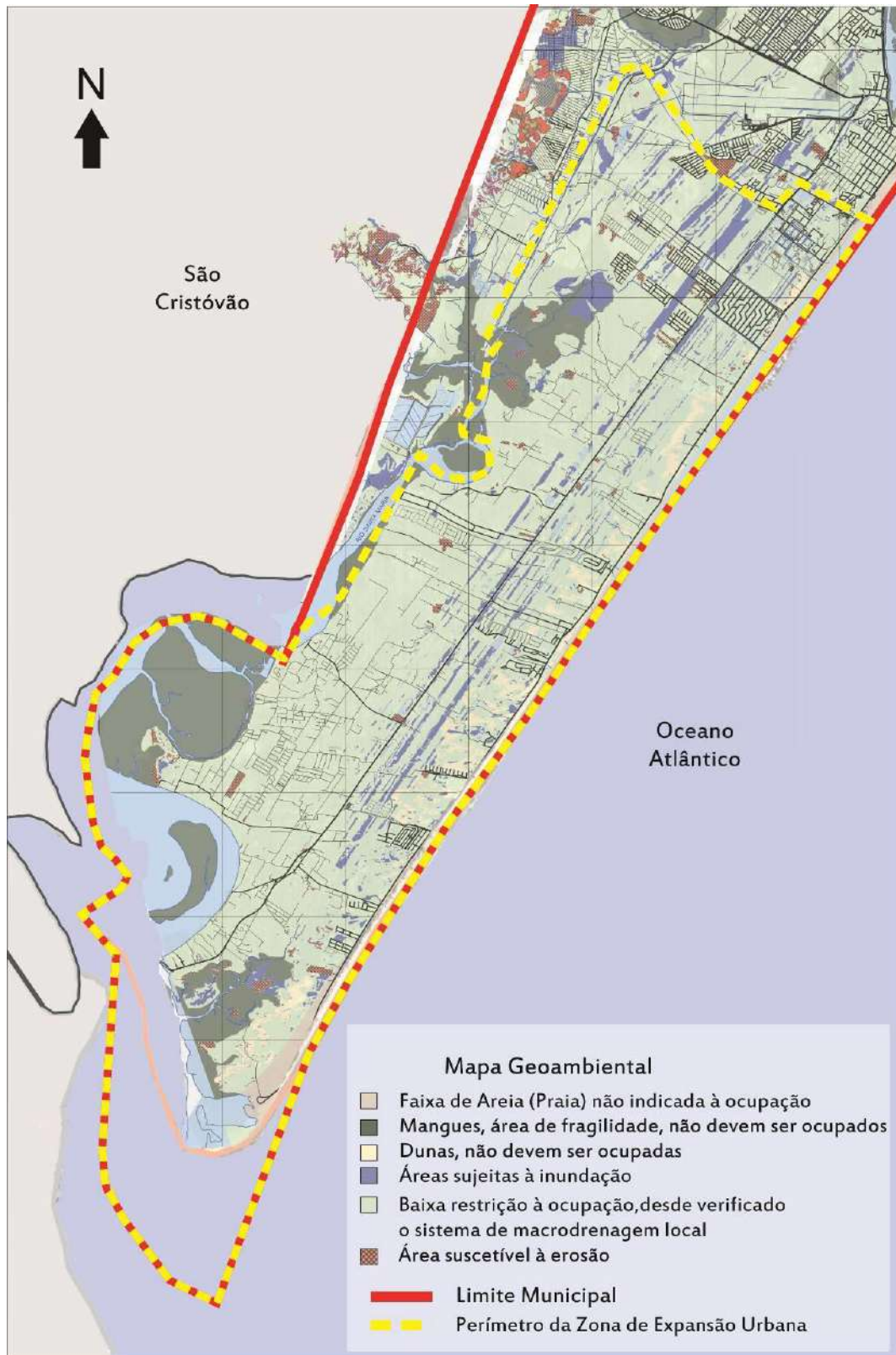


Figura X.13: Mapa Geoambiental de Aracaju. Fonte: PMA/SEPLAN, 2004. Editado por Sarah França, 2011.

Os manguezais são dispersos pela área em três pontos (Foz do Vaza Barris, curva do Vaza Barris e ao longo do canal de Santa Maria), cuja recomendação é que não seja de forma alguma ocupada, por ser extremamente frágil (preservados por Legislação Federal) (FRANÇA, 2011).

Outros elementos naturais de grande importância são as lagoas de drenagem, que evidenciam o delicado panorama ambiental e sinalizam a necessidade de planejamento, controle do uso do solo e apropriação da área, sobretudo que interfere no quesito drenagem.

Por se constituir área plana e baixa, com terrenos arenosos e presença de cordões litorâneos, entremeados de lagoas, há certa dificuldade de escoamento das águas pluviais, formando novas lagoas (Figuras 23 e 24). De maneira fortemente exacerbada, isto ocorre na ZEU, devido à baixa saturação do solo, criando áreas pantanosas e depressões encharcadas entre os cordões arenosos, que se misturam aos dejetos sanitários e invadem ruas e casas (FRANÇA, 2011).



Figura X.14: Vazios urbanos e lagoas de drenagem. **Fonte:** PMA, 2008



Figura X.15: Lagoas de drenagem. Fonte: Sarah França, maio de 2011.

Como se pode notar, o saneamento ambiental é o ponto crucial da área, o maior obstáculo para a sua ocupação. A ZEU ainda não dispõe de todo aparato de infraestrutura necessária para receber uma quantidade de empreendimentos residenciais, e proporcionar uma boa condição de vida, especialmente quanto à abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário.

d. Infraestrutura e Sistema Viário

No quesito infraestrutura a Zona de Expansão é bem deficiente. No tocante à abastecimento de água, que antes era feito através de poços, nos últimos anos sofreu a expansão da rede de abastecimento para a área, em decorrência da instalação de diversos empreendimentos habitacionais. Entretanto, *“o atendimento ainda é bastante deficitário e a população ainda capta água através de poços artesianos, cuja qualidade da água é inferior ao restante do município, por apresentar elevado teor de ferro, causando sérios problemas de saúde aos consumidores”* (FRANÇA/SEPLOG, 2014, p.170).

Quanto à coleta de esgoto sanitário, esse é, talvez, o maior dos obstáculos. É realizado em grande parte das moradias através de fossas sépticas e sumidouro ou fossa rudimentar, ambas com recolhimento individual. Isso tem comprometido a

qualidade da água do lençol freático, muito alto em todo município, além de afetar a saúde da população. De acordo com o IBGE (2010), a ZEU encontra-se na faixa de atendimento de até 12,68% dos domicílios são abastecidos de rede de esgotamento sanitário (Figura X.25).

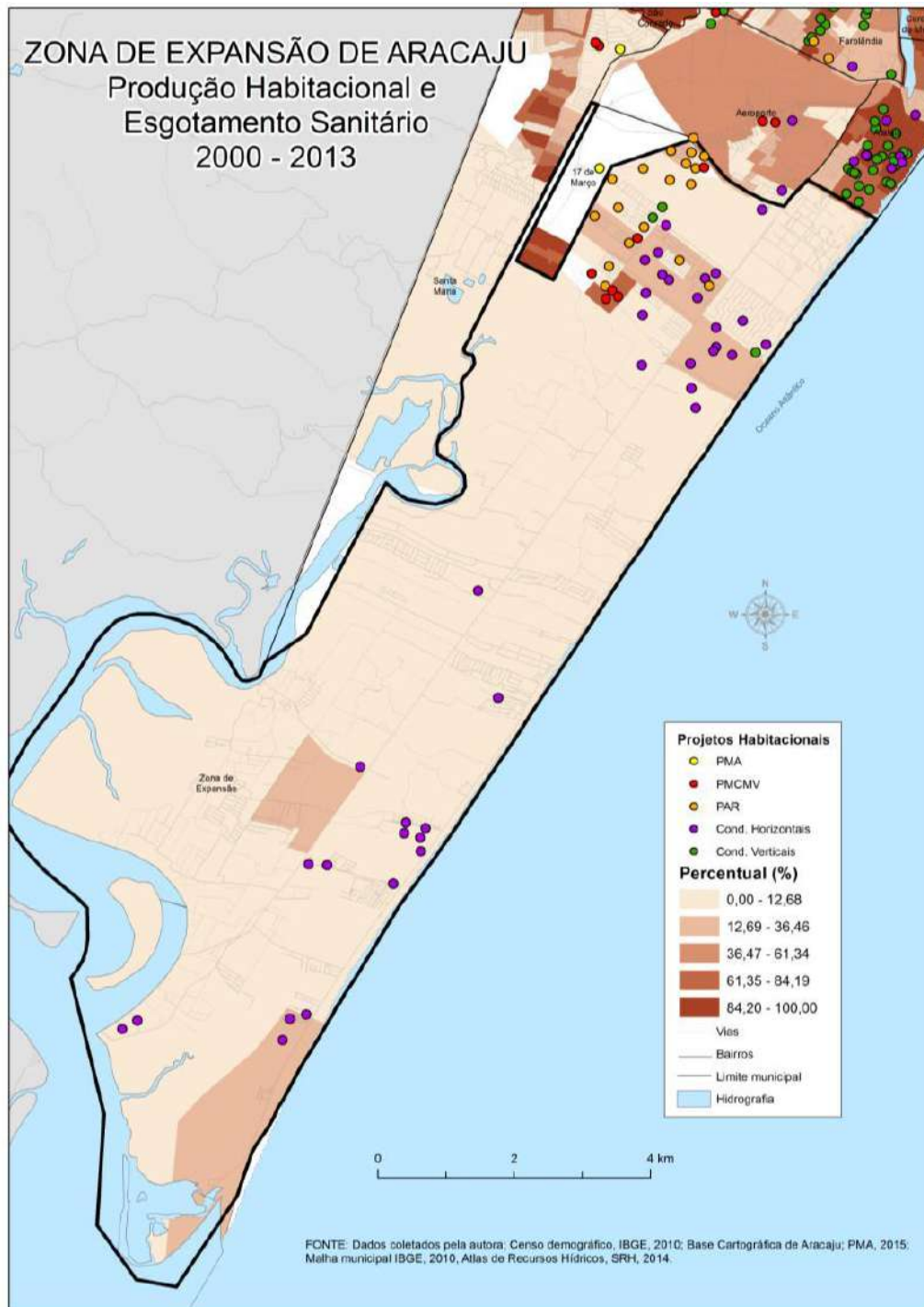


Figura X.16: Produção Habitacional e Esgotamento Sanitário. **Fonte:** Informações da PMA/EMURB, 2014, CAIXA, 2013. IBGE, 2010. Produzido por França, 2015.

Este cenário tendem a limitar “a ocupação de uma área que apresenta intensa fragilidade ambiental, em decorrência da presença de terrenos planos, baixos, arenosos” (FAPESE, 2010, p.36). Alguns poucos domicílios situados à norte da ZEU tem seu esgoto recolhido pela rede pública. Há de se convir, que “o ritmo de crescimento da cidade e o de implantação da rede são diferentes, o que certamente conduzirá a uma defasagem entre o espaço urbano e a área servida no final do período planejado” (FRANÇA, V., 1999, p.159).

Como complemento, quando o solo atinge o nível máximo de saturação da permeabilidade, a maioria dos moradores desvia o esgoto de suas casas diretamente para as ruas ou para as lagoas de drenagem. Isso acaba por gerar um risco à saúde dos próprios habitantes³, em consequência da contaminação (Figuras 26 e 27).



Figuras 17 e 18: Poluição e precariedade no esgotamento sanitário. Fonte: Karina Drummond, 2015.

³ Um boletim de análise das águas coletadas em um canal nos arredores do Conjunto Jardim Costa do Sol, solicitado à ADEMA pelo MPF/SE, apontou, em 2008, índices de 66 mil coliformes fecais por cada 100 ml, sendo que o máximo tolerado é de mil coliformes fecais por 100 ml. Ou seja, o nível máximo de tolerância está extrapolado em 6.500% e esta água hoje, por falta de drenagem, se mistura à água das chuvas e invade as residências das pessoas na Avenida Melício Machado. (Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/noticias/1125882/mpf-se-propoe-acao-para-solucionar-problemas-na-zona-de-expansao-de-aracaju>. Acesso em: 28 out.2010)



Nos cinco últimos anos, a degradação intensificada pela ação humana, através do aterramento das lagoas, somados à falta de infraestrutura, tem se refletido em sérias inundações e calamidades (Figuras 28, 29, 30 e 31). A ocupação sem a efetivação dos serviços públicos de drenagem e proteção das áreas de preservação através de intensificação da fiscalização pelos órgãos públicos, tem feito a população residente principalmente, na porção norte da ZEU sofrer consequências. Fortes chuvas têm acarretado inundações, com estragos às moradias e risco à saúde pública com manifestação de doenças contagiosas, provenientes da água contaminada pelo esgoto sanitário. Esses são alguns dos impactos da urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju.



Figura X.19: Chuvas em 2009. Fonte: www.infonet.com.br, acesso em: 28 abr. 2010



Figura X.20: Chuvas em 2010. Fonte: www.infonet.com.br, acesso em: 28 abr. 2010



Figuras X. 30 e 31: Chuvas de 2015. Fonte: Karina Drummond, 2015.

Sem dúvida, o problema de drenagem se deve, essencialmente, à ausência de uma estrutura planejada para escoamento de águas pluviais, adicionada à grande quantidade de empreendimentos imobiliários sem um mínimo de preocupação com esse sistema. Sem esquecer também, do aterramento e pavimentação de áreas inundáveis, que servem para a absorção dessas águas.

Esse processo de urbanização dispersa, desordenada e pouco criteriosa provocou sérias consequências sociais e urbanas, resultantes da descontinuidade da rede de infraestrutura, agravando os problemas sociais. (FRANÇA, 2011). Esse descompasso entre ocupação e dotação de infraestrutura tem resultado prejuízos à população, especialmente àquelas residentes nos conjuntos residenciais do PAR e do PMCMV e do Bairro 17 de Março.

No tocante à mobilidade, a ZEU está interligada ao restante da cidade através de dois eixos viários importantes, a Rodovia José Sarney e a Rodovia dos Náufragos. A recente construção da ponte Joel Silveira, sobre o Rio Vaza-Barris, que conecta Aracaju e o município de Itaporanga D´Ajuda, permitiu a integração desta às praias do litoral sul (Caueira, em Itaporanga D´Ajuda, e do Abais e Saco do Rio Real, no município de Estância), além de ter ampliado a ligação com a Linha Verde, que dá acesso aos municípios do Estado da Bahia (FRANÇA/SEPLOG, 2014).

O sistema viário da ZEU apresenta um traçado ainda irregular e demarcado pelo parcelamento fragmentado e isolado, sem integração com o entorno. As vias ainda sem pavimentação e em condições precárias, dificultam o deslocamento da população. Além disso, observa-se a deficiência dos pontos de ônibus e calçadas para pedestres, impedindo, sobretudo a mobilidade dos idosos, crianças e pessoas com necessidades especiais de locomoção (Figuras X. 32, 33, 34 e 35).



Figuras X.21 e 22: Calçadas sem acessibilidade ou ausência desta. **Fonte:** Sarah França, 2013.



Figura X. 23: Ponto de ônibus 17 de Março. Fonte: Karina Drummond, 2015.



Figura X.35: Ponto de onibus Povoado São José. Fonte: Sarah França, 2015.

Outro sério problema que a população tem clamado por soluções com relação ao transporte público, cujo sistema dispõe de poucas linhas, além da ausência de um Terminal de Integração *“para atender a população residente, ampliada significativamente na última década, em decorrência da implantação de conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial-PAR, de políticas habitacionais municipais, além dos empreendimentos privados”* (PMA/SEPLOG, 2014, p.220).

CAPÍTULO XI – ASPECTOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS



XI – ASPECTOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

A Lei nº. 42 de 2000 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, atualmente em vigor, muito embora ainda represente, mesmo que com pouca precisão o Município de Aracaju, venha apontando durante esse período de vigência uma série de irregularidades e incompatibilidades, seja em razão da nova realidade aracajuana ou da disposição do ordenamento jurídico, como será demonstrado.

Inicialmente, há uma clara falta de coordenação entre o Plano Diretor do Município e sua Lei Orgânica, o que tem impedido a aplicação correta do Plano Diretor e a urbanização planejada. Tal dissonância se inicia com a definição clássica de Coeficiente ou Índice de Aproveitamento, que é a relação entre área total construída e a área do terreno. De acordo com a Lei Orgânica é a relação entre a área total computável e a área total do lote ou gleba. Ocorre que, o Plano Diretor considera como área total computável a “soma das áreas dos cômodos das unidades autônomas de uma edificação, exceto terraços, varandas, sacadas, jardineiras, garagens e/ou estacionamento coberto”, como prescreve o art. 7º, XV do Plano Diretor, tornando inviável a aplicação do referido Coeficiente de Aproveitamento, uma vez que demasiadamente elástico.

No mesmo sentido, há clara divergência na limitação entre lote e gleba. O lote é passível de edificação e a gleba de parcelamento. O maior lote deve corresponder a uma quadra urbana, pois é a maior dimensão possível sem necessidade de divisão. No Plano Diretor consta como 40.000 m², o que corresponde a praticamente a 4 quadras, uma vez que a dimensão máxima da quadra deveria ser de 10.000 m². Ou seja, evidente a incoerência, necessitando reparos.

Não bastasse, a definição de potencial construído realizada pelo Plano Diretor não se encaixa no texto da lei uma vez que o índice utilizado foi coeficiente de aproveitamento, em evidente dissonância.

Quanto ao sistema municipal de planejamento e gestão urbana, instituído pelo Plano Diretor, até a presente data não se mostrou viável, uma vez que na Secretaria de



Planejamento existe apenas um pequeno embrião do sistema, sem técnicos em número suficiente para monitorar e propor o planejamento urbano da capital sergipana.

As questões ambientais ainda estão previstas no órgão responsável de planejamento urbano; no entanto, recentemente, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente e seu respectivo Conselho de Meio Ambiente, sendo necessário um ajuste para que os assuntos ambientais sejam direcionados ao órgão e conselho competentes.

Outrossim, há necessidade de revisão das atribuições do Conselho de Desenvolvimento Urbano, uma vez que na prática o Conselho transfere parte de suas atribuições ao poder executivo, considerando o elevado número de processos e ausência de remuneração dos membros, como prescreve a Lei Orgânica.

No mesmo sentido, os Fundos determinados na Lei Orgânica estão em desuso e se confundem, necessitando de adequação à realidade jurídica atual, em especial pela criação da Secretaria do Meio Ambiente, como já avençado.

Já os instrumentos de solo criado ou a outorga do direito de construir, apesar de constarem na Lei Orgânica, carecem de eficácia, uma vez que destoam da realidade e do ordenamento jurídico municipal. A priori, há incompatibilidade com a definição de área total computável do Plano Diretor, como já relatado. Noutro prisma, o coeficiente único de aproveitamento atualmente está determinado como 3, o que inviabiliza a aplicação da outorga onerosa. Não bastasse, a alteração do coeficiente de aproveitamento foi realizada de forma equivocada, uma vez que não observou o plebiscito previsto no art. 214, V, da Lei Orgânica, ou seja, ilegal.

Nesse diapasão, considerando a inviabilidade de aplicação da outorga onerosa, a transferência do direito de construir também fica prejudicada, pois não há para onde transferir o potencial de áreas de preservação ambiental ou de interesse cultural.

Outro instrumento com problema é o parcelamento, edificação ou utilização compulsória. A localização da aplicação do instrumento nas ZAP's e ADE's, limita a locais onde não há muita especulação imobiliária, em comparação a outros locais do município. Apesar do artigo inicial do instrumento referir-se a todas as ADE's à exceção das AIA's, quando se refere a imóveis subutilizados só são aplicados nas AEI's, uma vez que a definição



dos vazios urbanos está equivocada, conseqüentemente, a aplicação do IPTU progressivo também fica prejudicada.

As inadequações não cessam. Observa-se, também, que as edificações que abrigam cultos de qualquer religião não são consideradas como equipamentos de impacto pelo Plano Diretor, o que se mostrou irreal e defasado, considerando a quantidade de pessoas e veículos que costumam abrigar, criando tráfego, ruído e outras desarmonias urbanas.

Por outro lado, o macrozoneamento permite na realidade o adensamento de todo o território do município, dificultando o aporte de infraestrutura que deveria preceder aos empreendimentos, o que tem se mostrado inviável.

Os índices previstos para as macrozonas são altos, podendo-se afirmar que estes permitem a aplicação do mesmo modelo de edificação em qualquer local do território, inclusive na Zona de Expansão Urbana. De fato, nos moldes atuais, é permitida a mesma verticalização que na Zona Urbana, vez que o Coeficiente previsto é bastante alto, podendo chegar a 3,5. A taxa de ocupação é de 90% no térreo, e a permeabilidade do solo 5%. Na ZAP o coeficiente permitido chega a 6.

A taxa de permeabilidade é muito baixa e, geralmente, só é atendida até o fornecimento da licença, *in casu*, Habite-se. Posteriormente não são mais fiscalizadas as construções e, em regra, tais áreas são então pavimentadas, o que prejudica bastante especialmente os sistemas de drenagem e escoamento superficial, visto a fragilidade ambiental do município nesta área, causando inúmeros problemas.

Além de tais considerações, observa-se que todos os índices das zonas estão distorcidos. A título exemplificativo, existem orientações nas ZAP's em que o recuo frontal é isento, em evidente irrazoabilidade. Importa ressaltar que não se detém apenas ao Centro Histórico, onde as edificações em sua maioria são anteriores a 1966 quando ainda não existia obrigação de recuo, razão pela qual é possível conservar os imóveis.

Ademais, o recuo frontal máximo previsto é de 5.00 m independente da altura ou localização da edificação. Os demais recuos mínimos também não são compatíveis com a boa ventilação da cidade.



Já as taxas de ocupação previstas no térreo são comprovadamente muito altas: equivalentes a 90 % do lote, muito acima do ideal urbano.

Quanto as Áreas de Diretrizes Especiais, classificadas em 4 tipos: Áreas de Interesse Ambiental, Áreas de Interesse Urbanístico, Áreas de Desenvolvimento Econômico e Áreas de Interesse Social, temos a considerar:

- As AIA's serão analisadas no capítulo "do meio ambiente";
- As ADES que têm como função estimular o crescimento e a diversificação de atividades econômicas e de serviços têm a previsão do menor coeficiente de aproveitamento traduzindo-se assim como área de involução urbana;
- As AEIS deveriam promover o aumento da oferta e disponibilidade do solo urbano para habitação de interesse social, o que de fato não ocorre, pois as áreas assim caracterizadas, ou já se encontram ocupadas ou se constituem em área de preservação ambiental. A maioria daquelas desocupadas foi alvo de projetos diversos por seus proprietários;
- Quanto as AIU's deve-se ressaltar que a AIU 1 prevê os mesmos parâmetros para toda faixa de praia, sendo que a faixa da Atalaia tem caracterização diferente da porção sul, o que induz a necessidade de revisão do instrumento.

A lei atual ainda prevê diversos usos para a faixa de recuo frontal, destacando-se a redação que dá margem ao entendimento de utilização quase total do recuo, sem precisar obedecer nem ao menos os 20% ou o limite de 50,00m² de ocupação dos mesmos. Não suficiente, o artigo 271 do Plano Diretor prevê uma faixa de preservação de 20.00 m a partir da Rodovia dos Náufragos e da José Sarney quando esta dimensão deveria ser de 25.00 m, em patente equívoco.

Noutro ponto, quanto ao parcelamento do solo, observa-se a previsão de arruamento no Plano Diretor, que não está elencado na Lei nº 6.766 de 1979 que disciplina sobre o parcelamento do solo, o que tem causado um imbróglio legislativo, possibilitando interpretações incompatíveis com a norma federal, vez que comumente confundido com loteamento.



Nesse sentido, observa-se, claramente, uma incompatibilidade normativa em uma relevantíssima disposição urbana: o parcelamento do solo. Não bastasse tais restrições, as dimensões previstas para os lotes a serem construídos na Zona de Expansão Urbana não são razoáveis, considerados pequenos e incompatíveis, merecendo uma nova avaliação em face do hodierno contexto socioeconômico.

A desarmonia do Plano Diretor de Aracaju com a legislação federal, por mais que problemática, não é o maior empecilho para uma bem-sucedida urbanização do Município. Isso porque, muito mais grave e alarmante é a situação da legislação municipal, em especial anteriormente à publicação da Lei nº 132 de 2014, pois que constituída sobre um aparato normativo assustadoramente defasado e mal redigido, que assegurou uma desordem legislativa; ressaltando, em especial, os Códigos de Obras e o Código de Urbanismo, ambos publicados em 1966, com relevante valor para a urbanização da cidade, mas com base em uma realidade municipal e técnica bem diferentes.

Nesse sentido, anteriormente à vigência da lei nº. 132 de 2014, o imbróglio legislativo permitiu aprovações em contramão às diretrizes do Plano Diretor do Município de Aracaju, possibilitando interpretações equivocadas e desarmônicas, o que pretende ser rechaçado com a revisão do Plano Diretor.

Mesmo que a Lei nº. 132 de 2014 tenha surgido com o intuito de interromper essas sucessões de falhas legislativas, como repristinação de Decretos e resoluções por Lei, além de outras teratologias, a referida Lei é polêmica e está sendo discutida em Ação Judicial em trâmite na Vara Federal da Seção Judiciária de Aracaju/SE.

A referida ação se originou em razão da inexistência de audiência pública no trâmite legislativo, exigência supostamente enquadrada no Estatuto da Cidade, fragilizando o único suporte e principal regulamento urbanístico da cidade, que, se declarado inconstitucional, ocasionará o retorno do emaranhando de leis que há muito tempo regulamentou, de forma desordenada e ilegal, o Município de Aracaju

A legislação pretérita à publicação da Lei nº 132 de 2014, reuniu uma série de leis esparsas e em contextos sociais e econômicos diferentes, que, em regra, divergiam ou não se complementavam. Observando a desarmonia destas leis com o Código de Obras (Lei nº 19



de 1966) e o Código de Urbanismo (Lei nº 13 de 1966), foram promulgadas as Leis nº. 043 e 044 de 2000, que seriam os novos Código de Obras e o Código de Urbanismo, respectivamente. Essas leis foram aprovadas e revogaram todas as normas anteriores, regulamentando e complementando o Plano diretor do Município (Lei nº 42 de 2000), inclusive revogando as Leis nº. 13 e 19 de 1966. No entanto, muito embora as leis possuísem a designação de Lei Complementar, não tinham o quórum legal, por isso foram revogadas pela Lei nº. 058 de 2002.

Ao contínuo, a Lei Complementar nº. 062 de 2003 foi criada com o fim de repristinar uma série de leis revogadas pelas Leis nº 43 e 44 de 2000, convalidando, em parte, a legislação anterior, com especial retorno da Lei nº 13 de 1966 (Código de Obras) e a Lei nº. 19 de 1966 (Código de Urbanismo). Dessa forma, houve repristinação de Leis, Decretos e Resoluções, inclusive a base para os Edifícios Multifamiliares, alicerçada em alguns dos dispositivos normativos repristinados, quais sejam: Lei 466/76, Resolução 038/97 e Decreto 154/99. Essa legislação basicamente definiu o gabarito até a vigência da Lei nº 132 de 2014, que manteve o gabarito previsto nas leis

O Município de Aracaju, ciente dessa desordem legislativa, confeccionou a Lei nº 132 de 2014, que reuniu diversos diplomas legais e outras formulações do Conselho de Desenvolvimento Urbano utilizadas com sucesso, mas que não constavam em leis. Nesse sentido, foi revogada boa parte da legislação municipal, procurando estabelecer uma convergência entre o Plano Diretor e o Código de Obras (Lei nº 13 de 1966) e o Código de Urbanismo (Lei nº 19 de 1966) vigentes.

No entanto, ainda assim, mesmo considerando a Lei nº. 132 de 2014, há claras distorções entre o Plano Diretor do Município (Lei nº 42 de 2000) e os Códigos de Obras e o de Urbanismo. A título exemplificativo, cita-se a disposição sobre o uso do solo, que, segundo a diretriz do Plano Diretor do Município, mais atual, é possível a convivência harmônica, restando àqueles que provocarem incômodo medidas especiais, o que está em sentido diametralmente oposto ao Código de Obras e o de Urbanismo.

O Plano Diretor não só entra em conflito com normas legais, como também deixou de regulamentar questões essenciais à ordem econômica, como no título de infrações e



penalidades, que deveriam ser regulamentadas em lei específica, ao contrário das disposições genéricas e inaplicáveis encontradas no Plano Diretor.

No mesmo sentido, disposições gerais e transitórias possuem prazos não cumpridos, como por exemplo a revisão da Planta de Valores que deveria se realizar a cada 4 anos, além da criação de Grupos de trabalho com o objetivo de gerenciar melhor as redes de infraestrutura e aprofundar os estudos da Zona de Expansão Urbana do Município, que não teve resultado.

Ou seja, há uma série de distorções e incompatibilidades no Plano Diretor do Município de Aracaju, que resultam de um sistema autoaplicável, com muito detalhamento e poucas diretrizes, na contramão do que é esperado pelo Estatuto das Cidades. Isso porque, o Estatuto da Cidade, através do Ministério das Cidades, tem buscado apoiar os Municípios na elaboração de planos diretores participativos, adotando temas propriamente urbanísticos, como zoneamento, gestão do uso do solo, sistema viário, habitação e patrimônio histórico.

No que diz respeito à operacionalidade, o referido Estatuto propõe que os planos diretores se limitem a estabelecer diretrizes, deixando a ordenação territorial propriamente dita para um detalhamento posterior. Nesse aspecto, bem se manifesta Santos e Montandon, responsáveis pela síntese do processo de avaliação dos planos diretores promovida pelo Ministério das Cidades, abaixo:

“A pesquisa evidenciou uma generalizada inadequação da regulamentação dos instrumentos nos Plano Diretores no que se refere à autoaplicabilidade ou efetividade dos mesmos, principalmente no caso dos instrumentos relacionados à indução do desenvolvimento urbano. Tal inadequação gera uma insuficiência no que se refere à definição de conceitos e parâmetros urbanísticos, à demarcação dos instrumentos no território e à definição de prazos para implementação e operacionalização de procedimentos administrativos entre outros aspectos. Mesmo que alguns instrumentos requeiram regulamentação específica ou que suponham detalhamento de seu modo de operar em regulamento próprio, aquilo que cabe ao Plano Diretor definir, especialmente a incidência dos instrumentos no território, de modo geral está precariamente disposto nos Plano Diretores”

Não só o Estatuto da Cidade trouxe novas prerrogativas, há uma série de legislações federais que não mais coadunam com o Plano Diretor vigente, tais como a Lei de Regularização Fundiária, de recursos hídricos e saneamento básico, proteção da vegetação



nativa, mobilidade e trânsito, proteção do patrimônio cultural e o Código brasileiro de Aeronáutica.

Ante o exposto, a revisão do Plano Diretor faz-se necessária, com o fim de adequar ao contexto socioeconômico moderno, bem como o ordenamento jurídico em vigor, já que foi em grande parte renovado. Além de considerar as novas problemáticas urbanas que surgiram após uma maturação das cidades e que precisam ser ajustadas no Plano Diretor.



CAPÍTULO XII – INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS



SUMÁRIO

XII – INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS	Erro! Indicador não definido.
a. IPTU Progressivo no tempo	7
b. Outorga Onerosa	26



XII – INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

O município de Aracaju cresceu muito num curto espaço de tempo, dando à sua configuração urbana uma dinâmica que merece um olhar mais aprofundado sobre a mesma. Assim como é comum em outras cidades, ela apresenta uma série de embates especialmente no tocante ao uso e ocupação do solo, sendo um dos seus principais desafios a solução da problemática dos vazios urbanos existentes na malha municipal.

A existência de tais imóveis ocasiona um crescimento muitas vezes desnecessário e desigual em diversas áreas da cidade, o que acaba por contribuir com a elevação dos investimentos e até mesmo com a subutilização da infraestrutura urbana, induzindo ainda ao aumento da especulação imobiliária, que normalmente promove a existência deste tipo de imóvel nos municípios (NERI, 2010).

Para tentar sanar este e demais problemas relacionados ao uso do solo, o Estatuto das Cidades – Lei 10.257/01 - (Brasil, 2001) trás uma série de instrumentos para a promoção da justiça social e garantia do direito à cidade e a cidadania, para serem utilizados pelos municípios como ferramenta no combate à especulação imobiliária, dentre os quais destacam-se aqui dois deles: o **IPTU progressivo no tempo** e a **Outorga onerosa**.

Deste modo, tais instrumentos estão diretamente ligados aos vazios urbanos uma vez que sua existência em áreas infraestruturadas é o que melhor representa a especulação imobiliária combatida por eles quando implementados pelos municípios. Sabe-se que quanto maior a quantidade de vazios existentes numa cidade menos esta cumpre sua função social, daí mais uma vez a importância da adoção de tais ferramentas na solução deste quadro.

Os imóveis denominados de **vazios urbanos** apresentam-se sobre três formas: **baldios (vazios)**, que não possuem nenhum tipo de construção, **subutilizados**, que possuem área construída inferior a mínima estabelecida pelo Plano Diretor e os **não utilizados (desativados)**, que são aqueles que possuem edificação, mas se encontram fechados ou desativados, como também são conhecidos nesta categoria.

Assim é preciso compreender a realidade municipal em que Aracaju se encontra. Seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU – vigente foi instituído através da Lei Complementar nº. 42 de 2000. Entre suas definições ele estabelece o macrozoneamento do município em três macrozonas, assim definidas de acordo com a capacidade de infraestrutura instalada (figura XII.1). São elas:

- **Zona de Adensamento Prioritário (ZAP)**, correspondente a uma pequena área da municipalidade equivalente à sua porção inicial, completamente ocupada e urbanizada;
- **Zona de Adensamento Básico (ZAB)**, correspondente a uma maior área da cidade, ainda não totalmente ocupada, mas considerada urbanizada;
- **Zona de Adensamento Restrito (ZAR)**, correspondente a uma boa parte do território e a chamada Zona de Expansão Urbana, onde não é permitido um maior adensamento no local em virtude da inexistência e/ou da fragilidade de infraestrutura bem como demais problemas.

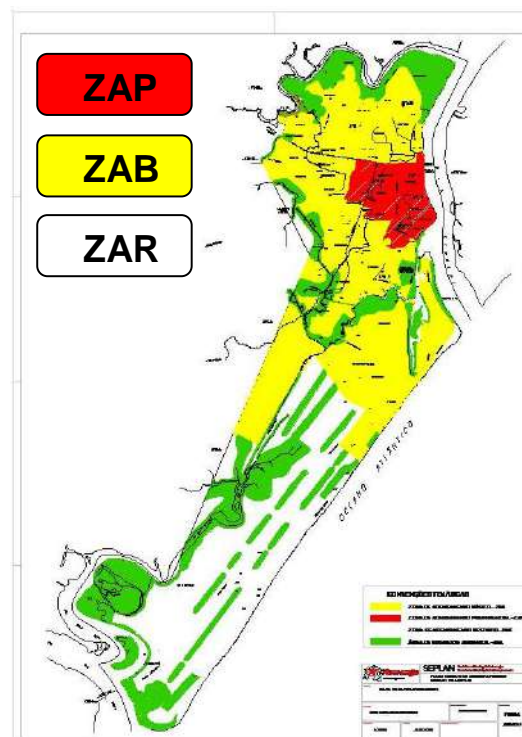


Figura XII.1 - Macrozoneamento de Aracaju, segundo o PDDU 2000.

Fonte: ARACAJU, 2000.

A ZAP e a ZAB equivalem assim à malha urbanizada da cidade enquanto que a ZAR é uma zona com maiores restrições quanto a sua utilização. Neste sentido, para efeitos de análise dos vazios urbanos, somente serão consideradas a ZAP e a ZAB.

Além de tais definições, o PDDU institui ainda Área de Diretrizes Especiais – ADES - que, como a nomenclatura sugere, possui destinação específica bem como normas próprias para uso e ocupação do solo, sobrepondo-se ao macrozoneamento municipal, sendo classificadas em: Área Especiais de Interesse Social – AEIS -, Áreas de Interesse Ambiental – AIA -, Áreas de Interesse Urbanístico – AIU – e Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEN`s - (figura XII.2) (ARACAJU,2000).

- **AEIS:** são destinadas à produção e regularização de habitações de interesse social e assentamentos espontâneos bem como reserva de área para assentamento da população de baixa renda do município;
- **AIA:** são voltadas à preservação e proteção do meio ambiente;
- **AIU:** são frações do território do município que são marcos de referência tanto para a memória quanto para a dinâmica da cidade.
- **ADEN`s:** são aquelas em que o crescimento e a diversificação das atividades econômicas e de serviço serão estimulados.

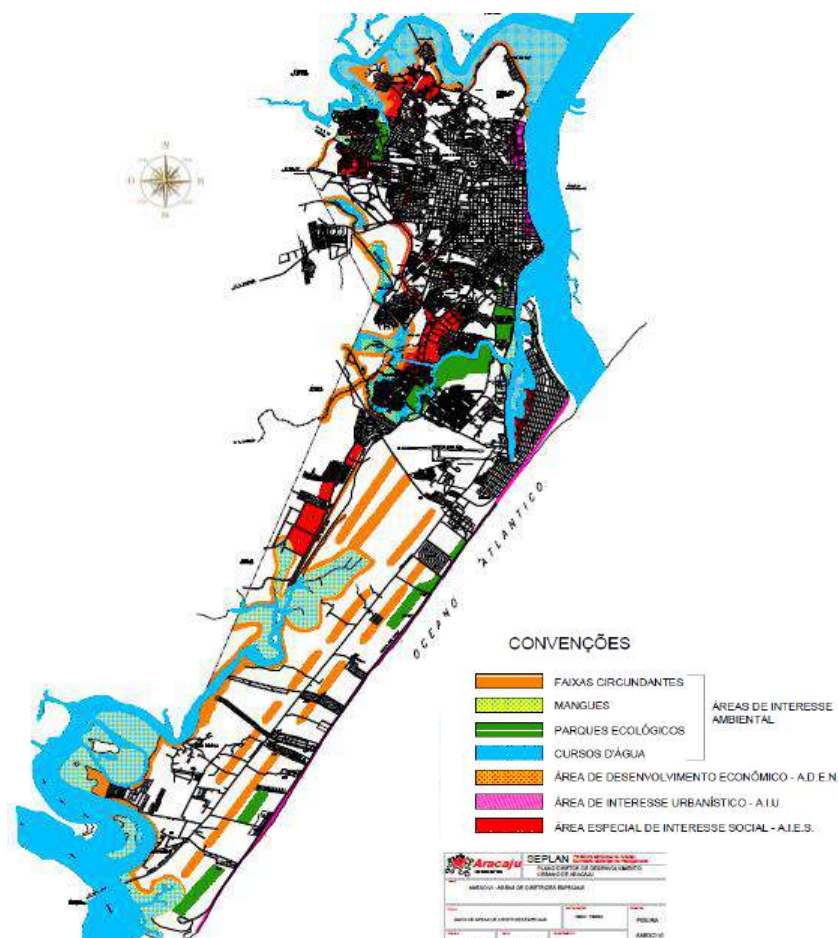
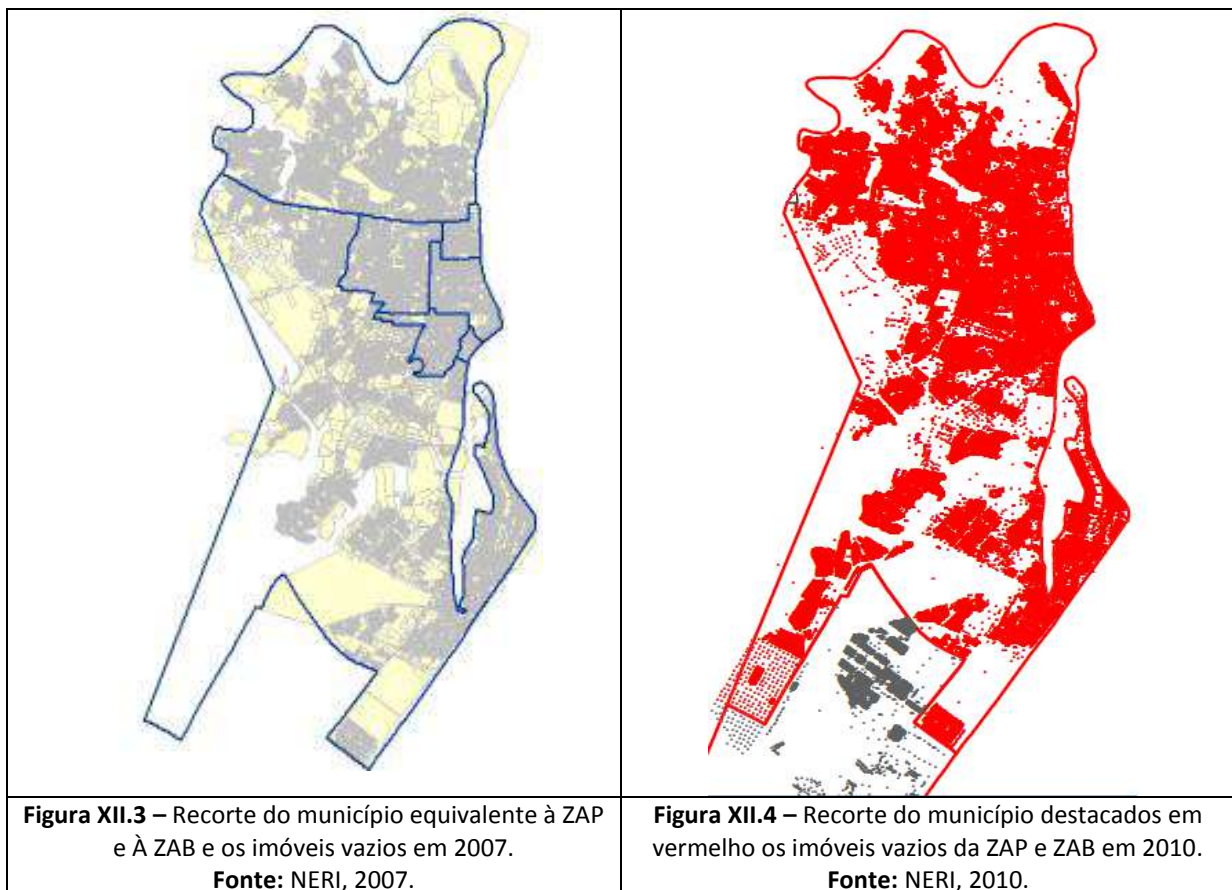


Figura XII.2 – Área de Diretrizes Especiais de Aracaju, segundo o PDDU 2000.

Fonte: ARACAJU, 2000.

Neri realizou em 2007 e em 2010 duas pesquisas sobre os vazios urbanos existentes no município: na primeira, Aracaju possuía um total de 156.290 lotes cadastrados, que, excluía a Zona de Adensamento Restrito e os lotes pertencentes ao poder público, restavam um total de 97.867 lotes a serem trabalhados adotando-se o recorte da ZAP e ZAB, equivalente a 62% dos imóveis cadastrados no município (figura XII.3); já na segunda, o número total de lotes cadastrados aumentou para 200.080 imóveis, sendo identificados no recorte da ZAP e ZAB um total de 149.754 imóveis, ou seja, equivalente a quase 75% do total de imóveis cadastrados em Aracaju (figura XII.4).



Através das figuras acima, pode-se observar que a mancha que representa os imóveis vazios praticamente aumentou sua presença na porção da ZAB, localizando-se mais em direção ao sul do município onde atualmente encontra-se o Bairro Santa Maria, aproximando-se da ZAR.



a. IPTU Progressivo no tempo

A Constituição Federal de 1988 institui diretrizes e princípios gerais para o ordenamento do território como um todo. Ela estabelece em seu Art.182 que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade bem como assegurar o bem-estar de seus habitantes, e que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico desta política.

Tanto a CF/88 quanto o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01 – que veio para regulamentar o Art. 182 e o Art.183 da lei maior, determinam que o Poder Público municipal exija em seu plano diretor e nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de aplicação dos seguintes instrumentos: **parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública**. Todos estes são instrumentos que podem ser utilizados pela lei municipal para induzir o proprietário a realizar a devida ocupação dos vazios urbanos existentes no município a fim de evitar a ociosidade dos mesmos e sua consequente especulação imobiliária.

O **Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios** é um instrumento através do qual o Plano Diretor de um município determina, por meio de notificação, ao proprietário do vazio urbano que parcele, edifique ou utilize o imóvel nesta situação, com a fixação das condições e prazos para implementação da referida obrigação assim como a definição do que é considerado terreno Não Utilizado, Subutilizado ou Não Utilizado, ou seja, do que é vazio urbano para o município.

Em se descumprindo as condições e prazos estabelecidos para o instrumento acima, aplica-se então o **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo**, que é uma sanção ao proprietário que não destinou sua propriedade a uma função social. Ele consiste na aplicação de uma taxa calculada segundo o valor de venda a vista do imóvel a ser cobrada a seu proprietário. É importante observar que sua principal finalidade não é a arrecadação para o município, mas sim obrigar o proprietário a



cumprir com as obrigações previstas no plano diretor, de parcelar ou edificar, possibilitando o uso da propriedade urbana a favor do bem coletivo.

Cabe ressaltar também que o IPTU progressivo no tempo é diferente do IPTU fiscal, conforme Quadro XII.1 a seguir:

Quadro XII.1 – Diferença entre IPTU Fiscal e IPTU progressivo no tempo

IPTU FISCAL	IPTU PROGRESSIVO
<ul style="list-style-type: none">▪ Tributo do tipo imposto, consagrado no mundo todo.▪ Avaliação a partir do nível de arrecadação.▪ O fato gerador: a propriedade dos imóveis em áreas com infraestrutura urbana.▪ Aplicação dos recursos = decidido pelo administrador municipal.▪ Progressividade do IPTU – a partir de 88 (Art 156, CF) = alíquotas diferenciadas, em função da localização e do uso do imóvel	<ul style="list-style-type: none">▪ Instrumento da política urbana, (EC, art. 7º). Nº muito reduzido de experiências.▪ Avaliação pela redução da arrecadação.▪ O fato gerador: a manutenção de imóveis ociosos em áreas urbanizadas.▪ Os recursos aplicados para alcançar as transformações sociais previstas no Plano Diretor.▪ Aumento progressivo do valor da alíquota do IPTU, caso seu proprietário não lhe dê a utilização conforme o previsto no Plano Diretor.

Fonte: Neri, 2007.

Após os cinco anos decorridos da cobrança do IPTU progressivo sem o cumprimento devido do Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios, o Poder Público Municipal pode fazer a desapropriação do imóvel através do instrumento da **Desapropriação com Pagamento em Títulos**. Esta, por sua vez, deverá ser feita através de pagamento em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até 10 anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os devidos juros, devendo esse valor ser corresponde à base de cálculo para o IPTU, descontado o montante decorrente dos investimentos públicos na área do imóvel e sem serem computadas as expectativas de ganho, lucros cessantes e juros compensatórios.

Neste sentido, a luz do PDDU de Aracaju, este estabelece que a utilização do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios será possível para todos os vazios urbanos, localizados nas ZAP`s ou nas ADES - a exceção das AIA -, não se aplicando a terrenos de até 600,00 m2 cujos proprietários não possuam outro imóvel tampouco em imóveis sujeitos a legislação urbanística com restrições o seu aproveitamento. A partir da identificação de tais imóveis o Poder Público Municipal deve notificar o proprietário do



imóvel em situação de vazio urbano para que este faça sua devida utilização, parcelamento ou edificação, quando couber, no prazo de 2 (dois) anos para as ZAP's e 5 (cinco) anos para as ADES.

Findo tal prazo, serão aplicadas as alíquotas progressivas para cobrança do IPTU, num prazo de 5 (cinco) anos e se ultrapassado o prazo da notificação da exigência do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, caberá ao município efetuar a desapropriação do imóvel, ou proceder com requisição urbanística mediante autorização legislativa. Ainda de acordo com o PDDU, existe a possibilidade do proprietário que fora assim notificado, poder propor de imediato um Consórcio Imobiliário com o município.

Em relação ao IPTU progressivo no tempo, o Plano Diretor de Aracaju condiciona sua aplicação aos imóveis passíveis de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, estabelecendo que as alíquotas progressivas a serem utilizadas na cobrança sejam de 5%, 6%, 7%, 8% e 10% no primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto ano respectivamente, não excedendo o valor de 15% e sem quaisquer benefícios de redução do IPTU, quando na aplicação de tais alíquotas. As diretrizes e parâmetros para aplicação do IPTU Progressivo em Aracaju encontram-se no capítulo III e IV do Título IV do PDDU, nos Art. 95 a Art.107, e foram acima descritas.

Este, segundo Neri (2010, p.47) a aplicação do IPTU progressivo no tempo:

“[...] permite aos municípios aumentar, progressivamente, o valor da alíquota do IPTU de um imóvel, caso seu proprietário não lhe dê a utilização conforme o previsto no Plano Diretor. A progressividade temporal do IPTU é, portanto, uma penalização imposta ao proprietário do imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, portanto nos imóveis considerados vazios urbanos, quando este negar-se a dar a tal imóvel um adequado aproveitamento, de acordo com o estabelecido no Plano Diretor”.

Ainda de acordo com Neri (2010), ao se aplicar o IPTU progressivo os proprietários com intenções especulativas terão duas opções a seguir: efetuar o pagamento de uma onerosa contrapartida ao Poder Público ou vender o imóvel e interromper com o processo especulativo deste. Neste sentido, a autora afirma que tal ferramenta torna-se um dos importantes instrumentos de combate à especulação imobiliária uma vez que promove a ocupação e a utilização do solo urbano, atuando como “desencorajador” dos proprietários de vazios urbanos, exigindo ao mesmo tempo novos investimentos públicos em serviços e equipamentos urbanos.



Sua aplicação quanto aos vazios urbanos existentes, nas pesquisas de Neri (2007 e 2010) mostram alguns cenários interessantes sobre a capital aracajuana. Entre as classificações dos imóveis em situação de vazios urbanos tem-se algumas observações sobre o quadro atual da cidade que serão apresentadas a seguir.

Antes, no entanto é preciso compreender a caracterização dos vazios urbanos existentes no município conforme estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. São eles:

- **Vazios:** aplicação limitada à localização (localizados nas ZAP e ADES à exceção das AIAS); à dimensão mínima do terreno (até 600,00 m²) e ao fato de proprietários não possuírem outros imóveis ou daqueles em que haja algum impedimento legal;
- **Não utilizados:** vinculado apenas ao mesmo parâmetro de localização da modalidade dos vazios;
- **Subutilizados:** além do vínculo de localização a lei exclui aqueles que não se destinem à habitação ou templo religioso e não atendam aos seguintes parâmetros mínimos:
 - ZAP's com coeficiente de aproveitamento 0,5;
 - AEIS com coeficiente de aproveitamento igual a 0,2.

Imóveis Baldios (Vazios)

No recorte adotado (ZAP e ZAB), Neri (2007) identificou um total de 10.064 lotes baldios (Figura XII.5), dos quais 1.182 são maiores que 600,00 m² (Figura XII.4), sendo um total de 108 destes localizados na ZAP's e 63 nas ADES. Destes últimos, encontram-se nas AEIS 27 lotes, (excluída a área do Bairro Santa Maria, em virtude da ausência de dados cadastrais), nas ADEN's 25 lotes e nas AIU's 11 lotes.

Dentro da primeira categoria de imóveis baldios, ou seja, com localização nas ZAP's e ADES conforme acima descrito, a autora cita o valor encontrado de 171 lotes acima de 600m² nestas localidades. Já quanto à segunda categoria, isto é, imóveis baldios existentes nas ZAP e ADES, acima de 600,00 m², cujos proprietários possuem mais do que 1 imóvel,



tem-se a seguinte situação: a) 47 localizam-se na ZAP's, dos quais 28 pertencem ao Ministério do Exército e 2 da Associação Aracajuana de Beneficência, totalizando um número final dos lotes nas ZAP's de 17 imóveis (Figura XII.6), sendo 7 de construtoras; b) 26 localizam-se na ADE's, sendo nas AIU e nas AEIS, 6 e 7 lotes respectivamente, e nas ADEN's 13 lotes, estando estes reduzidos a 6, uma vez que 7 deles pertencem à CODISE, totalizando por fim nas duas áreas desta categoria um total de 19 imóveis (Figura XII.8).

Como resultado das duas classificações de imóveis baldios existentes nas ZAP's e ADES, acima de 600,00 m², cujos proprietários possuem mais do que 1 imóvel tem-se um total de 36 imóveis baldios sujeitos à IPTU Progressivo em Aracaju (Figura XII.7). Abaixo Quadro XII.2 contendo a síntese do que foi acima descrito.

Quadro XII.2 – Imóveis baldios, de acordo com o PDDU vigente, e sujeito ao IPTU progressivo no tempo.

<u>Tipo de imóveis</u>	<u>Nº de imóveis selecionados</u>
<u>Imóveis baldios (total)</u>	10.064
<u>Imóveis baldios com área superior a 600,00 m², localizados nas ZAP's e ZAB's</u>	1.182
<u>Imóveis baldios com área superior a 600,00 m², localizados nas ZAP's</u>	108
<u>Imóveis baldios com área superior a 600,00 m², localizados nas ADE's</u>	63, sendo AEIS - 27 lotes, (excluída a do Bairro Santa Maria, por falta de dados cadastrais). ADEN's 25 lotes AIU's 11 lotes
<u>Total da ZAP e ADES, acima de 600,00 m²</u>	171
<u>Imóveis baldios localizados nas ZAP's com área superior a 600,00 m², cujos proprietários possuam mais do que 1 imóvel Utilização do banco de dados no programa EXCEL.</u>	47 (28 do Ministério do Exército e 2 da Associação Aracajuana de Beneficência= número final dos lotes nas ZAP's = 17 imóveis. (7 de construtoras)
<u>Imóveis baldios localizados nas ADE's com área superior a 600,00 m², cujos proprietários possuam mais do que 1 imóvel Utilização do banco de dados no programa EXCEL.</u>	26 AIU - 6, AEIS - 7 e ADEN's – 13 (analisada a propriedade, reduzidos a 6, uma vez que 7 deles pertencem à CODISE) = 19 imóveis.
<u>Total de imóveis baldios existentes nas ZAP e ADES, acima de 600,00 m², cujos proprietários possuem mais do que 1 imóvel</u>	36 imóveis baldios sujeitos à IPTU Progressivo em Aracaju

Fonte: Neri, 2007.

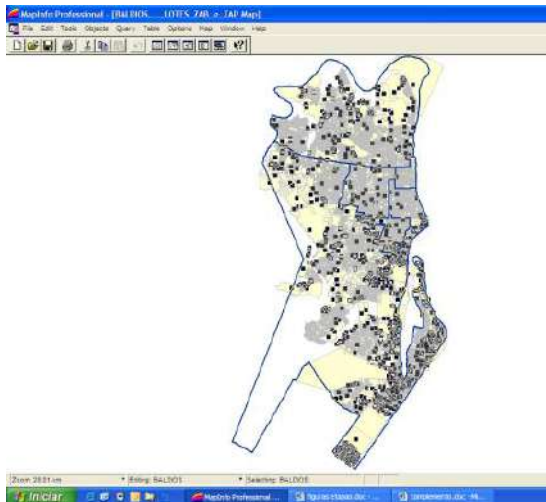


Figura XII.5 – Imagem dos imóveis baldios acima de 600,00 m² em Aracaju (ZAP E ZAB).
Fonte: Neri, 2007.

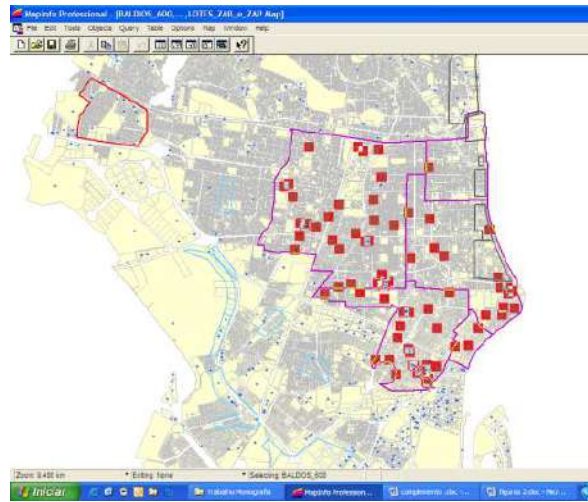


Figura XII.6 – Seleção dos imóveis baldios acima de 600,00 m² na ZAP.
Fonte: Neri, 2007.

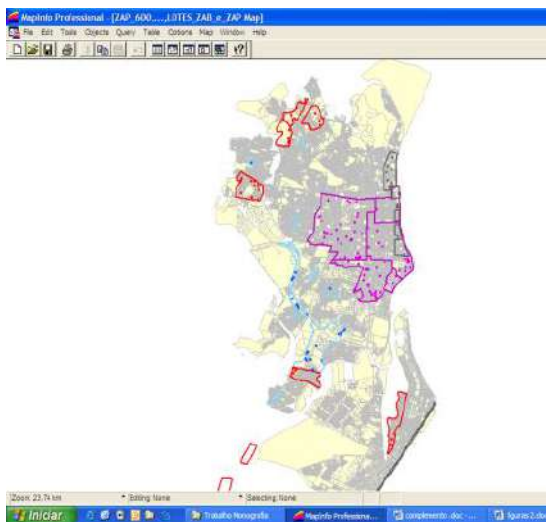


Figura XII.7 – Seleção total dos imóveis baldios acima de 600,00 m² nas ADES e nas ZAP's.
Fonte: Neri, 2007.

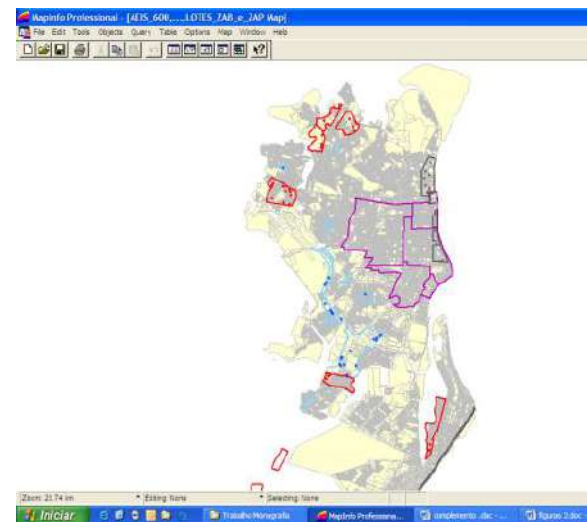


Figura XII.8 – Seleção dos imóveis baldios acima de 600,00 m² nas ADES.
Fonte: Neri, 2007.

Vê-se nas figuras acima que a maior quantidade dos imóveis baldios está localizada na porção referente à ZAB, mais especificamente na ZAB-2 ainda que esta não esteja contemplada em lei, indicando e corroborando concomitantemente com a intensa especulação imobiliária existente nesta zona. Observa-se que as maiores concentrações estão localizadas nos bairros Coroa do Meio, Atalaia, loteamento Aruana, Jardins e Loteamento Garcia, locais de alto interesse especulativo (Figura XII.9).

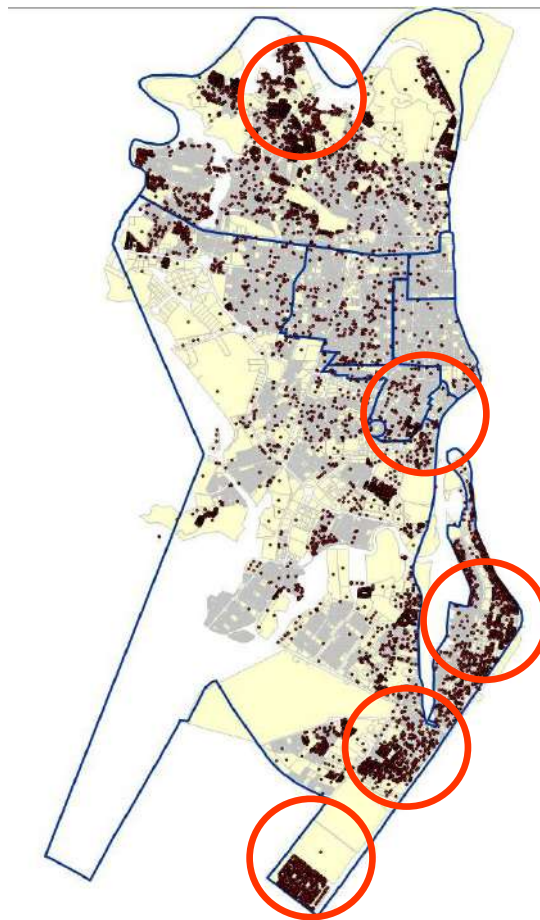


Figura XII.9 – Imóveis baldios em Aracaju, à exceção da ZAR.
Fonte: Neri, 2007.

Neri (2007) salientou que o maior problema para aplicação do IPTU progressivo neste cenário se dava a localização de tais imóveis vazios na ZAB-2, prejudicando a aplicação deste instrumento e ocasionando uma grande redução do nº de lotes onde há muitos vazios urbanos. Observa-se que esta grande redução do número de unidades passíveis de IPTU Progressivo se deve a limitação do nº de imóveis por proprietário, devendo ser melhor estudadas outras variáveis que possam caracterizar os vazios urbanos, tais como: renda do proprietário, medidas de testadas do lote, relação entre comprimento e a largura deste, etc.

Em sua pesquisa de 2010, Neri realizou novo levantamento da situação de tais imóveis no município aracajuano. A realidade no recorte, passados 3 anos da primeira pesquisa, revelou um aumento da quantidade de imóveis baldios na ZAP e ZAB; foram identificados um total de 13.545 imóveis nestas zonas (Quadro XII.3), equivalendo ao acréscimo de 3.481 lotes, que divididos pela quantidade de anos que separam os

levantamentos da autora, dão cerca de 1.160 imóveis por cada ano. Do número total acrescido, 591 lotes encontram-se na ZAP e 12.954 na ZAB, demonstrando que ainda permanece uma maior concentração nesta última zona, ou seja, 95% dos imóveis baldios situados na malha urbanizada referente ao recorte, estão localizados na ZAB.

Quadro XII.3 – Síntese imóveis baldios, de acordo com o PDDU vigente, segundo Neri (2010).

ZONA	Nº de imóveis	% de imóveis do total	% de área do total
ZAP	591	4,36	8,05
ZAB	12.954	95,64	91,95
Total	13.545	100	100

Fonte: Neri, 2010.

Atualmente através do CADIM – Cadastro Imobiliário – da Prefeitura Municipal de Aracaju, dados de 2014, observou-se um pequeno aumento em relação ao número total dos imóveis vazios na malha urbanizada em 2007 - de 10.064 lotes em 2007 para 10.890 (Figura XII.10) até o ano passado -, mas que quando comparado a 2010, indica redução de 13.545 em 2010 lotes para 10.890 em 2014.

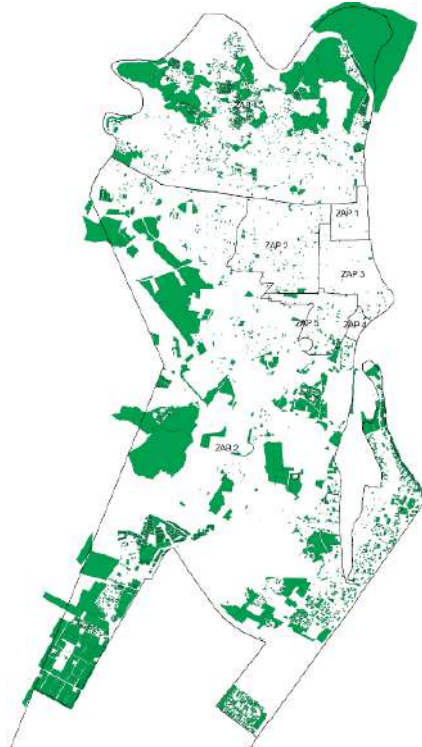


Figura XII.10 – Imagem dos imóveis baldios em Aracaju (ZAP E ZAB) em 2014.
Fonte: CADIM, 2014.

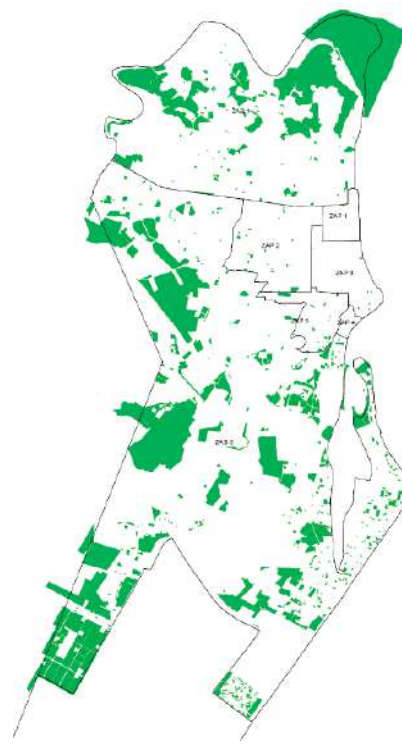


Figura XII.11 – Imagem dos imóveis baldios acima de 600,00 m² em Aracaju (ZAP E ZAB).
Fonte: CADIM, 2014.

Pode-se observar nas figuras acima que atualmente ainda há uma maior predominância de vazios urbanos na ZAB, situados mais na parte norte, oeste e sul do município.



Figura XII.12 - Seleção total dos imóveis baldios nas ZAB's e ADES, com proprietários com mais de um terreno acima de 600 m²

Fonte: CADIM, 2014.

Quando selecionados os imóveis acima de 600m² nas ZAB's e ADES, cujos proprietários possuem mais de um terreno acima de 600 m², a mancha no mapa é reduzida visivelmente a alguns poucos imóveis, conforme Figura XII.12 acima. No entanto, ao se comparar valores, quando em 2007, de 36 imóveis vazios, houve um leve aumento na quantidade correspondente a 33 imóveis a mais, em relação ao valor da primeira pesquisa de Neri (2007), totalizando 69 imóveis baldios passíveis de aplicação do IPTU progressivo no tempo. Número ainda bastante pequeno quando comparado ao todo existente nas ZAP's e ZAB's.

Imóveis Não Utilizados (desativados)



Figura XII.13 – Imagem dos imóveis desativados nas ZAB's e ZAP's.
Fonte: CADIM, 2014.

Neste segundo tipo de vazio urbano, a partir do recorte adotado (ZAP e ZAB), Neri (2007) identificou um total de 2.324 lotes desativados (Figura XII.13), dos quais 1408 estão nas ZAP's (Figura XII.14) e 313 nas ADES (Figura XII.15), sendo: 32 nas AEIS, 225 nas AIU's e 56 nas ADEN's. Já dos Imóveis não utilizados localizados nas ADE's, excluindo-se os que se sobrepõe às ZAP's, tem-se um total de 97, dos quais apenas 9 imóveis na AIU não se sobrepõem à ZAP.

Como resultado deste quadro, tem-se por fim um total de 1.505 imóveis desativados passíveis de IPTU progressivo no município, conforme sintetizado no Quadro XII.4 abaixo.

Quadro XII.4 – Imóveis não utilizados, de acordo com o PDDU vigente, e sujeitos ao IPTU progressivo no tempo.

<i>Tipo de imóveis</i>	<i>Nº de imóveis selecionados</i>
<i>Imóveis não utilizados (total nas ZAP's e ZAB's)</i>	2324
<i>Imóveis não utilizados localizados nas ZAP's</i>	1.408
<i>Imóveis não utilizados localizados nas ADE's</i>	313, sendo: 32 nas AEIS, 225 nas AIU's 56 nas ADEN's
<i>Imóveis não utilizados localizados nas ADE's excluindo os que se sobrepõe às ZAP's.</i>	97 <i>(Apenas 9 imóveis localizados na AIU não se sobrepõem à ZAP).</i>
<i>Total de imóveis não utilizados</i>	1505 <u>imóveis passíveis de IPTU progressivo</u>

Fonte: Neri, 2007.

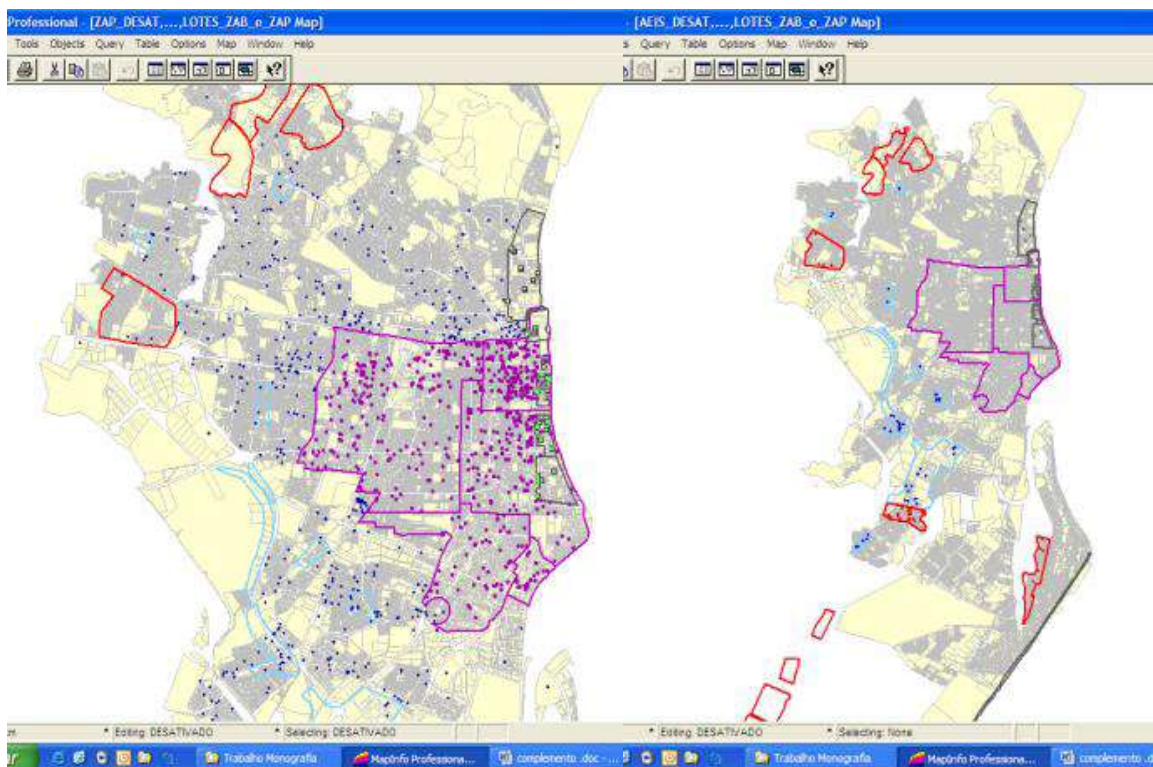


Figura XII.14 – Imagem dos imóveis desativados localizados nas ZAP's.

Fonte: Neri, 2007.

Figura XII.15 – Imagem dos imóveis selecionados nas ADE's.

Fonte: Neri, 2007.

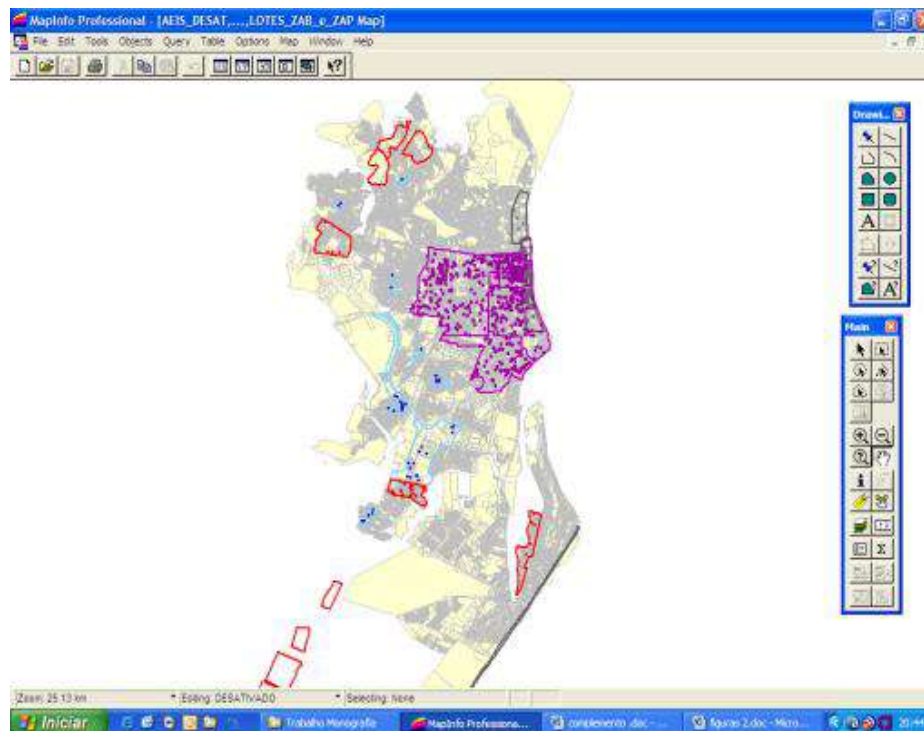


Figura XII.16 – Total de lotes desativados nas ADE's e ZAP's
Fonte: Neri, 2007.

Vê-se por meio das figuras acima que há maior quantidade de Imóveis desativados nas ZAP's (Figura XII.16). Estes, por sua vez, deveriam ser prioritários para aplicação do IPTU progressivo, devido à infraestrutura instalada no local ser a que melhor atende na cidade. Essa grande quantidade de lotes não utilizados na ZAP, corrobora ainda com a grande perda populacional que os bairros desta área foram tendo ao longo dos anos, especialmente o Bairro Centro, a área mais construída da cidade e a com menor população atualmente.

Os imóveis não utilizados equivalem a 65 % do total e, neste sentido, cabe um maior aprofundamento dos estudos nos demais locais em que se encontram os 35% restantes de imóveis desativados.

Já na pesquisa de 2010, Neri identificou que realidade no recorte, revelou uma pequena redução na quantidade de imóveis baldios na ZAP e ZAB; foram identificados um total de 2.015 imóveis desativados que, quando comparados ao número em 2007 de 2.324, equivale a redução de 309 lotes.

Do número total encontrado, 1.267 lotes encontram-se na ZAP e 748 na ZAB, demonstrando que ainda permanece uma maior concentração de imóveis não utilizados na zona com maior oferta de infraestrutura do município.

Segundo o CADIM, dados 2014, existe hoje em Aracaju um total de 1133 imóveis desativados em todo o território municipal (Figura XII.17). Quando selecionados de acordo com o determina o PDDU vigente, este número cai para 488 lotes existentes nas ZAP's E ADES (Figura XII.18).

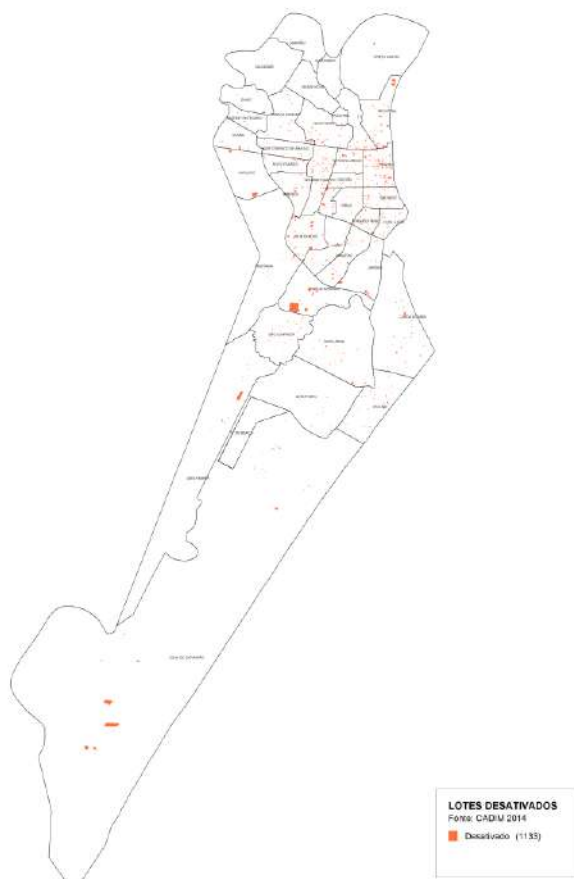


Figura XII.17 – Imagem dos imóveis desativados em Aracaju em 2014.

Fonte: CADIM, 2014.

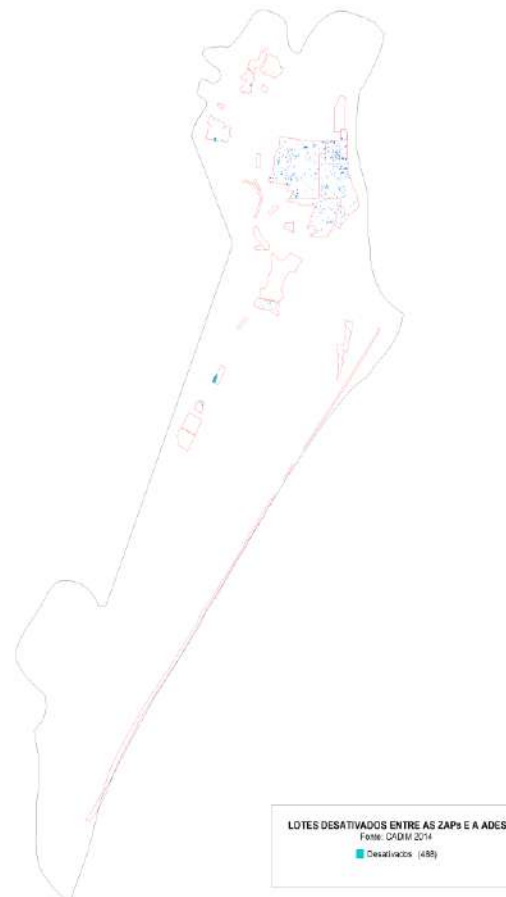


Figura XII.18 – Imagem dos imóveis desativados (ZAP's E ADES).

Fonte: CADIM, 2014.

Observa-se que uma maior presença deste tipo de imóvel um pouco mais pulverizada em todo o território aracajuano, mas que, até mesmo pelo PDDU, essa concentração ainda permanece na ZAP.

Imóveis Subutilizados

A terceira etapa refere-se aos Imóveis subutilizados. De acordo com o Plano Diretor, a partir do recorte adotado (ZAP e ZAB), Neri (2007) identificou um total de 47.215 lotes subutilizados, com coeficiente de aproveitamento menor que 0,5, em ambas as áreas (Figura XII.13). Ainda segundo o PDDU, tem-se dois casos para análise dos imóveis subutilizados:

1º CASO - Imóveis localizados nas ZAP's e que possuam coeficiente de aproveitamento menor que 0,5;

2º CASO: Imóveis localizados nas AEIS's e que possuam coeficiente de aproveitamento menor que 0,2;

O primeiro caso, na pesquisa de Neri (2007) foram então selecionados 47.215 lotes com coeficiente de aproveitamento menor do que 0,5 no município, à exceção da ZAR (Figura XII.19). Já para o segundo, identificou-se um total de 17.186 lotes com coeficiente de aproveitamento menor do que 0,2 no município, à exceção da ZAR.



Figura XII.19 – Imagem dos imóveis selecionados em Aracaju, com CA =0,5 à exceção da ZAR.

Fonte: Neri, 2007.



Dos imóveis subutilizados localizados na ZAP's, incluídos os baldios, tem-se o valor de 4.785 lotes, dos quais, se excluídos os vazios, restam um total de 4.224 lotes. Já dos Imóveis não utilizados localizados nas ADE's, excluindo-se os que se sobrepõe às ZAP's, tem-se um total de 97, dos quais apenas 9 imóveis na AIU não se sobrepõem à ZAP.

Já dos imóveis subutilizados, localizados nas ZAP's e ZAB's, com coeficiente de aproveitamento menor que 0,2, retirando-se os baldios, restam 7.145.

Quanto aos imóveis subutilizados, localizados nas AEIS's, com coeficiente de aproveitamento menor que 0, - com exceção do Bairro Santa Maria por este não possuir na época cadastro na Prefeitura -, sobram um total de 793.

Como resultado desta situação, tem-se por fim um total de 5.017 imóveis subutilizados, nos dois casos apresentados pelo PDDU – ZAP's com c.a. menor que 0,5 e AEIS's com c.a. menor que 0,2 -, passíveis de IPTU progressivo no município, conforme dados sintetizados no Quadro XII.5 abaixo.

Quadro XII.5 – Imóveis subutilizados, de acordo com o PDDU vigente, e sujeitos ao IPTU progressivo no tempo.

Tipo de imóveis	Nº de imóveis selecionados
Imóveis subutilizados (coeficiente menor que 0,5) (total nas ZAP's e ZAB's)	47.215
Imóveis subutilizados localizados nas ZAP's	4.785 (incluídos os baldios)
Imóveis subutilizados localizados nas ZAP's à exceção dos baldios	4.224
Imóveis subutilizados localizados nas ZAB's e ZAP's, com coeficiente de aproveitamento inferior a 0,2	17.186 (incluídos os baldios)
Imóveis subutilizados localizados nas ZAB's e ZAP's, com coeficiente de aproveitamento inferior a 0,2 excluídos os baldios	7.145
Imóveis subutilizados localizados nas AEIS's, com coeficiente de aproveitamento inferior a 0,2. (à exceção do Santa Maria)	793
total	5.017

Fonte: Neri, 2007.

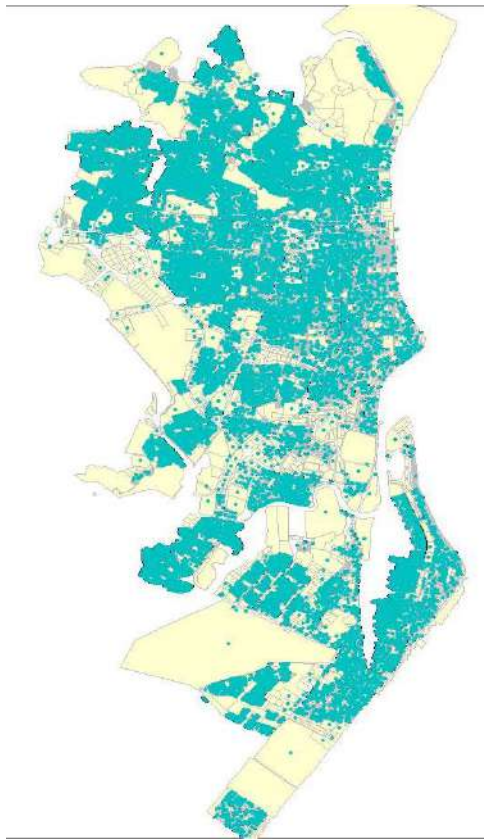


Figura XII.20 – Imagem dos imóveis com CA < 0,5, incluídos os baldios
Fonte: Neri, 2007.

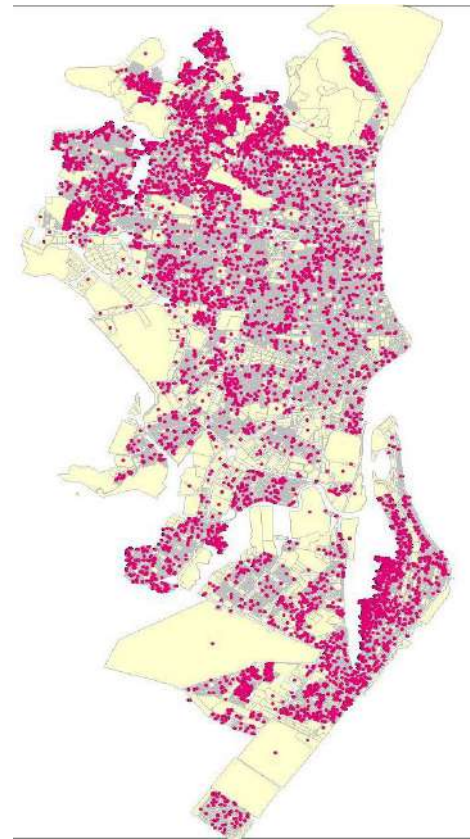


Figura XII.21 – Imóveis Subutilizados, coeficiente < 0,2, incluídos os baldios
Fonte: Neri, 2007.

As figuras XII.20 e XII.21 acima mostram uma distribuição dos subutilizados bastante homogênea na malha, aprontando que o tecido urbano ainda é capaz de ser mais adensado, especialmente se considerados os imóveis baldios, mas este adensamento depende da capacidade de suporte da infraestrutura.

Neri (2007) afirma que a visualização dos 5.017 imóveis correspondentes aos subutilizados, de acordo com o PDDU, demonstra quanto estes parâmetros necessitam ser revistos, pelo menos no tocante a localização. Ainda segundo a autora, os Imóveis subutilizados que sujeitam-se a IPTU progressivo, localizados nas AEIS's, que são áreas pouco valorizadas e não sujeitas a especulação imobiliária, equivalem a aproximadamente 11,0 % do total, à exceção do Santa Maria. E mesmo não possuindo informações relativas a uma das AEIS's, visualmente percebe-se que os imóveis selecionados quase nada significam em relação à cidade toda (Figura XII.22).

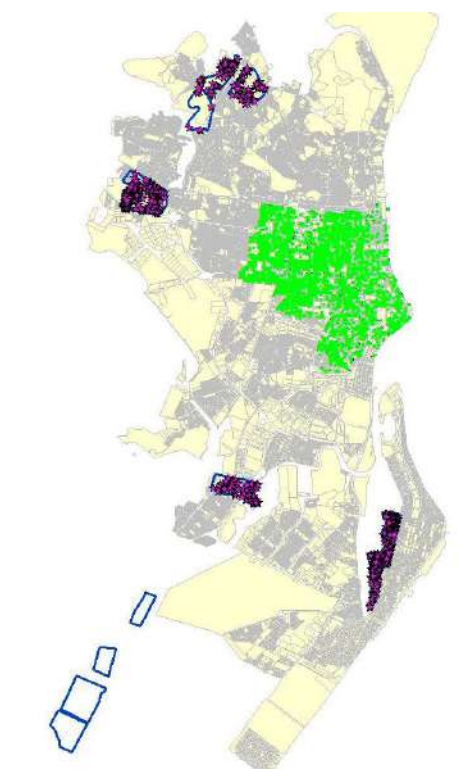


Figura XII.22 – Localização dos imóveis subutilizados, de acordo com a lei.

Fonte: Neri, 2007.

Para o primeiro caso, (c.a. menor que 0,5), Neri (2010) identificou 40.779 lotes com coeficiente de aproveitamento menor do que 0,5 no município, à exceção da ZAR (Figura XII.19), que, quando comparados ao valor de 2007 de 47.215, apresenta uma redução. Do número total encontrado, 4.239 lotes encontram-se na ZAP e 36.540 na ZAB, indicando uma maior concentração de imóveis subutilizados na zona com maior especulação imobiliária (Quadro XII.7).

Quadro XII.7 – Imóveis subutilizados (c.a. menor que 0,5), de acordo com o PDDU vigente, e sujeitos ao IPTU progressivo no tempo.

ZONA	Nº de imóveis CA<0,5 excluídos os baldios	Área física de imóveis com CA<0,5 (m ²) excluídos os baldios	Área Construída total CA < 0,5 excluídos os baldios (m ²)
ZAP	4.239=13,20% do total	6.511.083,16 = 21,22% do total	54.176,15
ZAB	36.540 = 31,06% do total	154.325.315,02 = 34,62% do total	238.331,16
Total	40.779	160.836.398,18	292.507,31

Fonte: Neri, 2010.

Já para o segundo, identificou-se um total de 7.739 lotes com coeficiente de aproveitamento menor do que 0,2 no município, que quando comparados ao número em 2007 de 17.186, equivale a uma drástica redução. Do número total encontrado, 787 lotes encontram-se na ZAP e 6.952 na ZAB, indicando uma maior concentração de imóveis subutilizados na zona com maior especulação imobiliária (Quadro XII.8).

Quadro XII.8 – Imóveis subutilizados (c.a. menor que 0,2), de acordo com o PDDU vigente, e sujeitos ao IPTU progressivo no tempo.

ZONA	Nº de imóveis	% de área física de imóveis com relação a zona	Área Construída total (m ²)
ZAP	787	11,60	2.177,08
ZAB	6.952	8,11	61.197,57
Recorte	7.739	8,33	63.374,65

Fonte: Neri, 2010.

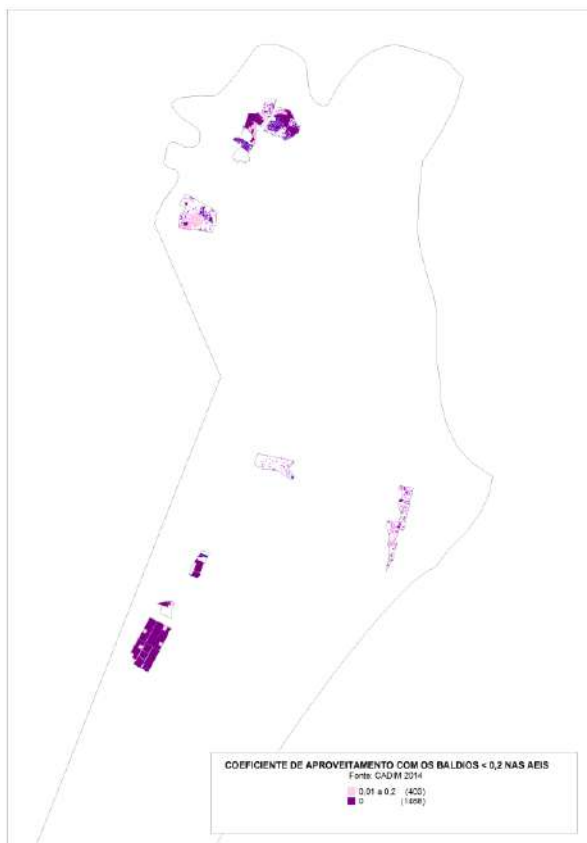


Figura XII.23: Coeficiente. de Aproveitamento menor que 0,2 nas AEIS, incluindo os Baldios

Fonte: CADIM, 2014.



Figura XII.24: Coeficiente. de Aproveitamento menor que 0,2 nas AEIS, sem os Baldios

Fonte: CADIM, 2014.

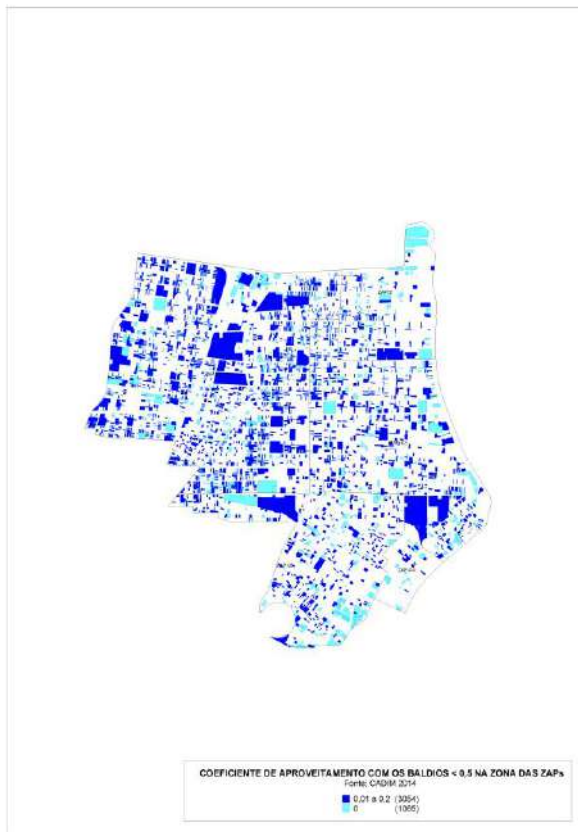


Figura XII.25: Coeficiente de Aproveitamento menor que 0,5 nas ZAP'S, incluindo os Baldios
Fonte: CADIM, 2014.

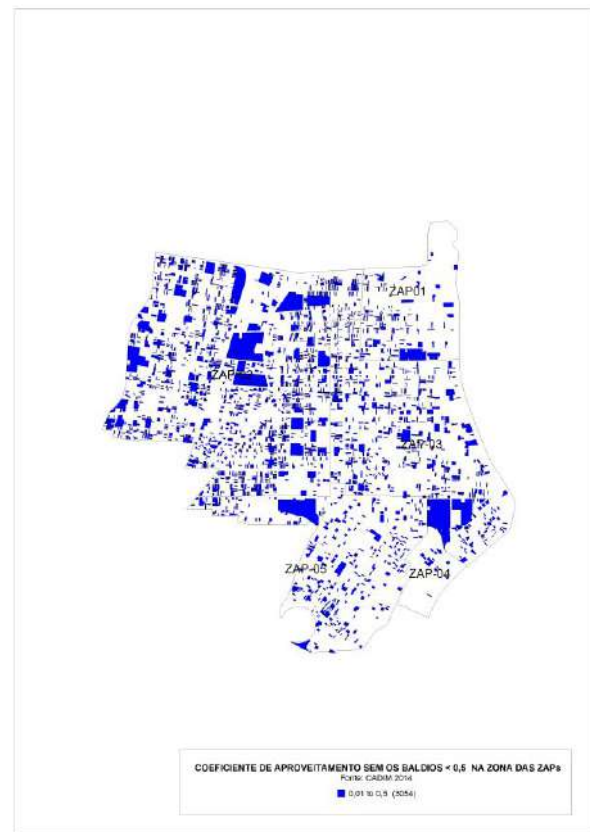


Figura XII.26: Coeficiente de Aproveitamento menor que 0,5 nas ZAP'S, sem os Baldios
Fonte: CADIM, 2014.

Segundo o CADIM (2014), foram identificados mais recentemente um total de 1871 imóveis subutilizados com coeficiente de aproveitamento menor que 0,2 nas AEIS, incluindo os Baldios; estes, quando retirados, somam um total de apenas 403 lotes. Conforme se pode ver nas Figuras XII.23 e XII.24, visualmente há baixa proporção na presença de tais casos no território.

Já nas Figuras XII.25 e XII.26, mapas gerados pelo CADIM em 2014 para mostrar os imóveis com coeficiente de aproveitamento menor que 0,5 nas ZAP's, tem-se os valores de 4119 para os que incluem os baldios e de 3054 para os que não contam com os baldios.

Dado o exposto, percebe-se que Aracaju apresenta um grande potencial para aplicação do IPTU progressivo, que deve ser induzido junto a ocupação dos vazios urbanos de acordo com a infraestrutura existente no município.



b. Outorga Onerosa

A Outorga Onerosa do Direito de Construir, também conhecida como “solo criado”, refere-se à concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário. De forma prática, o proprietário poderá pagar a mais caso deseje construir acima do que é permitido naquela zona até um limite já estabelecido como máximo.

A outorga Onerosa do Direito de construir apareceu, pela primeira vez em 1990, na seção II – Instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano, Art.199 e subsequentes, da Lei Orgânica do Município de Aracaju. Ele foi citado como um dos instrumentos tributários e financeiros destinado a assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade. A Lei Orgânica, contudo, não estabeleceu as condições para aplicação dessa taxa e desde então, a outorga só veio a ser regulamentada com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju do ano 2000.

O Coeficiente de Aproveitamento Básico é um índice que indica o quanto pode ser construído no lote sem que a edificação implique numa sobrecarga de infraestrutura para o Poder Público. Atualmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju em seu Art. 83, Parágrafo 1º, fixa para todo o Município, o coeficiente de aproveitamento único 3 (três), ou seja, caso o proprietário deseje edificar uma área maior que a estabelecida pelo coeficiente básico, ele deve dar ao Poder Público uma contrapartida financeira, ele deve “comprar” do município o direito de construir uma área maior.

Essa área construída, entretanto, deve estar abaixo da estipulada pelo coeficiente de aproveitamento máximo. Portanto, a área máxima a ser outorgada equivale à diferença entre o coeficiente máximo e o coeficiente básico estipulado para a área. É importante que os coeficientes estejam alinhados com os objetivos que o Município possui para cada área da cidade, ou seja, a outorga deve ser destinada àquelas áreas onde se é possível adensar.

O município pode também definir coeficientes diferenciados de acordo com as características de cada zona e com os objetivos definidos para elas (Estatuto da Cidade – Art. 28; §2º). Nesse sentido, ele deixa de ser um instrumento meramente arrecadador e passa a



ser também uma forma de induzir o desenvolvimento urbano, dificultando ou facilitando o adensamento de áreas de acordo com os objetivos da política urbana.

Porém o que se tem observado nos últimos anos é que esse instrumento não atendeu a sua função uma vez que não restringiu ou induziu o desenvolvimento de determinadas zonas da cidade, isso porque o coeficiente básico estabelecido como 3 (três) em sua grande maioria não foi atingido em nenhuma das zonas da cidade.

Abaixo destacamos alguns exemplos onde é possível realizamos uma comparação entre o estabelecimento do coeficiente 1 (um) único para toda a cidade já estabelecido anteriormente pela Lei Orgânica de nosso Município antes de sua alteração e o coeficiente 3 (três) estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju no ano 2000.

O valor arrecadado é sempre inferior ou isento quando se trata do coeficiente estabelecido pelo Plano Diretor atual e justo quando estabelecemos o valor único de 01(um) para toda a cidade.



Exemplo 01			
Localização	32.02.212.1911.11.001	Av. Beira Mar	Farolândia
Área do terreno	3.618,64m ²		
Área Construída total térreo	2.794,26 m ²	Térreo- outros usos fora o de garagem	586,94 m ²
Área Construída total Pav. Superior	2.710,73 m ²	Pav. Superior- outros usos fora o de garagem	510,61m ²
Área Construída total Play Ground	653,00 m ²	Play Ground- outros usos fora o de garagem	653,00 m ²
Área Construída total Pav. Tipo	(13) 9.927,32 m ²	Pav. Tipo – Área Construída dos apartamentos	01 e 04- 2x 175.15m ² =350,30m ² 02 e 03- 2x 176,90 m ² =353,80m ²
Área útil dos apartamentos	01 e 04- 2 x 148,10 m ² =296,20 m ² 02 e 03- 2x 149,70 m ² =299,40 m ²	Área Comum do Pav. Tipo	59,54 m ²
Área Construída Total por Bloco	16.260,76 m ²	Nº de Blocos	01
Área Construída Total	16.260,76 m ²	Nº de pavimentos	16
Taxa de permeabilidade	6,67	Nº de apartamentos por pavimento	04
Coefficiente de aproveitamento Aprovado (1)	2,41	Nº total de unidades	52
Coefficiente de aproveitamento pelo Plano (2)	6.986,20(área útil – varanda de 14,55em cada apto)/3.618,64= 1,93	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica isentando garagens (3)	11.677,87/3.618,64 = 3.22
Coefficiente de aproveitamento contando área construída unidades autônomas (4)	9.153,30 /3.618,64m ² =2,53	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica (5)	16.260,76/3.618,64=4,49
Valor do m² de terreno pela planta de valores	R\$ 62,87	Fórmulas de Cálculo	Pelo PDDU 2000: .coeficiente maior que 3 e menor ou igual a 4 - isento; .coeficiente maior que 4 e menor ou igual a 6, 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 6, - 25% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; Pelo valor original da Lei Orgânica .coeficiente maior do que 01 e menor ou igual a 02 – isento; .coeficiente maior do que 02 e menor ou igual a 03



			<ul style="list-style-type: none">- 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;.coeficiente maior do que 03 e menor ou igual a 06- 25% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção;.coeficiente maior que 06- 50% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção
--	--	--	--

Resultado a pagar:

- Pelo Plano atual – (01) 2,41 = ISENTO

(02) 1,93=ISENTO

(03) 3.22=ISENTO

(04) 2,53=ISENTO

(05) $4,49 = 0,49 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 10\% = 11.147,69$

- Pela Lei Orgânica antes da alteração –

(01) $2,41 = 0,41 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 10\% = 9.327,65$

(02) 1,93= ISENTO

(03) $3.22 = 1 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 10\% + 0,22 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 25\% = 35.263,10$

(04) $2,53 = 0,53 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 10\% = 12.057,70$

(05) $4,49 = 1 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 10\% + 1,49 \times 3.618,64 \times 62,87 \times 25\% = 107.495,59$

Sugestão: Utilizar coeficiente 1 e calculo da Lei Orgânica e definição de área total menos garagem = R\$ 35.263,10 / 52 unidades = R\$ 678,14



Exemplo 02			
Localização	34.01.109.0310.00.000 e outros	-	Atalaia
Área do terreno	1.514,70m ²		
Área Construída total térreo	1.169,74 m ²	Térreo- outros usos fora o de garagem	186,84 m ²
Área Construída total Pav. Superior	1.137,98 m ²	Pav. Superior- outros usos fora o de garagem	98,82m ²
Área Construída total Play Ground	506,47m ²	Play Ground- outros usos fora o de garagem	506,47 m ²
Área Construída total Pav. Tipo	(12) 5.760,24 m ²	Pav. Tipo – Área Construída dos apartamentos	01 e 05 - 2x 99,10m ² = 198,20m ²
			02 e 04- 2x 79,74m ² = 159,48m ²
			03 -75,67 m ²
Área útil dos apartamentos	01 e 05 - 2x 87,11 – 8,3(varanda)=77,54m ² x2=155,08	Área Comum do Pav. Tipo	46,67 m ²
	02 e 04- 2x 70,25-3.80 (varanda)= 66.45m ² x2 = 132,90m ²		
	03 -67,55-6.90 m ² = 60,65		
Área Construída Total por Bloco	8.574,43 m ²	Nº de Blocos	01
Área Construída Total	8.574,43 m ²	Nº de pavimentos	15
Taxa de permeabilidade	7,00	Nº de apartamentos por pavimento	05
Coefficiente de aproveitamento Aprovado (1)	1,85	Nº total de unidades	60
Coefficiente de aproveitamento pelo Plano (2)	4.183,56 (área útil – varanda de cada apto)/1.514,70= 2.76	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica isentando garagens (3)	6.552,47/1.514,70 =4,32
Coefficiente de aproveitamento contando área construída unidades autônomas (4)	5.200,20/1.514,70m ² =3,43	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica (5)	8.574,43 /1.514,70=5,66
Valor do m ² de terreno pela planta de valores	R\$ 795,84	Fórmulas de Cálculo	Pelo PDDU 2000: .coeficiente maior que 3 e menor ou igual a 4 - isento; .coeficiente maior que 4 e menor ou igual a 6, 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 6, - 25% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;



			<p>Pelo valor original da Lei Orgânica</p> <ul style="list-style-type: none">.coeficiente maior do que 01 e menor ou igual a 02 – isento;.coeficiente maior do que 02 e menor ou igual a 03 – 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;.coeficiente maior do que 03 e menor ou igual a 06 – 25% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção;.coeficiente maior que 06 – 50% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção
--	--	--	---

Resultado a pagar:

- Pelo Plano atual – (01) 1,85= ISENTO

(02) 2.76=ISENTO

(03) $4,32 = 0.32 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 10\% = 29.406,61$

(04) 3,43 = ISENTO

(05) $5,66 = 1,66 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 10\% = 152.454,29$

- Pela Lei Orgânica antes da alteração –

(01) 1.85 = ISENTO

(02) $2.76 = 0,76 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 10\% = 69.840,69$

(03) $4,32 = 1 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 10\% + 1.22 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 25\% = 372.177,34$

(04) $3,43 = 0.43 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 10\% = 39.515,13$

(05) $5,66 = 1 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 10\% + 2.66 \times 1.154,70 \times 795,84 \times 25\% = 703.001,66$

Sugestão: Utilizar coeficiente 1 e calculo da Lei Orgânica e definição de área total menos garagem = R\$ 372.177,34 / 60 unidades = R\$ 6.202,95



Exemplo 03			
Localização	36.01.558.0015.00.001	Sítio Cajueiro - Robalo	Zona de Expansão Urbana
Área do terreno	20.000,00m ²		
Área Construída total térreo	245,85 x 18= 4.425,32 m ²	Térreo- outros usos fora o de garagem	4.425,32m ²
Área Construída total Pav. Superior	-	Pav. Superior- outros usos fora o de garagem	-
Área Construída total Play Ground	-	Play Ground- outros usos fora o de garagem	-
Área Construída total Pav. Tipo	(4) 732,11 x 18 = 13.178,04 m ²	Pav. Tipo – Área Construída dos apartamentos	Bloco de 2 Q= 44,41 m ² x 4 = 177,64 m ² por pavimento Bloco de 3 Q=56,86 x 4 = 227,44 m ² por pavimento
Área útil dos apartamentos	Bloco de 2 Q= 38,08 x4=152,38 m ² por pavimento	Área Comum do Pav. Tipo	Bloco de 2 Q= 22,30 m ² por pavimento
	Bloco de 3 Q = 48,98 x 4 = 195,92 m ²		Bloco de 3 Q=24,15m ² por pavimento
Área Construída Total por Bloco	983,00 m ²	Nº de Blocos	18 (2 de 2 Q e 16 de 3Q)
Área Construída Total	17.603,36 m ²	Nº de pavimentos	04
Taxa de permeabilidade	23,11	Nº de apartamentos por pavimento	04
Coefficiente de aproveitamento Aprovado (1)	0,62	Nº total de unidades	288
Coefficiente de aproveitamento pelo Plano (2)	1219,04+ 12.538,88=13757,92 (área útil de cada apto)/20000,00= 0,68	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica isentando garagens (3)	17.603,36 /20.000= 0.88
Coefficiente de aproveitamento contando área construída unidades autônomas (4)	1.421,12+14.556,16=15977,28/20.000m ² = 0.80	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica (5)	17.603,36 /20.000,00= 0.88
Valor do m² de terreno pela planta de valores	R\$ 17,92	Fórmulas de Cálculo	Pelo PDDU 2000: .coeficiente maior que 3 e menor ou igual a 4 - isento; .coeficiente maior que 4 e menor ou igual a 6, 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 6, - 25% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;
			Pelo valor original da Lei Orgânica .coeficiente maior do que 01 e menor ou igual a 02



			<ul style="list-style-type: none">- isento;.coeficiente maior do que 02 e menor ou igual a 03- 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;.coeficiente maior do que 03 e menor ou igual a 06- 25% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção;.coeficiente maior que 06- 50% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção
--	--	--	---

Resultado a pagar:

- Pelo Plano atual e pela Lei Orgânica antes da alteração
 - (01) 0,62= ISENTO
 - (02) 0,68 =ISENTO
 - (03) 0.88=ISENTO
 - (04) 0.80=ISENTO
 - (05) 0.88= ISENTO

Sugestão: Utilizar coeficiente 1 e calculo da Lei Orgânica e definição de área total menos garagem = R\$ 0 / 288 unidades = R\$ 0



Exemplo 04			
Localização	27.02.069.0590.00.001	Estrada da Luzia	Luzia
Área do terreno	3.558,33 m ²		
Área Construída total térreo	2.644,90m ²	Térreo- outros usos fora o de garagem	462,08 m ²
Área Construída total Pav. Superior	2.581,19 m ²	Pav. Superior- outros usos fora o de garagem	186.96 m ²
Área Construída total Play Ground	843,45 m ²	Play Ground- outros usos fora o de garagem	843,45 m ²
Área Construída total Pav. Tipo	(13) 11.118,20 m ²	Pav. Tipo – Área Construída dos apartamentos	Bloco A = 2 x 79,28 + 2 x 66,77 + 2 x 79,63=451,36
			Bloco B = 2 x 79,48+ 2 x 79,80 =318,56
Área útil dos apartamentos	Bloco A = (67,22 – 3,75 Varanda) x2 + (55,68 -3.75 Varanda) x2 + (67,63 – 4.25 Varanda) x 2 = 357,56	Área Comum do Pav. Tipo	A = 66,46
	Bloco B = (67,20 – 3,75 Varanda) x2 + (67,69 – 4.20 Varanda) x2 = 178,38		B = 39,54
Área Construída Total por Bloco	-	Nº de Blocos	02
Área Construída Total	17.405,61 m ²	Nº de pavimentos	16
Taxa de permeabilidade	6,07	Nº de apartamentos por pavimento	04 (Bloco B) e 06 (Bloco A)
Coefficiente de aproveitamento Aprovado (1)	2,93	Nº total de unidades	135 (sendo 5 no play ground)
Coefficiente de aproveitamento pelo Plano (2)	7.235,19 (área útil apto) /3.558,33= 2,03	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica isentando garagens (3)	12.610,69/3.558,33=3,54
Coefficiente de aproveitamento contando área construída unidades autônomas (4)	10.393,92/3.558,33m ² =2,92	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica (5)	17.405,61 /3.558,33= 4,89
Valor do m² de terreno pela planta de valores	R\$ 656,27	Fórmulas de Cálculo	Pelo PDDU 2000: .coeficiente maior que 3 e menor ou igual a 4 - isento; .coeficiente maior que 4 e menor ou igual a 6, 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 6, - 25% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;
			Pelo valor original da Lei Orgânica



			<p>.coeficiente maior do que 01 e menor ou igual a 02 – isento; .coeficiente maior do que 02 e menor ou igual a 03 – 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior do que 03 e menor ou igual a 06 - 25% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 06 – 50% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção</p>
--	--	--	---

Resultado a pagar:

- Pelo Plano atual – (01) 2,93 = ISENTO

(02) 2,03 = ISENTO

(03) 3,54 = ISENTO

(04) 2,92 = ISENTO

(05) 4,89 = $0,89 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 10\%$ = 207.835,04

- Pela Lei Orgânica antes da alteração –

(01) 2,93 = $0,93 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 10\%$ = 217.175,94

(02) 2,03 = $0,03 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 10\%$ = 7.005,67

(03) 3,54 = $1 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 10\% + 0,54 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 25\%$ = 548.777,92

(04) 2,92 = $0,92 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 10\%$ = 214.840,72

(05) 4,89 = $1 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 10\% + 1,89 \times 3.558,33 \times 656,27 \times 25\%$ = 1.336.916,40

Sugestão: Utilizar coeficiente 1 e calculo da Lei Orgânica e definição de área total menos garagem = $R\$548.777,92 / 135 \text{ unidades} = R\$ 4.065,02$



Exemplo 05			
Localização	229.02.058.0030.00.001	Rua Jasiel de Brito Cortes	Jabotiana
Área do terreno	19.966,07m ²		
Área Construída total térreo	4.321,84m ²	Térreo- outros usos fora o de garagem	4.321,84m ²
Área Construída total Pav. Superior	-	Pav. Superior- outros usos fora o de garagem	-
Área Construída total Play Ground	-	Play Ground- outros usos fora o de garagem	-
Área Construída total Pav. Tipo	(7) 22.794,18 m ²	Pav. Tipo – Área Construída dos apartamentos	Bloco 01- (59,39m ² + 66,35x4+58.09x 2+49,09) x 7 pavimentos x 3 torres = 10.291,26 Bloco 2 – (59,39+4x 56,48+2x58,09+59.84m ²) x 7pavimentos x 4 torres = 12.917,24
Área útil dos apartamentos	Bloco 01- (50,42+57,17+49,06+50,32-2,52m ² -2,95-2,95-2,77 (varandas) x 7 pavimentos x 3 torres = 4.111,38 Bloco 2 – (49,94+ 47,44+46,09+50,37-2,77- 3.04+3.01-2.77 (varandas) m ²) 7 pavimentos x 4 torres= 5.103,00	Área Comum do Pav. Tipo	Bloco 01- 59 57 (térreo)+ 53,98 x 6 (tipo)m ² = 383,45 Bloco 2 – 63,73 (térreo) + 58,14x6 (tipo) m ² = 412,57
Área Construída Total Pavimento tipo por Bloco	Bloco 01- 13.436,88m ² Bloco 2 – 9.357,30 m ²	Nº de Blocos	07 (4 tipo 1 e 3 Tipo 2)
Área Construída Total	27.262,67 m ²	Nº de pavimentos	7
Taxa de permeabilidade	24,43	Nº de apartamentos por pavimento	08
Coefficiente de aproveitamento Aprovado (1)	0,95	Nº total de unidades	392
Coefficiente de aproveitamento pelo Plano (2)	9.214,38 (área útil – varanda) / 19.966,07 = 0,46	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica isentando garagens (3)	27.262,67 /19.966,07 = 1,36
Coefficiente de aproveitamento contando área construída unidades autônomas (4)	23.208,50/19.966,07= 1,16	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica (5)	27.262,67 /19.966,07 = 1,36
Valor do m² de terreno pela planta de valores	R\$ 168,14	Fórmulas de Cálculo	Pelo PDDU 2000: .coeficiente maior que 3 e menor ou igual a 4 - isento; .coeficiente maior que 4 e menor ou igual a 6, 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;



			.coeficiente maior que 6, - 25% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;
			Pelo valor original da Lei Orgânica .coeficiente maior do que 01 e menor ou igual a 02 – isento; .coeficiente maior do que 02 e menor ou igual a 03 – 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior do que 03 e menor ou igual a 06 – 25% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 06 – 50% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção

Resultado a pagar:

- Pelo Plano atual – (01) 0,95 = ISENTO

(02) 0,46 = ISENTO

(03) 1,36 = ISENTO

(04) 1,16 = ISENTO

(05) 1,36 = ISENTO

- Pela Lei Orgânica antes da alteração –

(01) 0,95 = ISENTO

(02) 0,46 = ISENTO

(03) 1,36 = ISENTO

(04) 1,16 = ISENTO

(05) 1,36 = ISENTO

Sugestão: Utilizar coeficiente 1 e calculo da Lei Orgânica e definição de área total menos garagem = R\$ 0 /392 unidades = R\$ 0



Exemplo 06			
Localização	09.01.139.0082.00.001.001	Rua João Benevides Marques	Santos Dumont
Área do terreno	890,29m ²		
Área Construída total semi enterrado	446,83 m ²	Térreo- outros usos fora o de garagem	134,89 m ²
Área Construída total térreo	506,84 m ²	Pav. Superior- outros usos fora o de garagem	339,68 m ²
Área Construída total Pav. Tipo	(3) 1.188,27 m ²	Pav. Tipo – Área Construída dos apartamentos	59,34 x 4 apartamentos x 5 pavimentos = 1.186,80
			55,94 x 2 apartamentos x 06 pavimentos = 671,28
Área útil dos apartamentos	Tipo 01 = 52,47 – 3.12 (varanda) = 52,47 x 4 apartamentos x 5 pavimentos = 1.049,40	Área Comum do Pav. Tipo	54,42 m ²
	Tipo 02 = 49,96 x 2 apartamentos x 06 pavimentos = 599,52		
Área Construída Total por Bloco	2.141,94 m ²	Nº de Blocos	01
Área Construída Total	2.141,94 m ²	Nº de pavimentos	5
Taxa de permeabilidade	6,70	Nº de apartamentos por pavimento	06 (4 tipo 01 e 2 tipo 02)
Coefficiente de aproveitamento Aprovado (1)	1,68	Nº total de unidades	30
Coefficiente de aproveitamento pelo Plano (2)	1.648,92 (área útil – varanda / 890,29 = 2,01	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica isentando garagens (3)	2.141,94 /890,29 = 2,40
Coefficiente de aproveitamento contando área construída unidades autônomas (4)	1.858,08 /890,29=2.08	Coefficiente de aproveitamento definição Clássica (5)	2.141,94 /890,29 = 2,40
Valor do m² de terreno pela planta de valores	R\$ 276,50	Fórmulas de Cálculo	Pelo PDDU 2000: .coeficiente maior que 3 e menor ou igual a 4 - isento; .coeficiente maior que 4 e menor ou igual a 6, 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 6, - 25% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção;
			Pelo valor original da Lei Orgânica .coeficiente maior do que 01 e menor ou igual a 02 – isento;



			<p>.coeficiente maior do que 02 e menor ou igual a 03 – 10% do valor de lançamento fiscal do metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior do que 03 e menor ou igual a 06 – 25% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção; .coeficiente maior que 06 – 50% do valor de lançamento fiscal por metro quadrado de terreno objeto da construção</p>
--	--	--	--

Resultado a pagar:

- Pelo Plano atual – (01) 1,68= ISENTO
(02) 2,01=ISENTO
(03) 2,40 =ISENTO
(04) 2,08 =ISENTO
(05) 2,40 =ISENTO
- Pela Lei Orgânica antes da alteração –
(01) 1,68 = ISENTO
(02) 2,01= $0,01 \times 890,29 \times 276,50 \times 10\% = 246,16$
(03) 2,40= $0,40 \times 890,29 \times 276,50 \times 10\% = 9.846,60$
(04) 2,08= $0,53 \times 890,29 \times 276,50 \times 10\% = 13.046,75$
(05) 2,40 = $0,40 \times 890,29 \times 276,50 \times 10\% = 9.846,60$

Sugestão: Utilizar coeficiente 1 e calculo da Lei Orgânica e definição de área total menos garagem = R\$ 9.846.60/ 30 unidades = R\$ 328,22.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, vê-se que a aplicação do IPTU Progressivo no tempo atua como uma importante ferramenta para promoção do cumprimento da função social da propriedade bem como ao combate à especulação imobiliária. A quantidade de imóveis passíveis da aplicabilidade deste instrumento é considerável e deve ser analisada a fundo pelo poder público municipal como uma importante estratégia para o pleno desenvolvimento urbano de Aracaju.

Apesar de constante no Plano Diretor vigente, sabe-se que o IPTU progressivo não é aplicado na prática, contribuindo para endossar a situação de constante exploração do território de forma desequilibrada e especulativa. Urge assim, não apenas para este, mas para tantos outros instrumentos que podem ser utilizados como ferramentas municipais, uma revisão desta e dos seus códigos complementares de forma a possibilitar o cumprimento do que rezam as diretrizes da Constituição Brasileira de 1988, apontando também para a implantação de uma estrutura de planejamento que seja capacitada e permanente para pensar o presente e o futuro do município.

Já em relação a Outorga onerosa, como alternativa para que esse instrumento seja de fato implementado na cidade de Aracaju e avaliando os exemplos acima pode-se estabelecer que a construção de edifícios continue a ser gratuita até o limite definido pelo Coeficiente Básico e único estabelecido para toda a cidade. No entanto, existe a possibilidade de se construir acima do permitido pelo coeficiente básico único até o limite do Coeficiente Máximo de cada zona de acordo com a infraestrutura já instalada mediante a outorga onerosa do direito de construir de forma a ressarcir os gastos com o maior adensamento.

Os recursos da outorga onerosa devem ser direcionados para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e utilizado na implantação de melhorias na cidade como um todo.

Sendo assim, considerando que a cidade é um campo de forças, no qual agentes com interesses diferenciados lutam pela apropriação dos benefícios da urbanização, somente quando houver um equilíbrio de forças políticas pode haver a possibilidade de implementação democrática desse instrumento. Caso contrário, a tendência é que ou o



instrumento não seja instituído, ou que ele seja deturpado para atender interesses de grupos dominantes, como o que ocorreu ao se desvirtuar o próprio conceito de índice de aproveitamento, excluindo do seu cálculo áreas de ambientes construídos.

Há ainda a falta de interesse na aplicação desse instrumento por parte dos proprietários fundiários e do capital imobiliário, pois estes deixarão de apropriar, de forma privada, benefícios socialmente criados.

XII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, F. P. **Uma Análise Multivariada do Sistema Integrado de Transporte de Aracaju**, Tese de Mestrado, UFPB, 1984.

ACSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ADEMI, GEO Consultoria e Serviços. Estudo de Impacto Ambiental do Litoral Sul, Zona de Expansão Urbana de Aracaju. Relatório, Aracaju-SE, 2000.

ARACAJU. Lei Complementar 42 de 2000. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, 2000.

ARACAJU. Lei Municipal nº 4.359 de 08 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, e dá providências correlatas. Aracaju, 2013. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=34647>. Acesso em: 27/03/2015.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Sema encerra o ano de 2013 com resultados positivos na proteção ambiental de Aracaju . Em: 02/01/2014. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=imprimir&codigo=57454>. Acesso em: 22/03/2015.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. **Apresentação**. 2015a. Disponível em: http://www.aracaju.se.gov.br/servicos_urbanos/?act=fixo&materia=apresentacao. Acesso em 22/03/2015.

ARACAJU. **Lei Complementar nº 146 de 30 de janeiro de 2015**. Dispõe sobre a extinção de órgãos e cargos públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, do Poder Executivo Municipal; dispõe sobre a autorização para a incorporação da Empresa Municipal de Serviços Urbanos - Emsurb pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB; altera, acrescenta e revoga, em decorrência, dispositivos da Lei Complementar n. 119, de 06 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal do Poder Executivo; e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Município** nº 3313 de 02 de fevereiro de 2015. Aracaju, 2015b.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Termo de Referência. Elaboração do plano municipal integrado de saneamento básico do município de Aracaju**. 2013.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento orçamento e gestão. **Diagnóstico de Aracaju (relatório)**. Jan.2014 (a).



ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão. **Relatório de Avaliação e plano de gestão ambiental e social do programa de requalificação urbana da região oeste de Aracaju construindo para o futuro**, Dez.2014 (b).

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão. **Estudo de Impacto Ambiental da Avenida Juscelino Kubistchek**, Mai.2015.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria de Defesa Social e Cidadania. **Relatório técnico N° 049/2015** – Áreas de risco a serem incluídas no plano diretor, Jun.2015.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Empresa Municipal de Obras e urbanização. **Diretrizes de Ocupação Urbana do Mosqueiro** (Relatório 4 – propostas finais), 2014.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Arborização Urbana**. 2014. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br/meio_ambiente/?act=fixo&materia=plano_de_arborizacao>. Acesso em 10/05/2015.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. SEC/FUNDESC – **Memória de Aracaju**. Aracaju, J. Andrade, 1987.

ARACAJU. Prefeitura Municipal de Aracaju. Secretaria de planejamento e orçamento. **Plano Diretor de Mobilidade Urbana**. 2015 (*Em processo de aprovação*).

ARACAJU. Secretaria de Planejamento. **Plano de Erradicação de Moradias Subnormais-PEMAS**. 2001a.

ARACAJU. Secretaria de Planejamento. **Projeto de Reurbanização da Coroa do Meio. Projeto Social**. 2001b.

ARACAJU. Secretaria de Planejamento. **Identificação de Áreas Disponíveis para uso Habitacional de Interesse Social**. 2005.

ARACAJU. Secretaria de Planejamento. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - Produto 02: Diagnóstico** (FAPESE 2010).

ARACAJU. Secretaria de Planejamento. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - Produto 03** (FAPESE 2010).

ARAUJO, H. M.; VILAR, J.W.C.; WANDERLEY, L. L.; MELO E SOUZA, R. **O Ambiente Urbano** (Orgs). Visões Geográficas de Aracaju. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.

ARANTES, Antônio. **Patrimônio Cultural: Desafios e Perspectivas Atuais**. EADUO, UNESCO, IPHAN/MINC. 2013.



ARACAJU. Prefeitura Municipal. Empresa Municipal de Obras e urbanização. Diretrizes de ocupação Urbana do Mosqueiro (Relatório 4 – propostas finais), 2014.

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria do Meio Ambiente. Plano Municipal de Arborização Urbana. 2014. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br/meio_ambiente/?act=fixo&materia=plano_de_arborizacao>. Acesso em 10/05/2015.

ARACAJU. Prefeitura municipal. Mapa Uso do Solo. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 1997, 2003, 2014.

ARACAJU. Prefeitura municipal. **Mapa Geoambiental de Aracaju**. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2005.

ARACAJU. Prefeitura municipal. Proposta de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Aracaju: PMA, 2009.

ARAGÃO, R. O Processo de Urbanização e as Transformações Recentes do Bairro Jabotiana. Aracaju, 2015.

ARANTES, Antônio. Patrimônio Cultural: Desafios e Perspectivas Atuais. EADUO, UNESCO, IPHAN/MINC. 2013.

BARBALHO, A. **História da Política Cultural no Brasil**: Ideários e Ações a Partir da Discussão da Sobre a Identidade Nacional. Gestão Contemporânea da Cultura, EADUO, 2009.

BARBOZA, N. **Em Busca de Imagens Perdidas**: Centro Histórico de Aracaju: Aracaju, Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, nº 147. p. 03 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.



BRASIL. **Estatuto da Cidade**, Lei Federal 10.257/2001.

BRASIL. **Lei 11.428 de 22.12.2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 6.777 de 1989**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. **Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 5.197, de 3 de Janeiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

BARBALHO, Alexandre, História da Política Cultural no Brasil: Ideários e Ações a Partir da Discussão da Sobre a Identidade Nacional. Gestão Contemporânea da Cultura, EADUO, 2009.

BARBOZA, Naide, Em Busca de Imagens Perdidas: Centro Histórico de Aracaju: Aracaju, Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, nº 147. p. 03 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 11.428 de 22.12.2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 6.777 de 1989**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. **Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.



BUCCHERI FILHO, A. T.; NUCCI, J. C. Espaços Livres, áreas verdes e cobertura vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba/PR. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 18. p. 48-49. 2006.

CABRAL, Mário. Roteiro de Aracaju. 3ª ed, Aracaju. BANESE. 2002.

CADERNO DE ENSAIOS 1, Memória e Educação, Rio de Janeiro, IPHAN, Paço Imperial, 2008.
CADERNO TEMÁTICO I, Educação patrimonial: orientações ao professor. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

CAIXA. INFORMAÇÕES SOBRE Produção de Habitação pelo Programa de Arrendamento Residencial e Programa Minha Casa Minha Vida. Aracaju: CAIXA 2013.

CARVALHO, L. As Políticas Públicas de Localização de Interesse Social Induzindo a Expansão de Aracaju – SE. São Paulo, 2013.

CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. Aracaju: pra onde você vai? Aracaju, SE: Edição do Autor, 2004.

CHOU, José Walter Teles. Aracaju: Imagem, Memória e Apropriação - ARACAJU: 150 ANOS DE VIDA URBANA, Organização de Vera Lucia Alves França e Maria Lucia de Oliveira Falcon. - Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. p 53-74

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resoluções do CONAMA. 2012.

CTENG – CORPO TECNICO DE ENGENHARIA LTDA. Projeto Executivo de implantação do Sistema de Micro e Macro Drenagem planejado para a área 1 no Relatório Técnico “Determinação das Bacias Hídricas e Planejamento da Macro Drenagem da 1a etapa da Zona de Expansão de Aracaju”. Relatório: Aracaju, 2007.

CABRAL, M. **Roteiro de Aracaju**. 3ª ed, Aracaju. BANESE. 2002.

CHAVES, R. S. R. **Aracaju: pra onde você vai?** Aracaju, SE: Edição do Autor, 2004.

CADERNO DE ENSAIOS 1, Memória e Educação, Rio de Janeiro, IPHAN, Paço Imperial, 2008.

CADERNO TEMÁTICO I, Educação patrimonial: orientações ao professor. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

CHOU, José Walter Teles. **Aracaju: Imagem, Memória e Apropriação** - ARACAJU: 150 ANOS DE VIDA URBANA, Organização de Vera Lucia Alves França e Maria Lucia de Oliveira Falcon. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. p 53-74.

CONAMA. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resoluções do CONAMA. 2012.



- DANTAS, José Ibarê, *História de Sergipe(1889-2000)*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FABRIS, Annateresa, *Fragmentos Urbanos: representações culturais* - Studio Nobel, São Paulo, 2000.
- FERREIRA Jorge. *O Populismo e sua história: debate e crítica, 1930/1964*. Civilização Brasileira, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.
- FONTES, A. L.; CORREIA, A. L. F. Diagnóstico ambiental físico do município de Aracaju como subsídio ao estudo de impacto ambiental na zona costeira do Estado de Sergipe. In: XII Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevideu: Imprensa Gega, 2009. v. v 1. p. 125-140.
- FONTES, N. Indicadores, índices e padrões relativos a sistemas de espaços livres. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, v. 1, Anais... Rio Claro, 2008, p. 935-956.
- FORTES, Bonifácio. *Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju*.
- FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANÇA, Sarah Lúcia Alves, Vera Lúcia ALVES. *Política habitacional em Aracaju-Sergipe, Brasil: Bairro 17 de Março e Coroa do Meio, dois exemplos de sucesso?*. In UPE11.
- FRANÇA, Sarah Lúcia Alves França. *A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, 2011.
- FRANÇA, Sarah L. A. *Produção do Espaço Urbano e Novos Eixos Imobiliários em Aracaju-SE, Brasil: Mercado e Estado*. In UPE11.
- FRANÇA, Sarah L. A. *Dinâmica Urbana e Valorização da Terra em Aracaju-SE: o papel do Setor Imobiliário*. Niterói/RJ: UFF/Escola de Arquitetura, 2012.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves França. *Aracaju: Estado e Metropolização*. Rio Claro, SP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, 1997.
- FABRIS, Annateresa, *Fragmentos Urbanos: representações culturais* - Studio Nobel, São Paulo, 2000.



FERREIRA Jorge. O Populismo e sua história: debate e crítica, 1930/1964. Civilização Brasileira, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2010.

FRANÇA, S. L. A.; ALVES, V. L. *Política habitacional em Aracaju-Sergipe, Brasil: Bairro 17 de Março e Coroa do Meio, dois exemplos de sucesso?*. In UPE11.

FRANÇA, S. L. A. *A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, 2011.

FRANÇA, S. L. A. *Produção do Espaço Urbano e Novos Eixos Imobiliários em Aracaju-SE, Brasil: Mercado e Estado*. In UPE11.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

FORTES, Bonifácio. *Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju*.

FONTES, A. L.; CORREIA, A. L. F. *Diagnóstico ambiental físico do município de Aracaju como subsídio ao estudo de impacto ambiental na zona costeira do Estado de Sergipe*. In: XII Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevideu: Imprensa Gega, 2009. v. 1. p. 125-140.

FONTES, N. *Indicadores, índices e padrões relativos a sistemas de espaços livres*. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, v. 1, Anais... Rio Claro, 2008, p. 935-956.

GEIPOT/EBTU. *Estudos de Transportes Urbanos de Aracaju – Recomendações para implantação imediata*. 1980.

GONÇALVES, José Reginaldo, *A Retórica de Perda: primeiras discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro*. MINC/IPHAN. 2005.

HENKE-OLIVEIRA, C. *Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 1996.

HENKE-OLIVEIRA, C.; SANTOS, J. E.; PIRES, J. S. R. *Indicadores de arborização urbana na cidade de São Carlos (SP) com o uso do SIG-IDRISI*. **Brazilian Journal of Ecology**, Rio Claro, v. 1, p. 1-9, 1999.



IPHAN, Os Sambas, As Rodas, Aos Bumbas, Os Meus E Os Bois. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 1936/2006.

IPHAN, MINC, Patrimônio Cultural Imaterial, Para Saber Mais. Brasília, 2009.

IPHAN, Patrimônio imaterial: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê. MINC/IPHAN.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse de Censo Demográfico de 2010 – Sergipe**. Disponível em

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=28&dados=0>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais**.

Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm.

IBGE. Censo Demográfico, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Municipais. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse de Censo Demográfico de 2010 – Sergipe. Disponível em

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=28&dados=0>.

IPHAN, Os Sambas, As Rodas, Aos Bumbas, Os Meus E Os Bois. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 1936/2006.

IPHAN, MINC, Patrimônio Cultural Imaterial, Para Saber Mais. Brasília, 2009.

IPHAN, PATRIMÔNIO IMATERIAL: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê. MINC/IPHAN.

LERNER, J. Acupuntura Urbana. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

LONDRES, Maria Cecília. Construção das Políticas Internacionais de Referências para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. EADUO, UNESCO, IPHAN/MINC, 2013.

LUDUVICE, Maria da Conceição. Igreja São Salvador – 144 anos. Aracaju. Digitado. 2000.

LYNCH, K. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, 1960.

NETTO, V. Cidade e Sociedade: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

NERI, A.L.C. O Geoprocessamento e o IPTU Progressivo em Aracaju-Se. (Especialização). Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET: Aracaju, 2007.

NERI, A.L.C. Vazios Urbanos e a Sustentabilidade Urbanística do município de Aracaju-SE. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2010.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. Análise sintático-espacial das transformações urbanas de Aracaju (1855 a 2003). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2004.

NUCCI, J. C.; CAVALHEIRO, F. Cobertura Vegetal em áreas urbanas – conceitos e métodos. Revista Geosp, São Paulo, n. 6, p. 29-36. 1999.

NUCCI, J. C. Análise Sistêmica do Ambiente urbano, adensamento e qualidade ambiental. Revista Ciências Biológicas e do Ambiente, São Paulo: PUC, v. 1, n. 1, p. 73-88, 1999.

PORTO ALEGRE. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000.

REVISTA DE ARCAJU. *A Cidade do Aracaju: ensaio sobre a evolução urbana (1855-1865)*: Fernando Porto, ano II, número 2, 1944: 123-159.

REVISTA DE ARCAJU Namoro e Urbanismo. Alberto Barreto de Melo, ano III, número 3, 1949: 47-55.

REVISTA DE ARCAJU . As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju. José Aloísio Campos, ano III, número 3, 1949: 123-143.

REVISTA DE ARCAJU. Modernidade e Educação em Aracaju: Implantação e funcionamento dos Grupos Escolares (1911-1930). Crislane Barbosa de Azevedo, ano LXI, número 11, 2005: 63-86.

REVISTA DE ARCAJU. Leituras possíveis sobre a evolução das Praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos na cidade de Aracaju. Graziela Nunes de Gois Andrade Santos, Carina Antonela Aragão Almeida e Eduardo Santos Nascimento, ano LXI, número 11, 2005: 207-216.

SANTOS, C. Z. A. Aspectos para o planejamento das áreas verdes de Aracaju. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2013.

SEMARH. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Gestão Integrada das Águas Urbanas em Aracaju-SE/Brasil. Relatório do Diagnóstico Qualitativo, 2010.

SANT'ANNA, Márcia. A Política Federal de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: Diretrizes, Resultados e Principais Desafios. EADUO, UNESCO, IPHAN/MINC, 2009.

SANTOS, C. Z. A. Aspectos para o planejamento das áreas verdes de Aracaju. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D.T. Os Planos Diretores Municipais: Pós-Estatuto da Cidade (2011).

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Monumentos Sergipanos: Bens protegidos por Lei e tombados através de Decretos do Governo do Estado. Org. Ana Conceição Sobral de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha. Aracaju: Grafica Sercore, 2006.

SEMARH. Diagnóstico Qualitativo da Gestão integrada das Águas Urbanas da Região Metropolitana de Aracaju. Aracaju: SEMARH, 2011.

SEMARH. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Gestão Integrada das Águas Urbanas em Aracaju-SE/Brasil. Relatório do Diagnóstico Qualitativo, 2010.

SERGIPE. Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Microrregião de Saneamento Básico 1 – MSB1. Aracaju. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDURB. Aracaju, 2013.

SNIS. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2013**. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, Brasília, 2014. Disponível em <www.snis.gov.br>.

SANT'ANNA, Márcia. A Política Federal de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: Diretrizes, Resultados e Principais Desafios. EADUO, UNESCO, IPHAN/MINC, 2009.

UNIVERSIDADE TIRADENTES - Sergipe Panorâmico, Organização: Jouberto Uchôa de Mendonça e Maria Lúcia Marques Cruz . - Aracaju: UNIT, 2002.

VIANNA. L. Metodologias de Inventário e Pesquisa Aplicada ao Patrimônio Imaterial. EADUO, UNESCO, IPHAN/MINC. 2013

WANDERLEY. L. de L. Dunas da Zona de Expansão: Condicionantes jurídicos e Ambientais do Uso e da Ocupação. In: ARAUJO, HÉLIO Mário. VILAR, J.W.C.

WANDERLEY, L. L.; SOUZA, R. M. O Ambiente Urbano (Orgs). Visões Geográficas de Aracaju. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL I - GESTORES,
ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS:
FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Data: 14/05/2015

Hora: 15:00h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL I - GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Data: 14/05/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Manoel Pinheiro dos Santos	FUN DAT	manoel.pino@aracaju.se.gov.br	8888-8888
Paulo Rollemberg Garayz Vieira	ENERGISA	problemborg@energisa.com.br	8146-3118
Luiz Arruda Moura	SELOGREC	luiz_moura@selogrec.com	9902-9961
Alexis Cristiane Rêtille Oliveira	IBAMA/SE	alexis.cristian@ibama.gov.br	3722-7404
Helaine Daniza Barros	UNIT ISE	helo.arq87@gmail.com	9112-0254
Cláudia Augusta Nascimento	SEPLOG	Cláudia.silva@aracaju.se.gov.br	3218-7910
Tatiana de C. Costa	IPHAN/SE	TATIANA.COSTA@IPHAN.GOV.BR	3211-9123
Carla A. B. Dely	GPM/SEPLAN	carla_rbs@yahoo.com.br	31943273
Jose STANISLAU de Oliveira	PGM/SE	stanislaupg@aracaju.se.gov.br	9179-1186
ROBERTO COSTA	DESO	robertocosta@deso-aracaju.com.br	3226.1025



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
<i>[Signature]</i>	<i>CEPISSE</i>	<i>jo.ckr.arajo@cepisse.gov.br</i>	<i>32181044</i>
IRAN BARBOSA	CÂMARA MUN. A JM	<i>professorirant@igmail.com</i>	<i>3259-2571</i>
DUARTE	Câmara Muni.	<i>lucas@lucasarte.com.br</i>	—
Wanessa Epíscopo (formalida)	CMA	<i>wanessa.episcopo@gmail.com</i>	<i>9198-8977</i>
Manuel Messias Santos Junior	Sociedade Civil	<i>MESSIAS.JR.SE@HOTMAIL.COM</i>	
Michelle Siqueira Fontes	SMTT	<i>michelle.fontes@aracaju.rj.gov.br</i>	<i>9922.6081</i>
Ronayr Menezes Correia	SEJUC	<i>ronaloo@hotmail.com</i>	<i>88213942</i>
Washington Luiz de Jesus	SEPLAG	<i>Washington.goncalves@se.gov.br</i>	<i>8824-8207</i>
Amarelyne Rocha de Oliveira	SEPLOG	<i>amarelyne.oliveira@aracaju.rj.gov.br</i>	—
Francisco Felipe da Silva Neto	SEM. V FRA	<i>FRANCISCO.NETO@ARAGUJU.SG.GOV.BR</i>	<i>99920106</i>
Dirceu de Fátima da Silva	PRIMA-GIARDANIELA-FORTES	<i>DFGARDIANE@DUTCOUK.COM</i>	
SARINHA SILVA DANIELA DE OLIVEIRA	—	<i>SARINHAS@HOTMAIL.COM</i>	<i>7998214004</i>
Carlos Augusto C. Muniz	SEMANTH	<i>carlos.muniz@bluemail.net</i>	<i>7998952822</i>
Paulo Manoel M. Vazirani	M. NAF PAGO	<i>PAULO.MANUEL@NAF.COM</i>	<i>9199-0092</i>



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL I - GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Data: 14/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Cristiana M. Planejamento dos Santos	SEPLOG	cristiana.santos@aracaju.se.gov.br	9938.9292
Alexandra M.S. Souza	UFSE/SEPLOG	alexmagran@hotmail.com	8822.5364
ELVIA P. BARROSA VALEIRO	SEPLOG	elvia.vazeiros@aracaju.se.gov.br	9971.0897
MATEUS DE OLIVEIRA SANTOS	SEPLOG	MATEUS.SANTOS@ARACAJU.SE-GOV.BR	9819-9889
MIRIAM REGIA CARREAS RABELO	SOMFAS	virgine.valeb@aracaju.se.gov.br	99682827
Robé Wilson Valente	ROBSON.M		88128154
Ricardo Ivoa	ROBSON	ricardo@robson.com.br	8891-6126
Alcyonara Maria Anacleto Ramos	TRUIT	alcyonaramosmarchi@gmail.com	9857-9101
Roberto Dias	16E-SE	ROBERTO.DIAS@16E-SE.GOV.BR	8844-6474
Arimas Soares Conceição	SEMDEC	arimas@semdec.aracaju.se.gov.br	8877-9351



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL I - GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Data: 14/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Henner Oliveira Moreira		HANNA.D.MOREIRA@GMAIL.COM	9996-2270
Pablo Yutaka Ysobe Matsue	Sergas	pablo@sergas.com.br	9849-9084
DIEGO REGIS DE FREITAS	UNIT	FABRINHA.DIEGO@HOTMAIL.COM	(74) 9117.3029
JANE FREITAS LIMA	SMTT	janefreitas2009@hotmail.com	(19) 9125-5420
JUN CARLOS G. CARDOS VEZ	UNIT	joatagca@globo.com	(79) 9838-8299
Jaqueline Ruid	Serapi	Jaqueline.A.Ruid@netmail.com	(49) 9928-1363
Estimnia Jeanella e Santana	Sepos	estimnia@ig.com.br	(79) 99946588
Johny Franjeiro dos Anjos	SEIDH	eng.felipe@seidh.com	(79) 9948 6682
FRANCISCO MANUEZ NAVARRO CARDAS	SMTT/ASU	francisco@yaho.com.br	(79) 88166279
Jua Levejo de Jesus Juduay Petuebraz	Petuebraz	analuan@petuebraz.com.br	99793691



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jose Dalmeida Batista Santos	ONG Celo Urbano	djalmeidasantos@live.com	9935 8979
George W. Oliviera da Silva	CAB. VER. (RAN)	george.jornalista@gmail.com	9977-1231
Geiziane R. P. V. V. V.	Proc. - Gr. Especial		9988-0970
Sra. Tatiana Soares	Plano Elég		
Renan Machado Silva	UNIT	renan.machado@hotmail.com	(79) 9981-9095
Natalia M. Souza Santos	UNIT	nataliam@gmail.com	(79) 9980-3115
Jose Carlos de Azevedo dos Santos	SECOV/PMS	Jose.Carlos.vda@sergipe-se.gov.br	9985-3318
Elaineide Borges	Arcajo	elaineideborges@hotmail.com	9807-3352
Ramon Costa Santos	REM/ATV	RamonCosta@hmcz.com	8802-5948
Roberto Henrique P. P.	DAG/SE	Roberto.p.p@gmail.com	9932 1910



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL I - GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

Data: 14/05/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
JORGE ROBERTO SILVEIRA	CREA	GABINETE@CREA-SE.ORG.BR	9104 4000
CLAUDIO ALBERTO DE SOUZA	PEÏROBORGAS	CLAUDIO_ALBERTO@PEÏROSUNT.COM.BR	9134-5403
ALMIR GUERINHO DO MELLO	PRODOTIVO	queremolo@yahoo.com.br	881-6963
André Paixão Soto	SEPLOG	andreu.soto@aracaju.se.gov.br	3218 7912
Francineideia Dal. de Oliveira	SEPLOG	francineideia@aracaju.se.gov.br	3218.7912
Adalberto Moura	CGM - AJU	adalberto.moura@aracaju.se.gov.br	8836-4444
HELIO FARIAS MENEZES	SES	Helio.farias@saeb.se.gov.br	3234 9533
Edulo Lins	EMURB UNIF	edulo.lins@igmail.com	91519515
EDUARDO DE MELLO FERREIROS	EMSURB		8815 4805
AGAMENON SOBRAL FERREIROS	VEREADOR		98616617



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Anna Lucy C. Neri Vanessa Lourenço Jun	EMURB SEPLOG	anna-neri@aracaju.sc.gov.br vana.melo@aracaju.sc.gov.br	31791607 99394007
SABRINA TEIXEIRA Luis Abelardo MOTA FONTES	ARQUITETA JUSTIÇA FEDERAL	SABRINATEIXEIRA@XISU.COM abelardomota@yahoo.com.br	9191-7969 99297160
Bertholino Weyg ANISOL BEZERRA AZEVEDO Dora Teixeira Nascimento Rosiane Lima Moura Cecília F. dos Santos	CÂMARA TEURB SEPLOG SSP/SE SEMA	bertholinoweyg@hotmail.com ANISOLBEZERRA@GMAIL.COM dora.nascimento@aracaju.sc.gov.br rosianelmoura@gmail.com cecilia.zosio@aracaju.sc.gov.br	9923-8322 8818-5422 8853-5606 8877-2259
LUCIANO ARANHA JOSINAIDE S. M. MACIEL AGNALDO COSTA FILHO Cecília F. dos Santos JEAN CHRISTOPHE OLIVEIRA	ONG CICLO URBANO UFS C.M.A CMA SEPLOG	LUCIANO_URBANO@CICLOURBANO-ORG.BR anq-josi@oi.com.br AgualdoCostaFilho@gmail.com Cecilia F. dos Santos JEAN.OLIVEIRA@ARACAJU.SERG.OV.BR	91937777 9978-2768 9978-2768 9809-5379



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
URSIRAMA BARREIRO SANTOS	SCSINF	URSSTS@YAHOO.COM.BR	79-8862-3030
Naíma Santana dos Santos Oliveira	SEJESP	NAIASANTANA@YAHOO.COM.BR	77-8843-7979
José Coutinho de S.A.	Veneza	abr.gonzaga@infonet.com.br	99722749
Renalda Gomes dos Santos	SEMEI/DEB	renalda.gomes@hotmail.com	9913-3446
José Coutinho SOTZAL	SEPLOG	JOSE.SOTZAL@ARACAJU.SE.GOV.BR	
LIDIANE ALVES DE SÁ TORRES	SE PLOG	LIDIANE.TORRES@ARACAJU.SE.GOV.BR	3218-7907
Neilson Felipe da Florêncio	SMTT	NEILSONFELIPE@GMAIL.COM	3479-1405
David Bianoto de Oliveira	CMA	david.fsb4@hotmail.com	79 9991301



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II - MOVIMENTOS
SOCIAIS E POPULARES.

Data: 19/05/2015

Hora: 15:00h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II - MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES.

Data: 19/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
MATEUS DE OLIVEIRA SANTOS	SEPLOG	MATEUS.SANTOS@ARACAJU.SE.GOV.BR	9819-9889
SABRINA TEIXEIRA	ARQUITETA	SABRINA TEIXEIRA@MSN.COM	1191-7569
EMERSON COSTA	CMA	REGINALDO.MEIRO@ARACAJU.SE.GOV	
REGINALDO PASSOS Pires Meiro	SEPLOG	otavio.silva@uol.com.br	
Otávio A. N. de Silva	u	daniele.andrade@dracaju.se.gov.br	9138.5180
Danielle Romonholoff de Andrade	SEPLOG	j.limaribeiro@ychoo.com.br	9977-6689
Josefildo Lima de Oliveira Ribes	SEPLOG	loiane.monteiro@aracaju.se.gov.br	8149-1057
Joanisse Ruytes Monteiros	SEPLOG		8848-87-83
Vanessa Corvelho do Nascimento	Seplog		



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II - MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES.

Data: 19/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
RENÉ DOS SANTOS STAVAREZ	ASTSE	RENEMOV@GMAIL.COM	9805219
MARCIA SANTOS OLIVEIRA	ASTSE		99474251
Jaqueline de Oliveira Rêg	SEPLOG		88286551
Clara Almeida de Melo	SEPLOG		98080491
Aloísio B. F. H. de S. L.	SEPLOG		8876-87.08.
ROBINSON BARROSO SOARES	MADCESE	robinson5758@gmail.com	99757878/8821662
ELVIA G. PEREIRA BARBOSA VAQUEIRO	SEPLOG	Elv.g.vaqueiro@aracaju.k.gov.br	9971-0897



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II - MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES.

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

Data: 19/05/2015

Hora: 15:00h

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
José Soares de Jesus	Igreja Católica	pejsouzas@bol.com.br	91404817
Alexandra M.S. Souza	UFS	alexmagou@hotmail.com	88225364
Andréa Paizão Sob	SEPLOG	andrea.nobre@aracaju.se.gov.br	3218-7912
MELMA M. OLIVEIRA ALEXSON	SEINFRA	melmaoliveira@seinfra.se.gov.br	31985863
ANNA DO ANTONIO ALEXSON	CAU - BRSE	FNUJOUZAC@fmgul.com	88370037
Gen Figueiredo Diniz	SEPLOG	genfigueiredo@aracaju.se.gov.br	9856-8600
AUSELMO AUGUSTO CARDOSO DE MENEZES "IACPF"	"IACPF"	PERITORD@VIACM@BOL.COM.BR	3211-0966
Amara Kelli Rocha de Oliveira	SEPLOG	amara.elveir@aracaju.se.gov.br	—
Georges W. D. Da Silva	CAS - INAN BRASIL	georges.jornalista@gmail.com	9977-1231
Gen Inam Santos Semfano	MTSS	Sinhohiphop@hotmail.com	96855541



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Dayene Corralho Silveira	SEPLOG	daycorralhosilveira45@gmail.com	99290869
GABRIEL DOS SANTOS SILVA	SEPLOG	GABRIELDOS.SANTOS@Bd.COM.BR	9152-8696
Floreano Cláudio Santana Santos	SEPLOG	floreano.claudio@outlook.com	9984-8724
Marcelo Roldão de M. Santos	SEPLOG		
Luciano Fontes de Oliveira	MST SE	LucianoFontes710@gmail.com	99883211
Adriano W. de S. Silveira	FCS	adriano.w.com.br	99783261
FELIPE SEVERINO TEIXEIRA DOS SANTOS	UNIT	felipe.severinoarch@gmail.com	9157-7676
JOSÉ CONTE SOBRAL	SEPLOG - PMA	JOSE.CONTE@ARACAJU.SERGIPE.GOV.BR	9931-7882
JOSÉ ALBERTO BARRETO	COMPULSÃO	JABCOMPULS@HOTMAIL.COM	99894245
MARLÍO SIQUEIRA DOS SANTOS	SEPLOG	MARLIOSIQUEIRA@HOTMAIL.COM	



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II - MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES.

Data: 19/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
EDUARDO DE MELO FERNANDES	EMURB	eduardo.fernandes@aracaju-se.gov.br	8815 4805
ANDRÉ LUCY E NEVI	EMURB	andrei_lucy@aracaju-se.gov.br	31791607
SANDRANGIULLA	Advogada	sandrei_alves@hotmail.com	9999-8855
Alícia Natália dos Santos	IFS	Alicia.natalia.12@hotmail.com	9903-5939
Wameska Cipriano	CMA	wameska.cipriano@gmail.com	9128-8277
DIVAN CAMI	CMA	divan@aracaju-se.gov.br	8879-0852
Lucia Angélica Mendonça	SEPLOG	lucia.angelica@aracaju-se.gov.br	9923.0049
João R. F. Ricardo	Ans; Gpesm	joao.ricardo@aracaju-se.gov.br	9942.0970
Tracy Barbosa	CMA		
GENIVAL FERREIRA JUNIOR	FEES	genival@aracaju-se.gov.br	9962-2618



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Victor Francisco de Sousa	UES	Victor FS 89@Hotmail.com.br	9157-5340
Roberto Santos Goes	SEPLOG	roberto.santos.goes@Hotmail.com	99784878
Carla Luciel A. de Santos	SEMS	CARLA.ZOSID@MAGPYLX.GOV.BR	
Aldemir Severina	JUSTSE	Jenise.pereira1997@hotmail.com	98025277
Francisco Manoel Navarro Cabras	SMTT / ASU	francisco.novotano@aracaju.se.gov.br	88166279
Heuber Aguiar de Siqueira	JUSTSS		9965-2005
Danielly Somenza Sontana	SERLOG	danielly.sontana@aracaju.se.gov.br	8802-4805
FILIPPE LOBO ALVES	SEPLOG		99541433
Wenete Santana	Seplog		999445-58
Arlete Alves dos Reis	Seplog		9900-9090
Sauê de Sousa S. de Nello	Seplog	SAVIO.TARSO@BOL.COM.BR	98178338
Angela Cristina Farias Carvalho	Seplog	angelac.fariascarvalho@hotmail.com	
Antonio Diego Padilha Barbosa	SEPLOG	antonio.barbosa@aracaju.se.gov.br	3218-7910



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL III - EMPRESÁRIOS
LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO URBANO.

Data: 22/05/2015

Hora: 08:30h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL III - EMPRESÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.

Data: 22/05/2015

Hora: 08:30h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Michelle Guedes Andrade	Cond. Ceu	michelle.celi.com.br	3216.5063
Arcivaldo Siqueira de Brito	Inst. Ueli	arcivaldo@di.com.br	3216.5005
Érika Louise de S. Romalho	UFS	erikalouise_romalho@hotmail.com	9870-0098
Lemise Rafaela Costa Costa	UFS	lemisekora@yahoo.com.br	79 98909933
Damião	SEPLOG	damianomarcos@gmail.com	11 71385180
Marie Rosilda de M. Silva	Seplog		
Ana Amélia Vasco M.P. Silva	SEPLOG	ana.marcos@aracaju.se.gov.br	98815373
Orlando Santoni	Seplog	—	9954/433
Grace Almeida de Melo	SEPLOG		868-0491
Márcio Luis M. Mendes	Seplog	marcio.mendes@aracaju.se.gov.br	9939-3812



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Aglaide Alves das Feres	SEPLOG	-	99944558
Luís Felipe S. Nero	SEPLOG	-	9112-3536
Rivaldo A. da Santos	SEPLOG	-	
Dejerson de Souza Almeida	Siplog	-	9881-7646
Fabio Sney C. Neri	EMURB	-	-
Vanessa Fernandes S.S. Guimarães	EMURB	-	-
Amara Kelli R. de Oliveira	SEPLOG	-	-
Victor Manuel Souza da Silva	SEPLOG	-	-
Edson dos Santos	PGM	gaulsa.almeida@bol.com.br	
Sheldes Viana Filho	CDL	foto@infonet.com.br	9978-5028
Ronaldo S. Lou.	SECON	ricardusnaves@nabob.com.br	9881-6100
Alexandre Pinheiro Sampaio	TECNOLOGIA	alexandre@pinheiro.com.br	9987-4300
Marcos Manoel Sousa	UFS	marcos@uvs.com.br	9918-9707
Mauro Luiz Oliveira	AGENCI		9982-8137



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Fernanda Silva	Cosil	fernanda@cosil.com.br	32345300
José Conde Sorzal	SEPLOG	JOSE.SORZAL@ARACAJU.GE.GOV.BR	3218-7710
REGINALDO PASSOS PINA NETO	SEPLOG	REGINALDO.NETO@ARACAJU.SE.GOV	3218-7910
Filipe Babo A	ASTECC	FILIPPE.ALVES@ARACAJU.SE.GOV	3218 7849
Fernando Antônio de Souza Silva	ASTECC	fernando.antonin@aracaju	3218 7849
Barbara Silva Leocadia	Seplog	barbara@aracaju	3218 7003
Priscilla A.F. Alves	Seplog	priscilla-aragdo@hotmail.com	3218-7003
Conceição Kennedy de Jesus Souza	Seplog	conceicao.kennedy@aracaju.se.gov.br	3218-7905
Lucia Cristina Pinheiro Michelato Martins	SEPLOG	lucia.cristina@aracaju.se.gov.br	3218-7945
Franckliniella Brito Silva	Seplog	franckliniella@aracaju.se.gov.br	3218-7912
Fernanda Javira Oliveira Barbosa	SEPLOG	fernanda.barbosa@aracaju.se.gov.br	3218-7909
M ^{te} Hortência S. Siqueira	SEPLOG	hortencia@aracaju.se.gov.br	99911914
Jairide de Oliveira	SEPLOG	jairide.oliveira@aracaju.se.gov.br	99353115
Diana SA de Jesus	COSIL	DIANA@COSIL.COM.BR	



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
José de São Carlos Neto	SEPLOG	josede.saoscarlos@aracaju.com.br	3219-2436
Ana Paula Mattias	Galvaniete		(77) 99823969
Paulo Roberto M. Mac	STAMARIA		
Edmilton Per	SMS	edmilson.luis@gu.sc.gov.br	9833-6911
MICHELE SIQUEIRA FONTES	SMT	michellefontes@aracaju.sc.gov.br	
Mônica Flávia Araújo Fernandes de Oliveira	DEPLOG	monica.oliveira@aracaju.sc.gov.br	31073218-7907
Andressa Snyttara Silva	SEPLOG		3218-7404
Sheila Araújo Fiv. Dantas	SEINFRA	neframaria.hislop@seinfra.sc.gov.br	3179-5363
ANSELMO Augusto Cardoso de Oliveira	IACPF	PERITOAGUIAACH@BOL.COM.BR	9856-8640
Rayssa Dantas S. D. D.	SEPLOG		9891-6770
Adriano Roberto Barros	SEPLOG	adriano.barros@aracaju.com.br	97257500
JOSE ADEVAÇÃO DANTAS	SEPLOG/ASCAP		91813360
Emerson Gentil	SMS	IVAN SOARES DOS SANTOS@GMAIL.COM	
Emerson Gentil	NON CON ROSSI	EMERSON GENTIL@NONCONROSSI.COM.BR	99916494



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL III - EMPRESÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.

Data: 22/05/2015

Hora: 08:30h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
JOSÉ DANTAS SANTANA	SINDUSCON		9778.9488
Famille Silva Prado Carvalho	Norcom-Rosini	familiecarvalho@norcomri.com.br	8826-0575
AGNALDO RIBEIRO PADO	DESENVOLVIMENTO URBANO	CONTATO@ARCAJUSERVIÇOS.COM.BR	3251-8100
Danielle Siqueira G.V. Noronha	SEPLOG	danielle.noronha@aracaju.se.gov.br	9806-7900
Kátia Faria de Aguiar	SEPLOGS	Katia.faria@aracaju.se.gov.br	9989-4477
Cláudia de Carvalho M. Teixeira	EMURB	claudia@emurb.com	8815-6679
SABRINA TEIXEIRA	UNIÃO	SABRINATEIXEIRA@MSN.COM	9191-7967
Fernando Augusto de Souza	CAU-SEPLOG	Fernando@cau.gov.br	88370037
Paulo Amado	UNIAO	Paulo.Amado@UNIAO.com.br	89814490
Danielle Figueiredo	UNIAO	danielle.figueiredo@uniao.com.br	88067593



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Anna Paula Gonzaga dos Santos	UFS	anna.paula.gonzaga@hotmail.com	9910 9400
Franklin Paes de Faria	UFS	FRANKLIN_PAES@HOTMAIL.COM	9831-7590
JEAN CHRISTOPHE OLIVEIRA	SEPLOG/DRE	JEAN.OLIVEIRA@ARACAJU.SE.GOV.BR	9809-5379
Felício Elaine Santana Santos	SEPLOG/ASTEC	felicio_elaine@hotmail.com	9984-8724
Ângela C. Fontes Carvalho	SEPLOG/ADIC	angela.carvalho@hotmail.com	98178338
ERALDO FERREIRA MACIEL	SEPLOG	ERALDO.MACIEL@ARACAJU.GOV.BR	8862-7754
Catharina de Andrade Maciel	SEPLOG	catharina_maciel@aracaju.se.gov.br	3218-7836
Gláucia Nilson Silva de Azevedo	SEPLOG	glucia.aracaju@aracaju.m.gov.br	3218-7946
Fernando Alves de Almeida	SEPLOG	fernando.alves@aracaju.se.gov.br	32187808
Vivian Marimont de Azevedo	SEPLOG	vivian.azevedo@aracaju.m.gov.br	3218-7835
Jean Freire L.	SMTT	jean.freire@aracaju.com	9125-5426
Carla Maria de S. Torres	SEPLOG	CARLA.MARIA.TORRES@ARACAJU.SE.GOV.BR	3218-7907
Belo Sérgio Amador de Silva	SEPLOG	_____	7815-1688
Leonardo de O. Silva	SEPLOG	_____	_____



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL III - EMPRESÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.

Data: 22/05/2015 Hora: 08:30h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Arthur Figueiredo Leite	SEPLOG	arthur - figueiredo25@hotmail.com	99302865
Tárcia Maria Bispo de Foz	SEPLOG	T5gensch@hotmail.com	99717335
Carlos Roberto Barreto	SEPLOG	carlb@mg6.com.br	9879-2862
Caetano José	SEPLOG		9998.0709
Jose Benedito Junior	SEPLOG	Josebenedito@emp.m.gov.br	9938 4007
Prochyma Rayson de Oliveira	Bairro Guayaba	alboradoracao@gmail.com	9910-1620
Jefferson Augusto Neto	SEPLOG	otavio.silva@Aracaju.S.gov.br	7218 2910
Julio Cesar V. Silva	ADENI	fulverson@uniaoconstantes.com.br	(99) 99828806
Henrich Lydio Almeida Albuquerque	UES	henrich_lydio@hotmail.com	(99) 9835 5509
Roberto Soares Boer	SEPLOG	roberto@roberto.com.br	99784878



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
André Paixão Sato	SEPLOG	andree.sato@aracaju.se.gov.br	3218-7912
Gilmar Alves Amorim	SEPLOG	Gilmaralvesam@aracaju.com.br	3218-4906
Helena Mary Machado de Almeida	SEPLOG	helena.machado@aracaju.se.gov.br	3218-7835
Maira Teles Dantas	SEPLOG	maira.dantas@aracaju.se.gov.br	3218-7912
Cláudia Loucos Costa Rodrigues	SEPLOG	claudia.loucos@aracaju.se.gov.br	9956-9043
Ricardo F. Heo	SMB	ricardo08@hotmail.com	7037-4676
Rayssa Siqueira Campos	SEPLOG	RAYSSA.SIQUEIRA@ARACAJU.SE.GOV.BR	9137-6117
Bruno Lucena	SMS	bruno.lucena@aracaju.se.gov.br	8818-5382
FRANCISCO MANUEL NAVARRO CALDAS	SMTT	Francisco.Navarro@aracaju.se.gov.br	88166279
MARCUS VINICIUS R. CORTES	IMPACTO	MARCUS@CONSTRUTORAIMPACTO.COM.BR	99725590
MAGNO RANGEL DUES DOS REIS	INDB	MAGNO@RANGEL E USINA. COM.BR	99495579
ALEXANDRE U. LOMANO	SEPLOG	ALEXANDRE@LQ.COM.BR	8153-6454
Felipe S. A. S.	SMS	felipe@fsc.com.br	99488991



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL II - EMPRESÁRIOS LIGADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.

Data: 22/05/2015 Hora: 08:30h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Karla Raquel S. dos Santos	Suplog	Karla.santos.gov...	9929-3176
Luiz Doni Seno Gomes Souza	Não Loga	Daviseno12345@gmail.com	9146-7921
Antônio Francisco dos Santos Neto	UF5	antonio.neto@gmail.com	(79) 9922-3235
MATEUS DE OLIVEIRA SANTOS	SEPLOG	MATEUS.SANTOS@ARACAJU.S.E.GOV.BR	
AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA	ABRASEL	presidenciale@abrasel.com.br	(71) 81561475
LARISSA BARRETO MOUTINHO	ASTEC/SEPLOG	larissa.moutinho@aracaju.se.gov.br	8149-1058
Carina Angelica dos Santos	ASTEC/PPD	carina.santos@aracaju.se.gov.br	88261213
Carina Angélica Mendonça	SEPLOG	carina.mendonca@aracaju.se.gov.br	9823-0049
Francisco Rios Machado	SEPLOG	Francisco.Machado@aracaju.se.gov.br	9863-6861
Júlio César Nascimento de Assis	SEPLOG	Julio.Assis@aracaju.se.gov.br	3219-7946



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL IV - TRABALHADORES
ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES SINDICAIS.

Data: 26/05/2015

Hora: 15:00h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL IV - TRABALHADORES ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES SINDICAIS.

Data: 26/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Bayane Carvalho Silveo	SEGLOG	-	-
Valéria Lima Pata Duarte	EMURB	-	8877-4567
Morib Marques Fide de L	UNIT	-	-
Michelle Ramos Dubeino Alves	Seplog	michelle.alves@aracaju.se.gov.br	8836 6879
Michell Siqueira Fontes	SMTT	michell.fontes@aracaju.se.gov.br	99026081
Andrie Paixão Soto	SEPLOG	-	3218-7912
Adriane Siqueira Soto	GEREC	-	9981-5600
Abelene Mary Machos de Almeida	Seplog	abelene.almeida@aracaju.se.gov.br	9988-3605
Flávia Santos	Seplog	-	-
Jackson da S. Conceição	Seplog	-	8833.1276



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Fabiano Felton de Silva	P.f - Seplog	fabiano.felton@aracaju.se.gov.br	99246948
Thaiana Campos M. R. de Souza	Seplog / CAB	Thaiana.Souza@aracaju.se.gov.br	9904-0250
Willie da C. de Freitas Botelho	SEPLOG		
Manoel Raulo de M. Sob	Seplog.		
Marcelo Vieira de Silva	Seplog		49716686
Quelmei Kelmberg Santos	Seplog		91373077
Gabriel Santos Silva	Seplog	GabrielSantos.S20@Bd.com.br	(79)9152-8646
Katia Jassia de Jesus	SEPLOG	Katia.jesus@aracaju.se.gov.br	
Ellen Fátima Rodrigues Santo	Pio X		



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL IV - TRABALHADORES ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES SINDICAIS.

Data: 26/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Aracema G. Jones	Seplog		88086970
Moacir Remisioff de N. L.	IFS	REMBRANDT.LIMA@GMAIL.COM	9861-6612
Roberto Muniz da Silva	FORÇA SINDICAL	RM.SILVA17@YAHOO.COM.BR	8843-8752
Luiziane Alves de S. Jones	SÉPLOG	luizane.jones@aracaju.sp.gov.br	3218-7907
Natalia Santos	Seplog	natalia.santos@aracaju.sp.gov.br	3218-7907
Leana Argeles de Andrade	SEPLOG	leana.argeles@aracaju.sp.gov.br	9923-0069
Cherise Val de Saint Junca	SEPLOG	CHERISE.SANTAJUNCA@ARACAJU.SP.GOV.BR	3218-7855
Georgete Pereira Jones	Seplac	georgetepereirajones@hotmail.com	99784878
Cleide Wilson S. de Baiao	Seplog	cleide.araujo@aracaju.sp.gov.br	37187546
Ana Paula Mattos	Coordinadora		



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Fernanda Joia Oliveira Barbosa	SEPLOG	fernanda.barbosa@aracaju.se.gov.br	3218-7909
Danielly Souza Santana	SEPLOG	danielly.santana@aracaju.se.gov.br	3218-7910
Lygia Figueiredo Raynaud Junior	SEPLOG	lygia.vieira@aracaju.se.gov.br	3218-7819
Michelle Menezes Santos Melo	SEPLOG	michelle.melo@aracaju.se.gov.br	3218-7920
Marcos dos Reis Santos Bispo	SEPLOG	marcos_reis@aracaju.se.gov.br	98947386
Guilherme Michel dos Anjos Santos	SEPLOG	GuilhermeMichel@aracaju.se.gov.br	98188511608
Jonnelly Tosta de Oliveira	SEPLOG	jonnelly.tosta@aracaju.se.gov.br	98190027
Lucas Lima	CNA	lucos@lucasantos.com.br	3222-0852
Wanessa Cipriano	CMA	wanessa.cipriano@gmail.com	91288271
Danielle da Costa Theobald	UNIT	danielle.theobald@hotmail.com	9808-3800



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL IV - TRABALHADORES ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES SINDICAIS.

Data: 26/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Ana Lacy C. Nery	EMURB		
Maíra de Funches Araújo Macedo	SEGLOG		
Vanessa Bezerra Santos	SENFM	USSANTO.MA.SANTO>@SEMPM.26.GV.BR	8862-3030
Francisco Alves de Almeida	SEPLOG	Francisco.Alves@aracaju.se.s.gov.br	32187508
Juliana Santana ALV	SEPLOG		321P-7905
Deirani Mendonça de Lima	SEPLOG	deiranimendonca@aracaju.se.s.gov.br	96017868
Wesley A. Lourenço	T.F.	Wesley@aracaju.se.s.gov.br	81536499
Rayssa Siqueira Costa	SEPLOG	RAYSSA.SIQUEIRA@ARACAJU.SE.S.GOV.BR	937-6117
Alma Góes de Melo	Pio X	queirins@ yahoo.com.br	8817-6963
Yane Nerejs dos Santos	SEPLOG	Yane.Santos@aracaju.se.s.gov.br	8815.2286



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Marcelo Siqueira Lima	SEPLOG	Marcelo.Siqueira@Aracaju.SE.GOV.BR	3218-7909
JEAN CHRISTOPHE OLIVEIRA	SEPLOG	JEAN.OLIVEIRA@ARACAJU.SE.GOV.BR	9809-5379
Danielle Siqueira G.V. Romado	SEPLOG	danielle.romado@aracaju.se.gov.br	9806-7900
Thamires Bomfim de A. Bastos	Seplog	adm.thamiresombrade@gmail.com	9872-3367
Jamilei R. de Souza Almeida	CGOP	jamilei.almeida@aracaju.se.gov.br	8207-6900
Wallacy Roman Siqueira Santos	SEPLOG	Wallacy.Roman@gmail.com	8806-4387
Eliziane de Souza Loufata	SEPLOG	eliziane.mota@aracaju.se.gov.br	99125005
Ana Carolina Loufata	SEPLOG	ana.carolina@aracaju.se.gov.br	99174244
Carla Loufata	SCMA		
FERNANDS ANTONIO DE SOUZA FILHO	ASTEC	FERNANDS.ANTONIO@ARACAJU.SE.GOV.BR	8852-5440
George W. O. de Silva	GRB. Ivan Barbosa	george.jornalista@gmail.com	9977-1231
Thamires Bomfim de A. Bastos	Verbedor	thamiresombrade@gmail.com	8826-6265
Christiana Gêlo Figueiredo dos Santos	Seplog	mariaelena@aracaju.se.gov.br	9938-9292



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL IV - TRABALHADORES ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES SINDICAIS.

Data: 26/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Luiz Davi Gero Gomes Sergio	Nova Page	Davilino12345@gmail.com	9146-7921
Genaro A de Julio	SEPLOG	—	99541433
Ronaldo Santana	SEPLOG	—	8848-87-83
Vitorino Carneiro	SEPLOG	—	9949.5599
MSGW RANGER	JBS	MAGNOBONFELI@YAHOO.COM.BR	—
Amara Oliveira	SEPLOG	—	—
Shirley de Araújo Barbosa	SEMSUC	barbozashirley@i.ubt.com.br	9636.4742
Françisco Felício da Silva Lel	SEMINFRA	—	99920106
Edvaldo de Melo Fernandes	EMSURB	—	—
Paulo Mano J. Melo	SEPLOG	PAULO.VARELA@ARACAJU	—



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Danielle Romambolo M. Andrade	SEPLOG	clanunmargues@gmail.com	91385180
MATEUS DE OLIVEIRA SANTOS	SEPLOG	MATEUS.SANTOS@ARACAJU-SE.GOV.BR	—
FRANCISCO MANUEL NAVARRO CACIAS	SMIT/ASU	FRANCISCO.NAVARRO@ARACAJU-SE.GOV.BR	88166279
Associação Cristã de Mulheres Michelato Espetina	SEPLOG	ocacia.michelato@ocacia.org.br	3918-7945
Felipe Lobo Alho	ASTECS/SEPLOG	FILIPPE.ALVES@Aracaju-se.gov.br	9107-9376
Monice Nereu Araújo Soares de Oliveira	SEPLOG	MONICA.OLIVEIRA@Aracaju-se.gov.br	9998-7570
Sumário de Curitiba Faymishky	CAU-SAN/RS	FAYMISHKY@gmail.com	98370037
Anna Karinne U. Sant'Anna	EMURB	annekarinne.04@gmail.com	—
Tracy Barbosa	CÂMARA MUNICIPAL		
Felipe Araújo F. de Oliveira	SEPLOG	felipe.referencio@gmail.com	99144084
Franisco Elaine Sant'Anna Siqueira	SEPLOG/Ata	francisco_elaine@hotmail.com	9984-824
ROSIVALDO FERREIRA	SENGE	ENG.ROSIVALDO@GMAIL.COM	8871-0652
Reinaldo B. Lora	GEN.	reinaldo@brnaves.com	9191-6126
Angela C. Fontes Carvalho	SEPLOG	angelafontescarvalho@hotmail.com	98178338



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
JOSÉ CONTE SOBRAL	SEPLOG - PMA	50%E.SOBRAZ@ARACAJU.SE.GOV.BR	3018-7910
Newton Santos Machado	UNIT	Newton.16.jp@gmail.com	99260207
Francine L. N. de Silva	SEPLOG	Francine.Silva@aracaju.se.gov.br	—
ELVIA RONDINEI B. VAQUEIRO	SEPLOG	Elvia.vaqueiro@aracaju.se.gov.br	3218-7909
Therise Valdyne Silva	SEPLOG	—	88012266
Edson Maria Almeida	SEPLOG	—	—
Edson Santos Gine	SEPLOG	—	—
Kelly Jean Santos Silva	SEPLOG	kelly.jean@aracaju.se.gov.br	—
ROBERTO A. dos Reis	SUPLOG	—	99944558
Van Lino F. de Jesus	Seplog	van.lino.f.jesus@aracaju.se.gov.br	9938 4007
JULIO CÉSAR NASCIMENTO DE ASSIS	SEPLOG	Julio.Assis@aracaju.se.gov.br	3218-7942
SEBASTIÃO ABREU VIEIRA DANTAS	SEPLOG/ASCAP	—	—
Marlene Tejuipa Sotolongo	SEPLOG	marlene.tejuipa@gmail.com	3018-7849
Paulo Marcos M. Vaziani	DA PMA	Paulo.Marcos.M.Vaziani@gmail.com	1199-0092



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL V - ENTIDADES
PROFISSIONAIS ACADEMICAS E DE PESQUISA.

Data: 28/05/2015

Hora: 15:00h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL V - ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA.

Data: 28/05/2015 Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Thommyers Sousa Ribeiro Cavalcante	UNIT	thommyers.cavalcante@semail.com	79-9985-2127
PAULO SERGIO RAMOS PINTO	INFRAERO	pinto.pinto@infraero.gov.br	61-3312-3475
SIMONE BEZERRA	SEPLOG/GERGDEP	SIMONE.BEZERRA@ARACAJU.SE.GOV.BR	99640271
Silvany Pracyla Lima Gomes	UNIT	silvanyhta@hotmail.com	9997-6772
Cléciane Nata Lavalle	UNIT	cléciane.nata@gmail.com	79-9940-0940
Luciana Machado Lima	UNIT	lucmalima.org@gmail.com	9626-3314
Karla Simone de Jesus Elias	UNIT	Karla_simone@hotmail.com	98772743
Luciana Lopes Elias	SEPLOG		88086970
Albercio V. Gonçalves	UNIT	albertosilva@bustamante.com	9212-0035
Exeliane da Silva Evangelista	UNIT	exelimesilva@gmail.com	9862-6104



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Cassio Cesar L. Gomes	Emurpb	casio-gomes@aracaju.se.gov.br	9904-6611
ANSELMO AUGUSTO CAROSO DE MENESES	"FACPF"	PERITOAGUIA@CM@BOL.COM.BR	9856 8610
Sérvio K heite Loureiro	UNIT	SANIO.DR@GMAIL.COM	9848-0220
Gasi arlando Marini	P. SOLTABE	MariniGasiArlando@gmail.com	9946625
Lilly Jeanne Santos Silva	SEPLOG		
Inay Barbosa	Câmara Municipal		
Sapuni Stho D. de Alencar	-	SAPUNID@HOTMAIL.COM	
Felipe Araújo	SEPLOG		9914 4084
Flávia Marques Santos	UNIT	Katha_Saviano2@hotmail.com	9133-9517
Virgílio Meinant de Azevedo	SEPLOG	virgilio.azevedo@aracaju.se.gov.br	
Andrey Elum Sere	SEPLOG	andrey.elum@aracaju.se.gov.br	9989-0351



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Feliciano Eliezer Santos Santos	Atac/SEPLOG	feliciano.eliezer@atamail.com	9889-8724
Edálio de Araújo V. Lima	UNIT/EMURB	edlio.lins@gmail.com	91519515
DIEGO REGIS DE FREITAS	UNIT/EMURB	FAPURIA-DIELO@HOTMAIL.COM	74/9117-3029
ANA MARIA MEZZES CARROSO	SEPLOG	Ana Maria Mezzes Carroso	99124241
Cristiana M. J. dos Santos	SEPLOG	Cristiana.Santos@atamail.com	9938-9292
Vanessa M. J. dos Santos	SEPLOG	vanessa.m.j.dos.santos@gmail.com	9938-9292
Tatiana Aguiar	SEPLOG	tatiana.aguiar@aracaju.se.gov.br	9873-1715
Roberto Brito	SEPLOG	roberto.brito@atamail.com	9978 9878
FRANCISCO NAVARRO	SMT/AJ	francesco.navarro@aracaju.se.gov.br	98166279



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Mônica Daura Araújo Feard de Oliveira	SEPLOG	mônica.duraive@aracaju.se.gov.br	3218-7907
Márcio Alexandre dos Reis	SEPLOG	-	9994-4558
Roberto Manoel Araújo	SEPLOG	-	
Edlene Araújo F. F. F. F. F.	SEPLOG	-	
Marcelo dos Santos Menezes	SEPLOG	-	9939-3812
Sulzeirania M. F. Boneto	SEPLOG	-	3218-7845
Quintiliano de C. de B. B. B.	SEPLOG	-	9989-4261
Galson S. S. S. S.	SEPLOG	-	3218-7404
Junessa M. S. S. S.	Emus	-	9971-6009
MARCELO DOS SANTOS MENEZES	CEHOP	-	9971-8183
JEAN CRISTOPHE OLIVEIRA	SEPLOG/DPE	JEAN.OLIVEIRA@ARACAJU.SE.GOV.BR	9809-5379
Francisco Augusto dos Santos	SEPLOG	municip.fraos@aracaju.se.gov.br	3218-7854
Clayton Piloni S. de Paiva	SEPLOG	clayton.piloni@aracaju.se.gov.br	3218-7546
Sandro Tury Valfreide Lima da Cruz	PIO DÉCIMO	sandro@prodacima.edu.br	8818-2505



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Francine Almeida	SEPLOG		
Francine Almeida	COOP		8807-6900
Marcelle Costa de Oliveira Queiroz	ENURB-COURB		
Rayane e. Silva	SEPLOG		
Luiz Belariz Jr. Junqueira	SEMASS/Aracaju		3218 7933
Juliana Motta Lima Moraes	UNIT		
SANNA FRANCA	ARQUITETA		
FÁTIMA EMANUELE SILVA GONÇALVES	UNIT	fafa.silvagas@gmail.com	99523029
Tulson de Saiz Almeida	SEPLOG	SEKESON ALMEIDA@ARACAJU.SERGIPE.GOV.BR	
Rayanne Lobos da Mota	UNIT	rayannelobos@hotmail.com	9957-3268
Rafael Fleury dos Santos	UNIT	rafael7812@hotmail.com	9881-1215
NELMA M. O. LISBOA	SEINFRA	nelma@aracaju.br	3218-7945
Francine Cristina Domingos Michels de Aguiar	SEPLOG	ocacia.montini@aracaju.pe.gov.br	



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL V - ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA.

Data: 28/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Daniel Nascimento Prudente	IFS	dn-prudente@yahoo.com	9100-3903
João Carlos Gomes Fátima	UNIT	JOAVES FFEITOSA @GMAIL-COM	99206957 5085 5075
Micael Moura Neto	ABENL-SE	Micael.moura@yahoo.com.br	9924-5866
Ingrid Oliveira Lima	UNIT	ingridlimaou@gmail.com	9129-1993
JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS	SEBESÉ	Jose.americo@se-sebrac.com.br	9979-8224
Graciliano Bastos de Carvalho Neto	UNIT	graciliano-neto@hotmail.com	9825-9843
Renato Rezende Mesquita	UNIT	renato_mesquita@hotmail.com	9125-5359
Roberto de Jesus	UNIT	roberto@ig.com.br	99964-1118
Giovanna Arruda Conceição	UNIT	giovanna-arcuda@hotmail.com	9119-0025
EDERSON AUGUSTO	UNIT	EDER 1AKP SMTI. GM	88590383



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL V - ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA.

Data: 28/05/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
fulviana R.C. Memery	UNIT	fkc memery @ yahoo.com.br	8821-9295
Yramiris Barbara S. Melo	UNIT	thamiribsm_@hotmail.com	99452231
Christina Toffoli S. Silva	Infraero	CRISTINATS@INFRAERO.GOV.BR	
Luiz Augusto Biffencont	INFRAERO	luizbiffencont@INFRAERO.GOV.BR	81011269
Rafael Lourenço Pinheiro Lourenço	UNIT	diashw-pinhairo@hotmail.com	98238496
Emezilio Martins Fereira Neto	UNIT	NETOARACAJU@HOTMAIL.COM	96388008
Valéria Luiza Rocha Duarte	EMURB		
Marília Edwonde de Sá Rocha	UNIT	marilia.edwondedosachos.com.br	9140-3232
Ana Lucy C. Neli	EMURB		
Francisca Angélica Mendonça	SEPLOG		99230049



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Eduardo Lucas Santos Vieira	Unit	edulucas92@hotmail.com	079/9904-4764
Renan Marchiori	UNIT	RENAN.MARCHIORI@HOTMAIL.COM	(79) 9981-9096
Ana Piedella Costa Guimarães	UNIT	prhguima@gmail.com	179/9903-4119
Edgar Mendonça C. Mota	UNIT	EDGAR.BATTOV41@HOTMAIL.COM	78/9989-6038
Marcos Vinícius	CMA	lucara@lucaraoliveira.com.br	3992-9874
Wanuskopipians	CMA	wanuskopipians@gmail.com	9128-8977
Silviane Alves de Sá Torres	SEPLOG	silviane.torres@aracaju.s.gov.br	3218-7907
MARCELO VIVIANOS DES SALES SILVA	UNIT	M.V.KKQVITETUP@HOTMAIL.COM	(79) 98840242
MARCELO BEIROS DE SA SILVA	SEPLOG		9971 6686
Julia Vilanova Rocha	UNIT	julianovara@hotmail.com	9815-0340
Guilherme de Sá Costa	SEPLOG	guilhermedes@aracaju.s.gov.br	82511608
Luciano Valério	SEPLOG		88012266
Thaynara Alves de Sá	SEPLOG	Thaynara.Alvares@aracaju.s.gov.br	32187808
Thaynara Judete Maynard Juiç	SEPLOG-CEOP	thaynara.juiz@aracaju.s.gov.br	3218-7819



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Jackson de S. Conceição			
RAYSSA SCHUSTER WITTE	SEPLOG	RAYSSA.SCHUSTER@ARACAJU.SERGOV.BR	8137-6112
Sera Lucip mul Senos	Seplog	sera.mul@aracaju.mt.gov.br	99384097
Antonio Diego Radilha Barbosa	Seplog	antonio.barbosa@aracaju.se.gov.br	3218-7810
Filipe da A.	ASTEC/SEPLOG	FILIPE.ALVES@aracaju.se.gov.br	
Reginaldo Fereso (Rue n. 42)	SEPLOG	REGINALDO.FERES@ARACAJU.SERGOV.BR	3218 7835
Karine Santiago A. Dantas	CAUISE	karine.karime@gmail.com	3955-1503



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL V - ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA.

Data: 28/05/2015 Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Osmar José Morlin Filho	Unit	osmar m12@hotmail.com	9932-2278
Raquel Degen Veiros	Unit	raqueldegen@hotmail.com	9837-1910
Ingrid Maria Lima Barbosa	UNIT	ingridmbarbosa@hotmail.com	9960-3027
Gabriel dos Reis	UNIT	gabrielreis@netmail.com	9641-0717
Elaine Santana Silva	IFS	ela100@bol.com.br	9478 7336
Kenia Santos Santana	IFS	kenia.santana@hotmail.com	8833-2884
Anderson André A. dos Santos	IFS	Anderson Hot 16@hotmail.com	9886-0642
Maíra Fernanda de Vasconcelos Pereira	IFS	maira_pereira@hotmail.com	9869-7180
Jaqueline D. Franca	IFS	Kelyba.dantas@gmail.com	9883 2624
Marcos Aurélio de Jesus Uelissimo	IFS	marcos_ury@hotmail.com	9640-6013



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Angela Marly Moura Souza	IFS	marlyp.souza - orgao @ hotmail.com	99281696
Anne Caroline de C. Martins	IFS	annecaroline.com @ hotmail.com	9971-1985
Anne Paula Costa Teixeira	UNIT	paula.inha - 12 @ hotmail.com	9805-7345
Cecilia Marta Santos dos Reis	UNIT	cecilia_marta @ hotmail.com	9937-7115
TAVIA C.M. CARRAS	ANFIERGO	tanucalola @ juanf-com 21	985131333
JUAN CARLOS G. CORDOBA	UNIT	juan.cordoba @ intelgo.com.br	98308239
Ednild de A. Leite Fortes	MRV	gaborid.fortes @ mrv.com.br	99958810
Samuel Garcia do Nascimento	MAV	Samuel.Nascimento @ MAV.com.br	9866-0412
Stávia Sombra Andrade	UNIT	staviabandrade @ gmail.com	98060115
Aline Maysa Siqueira de Araújo	UNIT	mayrasaline @ hotmail.com	9842-4316
Barbara S. Souza	UNIT	staley.souza @ gmail.com	9900-7368
Hugo Leonardo Lima	UNIT	hugo.ave @ hotmail.com	9605 8388
Barbara Souza Montano	UNIT	Barbara - souza 505 @ hotmail.com	9939-8973
Luiz Alberto de Araújo Neto	UNIT	LuizAraujo.ARA @ Hotmail.com	9849 8289



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Ana Luiza Prata Leirinho	IAB-SE	andlouisaarquitecto@ig.com.br	9996-1227
Venerse Corvelho	SEPLOG		8848-87-83
Devil. Nogueira Fels	UNIT		
William Alves da Silva	UNIT		
Edson de Melo Fernandes	ENSOB		
Opete Jure Siqueira	SEPLOG		
Attila Sant'Anna	SEPLOG		9954/433
Spelilla V. M. Oliveira	CGGP		8846-6888
Heloise Klouza Barros	UNIT		9112.0254
Concha R. Santos	UNIT	mich-nosantos@hotmail.com	9969 4485
Leilaneh Góth	SEPLOG-PMA	SOME. GERAL@ARACAJU.SERGIPE.GOV.BR	
Neotalia M. Sousa Santos	UNIT	netalia@igmail.com	
Francisco José de Sant'Anna	SEPLOG	CHURILLO.SANTANNA@ARACAJU.SERGIPE.GOV.BR	3218-7835
Francisco Roberto Sob	SEPLOG	anderson.nosantos@aracaju.se.com.br	3218-7512



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
MARISA MAGALHÃES	AR UNIT	marisa.nogueira@gmail.com	
Daniel R. M. Andrade	SEPLOG		
Stephany S. Araújo	Unit	S-SOUZAA@notimail.com	
Augusto César Guimarães de Azevedo	Unit	César - azevedo@hotmail.com	
Elf Freire Leites	Unit	APRESIGNS@HOTMAIL.COM	
Thaís Layne Santos Andrade	Unit	ThaísLayne123@gmail.com	
Mário Bezalche de M. Santos	Seplog		
Edson Tenório dos Santos	UPS	cesarmatos.br@gmail.com	
Yerlanges de S. Santos	CAU - Seplog	FHYSOUZ@igulid.com	
Robson F. de S. Santos	Xíssessor Patrimonial Vereador Dr. Emel	Exe.hoo.com.br	
Edson F. de S. Santos	SOPLOG		
Michelle Muniz dos Santos	Seplog	michelle.melo@aracaju.nep.br	
Quenele Robinson dos Santos	Seplog		



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
ABRAÃO VIEIRA DOS SANTOS	SEPLOG/SE	ABRAAOVIEIRA@SELOG.COM.BR	9932-1440
Almeida Guerinio dos Santos	VIC X	queguinioslo@yahoo.com.br	8812.6963
William Ferreira da Cruz Siqueira	UNIT	SMALWILANSJ@HOTMAIL.COM	
Thamires Bomfim de Andrade	Seplog	adm.thamiresandrade@gmail.com	Com 9872-3367
Michell Renner Ribeiro Alves	Seplog	michell.alves@aracaju.se.gov.br	9977095
Paulo Alencar de Azevedo	Seplog	PauloAlencar@	-
Edilaine Santos Lima	Seplog		-
Júlia Nunes Cavaleiro	Unit	lygiascavaleiro@gmail.com	8824-1680
Wes Santos Franco	Unit	FRANCA-SOJA@hotmail.com	0119-3656
Fernando Lima de Amorim	Seplog/DPE	fernando_lima92@hotmail.com	9972-1719
Elmá Uney Bastos	Seplog/COBEO	Elm.Uney@outlook.com	5885 6056
ARIVALDO BRUNO CONCEIÇÃO DOS SANTOS	Unit	arivaldosant@yaho.com.br	8877-9351
Angela C. Fentis Carvalho	ASTES/SEPLOG	angela.c.fentis.carvalho@hotmail.com	98178338
JOSE ADEMARIO DANTAS	SEPLOG/ASIS	josedantas@aracaju.se.gov.br	9131-3360



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VI - ONG'S COM
ATUAÇÃO NA ÁREA.

Data: 02/06/2015

Hora: 15:00h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VI - ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA.

Data: 02/06/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Selany Silva dos Santos	(Interprete/Int)	selanydo@gmail.com	995557670
Brigida da Silva Ribeiro Chaves	(Interprete/Int)	brigida.ribeiro@hotmail.com	9906-57-06
Isabela Ferrnanda Argollo Sousa	UNIA	argolloskarg@hotmail.com	8131-9886
Shirley de Araujo Barboza	SENDEC	barbozashirley@ibest.com.br	9636-4742
LUCIANO ARANHÁ	ONG CICLO URBANO	ARANHA@CICLOURBANO.ORG.BR	9173-7777
THIAGO SANTOS	ONG CICLO URBANO	SANTOS-THIAGO@OUTLOOK.COM	9863-3542
Jose Djelme B. Santos	ONG CICLO URBANO	djalmasantos@ ibest live.com	9935 8979
Daniel Nascimento Prudente	IFS	dn.prudente@yahoo.com	9851-8052
Michelle Siqueira Fontes	SMTT	michelle.fontes@aracaju.rj.gov.br	9922-8081
Ana Raquel Nui	EWURB		



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VI - ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA.

Data: 02/06/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Marcel Abile Menezes Freire	UES	marcel_abile@hotmail.com	3259-0939
Anne Caroline de C. Martins	IFS	anne.carolinecm@gmail.com	9971-1985
Fernando S. Lima	SEPLOG		
Renato Amalio de Jesus Vitoriano	IFS	Renato_very@hotmail.com	9640-6013
Adelto Alves dos Reis	SEPLOG		9994 4558
Francisco das Neves	SEPLOG	Francisco_Neves@sergipe.gov.br	3218789
Vanessa de Souza	SEPLOG	Vanessa_souza@sergipe.gov.br	99384007



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VI - ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA.

Data: 02/06/2015 Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Grace Almeida de Melo	SEPLOG		
Ellyana Conceição dos Anjos Santos	NFS		
Wallacy Romera Saigo Santos	SEPLOG		
Elaine Santana Silva	SFS	e.laine.santana@uea-se.org.br	99787336
JOSÉ DAS FERREIROS DOS SANTOS	FIGA	FORUMDEARACAJU@GMAIL.COM	9638-2256
Cristiana M. J. dos Santos	SEPLOG	cristiana.santos@aracaju.se.gov.br	9938-9292
Carla Angélica Alves Mendonça	SEPLOG		9923-6019
Maria Rosalinda de M. Santos	SEPLOG		
Simone M. D. Aguiar	SEPLOG		
SANDRI OLIVEIRA	CIELO URBANO	SANDRI@HOTMAIL.COM	



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Daniel R. M. de Aguiar	SEPLOG		91385180
Leandro Kelly Oliveira Souza	IFS		99781696
Leandro de Souza	FECT.		9849-3794
Silviana M. Fontes Bonato	SEFAG		3218-7845
Ubirajara Bonneto Santos	SCFPM		8862-3030
Lidiane Alves de Sá Torres	SEPLOG	lidianetors@aracaju.sp.gov.br	3218-7907
ANSELMO AUGUSTO CARDOSO DE MENESES	JACPF	PERITOAGUIACM@BOL.COM.BR	5211-0966
Rosemaria Fogaça Ullissius	SEPLOG		9977-0224
Anderson André Araújo dos Santos	IFS	Anderson.Hof76@Hotmail.Com	9886-0642
Edmundo de Melo Fernandes	EMSURB		
Wendy de F. L. Silva	SEPLOG	Wendy.Silva@pre-cgex.se.gov.br	
Silvia Maria Amorim de Souza	SEPLOG	Silviaamora@hotmail.com	759859273
JEAN CRISTOPHE OLIVEIRA	SEPLOG	JEAN-OLIVEIRA@ARACAJU.SE.GOV.BR	9809-5379
Thay Barboza	Colmar		



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VI - ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA.

Data: 02/06/2015

Hora: 15:00h

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Duon ou!!	CMA	lucas@lucasaribe.com.br	3999-0852
Wanessa Cipriano	CMA	comunicacao@lucasaribe.com.br	9198-8917
Jaqueline Dantas Franca	IFS	Kely.nha.dantas@gmail.com	9883-2621
JOSEIGON NERY BOUTA	FDGA	joseiltonnery@yahoo.com.br	8853-9818
Luís Abelardo Mota Forns	Participe, Agn	abelardomota@yahoo.com.br	9924 7160
Maria Priscila Santos	IFS	ma.priscila8@hotmail.com	9852-6933
Reine Mendonça de Lima	SEPLOG	reinemendonca@lucasaribe.com.br	9501 7868
Priscilla Melo Cordeiro	FamulDGA	priscillamelo@yahoo.com.br	9919-1002
Juliana Beldin	SEPLOG		3918-18 45
Monica Jane Araújo Farias	SEPLOG	monica.jane@arajaju.gov.br	3218-7901



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

LISTA DE PRESENÇA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VII - CONSELHOS.

Data: 09/06/2015

Hora: 15:00h

Local

Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito
José Aloísio de Campos

COGEDURB



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VII - CONSELHOS.

Data: 09/06/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Juliano Zepes Benbora	OAB	JBADV76@GMAIL.COM	9950-7841
FEDRO CELESTINO	OAB	FEDRO.CELESTINO@BUA.DIV.BR	5165-7530
Ana Tereza C. Neri	EMURB		3179-1364
Maria Graça Werneck	CMDPCD	comissão de dep. em ci. de Aracaju, se. gov. br.	3179-1364
Daiane M. de Lima	SEPLOG	daiane.m.lima@aracaju.com.br	9601 286P
AUSÉLIO AUGUSTO CARLOS DE MENEZES	TACPF	VERITO AGUIA ACM @ BOL.COM.BR	9856 8650
Antônio Carlos de Carvalho	CEC	antonio.carlos@aracaju.com.br	9372-0488
Franca Kelli R. de Oliveira	SEPLOG		
NELMA M. O. LISBOA	SEINFRA/SE	nelma.m.lisboa@aracaju.com.br	31985363
Dayane C. Silva	SEPLOG		



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Andréia Raças Sobr	SEPLOG		3218-7912
Daniel R. M. Andrade	SEPLOG		32187844
Isabella Veiga	CREA-SF	isabella.veiga@aracaju.se.gov.br	32229289
Eliane Espinoza e folto	SEPLOG		
Kelly Jean Santos Silva	SEPLOG		
Carina Angelica dos Srs	Astec		3218 7919
GABRIEL SOUTOS SILVA	SEPLOG		
SÁVIO DE TARSO S. DE MELO	SEPLOG		
Diego Bodallo	SEPLOG		3218-7845
Associação de Mulheres Negras	SEPLOG	secao-mulheres@aracaju.se.gov.br	3218-7945
Raul Mathews da Silva	IPAESE	RAUL.MATHEUS.FHE@GMAIL.COM	32110938



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VII - CONSELHOS.

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloísio de Campos

Data: 09/06/2015 Hora: 15:00h

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Brigida da Silva Ribeiro Chaves	Interpretata	brigidaribeiro@hotmail.com	(79) 9906-57-06
José Carlos de Souza	CAU	angrevera@interjet.com.br	(79) 8831-1546
VERA FERREIRA	CAU	angrevera@interjet.com.br	(79) 8831-1546
EVAND LOLES DOS SANTOS	SMTS, SMD (IMPOST-DIAD)	evantos@cambo.br.com	(11) 3853-3007
EDUARDO DE ALEO FERREIROS	TRUSTEIA		
Cristiana Melo Jr dos Santos	Seplog	Cristiana.Santos@aracaju.gov.br	9938-9992
Pablo Ramon Lima de Barros	CESAJU	pablonamensy@gmail.com	9935-0881 (SMS)
Michelle Siqueira Fontes	SMTI	michelle.fontes@aracaju.x.gov.br	99226081
José Carlos de Souza	SEPLOG	Joscar.Souza@aracaju.x.gov.br	32189828
Adel de Oliveira Barros	SEPLOG		



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Ernesto de Jesus Vieira	CMBPEB	se.gouv.br	8812
Adriana Maria Almeida	SEPLOG	conselho.deficiencia@aracaju	7321
Carina Angélica Falcão	SEPLOG		9923-0049
Danielle Siqueira G.V. Coronado	SEPLOG	danielle.coronado@aracaju.se.gov.br	9806-7800
Marcelo dos Reis Almeida	SEPLOG		9939-3812
Enildo Ferreira Machado	SEPLOG	FRALDO.MACIEL@ARACAJU.SE.GOV	8862-7714
Maria Luíza de Silva	SEPLOG		99116686
Danielly Fonseca Santana	SEPLOG	danielly.santana@aracaju.se.gov.br	8802-4365
Márcio Siqueira Guimarães	SEPLOG	marcio.guimaraes@aracaju.se.gov.br	8815-2271
Venerse C. Nascimento	SEPLOG		8848-87-83
Luís Henrique Rigonato	CMA	Rigonato LH @ Gmail. com	9935-5210
Wanyska Cipriano	CMA	wanyskacipriano@gmail.com	9198-8277
Lucas	SEPLOG	lucas@lucascarabete.com.br	3282-4800
Otávio Augusto Silva	SEPLOG	otavio.silva@marquises.org	



ESTADO DE SERGIPE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
 SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Adriana M. dos Santos	EIAS	adriana.letras.20@yahoo.com.br	9867-2180
WEVERTON PINTO SANTOS	CPAESB	WEVERTONOK@HOTMAIL.COM	98155883
FERNANDA ANTONIO DE SOUZA FILHO	ASTEC	FERNAMP.ANTONIN@ARACAJU.SERGIBR	8850-5140
Filipe Lopes Alves	ASTEC	FILIPPE ALVES@ARACAJU.SERGIBR	
Marta Alves Costa SES	eeh/seplog	marta.posta@aracaju.se.gov.br	9470-2358
Raquel Santos Silva	CCL Seplog	raquel.silva@aracaju.se.gov.br	9925-7402
Amanda P. S. Tavares	CEL Seplog	amanda.tavares@aracaju.se.gov.br	9952-2686
Ana Paula Mattias	Gabinete		
Rodrigo Marcelo Carvalho	FDGA	rodri@ceplog.com.br	9919-2002
Enika Raquel Le. de Andrade	Def		99586111
Andrezza Maria Borges da Silva	Def		9933-6101
Val de C	Def	valde@ceplog.com.br	9914 6447



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VII - CONSELHOS.

Data: 09/06/2015 Hora: 15:00h Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Yvone A de Melo	SEPLOG		
Jackson Da S. Conceição	Seplog		79-9984-8724
Felamius Elainis Santomas Bastos	Astec/SEPLOG		9872-3367
Thamires B. de Andrade Bastos	Seplog	Thamires_bastos@aracaju.se.gov.br.	
Elaine Santomas Silva	IFS/Senge	elainesantomas@nea-se.org.br	94787336
Osorly Francisco dos Santos	Seplog	GFFAJU@gmail.com	99075635
Guilherme Santos Silva	IPAES	Amizicofararacaju43@gmail.com	91305142
Marizete Carneiro Santos Freyre	IPAES		



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLOG

LISTA DE PRESENÇA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORIAL VII - CONSELHOS.

Local: Sala de Reuniões do Centro Administrativo Prefeito José Aloisio de Campos

Data: 09/06/2015 Hora: 15:00h

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Marie Rosalva de M. Soub	Seplog	ana_sotw@dado@aracaju.se.gov.br	99717749
Sra Elizabeth Sotwidade	Seplog		98178338
Angela Cristina Farias Carvalho	ASTEC-SEPLOG		3218 74 20
Michelle Mendes Santos Reis	Seplog	michelle.melo@aracaju.se.gov.br	8806-4387
Waldney Roman Santos	SEPLOG		99944558
Abelton Alkes dos Reis	Seplog		9939-6989
Cândida Suelly M. Batista	Spaer	Cand.Suelly@gmail	